

FELIZ ANO NOVO

2017



Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2157

Sexta-feira - 30 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Herval d'Oeste	384	Pinheiro Preto	565
Anchieta	56	Ibiam	395	Planalto Alegre.....	571
Antônio Carlos	57	Ilhota	396	Pomerode.....	574
Arabutã	67	Imarui	400	Porto Belo.....	577
Arroio Trinta.....	69	Imbituba	419	Porto União.....	579
Atalanta.....	73	Indaial.....	431	Pouso Redondo	625
Balneário Rincão	74	Iomerê	434	Presidente Nereu.....	627
Barra Velha.....	76	Itá	436	Princesa	629
Bela Vista do Toldo.....	77	Itapema	441	Romelândia.....	630
Biguaçu	78	Itapiranga.....	448	Salto Veloso	632
Bom Jesus do Oeste	79	Jacinto Machado	451	Santa Terezinha do Progresso	633
Bom Retiro	81	Joaçaba	461	Santiago do Sul.....	638
Braço do Trombudo	84	Lacerdópolis.....	473	São Bento do Sul.....	654
Brusque.....	91	Lages	477	São Carlos	659
Caçador.....	94	Lauro Muller	479	São Cristóvão do Sul.....	661
Camboriú.....	104	Lebon Regis	480	São Domingos.....	663
Campo Alegre	115	Leoberto Leal.....	481	São João do Oeste	664
Campos Novos	117	Lindóia do Sul	486	São João do Sul	665
Canoinhas.....	124	Luzerna	491	São Joaquim	682
Capinzal	137	Macieira.....	501	São José.....	705
Catanduvas.....	143	Mafra	502	São Lourenço do Oeste.....	725
Caxambu do Sul.....	148	Maravilha.....	504	São Miguel da Boa Vista	728
Chapadão do Lageado	149	Meleiro	505	São Miguel do Oeste.....	739
Cocal do Sul.....	158	Modelo	506	Seara	743
Concórdia	170	Mondai.....	510	Sul Brasil	757
Cordilheira Alta	299	Monte Carlo	517	Tigrinhos	851
Coronel Martins.....	300	Morro da Fumaça	519	Timbó	852
Corupá	304	Navegantes	524	Três Barras	853
Dionísio Cerqueira	317	Novo Horizonte	532	Treze Tilias	859
Doutor Pedrinho.....	318	Paial	537	Trombudo Central.....	864
Flor do Sertão.....	340	Palhoça	538	Tunápolis.....	868
Forquilha.....	363	Palma Sola.....	550	União do Oeste	871
Fraiburgo.....	370	Papanduva.....	552	Vidal Ramos.....	872
Garopaba.....	372	Passo de Torres.....	553	Videira.....	873
Garuva	378	Passos Maia	555	Vitor Meireles.....	996
Gaspar	379	Paulo Lopes	558	Xanxerê.....	1002
Governador Celso Ramos	380	Penha	562	Xavantina	1007
Guarujá do Sul.....	383	Peritiba.....	563	Xaxim.....	1009

Consórcios

ARIS	1036
CIGA	1037
CIMCATARINA.....	1049
CIS-AMAVI.....	1051
CIAPS.....	1055
CIASS.....	1058

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MENSAL NOVEMBRO 2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Novembro
Página: 1

Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	74.424,70
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	73.748,86
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.953,63
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.795,23
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	675,84
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	675,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	163.391,78	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	176.824,42
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	14.539,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.607,45
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.426,14	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.426,14
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	74.426,14	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	82.790,83
SALDOS ANTERIORES	111.676,50	SALDOS ATUAIS	95.048,16
BANCO C/ MOVIMENTO	111.676,50	BANCO C/ MOVIMENTO	95.048,16
TOTAL	346.297,28	TOTAL	346.297,28

AGUA DOCE, 30/11/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

BALANCETE MENSAL OUTUBRO 2016**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Outubro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	56.371,29
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	55.695,45
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.108,93
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.586,52
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	675,84
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	675,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	71.229,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	122.870,20	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	120.959,23
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.127,62	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.354,11
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	56.371,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	56.371,29
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	56.371,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	57.233,83
SALDOS ANTERIORES	94.907,82	SALDOS ATUAIS	111.676,50
BANCO C/ MOVIMENTO	94.907,82	BANCO C/ MOVIMENTO	111.676,50
TOTAL	289.007,02	TOTAL	289.007,02

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00		0,00
DESPESAS					
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00	6.299,00	6.299,00	3.701,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):		10.000,00	6.299,00	6.299,00	3.701,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-10.000,00	-6.299,00	-	-3.701,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00		
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00		
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00		
I.S.S.	0,00	0,00	0,00		
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00		
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00		
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00		
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00		
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00		
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00		
Convênios	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00		
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Convênios	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	844.748,00	506.996,64	368.362,44	506.996,64	368.362,44
Pessoal e Encargos Sociais	611.273,60	406.802,53	309.561,41	406.802,53	309.561,41
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.474,40	100.194,11	58.801,03	100.194,11	58.801,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	844.748,00	506.996,64	368.362,44	506.996,64	368.362,44
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
Investimentos	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	854.748,00	513.295,64	379.760,34	513.295,64	379.760,34
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-854.748,00	-513.295,64	-379.760,34	-513.295,64	-379.760,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE													RS 1,00				
	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS			Saldo Total (a+b)	
	Inscritos				Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015													
PODER/ÓRGÃO																	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADOR CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/MÊS AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	52.001,20	56.536,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	52.001,20	56.536,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-52.001,20	-56.536,36
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-52.001,20	-56.536,36

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2016 (C - A)
VALOR	-4.535,16	-56.536,36

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Ago 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
 PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00		-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00		0,00	
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) %
					(m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 0620290943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	513.295,64	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	851.748,00	841.798,00	136.872,43	507.624,84	334.173,16	136.872,43	507.624,84	334.173,16	507.624,84
DESPESAS CORRENTES	841.748,00	831.798,00	136.232,43	501.325,84	330.472,16	136.232,43	501.325,84	330.472,16	501.325,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	598.323,60	598.323,60	98.217,86	401.131,73	197.191,87	98.217,86	401.131,73	197.191,87	401.131,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.424,40	233.474,40	38.014,57	100.194,11	133.280,29	38.014,57	100.194,11	133.280,29	100.194,11
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	640,00	6.299,00	3.701,00	640,00	6.299,00	3.701,00	6.299,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	640,00	6.299,00	3.701,00	640,00	6.299,00	3.701,00	6.299,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	851.748,00	841.798,00	136.872,43	507.624,84	334.173,16	136.872,43	507.624,84	334.173,16	507.624,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.000,00	12.950,00	1.351,68	5.670,80	7.279,20	1.351,68	5.670,80	7.279,20	5.670,80
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	854.748,00	854.748,00	138.224,11	513.295,64	341.452,36	138.224,11	513.295,64	341.452,36	513.295,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	854.748,00	854.748,00	138.224,11	513.295,64	341.452,36	138.224,11	513.295,64	341.452,36	513.295,64
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	854.748,00	854.748,00	138.224,11	513.295,64	—	138.224,11	513.295,64	—	513.295,64

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	3.000,00	12.950,00	1.351,68	5.670,80	7.279,20	1.351,68	5.670,80	7.279,20	5.670,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.000,00	12.950,00	1.351,68	5.670,80	7.279,20	1.351,68	5.670,80	7.279,20	5.670,80

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					0,00	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					0,00	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					0,00	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SAL (e) = (d/Total d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	851.748,00	841.798,00	136.872,43	507.624,84	98,90	334.173,16	136.872,43	507.624,84	98,90	3
Ação Legislativa	851.748,00	841.798,00	136.872,43	507.624,84	98,90	334.173,16	136.872,43	507.624,84	98,90	3
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa	3.000,00	12.950,00	1.351,68	5.670,80	1,10	7.279,20	1.351,68	5.670,80	1,10	
Ação Legislativa	3.000,00	12.950,00	1.351,68	5.670,80	1,10	7.279,20	1.351,68	5.670,80	1,10	
TOTAL (III) = (I + II)	854.748,00	854.748,00	138.224,11	513.295,64	100,00	341.452,36	138.224,11	513.295,64	100,00	3

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

.DO

(a-d)

34.173,16

34.173,16

34.173,16

7.279,20

7.279,20

7.279,20

41.452,36

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Reculta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Reculta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Reculta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
Bancos Conta Movimento			0,00	0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)				

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER NILZA APARECIDA MENDES
PRESIDENTE CPF Nº 0620290994 CONTADORA CRC/SC Nº 016632

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			513.295,64
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			854.748,00
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			854.748,00
Despesas Empenhadas			513.295,64
Despesas Liquidadas			513.295,64
Despesas pagas			513.295,64
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		513.295,64	
Despesas Liquidadas		513.295,64	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-56.536,36	0,00
Resultado Primário	0,00	-513.295,64	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	6.299,00	3.701,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER	NILZA APARECIDA MENDES
PRESIDENTE CPF N° 06202909943	CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE 2016 JULHO - AGOSTO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agos/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/08/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 0620299943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADOR CRASC Nº 0166350-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SAL (e) = (d) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	851.748,00	841.798,00	110.138,52	617.763,36	98,88	224.034,64	110.138,52	617.763,36	98,88	2
Ação Legislativa	851.748,00	841.798,00	110.138,52	617.763,36	98,88	224.034,64	110.138,52	617.763,36	98,88	2
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)										
Legislativa	3.000,00	12.950,00	1.351,68	7.022,48	1,12	5.927,52	1.351,68	7.022,48	1,12	
Ação Legislativa	3.000,00	12.950,00	1.351,68	7.022,48	1,12	5.927,52	1.351,68	7.022,48	1,12	
TOTAL (III) = (I + II)	854.748,00	854.748,00	111.490,20	624.785,84	100,00	229.962,16	111.490,20	624.785,84	100,00	2

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

.DO

(a-d)

24.034,64

24.034,64

24.034,64

5.927,52

5.927,52

5.927,52

29.962,16

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)			
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00		
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE:

AGUA DOCE. 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					0,00	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					0,00	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					0,00	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					100,00	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²					0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					0,00	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					0,00	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					0,00	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/MÊS OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL						
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00				0,00	0,00
TOTAL	0,00				0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00					0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00		
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00		
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00		
I.S.S.	0,00	0,00	0,00		
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00		
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00		
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00		
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00		
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00		
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00		
Convênios	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00		
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Convênios	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	844.748,00	618.486,84	462.657,71	618.486,84	462.657,71
Pessoal e Encargos Sociais	611.273,60	506.247,83	385.708,48	506.247,83	385.708,48
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.474,40	112.239,01	76.949,23	112.239,01	76.949,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	844.748,00	618.486,84	462.657,71	618.486,84	462.657,71
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
Investimentos	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.000,00	6.299,00	11.397,90	6.299,00	11.397,90
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	854.748,00	624.785,84	474.055,61	624.785,84	474.055,61
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-854.748,00	-624.785,84	-474.055,61	-624.785,84	-474.055,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00	

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	624.785,84	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	851.748,00	841.798,00	110.138,52	617.763,36	224.034,64	110.138,52	617.763,36	224.034,64	604.394,48
DESPESAS CORRENTES	841.748,00	831.798,00	110.138,52	611.464,36	220.333,64	110.138,52	611.464,36	220.333,64	598.095,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	598.323,60	598.323,60	98.093,62	499.225,35	99.098,25	98.093,62	499.225,35	99.098,25	490.452,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	243.424,40	233.474,40	12.044,90	112.239,01	121.235,39	12.044,90	112.239,01	121.235,39	107.643,17
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	0,00	6.299,00	3.701,00	0,00	6.299,00	3.701,00	6.299,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	6.299,00	3.701,00	0,00	6.299,00	3.701,00	6.299,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	851.748,00	841.798,00	110.138,52	617.763,36	224.034,64	110.138,52	617.763,36	224.034,64	604.394,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.000,00	12.950,00	1.351,68	7.022,48	5.927,52	1.351,68	7.022,48	5.927,52	6.346,64
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	854.748,00	854.748,00	111.490,20	624.785,84	229.962,16	111.490,20	624.785,84	229.962,16	610.741,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	854.748,00	854.748,00	111.490,20	624.785,84	229.962,16	111.490,20	624.785,84	229.962,16	610.741,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	854.748,00	854.748,00	111.490,20	624.785,84	—	111.490,20	624.785,84	—	610.741,12

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	3.000,00	12.950,00	1.351,68	7.022,48	5.927,52	1.351,68	7.022,48	5.927,52	6.346,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.000,00	12.950,00	1.351,68	7.022,48	5.927,52	1.351,68	7.022,48	5.927,52	6.346,64

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	56.536,36	97.631,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	56.536,36	111.676,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	14.044,72
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-56.536,36	-97.631,78
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-56.536,36	-97.631,78

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	-41.095,42	-97.631,78

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
 PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			624.785,84
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			854.748,00
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			854.748,00
Despesas Empenhadas			624.785,84
Despesas Liquidadas			624.785,84
Despesas pagas			610.741,12
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		624.785,84	
Despesas Liquidadas		624.785,84	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-97.631,78	0,00
Resultado Primário	0,00	-624.785,84	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		
Despesa de Capital Líquida	6.299,00	3.701,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER

PRESIDENTE CPF N° 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 06202909943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00		-	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF N° 0620290943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2016 SETEMBRO - OUTUBRO

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 31/10/2016

JORGE RONE HASLINGER
PRESIDENTE CPF Nº 0620299943

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADOR CRU/SC Nº 0166350-7

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATOS FMS_DEZEMBRO_2016 - 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 086/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA
Contratada...: INSTALADORA TOP 10 LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 30/12/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 2º Termo Aditivo ao Contrato 086/2014 Ref: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia civil/elétrica, em regime de empreitada global por Item, com fornecimento de material necessário; para a construção e instalação elétrica da nova Unidade Básica e Saúde do Centro localizada na Rua Guilherme Wildner, Centro do Município de Anchieta, com área total 366,10m2, em conformidade com a Portaria nº 1.380, de 09 de julho de 2013.

Anchieta, 29 de Dezembro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº030

PORTARIA Nº 030/2016
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Regimento Interno, resolve Conceder Férias à Servidora ELIANE MARIA FAUST, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 02/09/2015 A 01/09/2016, a serem gozadas a partir do dia 02 A 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta-SC
Em 22 de dezembro de 2016.
Vereador Valderéz Izotton
Presidente da Câmara Municipal

Certifico que a presente Portaria
foi publicada na forma da lei.
Secretaria da Câmara Municipal,
Em 22 de dezembro de 2016.

Jussara Santin
Secretária Administrativa do Legislativo

PORTARIA Nº031

PORTARIA Nº 031/2016
EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, pelo Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a Servidora, JUSSARA SANTIN, brasileira, solteira, maior, portadora da carteira de identidade RG 3.793.838 - SSP/SC inscrita no CPF sob nº 026.265.5849-67 para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretária Administrativa do Legislativo, de acordo com a Lei Complementar 036/2011 de 26 de dezembro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor em 31 de Dezembro de 2016.

Anchieta em 28 de dezembro de 2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

VEREADOR VALDEREZ IZOTTON
Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

JUSSARA SANTIN
Secretária Administrativa do Legislativo

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 152/2016

DECRETO Nº 000152/16 de 29 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 87.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.15.452.0009.2.021-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0010.0.003-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.500,00

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): Excesso de arrecadação 87.500,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 153/2016

DECRETO Nº 000153/16 de 29 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 154/2016

DECRETO Nº 154/2016

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município de Antônio Carlos, e dá outras providências

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das suas atribuições legais, em especial o conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade, e:

Considerando o inventário patrimonial elaborado pelo setor municipal responsável, o qual verificou a existência de bens já leiloados e/ou inservíveis, bem como de bens não localizados cadastrados ainda no patrimônio municipal;

Considerando que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais,

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º - Os bens constantes no anexo II deste Decreto deverão passar por nova conferência dos Gestores que assumirão as respectivas pastas, devendo cada um deles apresentar em até 30 (trinta) dias após a nomeação, um novo inventário atualizado.

Parágrafo primeiro – Persistindo a ausência destes bens, fica autorizada a baixa patrimonial constante no anexo II.

Art. 3º - Os bens constantes no anexo III deste Decreto, deverão obrigatoriamente passar por nova conferência dos Gestores que assumirão respectivas pastas, acompanhados pelo responsável pelo setor de patrimônios.

Parágrafo Primeiro – Persistindo a ausência patrimonial, deverá o setor de patrimônio notificar o Secretário Municipal da pasta à época, para que justifique referida ausência, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 29 de dezembro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal.

ANEXO I

Cód.	Placa	BENS COM SOLICITAÇÃO DE BAIXA PELOS RESPON-SÁVEIS
1822	1822	Cadeira Giratória Estofada Cor Vermelha
4009	3847	Televisor de LCD 42" CCE
1232	1232	Cadeira Giratória Estofada cor Vermelha
1274	1274	Cadeira Giratória Estofada cor Vermelha
1304	1304	Cadeira Giratória Estofada cor Vermelha
666	666	Aspirador de Pó Wap 10 litros
4024		Portico de Entrada para Playground
4032		Cerca de Pneus 10 metros
4037		Cerca de Cordas 106 mts
1744	1744	Fogão 4 bocas braslar sirius cor branca
1762	1762	Mesa em mdf cor bege com estrutura de ferro tipo para computador
1603	1603	Computador 2 baias cor preta
1745	1745	Forno Eletrico Fogatti Cor Cinza
1763	1763	Mini System Aiwa OSC Cor Branca
1782	1782	Escada de Ferro 6 degraus
3861	3721	Centrifuga de Alimentos
3862	3776	Liquidificador com Filtro Cor preta
3870	3787	Centrifuga de Alimentos
4611		Roteador
333	333	Switch Ethernet D-Link Des 1008D
3865	3779	Liquidificador com Filtro Cor preta
4242	3925	Bebedouro Eletrico Conjugado Masterfrio
4322	3947	Forno Microondas 24 litros Philco
4355		Cama Empilhavel Medindo 1,38x56x14
4356		Cama Empilhavel Medindo 1,38x56x14
4357		Cama Empilhavel Medindo 1,38x56x14
4358		Cama Empilhavel Medindo 1,38x56x14
4359		Cama Empilhavel Medindo 1,38x56x14
4394	3921	Aparelho de DVD Player
4395	3933	Aparelho de DVD Player
4396	3965	Aparelho de DVD Player

4397	3976	Aparelho de DVD Player
4558		Balanco de 4 lugares para menores de 3 anos
4615		Conjunto de Lixeiras Coleta Seletiva
4628		Purificador de Agua refrigerado
113	113	Quadro Escolar de Madeira Cor Verde Aprox 2m
172	172	Cadeira Giratória Estofada Cor Vermelha
205	205	Poltrona Estofada 3 lugares cor preta com estrutura de ferro
206	206	Mesa de Fórmica com estrutura de ferro tipo para refeitório
207	207	Banco de Formica com estrutura de ferro tipo para refeitório
208	208	Banco de Formica com estrutura de ferro tipo para refeitório
246	246	Mesa em mdf cor bege com estrutura de ferro tipo para computador
263	263	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
270	270	Cadeira escolar de formica com estrutura de ferro infantil
312	312	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
313	313	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
314	314	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
317	317	Cadeira Fixa Estofada Cor preta com estrutura de Ferro
348	348	Carteira Escolar de Formica com estrutura de ferro
349	349	Carteira Escolar de Formica com estrutura de ferro
354	354	Bebedouro de Pressão Refrigerado em aço inox
360	360	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
361	361	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
362	362	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
363	363	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
364	364	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
365	365	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
366	366	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
386	386	Cadeira Escolar de formica com estrutura de ferro
388	388	Cadeira Fixa Estofada Cor preta com estrutura de Ferro
390	390	Cadeira Fixa Estofada Cor preta com estrutura de Ferro
1694	1694	Mesa de Formica redonda 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1697	1697	Cadeira escolar de formica com estrutura de ferro infantil

2724	2724	Tela para Projeção Multimídia com Tripe de Ferro
2768	2768	Modem ADSL D-Link DSL-500B
2770	2770	Servidor 4 Baías Cor Branca Smart Server
2774	2774	Otoscópio Welch Allyn Cor Preta
2780	2780	Cadeira Giratória Estofada Cor Cinza
2791	2791	Cadeira Fixa de Madeira Verniz
2804	2804	Cadeira de Rodas Jaguaribe Cor Preta
2806	2806	Cadeira de Rodas Ortobras Cor Cinza
3848	3769	Bebedouro de Coluna Para Garraão 20 l de água
2202	2202	Mesa em MDF Cor Bege com Estrutura de Ferro Impressora
2207	2207	Cadeira Giratória Estofada Cor Cinza
2220	2220	Luminária Flexível (Foco Clínico) em ferro Cor Branca
2221	2221	Luninária Flexível (Foco Clínico) em ferro Cor Branca
2250	2250	Aparelho de Pressão Coluna de Mercurio Adulto
2251	2251	Aparelho de Pressão Coluna de Mercurio Adulto
2266	2266	Otoscópio Welch Allyn Cor Preta
2270	2270	Dest ruidor de Agulhas Automático
2279	2279	Cadeira Fixa Estofada Cor Cinza com Estrutura de Ferro
2317	2317	Armário Executivo em MDF 2 Portas, 1 Prateleira cor Bege
2321	2321	Cadeira Fixa Estofada Cor Preta com Estrutura de Ferro
2342	2342	Otoscópio Welch Allyn Cor Preta
2344	2344	Cadeira Giratória Estofada Cor Cinza
2346	2346	Ventilador de Parede Ventisol Cor Branca
2396	2396	Otoscópio Welch Allyn Cor Preta
2414	2414	Armário em MDF 2 portas Cor Bege
2417	2417	Otoscópio Welch Allyn Cor Preta
2443	2443	Roteador Wireless + ethernet Belkin cor preta
3882	3833	Impressora Brother Mono L er HL 2130
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Junta Militar
2809	2809	Mesa de Madeira Móvel 1 Gaveta para Maquina de Datilografia

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Saúde
2457	2457	Estabilizador de Tensão Ragtech Cor Branca
2467	2467	Impressora Samsung CLX-2160N
2505	2505	Cadeira Giratória Estofa cor Vinho
2508	2508	Medidor de PH de Bolso
2589	2589	Mesa em MDF Cor Bege com Estrutura de Ferro Impressora
2594	2594	Cadeira Giratória Estofada Cor Vinho
2596	2596	Transformador Eletrico 220v/110v
2603	2603	Cadeira Giratória Estofada Cor Vinho
2606	2606	Cadeira Fixa Estofada Cor Cinza com Estrutura de Ferro
2635	2635	Cadeira Giratória Estofada Cor Vinho
2636	2636	Cadeira Giratória Estofada Cor Vinho
2637	2637	Cadeira Giratória Estofada Cor Vinho
2661	2661	Cadeira Fixa Estofada Cor Cinza com Estrutura de Ferro
2720	2720	Cadeira Giratória Estofada Cor Cinza
2723	2723	Luminária Flexível (Foco Clínico) em ferro cor Cinza

2812	2812	Impressora Epson LX-300 cor Bege
2813	2813	Central Telefonica Intelbras Bege
2814	2814	Impressora Epson Stylus C67
2815	2815	Caadeira Giratória Estofada Cor Vermelha com apoio para braço
2817	2817	Monitor LCD 17" Wide AOC Cor Preta
2819	2819	Switch Ethernet 8 portas netgear cor prata
2820	2820	Switch Ethernet d link des-1008d
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Gabinete
3195	3195	Computador baias Pauta Work AMD Athlon
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Gabinete
3803	3637	Cadeira Giratória tipo secretária lisa vermelha
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Agricultura
2834	2834	Monitor LCD 16" Wide Intelbras Cor Preta
2844	2844	Estabilizador de Tensão Enermax Cor Preta
2853	2853	Mesa em MDF Cor Marfim com estrutura de Ferro
2865	2865	Mesa em MDF 3 Gavetas cor Branca com estrutura de Ferro
3996	3850	Monitor LCD 18,5" Widescreen
2857	2857	Computador 4 baias cor preta, amd sempron 1.9 ghz, 1 gb (Inutilizado)
2866	2866	Cadeira Giratória Estofada cor preta (Inutilizada)
2869	2869	Cadeira Giratória Estofada cor preta (Inutilizada)
2870	2870	Cadeira Giratória Estofada cor preta (Inutilizada)
2907	2907	Cadeira Giratória Estofada cor preta (Inutilizada)
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Obras
2116	2116	Televisor 29" Philco cor preta (Inutilizada)
2878	2878	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)
2880	2880	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)
2881	2881	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)
2882	2882	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)

2883	2883	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)
2884	2884	Cadeira Fixa de Madeira verniz (Inutilizada)
2889	2889	Fogão Industrial 4 bocas cor Cinza (Inutilizado)
2890	2890	Armário em MDF 6 portas, 3 gavetas, 1 prateleira cor marfim (inutilizado)
2895	2895	Ventilador de Coluna Brisa Cor Branca (inutilizada)
2896	2896	Escada de Ferro 7 degraus cor branca (Inutilizada)
2897	2897	Relógio Ponto Henry Card 5 Cor Branca
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Educação ADM
31	31	Micro System CCE com mp3 Cor Preta
3625	3835	Estante Aberta medindo 800x500x1600mm
3626	3837	Estante Aberta medindo 800x500x1600mm
3875		Terminal Multiusuário - TECBR
3700	3527	Roteador Wireless Ovislink Evo
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Coração Jesus
173	173	Estante de Aço 6 prateleiras cor vinho
201	201	Quadro Escolar de Madeira Cor Verde Aprox. 2m
356	356	Armário de Madeira 2 portas com vidro
3894		Parcão Misto Infantil
3899		Maratoninha
3900		Barco Balanço Mirim
3901		Caminhão com Toldo
3902		Trenzinho (Locomotiva)
3918		Barra de Ginástica Metal
4023		Portico de Entrada para Playground
4031		Cerca de Pneus
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Verônica Guesser
1604	1604	Estabilizador de Tensão TS Shara Cor Branca
1606	1606	Monitor LCD 17" Wide AOC Cor Preta
1628	1628	Monitor LCD 17" Wide AOC Cor Preta

1630	1630	Estabilizador de Tensão Ragtech Cor Branca
3781	3707	Impressora Multifuncional Jato de Tinta FAX, Scanner, Copiadora
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Raulino Reitz
1447	1447	Estabilizador de Tensão Transformer 1000 cor branca
1448	1448	Monitor CRT 15"Samsung Cor Branca
3892		Balanco 2 e 3 lugares
3895		Parcão Misto Infantil
3896		Conjunto de Educação Física Basica
4026		Portico de Entrada para Playground
4034		Cerca de Pneus
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Alfredo Junkes
3874		Terminal Multiusuário - TECBR
4025		Portico de Entrada para Playground
4033		Cerca de Pneus
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Biblioteca
2019	2019	Estabilizador de Tensão Enermax Cor Preta
2034	2034	Computador 4 baias cor preta
2076	2076	Computador 4 baias cor preta
2091	2091	Estabilizador de Tensão Ragtech branco
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Telecentro
2125	2125	Cadeira Fixa Estofada cor preta com estrutra de ferro
2156	2156	Cadeira Fixa de Plastico injetado cor preta com estrutura de ferro
2158	2158	Cadeira Fixa de Plastico injetado cor preta com estrutura de ferro
2159	2159	Cadeira Fixa de Plastico injetado cor preta com estrutura de ferro
2168	2168	Computador Positivo Cor Preta

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Administração
2109	2109	Mesa de Fórmica Redonda Infantil com Estrutura de Ferro
3150	3150	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3207	3207	Cadeira Giratória estofada cor cinza com apoio para braço encosto alto
3271	3271	Computador 4 baias cor branca
3786	3626	Estabilizador 500VA Power Preto
3787	3627	Estabilizador 500VA Power Preto
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3092	3092	Circulador de Ar Britânia C40
3247	3247	Aquecedor Elétrico James Cor Preta
3802	3633	Cadeira Giratória Tipo Secretária Lisa, Espuma Injetada
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3410	3410	Longarina Estofada 3 lugares cor vermelha com estrutura de ferro
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3341	3341	Swith Ethernet D-Link Des-1008D
3343	3343	Modem ADSL 3 com Office Cnnect Remote 812 ADSL Router
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3345	3345	Servidor 4 baias cor preta - servidor de internet
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3146	3146	Impressora Xerox Phaser 3100 MFP
3155	3155	Estabilizador de Tensão Enermax Cor Preta
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3118	3118	Transformador Elétrico c2m 220/110v
3289	3289	Armário de Madeira 2 portas de correr com vidro
3300	3300	Estabilizador de Tensão Enermax Cor Branca
3301	3301	Transformador Globo 1kva 220v/110v

3302	3302	Computador 4 baias cor preta
3307	3307	Cadeira Fixa Estofada cor marrom com estrutura de ferro
3308	3308	Cadeira Giratória Estofada Cor Marrom
3309	3309	Cadeira Giratória Estofada Cor Marrom
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3332	3332	NO BREAK SMS NET STATION COR PRETA
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
2494	2494	Impressora Samsung CLX 2160DN
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM
3095	3095	Protocoladora Henry Prot
3253	3253	Estabilizador de Tensao Enermax Cor Preta
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Planejamento
3305	3305	Cadeira Giratória Estofada cor vermelha com apoio braço
3354	3354	Estante de Aço 6 prateleiras cor cinza
3362	3362	Mesa em MDF Cor Bege com estrutura de ferro
3369	3369	Swith Ethernet 8 portas ovislink cor preta
3377	3377	No break microsol stayton 1200va cor preta
3384	3384	Impressora Epson Stylus C45
3387	3387	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3388	3388	No break sms cor preta
3395	3395	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3358	3358	Computador 4 baias cor branca
3359	3359	Estabilizador de Tensão bmi cor branca
3360	3360	Monitor CRT 15" Samsung Cor Branca
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Fábrica de Fraldas
470	470	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
481	481	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro

564	564	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
647	647	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
724	724	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
941	941	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1512	1512	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
1527	1527	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1535	1535	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1543	1543	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1545	1545	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1546	1546	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1548	1548	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1551	1551	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1559	1559	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1566	1566	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
1576	1576	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
1578	1578	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3376	3376	Mesa de Madeira 2 gavetas com estrutura de ferro
3459	3459	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3484	3484	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3488	3488	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
3715	3542	Mesa em MDF Cor Bege com estrutura de ferro
3718	3545	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Escola de Música
		02 Violões Phoenix Cor Preta
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sala Motoristas
981	981	Cadeira Escolar de Fórmica com Estrutura de Ferro
982	982	Cadeira Escolar de Fórmica com Estrutura de Ferro
983	983	Cadeira Escolar de Fórmica com Estrutura de Ferro
3582	3807	Lava Jato de Alta Pressão Electrolux
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Escola Xênia Goedert

991	991	Estabilizador de Tensão branco
992	992	Computador 4 baias cor preta
993	993	Monitor lcd 17" wide aoc cor preta
996	996	Mesa de Madeira 2 gavetas cor natural
997	997	Cadeira Giratória Estofada cor vinho
998	998	Cadeira Giratórai Estofada cor vinho
999	999	Armário de Madeira 2 portas de correr com vidro
1017	1017	Balcão de Madeira de canto 4 portas, 4 gavetas tampo em inox 1 cuba
1025	1025	Armário Horizontal de madeira 3 portas, 1 gaveta
1036	1036	Estabilizador de Tensão TS Shara cor preta
1037	1037	Roteador Wireless Tenda W311R
1143	1143	Ventilador de parede solaster acapulco cor preta
1204	1204	Ventilador de parede solaster acapulco cor preta
1205	1205	Estante de Madeira 2 Prateleiras
3873		Terminal Multiusuário - TECBR
3886	3809	Televidor de LCD 42" CCE
3889		Parcão Juvenial
3890		Balanço 3 lugares
4016		Coleções e materiais bibliográficos 92 livros
4022		Portico de Entrada para Playground
4030		Cerca de Pneus
4042		Estante Personalizada sob medida confeccionada de madeira mdf.
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Escola Don Afonso
357	357	Freezer Consul 310 cor branca
406	406	Cadeira Escolar de Fórmica com Estrutura de Ferro
553	553	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
556	556	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
557	557	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
604	604	Cadeira Fixa Estofada cor verde com estrututura de ferro
673	673	Estante de Aço 4 Prateleiras para Livros
769	769	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro

770	770	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
771	771	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
772	772	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
773	773	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
774	774	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
775	775	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
776	776	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
777	777	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
778	778	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
779	779	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
781	781	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
783	783	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
785	785	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
786	786	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
787	787	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
789	789	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
790	790	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
791	791	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
792	792	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
793	793	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
794	794	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
858	858	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
859	859	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
860	860	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
861	861	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
862	862	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
863	863	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
864	864	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
865	865	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
866	866	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
867	867	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
868	868	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro

869	869	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
870	870	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
871	871	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
872	872	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
873	873	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
874	874	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
876	876	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
877	877	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
882	882	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
884	884	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
897	897	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
898	898	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
899	899	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
900	900	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
902	902	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
903	903	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
904	904	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
905	905	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
906	906	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
907	907	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
908	908	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
909	909	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
910	910	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
911	911	Carteira Escolar de Formica com estrutura de Ferro
913	913	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
914	914	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
916	916	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
917	917	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
918	918	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
919	919	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
920	920	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
921	921	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro

922	922	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
923	923	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
924	924	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
925	925	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
926	926	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
927	927	Cadeira Escoalr de Formica com estrutura de ferro
933	933	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
935	935	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
937	937	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
938	938	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
939	939	Cadeira Escolar de Formica com estrutura de ferro
3596	3618	Ventilador de Teto
3597	3619	Ventilador de Teto
3598	3620	Ventilador de Teto
3634	3697	Cadeira Fixa 4 Pés Estofada Cor Verde
3685	3605	Mesa Refeitorio
CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Escola Rio Farias
892	892	Mimeografo Cor preta copiatc
948	948	Forno Eletrico Fogatti Cor cinza
1308	1308	Rack em MDF Cor Marfim tipo para computador
1102	1102	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1103	1103	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1104	1104	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1105	1105	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1106	1106	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1107	1107	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1108	1108	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1146	1146	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1147	1147	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1148	1148	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro

1149	1149	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1150	1150	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1151	1151	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1152	1152	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1153	1153	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1154	1154	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1155	1155	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1156	1156	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1157	1157	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1158	1158	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1159	1159	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1160	1160	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1161	1161	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1162	1162	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1163	1163	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1164	1164	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1165	1165	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1166	1166	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1167	1167	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1168	1168	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1169	1169	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1170	1170	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1171	1171	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1172	1172	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1173	1173	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1174	1174	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1175	1175	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1176	1176	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1177	1177	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1178	1178	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1179	1179	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1180	1180	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro

1181	1181	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1182	1182	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1183	1183	Cadeira Escolar de Formica com Estrutura de Ferro
1329	1329	Mesa de Fórmica 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1330	1330	Mesa de Fórmica 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1331	1331	Mesa de Fórmica 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1332	1332	Mesa de Fórmica 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1695	1695	Mesa de Fórmica 4 lugares infantil com estrutura de ferro
1783	1783	Cadeira Escolar de formica com estrutura de ferro
3689	3726	Microondas com capacidade 40 litros

ANEXO III

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Saúde
4717		Micro Computador Intel (Vigilância Epidemiológica) 2014
4713		Monitor de LCD 15,6" (Vigilância Epidemiológica) 2014
4316		HDD Externo 1TB Seagate Plux Preto USB 3.0 2013
4136		Computador Work Pentium Linux 2012
4135	3866	Balcão mdf Branco Incluindo Porta com Dobradiça vai e vem e tampo 2012
4674	4063	Computador Intel Core I3 - 2130 - E365 2014
4319	4064	Monitor LCD 18,5" 2013
5341	4207	Armário 2 Portas 2015
5340	4208	Cadeira Ergonômica Giratória com Apoio de Braço 2015
4670	4058	Destilador de Agua Cristofóli 220v 2014

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Agricultura
5279	4220	Cadeira Giratória 2014

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Obras
5483		Cadeira Executiva 2015
5485		Armário Estante 2 Portas com Chave em MDF 2015
4710		Roçadeira Lateral 43 cc2t (Inutilizado) 2014
4711		Roçadeira Lateral 43 cc2t (Inutilizado) 2014
5488		Balanço para Cadeirante (Inutilizado) 2015

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Educação ADM
--------	-------	--------------------------------------

4195	3907	Cadeira Giratória sem braço 2013
4502	4016	Cadeira sem Braço, com Rodinha e Altura Regulável 2013
4505	3935	Cadeira sem Braço, com Rodinha e Altura Regulável 2013
4681		Router Board Mikrotik RB 750 c/Fonte Mikrotik 2014
5557		Mesa Refeitório 1,80x0,80 Rosa 2015

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Verônica Guesser
5433		Conjunto de Mesa e Cadeira 2015

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – João Juvenal
4405	3992	Batedeira 5 velocidades 2013
4411	4019	Microondas 27 L 2013
4561	3986	Liquidificador Industrial 8 Litros 2013
4567	3898	Cadeira Estofada com braço 2013
4568	3899	Cadeira Estofada com braço 2013
4573	3904	Cadeira Estofada com braço 2013
4623		Liquidificador Doméstico 2013
4624		Liquidificador Doméstico 2013

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Administração
4693	4086	Switc 24 portas velocidade 10-100-1000mbps Bivolt
5274	4115	Cadeira Giratória Verde 2014

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Sec. Planejamento
4700	4078	Cadeira Giratória Tipo Diretor 2014

CODIGO	PLACA	DESCRIÇÃO DO BEM – Escola Xênia Goedert
4082		Monitor de LCD 18,5 polegadas multimidia, cor black piano 2012
4083		Monitor de LCD 18,5 polegadas multimidia, cor black piano 2012
4110		Aparelho de som Microsystem 300w 2012
4115		Ventilador 60cm preto ferro 2012
4116		Ventilador 60cm preto ferro 2012

PORTARIA N 473/2016

PORTARIA nº 473, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora MARESTER BAUMGARTEN PAULI, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público, a partir de 01/01/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, à servidora MARESTER BAUMGARTEN PAULI, detentora da matrícula funcional nº 200, portadora do CPF nº 479.941.699-53, inscrita no PASEP nº 1011746141-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Contábil-Financeiro II – 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.927,53 (quatro mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos) que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei Municipal nº 558/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação estabelecendo seus efeitos a partir de 01/01/2017, revogadas as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 30 de dezembro de 2016.

Antonio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1992/2016

DECRETO Nº 1992, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 4.500,00 e dá outras providências.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.084	Disponibilização de Medicamentos - Farmácia Básica		
Modalidade	28	319000000000000000010121	Aplicações Diretas	4.500,00
TOTAL				4.500,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.084	Disponibilização de Medicamentos - Farmácia Básica		
Modalidade	29	339000000000000000010121	Aplicações Diretas	4.500,00
TOTAL				4.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 27 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito MunicipalRegistra-se e Publica-se.
Em 27 de Dezembro 2016Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações**DECRETO Nº. 1992/2016**

DECRETO Nº 1992, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 4.500,00 e dá outras providências.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.084	Disponibilização de Medicamentos - Farmácia Básica		

Modalidade	28	3190000000000000000010121	Aplicações Diretas	4.500,00
TOTAL				4.500,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	9	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
Unidade	1	Fundo Municipal de Saúde - FMS		
Projeto Atividade	2.084	Disponibilização de Medicamentos - Farmácia Básica		
Modalidade	29	3390000000000000000010121	Aplicações Diretas	4.500,00
TOTAL				4.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 27 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 27 de Dezembro 2016

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1993/2016

DECRETO Nº 1993, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 2.500,00 e dá outras providências.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	50	3190000000000000000010190	Aplicações Diretas	2.500,00
TOTAL				2.500,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade	2.039	Gestão das Políticas e Ações do Ensino Fundamental		
Modalidade	53	3390000000000000000010190	Aplicações Diretas	2.500,00
TOTAL				2.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 27 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 27 de Dezembro 2016

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1781

DECRETO nº 1781, de 30 de dezembro de 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, a partir de 01/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 020, portadora do CPF nº 551.994.889-53, inscrita no PIS/PASEP nº 1702525205-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.321,39 (um mil trezentos e vinte e um reais e trinta e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 45, V, da Lei Complementar nº 1.713/2014 – Estatuto dos servidores públicos da Administração Pública Direta, das Fundações Públicas do Município de Arroio Trinta - SC.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/01/2017, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282

PORTARIA Nº 282, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar o servidor municipal ANDREY LUCAS SCHWARTZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 062.028.339-47 e Identidade nº 5.304.382-0, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de PSICOLOGO, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 095/2016, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283

PORTARIA Nº 283, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal LISIANE FLAVIA LOCATELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 048.155.869-18 e Identidade nº 4.784.927, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de FARMACEUTICA, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 014/2016, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284

PORTARIA Nº 284, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal SUELENE DE LIMA SANTOS CORDEIRO, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 031.643.689-50 e Identidade nº 861.219, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, admitido por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 002/2015, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 285

PORTARIA Nº 285, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal VILMAR MIOTELLI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.111.635-0 e CPF sob nº 733.058.479-72, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DE ESPORTES, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286

PORTARIA Nº 286, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal MARCIANO BIAVA, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 2.970.018-3 e CPF nº 868.606.909-68, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287

PORTARIA Nº 287, de 30/12/2016.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a servidora municipal JOVILDE MARIA SERIGHELLI PIROLI, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 1.680.632 e CPF nº 518.036.749-20, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR PEDAGÓGICO, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288

PORTARIA Nº 288, de 30/12/2016.

Torna sem Efeito Portarias que Designa Funcionário e Concede Função Gratificada a Servidores Municipais.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito todas as Portarias que “Designa Funcionário e Concede Função Gratificada”, para os Servidores Municipais, a partir do dia 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0002/2016 - CONTRATO Nº 0008/2014 - V. T. ENGENHARIA E CONST. LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0002/2016 AO CONTRATO Nº 0008/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº0008/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO E DESTINO FINAL LIXO HOSPITALAR - EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor FERNANDO ANDRÉ MANENTI, e a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TESTOLIN (JÁ QUALIFICADOS NO CONTRATO 008/2014 e TERMO ADITIVO 001/2015) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica aditivado o prazo para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo hospitalar, objeto do contrato nº 0008/2014, por mais 02(dois) meses, ou seja, de 1º/01/2017 a 28/02/2017.

CLAUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

FERNANDO ANDRÉ MANENTI

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ nº 76.323.633/0001-00

CONTRATADA

VILMAR TESTOLIN

SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

EVERTON CAMPAGNIN
CPF Nº 715.611.619-34
AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para prorrogação do prazo contratual ao contrato nº 0008/2014, celebrado com a Empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto é o coleta, transporte e tratamento de Lixo Hospitalar, até 28/02/2017.

CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 02 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO ANDRÉ MANENTI
GESTOR DO FUNDO

TERMO ADITIVO Nº 0002/2016 AO CONTRATO Nº 0008/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COLETA DE LIXO HOSPITALAR

CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (28/02/2017)

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0002/2014 - HOSPITAL UNIV. SANTA TEREZINHA - HUST

TERMO ADITIVO 0003/2016 AO CONTRATO Nº 0002/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES EM PRONTO ATENDIMENTO COM PLANTÃO E SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS- HUST

TERMO ADITIVO AO CONTRATO de Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário da Saúde, o Senhor FERNANDO ANDRÉ MANENTI e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.59236910009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriana Bonatto, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo DR. ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações e o Processo de Licitação nº 0001/2014 - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2014 homologado no dia 06 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – A CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO Nº. 0002/2014 passa a vigor com a seguinte forma:

6. CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1. A duração deste termo de contrato fica adstrita à vigência dos créditos orçamentários alocados para a contratação compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. (...)

–

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 13 de dezembro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

CNPJ Nº 10.479.381/0001-97

FERNANDO ANDRÉ MANENTI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC

CNPJ/MF Nº 84.59236910009-88

ADGAR Z. BITTENCOURT

Diretor Geral do HUST

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF SOB Nº 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA-SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM O Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 DA LEI 8.666/93, E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO COM A EMPRESA HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC, cujo objeto é: disponibilização e a prestação pelo CONTRATADO, de serviços 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, para manter Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, compreendendo:

a) O Sobreaviso de Especialidades Médicas será disponibilizado por meio de escala e compreende: ginecologia/obstetrícia, traumatologia, anesthesiologia, cirurgia geral, clínica médica e pediatria;

b) Atendimento ambulatorial e realização de exames quando necessários para diagnóstico conclusivo no momento do atendimento. CONFORME Processo de Licitação nº 0001/2014 - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2014 homologado no dia 06 de janeiro de 2014. A ADITIVAÇÃO DO PRAZO ATENDE A LEGISLAÇÃO

CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 12 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDO ANDRÉ MANENTI
GESTOR DO FUNDO

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 0002/2014. PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015 TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2014
OBJETO: DISPONIBILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO PELO CONTRATADO, DE SERVIÇOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS ININTERRUPTAS TODOS OS DIAS DA SEMANA, PARA MANTER SERVIÇOS HOSPITAIS EM PRONTO ATENDIMENTO COM PLANTÃO E SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS.

CONTRATADA: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST

PRAZO: 31/12/2017

TERMO ADITIVO Nº 0010/2016 - CONTRATO Nº 0017/2012 - V. T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0010/2016 AO CONTRATO Nº 0017/2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. EMPRESA V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente TERMO ADITIVO, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro nº 26, em Arroio Trinta – SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, e a empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo senhor VILMAR TESTOLIN (JÁ QUALIFICADOS NO CONTRATO INICIAL E TERMOS ADITIVOS DE Nº 0001 a 0010) e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo para a execução da obra, objeto do contrato nº 017/2012, por mais 02(dois) meses, ou seja, de 1º/01/2017 a 28/02/2017, findo tal prazo, completam-se 60 meses, necessário realização de novo processo licitatório.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CONTRATANTE
ALCIDIR FELCHILCHER
CPF sob nº 518.040.009-06

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 76.323.633/0001-00
CONTRATADA
VILMAR TESTOLIN
SÓCIO DIRETOR

TESTEMUNHAS:
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF Nº 000.077.349-21

EVERTON CAMPAGNIN
CPF Nº 715.611.619-34

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com o Art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para prorrogação do prazo contratual ao contrato nº 0017/2012, celebrado com a Empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, cujo objeto é o coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, até 28/02/2017.

CABE DESTACAR, QUE A DEFINIÇÃO DA ADITIVAÇÃO DO PRAZO DE 02 MESES OCORREU EM REUNIÃO REALIZADA COM A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO ATUAL E DO PRÓXIMO GOVERNO.

Arroio Trinta – SC, 12 de dezembro de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0010/2016 AO CONTRATO Nº 0017/2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COLETA DE LIXO CONTRATADA: V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ (28/02/2017)

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO 69/2016

DECRETO Nº 069/2016.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1449 de 19 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 23 de dezembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO 70/2016

D E C R E T O N.º 070/2016

"CONSTITUI COMISSÃO E NOMEIA MEMBROS PARA O RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS DECORRENTES DO CONVÊNIO N.º 2015TR001391-ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDAM."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão para proceder ao recebimento provisório e definitivo da obras e metas decorrentes do CONVÊNIO N.º 2015TR001391, firmado entre o MUNICÍPIO DE ATALANTA e ESTADO DE SANTA CATARINA/FUNDAM, que tem por objeto a EXECUÇÃO DA DRENAGEM URBANA, PAVIMENTAÇÃO VIÁRIA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DE ATALANTA, SENDO ELAS: ELIESER VIEIRA PAMPLONA, ALCIDES FRANCISCO PETRI, LAURO DRABZYNSKI, TEODORO CARDOSO FERNANDES E PORTO ALEGRE, DE ACORDO COM O CONVÊNIO 2015TR001391, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DO FUNDAM, CONFORME CONSTAM DOS CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, MEMORIAIS

DESCRIPTIVOS E PROJETOS EM ANEXO.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão, de que trata o artigo anterior, os seguintes membros:

- SIMONI ANTUNES
- CATIUCIA KELI SIEVERS
- ZENI SOLANGE D. STARISKI

Art. 3º - A Comissão constituída na forma do Art. 1º, após averiguação da obra, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá emitir o Termo de Recebimento provisório e após 90 dias o termo de recebimento Definitivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 23 de dezembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO 71/2016

D E C R E T O N.º 071/2016

"CONSTITUI COMISSÃO E NOMEIA MEMBROS PARA O RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DAS OBRAS DECORRENTES DO CONVÊNIO N.º 2016TR0001136-ESTADO DE SANTA CATARINA/ADR-ITUPORANGA."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão para proceder ao recebimento provisório e definitivo da obras e metas decorrentes do CONVÊNIO N.º 2015TR001391, firmado entre o MUNICÍPIO DE ATALANTA e ESTADO DE SANTA CATARINA/ADR - ITUPORANGA que tem por objeto a AMPLIAÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL INFANTIL CRECHE MONTÃO DE CARINHO DE ATALANTA EM ALVENARIA, COM 111,54 M² DE ÁREA CONSTRUÍDA CONFORME OS ÍTENS (01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15), CONFORME CONSTA DO QUADRO DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS. Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão, de que trata o artigo anterior, os seguintes membros:

- SIMONI ANTUNES
- CATIUCIA KELI SIEVERS
- ZENI SOLANGE D. STARISKI

Art. 3º - A Comissão constituída na forma do Art. 1º, após averiguação da obra, no prazo de 05 (cinco) dias, deverá emitir o Termo de Recebimento provisório e após 90 dias o termo de recebimento Definitivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 23 de dezembro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO/GP/Nº 474/2016

DECRETO/GP/Nº 474/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, Estado de Santa Catarina, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a ata da reunião realizada no dia 29 de dezembro de 2016, às 14h00min, na sede do CRAS de Balneário Rincão, onde foram escolhidos os representantes governamentais e da sociedade civil, para compor o Conselho Municipal do idoso, criado pela Lei Municipal n 278/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo nominados para compor o Conselho Municipal do Idoso de Balneário Rincão:

I – Representantes Governamentais:

- a) Karina de Souza;
- b) Fernanda Francesconi;
- c) Simone Serafim Abreu Gonçalves;
- d) Fernanda de Oliveira;
- e) Isabel Cristina de Souza.

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Gilberto Taraskevicius;
- b) Clemilda Olavio Vianna;
- c) Adélia Zenato Rocha;
- d) Marlene Adilio da Silveira;
- e) Neusa de Farias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão (SC), 29 de dezembro de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 29 de dezembro de 2016.

EXTRATO DE ADITIVO - AM TRANSPORTES.042

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 042/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência do Contrato Nº. 042/PMBR/2016, que tem como objeto serviços de transporte escolar para atender alunos da Rede Pública Municipal e Estadual, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Educação. ASSINATURA: 20/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antoniel Borges França.

EXTRATO DE ADITIVO - BENJAMIN

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 082/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 082/PMBR/2016, que prevê o termino em 31/12/2016, por 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse público baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Benjamin da Rosa Lemos.

EXTRATO DE ADITIVO - CIGA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 005/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do PERÍODO DE VIGÊNCIA, que prevê o término em 31/12/2016, por mais 01 (um) ano, ou seja, até 31/12/2017, passando a vigorar a partir de 01/01/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças. ASSINATURA: 20/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

EXTRATO DE ADITIVO - LABORATORIO

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 001/FMS/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 001/FMS/2015, que prevê o termino em 02/01/2017, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 02/01/2018, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração E Finanças. ASSINATURA: 20/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademar Antonio Dal Pont .

EXTRATO DE ADITIVO - STRATEGIC

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 062/PMBR/2016. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS do Contrato Nº. 062/PMBR/2016, que tem como objeto prestação de serviços de Assessoria Técnica de apoio administrativo junto a Secretaria de Educação de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão. ASSINATURA: 21/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Ari Tetzlaff.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - LIDER ENGENHARIA

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 043/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e do período de vigência, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 01/01/2017 até 29/06/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 12/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olírio Jose Lino - Prefeito Municipal em Exercício e pela empresa o Sr. Robson Ricardo Rezende.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - OEDING

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 038/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, que prevê o término em 31/12/2016, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 01/01/2017 até 28/02/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças. ASSINATURA: 20/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Eyng.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - OEDING.FMS

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 025/FMS/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do período de vigência, que prevê o término em 31/12/2016, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 01/01/2017 até 28/02/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças. ASSINATURA: 20/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Eyng.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - TRÊS BRAÇAS

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 122/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução e do período de vigência, que prevê o término em 12/12/2016, por mais 84 (oitenta e quatro) dias, ou seja, de 12/12/2016 até 05/03/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 07/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Janete Inês Weber Eckert.

EXTRATO DE ADITIVO 07 - LUIS MACHADO

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao Contrato Nº. 052/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 052/PMBR/2013, que prevê o término em 31/12/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse público, baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 12/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Luis Machado.

PORTARIA SAS Nº 001/2016

PORTARIA SAS Nº 001/2016

A Secretária de Assistência Social, Mariza Gyrão Góes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a Lei Municipal nº 276/2016, que instituiu o Programa "Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes no Município:

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação da Equipe Técnica do Programa "Família Acolhedora", composta pelos profissionais elencados nos incisos I e II do art. 19 da Lei Municipal nº 276/2016, bem como a nomeação de um Coordenador, conforme dispõe o parágrafo único do art. 17 da citada Legislação,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Fernanda Francesconi, Psicóloga, matrícula funcional nº 1101 e a Servidora Marilaine Scheffer Trajano, Assistente Social, matrícula funcional nº 928, para, sob a Coordenação da primeira, compor a Equipe Técnica do Programa "Família Acolhedora" de Crianças e Adolescentes do Município de Balneário Rincão.

Parágrafo Único: As atribuições inerentes às funções encontram-se previstas na Lei Municipal nº 276/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 26 de dezembro de 2016.

MARIZA GYRÃO GÓES

Secretária de Assistência Social

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 26 de dezembro de 2016.

Barra Velha

PREFEITURA

014 - 2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: MULTI SHOW FOGOS E SHOWS PIROTECNICOS LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 032/2016 PP nº 017/2016

Objeto: Realização de show pirotécnico no reveillon 2016/2017 do Município de Barra Velha conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)

Data da assinatura: 29/12/2016

Data do vencimento: 30/01/2017

Barra Velha, 29 de dezembro de 2016

JOÃO BATISTA SCALVIN –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIA 301-306/2016

PORTARIA nº. 301/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

EXONERA

Art. 1º. Fica exonerada ANDREA ADENILSE OSSOWSKI DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Assessora de Contabilidade, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA nº. 302/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

EXONERA

Art. 1º. Fica exonerada LUANA PRISCILA BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Coordenadora de Gabinete, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA nº. 303/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

EXONERA

Art. 1º. Fica exonerado ERALDO SCHIESSL, ocupante do cargo de Vice Prefeito Municipal do quadro de funcionários de cargo eletivo desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA nº. 304/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

EXONERA

Art. 1º. Fica exonerado GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Prefeito Municipal do quadro de funcionários de cargo eletivo desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

REVOGA PORTARIA

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 135/2015 que alterava o cargo da servidora JULIANE LECIN para Diretora de Administração e Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA nº. 306/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente:

EXONERA

Art. 1º. Fica exonerado ALESSANDRO DÉCIO DAMASO, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de dezembro de 2016
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

LEI Nº 3705/2016

LEI Nº 3705/2016 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS, RELATIVO A CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS, COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL ADMINISTRADO PELO PREVBIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Termo de Confissão de Débitos Previdenciários e celebrar Acordo de Parcelamento com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Biguaçu – PREVBIGUAÇU, relativo ao débito das contribuições previdenciárias da parte patronal, devidas e não repassadas pelo Município ao PREVBIGUAÇU, das competências de outubro, novembro e dezembro de 2016, incluída a contribuição relacionada ao Décimo-Terceiro de 2016, num montante de até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), em 48 (quarenta e oito) prestações mensais, iguais e sucessivas, observado o disposto no artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação dada pela Portaria MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

§1º O parcelamento autorizado pelo caput deste artigo não alcança eventuais débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

§2º O parcelamento autorizado pelo caput deste artigo será operacionalizado através da utilização obrigatória do sistema CADPREV, fornecido pelo Ministério da Previdência Social, ou por outro que venha a substituí-lo.

Art. 2º Para apuração do montante devido especificado no artigo 1º desta lei os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros compostos de 0,50% ao mês, calculados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§1º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de juros compostos de 0,50% ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo até o mês de pagamento.

§2º O valor mensal correspondente a cada parcela será cancelado pela utilização do sistema indicado no §2º do artigo 1º desta lei.

Art. 3º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,50% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Art. 4º Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substituto, compatível com as necessidades atuariais do PREVBIGUAÇU.

Art. 5º Se os critérios de parcelamento previsto nesta lei resultar em desequilíbrio financeiro atuarial do plano de custeio do PREVBIGUAÇU, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e seguintes, com a seguinte classificação:

1901.28.843.0000.0003 – Amortização de Dívidas
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida/Aplicação Direta
4.6.90.00 – Amortização da Dívida/Aplicação Direta

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de dezembro de 2016.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3705 /2016, de 30/12/2016
Sancionada em 30/12/2016
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 141/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 141/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Inovadora Sistema de Gestão LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2765/2015

Objeto: TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2016 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016, (aquisição de fornecimento de licença de uso de software para a área de gestão da saúde).

Vigência: Novo prazo de vigência para 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 142/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 142/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2015 DE 23 DE JUNHO DE 2015, (LOCAÇÃO/MANUTENÇÃO DE SOFTWARE, FIRMADO ENTRE GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS E O Município de bom jesus do oeste)

Vigência: Novo prazo de vigência para 31 de Dezembro de 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 143/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 143/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GAIA RODOVIAS LTDA.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 123/2016 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016 (Pavimentação asfáltica em pátio do DMER).

Vigência: Novo prazo de vigência para 28 de Fevereiro 2017.

Assinatura: 28 de Dezembro de 2.016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO LEGISLATIVO Nº 118-2016 EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL DA CÂMARA CHARLAINE KREUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº118/16, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016. EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de

Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. EXONERA a partir do dia 30 /12/2016, a Servidora Municipal Sra. CHARLAINE KREUZ, matrícula nº 248, portador do CIC sob. nº 047.758.069.63, nascida em 21/04/1984, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, no Cargo de Diretora Executiva da Câmara, com carga horária de 40 horas semanais, admitida em 08 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 30 de dezembro de 2016.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 119-2016 EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL DA CÂMARA RICARDO LUIZ COPINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº119/16, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016. EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. EXONERA a partir do dia 30 /12/2016, O Servidor Municipal Sr. RICARDO LUIZ COPINI, matrícula nº 2561, portador do CIC sob. nº 078.506.489-35, nascido em 04/09/1989, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, no Cargo de Controlador Interno, com carga horária de 15 horas semanais, admitida em 05 de maio de 2016.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 30 de dezembro de 2016.

HARI SCHMIDT

Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Janiara Keller Ceccon

1º Secretária da Mesa Diretora

DECRETO LEGISLATIVO Nº 120-2016, EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL DA CÂMARA CÉSAR LUIS MAJOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO LEGISLATIVO Nº120/16, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º. EXONERA a partir do dia 30 /12/2016, O Servidor Municipal Sr. CÉSAR LUIS MAJOLO, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 942.309.009.53, nascido em 13/07/1974, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, no Cargo de Assessor Jurídico, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em 08 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 30 de dezembro de 2016.

HARI SCHMIDT
Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Janiara Keller Ceccon
1º Secretária da Mesa Diretora

Bom Retiro

PREFEITURA

1087.12.16 - P. PROCESSO ADMINISTRATIVO IVONE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1087/16 de 27.12.16

Prorroga Prazo do Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º- Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação, o prazo para a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de Ivone Neuhaus – Servente, matrícula nº 5167-5, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte tendo em vista que não foi possível citar a funcionária e para que seja diligenciado sobre o novo endereço da mesma.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de dezembro de 2016.

Albino Gonçalves Padilha	Sandra Mara Vieira Prá
Prefeito Municipal	Sec. de Adm. e Fazenda

1088.12.16 - P. LIC. PREMIO JOSE A. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1088/16 de 27.12.16
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 089/16 de 07.12.16, e despacho em 27.12.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de dezembro de 2016, janeiro de 2017 e fevereiro de 2017, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); ao funcionário José Artur Rovaris, ocupante do cargo de Pedagogo - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

1089.12.16 - P. LIC. PREMIO MARIA E. N. BIANCHI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1089/16 de 27.12.16
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 091/16 de 07.12.16, e despacho em 27.12.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de dezembro de 2016, janeiro de 2017 e fevereiro de 2017, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); a funcionária Maria Eliza Nunes Bianchi, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

1090.12.16 - P. LIC. PREMIO NEIVA R. D. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1090/16 de 27.12.16
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 090/16 de 07.12.16, e despacho em 27.12.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de dezembro de 2016, janeiro de 2017 e fevereiro de 2017, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, ocupante do cargo de Contadora - Padrão 1 – Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal	Sec. Mun. Adm. Fazenda

1091.12.16 - P. LIC. PREMIO ELISIANI L. NABAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1091/16 de 29.12.16
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 065/16 de 11.07.16, e despacho em 29.12.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento em única parcela, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); 1ª nomeação 08.05.1996, a funcionária Elisiani de Lins Nabar, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 21, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
29 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

1092.12.16 - P. EXON. JUCINARA C. CUNHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1092/16 de 30.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Jucinara Capistrano da Cunha, do Cargo de Procurador Geral do Município – Padrão I - Nível – 37, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 951/15 de 10.12.15, com exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 30 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

1093.12.16 - P. EXON. IRES K. BOSQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1093/16 de 30.12.16

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas

atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Ires Kapitula Bosquetti, do Cargo de Assistente Administrativo – Padrão I - Nível – 6, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 529/16 de 01.06.2016, com exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 30 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

1094.12.16 - P. EXON. IRES K. BOSQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1094/16 de 30.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Ires Kapitula Bosquetti, do Cargo de Assessor Gabinete do Prefeito – Nível 36, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 603/16 de 15.06.16, com exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 30 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

115.12.16 - DEC. CESSA. HIEDE M. CARBONERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto n.º 115/16 de 30.12.16.

Cessa Efeitos do Decreto N.º 050/14 de 16.06.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

Cessar Efeitos do Decreto N.º 050/14 de 16.06.14 que nomeou a Sra. Hiede Maria Carbonera – Secretária Municipal de Saúde – Nível 37 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 30 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

116.12.16 - DEC. CESSA. SANDRA M. V. PRÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto n.º 116/16 de 30.12.16.

Cessa Efeitos do Decreto N.º 029/16 de 01.04.16

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

Cessar Efeitos do Decreto N.º 029/16 de 01.04.16 que nomeou a Sra. Sandra Mara Vieira Prá – Secretária Municipal de Administração e Fazenda – Nível 37 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 30 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
30 de dezembro de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 202 A 208/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 202/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Império do Papel Comercio de Papéis Ltda. – Me.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 6.395,00 (seis mil trezentos e noventa e cinco reais)

Extrato Contrato 203/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: JLM Comercio De Produtos Alimentícios Ltda. – ME.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.195,80 (três mil cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos)

Extrato Contrato 204/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Jhonatan Bagatoli ME.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.995,00 (três mil novecentos e noventa e cinco reais)

Extrato Contrato 205/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Gilmar Sani ME.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.664,00 (três mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

Extrato Contrato 206/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Tecnolar Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.682,00 (três mil seiscentos e oitenta e dois reais)

Extrato Contrato 207/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: ADL Comercial Eireli EPP.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.547,00 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais)

Extrato Contrato 208/2016 Pregão Presencial 05/2016 FMAS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)
Contratado: Sandro Vilmar Pires ME.
Objeto: Aquisição de materiais de informática, expediente e escritório, eletrodomésticos, brinquedos e equipamentos para atender o Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro com recurso "Proteção Social Básica.
Valor Total: R\$ 3.547,00 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais)

Bom Retiro, 29 de dezembro de 2016.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0145/2016

DECRETO Nº. 0145/2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (225) – 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0089 – Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

TOTAL R\$ 4.500,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do recurso 1.0089 – Alienações de Bens destinados a Outros programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 28 de dezembro de 2016.
ROMILDO TESKE
Prefeito Municipal

DECRETO 0146/2016

DECRETO Nº. 0146/2016.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (181) – 3.3.90.00.00.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), conforme segue:

08 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA
01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2.074 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura (182) – 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 7.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 28 de Dezembro de 2016.
ROMILDO TESKE
Prefeito Municipal

DECRETO 0147/2016

DECRETO Nº. 0147/2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.772,73 (Dez mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.087 – Piso da Atenção Básica Variável – Saúde da Família (17) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0141.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.714,43

2.088 – Piso da Atenção Básica Variável – Saúde Bucal (18) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0141.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.058,30

TOTAL R\$ 10.772,73

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do recurso 1.0141 – Atenção Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 28 de dezembro de 2016.
ROMILDO TESKE
Prefeito Municipal

DECRETO 0148/2016

DECRETO Nº. 0148/2016.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0858/2015 de 17.12.2015, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb

(78) – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.0018.000000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2016 do recurso 1.0018 – Fundeb.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 29 de dezembro de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 0129/2016

PORTARIA 0129/2016

Concede Progressão Vertical

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Carmelita de Souza	40 hs	04.06.2013	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.12.2016.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0130/2016

PORTARIA Nº 0130/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Mara Eliza Schaade, ocupante do cargo em comissão de Assessor do Meio Ambiente do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 010/2013, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0131/2016

PORTARIA Nº 0131/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Mário Raduntz, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Oficina do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 086/2015, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0132/2016

PORTARIA Nº 0132/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Cleiton Francisco Pedro, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Esportes do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 056/2016, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0133/2016

PORTARIA Nº 0133/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Priscila Gonçalves Dos Santos Coelho, ocupante do cargo em comissão de Secretária de Administração e Finanças do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 029/2016, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0134/2016

PORTARIA Nº 0134/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Isolene Grahl, ocupante do cargo em comissão de Secretária da Educação do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 058/2016, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0135/2016

PORTARIA Nº 0135/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Gilson Junior da Silva, ocupante do cargo em comissão de Secretário da Cultura, Turismo e Lazer do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 030/2016, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0136/2016

PORTARIA Nº 0136/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora Marina Solange Georg Erbs, ocupante do cargo em comissão de Secretária da Saúde do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 052/2014, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 0137/2016

PORTARIA Nº 0137/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso II, letra d, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor Albanir Martins, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Obras/Estradas/Serviços Urbanos e Agropecuários do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 055/2016, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de dezembro de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 29/03/2016 Valido até: 29/03/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Chapa Ondulada 1,53 x1,10 x 6mm (17843)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	31,0386	1
2	Chapa Ondulada 1,83 x1,10 x 6mm (17844)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	36,5556	1
3	Chapa Ondulada 2,44 x1,10 x 6mm (17845)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	50,1433	1
4	Cuneeira Articulada Inferior 6mm (17846)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	33,5997	1
5	Cuneeira Articulada Superior 6mm (17847)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	33,5997	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 29/03/2016 Válido até: 29/03/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Parafuso Telhado 5/16 x 110 (17848)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	rex	0	0,4335	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 29/03/2016		Válido até: 29/03/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016
PROCESSO Nº 17/2016

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 29 de Março de 2016.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7918/2016

DECRETO Nº. 7918, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 1.666.610,24 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e dez reais e vinte e quatro centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 100.000,00

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 137.004,84

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 219.436,37

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.57 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – SAMU

VALOR R\$ 6.050,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.11 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – CEO

VALOR R\$ 32.945,00

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.3.38.13 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – NASF

VALOR R\$ 49.788,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.10 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 123.000,00

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.16 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PMAQ

VALOR R\$ 448.454,77

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.08 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB

VALOR R\$ 88.557,40

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.67.10 Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – ESF

VALOR R\$ 371.000,00

010.0305.0105.2274 Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)

3.1.90.00 Aplicações diretas – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 40.497,00

3.1.91.00 Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos – Pessoal e Encargos Sociais

0.1.38.20 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Epidemiológica

VALOR R\$ 1.874,72

010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.06.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária

VALOR R\$ 16.734,00

010.0305.0105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS (BLVGS)

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 578,00

010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 2.287,43

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 28.402,71

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 100.000,00

010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.11 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – CEO

VALOR R\$ 10.221,12

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.11 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – CEO

VALOR R\$ 22.723,88

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 181.000,00

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.57 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – SAMU

VALOR R\$ 6.050,00

3.3.93.00 Aplicações Diretas decorrentes de operação de órgãos fundos e entidades dos OFSS com consórcio público

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 148.000,00

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 27.441,21

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras despesas correntes – Aplicações Diretas

0.1.38.10 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 159.876,36

3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

0.1.38.10 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

VALOR R\$ 63.123,64

010.0305.0105.2281 Manutenção do Programa DST/AIDS (BLVGS)

4.4.90.00 Aplicações diretas – Investimentos

0.1.02.00 Rec de Impostos e de Transf imp -saúde

VALOR R\$ 578,00

010.0301.0275.2272 Manutenção Assistência Farmacêutica (BLAFB)

3.3.93.00 Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0.1.02.00 Rec.de Impostos e de Transf.imp-saúde

VALOR R\$ 30.690,14

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
345770-2	Besc – Garmácia Básica	0.1.38.13 0.3.38.13	R\$ 18.000,00 R\$ 183.150,00
624002-9	Fms Fns/blatb	0.1.38.13 0.3.38.13	R\$ 40.881,98 R\$ 200.607,03
Total			R\$ 442.639,01

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.13	R\$ 5.686,32
DDO a pagar	0.1.38.13	R\$ 3.524,38
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.13	R\$ 433.428,31

Utilizado no decreto 7856/2016	0.3.38.13	R\$ 60.000,00
Utilizado no decreto 7870/2016	0.3.38.13	R\$ 47.000,00
Utilizado no decreto 7889/2016	0.3.38.13	R\$ 45.708,43
Utilizado no decreto 7900/2016	0.3.38.13	R\$ 40.000,00
Saldo a utilizar		R\$ 240.719,88

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.38.16	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PMAQ
Valor Orçado	R\$ 2.300.000,00
Valor Arrecadado até 16/12/2016	R\$ 2.951.500,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 651.500,00
Valor a utilizado no decreto nº. 7889 de 25/10/2016	R\$ 41.001,57
Valor a utilizado no decreto nº. 7900 de 2016	R\$ 162.042,83
Valor a utilizar	R\$ 448.455,60

0.1.38.08	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/União – PAB
Valor Orçado	R\$ 2.650.000,00
Valor Arrecadado até 16/12/2016	R\$ 2.952.882,14
Excesso de Arrecadação	R\$ 302.882,14
Valor a utilizado decreto nº. 7889 de 25/10/2016	R\$ 42.388,00
Valor a utilizado decreto nº. 7900 de 22/11/2016	R\$ 171.936,74
Valor a utilizar	R\$ 88.557,40

0.1.67.10	Transferência do Sistema único de Saúde – SUS/Estado – ESF
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor Arrecadado até 16/12/2016	R\$ 464.150,00
Excesso de Arrecadação	R\$ 464.150,00
Valor Utilizado no decreto 7850/2016	R\$ 87.950,00
Valor a utilizar	R\$ 376.200,00

0.1.38.20	Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental
Valor Orçado	R\$ 356.900,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016.	R\$ 558.351,01
Excesso de arrecadação até a data de 16/12/2016	R\$ 201.451,01
Utilizado no Decreto 7870/2016	R\$ 52.000,00
Utilizado no Decreto 7889/2016	R\$ 71.484,04
Utilizado no Decreto 7889/2016	R\$ 35.594,20
Saldo a utilizar	R\$ 42.372,77

0.1.06.01	Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
Valor Orçado	R\$ 950.000,00
Valor arrecadado até a data de 22/11/2016	R\$ 1.088.323,73
Excesso de arrecadação até a data de 22/11/16	R\$ 138.323,73
Valor utilizado no decreto 7870/2016	R\$ 11.000,00
Valor utilizado no decreto 7889/2016	R\$ 40.000,00
Valor utilizado no decreto 7900/2016	R\$ 30.000,00
A utilizar	R\$ 46.734,27

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.


Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ DA CUNHA Prefeito Municipal	SÔNIA KNIHS CRESPI Procuradora Geral do Município
GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO IPASC

	
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO	
CNPJ: 83.074.302/0001-31	Número do acordo: 01155/2016
Ente: Prefeitura Municipal de Caçador / SC	Data de consolidação do Termo: 22/12/2016
Título: Contribuição Previdenciária Patronal e Suplementar Prefeitura	Data de assinatura do Termo: 22/12/2016
Lei autorizativa do parcelamento:	Data de vencimento da 1ª: 10/01/2017
2. RESULTADO DA RUBRICA	
Rubrica: Contribuição Patronal	
Competência: Inicial: 11/2015 Final: 09/2016	Quantidade de Parcelas: 60
Diferença apurada: 5.064.282,30	Diferença apurada atualizada: 5.681.074,87
Valor da parcela na data de consolidação: 94.684,58	
Critérios de atualização para consolidação do débito:	
Índice: IGP-M	Taxa de juros: 1,00 am
	Tipo de juros: Simples
	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas vincendas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Simples
Critérios de atualização das parcelas vencidas:	
Índice: IGP-M	Taxa de juros: 1,00 am
	Tipo de juros: Simples
	Multa: 2,00 %

28/12/16 13:52 v1.1


Página 1 de 3

<div><div>PREVIDÊNCIA SOCIAL <small>Secretaria de Políticas de Previdência Social</small></div></div>										DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP									
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA																			
COMPETÊNCIA		DIFERENÇA APURADA		ÍNDICE(%)		VARIAÇÃO(%)		ATUALIZAÇÃO		JUROS PERC.(%)		JUROS		MULTA		DIFERENÇA ATUALIZADA			
11/2015		768.714,27		1,52		7,14		54.886,20		12,00		98.832,06		15.374,29		937.806,82			
12/2015		546.149,62		0,49		6,61		36.100,49		11,00		64.047,51		10.922,99		657.220,61			
13/2015		646.376,52		0,49		6,61		42.725,49		11,00		75.801,22		12.927,53		777.830,76			
01/2016		236.291,83		1,14		5,41		12.783,39		10,00		24.907,52		4.725,84		278.708,58			
02/2016		-1.498,61		1,29		4,07		-60,99		9,00		-140,36		-29,97		-1.729,93			
03/2016		-24.458,44		0,51		3,54		-865,83		8,00		-2.025,94		-489,17		-27.839,38			
04/2016		166.798,98		0,33		3,20		5.337,57		7,00		12.049,56		3.335,98		187.522,09			
05/2016		-971,20		0,82		2,36		-22,92		6,00		-59,65		-19,42		-1.073,19			
06/2016		-2.111,68		1,69		0,66		-13,94		5,00		-106,28		-42,23		-2.274,13			
07/2016		931.446,01		0,18		0,48		4.470,94		4,00		37.436,68		18.628,92		991.982,55			
08/2016		918.557,85		0,15		0,33		3.031,24		3,00		27.647,67		18.371,16		967.607,92			
09/2016		878.987,15		0,20		0,13		1.142,68		2,00		17.602,60		17.579,74		915.312,17			
TOTAL:		5.064.282,30						159.514,32				355.992,59		101.285,66		5.681.074,87			

28/12/16 13:52 v1.1


Página 2 de 3

28/12/16 13:52 v1.1

	
ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO	
1. ENTE	
Nome: Prefeitura Municipal de Caçador / SC	CNPJ: 83.074.302/0001-31
Endereço: Avenida Santa Catarina	Complemento: Prédio
Bairro: Centro	CEP: 89500-000
Telefone: (049) 3563-0322	Fax: (049) 3563-0322
	E-mail: prefeito@cacador.sc.gov.br
2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE	
Nome: Gilberto Amaro Comazzeito	CPF: 550.201.009-00
Cargo: Prefeito	Complemento do Cargo: Prefeito eleito em 2012
E-mail: prefeitoribeto@cacador.sc.gov.br	Data Início de Gestão: 01/01/2013
3. UNIDADE GESTORA	
Nome: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador	CNPJ: 04.272.905/0001-71
Endereço: Travessa General Osório,52	Complemento: Casa
Bairro: Centro	CEP: 89500-000
Telefone: (049) 3563-0216	Fax: (049) 3563-0216
	E-mail: ipasccontabil@cacador.sc.gov.br
4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA	
Nome: Fernanda Fiorilli	CPF: 058.278.659-23
Cargo: Diretor	Complemento do Cargo: Presidente
Telefone: (049) 9948-8315	Fax:
	E-mail: ipascban@cacador.sc.gov.br
	Data Início de Gestão: 19/04/2016
5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO	
Nome: Karen Fernanda Ribeiro	CPF: 031.763.409-74
Telefone: (049) 9926-1700	E-mail: ipasccontabil@cacador.sc.gov.br
Data de envio: 27/12/2016	

28/12/16 14:08 v1.1

Página 1 de 3

 <p>PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria de Políticas de Previdência Social</p>									
ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO									
6. DADOS DO ACORDO									
Reparcelamento: Não		Número do acordo: 01155/2016							
Título: Contribuição Previdenciária Patronal e Suplementar Prefeitura				Valor consolidado: 5.681.074,87		Data de consolidação do termo: 22/12/2016			
Rubrica: Contribuição Patronal				Valor da parcela inicial: 94.684,58		Data de assinatura do Termo: 22/12/2016			
Lei autorizativa do parcelamento:				Quantidade de Parcelas: 60		Data de vencimento da 1ª parcela: 10/01/2017			
Competência: Inicial: 11/2015 Final: 09/2016				Critério de atualização:					
Critérios de atualização para consolidação do débito:									
Índice: IGP-M		Taxa de juros: 1,00 am		Tipo de juros: Simples		Multa: 2,00 %			
Critérios de atualização das parcelas vincendas:									
Índice: IPCA		Taxa de juros: 0,50 am		Tipo de juros: Simples					
Critérios de atualização das parcelas vincendas:									
Índice: IGP-M		Taxa de juros: 1,00 am		Tipo de juros: Simples		Multa: 2,00 %			
7. DADOS DAS TESTEMUNHAS									
TESTEMUNHA - 1:									
CPF: 031.763.409-74				Nome: Karen Fernanda Ribeiro		Cargo: Contadora			
RG: 4288094				Telefone: (049) 9992-6170		E-mail: ipaiscontabil@cacador.sc.gov.br			
TESTEMUNHA - 2:									
CPF: 041.198.409-80				Nome: Andreia Rodrigues		Cargo: Assessora administrativa e financeira			
RG: 4539332				Telefone: (049) 3563-0216		E-mail: ipaiscrh@cacador.sc.gov.br			
8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS									
9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)									

28/12/16 14:08 v1.1

Página 2 de 3

						
ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO						
10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO						
Nº PARCELA	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS VALOR PARCELA
001	10/01/2017		0,00	0,00	0,00	94.684,58
TOTAIS:						0,00 94.684,58
11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/12/2016						

28/12/16 14:08 v1.1

Página 3 de 3

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01155/2016)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Caçador/SC	CNPJ:	83.074.302/0001-31
Endereço:	Avenida Santa Catarina		
Bairro:	Centro	CEP:	89500-000
Telefone:	(049) 3563-0322	Fax:	(049) 3563-0322
E-mail:	prefeito@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Gilberto Amaro Comazzetto		
CPF:	550.201.009-00		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	Prefeito eleito em
E-mail:	prefeitobeto@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos	CNPJ:	04.272.905/0001-71
Endereço:	Travessa General Osório,52		
Bairro:	Centro	CEP:	89500-000
Telefone:	(049) 3563-0216	Fax:	(049) 3563-0216
E-mail:	ipasccontabil@cacador.sc.gov.br		
Representante legal:	Fernanda Fiorelli		
CPF:	058.278.659-23		
Cargo:	Diretor	Complemento:	Presidente
E-mail:	ipascben@cacador.sc.gov.br	Data início da gestão:	19/04/2016

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 5.681.074,87 (cinco milhões e seiscentos e oitenta e um mil e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2015 a 09/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 5.681.074,87 (cinco milhões e seiscentos e oitenta e um mil e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 94.684,58 (noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 94.684,58 (noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), vencerá em 10/01/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei 291, 21 de março de 2016.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração, acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01155/2016)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e ante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 22/12/2016

Município de Caçador

Gilberto Amaro Comazetto
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Caçador
Gilberto Amaro Comazetto

IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador
Fernanda Fiorelli

Testemunhas:

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

Andreia Rodrigues
Assessora administrativa e financeira
CPF: 041.198.409-80
RG: 4839332

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01155/2016)

DECLARAÇÃO

Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01155/2016, firmado entre o/a Caçador e o IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 22/12/2016, foi publicado em 30/12/2016 no

() mural

() jornal

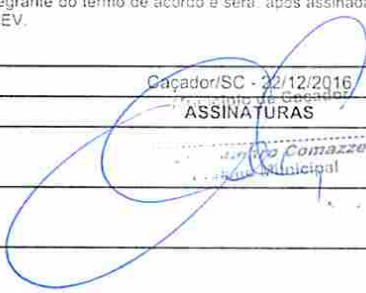
(x) Diário Oficial do Município - Edição nº 2157 de 30/12 / 2016

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, 23/12/2016

Município de Caçador


Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM				
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários				
Acordo CADPREV nº	01155/2016	Data	22/12/2016	
Valor consolidado	5.681.074,87	Valor da prestação inicial	94.684,58	
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/01/2017	
DEVEDOR				
Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31	
Representante Legal	Gilberto Amaro Comazzetto	CPF	550.201.009-00	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1	Conta nº 3896-2
CREDOR				
Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71	
Representante Legal	Fernanda Fiorelli	CPF	058.278.659-23	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1	Conta nº 025124-0
<p>1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:</p> <p>1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;</p> <p>1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.</p> <p>2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:</p> <p>2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.</p> <p>2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.</p> <p>2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.</p> <p>2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.</p> <p>3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.</p> <p>4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.</p>				
Caçador/SC - 22/12/2016 Representante do Devedor ASSINATURAS				
ENTE FEDERATIVO	 Gilberto Amaro Comazzetto Representante Legal do Ente Federativo			
UNIDADE GESTORA				
BANCO DO BRASIL (*)				
(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).				

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.191/2016

DECRETO N.º 3.191/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 367.200,00 (trezentos e sessenta e sete mil e duzentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.025 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica – Saúde da Família SF

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.038 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Código Reduzido: 12

VALOR: R\$ 288.000,00

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.027 – Manut. do Bloco de Atenção Básica – Agentes Comun. de Saúde

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.038 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Código Reduzido: 16

VALOR: R\$ 79.200,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se os recursos do PAB no valor de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais) e R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais) de recursos do Agentes Comunitários de Saúde – ACS do provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 22 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.192/2016

DECRETO N.º 3.192/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.018 – Transferências do FUNDEB - 60%

Código Reduzido: 08

VALOR: R\$ 1.000.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.019 – Transferências do FUNDEB - 60%

Código Reduzido: 09

VALOR: R\$ 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 22 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.193/2016

DECRETO N.º 3.193/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 8
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.194/2016

DECRETO N.º 3.194/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.030 – Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.038 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
Código Reduzido: 48
VALOR: R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.030 – Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.038 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
Código Reduzido: 23
VALOR: R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.195/2016

DECRETO N.º 3.195/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 –Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 5.001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 260.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 –Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Código Reduzido: 13
VALOR: R\$ 100.000,00

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.3.91.00.00 – Aplic. Diretas Decorrente de Op. entre Órgãos
Fonte de Recurso: 5.001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Código Reduzido: 16
VALOR: R\$ 120.000,00

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade
Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 –Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Código Reduzido: 17
VALOR: R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de Dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.972/2016

LEI N.º 2.972/2016

Autoriza o Município de Camboriú a parcelar débitos de contribuição previdenciária para com o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências 08/2016, 09/2016, 10/2016, 11/2016, 12/2016 e 13º salário do exercício de 2016, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS n.º 402/2008, na redação das Portarias MPS n.º 21//2013 e n.º 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA,

acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM deverá constar em cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação dos débitos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PORTARIA N.º 1.608/2016 - PAD 008/2016 (JULIANO TREVISANI)

PORTARIA N.º 1.608/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 008/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pelo servidor JULIANO TREVISANI;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão o servidor JULIANO TREVISANI.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1.641/2016 - PAD 017/2015

PORTARIA N.º 1.641/2016

Substitui membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n.º 017/2015

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações, atendendo a pedido, resolve:

Art. 1º Designar CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 6275, para, em substituição a SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, auxiliar de cadastro, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 5009, integrar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 017/2015, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1.642/2016 - PAD 013/2015

PORTARIA N.º 1.642/2016

Substitui membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n.º 013/2015

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações, atendendo a pedido, resolve:

Art. 1º Designar CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 6275, para, em substituição a SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, auxiliar de cadastro, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 5009, integrar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2015, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1.649/2016 LUCIANO DA LUZ FIDELIS

PORTARIA N.º 1.649/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo de administrativo disciplinar n.º 012/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto furto de alimentos na Escola Municipal Ivone Teresinha Garcia;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso I, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão ao servidor LUCIANO DA LUZ FIDELIS.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1628/2016 - CLAUDIA JANAINA VELOSO

PORTARIA N.º 1.628/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 002/2015, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pela servidora CLAUDIA JANAINA VELOSO;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão a servidora CLAUDIA JANAINA VELOSO.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1630/2016 - YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA

PORTARIA N.º 1.630/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 009/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pela servidora YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão da servidora YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1631/2016 - HELENA REGINA DA SILVA

PORTARIA N.º 1.631/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 003/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pela servidora HELENA REGINA DA SILVA;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão a servidora HELENA REGINA DA SILVA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1632/2016 - ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS

PORTARIA N.º 1.632/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 015/2015, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pela servidora ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS; CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão a servidora ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1633/2016 - CLÉIA BARBOSA ALVARENGA

PORTARIA N.º 1.633/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 004/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pela servidora CLÉIA BARBOSA ALVARENGA; CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão a servidora CLÉIA BARBOSA ALVARENGA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1634/2016 - SUNER RAFAEL DA SILVA

PORTARIA N.º 1.634/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 007/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao abandono de cargo pelo servidor SUNER RAFAEL DA SILVA;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso II, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão ao servidor SUNER RAFAEL DA SILVA.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1643/2016 - PAD 012/2014

PORTARIA N.º 1.643/2016

Substitui membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/2014

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações, atendendo a pedido, resolve:

Art. 1º Designar CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 6275, para, em substituição a SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, auxiliar de cadastro, do quadro de pessoal do Município de Camboriú-SC, matrícula funcional nº 5009, integrar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/2014, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1644/2016 - EMPRESA ALEJANDRO EFRAIN MARKER - ME

PORTARIA N.º 1.644/2016

Aplica penalidade no Empresário Individual ALEJANDRO EFRAIN MARKER-ME.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo n.º 009/2015, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao descumprimento do contrato n.º 002/2015 pelo Empresário Individual ALEJANDRO EFRAIN MARKER-ME;

CONSIDERANDO o disposto art. 87, inciso II e III da Lei Federal n.º 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 87, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93, a penalidade de multa correspondente a 20% do valor do contrato, correspondente a R\$ 19.296,00 (dezenove mil, duzentos e noventa e seis reais) ao Empresário Individual ALEJANDRO EFRAIN MARKER-ME.

Art. 2º Aplicar, nos termos do art. 87, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93, a suspensão temporária de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Municipal por um período de 02 (dois) anos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1645/2016 - GREYCE KELLY EMERENCIANO

PORTARIA N.º 1.645/2016

Aplica penalidade de demissão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo de sindicância investigatória n.º 001/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual levantou provas quanto ao desaparecimento de objeto na Escola Municipal Marlene Zuchi;

CONSIDERANDO o disposto art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 215, inciso I, da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de demissão a servidora GREYCE KELLY EMERENCIANO.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 1684/2016 - RODRIGO RODRIGUES

PORTARIA N.º 1.648/2016

Aplica penalidade de Advertência.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO a conclusão do processo administrativo disciplinar n.º 013/2016, que percorreu os caminhos legais, respeitando o direito da ampla defesa e do contraditório em conformidade com a legislação vigente, o qual definiu a responsabilidade do servidor Sr. RODRIGO RODRIGUES pela prática de conduta incompatível com a moralidade administrativa e por deixar de preservar a imagem, o decoro e a credibilidade;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do artigo 209 da Lei Complementar Municipal n.º 039/2012;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 211 da Lei Complementar Municipal n.º 039/2012.

CONSIDERANDO o princípio administrativo da autotutela e o cumprimento da estrita legalidade.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar, nos termos do inciso I do artigo 209 c/c 211 da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012, a penalidade de ADVERTÊNCIA ao Servidor Sr. RODRIGO RODRIGUES.

Art. 2º Determinar, nos termos do artigo 258 da Lei Complementar n.º 039/2012, o registro da aplicação da penalidade no assentamento individual do servidor.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 002/2015 (CLAUDIA JANAINA VELOSO)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 002/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 068/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente neste Processo Administrativo Disciplinar de número 002/2015, esta Comissão Processante conclui que a servidora CLÁUDIA JANAÍNA VELOSO descumpriu com os deveres de servidor, pois ausentou-se do serviço, sem justificativa, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, razão pela qual sugere-se à Excelentíssima Prefeita Municipal, com alicerce no artigo 215, II, parágrafo único, I, da Lei Complementar

Municipal n.º 039/2012, a aplicação da penalidade de DEMISSÃO. Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 01 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 003/2016 (HELENA REGINA DA SILVA)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 003/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 825/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Nesse sentido, esta Comissão sugere a Excelentíssima Prefeita a demissão da servidora HELENA REGINA DA SILVA por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se.
Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 004/2016 (CLÉIA BARBOSA ALVARENGA)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 004/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 826/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Nesse sentido, esta Comissão sugere a Excelentíssima Prefeita Municipal a demissão da servidora CLÉIA BARBOSA ALVARENGA por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 007/2015 (CLAUDEMIRO GALISKY)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 007/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela portaria n.º 468/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, a presente Comissão Processante conclui que o Sr. Claudemiro Galisky não é culpado pelo acidente de trânsito apurado nos autos e, consequentemente, o indiciado não cometeu qualquer infração administrativa, razão pela qual sugerimos a Excelentíssima Prefeita Municipal o arquivamento do presente processo. Dessa forma, homologo o relatório final e determino o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Fundação Municipal de Esportes e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Publique-se. Arquive-se
Camboriú/SC, 22 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 007/2016 (SUNER RAFAEL DA SILVA)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 007/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.457/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Nesse sentido, esta Comissão sugere a Excelentíssima Prefeita Municipal a demissão do servidor SUNER RAFAEL DA SILVA por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 008/2016 (JULIANO TREVISANI)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 008/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.300/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, esta Comissão sugere à Excelentíssima Prefeita Municipal a demissão do servidor JULIANO TREVISANI por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências cabíveis.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 009/2015 (EMPRESA ALEJANDRO EFRAIN MARKER - ME)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 009/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 970/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no Processo Administrativo, esta Comissão Processante conclui que o contrato n.º 002/2015, na modalidade de pregão presencial n.º 001/2015 – FMC não foi efetivamente cumprido, razão pela qual sugerimos a Excelentíssima Sr.ª Prefeita Municipal a aplicação da multa correspondente a 20% do valor do contrato, correspondente a R\$ 19.296,00 (dezenove mil, duzentos e noventa e seis reais), conforme estabelece o artigo 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, a qual deverá ser corrigida monetariamente desde a data da presente decisão, bem como a declaração de inidoneidade da empresa para licitar ou contratar com a Administração Pública e a sua SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por um período de 02 (dois) anos, conforme estabelece o artigo 87, inciso III, da Lei.

Caso não haja reposição imediata, isto é, após 10 (dez) dias da ciência desta decisão, seja a mesma declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como declarada a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Municipal por um período de 02 (dois) anos, conforme estabelece o artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Fundação Cultural de Camboriú e para o Departamento de Compras e Licitações vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 009/2016 (YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 009/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.299/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Nesse sentido, esta Comissão sugere a Excelentíssima Prefeita Municipal a demissão da servidora YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 011/2014 (ANTONIO CARLOS RAMOS)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 011/2014, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela portaria n.º 1.305/2014, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor ANTONIO CARLOS RAMOS, foi responsável pelos prejuízos ocasionados à Administração Pública Municipal, em especial pela imposição de penalidade de trânsito – multa, na condução do veículo oficial GM/CORSA HATCH MAXX, cor branca, placa MJC 0144, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, a qual foi devidamente descontada do pagamento mensal do servidor, razão pela qual sugerimos a Excelentíssima Prefeita Municipal o ARQUIVAMENTO do presente processo.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Arquive-se

Camboriú/SC, 12 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 012/2014 (ADENIR VOIGT)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/2014, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.373/2014, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, a presente Comissão Processante conclui que o indiciado não cometeu as infrações capituladas na portaria de instauração, razão pela qual sugere a Excelentíssima Prefeita Municipal que não aplique nenhuma penalidade ao servidor Adenir Voigt.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Obras e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 08 de novembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 012/2015 (PAULO GILBERTO KAIPER)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 012/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.184/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, a presente Comissão Processante conclui que o indiciado não cometeu as infrações capituladas na portaria de instauração, razão pela qual sugere à Excelentíssima Prefeita Municipal que não aplique nenhuma penalidade ao servidor Paulo Gilberto Kaiper.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 013/2015 (PUBLICAÇÃO DE VÍDEO DO SAMU)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeito em exercício do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo de Sindicância Investigatória n.º 013/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa

instaurada pela portaria n.º 1.523/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, Excelentíssima Prefeita Municipal, esta comissão de sindicância investigatória entende que cumpriu o seu trabalho que é o de apurar todas as situações que envolveram a denúncia e os efeitos com relação à gravação e divulgação de vídeo de atendimento do SAMU a paciente, no município de Camboriú. Na verdade não há qualquer indício de autoria dos servidores Luiz Daniel de Barros Sanchez (motorista da ambulância) e Henrique Manoel Alves (Coordenador do SAMU) na confecção e divulgação de vídeo mencionado na veiculação jornalística.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Saúde para conhecimento.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 013/2016 (RODRIGO RODRIGUES)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 013/2016, apresentado pela Comissão de Processo Sindicância Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.385/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no Processo Administrativo Disciplinar, esta Comissão Processante conclui que o servidor Rodrigo Rodrigues descumpriu com os deveres de servidor, pois manteve conduta incompatível com a moralidade administrativa e deixou de preservar a imagem, o decore e a credibilidade, razão pela qual, considerando que ele não possui nenhuma penalidade disciplinar em seu assentamento individual, sugere-se à Excelentíssima Prefeita Municipal, com alicerce no artigo 211 c/c 196, incisos VIII e XI, da Lei Complementar n.º 03/2012, a aplicação, por escrito, da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Dessa forma, homologo o relatório final e determino o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Publique-se. Arquive-se

Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 014/2016 (CARIN BERNADETE KRUG)**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 014/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.375/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que a servidora processada acumula irregularmente dois cargos/funções públicos, razão pela qual incide ao caso o artigo 201 da Lei Complementar

Municipal nº 39/2012. Assim, por se tratar de uma cumulação de boa-fé, deverá a servidora optar por um dos cargos e, se não o fizer dentro de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta decisão, será exonerada do seu cargo ocupado no Município de Camboriú. Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Controladoria – Geral do Município e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 015/2015 (ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 015/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.613/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Nesse sentido, esta Comissão sugere a Excelentíssima Prefeita Municipal a demissão da servidora ELAISA APARECIDA DO ROSÁRIO SANTOS por abandono de cargo, em conformidade com o art. 215, inciso II, bem como o parágrafo único, inciso I, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 39/2012.

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PAD 016/2015 (LUIZ HELÁDIO THIESEN)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 016/2015, apresentado pela Comissão de Processo Sindicância Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.529/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor Luis Heládio Thiesen não cometeu qualquer infração funcional, visto que não há provas de que este tenha exercido atividade remunerada durante seu afastamento para tratamento de saúde.

Dessa forma, homologo o relatório final e determino o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Determino ainda, a intimação pessoal do processado, com a

finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Publique-se. Arquive-se
Camboriú/SC, 22 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PSI 001/2016 (GREYCE KELLY EMERENCIANO)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 001/2016, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 358/2016, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, a presente Comissão Processante conclui que a indiciada cometeu as infrações capituladas na portaria de instauração, razão pela qual sugerimos a Excelentíssima Prefeita Municipal que aplique a penalidade de DEMISSÃO a Servidora Greyce Kelly Emerenciano. Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento e providências.

Determino ainda, a intimação pessoal da processada, com a finalidade de ter conhecimento do relatório final e do presente termo de homologação.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PSI 015/2015 (MONITORA DE CRECHE QUE "SOCOU" CRIANÇA)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 017/2015, apresentado pela Comissão de Processo Administrativa instaurada pela portaria n.º 1.614/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, Excelentíssima Prefeita Municipal, esta comissão de sindicância investigatória entende que cumpriu o seu trabalho que é o de apurar todas as situações que envolveram a denúncia e os efeitos com relação a supostos maus tratos a criança no CEI ALCIMAR DE SOUZA VIEIRA, no Município de Camboriú. Na verdade não há qualquer indício de autoria das servidoras, indicadas e ouvidas nos autos, da prática de maus tratos a aluno daquela instituição, sequer da real existência da agressão noticiada.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Educação, para conhecimento.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.
Camboriú/SC, 16 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.221 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.221 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com GABRIELA MACHADO KERSCHER, do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955614, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.222 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.222 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com LOURDES NIEHUES, do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955506, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.223 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.223 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com LUCIANE PRESTES DE SOUZA DA CRUZ, do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955474, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.224 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.224 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com SANDRA DA CONCEIÇÃO ZADOROSNY, do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955494, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 10.225 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.225 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com LEONICE IOHANSON, do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, Registro no Sistema sob o nº 955471, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/12/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

CONTRATO DE ADITIVO Nº241

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 241/2016
ADITIVO DE VALOR
CONTRATO ORIGINAL Nº 213/2016

Contrato Público Administrativo, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CNPJ nº 82.939.232/0001-74, com sede administrativa à Rua Expedicionário, nº 323, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. NELSON CRUZ, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ nº 83.665.141/0001-50, situada na Rua Francisco Martinhago, nº 258, em Criciúma/SC para o fornecimento do objeto referente ao Processo de Licitação nº 86/2014, Concorrência nº 02/2014, por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, tem entre si certo e ajustado a celebração deste termo aditivo e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Mediante solicitação e justificativa do Departamento de Engenharia, o município resolve aditar o valor de R\$ 35.896,82 (Trinta e cinco mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos) ao contrato original nº 213/2014.

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO, RECAPEAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Programa: Pacto dos Municípios – FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios -Estado de Santa Catarina

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Campos Novos, 29 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CNPJ nº 83.665.141/0001-50

Testemunhas: 1. _____
2. _____

CONTRATO Nº19/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2016
TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA 2017
CONTRATO ORIGINAL Nº 15/2016

Contrato Público Administrativo, que entre si fazem o FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, através do Município de Campos Novos, inscrita no CNPJ nº 74.097.114/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Nelson Cruz, e a empresa, ELEVADORES OTIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.739.737/0001-02, por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, tem entre si certo e ajustado a celebração deste termo e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Mediante necessidade, a Fundação Cultural Camponovense resolve prorrogar prazo de vigência do contrato

original nº 15/2016, para o exercício de 2017, com vencimento em 30 de abril de 2017, para MANUTENÇÃO DO ELEVADOR INSTALADO NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Campos Novos, 26 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ELEVADORES OTIS LTDA
CNPJ nº 29.739.737/0001-02

Testemunhas: 1. _____
2. _____

CONTRATO Nº20/2016

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 20/2016
ADITIVO DE VALOR
CONTRATO ORIGINAL Nº 11/2014

Contrato Público Administrativo, que entre si fazem a FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE, através do Município de Campos Novos, inscrita no CNPJ nº 74.097.114/0001-38, com sede administrativa à Rua Expedicionário, nº 323, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado pelo Prefeito Sr. NELSON CRUZ, e a empresa CONSTRUTORA SOLO LTDA, CNPJ nº 07.706.125/0001-80, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 270, Centro em Concórdia/SC, denominada Contratada, objeto referente a Concorrência nº 01/2014, por este instrumento, as partes acima identificadas e qualificadas, tem entre si certo e ajustado a celebração deste termo aditivo e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Mediante solicitação e justificativa do Departamento de Engenharia, o município resolve aditar o valor de R\$ 127.020,14 (cento e vinte e sete mil vinte reais e quatorze centavos) ao contrato original nº 11/2014.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Programa: Pacto dos Municípios – FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios
Convênio nº 2014TR000662 – Estado de Santa Catarina

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de testemunhas.

Campos Novos, 26 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA SOLO LTDA
CNPJ nº 07.706.125/0001-80

Testemunhas: 1. _____
2. _____

EXTRATO CONTRATO 11/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 11/2015 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 02/2012
– Para Locação de Softwares.

VALOR: R\$ 1.723,05 (um mil setecentos e vinte e três reais e cinco centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/12/2017

CONTRATO: 11/2016

EXTRATO CONTRATO 12/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 12/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: ZAIRA BORGES BITENCOURT

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 09/2016
– Para Prestação de Serviços de assistência técnica em informática.

VALOR: R\$ 1.476,47 (um mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 12/2015

EXTRATO CONTRATO 13/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 13/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: DIAGMAX JOAÇABA CLINICA MÉDICA LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 01/2016
– Para Prestação de Serviços Profissionais de médico radiologista.

VALOR: R\$ 27.921,08 (vinte e sete mil novecentos e vinte e um reais e oito centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 13/2016

EXTRATO CONTRATO 14/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 14/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATORIO CLINICO PATOLOGICO MARTINS LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 02/2016
– Para Prestação de serviços na realização de exames laboratoriais.

VALOR: R\$ 4.832,49 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 14/2016

EXTRATO CONTRATO 15/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 15/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATORIO GAVAZZONI LTDA-ME

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 03/2016
– Para Prestação de serviços na realização de exames laboratoriais.

VALOR: R\$ 4.832,49 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 15/2016

EXTRATO CONTRATO 16/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 16/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS LTDA-ME

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 04/2016
– Para Prestação de serviços na realização de exames laboratoriais.

VALOR: R\$ 4.832,49 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 16/2016

EXTRATO CONTRATO 17/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 17/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: PREVINE DESINSETIZADORA LTDA-ME

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 05/2016
– Para Prestação de serviços de desinsetização e desratização nas dependências da FHJA

VALOR: R\$ 343,64 (trezentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/12/2017

CONTRATO: 17/2016

EXTRATO CONTRATO 18/2016 FHJA

Extrato de contrato

EXTRATO CONTRATO 18/2016 – FHJA

CONTRATANTE: Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: Aditivo prorrogando o prazo do contrato original 10/2016
– Para Prestação de serviços na coleta, transporte e destinação final dos resíduos de saúde oriundos da FHJA.

VALOR: R\$ 4.832,49 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos), mensais.

DATA: 31/12/2016

VIGÊNCIA: 31/04/2017

CONTRATO: 18/2016

REPUBRICADA LEI Nº. 4.305/16 DE 20/12/2016 ESTIMA RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

REPUBRICADA

LEI Nº 4.305/2016 DE 20/12/2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de CAMPOS NOVOS para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos) e fixa a Despesa em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos), sendo 112.540.146,90 (cento e doze milhões quinhentos e quarenta mil cento e quarenta e seis reais e noventa centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.452.675,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e cinco reais) do orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 115.992.821,90 (cento e quinze milhões novecentos e noventa e dois mil oitocentos e vinte um reais e noventa centavos), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.602.660,94 (três milhões seiscentos e dois mil seiscentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos), e em R\$ 103.872.600,36 (cento e três milhões oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos reais e trinta e seis centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 115.992.821,90

4.1. RECEITAS CORRENTES 110.736.014,46

4.2. RECEITAS DE CAPITAL 5.256.807,44

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 1.703.669,38

02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G 597.567,21

03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO 9.603.340,08

04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 37.945.320,83

05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH. 3.284.215,63

06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1.187.359,92

07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.257.203,05

08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM 19.169.359,77

09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 1.083.263,28

10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00

17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO 7.729.981,80

19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 14.874.919,58

20.00 - PODER LEGISLATIVO 3.602.660,94

32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA 397.124,65

33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 310.882,35

34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 38.511,20

35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 2.301.103,93

36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB 368.062,00

37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 108.634,45

40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO 10.051.670,42

42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA 277.971,43

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa 3.602.660,94

04 - Administração 6.132.360,25

06 - Segurança Pública 405.330,90

08 - Assistência Social 4.981.396,04

10 - Saúde 24.926.590,00

11 – Trabalho 341.574,22

12 – Educação 37.945.320,83

13 - Cultura 810.882,35

14 - Direitos da Cidadania 38.511,20

15 - Urbanismo 9.467.885,81

16 – Habitação 558.634,45

17 – Saneamento 7.642.368,81

18 - Gestão Ambiental 331.451,82

19 - Ciência e Tecnologia 72.938,38

20 - Agricultura 1.541.004,18

22 - Indústria 290.399,14

23 - Comércio e Serviços 124.229,69

25 - Energia 2.009.892,72

26 - Transporte 7.494.312,34

27 - Desporto e Lazer 1.233.263,28

28 - Encargos Especiais 5.941.814,55

99 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa 3.602.660,94

122 - Administração Geral 4.979.502,59

123 - Administração Financeira 495.112,03

126 - Tecnologia da Informatização 518.549,01

182 - Defesa Civil 462.542,38

241 – Assistência ao Idoso 30.000,00

243- Assistência Criança e ao Adolescente 177.206,99

244 - Assistência Comunitária 4.658.164,39

272 - Previdência do Regime Estatutário 2.487.675,00

301 - Atenção Básica 14.874.919,58

302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 10.051.670,42

333 - Empregabilidade 124.229,69

334 - Fomento ao Trabalho 515.803,91

361 - Ensino Fundamental 32.531.696,05

364 - Educação Superior 300.000,00
 365 - Educação Infantil 4.881.315,26
 367 - Educação Especial 232.309,52
 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 305.882,35
 392 - Difusão Cultural 5.000,00
 451 - Infra-Estrutura Urbana 7.664.263,28
 452 - Serviços Urbanos 1.552.871,09
 453 - Transportes Coletivos Urbanos 250.751,44
 482 - Habitação Urbana 558.634,45
 512 - Saneamento Básico Urbano 7.642.368,81
 541 - Preservação e Conservação Ambiental 76.211,48
 542 - Controle Ambiental 277.971,43
 543 - Recuperação de Áreas Degradadas 37.268,91
 572 - Desenvolvimento tecnológico e Eng. 1.000,00
 602 - Promoção da Produção Animal 359.855,74
 606 - Extensão Rural 1.121.148,44
 661 - Promoção Industrial 300.399,14
 695 - Turismo 624.229,69
 752 - Energia Elétrica 2.009.892,72
 782 - Transporte Rodoviário 7.494.312,34
 811 - Desporto de Rendimento 859.033,59
 812 - Desporto Comunitário 224.229,69
 813 - Lazer 150.000,00
 841 - Refinanciamento da Dívida Interna 1.700.000,00
 843 - Serviço da Dívida Interna 300.000,00
 846 - Outros Encargos Especiais 1.454.139,55
 999 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

IV – POR PROGRAMA

1 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO 1.703.669,38
 2 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES 3.602.660,94
 3 - MANUTENÇÃO DPTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO 540.355,73
 4 - MANUTENÇÃO DPTO MODERNIZAÇÃO ADMIN E INFORMA 2.060.364,06
 5 - MANUTENÇÃO DPTO TRIBUTAÇÃO ARRECADAÇÃO E FIS 398.151,25
 6 - MANUTENÇÃO DPTO CONTABILIDADE E PATRIMONIO DO 446.610,63
 7 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO PESSOAL 312.247,89
 8 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS 434.803,91
 9 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 96.960,78
 10 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DO DESENV. AGROPECUÁRIO 397.124,65
 11 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL 310.882,35
 12 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESC 38.511,20
 13 - MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 108.634,45
 14 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.301.103,93
 15 - MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ AT 10.051.670,42
 16 - MANUTENÇÃO DO FUNREBON 368.062,00
 17 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR 4.058.657,50
 18 - MANUTENÇÃO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES E EVENTOS E 790.399,14
 19 - PAVIMENTAÇÃO E ASFALTAMENTO DE RUAS 10.007.967,81
 20 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS SEC. 300.000,00
 21 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2.009.892,72
 22 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL 18.590.347,08
 23 - MANUTENÇÃO DO ENSINO - RECURSOS FUNDEB 60% 13.148.797,35

24 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA 288.020,34
 25 - MANUTENÇÃO DO ENSINO COM RECURSOS FUNDEB 40 498.459,36
 26 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - OUTROS RECURSOS DE 1.416.750,02
 27 - MANUTENÇÃO DPTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODA 3.410.607,81
 28 - PROMOÇÃO AO TURISMO 134.229,69
 29 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.834.215,63
 30 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS HABITACIONAIS 450.000,00
 31 - CONSTRUÇÕES E REFORMAS NA SEC. TRANSPORTES 1.600.000,00
 32 - MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER 1.083.263,28
 33 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE 14.874.919,58
 35 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL 5.854.201,56
 36 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E E 7.729.981,80
 37 - MANUTENÇÃO DA SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIE 1.465.331,35
 38 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INDUSTRIA, COMERCIO E TU 332.574,22
 39 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS ESPECIAI 232.309,52
 40 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA 1.552.871,09
 41 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
 42 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE DEFE 57.211,48

Total: 115.992.821,90

Total Geral: 115.992.821,90

V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 99.938.655,34
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 61.969.125,37
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 300.000,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 37.669.529,97
 DESPESAS DE CAPITAL 15.954.166,56
 INVESTIMENTOS 14.009.166,56
 INVERSÕES FINANCEIRAS 15.000,00
 Amortização da Dívida 1.930.000,00
 Reserva de Contingência 100.000,00
 Reserva de Contingência 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 115.992.821,90

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da

Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 20 de dezembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 36/2016

Portaria Nº 36/2016

EXONERA O SERVIDOR LUIZ CELSO KUNEN DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR COMUNITÁRIO DE ATENDIMENTO À CIDADANIA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o Senhor LUIZ CELSO KUNEN, brasileiro, casado, portador da CI nº 1.072.392, SSP/SC, expedida em 18/11/2005, CPF nº 345.605.139-53, do cargo em comissão de Assessor Comunitário de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti

Presidente da Mesa

Municipal de Vereadores, conforme Contrato nº. 001/2016, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 38/2016

Portaria Nº 38/2016

EXONERA A SERVIDORA FRANCIELI ANITA SCHEIDT DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE IMPRENSA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora FRANCIELI ANITA SCHEIDT, brasileira, solteira, portadora do CI nº 11/C 3.426.571 - SSP/SC, CPF nº 006.809.219-90, do cargo em Comissão de Assessora de Imprensa - AI -01, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 37/2016

Portaria Nº 37/2016

EXONERA A SERVIDORA MARLI TEREZINHA DOS SANTOS DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MARLI TEREZINHA DOS SANTOS brasileira, casada, portadora do CI nº 11/C - 3.151.929 - SSP/SC, data de expedição 28/01/1992, CPF nº 762.951.509-00, da função temporária de Auxiliar de Serviços Operacionais - ASO - 01, da Câmara

PORTARIA Nº 39/2016

Portaria Nº 39/2016

EXONERA A SERVIDORA KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA COMUNITÁRIA DE ATENDIMENTO À CIDADANIA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora KARINA DE ALMEIDA BRUSE BRESOLA, brasileira, casada, portadora da CI nº 2.815.058, SSP/SC, expedida em 31/03/2003, CPF nº 003.564.039-12, do cargo em comissão de Assessora Comunitária de Atendimento à Cidadania - ACC, da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 40/2016

Portaria Nº 40/2016

EXONERA O SERVIDOR SERGIO SPADER DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o senhor SERGIO SPADER, brasileiro, casado, inscrito sob CI nº 1.881.841 e CPF nº 569.098.619-49, do cargo em Comissão de Assessor Parlamentar - AP 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 41/2016

Portaria Nº 41/2016

EXONERA A SERVIDORA GILVANE TEREZINHA BECKER DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora GILVANE TEREZINHA BECKER DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 4.507.943 e CPF nº 044.867.129-86, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 42/2016

Portaria Nº 42/2016

EXONERA A SERVIDORA CECÍLIA BITTENCOURT MACHADO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA LEGISLATIVA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhorita CECÍLIA BITTENCOURT MACHADO, brasileira, solteira, portadora do CI nº 5.381.760 - SSP/SC, CPF nº 059.724.249-67, do cargo em Comissão de Assessora Legislativa - AL - 01 da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 43/2016

Portaria Nº 43/2016

EXONERA A SERVIDORA MARLENE CRUZ DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE RECEPCIONISTA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MARLENE CRUZ DA SILVA, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.149.804-0 - SSP/SC, CPF nº 824.283.799-68, do cargo em Comissão de Recepcionista - RP - 01 da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 44/2016

Portaria Nº 44/2016

EXONERA A SERVIDORA MARIA GORETE LOPES CORDEIRO DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhora MARIA GORETE LOPES CORDEIRO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.817.452 - SSP/SC, CPF nº

014.455.469-06, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 45/2016

Portaria Nº 45/2016

EXONERA A SERVIDORA EMANUELE CRISTI BORELLA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhorita EMANUELE CRISTI BORELLA, brasileira, solteira, inscrito sob CI nº 5.141.977 e CPF nº 081.095.739-67, do cargo em Comissão de Chefe de Gabinete - CG - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 46/2016

Portaria Nº 46/2016

EXONERA A SERVIDORA MAIARA TEREZINHA CAMARGO DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita MAIARA TEREZINHA CAMARGO, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.992.781 - SSP/SC, CPF nº 085.188.369-99, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica da Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 47/2016

Portaria Nº 47/2016

EXONERA A SERVIDORA PATRYCIA MORO RODRIGUES DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento

Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Sra. PATRYCIA MORO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 4.507.325-2 e CPF nº 037.003.239-05, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 48/2016

Portaria Nº 48/2016

EXONERA A SERVIDORA SIMONE RAQUEL DIAS DE ROS DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora SIMONE RAQUEL DIAS DE ROS, brasileira, casada, inscrita sob CI nº 3.151.928-8 e CPF nº 018.207.159-65, do cargo em Comissão de Assessora de Comunicação - ACM - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 49/2016

Portaria Nº 49/2016

EXONERA A SERVIDORA CAMILA CORRÊA DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a Senhorita CAMILA CORRÊA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 6.722.235 e CPF nº 090.484.199-56, do cargo em Comissão de Assessora Parlamentar - AP - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 30 de Dezembro de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 360/2016

DECRETO Nº. 360/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 987,00 m² (novecentos e oitenta e sete metros quadrados), procedido por RENATO SCHLUKAT, situado na Rua Bernardo Olsen, no Distrito Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.097 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 08 com área de 254,00 m², lote nº 09, com área de 243,00 m², lote nº 10 com área de 252,00, lote nº 11 com área de 238,00, todos pertencentes à quadra nº 1758, conforme requerimento protocolado sob nº. 1197/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 361/2016

DECRETO Nº. 361/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 960,00 m² (novecentos e sessenta metros quadrados), procedido por IRACI FERENCZ PERON E AMADEU PERON, situado na Rua Getúlio Vargas, Bairro Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 4.217 e 4.449, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 14 com área de 240,00 m², lote nº 16, com área de 200,00 m², lote nº 17 com área de 200,00, lote nº 18 com área de 320,00,

todos pertencentes à quadra nº 33, conforme requerimento protocolado sob nº. 5197/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 362/2016

DECRETO Nº. 362/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 990,00 m² (novecentos e noventa metros quadrados), procedido por IRACI FERENCZ PERON E AMADEU PERON, situado na Rua Getúlio Vargas, Bairro Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº 5.587 e 5.588, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10 com área de 260,00 m², lote nº 11, com área de 200,00 m², lote nº 12 com área de 200,00, lote nº 13 com área de 330,00, todos pertencentes à quadra nº 35, conforme requerimento protocolado sob nº. 5198/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 382/2016

DECRETO Nº. 382/2016
DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Em virtude do feriado do dia 01 de janeiro de 2017 - "Ano Novo", fica considerado PONTO FACULTATIVO nas repartições administrativas públicas municipais o dia 30 de dezembro de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º - O expediente será normal nos serviços essenciais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1115/2016

PORTARIA Nº. 1115/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARIA DO ROCIO SILVA DE MORAIS, detentora da matrícula nº 204 e do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00058/16-3, da qual se extraiu o período de 22 (vinte e dois) anos, 06 (seis) meses e 22 (vinte e dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1116/2016

PORTARIA Nº. 1116/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora LINDARCI DE FÁTIMA CORREA, detentora da matrícula nº 177 e do cargo de provimento efetivo de SERVENTE, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00059/16-0, da qual se extraiu o período de 20 (vinte) anos, 09 (nove) meses e 09 (nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/

SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA SIG N. 06.2012.00005334-4

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS ESTADO DE SANTA CATARINA PUBLICAÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA SIG N. 06.2012.00005334-4

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, n. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que através do Termo de Ajustamento de Conduta, firmou o compromisso com o MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, cujo objeto é oriundo do SIG nº 06.2012.00005334-4, tendo em vista a necessidade de concurso público, como regra, para todos os cargos públicos, excetuados os cargos em comissão; que o concurso público é exigido para todos os cargos com atividade permanentemente desenvolvida pelos Municípios e do Estado sendo assim, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias o Município de Canoinhas realizará o concurso para preenchimento dos cargos de advogado municipal.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
PREFEITO

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrita no CNPJ sob n. 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas/SC, na Rua Felipe Schmidt n. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através

do Processo Administrativo n. 9/2016, rescindiu o pactuado através do Processo de Licitação n. 226/2015, modalidade tomada de preço n. 40/2015, com a empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 18.398.197/001-24, com sede estabelecida a Rua Timbó, n. 301, apartamento 601, Victor Konder, Blumenau/SC, e aplicou sanção consistente na penalidade prevista no art. 87, inciso III da Lei 8.666/1993, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 6 (seis) meses. O inteiro teor da decisão esta disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

DECRETO Nº 346/2016

DECRETO Nº 346/2016

APROVA LOTEAMENTO URBANO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 4.342 de 20/08/2008; Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO RESIDENCIAL URBANO "AMANHECER" procedido por LAÉRCIO EVALDO GONCHOROWSKI, de um terreno com área de 14.339,87 m² (quatorze mil, trezentos e trinta e nove metros e oitenta e sete decímetros quadrados), situado na Rua Alfredo Schumacker, no Bairro Alto da Tijuca, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.373, conforme Requerimento protocolado sob o número 6544/2016;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica da seguinte forma:

a) Lote nº 14 com área de 400,95 m², lote nº 15 com área de 385,47 m², lote nº 16 com área de 328,85 m², lote nº 17 com área de 308,11 m², , lote nº 18 com área de 530,00 m², , lote nº 19 com área de 511,85 m², lote nº 20 com área de 493,70 m², lote nº 21 com área de 461,07 m², lote nº 22 com área de 804,06 m², todos pertencentes à quadra nº 1719.

b) Lote nº 01 com área de 346,78 m², lote nº 02 com área de 425,33 m², lote nº 03 com área de 684,71 m², lote nº 04 com área de 336,56 m², lote nº 05 com área de 407,57 m², lote nº 06 com área de 549,15 m², lote nº 07 com área de 523,12,78 m², lote nº 08 com área de 497,87 m², lote nº 09 com área de 402,87 m², lote nº 10 com área de 436,09 m², todos pertencentes a quadra nº 1753.

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade do lote nº. 22 da Área Institucional com uma área total de 804,06 m², pertencente a quadra nº 1719, o qual deverá ser doado a Prefeitura do Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde, o lote nº. 18 com uma área total de 3.480,00 m², pertencente a quadra nº 1753, conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 2.025,76 m² a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 6º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 7º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 354/2016

DECRETO Nº 354/2016

APROVA LOTEAMENTO URBANO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Municipal nº 4.342 de 20/08/2008; Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o Loteamento Urbano denominado "LOTEAMENTO RESIDENCIAL URBANO" procedido por GSP - LOTEAMENTO SPE LTDA, de um terreno com área de 80.236,95 m² (oitenta mil, duzentos e trinta e seis metros e noventa e cinco decímetros quadrados), situado na Rua Bernardo Olsen, no Bairro de Marcílio Dias, neste município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.544, conforme Requerimento protocolado sob o número 6837/2016;

Art. 2º - A distribuição dos lotes por quadra fica da seguinte forma:

a) Lote nº 01 com área de 220,00 m², lote nº 02 com área de 220,00 m², lote nº 03 com área de 220,00 m², lote nº 04 com área de 201,19 m², lote nº 05 com área de 192,68 m², lote nº 06 com área de 266,80 m², lote nº 07 com área de 240,00 m², lote nº 08 com área de 240,00 m², lote nº 09 com área de 240,00 m², lote nº 10 com área de 240,00 m², lote nº 11 com área de 240,00 m², lote nº 12 com área de 240,00 m², lote nº 13 com área de 240,00 m², lote nº 14 com área de 240,00 m², lote nº 15 com área de 240,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1730, com uma área total de 3.480,67 m².

b) Lote nº 01 com área de 213,40 m², lote nº 02 com área de 213,40 m², lote nº 03 com área de 213,40 m², lote nº 04 com área de 213,40 m², lote nº 05 com área de 240,00 m², lote nº 06 com área de 240,00 m², lote nº 07 com área de 240,00 m², lote nº 08 com área de 240,00 m², lote nº 09 com área de 240,00 m², lote nº 10 com área de 240,00 m², lote nº 11 com área de 240,00 m², lote nº 12 com área de 240,00 m², lote nº 13 com área de 240,00 m², lote nº 14 com área de 240,00 m², lote nº 15 com área de 240,00 m², lote nº 16 com área de 240,00 m², lote nº 17 com área de

240,00 m², lote nº 18 com área de 240,00 m², lote nº 19 com área de 240,00 m², lote nº 20 com área de 240,00 m², lote nº 21 com área de 240,00 m², lote nº 22 com área de 240,00 m², lote nº 23 com área de 240,00 m², lote nº 24 com área de 240,00 m², lote nº 25 com área de 240,00 m², lote nº 26 com área de 240,00 m², lote nº 27 com área de 240,00 m², lote nº 28 com área de 240,00 m², lote nº 29 com área de 240,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1731, com uma área total de 6.853,60 m².

c) Lote nº 01 com área de 213,40 m², lote nº 02 com área de 213,40 m², lote nº 03 com área de 213,40 m², lote nº 04 com área de 213,40 m², lote nº 05 com área de 240,00 m², lote nº 06 com área de 240,00 m², lote nº 07 com área de 240,00 m², lote nº 08 com área de 240,00 m², lote nº 09 com área de 240,00 m², lote nº 10 com área de 240,00 m², lote nº 11 com área de 240,00 m², lote nº 12 com área de 240,00 m², lote nº 13 com área de 240,00 m², lote nº 14 com área de 240,00 m², lote nº 15 com área de 240,00 m², lote nº 16 com área de 240,00 m², lote nº 17 com área de 240,00 m², lote nº 18 com área de 240,00 m², lote nº 19 com área de 240,00 m², lote nº 20 com área de 240,00 m², lote nº 21 com área de 240,00 m², lote nº 22 com área de 240,00 m², lote nº 23 com área de 240,00 m², lote nº 24 com área de 240,00 m², lote nº 25 com área de 240,00 m², lote nº 26 com área de 240,00 m², lote nº 27 com área de 240,00 m², lote nº 28 com área de 240,00 m², lote nº 29 com área de 240,00 m², lote nº 30 com área de 240,00 m², lote nº 31 com área de 240,00 m², lote nº 32 com área de 240,00 m², lote nº 33 com área de 240,00 m², lote nº 34 com área de 240,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1732, com uma área total de 8.053,60 m².

d) Lote nº 01 com área de 213,40 m², lote nº 02 com área de 213,40 m², lote nº 03 com área de 213,40 m², lote nº 04 com área de 213,40 m², lote nº 05 com área de 240,00 m², lote nº 06 com área de 240,00 m², lote nº 07 com área de 240,00 m², lote nº 08 com área de 240,00 m², lote nº 09 com área de 240,00 m², lote nº 10 com área de 240,00 m², lote nº 11 com área de 240,00 m², lote nº 12 com área de 240,00 m², lote nº 13 com área de 240,00 m², lote nº 14 com área de 240,00 m², lote nº 15 com área de 240,00 m², lote nº 16 com área de 240,00 m², lote nº 17 com área de 240,00 m², lote nº 18 com área de 240,00 m², lote nº 19 com área de 240,00 m², lote nº 20 com área de 240,00 m², lote nº 21 com área de 240,00 m², lote nº 22 com área de 240,00 m², lote nº 23 com área de 240,00 m², lote nº 24 com área de 240,00 m², lote nº 25 com área de 240,00 m², lote nº 26 com área de 240,00 m², lote nº 27 com área de 240,00 m², lote nº 28 com área de 240,00 m², lote nº 29 com área de 240,00 m², lote nº 30 com área de 240,00 m², lote nº 31 com área de 240,00 m², lote nº 32 com área de 240,00 m², lote nº 33 com área de 240,00 m², lote nº 34 com área de 240,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1733, com uma área total de 8.053,60 m².

e) Lote nº 01 com área de 306,79 m², lote nº 02 com área de 315,73 m², lote nº 03 com área de 324,67 m², lote nº 04 com área de 333,62 m², lote nº 05 com área de 325,58 m², lote nº 06 com área de 300,57 m², lote nº 07 com área de 275,55 m², lote nº 08 com área de 250,53 m², lote nº 09 com área de 264,66 m², lote nº 10 com área de 214,98 m², lote nº 11 com área de 291,48 m², lote nº 12 com área de 291,48 m², lote nº 13 com área de 291,48 m², lote nº 14 com área de 291,48 m², lote nº 15 com área de 291,48 m², lote nº 16 com área de 291,48 m², lote nº 17 com área de 291,48 m², lote nº 18 com área de 291,48 m², lote nº 19 com área de 240,00 m², lote nº 20 com área de 240,00 m², lote nº 21 com área de 405,31 m², lote nº 22 com área de 355,63 m², lote nº 23 com área de 305,95 m², lote nº 24 com área de 256,28 m², lote nº 25 com área de 451,30 m², todos pertencentes à quadra nº 1734, com uma área total de 7.498,99 m².

f) Lote nº 01 com área de 367,29 m², lote nº 02 com área de 306,41 m², lote nº 03 com área de 304,26 m², lote nº 04 com área

de 302,06 m², lote nº 05 com área de 299,86 m², lote nº 06 com área de 297,66 m², lote nº 07 com área de 295,52 m², lote nº 08 com área de 293,37 m², lote nº 09 com área de 291,17 m², lote nº 10 com área de 288,97 m², lote nº 11 com área de 286,77 m², lote nº 12 com área de 284,63 m², lote nº 13 com área de 282,48 m², lote nº 14 com área de 280,28 m², lote nº 15 com área de 278,08 m², lote nº 16 com área de 275,94 m², lote nº 17 com área de 273,79 m², lote nº 18 com área de 271,59 m², lote nº 19 com área de 269,39 m², lote nº 20 com área de 267,19 m², lote nº 21 com área de 265,05 m², lote nº 22 com área de 262,87 m², lote nº 23 com área de 259,92 m², lote nº 24 com área de 205,48 m², lote nº 25 com área de 269,52 m², todos pertencentes à quadra nº 1735, com uma área total de 7.079,52 m².

g) Lote nº 01 com área de 266,37 m², lote nº 02 com área de 213,63 m², lote nº 03 com área de 272,25 m², lote nº 04 com área de 272,14 m², lote nº 05 com área de 272,14 m², lote nº 06 com área de 272,03 m², lote nº 07 com área de 272,03 m², lote nº 08 com área de 271,92 m², lote nº 09 com área de 271,96 m², lote nº 10 com área de 296,52 m², lote nº 11 com área de 296,40 m², todos pertencentes à quadra nº 1736, com uma área total de 2.977,39 m².

Art. 3º - Fica reservada ao Município a propriedade da Área Institucional com uma área total de 4.498,26 m², a qual deverá ser doado ao Município de Canoinhas por escritura pública, conforme prevê a Lei Federal nº. 6.766 e a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008.

Art. 4º - Fica reservado para a Área Verde com um total de área de 9.243,07 m², conforme prevê a Lei Complementar nº 022 de 16/01/2008 e a FATMA/SC.

Art. 5º - Fica reservada para Área de Preservação Permanente, a área de 7.171,38 m², consoante dispõe a legislação ambiental vigente.

Art. 6º - Fica reservado ao Município, a propriedade da área destinada a abertura de ruas numa área de 14.341,60 m² a qual deverá ser doada a Prefeitura do Município de Canoinhas, efetivando-se por ocasião do Registro do Loteamento em pauta, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 7º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o loteamento demarcado, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico e aferição dos dados.

Art. 8º - O presente loteamento está adstrito ao cumprimento das obrigações previstas no Art. 60 da Lei Complementar 22/2.008, sendo que após atendidas essas obrigações será expedido o Alvará de Operação nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 22/2.008.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 340/2016

DECRETO Nº. 340/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 878,45 m² (oitocentos e setenta e oito metros e quarenta e cinco décimos quadrados), procedido por FRANCISCO TADRA, situado na Rua Maria Olsen/Bernardo Szkudlarek, no Distrito Marcílio Dias, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 39.407 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 15 com área de 218,15 m² e lote nº 16, com área de 660,30 m², ambos pertencentes à quadra nº 1716, conforme requerimento protocolado sob nº. 6612/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 356/2016

DECRETO Nº. 356/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ÁREA DE TERRAS PERTENCENTES AO SR. AMILTON DOS SANTOS E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, a área de 4.745,20 m² (quatro mil, setecentos e quarenta e cinco metros e vinte décimos quadrados), parte de uma área total de 76.259,34 m² (setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove metros e trinta e quatro décimos quadrados), situada no Distrito Campo da Água Verde, nesta cidade, de propriedade de Amilton dos Santos e Outros, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob

nº. 34.023.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada, será para única e exclusiva utilidade para fins de abertura de uma Rua Sem Denominação, vedada qualquer finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação da área descrita no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 357/2016

DECRETO Nº. 357/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, IMÓVEL PERTENCENTE À NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, a área de 530,70 m² (quinhentos e trinta metros e setenta décimos quadrados), parte de uma área total de 3.141,50 m² (três mil, cento e quarenta e um metros e cinquenta décimos quadrados), situado no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade, de propriedade de Noeli Terezinha Olescovicz, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 39.739.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada, será para única e exclusiva utilidade para fins de abertura de um trecho da Rua Ernestina Peres Cordeiro, vedada qualquer finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 359/2016

DECRETO Nº. 359/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.951 de 14/12/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.951 de 14/12/2016, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo
Proj./Ativ. 2.025 – Ações de DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna
Programa 3: Modernização Administrativa
Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada
4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 363/2016

DECRETO Nº. 363/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, IMÓVEL PERTENCENTE A WALDIR JANTSCH E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, o terreno urbano com a área de 743,07m² (setecentos e quarenta e três metros e sete decímetros quadrados), situado no Bairro Boa Vista, nesta cidade, pertencente a Waldir Jantsch e Outros, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 38.277.

Parágrafo Único: O imóvel a ser desapropriado, será para única e exclusiva utilidade para fins de abertura de uma Rua Sem Denominação, vedada qualquer finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de dezembro de 2016
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 21/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 366/2016

DECRETO Nº. 366/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj/Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 35.000,00
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	35.000,00
TOTAL		35.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 367/2016

DECRETO Nº. 367/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 34.247,11 (trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e onze centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Projeto 2.011 – Ações em Prestação de Contas de Convênios

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 34.247,11

Recursos 26400 –Transf. de Convênio – Estado – Outros – Investimento

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 34.247,11 (trinta e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e onze centavos), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
26400	1.383.700,00	1.417.947,11	34.247,11
TOTAL			34.247,11

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

LEI Nº 5.953 DE 22/12/2016

LEI Nº 5.953 DE 22/12/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 1.015 – Pavimentação e recuperação de ruas e estradas

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 485.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 150.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

II)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

3.2.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

III)

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 1.088 – Reurbanização do Loteamento Vila Verde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

IV)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 845: Outras Transferências

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.001 – Contribuição ao PASEP

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 35.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1102/2016

PORTARIA Nº. 1102/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 001/2016, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de janeiro de 2017, por tempo de contribuição, aposentadoria voluntária, à servidora Jovina Maria dos Santos Pacheco Caetano, portadora do RG nº 978.134 e CPF nº 418.619.819-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico Administrativo, sob matrícula de nº 431, do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1103/2016

PORTARIA Nº. 1103/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 002/2016, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de janeiro de 2017, por tempo de contribuição, aposentadoria voluntária, à servidora Dirécia Leandro dos Santos Lima, portadora do RG nº 919.268 e CPF nº 657.423.469-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais 1ª a 5ª, sob matrícula nº 414 do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1104/2016

PORTARIA Nº. 1104/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 003/2016, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de janeiro de 2017, por tempo de contribuição, aposentadoria voluntária, à servidora Marili Postol Froehner, portadora do RG nº 730.527 e CPF nº 817.106.409-44, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais 1ª a 5ª, sob matrícula de nº 465, do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1105/2016

PORTARIA Nº. 1105/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto

Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 005/2016, conforme art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de janeiro de 2017, por tempo de contribuição, aposentadoria voluntária, à servidora Terezinha Aparecida Gogola Bayestorff, portadora do RG nº 1.458.729 e CPF nº 154.075.279-87, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Anos Iniciais 1ª a 5ª, sob matrícula de nº 485, do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1106/2016

PORTARIA Nº. 1106/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria junto ao Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, através do processo nº 006/2016, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, e atendendo ao disposto dos incisos I, II e III do art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 054/2016, a partir de 01 de janeiro de 2017, por tempo de contribuição, aposentadoria voluntária, à servidora Lindamir Soares Woehl, portadora do RG nº 1.452.929 e CPF nº 866.778.619-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, sob matrícula de nº 176, do Quadro de Pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 39 da Lei nº 2.305 de 03 de julho de 1990.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições contrárias.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1107/2016

PORTARIA Nº. 1107/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora JANINE RIBAS RISKE, detentora da matrícula nº 432 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ANOS INICIAIS 1ª A 5ª, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00052/16-5, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dia, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1108/2016

PORTARIA Nº. 1108/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 1095/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. ROSELI DOBROSHINSKEI
2. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
3. VANESSA LANGER

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na denúncia recebida através de e-mail vinculado à Assessoria de Comunicação.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1109/2016

PORTARIA Nº. 1109/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora JOSIANE ARTNER FIGURA, efetiva no cargo de Professor-3, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/12/2016 à 21/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 613/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1110/2016

PORTARIA Nº. 1110/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerada do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Controle Interno, a partir de 31/12/2016, TAYNÁ MACHADO, efetiva no cargo de Contador, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme Comunicação Interna nº. 591/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1111/2016

PORTARIA Nº. 1111/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio à servidora MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER, efetiva no cargo de Datilógrafo, atualmente comissionada no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 21/01/2017 a 30/01/2017, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1113/2016

PORTARIA Nº. 1113/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido JESSICA VIEIRA DE LIMA, comissionada no cargo de Supervisor III, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 27/12/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 1114/2016

PORTARIA Nº. 1114/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o Retorno às Atividades Funcionais da servidora SILVIA MARIA DO PRADO KRULL, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 25/12/2016, conforme Comunicação Interna nº 616/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de dezembro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/12/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 24/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 24/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/16

HOMOLOGAÇÃO: 28/12/16

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO II, COM EXTENSÃO TOTAL DE 270 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 319.439,54 (trezentos e dezenove mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)
DATA: 29/12/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 24/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 183/2016		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		319.439,54											
Licitação.....: 24/2016 - TP																	
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia																	
Objeto.....: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO II, COM EXTENSÃO TOTAL DE 270 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.																	
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca		Quantidade		Desconto		Preço Unitário		Preço Total		Situação		Classificação	
Item.....: 1		- 411047945		- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA BERNARDO OLSEN TRECHO II - COM 27		- Unidade: UN											
12622		PAVIPLAN PAVIMENTACAO LTDA				1,000		0,0000		319.439,5400		319.439,54		Venceu		1 *****	
13004		VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA				1,000		0,0000		319.045,6900		319.045,69		Desclassif.		0	

Canoinhas, Em	
PAULO CESAR SAFANELLI -	Presidente da Comissão
CLEISON TARCISIO FUCK -	MEMBRO SUPLENTE
VANESSA LANGER -	MEMBRO SUPLENTE
IEDA MARIA DOBROSHINSKEI ALBERTI -	MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO TITULAR
CIBELE NEUDORF BATISTA -	SECRETÁRIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 162/2016

DECRETO Nº 162, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 185.773,05 (Cento e Oitenta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e cinco centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 185.773,05 (Cento e Oitenta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e cinco centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-197	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	185.773,05
	Total				185.773,05

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 185.773,05 (Cento e Oitenta e cinco mil setecentos e setenta e três reais e cinco centavos), na forma do quadro a seguir.

0601.15.452.0120.1045	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-128	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	185.773,05
	Total				185.773,05

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 29 de Dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº 163/2016

DECRETO Nº 163, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.087,29 (Um mil, oitenta e sete reais e vinte e nove centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.087,29 (Um mil, oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0503.27.812.0100.2055	REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DILETO BERTAIOLLI	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-219	Aplicações Diretas	0324	54	R\$	1.087,29
	Total			R\$	1.087,29

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 0324.54 "Transferências de Convênios da União - Outros", no valor de R\$ 1.087,29 (Um mil, oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências de Convênios da União - Outros	0324	54	R\$	1.087,29
Total	0324	54	R\$	1.087,29

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 29 de Dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

Edital nº 034/2016

EDITAL Nº 034, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do SUS (Emenda do Deputado Federal (PT/SC) Pedro Uczai), com o objeto de pagamento de despesas de custeio no valor de R\$ 799.219,00 (setecentos e noventa e nove mil e duzentos e dezenove reais).

Capinzal - SC, 26 de dezembro de 2016.
Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças

Edital nº 035/2016

EDITAL Nº 035, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa Planejamento Urbano, Contrato de Repasse nº 814646/2014 - Operação 1022153-57, que tem por finalidade "Pavimentação de vias urbanas no Município de Capinzal", no valor de R\$ 122.925,00 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais).

Capinzal - SC, 29 de dezembro de 2016.
Andevir Isganzella
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo
Secretário Interino da Administração e Finanças

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Aditivo Nº : TA 001/2016 C01- Contrato Nº: 0001/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada...: CLINICA REVIVER LTDA Valor : 345.600,00 (TREZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS REAIS) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 0001/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2017 e acrescendo o valor do contrato original em R\$ 345.600,00 relativo ao item 01 – Prestação de serviços de Atendimento em grupos familiares, atendimento individualizado à família, atendimento psicoterápico, atividades comunitárias, Suporte Social, Oficinas, Desintoxicação ambulatorial, Consultas psiquiátricas. A empresa deverá dispor de: Médico Psiquiatra, Médico Clínico Geral, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Enfermeira, Profissionais de Nível Médio (Técnico ou Auxiliar de Enfermagem). A empresa deverá apresentar os recursos físicos: casa de alvenaria com aproximadamente 200 m2, contendo no mínimo 2 consultórios, 2 salas para atividades, 1 sala de repouso, 2 espaços de convivência, 3 oficinas, 2 sanitários e área externa, em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>	
Capinzal, 28 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO 0013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : TA 001/2016 C13- Contrato Nº: 0013/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada...: SERRA VALE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME Valor : 31.800,00 (TRINTA E UM MIL E OITOCENTOS REAIS) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescendo o valor do contrato original em R\$ 31.800,00, relativo ao item 01 – Médico Pediatra para atendimento no Plantão Hospital Nossa Senhora das Dores em sistema de sobreaviso, 24h/dia (15 dias no mês/360 horas mensais)) em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 28 de dezembro de 2016		

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : TA 001/2016 C12- Contrato Nº: 0012/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada...: ANDREA CARVALHO DE ARAÚJO & CIA LTDA Valor : 31.800,00 (TRINTA E UM MIL E OITOCENTOS REAIS) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescendo o valor do contrato original em R\$ 31.800,00, relativo ao item 01 – Médico Pediatra para atendimento no Plantão Nossa Senhora das Dores em sistema de sobreaviso, 24h/dia (15 dias no mês/360 horas mensais)) em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 28 de dezembro de 2016		

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C18- Contrato Nº: 0018/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada....: ENDOPEDII CLINICA PEDIÁTRICA SOCIEDADE SIMPLES Valor : 41.499,99 (Quarenta e um mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 0008/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 41.499,9991 relativo ao item 4- Pediatra para atendimento na Unidade Central (80 horas mensais) no horário das 7:30 às 11:30 horas, em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. Capinzal, 28 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 001/2016 AO CONTRATO 021/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 001/2016 C21- Contrato Nº: 0021/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada....: JMS TESTA CLINICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES Valor : 28.200,00 (VINTE E OITO MIL E DUZENTOS REAIS) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 007/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 28.200,00, relativo ao item 02 – Clínico Geral para atendimento na Unidade Central (20 horas semanais) no horário das 8 às 11:30m, mais grupo de pacientes com doenças do aparelho urinário, diabéticos e hipertensos em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. Capinzal, 28 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 002/2016 AO CONTRATO 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 002/2016 C10- Contrato Nº: 0010/2016 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada....: S & S SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA - ME Valor : 44.010,00 (Quarenta e quatro mil e dez reais) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 004/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 44.010,00, relativo ao item 01 – Clínico Geral para atendimento na Unidade Central (15 horas semanais) estipulados pela Secretaria da Saúde, mais atendimento ao grupo da Vigilância Epidemiológica (para atendimento a pacientes que tenham disponibilidade em atendimentos ao ambulatório de hepatites virais/DST, tuberculose e óbitos domiciliares, segundo o Protocolo do Ministério da Saúde) – Item 2 – Clínico Geral para atendimento na Unidade Central (15 horas semanais) em turnos estipulados pela Secretaria da Saúde, em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo. Capinzal, 28 de dezembro de 2016	

TERMO ADITIVO 002/2016 AO CONTRATO 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : TA 002/2016 C36- Contrato Nº: 0036/2015</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL</p> <p>Contratada....: SERRA VALE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 33.000,00 (TRINTA E TRES MIL REAIS)</p> <p>Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017</p> <p>Licitação : Processo Licitatório Nº 0016/2015</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 33.000,00, relativo ao item 01 – Médico Pediatra para atendimento na Unidade Central (20h semanais) nos seguintes horários: 2º, 4º e 5º (04 horas) das 13 às 17 e 6º (08 horas) das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17h., em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 28 de dezembro de 2016		

TERMO ADITIVO 003/2016 AO CONTRATO 068/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : TA 003/2016 C68- Contrato Nº: 0068/2015</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL</p> <p>Contratada....: FRANK SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA DE CAMPOS NOVOS LTDA</p> <p>Valor : 36.450,00 (Trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017</p> <p>Licitação : Processo Licitatório Nº 0032/2015</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 36.450,00 relativo ao item 1– Anestesista para atendimento no Hospital Nossa Sdehora das Dores, visando a realização de cirurgias eletivas de pacientes no município de Capinzal. Horário: das 8:00 às 13:00 horas, em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 28 de dezembro de 2016		

TERMO ADITIVO 004/2016 AO CONTRATO 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
EXTRATO CONTRATUAL		
<p>Aditivo Nº : TA 004/2016 C17- Contrato Nº: 0017/2015</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL</p> <p>Contratada....: CLINIMED – CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES - EPP</p> <p>Valor : 54.809,91 (Cinquenta e quatro mil oitocentos e nove reais e noventa e um centavos)</p> <p>Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017</p> <p>Licitação : Processo Licitatório Nº 0008/2015</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 54.809,91 relativo ao item 11– Ginecologista/Obstetra para atendimento na Unidade Central e ESF Loteamento Parizotto (40 horas semanais) – Item 12 – Ginecologista/Obstetricia para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores em sistema de sobreaviso, 24 horas/dia (15 dias/360 horas mensais) em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.</p>		
Capinzal, 28 de dezembro de 2016		

TERMO ADITIVO 004/2016 AO CONTRATO 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 004/2016 C 019 - Contrato Nº: 0019/2015 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL Contratada....: GINECLIN CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRICIA SC LTDA Valor : 54.809,91 (Cinquenta e quatro mil oitocentos e nove reais e noventa e um centavos) Vigência : Início: 01/01/2017 Término: 31/03/2017 Licitação : Processo Licitatório Nº 0008/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2017 e acrescentando o valor do contrato original em R\$ 54.809,91 relativo ao item 09 – Ginecologista/Obstetra para atendimento na Unidade Central e ESF São Cristóvão (40 horas semanais) – Item 10 – Ginecologista/Obstetricia para atendimento no Hospital Nossa Senhora das Dores em sistema de sobreaviso, 24 horas/dia (15 dias/3,60 horas mensais) em conformidade com a solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 28 de dezembro de 2016	

Catanduvás

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0118/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0118/2016

CONCORRÊNCIA Nº 0004/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2016)

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONCESSIONÁRIA: ELETROVISION ENGENHARIA ELETRICA LTDA - ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de direito real de uso do bem imóvel abaixo descrito, de propriedade do Município de Catanduvás, nos termos da Lei Municipal nº 2.359/2012, de 23 de abril de 2012, com a finalidade de instalação de empreendimento.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1	UN	Quadra 01 Lote 01 - Com frente para a Rua Projetada "A" Área: 2.182,02 m²

Prazo: O prazo de vigência da presente concessão real de uso será de 7 (sete) anos, contados da sua assinatura.

Catanduvás/SC, 09 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2016

Contrato de Implantação e Locação de Sistemas

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ/MF sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de dezembro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2016

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE MOVIMENTO ECONÔMICO,

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA – ME, CNPJ sob nº 23.299.477/0001-15

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 14 de dezembro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0001/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0001/2016,

Prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12

CONTRATANTE: MUNICÍPIO de CATANDUVAS, CNPJ sob o n.º 82.939.414/0001-45

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

Até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 5.100,00

2. Gestão Tributária - Integrador Municipal (REDESIM) - R\$ 4.800,00

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.980,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) Parágrafo

Florianópolis – SC, 09 de dezembro de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeito(a) de CATANDUVAS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 0009/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0063/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADO: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME, CNPJ sob o nº 22.798.043/0001-05

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 13 de julho de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0097/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0097/2016

Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INTERNET

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 03.650.239/0001-03

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 07 de junho de 2016.

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0104/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0104/2016

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, PODENDO SER REALIZADO POR INTERMÉDIO DE CORRETORA OU DA PRÓPRIA SEGURADORA, PARA O EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA COM ACESSÓRIOS (CAPINADEIRA E VASSOURA COM ESPAGIMENTO) PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAI, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001-60

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 28 de julho de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0114/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0114/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: BOTTIN CONSULTORIA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 08.286.542/0001-84

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 05 de outubro de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0115/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0115/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 0012/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME, CNPJ sob o nº 19.813.396/0001-14,

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 26 de outubro de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0116/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0116/2016

PREGÃO Nº 0058/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0089/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 03.650.239/0001-03

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 23 de novembro de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0117/2016**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0117/2016

PREGÃO Nº 0056/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA – ME, CNPJ sob o nº 21.253.744/0001-98

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 27 de outubro de 2016

OBJETO: Aditivar os valores contratuais em 25% (vinte e cinco por cento), que corresponde a R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), com base no valor inicial do contrato que é de R\$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil cento e sessenta reais). O valor total do contrato passa a ser de R\$ 70.200,00 (setenta mil e duzentos reais).

Catanduvás – SC, 16 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2015**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro

de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0077/2014**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0077/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, CNPJ sob o nº 09.428.416/0001-80

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 25 de junho de 2014

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0079/2013**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0079/2013

Pregão nº 0028/2013 (Processo Licitatório nº 0042/2013)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de maio de 2013

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017 .

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2013**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2013

Pregão nº 0043/2013 (Processo Licitatório nº 0076/2013)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS, CNPJ sob o nº 61.198.164/0001 – 60

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de setembro de 2013

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0025/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0025/2016

PREGÃO Nº 0009/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADO: COLOMAR ANTONIO MORESCO & CIA LTDA ME, CNPJ sob o nº 07.123.351/0001-92

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 10 de fevereiro de 2016

OBJETO: Aditar os valores contratuais em 8,9% (oito vírgula nove por cento), que corresponde a R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), com base no valor contratual que é de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Catanduvas – SC, 26 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0099/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0099/2016

TOMADA DE PREÇO Nº0007/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADO: ISMAIL ZOUHAIR HAIDAR – ME / MEGANET INTERNET, CNPJ sob o nº 07.204.287/0001-10

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 23 de junho de 2016

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.
Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0001/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0001/2015

Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INTERNET BANDA LARGA – FIBRA ÓTICA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, CNPJ sob o nº 14.798.740/0001-20

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0011/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0011/2015

Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INTERNET

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ sob o nº 03.650.239/0001-03

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários na data de 01 de janeiro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 01 de janeiro de 2017, para o item 02.

Item	Descrição dos Planos de Acesso	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
02	Acesso Internet 1MB/512K (Escola Municipal de Educação Infantil Pato Donald)	03	Mês	R\$ 70,00	R\$ 210,00

Catanduvas – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2015 (PROCESSO Nº 0040/2015).

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA., CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de maio de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, CNPJ sob o nº 13.923.607/0001-95

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 03 de novembro de 2015

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é aditar o valor do contrato, no percentual de 5,04 % (cinco vírgula zero quatro por cento), que corresponde ao valor de R\$ 14.934,22 (quatorze mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do contrato passa a ser de R\$ 311.217,32 (trezentos e onze mil duzentos e dezessete reais e trinta e dois centavos).

Catanduvás – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2013

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0015/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2013.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ sob o nº 72.332.778/0001-09

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é aditar o preço contratado mensalmente, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento),

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal após o reajuste será de R\$ 40.290,96 (quarenta mil duzentos e noventa reais e noventa e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Parágrafo único. O presente Termo Aditivo possui efeitos a partir de

1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 21 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0077/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0077/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, CNPJ sob o nº 09.428.416/0001-80

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 25 de junho de 2014

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA - Suprimir do Contrato Original a importância de R\$ 2.713,50 (dois mil setecentos e treze reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de 0,99% (zero vírgula noventa e nove por cento) de supressão à quantidade inicialmente pactuada.

PARAGRAFO ÚNICO – A supressão refere-se ao cálculo final considerando que:

I – Suprimiu-se uma área de 593,08 m² do cruzamento da Rua Tiradentes com a Rua 7 de Abril e aditivou-se 508,40 m² na Rua Júlio de Castilhos;

II – Aditivou-se 71,00 m³ de meios fios para a execução da área do cruzamento com a rua Júlio de Castilhos.

Catanduvás – SC, 25 de novembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, CNPJ sob o nº 82.939.414/0001-45

CONTRATADA: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, CNPJ sob o nº 13.923.607/0001-95

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 03 de novembro de 2015

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2017, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2017.

Catanduvás – SC, 23 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº 110/2016

"Concede Adicional de Titulação a servidor que especifica".

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e art. 13 da Lei Complementar 002/2001 e anexo V. Considerando requerimento e documentação apresentada pelo servidor na data de 27 de dezembro de 2016, exigência do art. 13, §2º da Lei Complementar 002/2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Adicional de Titulação ao Servidor Sr. Júnior Soares Leal, ocupante do cargo de assistente administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no percentual de 5% sobre o vencimento básico de seu cargo.

Art. 2º - O Adicional de Titulação deve ser pago desde a data do requerimento em 27 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 22/2016.

PORTARIA N.º 022/2016.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno e do Decreto n.º 204/2016 – do Poder Executivo;

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal, no próximo dia 30 de dezembro de 2016 sexta-feira, tendo em vista, a festividade de final de ano.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 29 de dezembro de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e publica-se.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto n 128.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 128/2016

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/09 de 01.09.09, que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores Estáveis, período de 2014/2015 da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 200/2014 de 12.05.2014, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de Dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

RELAÇÃO DOS SERVIDORES SUBMETIDOS A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Acir Mello	Operário	04/10/2005	Muito bom
Adélcio da Silva	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Muito bom
Adalto Sypriani	Operário	01/07/2011	Muito bom
Ademir França	Operário	13/06/2011	Muito bom
Adenilson Antônio	Agente Profissional	01/10/2008	Muito bom
Adenizia Cleonice Farias Schneider	Agente de Serviços Gerais	04/04/2005	Bom
Adilcio Sebold	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Excelente
Adilson Heinz	Técnico Agrícola	06/05/2002	Excelente
Adriana Machado Correia	Secretária de Escola	03/11/2008	Muito bom
Adriana Martins	Auxiliar Administrativo	15/08/2008	Muito bom
Adriano Nau	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Alceu Pereira	Auxiliar de Enfermagem	18/08/2008	Muito bom
Aline da Silveira	Auxiliar Administrativo	16/05/2005	Muito bom
Amilton Carlos Wespthal	Operador de Equipamentos	23/02/1998	Excelente
André Sebold	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Excelente
Angela da Silva Paul	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Avanesa Kerschbaum Will	Auxiliar Administrativo	04/05/1998	Excelente
Carlos Joel Padilha	Operário	04/03/2002	Excelente
Carlos Roberto Goederdt	Operador de Equipamentos	13/06/2011	Muito bom
Charliane Michels	Oficial Administrativo	01/09/2008	Excelente
Claudete Muller Roling	Auxiliar de Enfermagem	17/02/2006	Excelente
Claudia Adriana Amorim	Agente de Serviços Gerais	20/02/2006	Bom
Claudinei França	Operador de Equipamentos	09/09/2011	Excelente
Claudirene Ferreira	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Cleber Meurer	Professor	01/10/2008	Excelente

Cleusa Francisco Schneider	Auxiliar Administrativo	01/03/1995	Excelente
Clobson Scheidt	Operador de Equipamentos	14/02/2012	Excelente
Crislei Sebold	Secretária de Escola	01/09/2008	Excelente
Cristiane Soteli Bettoly	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Muito bom
Dalva Passig da Silva – 243/01	Professora	03/08/1992	Excelente
Dalva Passig da Silva – 243/09	Professora	15/08/2008	Excelente
Deise Regina dos Santos	Psicólogo	04/03/2002	Muito bom
Dilva Rosa Correa Paul	Secretario de Escola	01/06/2000	Excelente
Dorly Gabriel Kirst	Farmacêutico	01/07/2011	Muito bom
Elaine da Silveira	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Eva Aparecida Kempner Abreu	Professora	04/04/2002	Excelente
Evaristo Franzen	Operador de Equipamentos	16/02/1998	Muito bom
Fabio Franz	Operador de Equipamentos	04/09/2008	Muito bom
Flavio da Silveira	Fiscal de Tributos	01/06/2000	Muito bom
Geraldo Schneider	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Gerusa Anacleto	Professora	09/02/1998	Muito bom
Isolete Sebold Pereira	Professora	10/02/2009	Muito bom
Izoleni Batista Correa	Agente de Serviços Gerais	05/09/2002	Excelente
Jaison Inácio	Oficial de Nível Médio	13/06/2005	Muito bom
Jaqueline Francisco	Oficial de Nível Médio	15/08/2008	Excelente
Jaques Ernani Bezerra	Médico Veterinário	01/04/2009	Muito bom
João Aloir França de Oliveira	Técnico em Enfermagem	01/09/2008	Muito bom
João Clemente	Operador de Equipamentos	13/06/2005	Muito bom
João Nunes de Almeida	Operário	15/03/2005	Muito bom
Joelcio Carlos Cabral	Operário	15/08/2008	Excelente
Joelsio Machado	Contador	07/01/2009	Excelente
Joici Demetrio	Psicóloga	01/11/2011	Excelente
Josir Jacó Kalbusch	Oficial de Nível Médio	02/03/1998	Excelente
Juliana Maria Longen	Professora	01/09/2008	Muito bom
Lenir Paul Keschbaum	Agente de Serviços Gerais	15/03/2005	Muito bom
Liliane Scheidt Jasper	Professora	08/12/2008	Excelente
Luciani Paul Kerschbaum	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Muito bom
Luzia Preti Palhano	Agente de Serviços Gerais	01/03/2012	Excelente
Maicon de Souza	Professor	15/08/2008	Muito bom
Maicson Montibeller	Oficial de Nível Médio	15/09/2008	Excelente
Marcelo de Souza	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Marcia Schwambach Schmidt	Professora	04/04/2002	Excelente
Marciane Lopes	Agente de Serviços Gerais	13/07/2011	Muito bom
Marciano Sypriani	Mecânico	13/06/2011	Muito bom
Maria Catarina dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	21/02/2006	Muito bom
Marlize Neuhaus	Assistente Social	02/02/2012	Muito bom
Maurício de Andrade	Operador de Equipamentos	02/05/2005	Excelente
Maurício Jasper	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Excelente
Meirelein Grach Machado	Secretário de Escola	02/03/2005	Muito bom
Neide Sebold da Silva – 242/01	Professora	04/12/1995	Muito bom
Neide Sebold da Silva	Professora	07/03/2005	Muito bom
Nerci Ramos	Professora	08/05/2001	Muito bom
Neusa Francisco Luckmann	Administrador	01/09/2008	Excelente
Orli Carlos Paul	Auxiliar Administrativo	01/06/2000	Excelente
Osmar Abreu	Operário	04/04/2005	Muito bom
Pedro Lopes	Operador de Equipamentos	22/09/2008	Muito bom
Ricardo Claudino	Operador de Equipamentos	05/07/2012	Muito bom
Rogério Capistrano	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Excelente
Roni Capistrano	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Muito bom
Rosemari Raymundo	Agente de Serviços Gerais	01/01/1991	Muito bom
Rosicleide Sipriani Pereira	Oficial de Nível Médio	01/10/2008	Muito bom
Samir Pereira da Silva	Operador de Equipamentos	30/06/2000	Muito bom
Santos Avelino da Silva	Operador de Equipamentos	01/06/2005	Muito bom
Sérgio Pereira	Operário	13/02/2006	Muito bom
Sérgio Schneider	Operador de Equipamentos	16/03/1998	Muito bom

Silvia K. Maciel	Agente de Serviços Gerais	11/07/2011	Excelente
Simone Cordeiro dos Santos	Professora	15/08/2008	Muito bom
Simone Iara da Silveira	Assistente Social	03.10.2011	Muito bom
Sinara Regina Prim de Melo	Fiscal Sanitário	06/04/2009	Excelente
Sirlei Chiquio Medeiros	Agente de Serviços Gerais	15/03/2005	Excelente
Solange da Silveira Marquez - 59	Professora	04/03/2002	Excelente
Solange da Silveira Marquez - 59	Professora	06/02/2006	Excelente
Tatiane de Souza	Agente de Serviços Gerais	08/02/2012	Excelente
Vanderlene Sotele	Oficial de Nível Médio	06/02/2006	Muito bom
Vera Lúcia Graci Demétrio	Professora	15/08/2008	Muito bom
Zilá de Souza	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente
Zuleide Diel Schneider	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente

Decreto n 129.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 129/2016

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar nº008 de 23.12.99 e Decreto Municipal nº 050/09 de 01.09.09, que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e torna público o resultado da Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores Estáveis, período de 2015/2016 da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, na forma em que foi apresentada, constante no relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria nº 200/2014 de 12.05.2014, para este fim.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de Dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

RELAÇÃO DOS SERVIDORES SUBMETIDOS A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL

NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
Acir Mello	Operário	04/10/2005	Muito bom
Adélcio da Silva	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Muito bom
Adalto Sypriani	Operário	01/07/2011	Muito bom
Ademir França	Operário	13/06/2011	Muito bom
Adenilson Antônio	Agente Profissional	01/10/2008	Muito bom
Adenizia Cleonice Farias Schneider	Agente de Serviços Gerais	04/04/2005	Bom
Adilcio Sebold	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Excelente
Adilson Heinz	Técnico Agrícola	06/05/2002	Excelente
Adriana Machado Correia	Secretária de Escola	03/11/2008	Muito bom
Adriana Martins	Auxiliar Administrativo	15/08/2008	Muito bom
Adriano Nau	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Alceu Pereira	Auxiliar de Enfermagem	18/08/2008	Muito bom
Aline da Silveira	Auxiliar Administrativo	16/05/2005	Muito bom
Amilton Carlos Wespthal	Operador de Equipamentos	23/02/1998	Excelente
André Sebold	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Excelente
Angela da Silva Paul	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Avanesa Kerschbaum Will	Auxiliar Administrativo	04/05/1998	Excelente

Carlos Joel Padilha	Operário	04/03/2002	Excelente
Carlos Roberto Goederdt	Operador de Equipamentos	13/06/2011	Muito bom
Charliane Michels	Oficial Administrativo	01/09/2008	Excelente
Claudete Muller Roling	Auxiliar de Enfermagem	17/02/2006	Excelente
Claudia Adriana Amorim	Agente de Serviços Gerais	20/02/2006	Bom
Claudinei França	Operador de Equipamentos	09/09/2011	Excelente
Claudirene Ferreira	Auxiliar Administrativo	01/10/2008	Muito bom
Cleber Meurer	Professor	01/10/2008	Excelente
Cleusa Francisco Schneider	Auxiliar Administrativo	01/03/1995	Excelente
Clobson Scheidt	Operador de Equipamentos	14/02/2012	Excelente
Crislei Sebold	Secretária de Escola	01/09/2008	Excelente
Cristiane Soteli Bettoly	Auxiliar Administrativo	03/07/2000	Muito bom
Dalva Passig da Silva – 243/01	Professora	03/08/1992	Excelente
Dalva Passig da Silva – 243/09	Professora	15/08/2008	Excelente
Deise Regina dos Santos	Psicólogo	04/03/2002	Muito bom
Dilva Rosa Correa Paul	Secretario de Escola	01/06/2000	Excelente
Dorly Gabriel Kirst	Farmacêutico	01/07/2011	Muito bom
Elaine da Silveira	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Eva Aparecida Kempner Abreu	Professora	04/04/2002	Excelente
Evaristo Franzen	Operador de Equipamentos	16/02/1998	Muito bom
Fabio Franz	Operador de Equipamentos	04/09/2008	Muito bom
Flavio da Silveira	Fiscal de Tributos	01/06/2000	Muito bom
Geraldo Schneider	Auxiliar Administrativo	01/04/2005	Muito bom
Gerusa Anacleto	Professora	09/02/1998	Muito bom
Isolete Sebold Pereira	Professora	10/02/2009	Muito bom
Izoleni Batista Correa	Agente de Serviços Gerais	05/09/2002	Excelente
Jaison Inácio	Oficial de Nível Médio	13/06/2005	Muito bom
Jaqueline Francisco	Oficial de Nível Médio	15/08/2008	Excelente
Jaques Ernani Bezerra	Médico Veterinário	01/04/2009	Muito bom
João Aloir França de Oliveira	Técnico em Enfermagem	01/09/2008	Muito bom
João Clemente	Operador de Equipamentos	13/06/2005	Muito bom
João Nunes de Almeida	Operário	15/03/2005	Muito bom
Joelcio Carlos Cabral	Operário	15/08/2008	Excelente
Joelsio Machado	Contador	07/01/2009	Excelente
Joici Demetrio	Psicóloga	01/11/2011	Excelente
Josir Jacó Kalbusch	Oficial de Nível Médio	02/03/1998	Excelente
Juliana Maria Longen	Professora	01/09/2008	Muito bom
Lenir Paul Keschbaum	Agente de Serviços Gerais	15/03/2005	Muito bom
Liliane Scheidt Jasper	Professora	08/12/2008	Excelente
Luciani Paul Kerschbaum	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Muito bom
Luzia Preti Palhano	Agente de Serviços Gerais	01/03/2012	Excelente
Maicon de Souza	Professor	15/08/2008	Muito bom
Maicson Montibeller	Oficial de Nível Médio	15/09/2008	Excelente
Marcelo de Souza	Operador de Equipamentos	01/07/2011	Muito bom
Marcia Schwamback Schmidt	Professora	04/04/2002	Excelente
Marciane Lopes	Agente de Serviços Gerais	13/07/2011	Muito bom
Marciano Sypriani	Mecânico	13/06/2011	Muito bom
Maria Catarina dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	21/02/2006	Muito bom
Marlize Neuhaus	Assistente Social	02/02//2012	Muito bom
Maurício de Andrade	Operador de Equipamentos	02/05/2005	Excelente
Maurício Jasper	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Excelente
Meirelein Grach Machado	Secretário de Escola	02/03/2005	Muito bom
Neide Sebold da Silva – 242/01	Professora	04/12/1995	Muito bom
Neide Sebold da Silva	Professora	07/03/2005	Muito bom
Nerci Ramos	Professora	08/05/2001	Muito bom
Neusa Francisco Luckmann	Administrador	01/09/2008	Excelente
Orli Carlos Paul	Auxiliar Administrativo	01/06/2000	Excelente
Osmar Abreu	Operário	04/04/2005	Muito bom
Pedro Lopes	Operador de Equipamentos	22/09/2008	Muito bom
Ricardo Claudino	Operador de Equipamentos	05/07/2012	Muito bom
Rogério Capistrano	Operador de Equipamentos	04/03/2002	Excelente

Roni Capistrano	Operador de Equipamentos	15/09/2008	Muito bom
Rosemari Raymundo	Agente de Serviços Gerais	01/01/1991	Muito bom
Rosicleide Sipriani Pereira	Oficial de Nível Médio	01/10/2008	Muito bom
Samir Pereira da Silva	Operador de Equipamentos	30/06/2000	Muito bom
Santos Avelino da Silva	Operador de Equipamentos	01/06/2005	Muito bom
Sérgio Pereira	Operário	13/02/2006	Muito bom
Sérgio Schneider	Operador de Equipamentos	16/03/1998	Muito bom
Silvia K. Maciel	Agente de Serviços Gerais	11/07/2011	Excelente
Simone Cordeiro dos Santos	Professora	15/08/2008	Muito bom
Simone Iara da Silveira	Assistente Social	03.10.2011	Muito bom
Sinara Regina Prim de Melo	Fiscal Sanitário	06/04/2009	Excelente
Sirlei Chiquio Medeiros	Agente de Serviços Gerais	15/03/2005	Excelente
Solange da Silveira Marquez - 59	Professora	04/03/2002	Excelente
Solange da Silveira Marquez - 59	Professora	06/02/2006	Excelente
Tatiane de Souza	Agente de Serviços Gerais	08/02/2012	Excelente
Vanderlene Sotele	Oficial de Nível Médio	06/02/2006	Muito bom
Vera Lúcia Graci Demétrio	Professora	15/08/2008	Muito bom
Zilá de Souza	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente
Zuleide Diel Schneider	Agente de Serviços Gerais	15/09/2008	Excelente

Portaria 413/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 413/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar ALCIDES KLETENBERG, ocupante do cargo em Comissão de Coordenador Administrativo na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio nomeado pela Portaria nº 266/2016 de 29.06.2016, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 414/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 414/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar ANGELICA DA SILVEIRA SYPRIAY, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico na Secretaria Municipal da Assistência Social nomeada pela Portaria nº 242/2016 de 20.06.2016, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 415/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 415/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar CHARLES RODRIGO MICHELS, ocupante do cargo em Comissão de Diretor do Departamento Agrícola na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, nomeado pela Portaria nº 089/2013 de 04.03.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 416/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 416/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar CHARLIANE MICHELS, ocupante do cargo em Comissão de Assessora Jurídica, nomeada pela Portaria nº 369/2011 de 09.09.2011, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 417/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 417/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar DÉBORA SCHMIDT DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Recursos Humanos,

na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, nomeada pela Portaria nº 235/2012 de 31.05.2012, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 418/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 418/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar ELIANE DO CARMO MEDEIROS DA SILVEIRA, ocupante do cargo em Comissão de Assessora de planejamento, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, nomeada pela Portaria nº 60/2011 de 31.01.2011, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 419/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 419/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar ELIOMAR SCHEIDT DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Coordenadora Administrativa, na Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada pela Portaria nº 081/2013 de 01.03.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 420/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 420/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar FRANCINEI LONGEN, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Saúde, na Secretaria Municipal da Saúde, nomeada pela Portaria nº 119/2013 de 11.03.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 421/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 421/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar GUILHERMINO BILK, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Administração e Planejamento, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, nomeado pela Portaria nº 032/2013 de 11.02.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 422/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 422/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar JOÃO PAULO BETTOLY, ocupante do cargo em Comissão de Agente de Controle Interno, no Gabinete do Prefeito, nomeado pela Portaria nº 019/2013 de 11.02.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 424/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 424/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar KARINA MENDES, ocupante do cargo em Comissão de Assessora Técnica, na Secretaria Municipal da Saúde, nomeada pela Portaria nº 246/2016 de 21.06.2016, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 425/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 425/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar LIDIA TEREZINHA PALHANO DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Diretor Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela Portaria nº 169/2016 de 23.03.2015, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 426/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 426/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar RAQUEL FRANCISCO, ocupante do cargo em Comissão de Coordenadora Administrativa, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela Portaria nº 268/2013 de 16.08.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 427/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 427/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar SEBASTIÃO MACHADO, ocupante do cargo em Comissão de Coordenadora Administrativa, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela Portaria nº 268/2013 de 16.08.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 428/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 428/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar CLAUDIA LOPES SYPRIANI, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Esportes, na condição de Agente Político, nomeada pela portaria nº 259/2016 de 24.06.2016, a partir 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 429/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 429/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar LUIZ CEZAR SEBOLD, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Fazenda, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 357/2012 de 18.10.2012, a partir 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 430/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 430/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar ORLI CARLOS PAUL, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 064/2015 de 05.02.2015, a partir 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 431/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 431/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 463 de 28.11.2014, que designa CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para ocupar a função gratificada de Chefe de Serviço, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 432/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 432/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 264 de 27.06.2016, que designa VALDIRENE MOHR MARQUEZ, ocupante do cargo efetivo de Professora, para responder pela Direção, do Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 14 de dezembro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 723/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 423/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar JOSMAR MONTEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo em Comissão de Chefe da divisão de Urbanismo, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria nº 008/2013 de 08.01.2013, a partir de 31.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de dezembro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 87/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: CASA DO ÔNIBUS PEÇAS E VEÍCULOS EIRELI – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de homem x hora para serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade.

Assinatura: 06/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 512.500,00 (quinhentos e doze mil e quinhentos reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 90/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: VOLCAP COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de homem x Hora para serviços de manutenção de veículos, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade.

Assinatura: 06/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 53.880,00 (cinquenta e três mil e oitocentos e oitenta reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 92/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: NUMAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de combustíveis e solução ARLA-32, para uso da frota do município de Cocal do Sul.

Assinatura: 16/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 301.000,00 (trezentos e um mil reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 94/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de equipamentos de proteção individual (EPI's), para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 20.305,30 (vinte mil e trezentos e cinco reais e trinta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2016.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: FRONTIERE LTDA – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/PMCS/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2016.

Objeto: Registro de preços de equipamentos de proteção individual (EPI'S), para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/12/2016.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 16.726,45 (dezesseis mil e setecentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 229/16**

RESOLUÇÃO Nº 229/16, de 30 de dezembro de 2016..

RESOLUÇÃO Nº 204/13, de 29 de maio de 2013.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ANGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE

Art. 1º. Determino a revogação da Resolução N.º 204, de 29 de maio de 2013, visando resguardar os princípios constitucionais, infraconstitucionais e regimentais da Casa.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando expressamente a Resolução Nº. 204/13.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 30 de dezembro de 2016..

ANGELA MARIA MENDES ANJO
Presidente da Câmara

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

CONTROLE INTERNO 11/2016**CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL****CONTROLE INTERNO MÊS NOVEMBRO DE 2016.**

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês e até o mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária, patrimonial e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf.Recebida	1.700.000,00	141.666,66	1.558.333,26	91,66%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Realizada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.700.000,00	105.995,55	1.097.326,24	64,55%
CÂMARA DE VEREADORES	1.700.000,00	105.995,55	1.097.326,24	64,55%
TOTAL DA ENTIDADE	1.700.000,00	105.995,55	1.097.326,24	64,55%

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 1.097.326,24 (Hum milhão, noventa e sete mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), Correspondendo a 69,98% da transferência financeira recebida até o mês.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.068,98	20.042,35	25,29
Fevereiro	5.068,98	20.042,35	25,29
Março	5.068,98	20.042,35	25,29
Abril	5.068,98	20.042,35	25,29
Maio	5.567,26	20.042,35	27,77
Junho	5.567,26	20.042,35	27,77
Julho	5.567,26	20.042,35	27,77
Agosto	5.567,26	20.042,35	27,77
Setembro	5.567,26	20.042,35	27,77
Outubro	5.567,26	20.042,35	27,77
Novembro	5.567,26	20.042,35	27,77
Dezembro			

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao número de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios máximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.

Componentes	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	45.753.600,88	100,00
LIMITE MÁXIMO DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2.745.216,05	6,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.044.040,61	2,28
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.044.040,61	2,28
VALOR ABAIXO DO LIMITE	1.701.175,44	3,72

O Demonstrativo do **Poder Legislativo Municipal** identifica que foi aplicado 2,34% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, quando houver.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
Total Geral	0,00

O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação até o mês

RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	0,00	DESPESA ORÇAMENTARIA (VII)	1.242.870,49
Ordinaria	0,00	Ordinaria	1.242.870,49
Vinculada	0,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA (II)	1.558.333,26	TRANSF. FINANC.CONCEDIDA (VIII)	0,00
Transferencias Financeiras Recebidas	1.558.333,26	Transf.Financeiras Concedidas	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORDINARIOS (IV)	298.651,32	PAGAMENTO EXTRAORDINARIO (X)	127.099,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	147.616,73	Demais Obrigações a Curto Prazo	127.099,21
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	145.544,25		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	5.490,34		
		SALDO ESPECIE EXERC.SEGUINTE(XI)	487.014,88
		Aplicação financeira Mercado Aberto	487.014,88
		Banco C/ Corrente	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	1.856.984,58	TOTAL (XII) = (VII=+VIII+IX+XI)	1.856.984,58

O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação

ATIVO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO	EXERCICIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	489.891,22	PASSIVO CIRCULANTE	80.103,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	487.014,88	Obrig.Trab.Prev.e Essist a Pagar	55.269,11
.Demais Credito e Valores a Curto Prazo	2.340,00	Fornecedores e Contas a Pagar CP	4.316,48
Variação Patrim. Dimin.Pagas Antecipad	536,34	Demais Obrigações a curto prazo	20.517,52
ATIVO NÃO CIRCULANTE	143.957,99	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	80.103,11
		PATRIMONIO LIQUIDO	Exerc.Atual
		Patrimonio Social e Capital Social	127.809,37
		Resultados Acumulados	425.936,73
		* Resultado do Exercício	460.280,31
		Resultado de exerc.anteriores	-34.343,58
		TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	553.746,10
TOTAL	633.849,21	TOTAL	633.849,21
ATIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL
Ativo	487.014,88	PASSIVO PATRIMONIO LIQUIDO	26.007,86
Ativo Circulante	487.014,88	Passivo Circulante	26.007,86
		Obrig.Trab.Prev.Assit. a Pagar CP	1.173,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	487.014,88	Fornec.e Contas a Pagar a CP	4.316,48
		Demais Obrig. a Curto Prazo	20.517,52
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	487.014,88	Creditos Empenhado a Liquidar	20.517,52
		TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	171.552,11
ATIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL
Ativo	146.834,33	Passivo e Patrimonio Liquido	54.095,25
Ativo Circulante	2.876,34	Passivo Circulante	54.095,25
Demais Creditos e Valores a Curto Prazo	0,00	Obrig.Trab.Prev.Assit. pagar CP	54.095,25
Var.Patr.Dimin.Pagas Antecipadamente	536,34		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	143.957,99		
IMOBILIZADO	143.957,99	TOTAL PASSIVO PERMANENTE	54.095,25
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	146.834,33		
SALDO PATRIMONIAL			408.201,85
COMPENSAÇÕES			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	EXERCICIO ATUAL	SALDOS ATOS POT. PASSIVOS	EXERCICIO ATUAL
		Execução de Obrig.Contratuais	589,86
TOTAL	0,00	TOTAL	589,86
DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DIFICIT FINANANCEIRO	
Ordinario		315.462,77	
TOTAL		315.462,77	

DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS
13 – 04/01/2016	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC. CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 06/01/2016 A 06/01/2016 NO TRIBUNAL DE CONTAS PARA PROTOCOLAR PROCESSO N.PCP 13-00304062 PARA REPRECIAÇÃO DAS CONTAS DE 2012 CONFORME ART 55 LC 202/200 E ART 93 II REGIMENTO INTERNOS AMBOS DO TC DE CONTAS DE SANTA CATARINA.	OK
20 – 23/02/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
21 – 23/02/2015	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
22 – 23/02/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA - PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
23 – 23/02/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
24 – 23/02/2016	ROSENY CITTTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
26 – 23/02/2016	TELMA P. DELLA BEZ BIROLO VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24 A 26/02/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÕES PARA O ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP.	OK
40 – 29/03/2016	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
41 – 29/03/2016	JOÃO GERALDO ECHELI	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS	OK

	VEREADOR	EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
42 - 29/03/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2016 A 01/04/2016 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATOS EM ANO ELEITORAL: A FISCALIZAÇÃO POR PARTE DO LERGISLATIVO A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
50 - 26/04/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIALCENTRO FPOLIS	OK
51 - 26/04/2016	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
52 - 26/04/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
53 - 26/04/2016	TELMA P.DELLA BEZ BIROLO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
54 - 26/04/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
55 - 26/04/2016	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 27 A 29/04/16 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE A FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS EM FINAL DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP HOTEL FAIAL CENTRO FPOLIS	OK
61 - 17/05/2016	JOÃO GERALDO ECHELI VEREADOR	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
62 - 17/05/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
63 - 17/05/2016	AGENOR BENATI PEDROSO	NA CONCESÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE	OK

	VEREADOR	RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	
64 – 17/05/2016	LUCIANE TROMBIM NIEUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
67 – 17/05/2016	ANDREIA SAVI MONDO ASSESSORA JURIDICA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 18 A 20/05/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE RESTRIÇÕES EM ANO ELEITORAL E A CONCESSÃO CORRETA DE DIARIAS A SER REALIDO PELO CEAP.	OK
83 – 21/06/2016	AGENOR BENATI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	ok
84 – 21/06/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
85 – 21/06/2016	ANGELA MARIA MENDES ANJO VEREADORA - PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
86 – 21/06/2016	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
87 – 21/06/2016	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 22/06/2016 A 24/06/2016, PARTICIPAR CURSO LEI ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES AS CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL FAIAL .	OK
93 – 06/07/2016	JOÃO GERALDO ECHELLI VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 06/07/2016 PARA PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA PUBLICA SOBRE SEGURANÇA PUBLICA REALIZADA NO PLENARINHO DA ALESC ACOMPANHADO DA PRESIDENTE DO LEGISLATIVO E DA VEREADORA ANEGELA MARIA MENDES ANJO	OK
97 – 19/07/2016	LUCIANE TROMBIM NIEHUES OFICIAL LEGISLATIVO	NA AQUISIÇÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 20/07/2016 A 22/07/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARENCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL A SER REALIZADO PORLO CEAP	OK
98 – 19/07/2016	JOÃO GERALDO ECHELI	NA CONCESSAO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO	

	VEREADOR	DE 20/07/2016 A 22/07/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE CONTROLE SOCIAL E TRANSPARENCIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
102 – 09/08/2016	SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 10/08/2016 A 12/08/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS CAMARAS MUNICIPAIS EM PERIODO ELEITORAL E CUIDADOS COM SEUS LIMITES A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
103 – 09/08/2016	EDSON ROSSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 10/08/2016 A 12/08/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS CAMARAS MUNICIPAIS EM PERIODO ELEITORAL E CUIDADOS COM SEUS LIMITES A SER REALIZADO PELO CEAP	OK
143 – 22/11/2016	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK
144 – 22/11/2016	AGENOR BENATTI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK
145 – 22/11/2016	VOLNEI DA SILVA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK
146 – 22/11/2016	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC.CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK
147 – 22/11/2016	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK
148- 22/11/2016	TELMA P.DELLA BEZ BIROLLO VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 23/11/2016 A 25/11/2016 PARTICIPAR CURSO SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO 2017 A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES

RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
45.219.792,43	552.332,47	1,22

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 552.332,47 (Quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e sete centavos) representando assim 1,22% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
005 = 06/08/2013	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS FLY TRANSPARENCIA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	1.892,76
001 = 02/01/2014	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SOFTWARES DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E PATRIMÔNIO PÚBLICA EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	8.444,52
004 = 01/11/2015	BETHA SISTEMAS LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS DE LICITAÇÃO E COMPRAS EXERCICIO FINANCEIRO DE 2016	3.012,00
001 = 04/01/2016	SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE DADOS SÍTIO CAMARA MUNICIPAL	5.244,00
002 = 04/01/2016	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME PERÍODO DE 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO PRÉDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.451,28
003 = 04/01/2016	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA NA LOCAÇÃO 01 PLACA DE ALARME 718 ULTRA, 01 TECLADO ACIONAMENTO PS 624, 01 CAIXA METÁLICA, 01 TRANSFORMADOR 16V 2,0 AH, 06 SENSORES INFRA VERMELHO 476, 01 FILTRO DE LINHA ADSL, 01 BATERIA 12V E 02 SIRENES 110 DB PARA USO SISTEMAS DE MONITORAMENTO	290,40

		DE ALARMES PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	
004 – 31/11/2016	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM INSTALAÇÃO/ACESSO INTERNET 10MB DE SERVIÇOS LIVRES E 6MB DE UPLOAD (Compra Direta Nº 100/2016)	616,53

Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
1.700.000,00	761.815,73	44,81

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F

Conforme Resolução 203 de 29/05/2013 que institui o **Controle Interno** da Câmara Municipal de Cocal do Sul fica nomeado através da Resolução 204 de 29/05/2013 o servidor de carreira Sr. Luiz Carlos Gonçalves para responder temporariamente pelo Controle Interno da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

ANGELA MARIA MENDES ANJO
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS GONÇALVES
Controle Interno

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2016 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da estrada de acesso em Linha dos Coqueiros, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo “D” do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 01/02/2017, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/01/2017, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 01/02/2017, às 16h00min.

Abertura: dia 02/02/2017, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 28 de dezembro de 2016.
MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016 – PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de gêneros alimentícios, para atendimento as crianças e adolescentes acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional, bem como os serviços desenvolvidos no CRAS, CREAS e Centros de Convivência; Grupos de Convivência de Idosos e SEDES, para o exercício de 2017, conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h45min do dia 17/01/2017.

Início da Sessão: dia 17/01/2017, às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília

– DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de dezembro de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2016 – FMS

Objeto: Aquisição dos equipamentos de Raio-X Digital e Impressora DRY, para atender e equipar a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, com recursos obtidos através da Emenda Parlamentar nº 28550012, proposta 10455.8230001/115-01 ao Ministério da Saúde, conforme descrições constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 14/02/2017.

Início da Sessão: dia 14/02/2017, às 09h, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Doutor Maruri, nº 1342, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627 ou 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de dezembro de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

DECRETO Nº 6157

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.157, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 20.000,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00		

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.01	Secretaria Municipal de Educação
Projeto/Atividade	12.0122.0018.2012	Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 110.000,00
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 66.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.000,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária	16.01	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0071.2401	Manutenção das Atividades-Meio da FMC
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências à União – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários Prefeitura – Superávit do Exercício Anterior R\$ 660,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 182.600,00		

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6158 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.158, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016.
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.919, de 8 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0131.0004.2004	Manutenção da Assessoria de Comunicação Social
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 330.000,00
Órgão	12	ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária	12.01	Encargos Gerais
Projeto/Atividade	28.0843.0057.2042	Ações da Dívida Interna – Encargos Especiais
Elemento	3.2.90.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 480.000,00
Elemento	4.6.90.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida – Aplicação Direta

Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 320.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0078.1451	Modernização e Organização Administrativa – FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 24.386,00
Projeto/Atividade	27.0122.0079.1453	Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência – FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 14.820,00
Projeto/Atividade	27.0812.0077.2453	Ações do Desporto Comunitário – FMEC
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 2.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 37.000,00
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 2.000,00
Projeto/Atividade	27.0122.0080.2454	Manutenção do Centro de Convivência – FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 43.800,00
TOTAL ANULADO R\$ 1.254.006,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0122.0002.2002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 309.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 21.000,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 760.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 10.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 30.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE
Unidade Orçamentária	17.01	Fundação Municipal de Esporte
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 124.006,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.254.006,00		

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0452.0039.2029	Ações dos Serviços Urbanos – SEMURB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 300.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 300.000,00		

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6159 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.159, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Baixa Escala de Plantão para Serviços Funerários.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 82, de 17 de dezembro de 1993 e no Decreto nº 3.582, de 15 de dezembro de 1994 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica baixada a Escala de Plantão para os Serviços Funerários – exercício de 2017, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
fls. 2

DECRETO Nº 6.159, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO PARA OS SERVIÇOS FUNERÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2017

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
A	3 TER	2 QUI	4 SÁB	3 SEG	3 QUA	2 SEX	2 DOM	1 TER	5 TER	5 QUI	4 SÁB	4 SEG
	8 DOM	7 TER	9 QUI	8 SÁB	8 SEG	7 QUA	7 SEX	6 DOM	10 DOM	10 TER	9 QUI	9 SÁB
	13 SEX	12 DOM	14 TER	13 QUI	13 SÁB	12 SEG	12 QUA	11 SEX	15 SEX	15 DOM	14 TER	14 QUI
	18 QUA	17 SEX	19 DOM	18 TER	18 QUI	17 SÁB	17 SEG	16 QUA	20 QUA	20 SEX	19 DOM	19 TER
	23 SEG	22 QUA	24 SEX	23 DOM	23 TER	22 QUI	22 SÁB	21 SEG	25 SEG	25 QUA	24 SEX	24 DOM
	28 SÁB	27 SEG	29 QUA	28 SEX	28 DOM	27 TER	27 QUI	26 SÁB	30 SÁB	30 SEG	29 QUA	29 SEX
								31 QUI				

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
B	4 QUA	3 SEX	5 DOM	4 TER	4 QUI	3 SÁB	3 SEG	2 QUA	1 SEX	1 DOM	5 DOM	5 TER
	9 SEG	8 QUA	10 SEX	9 DOM	9 TER	8 QUI	8 SÁB	7 SEG	6 QUA	6 SEX	10 SEX	10 DOM
	14 SÁB	13 SEG	15 QUA	14 SEX	14 DOM	13 TER	13 QUI	12 SÁB	11 SEG	11 QUA	15 QUA	15 SEX
	19 QUI	18 SÁB	20 SEG	19 QUA	19 SEX	18 DOM	18 TER	17 QUI	16 SÁB	16 SEG	20 SEG	20 QUA
	24 TER	23 QUI	25 SÁB	24 SEG	24 QUA	23 SEX	23 DOM	22 TER	21 QUI	21 SÁB	25 SÁB	25 SEG
	29 DOM	28 TER	30 QUI	29 SÁB	29 SEG	28 QUA	28 SEX	27 DOM	26 TER	26 QUI	30 QUI	30 SÁB
										31 TER		

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
C	5 QUI	4 SÁB	1 QUA	5 QUA	5 SEX	4 DOM	4 TER	3 QUI	2 SÁB	2 SEG	1 QUA	1 SEX
	10 TER	9 QUI	6 SEG	10 SEG	10 QUA	9 SEX	9 DOM	8 TER	7 QUI	7 SÁB	6 SEG	6 QUA
	15 DOM	14 TER	11 SÁB	15 SÁB	15 SEG	14 QUA	14 SEX	13 DOM	12 TER	12 QUI	11 SÁB	11 SEG
	20 SEX	19 DOM	16 QUI	20 QUI	20 SÁB	19 SEG	19 QUA	18 SEX	17 DOM	17 TER	16 QUI	16 SÁB
	25 QUA	24 SEX	21 TER	25 TER	25 QUI	24 SÁB	24 SEG	23 QUA	22 SEX	22 DOM	21 TER	21 QUI
	30 SEG		26 DOM	30 DOM	30 TER	29 QUI	29 SÁB	28 SEG	27 QUA	27 SEX	26 DOM	26 TER
			31 SEX									31 DOM

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
D	1 DOM	5 DOM	2 QUI	1 SÁB	1 SEG	5 SEG	5 QUA	4 SEX	3 DOM	3 TER	2 QUI	2 SÁB
	6 SEX	10 SEX	7 TER	6 QUI	6 SÁB	10 SÁB	10 SEG	9 QUA	8 SEX	8 DOM	7 TER	7 QUI
	11 QUA	15 QUA	12 DOM	11 TER	11 QUI	15 QUI	15 SÁB	14 SEG	13 QUA	13 SEX	12 DOM	12 TER
	16 SEG	20 SEG	17 SEX	16 DOM	16 TER	20 TER	20 QUI	19 SÁB	18 SEG	18 QUA	17 SEX	17 DOM
	21 SÁB	25 SÁB	22 QUA	21 SEX	21 DOM	25 DOM	25 TER	24 QUI	23 SÁB	23 SEG	22 QUA	22 SEX
	26 QUI		27 SEG	26 QUA	26 SEX	30 SEX	30 DOM	29 TER	28 QUI	28 SÁB	27 SEG	27 QUA
	31 TER				31 QUA							

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
E	2 SEG	1 QUA	3 SEX	2 DOM	2 TER	1 QUI	1 SÁB	5 SÁB	4 SEG	4 QUA	3 SEX	3 DOM
	7 SÁB	6 SEG	8 QUA	7 SEX	7 DOM	6 TER	6 QUI	10 QUI	9 SÁB	9 SEG	8 QUA	8 SEX
	12 QUI	11 SÁB	13 SEG	12 QUA	12 SEX	11 DOM	11 TER	15 TER	14 QUI	14 SÁB	13 SEG	13 QUA
	17 TER	16 QUI	18 SÁB	17 SEG	17 QUA	16 SEX	16 DOM	20 DOM	19 TER	19 QUI	18 SÁB	18 SEG
	22 DOM	21 TER	23 QUI	22 SÁB	22 SEG	21 QUA	21 SEX	25 SEX	24 DOM	24 TER	23 QUI	23 SÁB
	27 SEX	26 DOM	28 TER	27 QUI	27 SÁB	26 SEG	26 QUA	30 QUA	29 SEX	29 DOM	28 TER	28 QUI
							31 SEG					

Obs.: O plantão será desenvolvido a partir da 0 (zero) hora.

A – FUNERÁRIA SÃO FRANCISCO

B – FUNERÁRIA CONCÓRDIA

C – FUNERÁRIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

D – FUNERÁRIA SÃO JOSÉ

E – FUNERÁRIA SANTA BÁRBARA

DECRETO Nº 6160

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.160, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a transferência de bens móveis ao Município.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Ficam transferidos, para integrar o patrimônio do Município, junto à Secretaria Municipal de Educação, os bens abaixo descritos, pertencentes ao patrimônio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON:

I – dois suportes de CPU e estabilizador, em MDF, cor carvalho, códigos patrimoniais 142 e 143;

II – um suporte de CPU e estabilizador fixo, em MDF, cor bege, revestimento em laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, de 25mm e 15mm, com bordas de PVC e sapatas metálicas, código patrimonial 202.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6161 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.161, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
Abre crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.926, de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0121.0003.2003	Manutenção da Assessoria de Planejamento e Orçamento
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00
Projeto/Atividade	04.0131.0004.2004	Manutenção da Assessoria de Comunicação Social
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 138.000,00		
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0025.1004	Ações do Ensino Fundamental – Convênios – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.360000	Salário Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 48.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 138.000,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2016	Ações do Ensino Fundamental – Convênios – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.360000	Salário Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 48.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 90.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 138.000,00		

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até novembro de 2016, a dotação constante no seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 80.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80.000,00		

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6162 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.162, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações do Ensino Fundamental – SEMED

Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.010000	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 14.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 14.000,00		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6163

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.163, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fixa a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, para o exercício de 2017.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 176, de 11 de dezembro de 2000 e 262, de 26 de dezembro de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada em R\$ 3,4600, a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, no âmbito do Município de Concórdia, para o exercício de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6164

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.164, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, VIII e 80, I, “e”, c/c o disposto no art. 5º, “m”, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, a área de terras de 502,24m2, necessária para ampliação do cemitério do Bairro Santo Antônio, neste Município, caracterizada como: lote urbano nº 04, da Quadra “A”, do Loteamento Camillo, situado em Santo Antônio, neste Município, de propriedade de Loteamento Camillo Ltda., registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis, sob nº 31.041, Livro nº 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6165

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 5.666, de 27 de dezembro de 2011 e alteração, que instituem e denominam Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: “Rua Adílio Hilário Mützenber, 755, Bairro Guilherme Reich, Concórdia, SC” para: “Rua Adílio Hilário Mützenber, 729, Bairro Guilherme Reich, Concórdia, SC”, constante no art. 1º do Decreto nº 5.666, de 27 de dezembro de 2011 e alteração, que instituem e denominam Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6166

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.166, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS – Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

DIA	JAN/2017 Farmácia	FEV/2017 Farmácia	MAR/2017 Farmácia	ABR/2017 Farmácia	MAI/2017 Farmácia	JUN/2017 Farmácia	JUL/2017 Farmácia	AGO/2017 Farmácia	SET/ 2017Far- mácia	OUT/2017 Farmácia	NOV/2017 Farmácia	DEZ/2017 Farmácia
1º	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
2	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
3	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949
4	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
5	Concór- dia – Rua do Co- mércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concór- dia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336

DIA	JAN/2017 Farmácia	FEV/2017 Farmácia	MAR/2017 Farmácia	ABR/2017 Farmácia	MAI/2017 Farmácia	JUN/2017 Farmácia	JUL/2017 Farmácia	AGO/2017 Farmácia	SET/ 2017Far- mácia	OUT/2017 Farmácia	NOV/2017 Farmácia	DEZ/2017 Farmácia
6	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357
7	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
8	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
9	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
10	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
11	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
12	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
13	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357
14	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
15	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769
16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914

DIA	JAN/2017 Farmácia	FEV/2017 Farmácia	MAR/2017 Farmácia	ABR/2017 Farmácia	MAI/2017 Farmácia	JUN/2017 Farmácia	JUL/2017 Farmácia	AGO/2017 Farmácia	SET/ 2017Far- mácia	OUT/2017 Farmácia	NOV/2017 Farmácia	DEZ/2017 Farmácia
17	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
18	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
19	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
20	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
21	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
22	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
23	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336
24	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357
25	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16
26	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua do Comércio, 336	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3

DIA	JAN/2017 Farmácia	FEV/2017 Farmácia	MAR/2017 Farmácia	ABR/2017 Farmácia	MAI/2017 Farmácia	JUN/2017 Farmácia	JUL/2017 Farmácia	AGO/2017 Farmácia	SET/ 2017Far- mácia	OUT/2017 Farmácia	NOV/2017 Farmácia	DEZ/2017 Farmácia
27	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949
28	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
29	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244		Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
30	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000		São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 914	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
31	Concórdia – Rua Marechal Deodoro, 949		Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3		Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769		SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826		Concórdia – Rua do Comércio, 357		Concórdia – Rua do Comércio, 357

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 157/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 157/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social/Contrato 827359/2016 – Convênio Combate a Fome, no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

Concórdia SC, 29 de Dezembro de 2016.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 6/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 6/2016

JOÃO GIRARDI, Prefeito Municipal de Concórdia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 130 e seguintes da Lei Municipal nº 1.766, de 26 de novembro de 1981 e alterações, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Concórdia baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DAS OBRAS, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário, dos valores despendidos nas obras de meio-fio, pavimentação, contenção e/ou drenagem pluvial, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Concórdia, conforme serviços, custo total e valorização dos lotes, constantes no quadro a seguir:

RUA	SERVIÇOS	CUSTO TOTAL – R\$	VALORIZAÇÃO DE LOTES – R\$
Rua Ricardo João Angoneze	MF/PAV/ASF/DR/CONT	348.287,63	203.190,00
Travessa Vital Antonio Michelin/Rua Augusto Fahl	MF/PAV/ASF/DR/CONT	83.600,95	44.415,00
Rua Paraná	MF/PAV/ASF/DR/CONT	111.951,76	42.986,08

Rua Olímpio Luiz Malacarne	MF/PAV/ASF/DR/CONT	124.370,18	69.561,00
Rua Minas Gerais	MF/PAV/ASF/DR/CONT	137.296,29	82.800,00
Rua Brasília	MF/PAV/ASF/DR/CONT	69.761,35	10.350,00
TOTAL		875.268,16	453.302,08

MF – meio-fio;
PAV ASF – pavimentação asfáltica;
DR – drenagem pluvial;
CONT – contenção (muros).

O valor a ser absorvido pelos beneficiados será correspondente ao total da valorização e o presente Edital poderá ser impugnado no prazo de até 30 (trinta) dias desta publicação.

A íntegra do presente Edital e demais informações podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 728 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 728, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dá nova redação ao inciso IX do art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações, que dá nova redação à LC 64, de 27 de maio de 1993, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDEAGRO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O inciso IX do art. 2º da Lei Complementar nº 129, de 24 de abril de 1997 e alterações, que dá nova redação à LC 64, de 27 de maio de 1993, que criou o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDEAGRO, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

IX – Associação dos Engenheiros Agrônomos de Concórdia e Região – AGROCON;” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

LEONIR GRIGOLLO
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 729 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 729, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o calendário fiscal do Município de Concórdia para o exercício de 2017, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido, no Anexo Único desta Lei, o calendário fiscal para o exercício de 2017, para o recolhimento dos tributos municipais abaixo:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

II – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

III – Taxa de Licença para Localização e Funcionamento – TLLF;

IV – Taxas de Limpeza Pública e de Coleta de Lixo;

V – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, dos contribuintes proprietários de imóveis não edificadas.

Art. 2º O IPTU será lançado em seis parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Parágrafo único. O contribuinte que optar pelo pagamento do IPTU em cota única gozará do desconto de 10% (dez por cento), conforme previsto no art. 161 do Código Tributário Municipal e art. 34, § 1º da Lei nº 4.865, de 20 de maio de 2016.

Art. 3º As taxas referidas no inciso IV e a Contribuição do inciso V do art. 1º serão lançadas no mesmo Documento de Arrecadação Municipal – DAM do IPTU e vencerão na mesma data.

Parágrafo único. Não será lançada no carnê do IPTU a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP dos contribuintes que efetuarem o pagamento na forma prevista no Convênio firmado com as Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC.

Art. 4º A TLLF será lançada em três parcelas mensais sucessivas, sem acréscimo de encargos, exceto se houver variação da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal.

Art. 5º Os tributos não constantes neste calendário fiscal vencerão na data da entrada dos respectivos requerimentos, quando da prática do ato que der origem ao seu lançamento ou outra disposição legal ou regulamentar.

Art. 6º Em casos de celebração de convênios e/ou contratos com empresas especializadas para execução dos serviços, estes deverão ser pagos de acordo com o pactuado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA
NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2017

IPTU	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	15.3.2017
	1ª	15.3.2017
	2ª	17.4.2017
	3ª	15.5.2017
	4ª	16.6.2017
	5ª	17.7.2017
	6ª	15.8.2017

ISSQN	MÊS DE COMPETÊNCIA	VENCIMENTO
	Janeiro	15.2.2017
	Fevereiro	15.3.2017
	Março	17.4.2017
	Abril	15.5.2017
	Maio	16.6.2017
	Junho	17.7.2017
	Julho	15.8.2017
	Agosto	15.9.2017
	Setembro	16.10.2017
	Outubro	16.11.2017
	Novembro	15.12.2017
	Dezembro	15.1.2018
TLLF	PARCELAS	VENCIMENTO
	Única	15.3.2017
	1ª	15.3.2017
	2ª	17.4.2017
	3ª	15.5.2017

LEI ORDINARIA Nº 4922

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.922, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera dispositivos da Lei nº 4.378, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza o ingresso do Município no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 4.378, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza o ingresso do Município no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – a ementa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Concórdia no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, e dá outras providências.” (NR)

II – o art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Concórdia, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, nos termos do Protocolo de Intenções, constante no Anexo Único desta Lei.” (NR)

III – ficam acrescentados arts. 1º-A a 1º-T com a seguinte redação:

“Art. 1º-A. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, constante no Anexo Único desta Lei, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Art. 1º-B. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções, Anexo Único desta Lei:

- I – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV – Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 1º-C. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água – TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRAA = NH x R\$ 0,1200, onde:

TRAA – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,1200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 1º-D. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário – TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRES = NH x R\$ 0,0600, onde:

TRES – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0600 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 1º-E. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas – TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRVL = NH x R\$ 0,0200, onde:

TRVL – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 1º-F. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos – TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRCR = NH x R\$ 0,0300, onde:

TRCR – Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0300 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 1º-G. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos – TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde:

TRTR – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0100 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 1º-H. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde:

TRDR – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0300 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 1º-I. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana – TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no Município, consoante última estimativa do IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde:

TRDP – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 1º-J. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada Município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo IBGE.

Art. 1º-K. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização, previstas no Protocolo de Intenções, nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando estas forem desenvolvidas por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 1º-L. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 1º-M. No caso do prestador de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pelo prestador de serviços regulada pela ARIS.

Art. 1º-N. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um Município consorciado, será devida uma taxa para cada Município consorciado onde a prestação de serviços.

Art. 1º-O. Poderá a ARIS, em comum acordo com o prestador dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato,

estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 1º-P. Nos casos em que o Município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 1º-Q. O valor em moeda nacional constante nos arts. 1º-C, § 2º; 1º-D, § 2º; 1º-E, § 2º; 1º-F, § 2º; 1º-G, § 2º; 1º-H, § 2º; e 1º-I, § 2º desta Lei, do Protocolo de Intenções, constante no Anexo Único desta Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos doze meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (arts. 1º-C, § 2º; 1º-D, § 2º; 1º-E, § 2º; 1º-F, § 2º; 1º-G, § 2º; 1º-H, § 2º; e 1º-I, § 2º desta Lei) e o índice monetário do período de doze meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 1º-R. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 1º-S. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 1º-T. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com acréscimo de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por Lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da Lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.” (NR)

Art. 2º O Anexo Único – Protocolo de Intenções da Lei nº 4.378, de 15 de dezembro de 2011, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1.885, 12º andar, CEP 88070-800, Bairro Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.” (NR)

II – o parágrafo único do art. 32 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação, qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.” (NR)

III – o § 1º do art. 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO**PROTOCOLO DE INTENÇÕES**

Os Municípios catarinenses listados no Anexo IV, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando a instituição de entidade de regulação dos serviços de saneamento básico, com observância da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.445, 5 de janeiro de 2007 e demais legislações pertinentes.

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo único. A ARIS adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo 03 (três) municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º A ARIS é constituída pelos municípios subscritos no Anexo IV, cuja representação política e jurídica se dará através do Prefeito Municipal, nos termos deste Protocolo de Intenções.

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral da ARIS.

§ 3º A ratificação deverá ser realizada integralmente, implicando no consentimento com todos os artigos do Protocolo de Intenções.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio, com a posterior homologação da Assembleia Geral da ARIS.

CAPÍTULO II**DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO**

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP 88070-800, Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A área de atuação da ARIS será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º A ARIS vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO III**DO OBJETO E FINALIDADES**

Art. 6º Constitui objeto da ARIS a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. É objeto de regulação e fiscalização pela ARIS a prestação dos serviços de saneamento básico por qualquer prestador de serviços, a qualquer título.

Art. 7º São objetivos da ARIS:

I – estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II – garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política municipal de saneamento básico;

III – prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV – definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios e entidades de regulação que possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas;

VI – contribuir, quando solicitado e dentro do possível, para o trabalho desenvolvido pelos Conselhos Municipais responsáveis pelo acompanhamento das políticas públicas de saneamento básico;

Parágrafo único. Para cumprir seus objetivos a ARIS poderá:

I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados, sem fins lucrativos; e

III – requisitar técnicos de entes públicos consorciados para integrarem o quadro de profissionais da ARIS, através de cessão de pessoal; e

IV – contratar financiamentos e prestação de serviços para a execução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 8º Compete à ARIS:

I – regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:

- a) aos padrões e indicadores de qualidade dos serviços regulados;
- b) aos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- c) às metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;
- d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;
- e) à medição, faturamento e cobrança de serviços;
- f) ao monitoramento dos custos;
- g) à avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- h) ao plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;
- i) aos subsídios tarifários e não tarifários;
- j) aos padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação; e
- k) às medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

II – acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;

III – exercer o poder de polícia administrativa no que se refere a prestação dos serviços públicos regulados, prestando orientações necessárias, apurando as irregularidades e aplicando as sanções cabíveis e, se for o caso, determinando providências e fixando prazos para o seu cumprimento;

IV – buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;

V – manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação, concessão e permissão e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suas competências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes da vigência do presente Protocolo de Intenções;

VI – requisitar à Administração e aos prestadores dos serviços públicos municipais regulados, as informações convenientes e necessárias ao exercício de sua função regulatória, guardando o sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar diligências que se façam necessárias ao exercício de suas atribuições;

VII – moderar, dirimir ou arbitrar conflitos de interesses entre o Poder Público e as prestadoras de serviços e entre estas e os consumidores, no limite das atribuições previstas em lei, relativos aos serviços públicos sob sua regulação;

VIII – permitir o amplo acesso dos interessados às informações sobre a prestação dos serviços públicos regulados e sobre as suas próprias atividades, salvo quando protegidos pelo sigilo legal;

IX – avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços em conformidade com as metas e disposições contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais instrumentos legais da política municipal de saneamento básico;

X – realizar audiências e consultas públicas referentes à prestação dos serviços públicos regulados;

XI – manifestar-se sobre as propostas de alterações dos instrumentos de delegação, apresentadas pelos prestadores de serviços públicos, para subsidiar as decisões do titular dos serviços;

XII – analisar e aprovar os Manuais de Serviços e Atendimento propostos pelos prestadores de serviços públicos regulados;

XIII – analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelas prestadoras de serviços, bem como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico;

XIV – manifestar-se sobre as propostas de legislação e normas que digam respeito ao saneamento básico;

XV – prestar informações, quando solicitadas, ao conselho municipal responsável pelo controle social do saneamento básico nos municípios consorciados;

XVI – celebrar convênios e contratar financiamentos e serviços para a execução de suas competências;

XVII – arrecadar e aplicar suas receitas;

XVIII – admitir pessoal de acordo com a legislação aplicável e nos termos do presente Protocolo de Intenções;

XIX – elaborar seu Regimento Interno;

XX – elaborar e fazer cumprir o Código de Ética pertinente à atuação dos seus dirigentes e servidores públicos;

XXI – decidir sobre as matérias de sua competência, nos termos deste Protocolo de Intenções.

Art. 9º O exercício das atividades de regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico far-se-á segundo os dispositivos deste Protocolo de Intenções e dos seus regulamentos, das demais normas legais e técnicas pertinentes, e, em especial, dos instrumentos de delegação dos serviços públicos, visando o cumprimento das obrigações de universalização, equidade, continuidade, modicidade das tarifas e qualidade atribuídas às operadoras dos serviços públicos de saneamento básico.

Art. 10. Os atos de normatização das atividades de regulação e fiscalização exarados pela ARIS deverão ser submetidos e aprovados pelo Conselho de Regulação, por maioria simples de seus membros.

§ 1º As resoluções e proposições expedidas pelo Conselho de Regulação somente produzirão efeitos após publicação em órgão de publicidade oficial.

§ 2º A edição de resoluções pelo Conselho de Regulação poderá ser precedida de consulta pública, formalizada através de edital publicado em órgão de publicidade oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo as críticas e sugestões ser encaminhadas à ARIS.

§ 3º Poderá o Diretor Geral expedir instruções a fim de dar cumprimento e eficácia às normas elaboradas pelo Conselho de Regulação.

Art. 11. A ARIS estabelecerá, através de normas expedidas pelo Conselho de Regulação, os mecanismos para os reajustes anuais, a revisão tarifária e o acompanhamento das tarifas praticadas, inclusive a antecedência a ser observada na comunicação de suas alterações, assim como os mecanismos para garantir a publicidade das planilhas tarifárias.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 12. Constituem direitos dos Municípios consorciados:

I – participar das assembleias gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento da ARIS; e

IV – compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da ARIS nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 13. Constituem deveres dos Municípios consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e a entrega de recursos financeiros previstas em contrato de rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações da ARIS, em especial as obrigações constantes no contrato de programa e contrato de rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades da ARIS, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais da ARIS; e

V – zelar e dar cumprimento às decisões e determinações técnicas exaradas pelas Diretorias e Conselho de Regulação da ARIS.

CAPÍTULO VI

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 14. O contrato de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades da ARIS dispostas neste protocolo de intenções, será firmado entre o consórcio e cada ente consorciado.

Parágrafo único. O contrato de programa deverá atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos, no que lhe for aplicável e promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira das atividades de regulação executadas por delegação de cada ente consorciado.

CAPÍTULO VII

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 15. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com a ARIS, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros pelo consorciado ao consórcio, quando existentes.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos relacionados a programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como a ARIS, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º Não são objeto de contrato de rateio os recursos repassados pelas prestadoras dos serviços públicos de saneamento básico, decorrentes do pagamento das taxas relativas ao exercício da regulação e fiscalização.

CAPÍTULO VIII

DA ESTRUTURA

Art. 16. A ARIS estará organizada a partir da seguinte estrutura:

I – Assembleia Geral do Consórcio;

II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Conselho de Regulação;

V – Direção Geral;

VI – Diretoria de Regulação;

VII – Diretoria de Administração e Finanças;

VIII – Coordenadoria de Normatização;

IX – Coordenadoria de Fiscalização;

X – Coordenadoria de Contabilidade;

XI – Coordenadoria de Recursos Humanos; e
XII – Ouvidoria.

SEÇÃO I

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 17. A Assembleia Geral do consórcio é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais e estatutárias, até 90 (noventa) dias antes da eleição, nos termos fixados em Regimento Interno.

§ 5º No caso de ausência do Prefeito, poderá o mesmo ser representado pelo vice-prefeito ou, mediante procuração, pelo Secretário Executivo da respectiva Associação de Municípios, inclusive com direito a voto, vedada a substituição do titular nos cargos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da ARIS.

§ 6º Poderá o Secretário Executivo de Associação de Municípios representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral, desde que devidamente autorizado.

§ 7º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo primeiro vice-presidente.

Art. 18. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a Prestação de Contas, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no órgão oficial de publicações da ARIS com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 19. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Art. 20. Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso na ARIS de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após 2 (dois) anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III – aprovar as alterações do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público;

IV – aprovar e alterar o Regimento Interno da ARIS;

V – aplicar pena de exclusão ao ente consorciado;

VI – deliberar sobre a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VII – aprovar:

a) a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico sugeridas pelo Conselho de Regulação;

b) o Orçamento anual da ARIS, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

- c) o Plano de Trabalho;
- d) o Relatório Anual de Atividades;
- e) a Prestação de Contas, após a análise do Conselho Fiscal;

VIII – autorizar:

- a) a realização de operações de crédito;
- b) a alienação de bens imóveis da ARIS;
- c) a mudança da sede.

IX – aprovar a extinção do consórcio;

X – deliberar sobre assuntos gerais da ARIS;

XI – escolher, entre os indicados pelo Conselho de Administração, os membros do Conselho de Regulação e o Diretor Geral;

XII – julgar o processo administrativo disciplinar contra os membros do Conselho de Regulação da ARIS, para fins de perda do mandato, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética, definido em Regimento Interno.

Parágrafo único. As deliberações da Assembleia Geral serão formalizadas por meio de decretos, publicados no órgão oficial de publicações do consórcio.

Art. 21. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I – unanimidade de votos de todos os consorciados para a competência disposta no inciso IX do artigo anterior; e

II – maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. O Conselho de Administração da ARIS é formado por 5 (cinco) prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho de Administração, o mesmo poderá ser representado pelo respectivo vice-prefeito.

Art. 23. Compete ao Conselho de Administração da ARIS:

I – elaborar e apresentar à Assembleia Geral lista tríplice para a escolha do Diretor Geral e de cada um dos membros do Conselho de Regulação;

II – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento da ARIS;

III – prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a ARIS venha a receber;

IV – contratar serviços de auditoria interna e externa;

V – nomear o membro do Conselho de Regulação nos casos de substituição ou vacância da vaga de conselheiro, bem como o Diretor Geral, nas mesmas circunstâncias.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Art. 24. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I – convocar e presidir as Assembleias Gerais da ARIS, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II – tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III – dar posse aos membros do Conselho de Regulação, após suas escolhas pela Assembleia Geral;

IV – nomear o Presidente do Conselho de Regulação, após a eleição entre os próprios conselheiros;

V – exonerar o Diretor Geral, após decisão exarada pelo Conselho de Regulação neste sentido, nos termos do artigo 28, VI, deste Protocolo de Intenções.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da ARIS e será composto por 5 (cinco) prefeitos dos municípios consorciados, escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo único. Na ausência de qualquer prefeito componente do Conselho Fiscal, o mesmo poderá ser representado pelo respectivo vice-prefeito.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar a contabilidade da ARIS;

II – acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III – emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Geral;

IV – eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Geral para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

Art. 27. O Conselho de Regulação é órgão de participação institucionalizada da sociedade no processo de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico nos municípios consorciados.

Parágrafo único. O Conselho de Regulação, órgão de natureza técnica, é a instância máxima de decisão e deliberação dos assuntos relacionadas à regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Art. 28. Compete ao Conselho de Regulação:

I – aprovar a indicação, pelo Diretor Geral, do Diretor de Regulação, do Diretor de Administração e Finanças, dos Coordenadores e do Ouvidor;

II – analisar, deliberar e expedir resoluções sobre a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

III – sugerir à Assembleia Geral a alteração da base de cálculo e das alíquotas das taxas devidas pelo exercício da atividade de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico;

IV – julgar os recursos contra as decisões administrativas exaradas pelo Diretor Geral, incluindo as relativas à revisão e ao reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, bem como referente a sanções aplicadas aos prestadores de serviços pelo cometimento de infrações;

V – deliberar sobre as questões afetas às atividades de regulação e fiscalização encaminhadas pelo Diretor Geral;

VI – julgar, por maioria absoluta de seus membros, o processo administrativo disciplinar contra o Diretor Geral da ARIS, para fins de perda do mandato e do cargo, por cometimento de infração disciplinar ou afronta ao Código de Ética, definido em Regimento Interno.

Parágrafo único. As decisões tomadas pelo Conselho de Regulação serão colegiadas e públicas, pela maioria simples dos conselheiros presentes, salvo previsão em contrário neste Protocolo de Intenções.

Art. 29. O Conselho de Regulação será composto por 7 (sete) conselheiros, indicados pelo Conselho Administrativo e escolhidos pela Assembleia Geral do Consórcio, tal como segue:

I – 1 (um) engenheiro sanitarista;

II – 1 (um) advogado;

III – 01 (um) contador;

IV- 01 (um) engenheiro civil;

V – 01 (um) administrador;

VI – 01 (um) economista;

VII – 01 (um) biólogo.

§ 1º O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral lista tríplice para cada uma das 7 (sete) vagas existentes no Conselho de Regulação, conforme os requisitos fixados neste Protocolo de Intenções.

§ 2º É vedado ao Conselho de Administração fazer constar a mesma pessoa em mais de uma lista.

§ 3º A Assembleia Geral fará votação específica para cada uma das vagas existentes, sendo os escolhidos nomeados e empossados pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 4º Todos os membros do Conselho de Regulação devem, por ocasião da posse, apresentar comprovante de regularidade junto ao respectivo Conselho de Regulamentação Profissional.

Art. 30. Os conselheiros exercerão mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da respectiva posse, salvo exceção colacionada no § 1º deste artigo.

§ 1º Como regra de transição, e a fim de proporcionar mandatos não coincidentes dos membros do Conselho de Regulação, o primeiro mandato dos conselheiros será assim exercido:

I – para os nomeados com base no artigo 29, incisos I e II, o mandato será de 5 anos;

II – para os nomeados com base no artigo 29, incisos III e IV, o mandato será de 4 anos;

III – para os nomeados com base no artigo 29, incisos V, VI e VII, o mandato será de 3 anos;

§ 2º É permitida uma única reeleição para membro do Conselho de Regulação, para mandato de 4 (quatro) anos.

§ 3º Nos casos de substituição ou vacância de vaga no Conselho de Regulação, o Conselho de Administração nomeará o novo membro para completar o mandato.

Art. 31. O membro do Conselho de Regulação deve ser brasileiro, com reputação ilibada e notória especialização na área afim, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiveram condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 32. É ainda vedada a participação, no Conselho de Regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa física ou jurídica regulada ou fiscalizada pela ARIS:

I – acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II – ocupante de cargo, emprego ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

III – empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV – relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador; e

V – dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da ARIS.

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 33. Constituem motivos para a perda do mandato de membro do Conselho de Regulação, em qualquer época, a condenação criminal, por ato de improbidade ou em processo administrativo perante a ARIS, ficando vedada a perda do mandato imotivadamente.

Art. 34. O ex-conselheiro fica impedido de exercer qualquer atividade ou de prestar serviço aos setores regulados pela ARIS por um período de 04 (quatro) meses contado da exoneração ou do término do seu mandato.

§ 1º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no artigo 321 do Código Penal, o ex-conselheiro

da ARIS, inclusive aquele que renunciou ao mandato, que descumprir o disposto neste artigo.

§ 2º Por ocasião da posse dos conselheiros do Conselho de Regulação da ARIS, será firmado termo de compromisso, cujo conteúdo expressará o disposto neste artigo e no artigo 32 deste Protocolo de Intenções.

Art. 35. O Presidente do Conselho de Regulação será escolhido entre os próprios conselheiros e nomeado pelo Presidente do Conselho de Administração da ARIS.

§ 1º O mandato do Presidente do Conselho de Regulação será de até 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução sucessiva ao cargo.

§ 2º O Presidente do Conselho de Regulação somente votará em caso de empate.

§ 3º Na ausência do Presidente do Conselho de Regulação, assumirá o comando dos trabalhos o conselheiro mais idoso entre os presentes.

Art. 36. As atribuições do Presidente do Conselho de Regulação serão definidas no Regimento Interno da ARIS.

Art. 37. Para cada reunião do Conselho de Regulação, será devido ao conselheiro, efetivamente presente, o montante fixo de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a título de jetom.

§ 1º O Regimento Interno definirá o número de reuniões ordinárias do Conselho de Regulação, bem como as questões relativas ao horário de início, quorum, local, votação, entre outras.

§ 2º Os valores a título de jetom somente serão devidos nas reuniões realizadas a partir do ano de 2010.

§ 3º Nos casos em que o conselheiro residir distante da sede da ARIS e o custo do deslocamento for suficientemente alto, poderá haver a restituição dos valores despendidos com locomoção e hospedagem, nos termos do Regimento Interno e desde que comprovada a despesa, sem prejuízo do jetom previsto neste artigo.

Art. 38. Será automaticamente excluído e perderá o mandato o conselheiro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas durante o ano, independentemente de justificativa, devendo ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que o novo conselheiro complete o mandato, nos termos fixados pelo Regimento Interno.

SEÇÃO V

DA DIREÇÃO GERAL

Art. 39. A Direção Geral é o órgão executivo da ARIS e será dirigida por um Diretor Geral.

Art. 40. Compete à Direção Geral:

I – promover a execução das atividades administrativas e de gestão da ARIS, dando cumprimentos aos objetivos e às competências da ARIS;

II – definir a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado pela Diretoria de Regulação da ARIS;

III – providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, nos termos estabelecidos no Regimento Interno;

IV – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Regulação;

V – propor ao Conselho de Administração a requisição em favor da ARIS de servidores públicos dos entes consorciados;

VI – acompanhar as reuniões do Conselho de Regulação, subsidiando os conselheiros com informações e documentos, quando necessário;

VII – executar as decisões tomadas pelo Conselho de Regulação;

VIII - encaminhar ao Conselho de Regulação propostas de normas, regulamentos e instruções inerentes à regulação;

IX – expedir instruções contendo orientações e determinações às prestadoras de serviços regulados pela ARIS, com base nas resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação e na legislação vigente;

X – determinar e aplicar sanções e penalidades às prestadoras de serviços de saneamento básico, pelo descumprimento das resoluções expedidas pelo Conselho de Regulação ou da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

XI – representar a ARIS ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores ad negotia e ad iudicia;

XII – realizar concursos públicos e promover a contratação, exoneração e demissão dos servidores públicos, estagiários e contratados temporariamente, bem como a aplicação de sanções disciplinares, praticando todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, salvo as

de competência do Presidente do Conselho de Administração da ARIS;

XIII – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado à ARIS;

XIV – elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral da ARIS;

XV – executar a gestão administrativa e financeira da ARIS dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da Administração Pública;

XVI – elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades da ARIS;

XVII – elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas a ARIS para serem apresentadas pelo Presidente do Conselho de Administração aos órgãos concedentes;

XVIII – ordenar as despesas e realizar a movimentação financeira e bancária dos recursos da ARIS;

XIX - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços, podendo delegar tais competências nos termos definidos no Regimento Interno;

XX – autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio; e

XXI – indicar os nomes do Diretor de Regulação, do Diretor de Administração e Finanças, dos Coordenadores e do Ouvidor, para aprovação pelo Conselho de Regulação.

Art. 41. O Diretor Geral será indicado pelo Conselho de Administração e escolhido pela Assembleia Geral do Consórcio.

§ 1º O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral lista tríplice para o cargo eletivo de Diretor Geral, sendo escolhido aquele que obtiver maior número de votos pelos presentes na Assembleia Geral do Consórcio, o qual será nomeado e empossado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º É condição para o exercício do cargo eletivo de Diretor Geral ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área do saneamento básico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

§ 3º Quando da criação do consórcio público, caberá aos subscritores do Protocolo de Intenções definir o nome do Diretor Geral da ARIS, que exercerá suas atribuições em caráter provisório, com prazo definido e não superior a 24 (vinte e quatro) meses, para que em até tal prazo seja procedido conforme estabelecido no caput e nos parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 42. O Diretor Geral exercerá mandato de 04 (quatro) anos, contados a partir da posse, salvo quando empossado em caráter provisório, nos termos do artigo anterior.

§ 1º É permitida uma única reeleição para o cargo de Diretor Geral, para mandato de 4 (quatro) anos.

§ 2º Nos casos de substituição ou vacância do cargo de Diretor Geral, o Conselho de Administração nomeará o novo diretor para completar o mandato.

§ 3º Aplicam-se ao Diretor Geral as disposições constantes nos artigos 32 a 34 deste Protocolo de Intenções.

Art. 43. Os cargos de Secretária e de Ouvidor, descritos no Anexo II, são vinculados e subordinados à Direção Geral.

SEÇÃO VI

DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO

Art. 44. A Diretoria de Regulação é órgão da estrutura da ARIS, com natureza técnica e será dirigida pelo Diretor de Regulação.

Art. 45. Compete à Direção de Regulação:

I – propor ao Diretor Geral e ao Conselho de Regulação medidas normativas para a regulação dos serviços prestados pelas entidades reguladas;

II – realizar pesquisas e estudos econômicos e qualitativos do mercado, referentes aos serviços regulados pela ARIS;

III – coordenar, supervisionar e controlar a fiscalização da execução, evolução e qualidade dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços de saneamento básico;

IV - articular e apoiar tecnicamente as ações de fortalecimento institucional e estruturação de áreas e processos da ARIS;

V – desenvolver e gerenciar um sistema de informações, com todos os dados a respeito dos serviços regulados, que permita o acompanhamento da evolução em cada município e a uniformização da prestação dos serviços em todos os municípios consorciados;

VI – encaminhar ofício para instauração de processo administrativo, quando verificado indícios de irregularidades nas ações das prestadoras de serviços, e emitir parecer para julgamento e aplicação das penalidades cabíveis;

VII – coordenar o monitoramento e a avaliação dos projetos aprovados pelo Conselho de Regulação e pelo Diretor Geral;

VIII – notificar, advertir e/ou multar as entidades reguladas que estejam em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas, regulamentos e instruções editadas pela ARIS; e

IX – executar ações voltadas a dar cumprimento aos objetivos, às competências e às normas expedidas pela ARIS.

Art. 46. O Diretor de Regulação, cargo de livre nomeação e exoneração, será nomeado pelo Diretor Geral, após aprovação da indicação pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Regulação da ARIS, em convocação específica para tal fim.

§ 1º Caso não aprovada a indicação do Diretor de Regulação pelo Conselho de Regulação da ARIS, o Diretor Geral indicará outra pessoa para a referida aprovação pelo Conselho.

§ 2º É condição para o exercício do cargo de Diretor de Regulação ser brasileiro, com reputação ilibada, terceiro grau completo e notório conhecimento na área do saneamento básico, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

Art. 47. Na ausência ou impedimento do Diretor Geral, o Diretor de Regulação exercerá, cumulativamente, as atribuições e competências daquele, cessando automaticamente com o retorno do Diretor Geral ao exercício das funções públicas.

SEÇÃO VII

DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 48. A Diretoria de Administração e Finanças é órgão da estrutura da ARIS, com natureza técnica e será dirigida pelo Diretor de Administração e Finanças.

Art. 49. Compete à Diretoria de Administração e Finanças:

I – coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária da ARIS;

II – orientar as unidades gestoras da ARIS, quanto aos procedimentos administrativos e financeiros;

III – coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à arrecadação e à movimentação de recursos financeiros da ARIS, de acordo com a legislação em vigor;

IV – elaborar e encaminhar para apreciação do Diretor Geral, a elaboração da programação orçamentária anual;

V – instruir e encaminhar ao Diretor Geral a prestação anual de contas da ARIS, para aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

VI – propor ao Diretor Geral normas e procedimentos que disciplinem as despesas relacionadas à passagens, diárias e outros custos com deslocamentos e estadias de funcionários;

VII – propor ao Diretor Geral normas e procedimentos que disciplinem a aquisição, gestão de bens, contratação de obras e serviços, bem como as atividades de recebimento, tombamento, distribuição, armazenamento, movimentação, baixa e inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis da ARIS; e

VIII – elaborar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais para a execução das atividades da ARIS.

Art. 50. Ao Diretor de Administração e Finanças aplicam-se as mesmas regras do Diretor de Regulação estabelecidas neste Protocolo de Intenções.

SEÇÃO VIII

DA COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO

Art. 51. A Coordenadoria de Normatização é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Regulação, com natureza técnica e dirigida pelo Coordenador de Normatização.

Art. 52. Compete à Coordenadoria de Normatização:

I – propor normas e procedimentos para a padronização das informações e dos serviços prestados pelas prestadoras de serviços de saneamento básico;

II – analisar e emitir parecer sobre todos os projetos e investimentos submetidos à apreciação da ARIS, para ampliação da oferta de serviços ou modernização das instalações das prestadoras reguladas; e

III – induzir, acompanhar e monitorar os investimentos para a ampliação e modernização dos serviços prestados.

Art. 53. O Coordenador de Normatização, cargo de livre nomeação e exoneração, será nomeado pelo Diretor Geral, após aprovação da indicação pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Regulação da ARIS, em convocação específica para tal fim.

§ 1º Caso não aprovada a indicação do Coordenador de Normatização pelo Conselho de Regulação da ARIS, o Diretor Geral indicará outra pessoa para a referida aprovação pelo Conselho.

§ 2º É condição para o exercício do cargo de Coordenador de Normatização ser brasileiro, com reputação ilibada e bacharelado em biologia ou engenharia sanitária, civil ou correlata, registrado no respectivo órgão de fiscalização profissional, sendo vedada a participação daqueles que tiveram rejeitadas as contas quando do exercício de cargos ou funções públicas, ou que tiverem condenação criminal ou por ato de improbidade.

SEÇÃO IX

DA COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 54. A Coordenadoria de Fiscalização é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Regulação, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador de Fiscalização.

Art. 55. Compete à Coordenadoria de Fiscalização:

I – fiscalizar, com poder de polícia administrativa, a qualidade e eficiência da prestação dos serviços nos municípios consorciados, em consonância com as normas, regulamentos e instruções expedidos pela ARIS e legislação vigente;

II – fomentar a elaboração de material de divulgação dos serviços prestados pelas entidades reguladas, atendendo a legislação vigente e estimulando práticas de estreitamento da relação prestador/usuário;

III – criar mecanismos de controle das rotinas de fiscalização que permitam auferir o grau de eficácia no desempenho das funções de todos os funcionários envolvidos;

IV – monitorar as unidades regionais de fiscalização, acompanhando sua atuação, para avaliação do andamento das atividades desenvolvidas;

V – organizar e controlar atividades de capacitação, objetivando a padronização das ações de fiscalização; e

VI – emitir relatórios mensais de todos os procedimentos de fiscalização efetuados.

Art. 56. Ao Coordenador de Fiscalização aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções.

SEÇÃO X

DA COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Art. 57. A Coordenadoria de Contabilidade é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador Contábil.

Art. 58. Compete à Coordenadoria de Contabilidade:

I – executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial;

II – preparar os balancetes e o balanço geral da ARIS;

III – movimentar os valores da ARIS, procedendo aos pagamentos e acompanhando os recebimentos, inclusive provenientes da arrecadação de taxas;

IV – elaborar a proposta orçamentária anual com o Diretor de Administração e Finanças;

V – fazer o empenho, o controle e acompanhamento de compras, o recebimento de notas fiscais e das mercadorias e serviços, e promover os pagamentos;

VI – apresentar planos de contas, balanços, inventários e relatórios para permitir o acompanhamento da Diretoria e a prestação de contas ao Conselho de Administração da ARIS e ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 59. Ao Coordenador de Contabilidade aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público bacharelado em contabilidade, com registro

no respectivo órgão de fiscalização profissional.

SEÇÃO XI

DA COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Art. 60. A Coordenadoria de Recursos Humanos é órgão da estrutura da ARIS, subordinada à Diretoria de Administração e Finanças, com natureza técnica e será dirigida pelo Coordenador de Recursos Humanos.

Art. 61. Compete à Coordenadoria de Recursos Humanos:

I – propor à Diretoria de Administração e Finanças as políticas e diretrizes do plano de cargos e vencimentos dos servidores da ARIS;

II – planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, acompanhando o desempenho e a saúde dos servidores públicos;

III – elaborar e atualizar regularmente as respectivas rotinas e procedimentos, executando as atividades de cadastro e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento;

IV – emitir relatórios mensais com a descrição completa do quadro de recursos humanos;

V – responsabilizar-se pela gestão dos contratos e convênios da sua respectiva área.

Art. 62. Ao Coordenador de Recursos Humanos aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público bacharelado em contabilidade, administração ou direito, com registro no respectivo órgão de fiscalização profissional.

SEÇÃO XII

DA OUVIDORIA

Art. 63. A Ouvidoria é órgão da estrutura da ARIS, vinculada à Direção Geral, com natureza técnica e será dirigida pelo Ouvidor Geral.

Art. 64. À Ouvidoria compete:

I – atuar junto aos usuários, aos prestadores de serviços e aos órgãos públicos com o propósito de dirimir dúvidas e intermediar soluções nas divergências entre os mesmos;

II – registrar reclamações e sugestões da população sobre os serviços públicos regulados pela ARIS, após não atendimento pela prestadora do serviço de saneamento básico;

III – encaminhar as reclamações dos usuários dos serviços regulados aos respectivos prestadores de serviços, acompanhando e cobrando a solução do problema; e

IV – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

Art. 65. Ao Ouvidor Geral aplicam-se as mesmas disposições estabelecidas para o Coordenador de Normatização neste Protocolo de Intenções, salvo no que tange à formação técnica, que requer do servidor público terceiro grau completo.

CAPÍTULO IX

DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 66. Cabe ao Regimento Interno, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Protocolo de Intenções, dispor sobre:

I – estrutura organizacional do consórcio;

II – funcionamento e procedimentos da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Conselho de Regulação;

III – plano de cargos e vencimentos e remuneração dos servidores públicos, nos limites deste Protocolo de Intenções;

IV – código de ética dos membros do Conselho de Regulação e do Diretor Geral;

Parágrafo único. Serão disciplinadas por decreto as demais deliberações de competência da Assembleia Geral.

Art. 67. Serão disciplinados por resolução do Conselho de Regulação, sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Protocolo de Intenções:

I – procedimentos de fiscalização dos serviços regulados;

II – procedimentos de cobrança das taxas de regulação e fiscalização;

III – regulamentação das sanções previstas no Protocolo de Intenções;

IV – normas de regulação da prestação dos serviços de saneamento básico.

Art. 68. As decisões do Conselho de Regulação tomadas em julgamento de recursos administrativos serão lavradas por meio de acórdão.

Parágrafo único. As decisões monocráticas tomadas pelo Diretor Geral em julgamento de processos administrativos serão lavradas por meio de decisão.

Art. 69. As recomendações e deliberações do Diretor Geral serão expedidas por meio de instrução.

Art. 70. Os atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação do consórcio, para que surtam seus efeitos legais.

CAPÍTULO X

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 71. O regime jurídico de trabalho dos servidores da ARIS é o estatutário, nos termos do Anexo I deste Protocolo de Intenções, que faz parte integrante do mesmo para todos os fins, com ingresso mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º São de livre nomeação e exoneração, observadas as regras estabelecidas neste Protocolo de Intenções, os cargos de Diretor de Regulação, Diretor de Administração e Finanças, Coordenador de Normatização, Coordenador de Fiscalização, Coordenador Contábil, Coordenador de Recursos Humanos e Ouvidor.

§ 2º A participação no Conselho de Administração e Conselho Fiscal não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 3º Os conselheiros do Conselho de Regulação não possuirão qualquer vínculo trabalhista ou estatutário com o consórcio público, sendo considerado trabalho público relevante, com direito à percepção de jetom a cada reunião que efetivamente tenha participado, nos termos deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Os servidores da ARIS não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 5º Os servidores incumbidos da gestão do consórcio público não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

§ 6º Todos os servidores públicos são subordinados ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembleia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

§ 8º As regras do concurso público serão fixadas em Regimento Interno, obedecidas as normativas do Protocolo de Intenções e os requisitos de cada cargo público, bem como o local e a cidade de desempenho das atribuições.

§ 9º. As disposições complementares da estrutura administrativa da ARIS, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Regimento Interno.

Art. 72. O quadro de pessoal do consórcio é composto em conformidade com o Anexo II deste Protocolo de Intenções, com especificação dos requisitos de ingresso e das atribuições mínimas do cargo público, remunerados em conformidade com a Tabela de Unidades de Vencimento, estabelecidas em Referências Salariais, nos termos do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

Art. 73. Fica autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição da República.

§ 1º Poderão ser objeto de contratação temporária as funções correlatas aos cargos públicos vagos ou cujos servidores estejam em licença ou afastados temporariamente de suas atribuições, ou, ainda, para suprir, excepcionalmente, demanda de caráter emergencial, mesmo relativas a atribuições funcionais não previstas nos cargos do Anexo II.

§ 2º A remuneração dos contratados temporariamente será igual a fixada para as funções correlatas ao cargo público constante do Anexo II deste Protocolo de Intenções, para a mesma jornada de trabalho.

§ 3º Os contratos temporários poderão vigorar pelo prazo de até 1 (um) ano, prorrogável por igual período, a critério do Diretor Geral.

§ 4º Será procedido processo seletivo simplificado de provas ou títulos para a seleção de pessoal para a contratação temporária, ficando afastada tal necessidade nos casos de contratação para suprir demanda de caráter emergencial.

§ 5º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa.

§ 6º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste artigo o disposto nos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52; 62; e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções, compatíveis com os contratados temporariamente.

§ 7º O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do contratado, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 8º Não se aplicam aos contratos temporários as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 74. Será concedida revisão geral anual aos servidores públicos da ARIS, sempre no mês de abril de cada ano, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§1º A revisão geral anual será aplicada ao montante fixado a título de jetom aos conselheiros do Conselho de Regulação.

§ 2º A aplicação da revisão geral anual, nos termos do caput, está condicionada à expedição de decreto pela Assembleia Geral.

§ 3º A revisão geral anual incidirá, uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Unidades de Vencimento constante neste Protocolo de Intenções.

§ 4º A primeira revisão geral anual será concedida somente em abril de 2011, referente ao período dos últimos doze meses, nos termos do caput deste artigo.

Art. 75. O vencimento dos cargos públicos da ARIS fica estabelecido em referências salariais, na forma do Anexo III deste Protocolo de Intenções.

§ 1º O valor das referências salariais será alterado uniformemente, através de decreto aprovado em Assembleia Geral, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º Cada servidor público terá como vencimento o valor correspondente à referência constante no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 3º Fica estabelecido como teto remuneratório da ARIS o valor previsto na referência 125 da tabela constante no Anexo III, para fins de aplicação do disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição da República.

Art. 76. Os entes consorciados, ou os que tenham firmado convênio com a ARIS, poderão ceder agentes públicos, na forma e condição de cada ente.

§ 1º Os agentes públicos cedidos sem ônus para a ARIS permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, sendo vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer outras formas de remuneração pelo consórcio público, salvo as de caráter indenizatório.

§ 2º Poderá a cessão dar-se com ônus para a ARIS, nos termos do Regimento Interno.

CAPÍTULO XI

DAS TAXAS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 77. Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as seguintes taxas:

I – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV – Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 78. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde:

TRAA – Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,1200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 79. A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário – TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela a autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde:

TRES – Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0600 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 80. A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas – TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde:

TRVL – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 81. A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde:

TRCR – Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 82. A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos – TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde:

TRTR – Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0100 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 83. A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos – TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde:

TRDR – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0300 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 84. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana – TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde:

TRDP – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana;

NH – Número de habitantes no Município;

R\$ 0,0200 – valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 85. Para fins de cálculo das taxas constantes neste Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 86. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas neste Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 87. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 88. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 89. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 90. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto deste Protocolo de Intenções.

Art. 91. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 92. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante estabelecido neste Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 93. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas neste Protocolo de Intenções.

Art. 94. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos instituídos por este Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do Município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 95. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhido no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

CAPÍTULO XII DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS

Art. 96. As atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos serão realizadas de acordo com as disposições legais vigentes, bem como com base nos Planos Municipais de Saneamento Básico, nos contratos de concessão e permissão e nos demais instrumentos jurídicos de delegação ou prestação de serviços públicos.

Art. 97. A ARIS exercerá suas atribuições através da fixação de normas e padrões para a prestação regular dos serviços, a fim de resguardar os princípios fundamentais dos serviços públicos de saneamento básico, em especial os elencados pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I – advertência escrita;

II – multa;

III – suspensão de obra ou atividade;

IV – intervenção administrativa;

V – caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

Art. 99. Todas as infrações serão apuradas em processo administrativo, resguardado o contraditório e a ampla defesa, devendo constar os elementos necessários para a identificação da natureza da infração, o tipo e a graduação das sanções.

Parágrafo único. O procedimento para a apuração das irregularidades e aplicação das sanções será definido em resolução do Conselho de Regulação.

Art. 100. Quando do exercício das atividades de controle e fiscalização, os servidores da ARIS emitirão relatórios de conformidade ou de não conformidade das operações ou serviços prestados pelos prestadores de serviços.

§ 1º No caso de não conformidade das operações ou serviços prestados, a ARIS notificará o infrator e estabelecerá prazo para a regularização.

§ 2º Vencido o prazo da notificação, sem a regularização, o infrator será autuado com aplicação da penalidade correspondente à gravidade da infração, conforme resolução do Conselho de Regulação.

Art. 101. As sanções serão aplicadas diretamente pelo Diretor Geral, em decisão fundamentada, atendidas as disposições normativas e contratuais que as originaram, assegurado o contraditório e a ampla defesa ao infrator, na forma de resolução do Conselho de Regulação.

§ 1º Das sanções aplicadas pelo Diretor Geral caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Regulação.

§ 2º As normas regimentais poderão estabelecer situações em que o recurso interposto não possuirá efeito suspensivo, nos casos de risco à saúde pública, à ordem social e econômica ou à segurança da população.

§ 3º Todos os recursos serão gratuitos e deverão ser protocolados no prazo, forma e condições estabelecidas em resolução do Conselho de Regulação.

§ 4º Das decisões do Conselho de Regulação não caberá recurso administrativo.

§ 5º Todo processo decisório da ARIS obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economia processual.

Art. 102. Para os fins do exercício das competências de regulação e fiscalização das atividades na área do saneamento básico, o Conselho de Regulação é a instância máxima de decisão, não sendo cabível ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou à Assembleia Geral modificar, revisar, anular, revogar ou suspender quaisquer das decisões técnicas tomadas pelo Conselho de Regulação.

CAPÍTULO XIII

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 103. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 104. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no órgão oficial de publicação da ARIS e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

Art. 105. A execução das receitas e das despesas da ARIS obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 106. O patrimônio da ARIS será constituído:

I – pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos.

Art. 107. Constituem recursos financeiros da ARIS:

I – a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II – o produto de emolumentos, taxas, preços, multas e indenizações relativas ao exercício das funções do poder de regulação;

III – os provenientes de convênios, consórcios, acordos, contratos, auxílios, contribuições e subvenções celebrados ou concedidos por órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais, empresas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sociedades de economia mista, e organismos internacionais.

IV – os saldos do exercício;

V – as doações e legados;

VI – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações;

VII – o produto de alienação de seus bens livres;

VIII – o produto resultante da alienação ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

IX – o produto de operações de crédito;

X – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 108. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO XIV

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 109. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pela ARIS e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 110. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição da ARIS os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e em contrato de rateio.

CAPÍTULO XV

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 111. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do artigo 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 112. Cada consorciado poderá se retirar da ARIS a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 113. Será excluído da ARIS o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o contrato de rateio.

Parágrafo único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 114. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

Art. 115. Será excluído do consórcio, após deliberação da Assembleia Geral, o ente consorciado que praticar atos tendentes a dificultar ou obstar a execução das atividades de regulação e fiscalização previstas neste Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO XVI

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 116. A alteração e a extinção do contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos à ARIS.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

CAPÍTULO XVII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 117. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Geral ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, bem como o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 118. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada da ARIS depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos da ARIS;

III – transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento da ARIS;

IV – eficiência, exigindo que todas as decisões da ARIS tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade; e

V – respeito aos princípios da Administração Pública, de modo que todos os atos executados pela ARIS sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 119. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.

Art. 120. Os municípios consorciados à ARIS respondem solidariamente pelo consórcio público.

Art. 121. A ARIS será organizada por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Art. 122. A ARIS poderá requisitar auxílio à Federação Catarinense de Municípios – FECAM e às Associações de Municípios em Santa Catarina para a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções, até estruturação completa do consórcio público.

Art. 123. Os municípios consorciados, até a efetiva cobrança das taxas relativas ao exercício da regulação e fiscalização, contribuirão mensalmente, através de contrato de rateio, para a manutenção e estruturação da ARIS, até que a mesma detenha autonomia financeira.

Parágrafo único. Os valores repassados pelos municípios consorciados, nos termos do caput, serão fixados em Assembleia Geral.

Art. 124. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável à espécie.

Art. 125. A ARIS, por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral do Consórcio, poderá ampliar suas atribuições de regulação e fiscalização para outros serviços públicos no âmbito municipal.

Art. 126. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da constituição deste consórcio público, deverá ser elaborado e aprovado o Regimento Interno da ARIS.

Art. 127. Até que a ARIS não adquira independência financeira, fica autorizada a contratação temporária de agentes públicos para a execução das atividades previstas no Anexo II, nos termos fixados neste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. No prazo máximo de 24 meses deverá ser realizado concurso público para admissão dos servidores públicos constantes do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

Art. 128. Para fins de aplicação do artigo 2º, § 4º, deste Protocolo de Intenções, consideram-se todos os municípios do Estado de Santa Catarina como potenciais consorciados da ARIS.

Art. 129. O Diretor Geral, nomeado em caráter provisório, nos termos do artigo 41, § 3º, deste Protocolo de Intenções, poderá desempenhar suas atribuições com jornada de trabalho reduzida e remuneração proporcional, nos termos definidos pelos subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 130. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação no órgão oficial.

Art. 131. Fica estabelecido o foro da Comarca do Município da Palhoça para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

Florianópolis, 28 de agosto de 2009.

ANEXO I

ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ARIS

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Para os efeitos deste Estatuto, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 2º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Capítulo II

Do Provimento

Art. 3º São requisitos básicos para investidura nos cargos públicos constantes do Anexo II do Protocolo de Intenções do consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o gozo dos direitos políticos;

III – a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V – a idade mínima de dezoito anos;

VI – aptidão física e mental.

Art. 4º A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 5º São formas de provimento de cargo público:

I – nomeação;

II – readaptação;

III – reversão;

IV – aproveitamento;

V – reintegração;

VI – recondução.

Art. 6º A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo;

II – em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo efetivo ou em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

Art. 7º A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Art. 8º O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem as normas do consórcio público, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

Art. 9º O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial de publicação da ARIS e no sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – Internet.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§ 3º Os aprovados em concurso público, dentro do número de vagas estabelecida em edital, poderão ser nomeados até o prazo final de validade do concurso público, obedecidas as regras e os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.

§ 2º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 3º Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

§ 4º No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 5º Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 12. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo ou função pública.

§ 1º É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

§ 2º O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para cargo em comissão, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo.

Art. 13. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 14. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.

§ 1º O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais, que disciplinam as regras e limites do exercício profissional.

Art. 15. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores:

I – assiduidade;

II – disciplina;

III – capacidade de iniciativa;

IV – produtividade;

V – responsabilidade.

§ 1º A pontuação dos critérios referidos neste artigo varia de 1 (um) a 10 (dez), correspondendo respectivamente a:

I – Ótimo – 10,0 (dez);

II – Bom – 8,0 (oito);

III – Regular – 5,0 (cinco);

IV – Insatisfatório – 1,0 (um).

§ 2º A avaliação de desempenho será considerada positiva se o servidor alcançar, na média das avaliações anuais, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total possível; e insatisfatória se a avaliação não atingir o percentual de 60% (sessenta por cento).

§ 3º O Regimento Interno disciplinará os procedimentos e as situações não prevista neste artigo.

§ 4º Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, sem prejuízo da continuidade de apuração, ao longo dos anos, dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo.

§ 5º O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado, sendo inadmissível sua recondução ao cargo anteriormente ocupado, mesmo que estável no cargo de origem.

§ 6º O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos concedidos ao servidor, salvo os decorrentes de férias e da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e será retomado a partir do término do impedimento.

Art. 16. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício e desde que aprovado em estágio probatório.

Parágrafo único. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Art. 17. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, de processo administrativo disciplinar ou de avaliação periódica de desempenho, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será encaminhado para aposentadoria.

§ 2º A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 19. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

§ 2º O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

§ 3º Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 20. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto no art. 22.

§ 2º Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Art. 21. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 22.

Art. 22. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 23. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 24. A vacância do cargo público decorrerá de:

I – exoneração;

II – demissão;

III – readaptação;

IV – aposentadoria;

V – posse em outro cargo inacumulável;

VI – falecimento.

Art. 25. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I – quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II – quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 26. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I – a juízo da autoridade competente;

II – a pedido do próprio servidor.

Capítulo III

Da Remoção e da Redistribuição

Art. 27. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I – de ofício, no interesse da Administração;

II – a pedido, a critério da Administração;

Capítulo IV

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 28. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado no Anexo III do Protocolo de Intenções da ARIS.

Art. 29. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 30. O servidor perderá:

I – a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;

II – a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 62, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subsequente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 31. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, salvo no que toca às reposições e indenização em favor do erário.

Parágrafo único. Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.

Art. 32. As reposições e indenizações ao erário serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

§ 2º Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela.

§ 3º Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento à decisão liminar, à tutela antecipada ou à sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição.

Art. 33. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art. 34. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Capítulo V

Das Vantagens

Art. 35. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I – indenizações;
- II – gratificações;
- III – adicionais; e
- IV – premiações.

Parágrafo único. As indenizações, premiações, gratificações e adicionais não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, salvo se expressamente indicados em lei.

Art. 36. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores.

Art. 37. Constituem indenizações ao servidor:

- I – diárias;
- II – transporte;
- III – auxílio-moradia.

Art. 38. Os valores das indenizações estabelecidas no artigo anterior, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.

Art. 39. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3º Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Art. 40. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de seu recebimento.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.

Art. 41. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Art. 42. Além do vencimento e das vantagens previstas neste Estatuto, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações, adicionais e premiações:

- I – gratificação pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;
- II – gratificação natalina;
- III – adicional por tempo de serviço;
- IV – adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- V – adicional noturno;
- VI – adicional de férias;
- VII – adicional por progressão por nova titulação;
- VIII – premiação pelo cumprimento de metas.

Art. 43. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, nos termos do Regimento Interno do consórcio público, é devida gratificação pelo seu exercício, no percentual de 15% (quinze por cento) do vencimento base do cargo efetivo

originariamente ocupado.

Parágrafo único. Cessada a função de direção, chefia ou assessoramento, extingue-se automaticamente a referida gratificação, sem qualquer incorporação.

Art. 44. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 45. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Art. 46. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 47. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

Art. 48. Fica instituído o Adicional por Tempo de Serviço, designado de quinquênio, caracterizado pela progressão de 1 (uma) referência a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício das funções junto à ARIS, contados da data da posse no cargo público do consórcio.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, o servidor, ao ser beneficiado pelo quinquênio, passará a ter como vencimento base o valor da referência imediatamente superior à anteriormente fixada para o cargo público ocupado, incorporando-se ao seu patrimônio jurídico.

§ 2º Fica suspensa a contagem do tempo, para fins de quinquênio, relativo ao período em que o servidor público não esteja em efetivo exercício, salvo se decorrente de acidente de trabalho, férias, licença maternidade e licença paternidade.

§ 3º Não será concedido o quinquênio nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em qualquer Avaliação Periódica de Desempenho, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais do consórcio público, realizada durante o período de contagem do referido quinquênio.

§ 4º O quinquênio será concedido por ato do Diretor Geral do consórcio, após analisados os requisitos fixado por este Estatuto e pelas normas regimentais para sua concessão.

Art. 49. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, nos termos da Constituição da República.

Art. 50. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada diária.

Art. 51. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 49.

Art. 52. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

Art. 53. Fica criado o Adicional por Nova Titulação, com o objetivo de incentivar a contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do servidor, com observância dos seguintes critérios:

I – progressão de 3 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Ensino Médio, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que ocupa;

II – progressão de 3 (três) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Graduação, desde que tal curso seja superior à escolaridade exigida para o cargo que ocupa;

III – progressão de 3 (três) referências salariais no cargo público, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de especialização, correlato com o cargo que ocupa;

IV – progressão de 5 (cinco) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado, correlato com o cargo que ocupa; e

V – progressão de 8 (oito) referências salariais no cargo público, por uma única vez, por ter concluído curso de Pós-Graduação, em nível de doutorado, correlato com o cargo que ocupa.

§ 1º Para fins de aplicação deste artigo, somente serão considerados os títulos reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC, não sendo

considerados títulos aqueles constantes como requisitos de habilitação para o cargo público.

§ 2º Considera-se nova titulação aquela que o servidor venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, que guarde afinidade com as atribuições de seu cargo e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas.

§ 3º O direito ao aumento da referência salarial é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo servidor público, da nova titulação auferida.

§ 4º Para fazer a análise da correlação da titulação obtida com o cargo público ocupado pelo servidor, quando for o caso, o Diretor Geral encaminhará aos cuidados do Conselho de Administração do consórcio público, que decidirá a respeito da correlação ou não.

§ 5º Não serão considerados para fins deste artigo, sob nenhuma hipótese, os títulos já obtidos antes do ingresso no cargo público.

Art. 54. Fica criada a Premiação pelo Cumprimento de Metas, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento base percebido pelo servidor.

§ 1º A referida gratificação será atribuída em função do alcance, pelo servidor público, das metas de desempenho funcional, dentro de cada período de 6 (seis) meses, consoante critérios estabelecidos em ato do Conselho de Administração do consórcio público, após aprovação pela Assembleia Geral.

§ 2º Caso alcançadas as metas e condições estabelecidas em Regimento Interno, a premiação será concedida em parcela única, devida no mês posterior à comprovação do alcance das metas fixadas, não se incorporando à remuneração do servidor público sob nenhuma circunstância.

§ 3º Poderão ser criados níveis progressivos de desempenho para fins da concessão da Premiação pelo Cumprimento de Metas, a fim de incentivar a eficiência no serviço público, sempre limitado ao percentual fixado no caput deste artigo.

§ 4º Não será concedida a premiação prevista neste artigo nos casos em que o servidor público tenha auferido avaliação insuficiente em Avaliação Periódica de Desempenho realizada nos últimos 12 (doze) meses, nos termos deste Estatuto e das normas regimentais.

§ 5º A premiação referida no caput deste artigo necessita, para sua implementação, da prévia regulamentação pelo Conselho de Administração do consórcio público.

Capítulo VI

Das Férias

Art. 55. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Art. 56. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

§ 1º O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

§ 2º A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 57. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pelo Diretor Geral do consórcio público.

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez.

Capítulo VII

Das Licenças

Art. 58. Conceder-se-á ao servidor licença para o serviço militar e para atividade política.

Art. 59. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

Art. 60. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

Art. 61. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País.

§ 1º Ato do Diretor Geral do consórcio público definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, excluído o período de estágio probatório.

§ 3º Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargo efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 6 (seis) anos, excluído o período de estágio probatório.

§ 4º Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos parágrafos anteriores deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no parágrafo anterior deste artigo, deverá ressarcir o consórcio público, na forma do art. 44 deste Estatuto, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6º Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no parágrafo anterior deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7º Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior as mesmas regras deste artigo.

Capítulo VIII

Das Concessões

Art. 62. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I – por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II – por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;

III – por 3 (três) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 63. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 30.

Capítulo IX

Do Tempo de Serviço

Art. 64. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Art. 65. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I – férias;

II – participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País ou exterior, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

III – desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para premiação pelo cumprimento de metas;

IV – júri e outros serviços obrigatórios por lei;

V – licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

c) para capacitação, conforme dispuser o regimento interno do consórcio público;

d) por convocação para o serviço militar.

Capítulo X

Do Direito de Petição

Art. 66. É assegurado ao servidor o direito de requerer ao consórcio público, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 67. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 68. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 69. Caberá recurso:

I – do indeferimento do pedido de reconsideração;

II – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2º O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 71. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 72. O direito de requerer prescreve:

I – em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 73. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 74. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.

Art. 75. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 76. A Administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 77. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

Capítulo XI

Dos Deveres dos Servidores Públicos

Art. 78. São deveres do servidor:

- I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II – ser leal ao consórcio público e aos entes consorciados;
- III – observar as normas legais e regulamentares;
- IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V – atender com presteza:
 - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
 - c) às requisições para resguardar o Poder Público.
- VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Capítulo XII

Das Proibições aos Servidores Públicos

Art. 79. Ao servidor é proibido:

- I – ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documentos públicos;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V – promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- XI – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou

assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII – receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII – aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV – praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV – proceder de forma desidiosa;

XVI – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos casos de participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que os entes consorciados detenham, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

Capítulo XIII

Da Acumulação de cargos, empregos e funções

Art. 80. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

Art. 81. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art. 82. O servidor vinculado ao regime deste Estatuto, que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Capítulo XIV

Das Responsabilidades dos Servidores Públicos

Art. 83. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 84. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 2º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 85. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 86. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 87. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 88. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Capítulo XV

Das Penalidades aos Servidores Públicos

Art. 89. São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V – destituição de cargo em comissão;

VI – destituição de função comissionada.

Art. 90. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 91. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 79, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 92. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 93. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 94. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I – crime contra a administração pública;

II – abandono de cargo;

III – inassiduidade habitual;

IV – improbidade administrativa;

V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI – insubordinação grave em serviço;

VII – ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII – aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI – corrupção;

XII – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – transgressão dos incisos IX a XVI do art. 79.

Art. 95. Detectada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o Diretor Geral do consórcio notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores efetivos, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III – julgamento.

§ 1º A indicação da autoria de que trata o inciso I, dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicação em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 125 e 126.

§ 3º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 4º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 5º A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que deverá ser trazido comprovante do requerimento de exoneração dos cargos acumulados ilegalmente.

§ 6º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do processo administrativo disciplinar.

Art. 96. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 97. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 25 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 98. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 94, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 99. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 79, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público nos municípios consorciados, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público nos municípios consorciados o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 94, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 100. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 101. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 102. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:

I – a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;

II – após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 103. Todas as penalidades disciplinares serão aplicadas pelo Diretor Geral do consórcio público, salvo no caso de penalidade imputada a este, quando o Presidente do Conselho de Administração analisará, julgará e aplicará as sanções aplicáveis à espécie.

Art. 104. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Capítulo XVI

Disposições Gerais do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 105. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 106. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 107. Da sindicância poderá resultar:

I – arquivamento do processo;

II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III – instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 45 (quarenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 108. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Capítulo XVII

Do Afastamento Preventivo

Art. 109. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Capítulo XVIII

Do Processo Disciplinar

Art. 110. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 111. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores efetivos designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 1º A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2º Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 3º No caso de não existirem servidores efetivos nas condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, a comissão poderá composta, parcialmente ou integralmente, por servidores comissionados ou pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados.

Art. 112. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 113. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II – inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III – julgamento.

Art. 114. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1º Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 115. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 116. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 117. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 118. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 119. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 120. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 121. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 119 e 120.

§ 1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 122. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 123. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, mediante requerimento tempestivo do interessado, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 124. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 125. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão de publicação oficial do consórcio público e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 126. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

§ 3º Na ausência de servidor público efetivo, nos termos do parágrafo anterior, poderá ser nomeado como defensor dativo servidor exercente de cargo em comissão.

Art. 127. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 128. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 129. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

Art. 130. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 131. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§ 1º O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2º A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 104, § 2º, será responsabilizada na forma do Capítulo XIV.

Art. 132. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 133. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 134. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 135. Serão assegurados transporte e diárias:

- I – ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;
- II – aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

Art. 136. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 137. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 138. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 139. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do consórcio público, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente competente para a instauração do processo de revisão.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 111.

Art. 140. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 141. A comissão revisora terá 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual prazo.

Art. 142. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 143. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 144. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Capítulo XIX

Disposições Finais

Art. 145. As disposições estabelecidas neste Estatuto aplicam-se somente aos servidores públicos do consórcio público designado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, não se estendendo, sob nenhuma circunstância, aos servidores, empregados e demais agentes públicos dos municípios consorciados.

Art. 146. No caso da extinção do consórcio público, os servidores públicos estáveis serão aproveitados nos quadros funcionais dos entes consorciados, nos termos definidos em Assembleia Geral e na lei de extinção do consórcio público.

Art. 147. As disposições deste Estatuto integram o Protocolo de Intenções do consórcio público designado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

ANEXO II

RELAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS CRIADOS

Quantidade de Cargos	Denominação do Cargo	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial
01	Diretor Geral	40 horas	100
01	Diretor de Regulação	40 horas	90
01	Diretor de Administração e Finanças	40 horas	90
01	Secretária	40 horas	20
01	Ouvidor	40 horas	80
01	Coordenador de Normatização	40 horas	80
01	Coordenador de Fiscalização	40 horas	80
01	Coordenador de Contabilidade	40 horas	80

01	Coordenador de Recursos Humanos	40 horas	80
20	Analista de Fiscalização e Regulação	40 horas	67
05	Procurador jurídico	40 horas	56
05	Contador	40 horas	40
05	Motorista	40 horas	15
35	Agente Administrativo	40 horas	20
05	Engenheiro Sanitarista	40 horas	56

DEFINIÇÃO DAS HABILITAÇÕES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS PÚBLICOS

CARGO: Diretor Geral
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: promover a execução das atividades administrativas e de gestão do consórcio, além daquelas atribuições elencadas no artigo 40 do Protocolo de Intenções, inerentes à Direção Geral
CARGO: Diretor de Regulação
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar, supervisionar e controlar a regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo 45 do Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Regulação
CARGO: Diretor de Administração e Finanças
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo e notório conhecimento na área do saneamento básico
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar, supervisionar e controlar a execução de todas as atividades relativas às ações de administração e de gestão financeira e orçamentária do consórcio, além daquelas atribuições elencadas no artigo 49 do Protocolo de Intenções, inerentes à Diretoria de Regulação
CARGO: Coordenador de Normatização
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia ou Engenharia Sanitária, Civil ou correlata, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: propor normas e procedimentos na área do saneamento básico, analisar e emitir pareceres, além daquelas atribuições elencadas no artigo 52 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Normatização
CARGO: Coordenador de Fiscalização
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Biologia ou Engenharia Sanitária, Civil ou correlata, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar e supervisionar a fiscalização dos serviços de saneamento básico, além daquelas atribuições elencadas no artigo 55 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Fiscalização
CARGO: Coordenador de Contabilidade
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: coordenar e executar as atividades de controle e registros contábeis, orçamentário e patrimonial, além daquelas atribuições elencadas no artigo 58 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Contabilidade
CARGO: Coordenador de Recursos Humanos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, Administração ou Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: planejar, gerenciar e executar as atividades de recursos humanos, executando as atividades de cadastros e registro funcionais e de elaboração da folha de pagamento, além daquelas atribuições elencadas no artigo 61 do Protocolo de Intenções, inerentes à Coordenadoria de Recursos Humanos
CARGO: Ouvidor
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: receber e registrar reclamações e sugestões sobre os serviços de saneamento básico, dando-lhes e devido encaminhamento, além daquelas atribuições elencadas no artigo 64 do Protocolo de Intenções, inerentes à Ouvidoria
CARGO: Analista de Fiscalização e Regulação
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino superior completo, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: prestar apoio, fornecer suporte e desenvolver, implementar e executar, internamente ou em campo, programas, projetos, processos, sistemas, produtos e serviços para o consórcio público, de acordo com a unidade administrativa em que estiver lotado, cujas soluções implicam níveis elevados de complexidade, articulação e tecnicidade e que possam contribuir para a efetividade e sustentabilidade da regulação dos serviços de saneamento básico
CARGO: Procurador jurídico
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: elaborar projetos de lei, pareceres, editais de licitação pública e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio
CARGO: Contador
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Ciências Contábeis, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: registrar, controlar, gerenciar e administrar atos e fatos contábeis, bem suas obrigações acessórias, elaborando demonstrações contábeis e financeiras, sempre em adequação e respeito ao orçamento do consórcio

CARGO: Motorista

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e vigente, com no mínimo 06 (seis) meses de experiência

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros, podendo, ainda, desempenhar atribuições correlatas a pedido do responsável hierárquico

CARGO: Agente administrativo

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: ensino médio completo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, regulação e fiscalização, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos

CARGO: Engenheiro sanitarista

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: bacharelado em Engenharia Sanitária ou correlata, com registro válido e vigente do respectivo órgão de fiscalização profissional

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES: elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos referentes ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas

ANEXO III

TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referência	Valor R\$		Referência	Valor R\$
1	465,00		40	2.716,60
2	505,00		41	2.791,70
3	546,00		42	2.867,60
4	587,98		43	2.944,30
5	630,95		44	3.021,78
6	674,90		45	3.100,05
7	719,83		46	3.179,10
8	765,72		47	3.258,93
9	812,58		48	3.339,52
10	860,40		49	3.420,88
11	909,18		50	3.503,00
12	958,90		51	3.585,88
13	1.009,57		52	3.669,50
14	1.061,18		53	3.753,87
15	1.113,73		54	3.838,98
16	1.167,20		55	3.924,83
17	1.221,60		56	4.011,40
18	1.276,92		57	4.098,70
19	1.333,16		58	4.186,72
20	1.390,30		59	4.275,46
21	1.448,35		60	4.364,90
22	1.507,30		61	4.455,05
23	1.567,15		62	4.545,90
24	1.627,88		63	4.637,45
25	1.689,50		64	4.729,68
26	1.752,00		65	4.822,60
27	1.815,38		66	4.916,20
28	1.879,62		67	5.010,48
29	1.944,73		68	5.105,42
30	2.010,70		69	5.201,03
31	2.077,53		70	5.297,30
32	2.145,20		71	5.394,23
33	2.213,72		72	5.491,80
34	2.283,08		73	5.590,02
35	2.353,28		74	5.688,88
36	2.424,30		75	5.788,38
37	2.496,15		76	5.888,50

38	2.568,82		77	5.989,25
39	2.642,31		78	6.090,62
Referência	Valor R\$		Referência	Valor R\$
79	6.192,61		118	10.596,42
80	6.295,20		119	10.718,91
81	6.398,40		120	10.841,80
82	6.502,20		121	10.965,10
83	6.606,60		122	11.088,80
84	6.711,58		123	11.212,90
85	6.817,15		124	11.337,38
86	6.923,30		125	11.462,25
87	7.030,03			
88	7.137,32			
89	7.245,18			
90	7.353,60			
91	7.462,58			
92	7.572,10			
93	7.682,17			
94	7.792,78			
95	7.903,93			
96	8.015,60			
97	8.127,80			
98	8.240,52			
99	8.353,76			
100	8.467,50			
101	8.581,75			
102	8.696,50			
103	8.811,75			
104	8.927,48			
105	9.043,70			
106	9.160,40			
107	9.277,58			
108	9.395,22			
109	9.513,33			
110	9.631,90			
111	9.750,93			
112	9.870,40			
113	9.990,32			
114	10.110,68			
115	10.231,48			
116	10.352,70			
117	10.474,35			

ANEXO IV

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE ADEREM AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Sr^a. Nelci Fátima Trento Bortolini

Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Sr. Adilson Zeni

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Sr. Marino Daga

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

Sr. Pedro Francisco Garcia

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

Sr. Nivaldo Wessler

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Sr. Sérgio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANCHIETA

Sr. Antônio Luiz Mariani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANGELINA

Sr. Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

Sr. Roberto Marin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

Sr. Saulo Weiss
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

Sr. Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE APIÚNA

Sr. Jamir Marcelo Schmidt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Sr. Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARAQUARI

Sr. João Pedro Woitexem
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

Sr. Mariano Mazzuco Neto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARMAZÉM

Sr. Jaime Wensing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Sr. Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ARVOREDO

Sr. Neuri Meneguzzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ASCURRA

Sr. Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ATALANTA

Sr. Braz Bilck
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AURORA

Sr. Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO
SILVA**

Sr. Evandro Scaini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL

Sr. Antonio Rodrigues
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Sr. Edson Renato Dias
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

Sr. João Alberto Bonamigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Sr. Umberto Luiz Teixeira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Sr. Celso Biegelmeier
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA

Sr. Pedro Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Sr. Samir Mattar
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Sr. Adelmo Alberti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BELMONTE

Sr. Mauri Scaranti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Sr. Laurino Dalke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Sr. José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Sr. João Paulo Kleinubing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL

Sr^a. Marta Regina Goss
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

Sr. Rivaldo Antonio Macari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Sr. Clovis Fernandes de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Sr. Sergio Luiz Persch
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO

Sr. José Antônio de Melo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOMBINHAS

Sr. Manoel Marcílio dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
Sr. Zenor Franscico Sgrott
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE
Sr. Evanísio Uliano (eleito em 1º/03/2009)
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO
Sr. Vilberto Muller Schovinder
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Sr. Volcir Canuto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BRUSQUE
Sr. Paulo Roberto Eccel
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Sr. Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAIBI
Sr. Adilar Carlesso
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CALMON
Sr. Alcides Francisco Boff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ
Srª. Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Sr. Vilmar Grosskopf
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL
Sr. Firmino Aderbal Chaves Branco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
Sr. Odilson Vicente de Lima
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
Sr. Vilibaldo Erich Schmid
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CANELINHA
Sr. Antonio da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Sr. Leoberto Weinert
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO
Sr. Antonio Coelho Lopes Júnior
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPINZAL
Sr. Leonir Boaretto

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO

Sr. Luiz Carlos Brunel Alves

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Sr^a. GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Sr. Vilmar Foppa

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

Sr. José Alciomar de Matia

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

Sr. Janerson José Delfes Furtado

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Sr. José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Sr. João Rodrigues

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

Sr. Nilso Bortolatto

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Sr. João Girardi

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Sr. Ribamar Alexandre Assonalia

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Sr. Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

Sr. Darci Cabral de Medeiros

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

Sr. Vanio Forster

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Sr. Luiz Carlos Tamanini

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Sr. Clésio Salvaro

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Sr. Euri Ernani Jung

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ

Sr. Erno Menzel

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS
Sr. Wanderley Teodoro Agostini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DESCANSO
Sr. Sadi Inacio Bonamigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Sr. Altair Cardoso Rittes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE DONA EMMA
Srª. Edna Beltrame Gesser
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
Sr. Hartwig Persuhn
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS
Sr. Narcizo Biasi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ERMO
Sr. Marcos Leone Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
Srª. Lenita Dadalt Fontana
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
Sr. Flavio Bruno Boff
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO
Sr. Rogério Perin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Sr. Dário Elias Berger
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
Sr. Jorge Antonio Comunello
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
Sr. Vanderlei Alexandre
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Sr. Nelmar Pinz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Srª. Ivonete Zager Felisbino
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE GALVÃO
Sr. Atidor Gonçalves da Rocha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GAROPABA
Sr. Luís Carlos Luiz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GARUVA

Sr. João Romão
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GASPAR

Sr. Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Sr. Anísio Anatólio Soares
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

Sr. Valdir Dacorégio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GRAVATAL

Sr. Rudinei Carlos do Amaral Fernandes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

Sr. Orides Kormann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Sr. Ademir Jose Zimmermann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Sr. Evaldo João Junckes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

Sr. Celso Natalino Taube
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE GUATAMBU

Sr. Pedro Borsoi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Sr. Nelson Guindani
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBIAM

Sr. Nelson Mario Grassi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Sr. Ari Ferrari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Sr. Duílio Gehrke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IÇARA

Sr. Gentil Dory da Luz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ILHOTA

Sr. Ademar Felisky
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

Sr. Amarildo Matos de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Sr. José Roberto Martins
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IMBUÍA
Sr. Antônio Oscar Laurindo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Sr. Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
Sr. Antoninho Baldissera
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPIRA
Sr. Francisco Maximino Machado de Aguiar
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE
Sr. Adélio Marx
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPUAÇU
Sr. Denilso Casal
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Sr. Valdir Zanella
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA
Sr. Avelino da Costa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRANI
Sr^a. Adelaide Salvador
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE IRATI
Sr. Antonio Grando
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS
Sr. Wanderlei Lezan
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITÁ
Sr. Egídio Luiz Gritti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
Sr. Helio César Wendt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Sr. Jandir Bellini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPEMA
Sr. Sabino Bussanello
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Sr. Vunibaldo Rech
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Sr. Ervino Sperandio

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Sr. Osni Francisco de Fragas
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Sr. Luiz Nora
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO

Sr. Antonio João de Faveri
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

Sr. Inimar Felisbino Duarte
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Sr^a. Cecília Konell
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS

Sr. Dorildo Pegorini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Sr. Rafael Laske
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

Sr. Carlito Merss
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX

Sr. José Luiz Lopes
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

Sr. Adilson Verza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Sr. Hilario Chiamolera
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAGES

Sr. Renato Nunes de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAGUNA

Sr. Célio Antônio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

Sr. Zeno Jairo Zmijevski
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAURENTINO

Sr. Valdemiro Avi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER

Sr. Hélio Luiz Bunn
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Sr. Ludovino Labas
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Sr^a. Tatiane Dutra Alves da Cunha
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Sr. Adierson Carlos Bussolaro
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LONTRAS
Sr^a. Martina Zucatelli
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE LUÍS ALVES
Sr. Viland Bork
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LUZERNA
Sr. Norival Fiorin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MACIEIRA
Sr. Emerson Zanella
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAFRA
Sr. João Alfredo Herbst
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO
Sr. Zelasio Angelo Dell Agnolo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA
Sr. Israel Kiem
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Sr. Antônio Carlos de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Sr. Orli Genir Berger
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MAREMA
Sr. Jose Antonio Marchetti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
Sr. Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA
Sr. Darcy Batista Bendlin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MELEIRO
Sr. Jonnei Zanette
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE
Sr^a. Maria Luiza Kestring Liebsch
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE MODELO
Sr. Imilio Ávila
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

Sr. Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
Sr. Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO
Sr. Aldomir Roskamp
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
Sr. Baltazar Pellegrin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE
Sr. Enio Zuchinali
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
Sr. Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
Sr. Volmir Pirovano
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Sr. Antonio Domingos Ferrarini
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO
Sr. Orivan Jarbas Orsi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA
Sr. Rogério José Frigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Sr. Santos Zilli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ORLEANS
Sr. Jacinto Redivo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Sr. Denilson Luiz Padilha
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OURO VERDE
Sr. Sadi de Oliveira da Luz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE OURO
Sr. Neri Luiz Miqueloto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAIAL
Sr. Aldair Antônio Rigo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAINEL
Sr. José Belizario Borges de Andrade
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALHOÇA
Sr. Ronerio Heiderscheidt

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Sr. Claudiomar Crestani

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMEIRA

Sr. Osni Francisco de Sousa

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Sr. Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Sr. Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Sr. Erni Giacomini

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Sr. Newton Bitencourt da Silva

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

Sr. Osmar Tozzo

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Sr. Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PEDRAS GRANDES

Sr. Antonio Felipe Sobrinho

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PENHA

Sr. Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Sr. Tarcísio Reinaldo Bervian

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

Sr. Erimar Jose Senen

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO

Sr. Fabiano da Luz

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Sr. Euzebio Calisto Vieceli

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PIRATUBA

Sr. Adélio Spanholi

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Sr. Edgar Rohrbeck

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE POMERODE

Sr. Paulo Mauricio Pizzolatti

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE ALTA

Sr. Luiz Paulo Farias
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

Sr. Rubens Bernardo Schmidt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Sr. Antoninho Rossi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

Sr. Albert Stadler
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Sr. Renato Stasiak
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

Sr. Jocelino Amancio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

Sr. Valcir Daros
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO
BRANCO**

Sr. Cláudio Sartori
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

Sr. Nilson Francisco Stainsack
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Sr. Eudegar José Back
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PRINCESA

Sr. Edgar Eloi Lamberty
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Sr. Lenoir Bigolin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Sr. Merio Cesar Goedert
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

Sr. Leonel Sabadin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Sr. Antonio Pereira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Sr. Odenir Felizari
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Sr. Milton Hobus
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Sr. Fernando Tomaselli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

Sr. Silvio Heidemann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Sr. Osni Jose Schroeder
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

Sr. Carlos Oselame
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIQUEZA

Sr. Renaldo Mueller
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RODEIO

Sr. Carlos Alberto Pegoretti
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

Sr. Reni Antonio Villa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALETE

Sr. Juares de Andrade
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALTINHO

Sr. Deonir Luiz Ferronato
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Sr. Pedrinho Ansiliero
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANGÃO

Sr. Antônio Mauro Eduardo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

Sr. João Rodoger de Medeiros
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA

Sr. Gilberto Giordano
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA

Sr. Celso Heidemann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Sr^a. Geci Geltrudes de Oliveira Casagrande
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

Sr. Genir Antonio Junckes
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO
PROGRESSO**

Sr. Itacir Detofol
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

Sr. Luis Ferdinando Pacazza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Sr. Edesio Justen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Sr. Magno Bollmann
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

Sr. Waldir Antonio Walker
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

Sr. Laurino Peters
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Sr. Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

Sr. Jaime Cesca
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Sr. Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Sr. Luis Roberto de Oliveira
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

Sr. Aderbal Manoel dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

Sr. Valdir Corrêa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Sr. Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Sr. Alex Sandro Pereira Bianchin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM

Sr. José Nerito de Souza
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Sr. Djalma Vando Berger
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

Sr. Renato Broetto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

Sr. Jose Maria de Oliveira Branco
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Sr. Tomé Francisco Etges
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO

Sr. Ademir Gesing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

Sr^a. Leonete Back Loffi
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Sr. Milton Luis Muller
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Sr. Nelson Foss da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Sr. Ernei José Stahelin
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SAUDADES

Sr. Antonio Ulsenheimer
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Sr. Felipe Voigt
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SEARA

Sr^a. Laci Grigolo
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Sr. Claudinei Senhor
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Sr. Douglas Gleen Warmling
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

Sr. José Antônio Tiscoski da Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Sr. Jobert Peruzzo
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TAIÓ

Sr. Horst Gerhard Purnhagen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Sr. Robens Rech
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Sr. Rudimar Francisco Guth
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

Sr. Elmis Mannrich
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

Sr. Valdir Savi Sobrinho
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
Sr. Laércio Demerval Schuster Junior
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
Sr. Valdir Cardoso dos Santos
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS
Sr. Eloi Jose Quege
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREVISÓ
Sr. João Reus Rossi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
Sr. Arilton Francisconi Candido
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Sr. Romeu Luiz Rabuski
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
Sr. Silvio Venturi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUBARÃO
Sr. Manoel Antonio Bertoncini Silva
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
Sr. Enoi Scherer
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TURVO
Sr. Ronaldo Carlessi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Sr. Everaldo Luis Casonatto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUBICI
Sr. Adilson Jorge Costa
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUPEMA
Sr. Amarildo Luiz Gaio
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Sr. Luiz Carlos Zen
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEÃO
Sr. Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEM
Sr. Nelson Gasperim Junior
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
Sr. Jairo Casara

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Sr. Nabor Jose Schmitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Sr. Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Sr. Ivanor Boing
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE WITMARSUM

Sr. Fridolino Nitz
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Sr. Bruno Linhares Bortoluzzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

Sr. Ari Parisotto
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE XAXIM

Sr. Gilson Luiz Vicenzi
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ZORTÉA

Sr. Paulo José Franceski
Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA Nº 4923

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.923, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina prolongamento de via pública de Rua Leonel Mosele.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O prolongamento da Rua Leonel Mosele, compreendido entre seu final até o entroncamento com o traçado projetado para implantação do Contorno Sul, passa a denominar-se de "Rua Leonel Mosele".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4924

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 4.131, de 15 de dezembro de 2009, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo II desta Lei, que está publicado na página 1.495, da edição nº 2005, de 31 de maio de 2016, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
------------------------------------	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO I

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA nº 4, de 30 de maio de 2016, a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o art. 16 do Contrato de Consórcio Público e o art. 37, I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral, nos termos do art. 16, III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, reunida na 14ª Assembleia Geral Ordinária, em 28 de janeiro de 2016:

Art. 1º O Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, formalizado em 29 de novembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala nº 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

[...]

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 7º

[...]

Parágrafo único.

[...]

V – realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/1993 e do art. 19 do Decreto nº 6.017/2007;

VI – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/1993;

[...]

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

[...]

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;

[...]

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14.

[...]

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

[...]

Art. 16.

[...]

VI – homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;

VII – autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

[...]

X – aprovar as alterações do Estatuto do CIGA.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[...]

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado por esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público)

I – nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III – prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV – contratar serviços de auditoria interna e externa;

V – autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI – autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII – autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX – autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X – autorizar a celebração de convênios;

XI – deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA;

XII – a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA;

XIII – regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes;

XIV – autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida;

XV – aprovar, ad referendum da Assembleia Geral:

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

[...]

DA DIRETORIA EXECUTIVA

[...]

Art. 26.

[...]

XII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27.

[...]

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA.

[...]

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

[...]

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

[...]

Art. 33.

[...]

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no

caso de apuração de superávit no exercício anterior.

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo art. 158, I, da Constituição Federal.

[...]

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato.

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato.

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

[...]

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.

[...]

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato.

[...]

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

Art. 47.

[...]

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

[...]

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

[...]

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio Público CIGA:

Abdon Batista/SC
Agrolândia/SC
Agronômica/SC
Água Doce/SC
Águas de Chapecó/SC
Águas Frias/SC
Alfredo Wagner/SC
Alto Bela Vista/SC
Anchieta/SC
Anita Garibaldi/SC
Anitápolis/SC
Antônio Carlos/SC
Arabutã/SC
Araquari/SC
Araranguá/SC
Armazém/SC
Arroio Trinta/SC
Arvoredo/SC
Ascurra/SC
Atalanta/SC
Aurora/SC
Balneário Arroio do Silva/SC
Balneário Barra do Sul/SC
Balneário Camboriú/SC
Balneário Gaivota/SC
Balneário Piçarras/SC
Balneário Rincão/SC
Barra Bonita/SC
Barra Velha/SC
Bela Vista do Toldo/SC
Belmonte/SC
Benedito Novo/SC
Biguaçu/SC
Blumenau/SC
Bocaina do Sul/SC
Bom Jardim da Serra/SC
Bom Jesus do Oeste/SC
Bom Jesus/SC
Bom Retiro/SC

Bombinhas/SC
Botuverá/SC
Braço do Norte/SC
Braço do Trombudo/SC
Brunópolis/SC
Brusque/SC
Caçador/SC
Caibi/SC
Calmon/SC
Camaçari/BA
Camboriú/SC
Campo Alegre/SC
Campo Erê/SC
Campos Novos/SC
Canelinha/SC
Canoinhas/SC
Capão Alto/SC
Capinzal/SC
Capivari de Baixo/SC
Catanduvas/SC
Caxambu do Sul/SC
Celso Ramos/SC
Chapadão do Lageado/SC
Chapecó/SC
Cocal do Sul/SC
Concórdia/SC
Cordilheira Alta/SC
Coronel Freitas/SC
Coronel Martins/SC
Correia Pinto/SC
Corupá/SC
Criciúma/SC
Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Eral Velho/SC
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC
Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imaruí/SC
Imbituba/SC

Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuçu/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC
Jupiá/SC
Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC
Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macieira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC
Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondai/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC
Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC

Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC
Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC

Saudades/SC
 Schroeder/SC
 Seara/SC
 Serra Alta/SC
 Siderópolis/SC
 Simões Filho/BA
 Sombrio/SC
 Sul Brasil/SC
 Tangará/SC
 Tigrinhos/SC
 Tijucas/SC
 Timbé do Sul/SC
 Timbó Grande/SC
 Timbó/SC
 Três Barras/SC
 Treviso/SC
 Treze de Maio/SC
 Treze Tílias/SC
 Trombudo Central/SC
 Tubarão/SC
 Tunápolis/SC
 Turvo/SC
 União do Oeste/SC
 Urubici/SC
 Urupema/SC
 Urussanga/SC
 Vargeão/SC
 Vargem Bonita/SC
 Vargem/SC
 Vidal Ramos/SC
 Videira/SC
 Vitor Meireles/SC
 Witmarsum/SC
 Xanxerê/SC
 Xavantina/SC
 Xaxim/SC
 Zortéa/SC

[...]

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 11.375,12	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

[...]

Organograma da estrutura administrativa do CIGA:

Art. 2º Esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.
Ludovino Labas
Prefeito Municipal de Lebon Régis
Presidente do CIGA

ANEXO II

Contrato de Consórcio Público do CIGA – com as alterações realizadas até o momento:

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIGA adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIGA é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembleia Geral do CIGA.

§ 3º A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembleia Geral.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembleia Geral do CIGA.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4º A área de atuação do CIGA será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIGA vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7º São finalidades do CIGA:

I – prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de sistemas informatizados “softwares” em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II – promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das

respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;

III – celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

IV – desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;

V – criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

VI – viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

VII – representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio;

VIII – prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX – estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X – realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos Municípios;

XI – promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII – propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII – desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV – planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV – instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos providos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI – receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIGA poderá:

I – adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III – prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV – requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIGA;

V – realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VI – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII – adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o CIGA e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS**Art. 8º** Constituem direitos dos consorciados:

- I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- II – votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIGA;
- IV – compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CIGA nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

- I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- IV – participar ativamente das reuniões e assembleias gerais do CIGA.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades do CIGA dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

- I – atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;
- II – promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O CIGA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIGA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIGA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIGA estará organizado a partir da seguinte estrutura:

- I – Assembleia Geral;
- II – Conselho de Administração;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembleia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 6º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do CIGA.

§ 7º Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembleia Geral.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembleia Geral serão publicadas no sítio do CIGA com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II – em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembleia Geral:

I – eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II – homologar o ingresso no CIGA de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;

III – aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;

IV – aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;

V – deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;

VI – homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII – autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

VIII – aprovar a extinção do consórcio;

IX – deliberar sobre assuntos gerais do CIGA;

X – aprovar as alterações do Estatuto; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I – unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;

II – maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea “c”, do artigo anterior;

III – maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18. O Conselho de Administração do CIGA é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:

I – Um Presidente;

II – Um Primeiro Vice-Presidente;

III – Um Segundo Vice-Presidente;

IV – Um Primeiro Secretário;

V – Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

I – nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II – definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III – prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV – contratar serviços de auditoria interna e externa;

V – autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI – autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII – autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII – aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX – autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X – autorizar a celebração de convênios;

XI – deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XII – a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIII – regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XIV – autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

XV – aprovar, ad referendum da Assembleia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos

advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

c) o Relatório Anual de Atividades;

d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

I – convocar e presidir as Assembleias Gerais do CIGA, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;

II – tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

III – representar o CIGA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;

IV – ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIGA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo.

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do CIGA;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIGA.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIGA e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIGA;

II – acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III – emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV – eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

I – promover a execução das atividades e gestão do CIGA;

II – realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA;

III – elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral do CIGA;

IV – elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIGA;

V – elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;

VI – movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA;

VII – executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

VIII – designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA;

IX – providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

X – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

XI – autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;

XII – propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIGA;

XIII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os empregados do CIGA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 1º O emprego de Diretor Executivo do CIGA deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§ 2º Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§ 3º A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

§ 5º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o CIGA mantiver na rede mundial de computadores – internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do CIGA obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do CIGA será constituído:

I – pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II – pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do CIGA:

I – a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II – a remuneração dos próprios serviços prestados;

III – os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV – os saldos do exercício;

V – as doações e legados;

VI – o produto de alienação de seus bens livres;

VII – o produto de operações de crédito;

VIII – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX – os créditos e ações;

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do CIGA a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIGA.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este

à deliberação da Assembleia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CIGA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II – solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CIGA;

III – transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CIGA;

IV – eficiência, exigindo que todas as decisões do CIGA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade;

V – respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIGA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao CIGA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do CIGA não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O CIGA será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O CIGA poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios - FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Adilson Luis Schmitt

Prefeito Municipal de Gaspar

Nestor Sprícego

Prefeito Municipal de Lauro Muller

Maria Carlesso Doré

Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu

Prefeito Municipal de Massaranduba

Antoninho Tibúrcio Gonçalves

Prefeito Municipal de Monte Carlo

Ênio Reckziegel

Prefeito Municipal de Paraíso

Hugo Lembeck

Prefeito Municipal de Salete

Elio Pedro Hoss Godoy

Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer

Prefeito Municipal de Sombrio

LEI ORDINARIA Nº 4925

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.925, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina via pública do Loteamento Luiz Magro, do Bairro Parque de Exposições.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua B localizada no Loteamento Luiz Magro, no Bairro Parque de Exposições, passa a denominar-se de Rua Luiz Magro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4926

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.926, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.01	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0121.0003.2003	Manutenção da Assessoria de Planejamento e Orçamento

Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 70.000,00
Projeto/Atividade	04.0131.0004.2004	Manutenção da Assessoria de Comunicação Social
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 20.000,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0025.1004	Ações do Ensino Fundamental – Convênios – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.360000	Salário Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 48.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 138.000,00		

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2016	Ações do Ensino Fundamental – Convênios – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.360000	Salário Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 48.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 90.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 138.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até novembro de 2016, a dotação constante no seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0025.1007	Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 80.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 80.000,00		

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015 e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4927**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.927, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Município celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com o Estado de Santa Catarina, pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC, inscrito no CNPJ sob nº 06.096.391/0001-76.

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas no Termo de Convênio específico.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4928**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

LEI Nº 4.928, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Município adquirir áreas de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a adquirir, por utilidade pública, as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – área de terras de 80,12m², do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 6; lote urbano nº 18 e partes dos lotes urbanos nºs. 19 e 20, situado à Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município, de propriedade de Rosane Bettu Grezzana e Valdecir Jose Grezzana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 13.880, Livro nº 2 “AAG”, tendo a área de 80,12m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área de Dilva Rubert Augustini, matrícula 26151, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397944,788 e N 6987704,076, seguindo com azimute 020° 48' 51,2178" e distância de 2,515 metros, confrontando neste trecho com Dilva Rubert Augustini, matrícula 26151, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397945,682 e N 6987706,427, seguindo com azimute 314° 42' 04,8979" e distância de 4,752 metros, confrontando

neste trecho com a área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397942,304 e N 6987709,770, seguindo com azimute 324° 22' 30,2459" e distância de 4,993 metros, confrontando neste trecho com a área de Rozane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397939,396 e N 6987713,828, seguindo com azimute 332° 07' 10,4192" e distância de 24,124 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de com a área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397928,115 e N 6987735,152, seguindo com azimute 247° 27' 53,0554" e distância de 2,310 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de Neiva de Fátima, matrícula 4859, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397925,982 e N 6987734,267, seguindo com azimute 152° 07' 10,4192" e distância de 24,495 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397937,436 e N 6987712,615, seguindo com azimute 144° 22' 30,2459" e distância de 5,343 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397940,548 e N 6987708,272, seguindo com azimute 134° 42' 04,8979" e distância de 5,965 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397944,788 e N 6987704,076, pelo valor de R\$ 48.072,00 (quarenta e oito mil e setenta e dois reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

II – área de terras de 59,73m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 01, da Quadra “A”, situado na SC 283, esquina com a Rua “A”, do Loteamento Refosco, neste Município, de propriedade de Neiva Fatima Bonassi Dutchevicz, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.859, Livro nº 2 “S”, tendo a área de 59,73m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397925,982 e N 6987734,267, seguindo com azimute 067° 27' 53,0552" e distância de 2,210 metros, confrontando neste trecho com área de Rosane Bettu Grezzana, matrícula 13880, chega-se até o ponto P01 de coordenada E 397928,023 e N 6987735,114, seguindo com azimute 332° 38' 20,3256" e distância de 24,110 metros, confrontando neste trecho com a área de Neiva de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397916,942 e N 6987756,526, seguindo com azimute 359° 15' 39,0475" e distância de 1,760 metros, confrontando neste trecho com a área de Neiva de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397916,919 e N 6987758,287, seguindo com azimute 033° 22' 50,2173" e distância de 1,760 metros, confrontando neste trecho com área de Neiva de Fátima Bonassi Dutchevicz, matrícula 4859, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397917,888 e N 6987759,756, seguindo com azimute 254° 21' 30,4969" e distância de 2,298 metros, confrontando neste trecho com a Rua José Reali, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397915,675 e N 6987759,137, seguindo com azimute 212° 01' 36,8537" e distância de 1,750 metros, confrontando neste trecho com a Rua Jose Reali, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397914,747 e N 6987757,654, seguindo com azimute 180° 15' 58,1489" e distância de 1,658 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397914,740 e N 6987755,996, seguindo com azimute 152° 38' 40,6929" e distância de 24,465 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397925,982 e N 6987734,267, pelo valor de R\$ 35.838,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

III – área de terras de 57,74m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 05, da Quadra “B”, situado na SC 283, esquina com a

Rua "A", do Loteamento Refosco, neste Município, de propriedade de Diva Metz, Neusa Lisete Bender e Silvio Israel Bender, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.856, Livro nº 2 "S", tendo a área de 57,74m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a Rua José Reali, definido pela coordenada E 397909,793 e N 6987768,161, seguindo com azimute 076° 49' 00,7159" e distância de 2,754 metros, confrontando neste trecho com a Rua Jose Reali, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397912,474 e N 6987768,789, seguindo com azimute 308° 01' 29,2311" e distância de 4,429 metros, confrontando neste trecho com, Diva Metz, matrícula 4.856, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397908,985 e N 6987771,517, seguindo com azimute 331° 23' 15,8778" e distância de 22,814 metros, confrontando neste trecho com Diva Metz, matrícula 4.856 chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397898,061 e N 6987791,545, seguindo com azimute 259° 07' 22,9241" e distância de 2,230 metros, confrontando neste trecho com a área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397895,870 e N 6987791,124, seguindo com azimute 151° 23' 15,8778" e distância de 23,926 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397907,328 e N 6987770,120, seguindo com azimute 128° 28' 14,9181" e distância de 3,148 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397909,793 e N 6987768,161, pelo valor de R\$ 33.489,20 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

IV – áreas de terras de 25,41m² e 308,45m², do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 07, destacada do lote rural 477, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado na Rua Floriano Peixoto, atual Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, de propriedade de Nadir e sua esposa, senhora Rosa Maria Sela Sgarabotto, e demais proprietários condôminos, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 6.697, Livro nº 2 "AB", tendo a área de 25,41m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Diva Metz, matrícula 4856, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397895,870 e N 6987791,124, seguindo com azimute 079° 07' 22,9242" e distância de 6,638 metros, confrontando neste trecho com área de Diva Metz, matrícula 4856, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397902,389 e N 6987792,377, seguindo com azimute 330° 21' 30,8720" e distância de 5,057 metros, confrontando neste trecho com a área remanescente do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397899,888 e N 6987796,772, seguindo com azimute 241° 18' 58,6820" e distância de 6,291 metros, confrontando neste trecho a área de CASAN, sem matrícula, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397894,365 e N 6987793,759, seguindo com azimute 150° 15' 50,1740" e distância de 3,027 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397895,870 e N 6987791,124; e a área de 308,45m², as seguintes medidas e confrontações: Inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P15 localizado na divisa com a área ocupada pela CASAN, sem matrícula e a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397889,408 e N 6987802,437, seguindo com azimute 061° 18' 41,9108" e distância de 6,307 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397894,941 e N 6987805,464, seguindo com azimute 334° 02' 39,7754" e distância de 12,023 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397889,679 e N 6987816,275, seguindo com azimute 330° 34' 54,0725" e distância de 10,578 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o

ponto P22 de coordenada E 397884,483 e N 6987825,489, seguindo com azimute 327° 43' 01,2803" e distância de 14,309 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397876,841 e N 6987837,586, seguindo com azimute 325° 49' 51,6444" e distância de 11,319 metros, confrontando neste trecho com área do Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397870,484 e N 6987846,951, seguindo com azimute 253° 50' 47,8954" e distância de 6,633 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397864,112 e N 6987845,106, seguindo com azimute 145° 47' 48,6704" e distância de 13,268 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397871,571 e N 6987834,132, seguindo com azimute 147° 43' 01,2803" e distância de 14,046 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397879,073 e N 6987822,257, seguindo com azimute 150° 34' 54,0725" e distância de 10,230 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397884,098 e N 6987813,346, seguindo com azimute 154° 02' 39,7754" e distância de 12,133 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto P15 de coordenada E 397889,408 e N 6987802,437, pelo valor de R\$ 50.079,00 (cinquenta mil e setenta e nove reais), que será pago após concluída a escrituração e os registros dos imóveis;

V – áreas de terras de propriedade de Luiz Fernando Furlan e Ana Maria Gonçalves Furlan:

a) de 995,65m², ao longo da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: parte das chácaras nºs. 8 e 7, situado na Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.712, Livro nº 2 "AAV", tendo a área de 995,65m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com o Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397864,112 e N 6987845,106, seguindo com azimute 073° 50' 47,8954" e distância de 8,613 metros, confrontando neste trecho com Condomínio Residencial Colina Verde, matrícula 6697, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397872,386 e N 6987847,502, seguindo com azimute 322° 05' 36,0528" e distância de 14,414 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397863,530 e N 6987858,875, seguindo com azimute 318° 07' 15,9960" e distância de 13,727 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397854,367 e N 6987869,095, seguindo com azimute 313° 55' 10,3597" e distância de 13,747 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397844,465 e N 6987878,631, seguindo com azimute 310° 30' 59,3339" e distância de 12,040 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397835,311 e N 6987886,453, seguindo com azimute 309° 44' 14,7723" e distância de 30,714 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397811,693 e N 6987906,087, seguindo com azimute 309° 40' 02,8498" e distância de 22,968 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397794,013 e N 6987920,749, seguindo com azimute 309° 37' 00,1253" e distância de 16,166 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397781,560 e N 6987931,057, seguindo com azimute 257° 49' 06,0056" e distância

de 10,180 metros, confrontando neste trecho com Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397771,609 e N 6987928,909, seguindo com azimute 129° 37' 00,1253" e distância de 22,462 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397788,912 e N 6987914,586, seguindo com azimute 129° 40' 02,8780" e distância de 22,956 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397806,583 e N 6987899,932, seguindo com azimute 129° 44' 14,7723" e distância de 30,655 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397830,156 e N 6987880,336, seguindo com azimute 130° 30' 59,3338" e distância de 11,748 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397839,087 e N 6987872,703, seguindo com azimute 133° 55' 10,3597" e distância de 13,216 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397848,606 e N 6987863,536, seguindo com azimute 138° 07' 15,9960" e distância de 13,156 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397857,389 e N 6987853,741, seguindo com azimute 142° 05' 36,0527" e distância de 10,944 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397864,112 e N 6987845,106, pelo valor de R\$ 9.918,34 (nove mil, novecentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

b) de 661,13m2, ao longo da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: chácara nº 9, parte integrante do lote rural nº 476, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, situado na Rua Romano Anselmo Fontana, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 11.236, Livro nº 2 "AT", tendo a área de 661,13m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397771,609 e N 6987928,909, seguindo com azimute 077° 49' 06,0056" e distância de 8,866 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 17712, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397780,275 e N 6987930,780, seguindo com azimute 309° 57' 28,2051" e distância de 12,677 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397770,558 e N 6987938,921, seguindo com azimute 309° 57' 28,2051" e distância de 7,101 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397765,115 e N 6987943,482, seguindo com azimute 312° 09' 33,4301" e distância de 5,484 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397761,050 e N 6987947,163, seguindo com azimute 312° 09' 33,4301" e distância de 5,532 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397756,949 e N 6987950,876, seguindo com azimute 313° 35' 23,3025" e distância de 4,807 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397753,468 e N 6987954,190, seguindo com azimute 313° 35' 23,3026" e distância de 4,240 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397750,397 e N 6987957,113, seguindo com azimute 324° 15' 54,2437" e distância de 2,839 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397748,739 e N 6987959,417, seguindo com

azimute 324° 15' 54,2437" e distância de 3,137 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397746,907 e N 6987961,964, seguindo com azimute 330° 04' 25,3481" e distância de 8,061 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397742,885 e N 6987968,950, seguindo com azimute 330° 04' 25,3481" e distância de 8,579 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397738,605 e N 6987976,385, seguindo com azimute 327° 25' 12,2430" e distância de 6,751 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397734,970 e N 6987982,074, seguindo com azimute 327° 25' 12,2430" e distância de 6,616 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397731,408 e N 6987987,648, seguindo com azimute 326° 58' 33,8323" e distância de 10,927 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397725,453 e N 6987996,810, seguindo com azimute 326° 58' 33,8323" e distância de 7,853 metros, confrontando neste trecho com área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, chega-se até o ponto P26 de coordenada E 397721,173 e N 6988003,394, seguindo com azimute 260° 29' 49,7565" e distância de 7,634 metros, confrontando neste trecho com área de Sirlei Ana de Andrade, matrícula 18880, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397713,644 e N 6988002,133, seguindo com azimute 146° 58' 33,8323" e distância de 21,799 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397725,524 e N 6987983,856, seguindo com azimute 147° 25' 12,2430" e distância de 13,177 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397732,619 e N 6987972,752, seguindo com azimute 150° 04' 25,3481" e distância de 16,833 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397741,017 e N 6987958,164, seguindo com azimute 144° 15' 54,2437" e distância de 4,794 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397743,817 e N 6987954,272, seguindo com azimute 144° 15' 54,2437" e distância de 2,191 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397745,097 e N 6987952,494, seguindo com azimute 132° 49' 30,7798" e distância de 21,024 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397760,516 e N 6987938,202, seguindo com azimute 129° 57' 28,2051" e distância de 14,471 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397771,609 e N 6987928,909, pelo valor de R\$ 6.585,96 (seis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), que será pago após concluída a escrituração e os registros dos imóveis;

VI – área de terras de 179,49m2, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, situado a Rua Romano Anselmo Fontana, de propriedade de Sirlei Ana de Andrade, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 15.627, Livro nº 2 "AAN", tendo a área de 179,49m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Luiz Fernando Furlan, matrícula 11236, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397713,644 e N 6988002,133, seguindo com azimute 080° 29' 49,7565" e distância de 5,855 metros, confrontando neste trecho com Luiz Fernando Furlan, Matrícula 11236, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397719,418 e N 6988003,100, seguindo com

azimute 326° 31' 23,5310" e distância de 33,508 metros, confrontando neste trecho com área de Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397700,935 e N 6988031,050, seguindo com azimute 261° 14' 26,0302" e distância de 5,890 metros, confrontando neste trecho com área Euclides Antonio Marcon, Matrícula 37303, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397695,114 e N 6988030,153, seguindo com azimute 146° 31' 23,5310" e distância de 33,592 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397713,644 e N 6988002,133, pelo valor de R\$ 1.794,90 (um mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

VII – área de terras de 95,96m², ao longo da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 10, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade de Rio do Engano, situada na Rua Romano Anselmo Fontana, de propriedade de Euclides Antonio Marcon e sua esposa, senhora Iracema Cella Marcon, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 37.303, Livro de Transcrição das Transmissões nº 3AI, fls. 275, tendo a área de 95,96m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397695,114 e N 6988030,153, seguindo com azimute 081° 14' 26,0303" e distância de 2,817 metros, confrontando neste trecho com Sirlei Ana de Andrade, matrícula 15627, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397697,898 e N 6988030,582, seguindo com azimute 323° 47' 41,3216" e distância de 12,983 metros, confrontando neste trecho com área de Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397690,230 e N 6988041,057, seguindo com azimute 319° 36' 42,9991" e distância de 15,536 metros, confrontando neste trecho com área de Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397680,163 e N 6988052,891, seguindo com azimute 314° 57' 40,8200" e distância de 11,322 metros, confrontando neste trecho com Euclides Antonio Marcon, matrícula 37303, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397672,152 e N 6988060,891, seguindo com azimute 262° 21' 23,8216" e distância de 2,896 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 2563, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397669,282 e N 6988060,506, seguindo com azimute 134° 57' 40,8200" e distância de 11,696 metros, confrontando neste trecho com a Rua Rech, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397677,558 e N 6988052,241, seguindo com azimute 139° 36' 42,9991" e distância de 15,343 metros, confrontando neste trecho com a Rua Rech, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397687,500 e N 6988040,555, seguindo com azimute 143° 47' 41,3216" e distância de 12,891 metros, confrontando neste trecho a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397695,114 e N 6988030,153, pelo valor de R\$ 959,60 (novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

VIII – área de terras de 38,62m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 237, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Eliane Paula Sbardella Pastre e Marcio Luis Sbardella, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.430, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 38,62m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Jacinto Tochetto, matrícula 4.237 e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397287,844 e N 6988333,468, seguindo com azimute 066° 51' 04,1165" e distância de 2,409 metros, confrontando neste trecho com Jacinto Tochetto, matrícula 4.237, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397290,060 e N 6988334,416,

segundo com azimute 341° 53' 39,0483" e distância de 16,165 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397285,036 e N 6988349,780, seguindo com azimute 246° 41' 09,0402" e distância de 2,390 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397282,843 e N 6988348,835, seguindo com azimute 161° 57' 54,9194" e distância de 16,160 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397287,844 e N 6988333,468, pelo valor de R\$ 16.992,80 (dezesseis mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

IX – área de terras de 35,61m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 239, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Marcio Luis Sbardella e Eliane Paula Sbardella Pastre, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.461, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 35,61m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397282,843 e N 6988348,835, seguindo com azimute 066° 41' 09,0408" e distância de 2,433 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17430, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397285,075 e N 6988349,797, seguindo com azimute 346° 05' 14,9843" e distância de 14,814 metros, confrontando neste trecho com Eliane Sbardella e Marcio Luis Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397281,513 e N 6988364,177, seguindo com azimute 247° 46' 44,1770" e distância de 2,425 metros, confrontando neste trecho com área da Zometal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397279,268 e N 6988363,259, seguindo com azimute 166° 05' 14,9843" e distância de 14,861 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397282,841 e N 6988348,834, pelo valor de R\$ 15.668,40 (quinze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

X – áreas de terras de propriedade da empresa Zometal Técnica e Mecânica Industrial Ltda.:

a) de 45,13m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 241, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.431, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 45,13m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Eliane Paula Sbardella, matrícula 17461, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397279,268 e N 6988363,259, seguindo com azimute 067° 46' 44,1770" e distância de 3,086 metros, confrontando neste trecho com Eliane Paula Sbardella, matrícula 17461, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397282,125 e N 6988364,427, seguindo com azimute 351° 22' 15,6105" e distância de 14,919 metros, confrontando neste trecho com área da Zometal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397279,887 e N 6988379,177, seguindo com azimute 252° 22' 42,5489" e distância de 3,037 metros, confrontando neste trecho com área da Zometal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397276,992 e N 6988378,257, seguindo com azimute 171° 22' 15,2560" e distância de 15,170 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397279,268 e N 6988363,259, pelo

valor de R\$ 19.857,20 (dezenove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

b) de 46,11m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 273, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.464, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 46,11m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397276,992 e N 6988378,259, seguindo com azimute 072° 22' 42,5249" e distância de 3,047 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17431, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397279,896 e N 6988379,180, seguindo com azimute 352° 24' 18,9290" e distância de 15,283 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397277,876 e N 6988394,329, seguindo com azimute 256° 56' 50,3106" e distância de 3,009 metros, confrontando neste trecho com área de Lioni Ines Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397274,944 e N 6988393,649, seguindo com azimute 172° 25' 19,0550" e distância de 15,527 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397276,992 e N 6988378,257, pelo valor de R\$ 20.288,40 (vinte mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

c) de 44,80m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 271 e 276, da Quadra "I", do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.807, Livro nº 2 "BB", tendo a área de 44,80m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397270,408 e N 6988423,809, seguindo com azimute 078° 47' 19,9944" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397273,354 e N 6988424,393, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 14,940 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397271,132 e N 6988439,167, seguindo com azimute 258° 34' 24,0289" e distância de 3,004 metros, confrontando neste trecho com divisa área de Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397268,187 e N 6988438,572, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,928 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397270,408 e N 6988423,809, pelo valor de R\$ 19.712,00 (dezenove mil, setecentos e doze reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

d) de 44,96m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 275 e 270, situado entre as Ruas Senador Atílio Francisco Xavier Fontana e Rua Rech, da Quadra I, do Loteamento Santa Cruz, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.723, Livro nº 2 "R", tendo a área de 44,96m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Lioni Ines Bender, matrícula 4537, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397272,637 e N 6988408,992, seguindo com azimute 078° 51'

35,2947" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com Lioni Ines Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397275,583 e N 6988409,572, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 14,988 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397273,354 e N 6988424,393, seguindo com azimute 258° 47' 19,9944" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397270,408 e N 6988423,809, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,984 metros, confrontando neste trecho com rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397272,637 e N 6988408,992, pelo valor de R\$ 19.782,40 (dezenove mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e os registros dos imóveis;

XI – área de terras de 46,40m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 274, da Quadra "I", situado na Rua "D", do Loteamento Santa Cruz, distante 105,00 metros da esquina com a Rua "E", neste Município, de propriedade de Clarice Bender e seu esposo, senhor Osvaldo Prando e de Lioni Ines Bender, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.537, Livro nº 2 – "R", tendo a área de 46,40m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397274,944 e N 6988393,649, seguindo com azimute 076° 56' 50,3106" e distância de 3,009 metros, confrontando neste trecho com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 17464 chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397277,876 e N 6988394,329, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 15,415 metros, confrontando neste trecho com área de Lioni Inês Bender, matrícula 4537, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397275,583 e N 6988409,572, seguindo com azimute 258° 51' 35,2947" e distância de 3,003 metros, confrontando neste trecho com área da Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 4723, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397272,637 e N 6988408,992, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 15,516 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397274,944 e N 6988393,649, pelo valor de R\$ 20.416,00 (vinte mil, quatrocentos e dezesseis reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XII – área de terras de 36,78m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 277, da Quadra "A", situado na Rua "D", distante 60 metros da esquina com a Rua "E", no Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Gentil Broetto e sua esposa, senhora Rosane Lasarin Broetto, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 2.821, Livro nº 2 – "J", tendo a área de 36,78m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa de área de Zametal, matrícula 18807, e a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397268,187 e N 6988438,572, seguindo com azimute 078° 34' 24,0290" e distância de 2,453 metros, confrontando neste trecho com Zametal Técnica e Mecânica Industrial Ltda., matrícula 18807, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397270,592 e N 6988439,058, seguindo com azimute 351° 26' 46,0698" e distância de 15,034 metros, confrontando neste trecho com a área de Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397268,356 e N 6988453,925, seguindo com azimute 257° 39' 06,1366" e distância de 2,455 metros, confrontando neste trecho com divisa de área de Fábrica de Carrocerias Fransozi Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397265,957 e N 6988453,400, seguindo com azimute 171° 26' 46,0698" e distância de 14,995

metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397268,187 e N 6988438,572, pelo valor de R\$ 16.183,20 (dezesseis mil, cento e oitenta e três reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XIII – área de terras de 49,39m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 151, da Quadra “E”, situado na Rodovia SC 283, distante 35 metros da esquina com a Rua E, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Angela Albiero Longo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.753, Livro nº 2 “N”, tendo a área de 49,39m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa entre área a ser desapropriada desta matrícula 3753, Osvaldo Alves Vieira, matrícula 4073, e Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397251,028 e N 6988567,477, seguindo com azimute 080° 51' 43,4112" e distância de 4,002 metros, confrontando neste trecho com Osvaldo Alves Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397254,980 e N 6988568,112, seguindo com azimute 352° 34' 38,2424" e distância de 12,286 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397253,392 e N 6988580,295, seguindo com azimute 262° 39' 22,0508" e distância de 4,000 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397249,425 e N 6988579,784, seguindo com azimute 172° 34' 38,2424" e distância de 12,411 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397251,028 e N 6988567,477, pelo valor de R\$ 21.731,60 (vinte e um mil, setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XIV – área de terras de 56,25m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 149, da Quadra “E”, do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Walmy Confecções Ltda. – ME, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 12.387, Livro nº 2 – “AZ”, tendo a área de 56,25m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Angela Albiero Longo, matrícula 3753, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397249,425 e N 6988579,784, seguindo com azimute 082° 39' 22,0508" e distância de 4,450 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397253,839 e N 6988580,353, seguindo com azimute 352° 45' 06,8294" e distância de 12,637 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397252,244 e N 6988592,889, seguindo com azimute 262° 45' 06,8293" e distância de 4,450 metros, confrontando neste trecho Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397247,830 e N 6988592,328, seguindo com azimute 172° 45' 06,8294" e distância de 12,644 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397249,425 e N 6988579,784, pelo valor de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XV – área de terras de 67,13m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 147, da Quadra “E”, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Loteamento Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Edipo Leomar Resmim e Evandra Aparecida Neotti Resmim, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.286, Livro nº 2 “AAZ”, tendo a área de 67,13m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Walmy

Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397247,830 e N 6988592,328, seguindo com azimute 082° 23' 54,5613" e distância de 5,408 metros, confrontando neste trecho com Walmy Confecções Ltda. – ME, matrícula 12387, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397253,195 e N 6988593,017, seguindo com azimute 349° 17' 05,6452" e distância de 12,424 metros, confrontando neste trecho com Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397250,880 e N 6988605,250, seguindo com azimute 262° 33' 11,6539" e distância de 5,409 metros, confrontando neste trecho com de Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397245,517 e N 6988604,549, seguindo com azimute 169° 17' 05,6452" e distância de 12,439 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397247,830 e N 6988592,328, pelo valor de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XVI – área de terras de 67,13m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 145, da Quadra “E”, do Loteamento Santa Cruz, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Jairo Resmim e sua esposa, senhora Neusa Rita Detofano Resmim, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.940, Livro nº 2 “BJ”, tendo a área de 67,13m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa área de Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, e a Rua Senador Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397245,517 e N 6988604,549, seguindo com azimute 082° 33' 11,6539" e distância de 5,409 metros, confrontando neste trecho com Edipo Leomar Resmim, matrícula 18286, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397250,880 e N 6988605,250, seguindo com azimute 349° 17' 05,6452" e distância de 12,424 metros, confrontando neste trecho com área de Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397248,570 e N 6988617,457, seguindo com azimute 262° 42' 43,7060" e distância de 5,410 metros, confrontando neste trecho com área de Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397243,205 e N 6988616,771, seguindo com azimute 169° 17' 05,6452" e distância de 12,439 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397245,517 e N 6988604,549, pelo valor de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XVII – área de terras de 42,51m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 143, da Quadra “E”, do Loteamento Santa Cruz, situado no lado par da Rua “D”, neste Município, de propriedade de Severino Alberto Casagrande Junior, sendo usufrutuários Severino Alberto Casagrande e Neusa Vanda Studzinski, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.781, Livro nº 2 “F”, tendo a área de 42,51m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Jairo Resmim, matrícula 20940, e a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397243,205 e N 6988616,771, seguindo com azimute 082° 42' 43,7059" e distância de 3,458 metros, confrontando neste trecho com Jairo Resmim, matrícula 20940, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397246,635 e N 6988617,210, seguindo com azimute 348° 42' 08,5980" e distância de 12,335 metros, confrontando neste trecho com área de Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397244,218 e N 6988629,306, seguindo com azimute 262° 19' 36,8672" e distância de 3,457 metros, confrontando neste trecho com divisa entre área de RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, chega-se até o ponto P03 de coordenada

E 397240,792 e N 6988628,845, seguindo com azimute 168° 42' 08,5979" e distância de 12,312 metros, confrontando neste trecho com a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397243,205 e N 6988616,771, pelo valor de R\$ 18.704,40 (dezoito mil, setecentos e quatro reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XVIII – área de terras de 174,81m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 135 e 137, da Quadra "E", situados na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Ruy Perizzolo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 21.780, Livro nº 2 – "BN", tendo a área de 174,81m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397233,797 e N 6988653,420, seguindo com azimute 083° 02' 20,1876" e distância de 6,276 metros, confrontando neste trecho com RCM Com. e Cons. de Balanças e Equip. Ltda., matrícula 29989, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397240,027 e N 6988654,181, seguindo com azimute 340° 59' 47,2253" e distância de 28,287 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397230,816 e N 6988680,926, seguindo com azimute 263° 48' 01,8534" e distância de 6,361 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397224,492 e N 6988680,239, seguindo com azimute 160° 51' 52,3982" e distância de 28,388 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, matrícula 20941, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397233,797 e N 6988653,420, pelo valor de R\$ 76.916,40 (setenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XIX – área de terras de 75,80m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 133, da Quadra "E", situado no lado direito da Rua "D", distante 15m da Rua "E" Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, distante 15 metros da esquina com a Travessa Balbinot, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Genuino Ragnini e esposa, senhora Rosangela Bussolotto Ragnini, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 969, Livro nº 2 "C", tendo a área de 75,80m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Ruy Perizzolo, matrícula 21780, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397224,492 e N 6988680,239, seguindo com azimute 083° 48' 01,8529" e distância de 4,987 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397229,450 e N 6988680,778, seguindo com azimute 340° 20' 16,9893" e distância de 15,651 metros, confrontando neste trecho com área de Genuino Ragnini, matrícula 969, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397224,184 e N 6988695,516, seguindo com azimute 263° 20' 18,5239" e distância de 4,978 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de Laurindo Borges de Souza, matrícula 17453, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397219,240 e N 6988694,939, seguindo com azimute 160° 20' 16,9893" e distância de 15,609 metros, confrontando neste trecho a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397224,492 e N 6988680,239, pelo valor de R\$ 33.352,00 (trinta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XX – área de terras de 39,34m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 262, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade

de Camila da Campo e Isabela Maria da Campo, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.433, Livro nº 2 "AAU", tendo a área de 39,34m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com Gerson Spagnol, matrícula 18295, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397179,151 e N 6988780,866, seguindo com azimute 080° 46' 28,6668" e distância de 2,627 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula 18295, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397181,718 e N 6988781,288, seguindo com azimute 326° 46' 59,6791" e distância de 16,394 metros, confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397172,737 e N 6988795,003, seguindo com azimute 260° 38' 55,5991" e distância de 2,624 metros, confrontando neste trecho com Eliomar Jose Lucatelli, matrícula 17462, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397170,148 e N 6988794,577, seguindo com azimute 146° 46' 59,6791" e distância de 16,388 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397179,125 e N 6988780,867, pelo valor de R\$ 17.309,60 (dezessete mil, trezentos e nove reais e sessenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXI – área de terras de 48,88m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 263, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Eliomar Jose Lucatelli, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.462, Livro nº 2 – "AAU", tendo a área de 48,88m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Camila da Campo, matrícula 17433 e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397170,150 e N 6988794,577, seguindo com azimute 080° 38' 55,6822" e distância de 2,369 metros, confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397172,485 e N 6988794,962, seguindo com azimute 327° 36' 25,8414" e distância de 25,257 metros, confrontando neste trecho com Eliomar José Lucatelli, matrícula 17462, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397158,954 e N 6988816,289, seguindo com azimute 281° 58' 34,3887" e distância de 2,257 metros, confrontando neste trecho com Valdir Antonio Kanigoski, matrícula 2609, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397156,746 e N 6988816,757, seguindo com azimute 148° 51' 36,6389" e distância de 25,915 metros confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397170,147 e N 6988794,577, pelo valor de R\$ 21.507,20 (vinte e um mil, quinhentos e sete reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXII – área de terras de 55,74m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 471, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como terreno urbano sem denominação especial, situado no lado esquerdo de uma rua particular, esquina com a Rodovia Concórdia à Seara, nas proximidades do Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Danilo Lupato e sua esposa, senhora Conceição Gonçalves Lupato, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1.368, Livro nº 2 – "E", tendo a área de 55,74m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P01 localizado na divisa com a área remanescente desta matrícula 1368 e a Rua Carlos Maziero, definido pela coordenada E 397131,540 e N 6988820,501, seguindo com azimute 027° 15' 16,0846" e distância de 2,115 metros, confrontando neste trecho com a Rua Carlos Maziero, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397132,509 e N 6988822,381, seguindo com azimute 324° 48' 56,9202" e distância de 39,829 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397109,559 e N 6988854,934,

segundo com azimute 304° 57' 56,3824" e distância de 4,873 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397105,566 e N 6988857,727, seguindo com azimute 279° 47' 48,8864" e distância de 2,811 metros, confrontando neste trecho com a Rua Fortunato Zoletti, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397102,796 e N 6988858,205, seguindo com azimute 125° 00' 05,4844" e distância de 7,207 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397108,699 e N 6988854,071, seguindo com azimute 144° 48' 56,9202" e distância de 38,892 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397131,109 e N 6988822,284, seguindo com azimute 166° 24' 43,2289" e distância de 1,835 metros, confrontando neste trecho com Danilo Lupato, matrícula 1368, e finaliza no ponto P01 de coordenada E 397131,540 e N 6988820,501, pelo valor de R\$ 24.525,60 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXIII – área de terras de 3.614,26m², do imóvel caracterizado como: chácara nº 2, constituída do lote rural nº 477, do 8º Bloco, neste Município, de propriedade da empresa BRF S.A., registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 111, Livro nº 2, tendo a área de 3.614,26m², as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado em divisa entre área a ser desapropriada da matrícula 111, BRF S.A., matrícula 111, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana definido pela coordenada E 397630,878 e N 6988058,359, seguindo com azimute 307° 39' 33,9706" e distância de 8,769 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P01 de coordenada E 397623,936 e N 6988063,717, seguindo com azimute 302° 45' 29,4647" e distância de 13,619 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397612,483 e N 6988071,086, seguindo com azimute 302° 50' 23,7231" e distância de 5,512 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397607,852 e N 6988074,075, seguindo com azimute 299° 12' 31,0186" e distância de 7,337 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397601,448 e N 6988077,655, seguindo com azimute 296° 08' 31,0554" e distância de 6,801 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397595,343 e N 6988080,652, seguindo com azimute 292° 59' 28,6386" e distância de 1,610 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397593,861 e N 6988081,281, seguindo com azimute 292° 35' 00,9263" e distância de 6,019 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397588,303 e N 6988083,592, seguindo com azimute 291° 25' 50,2986" e distância de 11,629 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397577,478 e N 6988087,841, seguindo com azimute 290° 48' 05,3855" e distância de 12,808 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397565,505 e N 6988092,390, seguindo com azimute 290° 51' 53,4694" e distância de 10,503 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397555,691 e N 6988096,130, seguindo com azimute 290° 59' 35,7633" e distância de 16,449 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397540,334 e N 6988102,023, seguindo com azimute 291° 40' 49,3218" e distância de 6,062 metros, confrontando neste trecho

com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397534,701 e N 6988104,263, seguindo com azimute 292° 17' 58,3209" e distância de 15,745 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397520,134 e N 6988110,237, seguindo com azimute 294° 21' 56,7176" e distância de 7,740 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397513,083 e N 6988113,430, seguindo com azimute 296° 53' 26,4838" e distância de 11,990 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397502,389 e N 6988118,853, seguindo com azimute 298° 56' 40,4524" e distância de 18,321 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397486,356 e N 6988127,720, seguindo com azimute 300° 16' 15,3862" e distância de 8,199 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397479,275 e N 6988131,853, seguindo com azimute 301° 10' 48,7742" e distância de 6,448 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P18 de coordenada E 397473,759 e N 6988135,192, seguindo com azimute 303° 05' 59,2672" e distância de 9,390 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P19 de coordenada E 397465,892 e N 6988140,320, seguindo com azimute 303° 53' 20,1568" e distância de 22,191 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P20 de coordenada E 397447,471 e N 6988152,693, seguindo com azimute 305° 32' 09,4202" e distância de 17,702 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P21 de coordenada E 397433,066 e N 6988162,982, seguindo com azimute 305° 07' 12,1681" e distância de 28,207 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P22 de coordenada E 397409,994 e N 6988179,209, seguindo com azimute 305° 46' 33,8155" e distância de 27,033 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P23 de coordenada E 397388,062 e N 6988195,013, seguindo com azimute 307° 31' 06,5413" e distância de 18,315 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P24 de coordenada E 397373,535 e N 6988206,167, seguindo com azimute 307° 18' 54,1439" e distância de 11,268 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P25 de coordenada E 397364,574 e N 6988212,998, seguindo com azimute 311° 01' 29,8592" e distância de 10,215 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P26 de coordenada E 397356,867 e N 6988219,703, seguindo com azimute 312° 29' 19,4177" e distância de 8,169 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P27 de coordenada E 397350,843 e N 6988225,221, seguindo com azimute 314° 44' 00,6927" e distância de 9,503 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P28 de coordenada E 397344,092 e N 6988231,909, seguindo com azimute 318° 29' 18,9187" e distância de 17,802 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P29 de coordenada E 397332,293 e N 6988245,240, seguindo com azimute 320° 19' 23,0333" e distância de 1,026 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P30 de coordenada E 397331,639 e N 6988246,029, seguindo com azimute 320° 19' 23,0046" e distância de 13,633 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P31 de coordenada E 397322,935 e N 6988256,522, seguindo com azimute 321° 53' 18,0950" e distância de 10,492 metros, confrontando neste trecho

com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P32 de coordenada E 397316,459 e N 6988264,777, seguindo com azimute 322° 16' 22,6944" e distância de 3,490 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P33 de coordenada E 397314,323 e N 6988267,537, seguindo com azimute 322° 16' 22,6945" e distância de 3,147 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P34 de coordenada E 397312,398 e N 6988270,026, seguindo com azimute 322° 16' 22,6944" e distância de 13,224 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P35 de coordenada E 397304,306 e N 6988280,486, seguindo com azimute 324° 36' 42,3351" e distância de 24,044 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P36 de coordenada E 397290,382 e N 6988300,087, seguindo com azimute 328° 31' 06,6785" e distância de 9,193 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P37 de coordenada E 397285,581 e N 6988307,927, seguindo com azimute 330° 54' 57,2654" e distância de 5,892 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P38 de coordenada E 397282,717 e N 6988313,076, seguindo com azimute 328° 32' 39,4091" e distância de 1,147 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P39 de coordenada E 397282,119 e N 6988314,054, seguindo com azimute 331° 55' 13,5932" e distância de 1,812 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P40 de coordenada E 397281,266 e N 6988315,653, seguindo com azimute 259° 59' 12,6436" e distância de 0,018 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P234 de coordenada E 397281,248 e N 6988315,650, seguindo com azimute 151° 53' 20,2143" e distância de 31,378 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P233 de coordenada E 397296,033 e N 6988287,974, seguindo com azimute 223° 01' 09,5559" e distância de 4,990 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P232 de coordenada E 397292,628 e N 6988284,325, seguindo com azimute 143° 35' 18,7779" e distância de 24,956 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P231 de coordenada E 397307,442 e N 6988264,241, seguindo com azimute 142° 51' 18,1250" e distância de 11,438 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P230 de coordenada E 397314,349 e N 6988255,123, seguindo com azimute 142° 31' 20,7574" e distância de 13,028 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P229 de coordenada E 397322,276 e N 6988244,784, seguindo com azimute 142° 33' 32,1602" e distância de 4,873 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P228 de coordenada E 397325,238 e N 6988240,915, seguindo com azimute 136° 58' 49,0954" e distância de 7,920 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P227 de coordenada E 397330,641 e N 6988235,125, seguindo com azimute 136° 19' 24,7342" e distância de 12,664 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P226 de coordenada E 397339,387 e N 6988225,965, seguindo com azimute 135° 14' 46,3161" e distância de 5,595 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, chega-se até o ponto P225 de coordenada E 397343,326 e N 6988221,992, seguindo com azimute 135° 59' 01,1879" e distância de 6,014 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula desconhecida, e BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P224 de coordenada E 397347,505 e N 6988217,667, seguindo com azimute 134° 41' 38,1324" e distância de 3,981 metros, confrontando neste trecho

com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P223 de coordenada E 397350,335 e N 6988214,867, seguindo com azimute 132° 27' 09,7854" e distância de 10,069 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P222 de coordenada E 397357,765 e N 6988208,071, seguindo com azimute 131° 03' 25,4272" e distância de 14,694 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P221 de coordenada E 397368,845 e N 6988198,419, seguindo com azimute 129° 10' 45,4316" e distância de 8,553 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P220 de coordenada E 397375,475 e N 6988193,016, seguindo com azimute 126° 03' 53,3251" e distância de 18,036 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P219 de coordenada E 397390,055 e N 6988182,398, seguindo com azimute 048° 19' 53,0434" e distância de 0,626 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P218 de coordenada E 397390,522 e N 6988182,814, seguindo com azimute 117° 06' 40,8927" e distância de 0,584 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P217 de coordenada E 397391,043 e N 6988182,548, seguindo com azimute 126° 12' 37,7284" e distância de 20,029 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P216 de coordenada E 397407,203 e N 6988170,716, seguindo com azimute 124° 21' 07,2422" e distância de 43,213 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P215 de coordenada E 397442,879 e N 6988146,332, seguindo com azimute 127° 24' 43,8263" e distância de 22,441 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P214 de coordenada E 397460,704 e N 6988132,698, seguindo com azimute 134° 06' 25,4224" e distância de 5,533 metros, confrontando neste trecho com BRF SA, matrícula 111, chega-se até o ponto P213 de coordenada E 397464,677 e N 6988128,847, seguindo com azimute 113° 31' 50,7512" e distância de 1,673 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P212 de coordenada E 397466,211 e N 6988128,179, seguindo com azimute 125° 57' 53,8358" e distância de 10,029 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P211 de coordenada E 397474,328 e N 6988122,289, seguindo com azimute 121° 49' 08,0165" e distância de 21,280 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P210 de coordenada E 397492,411 e N 6988111,069, seguindo com azimute 117° 43' 23,5173" e distância de 13,386 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P209 de coordenada E 397504,259 e N 6988104,842, seguindo com azimute 114° 47' 41,3782" e distância de 10,702 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P208 de coordenada E 397513,974 e N 6988100,354, seguindo com azimute 110° 00' 13,8465" e distância de 49,571 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P207 de coordenada E 397560,555 e N 6988083,397, seguindo com azimute 107° 48' 06,6321" e distância de 11,382 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P206 de coordenada E 397571,392 e N 6988079,917, seguindo com azimute 108° 06' 54,6074" e distância de 23,640 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P205 de coordenada E 397593,860 e N 6988072,566, seguindo com azimute 111° 55' 01,1499" e distância de 16,107 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P204 de coordenada E 397608,803 e N 6988066,554, seguindo com azimute 116° 32' 15,2940" e distância de 10,141 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P203 de coordenada E 397617,876 e N 6988062,023, seguindo com azimute 118° 36' 25,5933" e distância de 8,130 metros, confrontando neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, chega-se até o ponto P202 de coordenada E 397625,014 e N 6988058,131, seguindo com azimute 087° 46' 11,4482" e distância de 5,869 metros, confrontando

neste trecho com BRF S.A., matrícula 111, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397630,878 e N 6988058,359, pelo valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXIV – áreas de terras de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A.:

a) de 28,03m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 131, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.453, Livro nº 2 – “AAU”, tendo a área de 28,03m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com a área de Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397219,240 e N 6988694,939, seguindo com azimute 083° 20' 18,5238" e distância de 2,093 metros, confrontando neste trecho com Genuino Ragnini e esposa, matrícula 969, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397221,319 e N 6988695,182, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 14,029 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397215,654 e N 6988708,016, seguindo com azimute 262° 35' 18,4223" e distância de 2,085 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397213,587 e N 6988707,747, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 14,000 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397219,240 e N 6988694,939, pelo valor de R\$ 12.333,20 (doze mil, trezentos e trinta e três reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

b) de 28,03m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 130, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.452, Livro nº 2 – “AAU”, tendo a área de 28,03m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área de IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397213,587 e N 6988707,747, seguindo com azimute 082° 35' 18,4223" e distância de 2,085 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17453, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397215,654 e N 6988708,016, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 14,026 metros, confrontando neste trecho com área de IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397209,991 e N 6988720,847, seguindo com azimute 262° 57' 33,5679" e distância de 2,078 metros, confrontando neste trecho com a divisa entre área de IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397207,934 e N 6988720,557, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 14,002 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397213,587 e N 6988707,747, pelo valor de R\$ 12.333,20 (doze mil, trezentos e trinta e três reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXV – áreas de terras de propriedade de IB&F – Administração de Imóveis S.A., Vera Maria Biesuz Vequi e Danielle Biesuz Vequi:

a) de 44,91m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 128, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.423, Livro nº 2 – “AAU”, tendo a área de 44,91m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a

descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397241,807 e N 6988735,170, seguindo com azimute 081° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397243,857 e N 6988735,478, seguindo com azimute 336° 11' 11,4014" e distância de 22,457 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17423, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397234,790 e N 6988756,023, seguindo com azimute 261° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com Idian Souza Dequech, matrícula 18294, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397232,740 e N 6988755,715, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 22,457 metros, confrontando neste trecho a rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397241,807 e N 6988735,170, pelo valor de R\$ 19.760,40 (dezenove mil, setecentos e sessenta reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

b) de 25,02m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote urbano nº 129, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.424, Livro nº 2 – “AAU”, tendo a área de 25,02m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17.452, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397207,934 e N 6988720,557, seguindo com azimute 081° 57' 33,5679" e distância de 2,078 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A., matrícula 17452, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397209,991 e N 6988720,847, seguindo com azimute 336° 11' 11,4013" e distância de 12,519 metros, confrontando neste trecho com IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17424, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397204,937 e N 6988732,300, seguindo com azimute 261° 27' 11,6544" e distância de 2,073 metros, confrontando neste trecho com a divisa da área de IB&F – Administração de Imóveis S.A. e outros, matrícula 17423, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397202,887 e N 6988731,992, seguindo com azimute 156° 11' 11,4013" e distância de 12,500 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397207,934 e N 6988720,557, pelo valor de R\$ 11.008,80 (onze mil, oito reais e oitenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXVI – área de terras de 102,53m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs. 139 e 141, da Quadra “E”, situados na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, Bairro Santa Cruz, neste Município, de propriedade de RCM Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 29.989, Livro nº 2, tendo a área de 102,53m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana e Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, definido pela coordenada E 397240,793 e N 6988628,844, seguindo com azimute 082° 19' 36,1948" e distância de 2,810 metros, confrontando neste trecho com Severino Alberto Casagrande Junior, matrícula 1781, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397243,577 e N 6988629,220, seguindo com azimute 345° 30' 11,5925" e distância de 8,123 metros, confrontando neste trecho com RCM Comércio e Consertos de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, matrícula 29898, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397241,544 e N 6988637,084, seguindo com azimute 354° 39' 43,4673" e distância de 17,162 metros, confrontando neste trecho com RCM Comércio e Consertos

de Balanças e Equipamentos Ltda. – EPP, matrícula 29898, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397239,948 e N 6988654,171, seguindo com azimute 263° 02' 20,1875" e distância de 6,196 metros, confrontando neste trecho com Ruy Perizzolo, matrícula 21780, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397233,797 e N 6988653,420, seguindo com azimute 164° 06' 41,9081" e distância de 25,552 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397240,793 e N 6988628,844, pelo valor de R\$ 45.113,20 (quarenta e cinco mil, cento e treze reais e vinte centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXVII – área de terras de 241,87m2, do imóvel caracterizado como: lotes urbanos nºs 279, 278, 280 e 281, da Quadra "I", Bairro Santa Cruz, de propriedade de Fábrica De Carrocerias Santos Ltda. – ME, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 549, Livro nº 2 "B", tendo a área de 241,87m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa com área de Gentil Broetto, matrícula 2821, e a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, definido pela coordenada E 397265,957 e N 6988453,400, seguindo com azimute 077° 39' 06,1352" e distância de 1,882 metros, confrontando neste trecho com Gentil Broetto, matrícula 2821, chega-se até o ponto P11 de coordenada E 397267,796 e N 6988453,802, seguindo com azimute 352° 47' 34,9600" e distância de 8,351 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397266,748 e N 6988462,088, seguindo com azimute 354° 38' 10,4544" e distância de 9,429 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P13 de coordenada E 397265,867 e N 6988471,475, seguindo com azimute 356° 23' 10,1692" e distância de 14,432 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P14 de coordenada E 397264,957 e N 6988485,878, seguindo com azimute 355° 09' 36,5999" e distância de 13,520 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P15 de coordenada E 397263,817 e N 6988499,350, seguindo com azimute 353° 18' 21,0080" e distância de 9,711 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P16 de coordenada E 397262,684 e N 6988508,996, seguindo com azimute 353° 13' 06,3558" e distância de 5,462 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P17 de coordenada E 397262,039 e N 6988514,420, seguindo com azimute 028° 19' 05,2378" e distância de 0,730 metros, confrontando neste trecho com área da Fábrica de Carrocerias Santos Ltda., matrícula 549, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397262,386 e N 6988515,062, seguindo com azimute 259° 02' 49,4132" e distância de 4,512 metros, confrontando neste trecho com a Rua Valentino Simonatto, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397257,956 e N 6988514,205, seguindo com azimute 230° 03' 29,2408" e distância de 1,446 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397256,848 e N 6988513,277, seguindo com azimute 198° 02' 04,9982" e distância de 1,377 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397256,422 e N 6988511,968, seguindo com azimute 170° 45' 10,9529" e distância de 59,339 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P12 de coordenada E 397265,957 e N 6988453,400, pelo valor de R\$ 106.422,80 (cento e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;;

XXVIII – área de terras de 93,84m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 160, da Quadra "E", situado no lado par da Rua D,

esquina com a Rua E, no Loteamento Santa Cruz, neste Município, de propriedade de Osvaldo Alves Vieira, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4073, Livro nº 2 "O", tendo a área de 93,84m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área remanescente da matrícula 4073 e a Rua Valentino Simonatto, definido pela coordenada E 397261,353 e N 6988533,532, seguindo com azimute 326° 07' 40,7852" e distância de 4,745 metros, confrontando neste trecho com a área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397258,709 e N 6988537,472, seguindo com azimute 342° 04' 40,1744" e distância de 0,908 metros, confrontando neste trecho com a área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P09 de coordenada E 397258,429 e N 6988538,336, seguindo com azimute 350° 54' 09,4986" e distância de 29,945 metros, confrontando neste trecho com área de Osvaldo Vieira, matrícula 4073, chega-se até o ponto P10 de coordenada E 397253,695 e N 6988567,904, seguindo com azimute 260° 54' 09,4986" e distância de 2,700 metros, confrontando neste trecho com Angela Albiero Longo, matrícula 3753, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397251,029 e N 6988567,477, seguindo com azimute 170° 54' 09,4986" e distância de 30,153 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P04 de coordenada E 397255,796 e N 6988537,703, seguindo com azimute 162° 04' 40,1745" e distância de 1,534 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397256,268 e N 6988536,244, seguindo com azimute 144° 29' 24,8054" e distância de 1,523 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397257,153 e N 6988535,003, seguindo com azimute 126° 53' 18,8350" e distância de 1,537 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397258,382 e N 6988534,081, seguindo com azimute 100° 27' 51,2911" e distância de 3,021 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, e finaliza no ponto OPP de coordenada E 397261,353 e N 6988533,532, pelo valor de R\$ 41.289,60 (quarenta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXIX – a área de terras de 34,52m2, caracterizada como: lote urbano nº 260, da quadra "J", situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, no Loteamento Santa Cruz, de propriedade de Idian Souza Dequech, registrada no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 18.294, Livro nº 2 – "AAZ", pelo valor de R\$ 15.188,80 (quinze mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e o registro do imóvel;

XXX – área de terras de 19,11m2 e 15,70m2, do imóvel caracterizado como: parte da chácara nº 06, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, individuado como lote urbano nº 01, sito na Rua Romano Anselmo Fontana, neste Município, de propriedade de Gerson Spagnol e sua esposa, senhora Roselaine Soares da Silveira Spagnol, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 20.402, Livro nº 2 – "BH", tendo a área de 19,11m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto OPP localizado na divisa da área remanescente da matrícula 18295 e a Rua Clovis Cesar de Oliveira, definido pela coordenada E 397187,547 e N 6988774,226, seguindo com azimute 321° 15' 28,6191" e distância de 9,084 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula, 18295, chega-se até o ponto P08 de coordenada E 397181,862 e N 6988781,311, seguindo com azimute 260° 46' 28,6671" e distância de 2,779 metros confrontando neste trecho com Camila da Campo, matrícula 17433, chega-se até o ponto P05 de coordenada E 397179,119 e N 6988780,866, seguindo com azimute 140° 30'

01,2407" e distância de 7,059 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P06 de coordenada E 397183,609 e N 6988775,419, seguindo com azimute 107° 33' 08,9821" e distância de 3,770 metros, confrontando neste trecho com a Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P07 de coordenada E 397187,203 e N 6988774,282, seguindo com azimute 099° 12' 58,5301" e distância de 0,348 metros, confrontando neste trecho com Rua Clovis Cesar de Oliveira, e finaliza no ponto 0PP de coordenada E 397187,547 e N 6988774,226; e a área de 15,70m2, as seguintes medidas e confrontações: inicia a descrição do perímetro do imóvel no ponto P01, localizado na divisa com a Rua Clovis Cesar de Oliveira, definido pela coordenada E 397200,787 e N 6988772,078, seguindo com azimute 099° 12' 58,5393" e distância de 4,621 metros, confrontando neste trecho com Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, chega-se até o ponto P02 de coordenada E 397205,348 e N 6988771,338, seguindo com azimute 351° 06' 28,0917" e distância de 7,155 metros, confrontando neste trecho com Travessa Balbinot, chega-se até o ponto P03 de coordenada E 397204,242 e N 6988778,407, seguindo com azimute 208° 37' 49,7978" e distância de 7,211 metros, confrontando neste trecho com área de Gerson Spagnol, matrícula, 18295 e finaliza no ponto P01 de coordenada E 397200,787 e N 6988772,078, pelo valor de R\$ 15.316, 40 (quinze mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta centavos), que será pago após concluída a escrituração e os registros dos imóveis.

Art. 2º Os proprietários outorgarão as respectivas escrituras públicas das áreas de terras constantes nesta Lei, após a competente autorização legislativa.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4929 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.929, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui a Campanha Permanente de Conscientização e de Combate às Hepatites B e C, no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Campanha Permanente de Conscientização e de Combate às Hepatites B e C, no Município de Concórdia.

§ 1º A Campanha será voltada aos seguintes profissionais:

I – manicures;

II – cabeleireiros;

III – barbeiros;

IV – esteticistas;

V – podólogos;

VI – higienistas.

§ 2º A Campanha tem por finalidade evitar que clientes e profissionais corram o risco de contágio recíproco, quando da realização de procedimentos.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente do Município de Concórdia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.

LEI ORDINARIA Nº 4930 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.930, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública Municipal o Esporte Clube Bangu.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal o Esporte Clube Bangu de Concórdia, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Concórdia - SC, sob o nº 007685, no livro A-36, protocolado sob o nº 001223, de 29 de agosto de 2013, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 75.319.749/0001-03.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4931
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.931, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Aleitamento Materno de Concórdia e Região – AMAR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Aleitamento Materno de Concórdia e Região – AMAR, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas, das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos, sob o nº 8935, no livro A-041, protocolado sob o nº 2831, em 29 de outubro de 2015, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 23.711.437/0001-39.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4932
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.932, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina Estratégia Saúde da Família – ESF do Loteamento Novo Horizonte.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica denominada de Estratégia Saúde da Família – ESF Alziro Mezalira Corassa, a Unidade de Saúde localizada no Loteamento Novo Horizonte, Bairro da Gruta, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4933
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.933, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina Praça de Convivência do Bairro Flamengo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Praça de Convivência localizada no Bairro Flamengo, neste Município, fica denominada de Praça de Convivência Ricardo Zagonel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4934
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.934, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Concórdia, para o exercício de 2017.
O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2017, estima a receita em R\$ 181.407.196,00, fixa a despesa em R\$ 142.802.996,00 e as transferências financeiras em R\$ 38.604.200,00.

Art. 2º O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2017, estima transferências do tesouro municipal e fixa despesas em R\$ 3.737.000,00.

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada e Indireta, estima a receita em R\$ 55.652.804,00, acrescido das transferências financeiras no valor de R\$ 34.867.200,00 e fixa a despesa em R\$ 90.520.004,00.

Parágrafo único. O valor total consolidado do Orçamento do Município para receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 237.060.000,00.

Art. 4º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada é composto pelos seguintes Fundos:

I – Fundo Municipal de Saúde – FMS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 37.019.122,00, mais R\$ 26.401.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 63.420.122,00;

II – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 938.242,00, mais R\$ 1.898.600,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 2.836.842,00;

III – Fundo para a Infância e Adolescência – FIA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 92.840,00, mais R\$ 100.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 192.840,00.

Art. 5º O Orçamento da Administração Indireta é composto pelas seguintes Fundações e Instituto:

I – Fundação Municipal de Cultura – FMC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 130.000,00, mais R\$ 1.625.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 1.755.000,00;

II – Fundação Municipal de Esportes – FMEC, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 120.400,00, mais R\$ 3.914.600,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 4.035.000,00;

III – Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, com uma receita de recursos próprios estimada em R\$ 352.200,00, mais R\$ 928.000,00 de transferências do tesouro municipal e despesa fixada em R\$ 1.280.200,00;

IV – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, com uma receita estimada e despesa fixada em R\$ 17.000.000,00.

Art. 6º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 4.865, de 20 de maio de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária 2017 – LDO.

Art. 7º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 8º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 10. O limite autorizado no art. 9º desta Lei não será onerado quando o crédito se destinar a atender:

I – insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II – ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III – insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante

decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de 1/3 (um terço) do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte ou destinação de recursos para outra, dentro de uma mesma modalidade de aplicação.

Art. 13. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 14. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita ou o seu excesso poderão, independentemente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, e firmar Termos de Co-operação e de Fomento, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014, com entidades de que trata o art. 15 da Lei nº 4.865/2016 – LDO 2017.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 20. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º, da Lei nº 4.865/2016 – LDO 2017.

Art. 21. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 22. Ficam atualizados os anexos das Leis relativas ao Plano Plurianual – PPA 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, com base nos valores constantes nesta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2016.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa
Obs. Os anexos encontram-se à disposição, na Secretaria Municipal de Administração – protocolo nº 19095/2016

(Diretoria Administrativa), em 19 de dezembro de 2016.
MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4935
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.935, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina via pública do Bairro Santo Antônio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A via pública localizada no Bairro Santo Antônio que parte da Rodovia SC 283 e dá acesso à comunidade de Barra Fria, passa a denominar-se de Rua Lodovino Coldebella.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 218/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 218/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

I – com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2016:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	91758-06	Rose Antonietti Gomes de Almeida	Professor, código 10.12
2	91758-03	Rose Antonietti Gomes de Almeida	Professor, código 10.12

II – com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2016:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	102008-00	Andiara Sgarabotto	Professor, código 10.12
2	91219-02	Cirlei Giombelli	Especialista em Educação, código 11.12
3	90271-01	Edi Maria Ravanelli	Professor, código 10.12
4	92975-01	Ivete Albina Coldebella Ferreira	Professor, código 10.10
5	97748-03	Ivanete Prior Vivan	Professor, código 10.12
6	41173-12	Jandira Paviani Lorenssetti	Professor, código 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
7	41173-07	Jandira Paviani Lorensetti	Professor, código 10.12
8	88404-00	Jorge Takeo Tokusumi	Professor, código 10.12
9	32581-08	Maria de Lurdes Kirsch Pavan	Professor, código 10.12
10	92347-00	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor, código 10.12
11	92231-00	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor, código 10.10
12	92231-02	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor, código 10.12
13	94676-01	Patricia Enck Poloni	Professor, código 10.12
14	50644-00	Rosilene Salvador Polina	Professor, código 10.12
15	91863-12	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor, código 10.12
16	40509-07	Vanderleia Gheno Bordignon	Professor, código 10.12
17	31976-04	Veranilce Boscatto	Professor, código 10.12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 219/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 219/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso I do art. 2º da Portaria nº 86/2016, de 5 de maio de 2016, que instaura Sindicância a fim de apurar os fatos relatados no processo protocolizado sob nº 3722/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

I – presidente: HILDA CAMINI, ocupante do cargo de Contador, Grupo Ocupacional Especialista – GE,” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 220/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 220/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – MOACIR ROBERTO DAL BOSCO, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Cadastro Imobiliário Urbano, no período de 12 a 16 de dezembro de 2016;

II – TABARA PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, a partir de 16 de dezembro de 2016;

III – TANIA MARIA TURCATEL, ocupante do cargo de Encarregada da Seção do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, no período de 13 a 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 221/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 221/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	106070-01	Ana Paula Deitos	Professor, código 10.12
2	106070-00	Ana Paula Deitos	Professor, código 10.12
3	59048-04	Arlete Cristina Menegat	Professor, código 10.12
4	39195-06	Catiane Albiero	Professor, código 10.12
5	39195-08	Catiane Albiero	Professor, código 10.12
6	89249-00	Cleide Regina Baron	Professor, código 10.12
7	17353-04	Cleoni Conceição Borges	Professor, código 10.12
8	46531-01	Diomar Jose Perin	Professor, código 10.12
9	46531-00	Diomar Jose Perin	Professor, código 10.12
10	90271-00	Edi Maria Ravanelli	Professor, código 10.12
11	92118-00	Edila Maria dos Santos	Professor, código 10.12
12	49891-00	Fabio Jose Peliser	Professor, código 10.12
13	49891-03	Fabio Jose Peliser	Professor, código 10.12
14	56979-04	Franciele Elisabeth Gernhardt	Professor, código 10.12
15	45110-04	Ines Tecchio	Professor, código 10.12
16	92975-00	Ivete Albina Coldebella Ferreira	Professor, código 10.13
17	99333-00	Ivete Baldasso	Especialista em Educação, código 11.12
18	92045-00	Ivete Saatkamp Maestri	Professor, código 10.10
19	43800-07	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor, código 10.12
20	43800-00	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor, código 10.10
21	86142-06	Leila Rizolli	Professor, código 10.12
22	96105-04	Luciana da Silva Hilger	Professor, código 10.12
23	96105-02	Luciana da Silva Hilger	Professor, código 10.12
24	56022-02	Marcia Stiehl Marchioro	Professor, código 10.12
25	98272-04	Maria Aparecida Ribeiro de Sousa Hassemer	Professor, código 10.12
26	98272-07	Maria Aparecida Ribeiro de Sousa Hassemer	Professor, código 10.12
27	76813-00	Marilaine Martins	Professor, código 10.10
28	33332-00	Marisa Adelaide Lazzarin	Especialista em Educação, código 11.12
29	26603-10	Marisete Kirsch	Professor, código 10.12
30	26603-00	Marisete Kirsch	Professor, código 10.10
31	59528-03	Maristela Isganzela Schwingel	Professor, código 10.12
32	59528-00	Maristela Isganzela Schwingel	Professor, código 10.10
33	91294-04	Marivanda Cadore Pissolo	Professor, código 10.12
34	91294-02	Marivanda Cadore Pissolo	Professor, código 10.12
35	96369-01	Marize Aparecida Machado da Silveira da Rosa	Professor, código 10.12
36	92053-00	Marli Aparecida Pedroso	Professor, código 10.10
37	92053-04	Marli Aparecida Pedroso	Professor, código 10.12
38	41211-00	Merli Thome	Professor, código 10.10
39	98957-00	Monica Regina Knoblauch	Professor, código 10.12
40	89826-01	Naira Marcante Dalla Costa	Professor, código 10.12
41	89826-00	Naira Marcante Dalla Costa	Professor, código 10.12
42	96563-04	Sandra Helena Poletto	Professor, código 10.12
43	91863-02	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor, código 10.12
44	96970-00	Sirlei Ferreira Longo Bortoli	Professor, código 10.12
45	93548-00	Tania Maria Marchetti Dalla Costa	Professor, código 10.13

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 222/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 222/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CRISTINA VALCARENGHI, ocupante do cargo de Engenheiro – Civil, como fiscal das obras abaixo relacionadas:

I – execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Getúlio Vargas, no Centro e Vidal Ramos, em Três de Outubro, objeto do Contrato nº 311/2016 – PMC;

II – execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial de parte da Rua Oreste Antonio Bigaton, no Bairro Liberdade, objeto do Contrato nº 314/2016 – PMC;

III – execução de obra de recapeamento asfáltico de parte da Rua Santa Catarina, no Bairro Nazaré, objeto do Contrato nº 320/2016 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 223/2016**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 223/2016, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, pós-graduação, na área específica de atuação:

I – EDINA DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104329-09;

II – GABRIELE TAFAREL, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1096133-01;

III – HELOISE BONIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 386715-01;

IV – REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 1050214-02;

V – VANUSA MASCHIO DAL BELLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104183-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 224/2016**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 224/2016, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 208/2016, de 22 de novembro de 2016, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras JULIANA LOTTI CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF e MARITANIA DA SILVA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 45039-02 e 45039-04, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

II – secretário: EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo; (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 225/2016**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 225/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, na CI nº 145, protocolizada em 13 de dezembro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora BEATRIZ PIGATO, ocupante do cargo de Escrevente, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 226/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 226/2016, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 177 e seguintes, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 15280/2016, em 19 de agosto de 2016, do qual se extrai que a servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI envolveu-se em acidente de trânsito, no dia 11 de agosto de 2016, com o veículo FIAT/UNO, placa MLN 8082, da Municipalidade e, em tese, estaria conduzindo sem portar sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH;
- o Boletim de Ocorrência registrado na Delegacia Geral da Polícia Civil sob nº 00008-2016-04963, em 18 de agosto de 2016;
- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 151, III, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade de advertência, prevista no art. 165 da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI, ocupante do cargo de Pedagogo, Grupo Ocupacional Especialista – GE.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: MICHELE GALEAZZI, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: LEÃO MARCOS AMPESSAN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III – vogais:

- a) ANGELA MARLOVA SPERANDIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
- b) LAURINDO FRANCISCO KUFNER, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2016**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Remoção nº 1/2016, de 3 de novembro de 2016 e alteração.

R E S O L V E :

Art. 1º Homologar o resultado final do Edital de Remoção nº 1/2016, de 3 de novembro de 2016 e alteração, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANEXO ÚNICO

Protocolo	Matrícula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida					
					1ª OPCÃO		2ª OPCÃO		Def	Indef
1	21359/2016	Maria Ap. Ribeiro de Sousa Hassmer	REDE	Anos Iniciais	EBM Angelo A. Biezus	Mat	EBM Eugênio Pozzo	Mat	x	x
2	22625/2016	Eliane Cristina Detofano Jacovas	REDE	Anos Iniciais	EBM Angelo A. Biezus	Mat.				
3	21678/2016	Maristela Maciel	REDE	Anos Iniciais	EBM Angelo A. Biezus	Mat.	EBM Natureza	Vesp	x	x
4	20626/2016	Vania Pozzebon	EBM Santa Cruz	Anos Iniciais	EBM Angelo A. Biezus	Mat.	EBM Giuseppe Sette	Mat	*	*
5	20139/2016	Luciana Costa Garcia	REDE	Anos Iniciais	EBM Concórdia	Vesp.	GEM Salete	Vesp	*	*
6	20284/2016	Lorri Zerbiedi Breitenbach	REDE	Anos Iniciais	EBM Eugênio Pozzo	Mat				
7	20283/2016	Vanusa Donati	EBM Eugênio Pozzo	Anos Iniciais	EBM Eugênio Pozzo	Mat				
8	20428/2016	Zulamar Maria Costa	REDE	Anos Iniciais	EBM Giuseppe Sette	Mat	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat	*	*
9	21094/2016	Daiane Frigo	REDE	Anos Iniciais	EBM Imigrantes	Vesp.	EBM Parque de Exposições	Vesp		x
10	20627/2016	Vania Pozzebon	EBM Waldemar Pfeiffer	Anos Iniciais	EBM Imigrantes	Vesp.	EBM Parque de Exposições	Vesp		x
11	22049/2016	Lirines Sensollo Dalmolin	REDE	Anos Iniciais	EBM Imigrantes	Vesp.	EBM Nações	Vesp		x
12	21371/2016	Jandira Paviani Lorensetti	EBM Giuseppe Sette	Anos Iniciais	EBM Imigrantes	Vesp.	GEM Salete	Vesp		x
13	21271/2016	Adriana dos Santos Gabriel	EBM Santa Cruz	Anos Iniciais	EBM Melvin Jones	Mat				
14	21083/2016	Teresinha Rubert Zolet	EBM Imigrantes	Anos Iniciais	EBM Melvin Jones	Mat				
15	21079/2016	Miria Fatima Rafaloski	EBM Eugênio Pozzo	Anos Iniciais	EBM Melvin Jones	Mat.	GEM Salete	Vesp.	x	
16	22051/2016	Elisabete Regina Santori Gasparin	EBM Waldemar Pfeiffer	Anos Iniciais	EBM Imigrantes	Vesp.	EBM Nações	Vesp	x	
17	21295/2016	Patricia Luana Zaions	REDE	Anos Iniciais	EBM Nações	Vesp.	EBM Eugênio Pozzo	Mat		x
18	22510/2016	Margarida Moresco da Silva	REDE	Anos Iniciais	EBM Nações	vesp.				
19	20468/2016	Joice Carla Finger	EBM Imigrantes	Anos Iniciais	EBM Nações	Vesp.				
20	20448/2016	Patricia Vargas da Costa	REDE	Anos Iniciais	EBM Natureza	Vesp.	EBM Melvin Jones	Mat		x

fls. 3

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo	Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida						
					1ª OPCÃO		2ª OPCÃO		Def	Indef	Crit.
21	21288/2016	Ivanir Terezinha Dalmolin Dahmer	REDE	Anos Iniciais	EBM Natureza	Vesp.	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat	x	*	1.2.1
22	21752/2016	Marisa Pasinato Pichetti	REDE	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.	EBM Imigrantes	Vesp	x	x	1.2.1
23	22050/2016	Gilse Teresinha Mezaeasa Borile	EBM Imigrantes	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x		1.2.1
24	21169/2016	Cátia Teresinha Favero Biazzi	REDE	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x		1.2.1
25	20760/2016	Ivete Valcarenghi Ferreira	EBM Irnaão Miguel	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x		1.2.1
26	21084/2016	Mariátania Poletto	EBM Giuseppe Sette	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x	x	1.2.1
27	21294/2016	Geisa Noemi Tedesco	REDE	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x	x	1.2.1
28	20874/2016	Vania Carbonera	EBM Natureza	Anos Iniciais	EBM Parque de Exposições	Vesp.			x	x	1.2.1
29	20381/2016	Mirian Dornelles	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp.	EBM Melvin Jones	Mat	x	*	1.2.1
30	20624/2016	Ledir Ines Adams	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp.	EBM Nações	Vesp	x	*	1.2.1
31	21561/2016	Sonia Pizzatto Rodio	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat.			x		1.2.1
32	21186/2016	Cátia Regina Kovacic	EBM Concórdia	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat.			x		1.2.1
33	21166/2016	Cátia Pedrote	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat.	EBM Melvin Jones	Mat		x	1.2.1
34	21273/2016	Daiane Gomes Borges	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp.	EBM Concórdia	Vesp	x	*	1.2.1
35	21272/2016	Margüth Hassmer Portratz	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp.	EBM Concórdia	Vesp	x	*	1.2.1
36	21556/2016	Jessica Pires	REDE	Anos Iniciais	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp.	EBM Imigrantes	Vesp	x	x	1.2.1
37	22353/2016	Vanusa Ap. Hirt Zottiz	REDE	Anos Iniciais	GEM Salete	Vesp.	EBM João Theobaldo¹	Vesp		x	1.2.1
38	21358/2016	Maria Ap. Ribeiro de Sousa Hassmer	EBM Natureza	Anos Iniciais	GEM Salete	Vesp.	EBM Parque de Exposições	Vesp		x	1.2.1
39	21343/2016	Vanessa Frizon	EBM Elizabetha Pavan	Anos Iniciais	GEM Salete	Vesp.	EBM Imigrantes	Vesp	x		1.2.1
40	20792/2016	Debora Schneider	REDE	Anos Iniciais	GEM Salete	Vesp.	EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp		x	1.2.1
41	20493/2016	Roselet Datsch	REDE	Arte	EBM Giuseppe Sette	Vesp.			x		1.2.1
42	21202/2016	Daine Comin	REDE	Arte	EBM Imigrantes	M/V	EBM Parque de Exposições	M/V	x	x	1.2.1
43	21301/2016	Elizete Borges Machado da Silva	EBM Waldemar Pfeiffer	Arte	EBM Melvin Jones	M/V			x		1.2.1

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo			Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida						Crit.			
							1ª OPCÃO		Def	Indef	2ª OPCÃO		Def	Indef		
44	21249/2016		986500-00	Simone Falabretti Lecardelli	REDE	Arte	EBM Melvin Jones	M/V		x		EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp	x		1.2.1
45	20607/2016		70386-05	Zilma Rodrigues do Nascimento Poyer	REDE	Arte	EBM Melvin Jones	M/V		x		EBM Parque de Exposições	M/V	x		1.2.1
46	21054/2016		70912-01	Suzana Almeida Tagliari	REDE	Arte	EBM Parque de Exposições	M/V		x		EBM Imigrantes	M/V	x		1.2.1
47	20100/2016		92843-01	Marcia Simone Dal Bosco Bet	EBM Santa Rita	Ciências	EBM João T. Magarinos	Mat.	x							1.2.1
48	20529/2016		104329-09	Edina de Souza da Silva	REDE	Ciências	EBM Romeu de Sisti²	Mat.		x						1.2.1
49	20496/2016		93246-03	Keili Stein Bordin	EBM Cipriano Chardon	Ciências	EBM Parque de Exposições²	Mat.		x						
50	21141/2016		143174-1	Fernanda de Carvalho Bisollo	REDE	Ciências	EBM Parque de Exposições²	Mat.		x		EBM João T. Magarinos	Mat		x	1.2.1
51	22549/2016		91359-01	Adriana Pretto Pavan	EBM Cipriano Chardon	Ed. Física	EBM Imigrantes	M/V		x						1.2.1
52	22607/2016		61808-06	Franciele Fátima Stedille	REDE	Ed. Física	EBM Imigrantes	M/V		x		EBM Giuseppe Sette	M/V	x		1.2.1
53	20331/2016		68640-01	Marcia Casagrande	REDE	Ed. Física	EBM Nações	Vesp.	x							1.2.1
54	21462/2016		70181-12	Elisabete Paludo Sandi	REDE	Ed. Física	EBM Nações	Vesp.		x		EBM Giuseppe Sette	Vesp		x	1.2.1
55	30330/2016		68640-00	Marcia Casagrande	REDE	Ed. Física	EBM Nações/ vesp	Mat.		x						1.2.1
56	22446/2016		27022-09	Marlene Luiza Lanzarin	REDE	Ed. Física	EBM Natureza	Vesp.		x		EBM Nações	Vesp		x	1.2.1
57	20546/2016		33480-04	Fabiano Santa Helena	REDE	Ed. Física	EBM Natureza	Vesp.	x			EBM Nações	Vesp	*	*	1.2.1
58	20316/2016		49891-03	Fabio Jose Peliser	REDE	Ed. Física	EBM Natureza	Vesp		x						1.2.1
59	20538/2016		100064-13	Fabiana Paula Piccinin	REDE	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Mat.		x		GEM Nova Brasília	Vesp		x	1.2.1
60	20366/2016		11410-07	Leandra Dargas Slongo	REDE	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Mat.		x		EBM Nações	Mat		x	1.2.1
61	21527/2016		92703-09	Silvana de Vargas	REDE	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Mat.		x						1.2.1
62	22048/2016		106070-01	Ana Paula Deitos	REDE	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Vesp.	x			EBM Nações	Vesp	*	*	1.2.1
63	22047/2016		106070-00	Ana Paula Deitos	REDE	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Mat.		x		EBM Nações	Mat	x		1.2.1
64	21375/2016		98108-04	Jussara Aparecida da Silva Gava	EBM Elizabetha Pavan	Ed. Física	GEM Nova Brasília	Mat.		x						1.2.1
65	22063/2016		90417-03	Alexandra Durgante	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.		x		EBM Nações	Mat		x	1.2.1
66	22062/2016		90417-01	Alexandra Durgante	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Vesp.		x		EBM Waldemar Pfeiffer	Vesp		x	1.2.1

fls. 5

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

	Protocolo	Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida							
						1ª OPÇÃO		Def	Indef	2ª OPÇÃO		Def	Indef
67	21250/2016	40509-08	Vanderleia Gheno Bordignon	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.	x	EBM Eugênio Pozzo	Mat	x	1.2.1	
68	22635/2016	56979-07	Franciele Elisabeth Gerhardt	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.	x	EBM Nações	Mat	x	1.2.1	
69	21151/2016	94383-01	Adriani Fischer Kronbauer	REDE	Ed. Infantil	CMEI Acalanto	Vesp.	x	CMEI Lua de Cristal	Vesp	x	1.2.1	
70	20532/2016	90050-03	Adriana Alberti Pagliochi	REDE	Ed. Infantil	CMEI Acalanto	Vesp.	x				1.2.1	
71	21020/2016	104221-00	Karen Sandra Magedans Wilske	REDE	Ed. Infantil	CMEI Acalanto	Mat.	x	CMEI Acalanto	Vesp	x	1.2.1	
72	20048/2016	386715-01	Heloise Bonin	REDE	Ed. Infantil	CMEI Acalanto	Mat	x	CMEI Acalanto	Vesp	x	1.2.1	
73	21190/2016	98710-00	Iloine Sanders Herlich	REDE	Ed. Infantil	CMEI Acalanto	Vesp	x	CMEI Italia Chuchetta	Vesp	x	1.2.1	
74	20086/2016	101940-00	Elenice De Carli Fomari	REDE	Ed. Infantil	CMEI Antonio Galeazzi	Vesp.	x	CMEI Criança Feliz	Mat	*	1.2.1	
75	20533/2016	44261-06	Dirce Luzia Nilson Da Rosa	REDE	Ed. Infantil	CMEI Criança Feliz	Mat.	x	CMEI Orozimbo	Mat	*	1.2.1	
76	21290/2016	1096303-00	Carina Luisa Muller Rheinheimer	REDE	Ed. Infantil	CMEI Criança Feliz	Mat	x	CMEI Orozimbo	Mat	x	1.2.1	
77	20530/2016	90050-02	Adriana Alberti Pagliochi	REDE	Ed. Infantil	CMEI Criança Feliz	Mat.	x	CMEI Acalanto	Mat	x	1.2.1	
78	22251/2016	64513-03	Soleandra Vosnhak	REDE	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.	x				1.2.1	
79	21418/2016	411256-01	Ducineia Schneberger Batista	REDE	Ed. Infantil	CMEI Criança Feliz	Mat.	x	CMEI Zilda Neves	Mat	x	1.2.1	
80	22248/2016	104132-00	Jaira Zampieron	REDE	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.	x	CMEI Orozimbo	Mat	x	1.2.1	
81	21233/2016	102300-01	Joselaine Cervelin Cavassini	REDE	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.	x				1.2.1	
82	21332/2016	50490-08	Dilvana Albiero Giacomini	REDE	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.	x	CMEI Zilda Neves	Vesp	*	1.2.1	
83	22608/2016	104558-00	Maritania Ferrazzo Minuscoli	CMEI Italia Chuchetta	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.	x	CMEI Orozimbo	Vesp	*	1.2.1	
84	21374/2016	94587-04	Carla Adriane Fazzione Ramão	REDE	Ed. Infantil	CMEI Italia Chuchetta	Vesp.					1.2.1	
85	22052/2016	961604-01	Elida de Souza Bento	REDE	Ed. Infantil	CMEI José Garghetti	Mat.	x	EBM Eugênio Pozzo	Mat	x	1.2.1	
86	21566/2016	41033-01	Arlene Maria Piagato	CMEI Zilda Neves	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Mat	x	CMEI José Garghetti	Mat	x	1.2.1	
87	21281/2016	58602-00	Maisa Bianchini Remosto	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.	x				1.2.1	
88	22610/2016	80683-04	Roselene Deuner	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.	x	CMEI Lua de Cristal	Vesp	x	1.2.1	
89	20750/2016	104566-00	Elsângela Gabriela Gerhard	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Vesp.	x	EBM Nações	Vesp	x	1.2.1	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo	Matrícula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida					
					1ª OPCÃO		2ª OPCÃO		Def	Indef
90	20644/2016	Sirlei Reginatto Perin	CMEI Amigo da Criança	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Vesp.	CMEI Mundo da Criança	Vesp	x	
91	21277/2016	Edimar Gugel	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Vesp.	CMEI José Garghetti	Mat		x
92	21280/2016	Joice Alice Dias Schneberger de Marco	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.				
93	20828/2016	Patricia Enck Poloni	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.	CMEI Mundo da Criança	Mat		x
94	21066/2016	Zenilda Guarezi Salini	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.	CMEI Itália Chiuchetta	Mat		x
95	20359/2016	Rosineia Fonseca da Silva	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Mat.	CMEI Zilda Neves	Mat		x
96	20677/2016	Vanusa Maschio Dal Bello	REDE	Ed. Infantil	CMEI Lua de Cristal	Vesp.	EBM Waldemar Pfeifer	Vesp		x
97	21303/2016	Catiane Albiero	CMEI José Garghetti	Ed. Infantil	CMEI Mundo da Criança	Mat.	CMEI Sonhos de Criança	Mat	*	
98	21291/2016	Fátima Teresinha de Oliveira Janke	CMEI Zoé	Ed. Infantil	CMEI Mundo da Criança	Mat.				
99	21214/2016	Indianara Zagonel de Souza Beghini	REDE	Ed. Infantil	CMEI Mundo da Criança	Mat	CMEI Orozimbo M	Mat		x
100	21330/2016	Ariane Delai Cecchin	REDE	Ed. Infantil	CMEI Natureza	Vesp.				
101	20714/2016	Ilka Siebauer De Azeredo E Silva	REDE	Ed. Infantil	CMEI Orozimbo Michelon	Mat.	CMEI Mundo da Criança	Mat	*	
102	20716/2016	Ilka Siebauer De Azeredo E Silva	REDE	Ed. Infantil	CMEI Orozimbo Michelon	Vesp.	EBM Natureza	Vesp	*	
103	20481/2016	Vanessa Cristina Tureki De Avila	CMEI Zilda Neves	Ed. Infantil	CMEI Orozimbo Michelon	Vesp.				
104	20184/2016	Nádia Loini Kaster Scheifler	EBM Maria Peroli	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Vesp.	EBM Eugênio Pozzo	Vesp	*	
105	22418/2016	Andreia Fátima Varella Kaffer	REDE	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Vesp.	CMEI Natureza	Vesp	*	
106	20040/2016	Vanderleia Fatima da Silva de Oliveira	REDE	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Vesp.				
107	20830/2016	Marisa Aline Magedans Pedrotti	REDE	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Mat.	CMEI Sonhos de Criança	Vesp	X	
108	20117/2016	Arlene Maria Piagato	CMEI Sonhos de Criança	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Vesp.				
109	20182/2016	Nádia Loini Kaster Scheifler	REDE	Ed. Infantil	CMEI Sonhos de Criança	Mat.	EBM Eugênio Pozzo	Mat	*	
110	21331/2016	Dhvana Albiero Giacomini	REDE	Ed. Infantil	CMEI Zilda Neves	Mat.	CMEI Acalanto	Mat	*	
111	21118/2016	Rosenei Clarice Schlick Kerber	REDE	Ed. Infantil	CMEI Zilda Neves	Mat.	CMEI Acalanto	Mat		X
112	20705/2016	Jânia Paula Bonassi Bet	REDE	Ed. Infantil	CMEI Zilda Neves	Mat.	EBM Concórdia	Mat	*	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo			Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida						Def	Indef	Crit.
							1ª OPCÃO		2ª OPCÃO						
113	20180/2016	100293-02	Rozemeri Aparecida Santos Munaretto	REDE	Ed. Infantil	CMEI Zilda Neves	Mat.			CMEI Natureza	Vesp		x		1.2.1
114	21933/2016	95230-01	Geni De Vargas Zottis	EBM Santa Rita	Ed. Infantil	EBM Santa Cruz	Mat.			EBM Eugênio Pozzo	Mat		x		1.2.3
115	20386/2016	39047-01	Marcia Farinella Soares De Campos	EBM Concórdia	Ed. Infantil	EBM Concórdia²	Mat.						x		
116	21285/2016	59528-00	Maristela Isganzela Schwingel	CMEI Mundo da Criança	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Mat.	x		EBM Giuseppe Sette	Mat	*	*		1.2.1
117	21887/2016	96105-02	Luciana da Silva Hilger	CMEI Zoé	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Vesp.	x		EBM Natureza	Vesp	*	*		1.2.1
118	20674/2016	1051008-02	Sandra Mara Sartori Cagliari	REDE	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Mat.		x	CMEI Mundo da Criança	Mat		x		1.2.1
119	21251/2016	40509-07	Vanderleia Gheno Bordignon	CMEI José Garghetti	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Vesp.		x	EBM Natureza	Vesp		x		1.2.1
120	20302/2016	91758-03	Rose Antonietti Gomes De Almeida	CMEI Primeiros Passos	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Mat.		x						1.2.1
121	20882/2016	68020-02	Claudiane Deola	REDE	Ed. Infantil	EBM Eugênio Pozzo	Mat.		x						1.2.1
122	21072/2016	92355-00	Dirlene Munaretto	EBM Anna Zamarchi	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Vesp.	x							1.2.1
123	21073/2016	94978-01	Ivete Cechin	CMEI Itália Chiuchetta	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.	x							1.2.1
124	21373/2016	23477-10	Clarice Pichetti Gasparetto	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat		x	EBM Eugênio Pozzo	Mat		x		1.2.3
125	21139/2016	98256-01	Lise Mara Schwingel	EBM Giuseppe Sette	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.	x							1.2.1
126	21175/2016	82053-00	Marli Aparecida Pedroso	EBM João Theobaldo	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Vesp	x							1.2.1
127	21345/2016	68063-03	Inês Angelina Savaris	CMEI Santa Rita	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Mat.		x	CMEI Criança Feliz	Mat	x			1.2.1
128	20535/2016	34843-10	Adriana Priamo	REDE	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Vesp.		x				x		1.2.1
129	21333/2016	54267-04	Marisa Ricardo De Oliveira	CMEI Pequeno Principe	Ed. Infantil	EBM Giuseppe Sette	Vesp.		x				x		1.2.1
130	21313/2016	75167-04	Suzana Cristina Fleck Kosenhosky	REDE	Ed. Infantil	EBM Nações	Mat.		x	EBM Concórdia	Mat		x		1.2.1
131	21295/2016	104698-05	Patricia Luana Zaions	REDE	Ed. Infantil	EBM Nações	Mat		x	EBM Eugênio Pozzo	Vesp		x		1.2.1
132	21234/2016	50237-03	Valdirene Claire Gugel	CMEI Pequeno Principe	Ed. Infantil	EBM Nações²	Vesp		x	EBM Giuseppe Sette	Vesp		x		1.2.1
133	21243/2016	41190-00	Luciana Salete Beal	CMEI Italia Chiuchetta	Ed. Infantil	EBM Nações²	Vesp.		x				x		1.2.1
134	21242/2016	41190-07	Luciana Salete Beal	CMEI Italia Chiuchetta	Ed. Infantil	EBM Nações	Mat.		x						1.2.1
135	21235/2016	50237-04	Valdirene Claire Gugel	CMEI Asalanto	Ed. Infantil	EBM Nações	Mat.		x	EBM Giuseppe Sette	Mat		x		1.2.1

fls. 8

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

	Protocolo	Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida					
						1ª OPÇÃO		2ª OPÇÃO		Def	
						Mat.	Mat.	Mat.	Mat.	Def	Crit.
136	21335/2016	54267-02	Marisa Ricardo De Oliveira	GEM Petrópolis	Ed. Infantil	EBM Nações	EBM Nações	EBM Giuseppe Sette	EBM Giuseppe Sette	x	1.2.1
137	20492/2016	61140-02	Gelsi Bergamo	EBM Romeu de Sisti	Ed. Infantil	EBM Nações	EBM Nações	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	*	1.2.1
138	21480/2016	96652-06	Leda Inês Rosa dos Santos	REDE	Ed. Infantil	EBM Nações	EBM Nações	EBM Giuseppe Sette	EBM Giuseppe Sette	x	1.2.1
139	20743/2016	961523-04	Darleia Priamo	REDE	Ed. Infantil	EBM Natureza	EBM Natureza	EBM Natureza	EBM Natureza	x	1.2.1
140	21292/2016	90816-03	Luciana Kovacic Sandi	REDE	Ed. Infantil	EBM Natureza	EBM Natureza	EBM Zilda Neves	EBM Zilda Neves	x	1.2.1
141	21207/2016	77127-05	Irene Elaine Sakamp	REDE	Ed. Infantil	EBM Natureza	EBM Natureza	EBM Natureza	EBM Natureza	*	1.2.1
142	20629/2016	97748-08	Ivanete Prior Vivan	CMEI Regina Piola	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições			x	1.2.1
143	21585/2016	104264-00	Juliyana Aparecida Petry	CMEI Criança Feliz	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	EBM Giuseppe Sette	EBM Giuseppe Sette	x	1.2.1
144	21422/2016	32913-04	Monica Cristina Tondello Moretti	CMEI Acalanto	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	x	1.2.1
145	21422/2016	32913-07	Monica Cristina Tondello Moretti	CMEI Acalanto	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	x	1.2.1
146	21176/2016	97268-02	Solange Barth Paravizi	CMEI Zoé	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições				1.2.3
147	21157/2016	97748-03	Ivanete Prior Vivan	CMEI Regina Piola	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições			x	1.2.1
148	20739/2016	102580-00	Soeli Fátima Oliveira dos Santos	REDE	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	CMEI Criança Feliz	CMEI Criança Feliz	x	1.2.1
149	21074/2016	18112-02	Adriana Dilda Bonatto	EBM Waldemar Pfeiffer	Ed. Infantil	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	x	1.2.1
150	20801/2016	98946-00	Clarice Fabonatto	CMEI Primeiros Passos	Ed. Infantil	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	EBM Giuseppe Sette	EBM Giuseppe Sette	*	1.2.1
151	20879/2016	415790-00	Fabiana Lanfredi Herpich	REDE	Ed. Infantil	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	EBM Eugênio Pozzo	EBM Eugênio Pozzo	x	1.2.1
152	21886/2016	96105-04	Luciana da Silva Hilger	REDE	Ed. Infantil	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	CMEI José Garghetti	CMEI José Garghetti	x	1.2.1
153	21370/2016	98523-00	Andreia Fátima Hermann Mascarello	CMEI Italia Chiuchetta	Ed. Infantil	EBM Santa Cruz	EBM Santa Cruz	EBM Parque de Exposições	EBM Parque de Exposições	x	1.2.1
154	22463/2016	101400-03	Fernanda Aparecida Pellizzaro	REDE	Ed. Infantil	EBM Santa Rita	EBM Santa Rita	EBM Nações	EBM Nações	*	1.2.1
155	21184/2016	95192-01	Cátia Regina Kowacic	EBM Concórdia	Ed. Infantil	EBM Waldemar Pfeiffer	EBM Waldemar Pfeiffer			x	1.2.1
156	21282/2016	103470-00	Joice Alice D. Schneeberger de Marco	REDE	Ed. Infantil	EBM Waldemar Pfeiffer	EBM Waldemar Pfeiffer			x	1.2.1
157	20642/2016	988499-02	Chalane Battistella Bratti	REDE	Ed. Infantil	EBM Waldemar Pfeiffer	EBM Waldemar Pfeiffer	CMEI Lua de Cristal	CMEI Lua de Cristal	x	1.2.1
158	20053/2016	46817-08	Loireni Freitag da Silva	REDE	Especialista	EBM Anna Z. Coldebella	EBM Anna Z. Coldebella	GEM Maria Siqueira	GEM Maria Siqueira	*	1.2.1

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 9

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo			Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida						Def	Indef	Crit.	
Protocolo			Matricula	Nome	Unidade atual	Disciplina	1ª OPCÃO			Def	Indef	2ª OPCÃO		Def	Indef	Crit.
159	20833/2016	47864-05		Joelci Ribeiro	REDE		Especialista	EBM Concórdia	M/V	x		GEM Maria Siqueira	M/V	*	*	1.2.1
160	20681/2016	13820-00		Rosani Baltazar da Rosa	BEM Santa Cruz		Especialista	EBM Giuseppe Sette	M/V	x						1.2.1
161	20172/2016	1140370-00		Rosmari Bassanesse de Azevedo	REDE		Especialista	EBM Irmão Miguel	M/V	x		GEM Salete	M/V	*	*	1.2.1
162	20097/2016	98990-00		Leonice Terezinha de Oliveira	EBM Angelo Ary		Especialista	EBM João T. Magarinos	M/V	x		GEM Maria Siqueira	M/V	*	*	1.2.1
163	21000/2016	98965-00		Daline Cordazzo	REDE		Especialista	GEM Maria Siqueira	M/V	x		EBM Concórdia	M/V	*	*	1.2.1
164	20429/2016	81639-02		Kátia Genusa Baseggio	REDE		Especialista	GEM Maria Siqueira	M/V		x					1.2.1
165	20393/2016	91219-02		Cirlei Giombeli	EBM Cipriano Chardon		Especialista	GEM Salete	M/V	x						1.2.2
166	21316/2016	95478-01		Adriane Rita Vito Chaves	EBM Natureza		Especialista	GEM Salete	M/V		x					1.2.2
167	20075/2016	99147-04		Marisa Bortoletti Richard	EBM Irmão Miguel		Geografia	EBM Waldemar Pfeiffer	Mat.	x						1.2.1
168	21104/2016	942421-01		Lucimara Tochetto Paviani	REDE		História	EBM Eugênio Pozzo	Vesp.		x					1.2.1
169	19933/2016	92606-03		Lauri do Prado Vargas	EBM Anna Zamarchi		História	EBM Eugênio Pozzo	Vesp.	x						1.2.1
170	20563/2016	111494-01		Terezinha Pagoto	REDE		História	EBM Eugênio Pozzo	Vesp.		x					1.2.1
171	20407/2016	95010-02		Sonia Teresinha Biazus	REDE		Língua Esp.	EBM Natureza	Mat.	x		EBM Parque de Exposições	Mat	*	*	1.2.1
172	20098/2016	54801-12		Edimara Ferreira da Silva	EBM Maria Petrolí		Língua Esp.	EBM João Theobaldo	Vesp.	x						1.2.1
173	22355/2016	104388-03		Liliana Bernardi	REDE		Língua Esp.	EBM Imigrantes	Mat.	x		EBM Parque de Exposições	Mat	*	*	1.2.1
174	20649/2016	1050214-02		Rejane M. Caetano Santiago	REDE		Língua Esp.	GEM Nova Brasília	Vesp.	x						1.2.1
175	21408/2016	93025-00		Sidney Francisco de Oliveira	EBM Imigrantes		Língua Port.	EBM Giuseppe Sette	Mat.	x		EBM Santa Cruz	Vesp	*	*	1.2.1
176	22424/2016	100080-01		Marisa Ceci Nunes Carvalho	EBM Cipriano Chardon		Língua Port.	EBM Giuseppe Sette	Mat		x					1.2.1
177	20380/2016	92118-00		Edila Maria dos Santos	EBM Concórdia		Língua Port.	EBM Giuseppe Sette	Mat.		x					1.2.1
178	20099/2016	40836-00		Jucelia Borsatti	EBM Parque de Exposições		Língua Port.	EBM João T. Magarinos	Mat.		x					1.2.1
179	21750/2016	103420-06		Magali Aparecida de Souza	REDE		Língua Port.	EBM Nações	Mat.		x	EBM Giuseppe Sette	Mat	x	*	1.2.1
180	20334/2016	31143-03		Neidi Mara Janke	REDE		Língua Port.	EBM Nações	Mat.	x		EBM Santa Cruz	Vesp	*	*	1.2.1
181	22586/2016	96210-02		Margarete D'Aglietti	REDE		Língua Port.	EBM Natureza	Mat.	x						1.2.1

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 10

PORTARIA Nº 227/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Protocolo	Matrícula	Nome	Unidade atual	Disciplina	Unidade Pretendida					
					1ª OPCÃO		2ª OPCÃO		Def	Crit.
182	20723/2016	Adriana Ruppenthal	REDE	Língua Port.	EBM Santa Cruz	Vesp.	EBM Nações	Mat	*	1.2.1
183	20808/2016	Franciele Fantin	REDE	Língua Port.	EBM Santa Cruz	Vesp.	EBM Angelo A. Biezus	Vesp	x	1.2.1
184	21912/2016	Flavia Rosane Camillo Tibolla	REDE	Língua Port.	EBM Santa Cruz	Vesp.	EBM Angelo A. Biezus	Vesp	x	1.2.1
185	20167/2016	Gilberto Basseggio	REDE	Língua Port.	EBM Santa Cruz	Vesp.	EBM Natureza	Mat	x	1.2.1
186	21239/2016	Adriano Fávero Bedin	REDE	Matemática	EBM Melvin Jones	M/V			x	1.2.1
187	21012/2016	Aline Laba de Souza Pinto	EBM Elizabetha Pavan	Matemática	EBM Melvin Jones	M/V			x	1.2.1
188	21138/2016	Janete Dalmaso Toerhorst	EBM Santa Rita	Matemática	EBM Melvin Jones	M/V			x	1.2.1

¹ Vaga inexistente no Edital;
² Vaga inexistente conforme Primeiro Adendo;
³ Remoção indeferida, uma vez que, a servidora já está lotada no referido espaço e turno, conforme edital de remoção 2012;
* Vaga deferida na 1ª opção.

Remoções por Permuta

Protocolo	Matrícula	Solicitante	Unidade de Origem	Disciplina	Unidade de Permuta	Deferido	Indeferido	Vaga de:	CH
1	20153/2016	Diolaine Suzin Camargo	EBM Maria Petrolí	Ed. Física	EBM Maria Petrolí	x		Rosângela Lunge	20h
2	19786/2016	Vilmar Antonio Bentz	EBM João Theobaldo	Ed. Física	EBM Concórdia	x		Rosilene Salvador Polina	40h

PORTARIA Nº 228/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 228/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor JONAS TOIGO BITTENCOURT, ocupante do cargo de Engenheiro – Eletricista, para atuar como fiscal na execução de obra para adequação da rede de distribuição de energia elétrica na Rua Paraná, Bairro dos Estados, objeto do Contrato nº 322/2016 – PMC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 229/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 229/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 20281/2016, em 9 de novembro de 2016, do qual se extrai que o servidor VALDECIR PEDRO COLASSO estaria, em tese, valendo-se do cargo para liberar obras em desconformidade à legislação e ao projeto técnico, bem como procedendo à fiscalização de obras executadas por ele mesmo, inclusive realizando visitas nessas obras, em horário de expediente;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I, II, III e IX, e, incorreu nas proibições dispostas no art. 152, VIII, XI e XVII, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações, assim como, caso comprovado, constituindo-se em ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 9º, I e X e, art. 11, I e IX, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, V e XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor VALDECIR PEDRO COLASSO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Grupo Ocupacional Técnico – GT.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA,

servidora estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretário: MAURO MARTINI, servidor estável, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário;

III – vogal: PATRICIA PAZA LANÇA, servidora estável, ocupante do cargo de Arquiteto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 230/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 09/2016 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT;

- a CI DRH 562/2016, de 20 de dezembro de 2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de dezembro de 2016, ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Mecânico, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 231/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 172/2016, de 22 de setembro de 2016, que instaura Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor Agenor Luis Cembrani, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – secretária: MARAISE FATIMA DE MARCO, servidora estável, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 18/2013

Termo nº 5/2016
Processo nº 20699/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 18/2013

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADR CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 05.585.919/0001-08, com sede na Travessa Irmã Leopoldina, 136, Centro, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Secretário Executivo, senhor WAGNER LUIS BEE, inscrito no CPF sob nº 006.512.639-48, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 18/2013 e alteração, firmado em 1º de março de 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado e do Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	WAGNER LUIS BEE Secretário Executivo de Desenvolvimento Regional
------------------------------------	--

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 4/2013

Termo nº 6/2016
Processo nº 22144/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 4/2013

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a TERRA INFORMÁTICA LTDA. – ME, inscrita no CNPJ sob nº 03.037.156/0001-35, com sede na Rua Marechal Deodoro, 1.344, Sala A Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Sócio-Administrador, senhor MELIMAR MARQUESI, inscrito no CPF sob nº 758.845.509-87, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 4/2013, firmado em 7 de janeiro de 2013 e alteração, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado e do Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	MELIMAR MARCHESI Sócio-Administrador da Terra Informática Ltda. – ME
------------------------------------	---

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 79/2013

Termo nº 4/2016
Processo nº 22139/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 79/2013

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a SOCIEDADE EDUCACIONAL CONCÓRDIA LTDA., mantenedora da FACULDADE CONCÓRDIA – FACC, inscrita no CNPJ sob nº 05.220.468/0001-05, com sede na Rua Anita Garibaldi, 3.185, Primavera, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor CÉSAR ANTONIO SCHWERTZ, inscrito no CPF sob nº 441.207.960-00, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 79/2013, firmado em 1º de agosto de 2013 e alteração, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado e do Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	CÉSAR ANTONIO SCHWERTZ Diretor-Geral da Sociedade Educacional Concórdia Ltda., mantenedora da Faculdade Concórdia – FACC
------------------------------------	---

Testemunhas:

1.	2.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 81/2013

Termo nº 3/2016

Processo nº 15207/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 81/2013

Aos 23 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE EDUCAÇÃO LTDA., mantenedora do COLÉGIO NOVOS TALENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 10.987.256/0001-98, com sede na Rua Anita Garibaldi, 3185, Bairro Primavera, Concórdia, SC, neste ato representada por sua Administradora, senhora NEIVA SCHWERTZ, inscrita no CPF sob nº 383.348.790-91, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 81/2013, firmado em 6 de agosto de 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo que a este dá causa.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	NEIVA SCHWERTZ Administradora da Sociedade Concordiense de Educação Ltda., mantenedora do Colégio Novos Talentos
------------------------------------	---

Testemunhas:

1. 2.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 9/2013

Termo nº 2/2016

Processo nº 22133/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 9/2013

Aos 22 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, inscrito no CNPJ sob nº 03.603.739/0010-77, com sede na Rua João Zanardi, 330, Bairro Nossa Senhora da Salette, Concórdia, SC, neste ato representado pelo Diretor dos Cursos Técnicos, senhor RUBENS MASCELANI FILHO, inscrito no CPF sob nº 521.137.879-20, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 9/2013, firmado em 1º de fevereiro de 2013 e alteração, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Terceira – Do Prazo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado e do Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 22 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	RUBENS MASCELANI FILHO Diretor dos Cursos Técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
------------------------------------	---

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2016

Termo nº 2/2016

Processo nº 1447/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2016

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, com sede na Rua da Independência, 246, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor NADIR MATTIELLO, inscrito no CPF sob nº 492.019.809-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo, com fundamento nas Leis Federais nºs. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e 8.666/1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Ficam acrescidas, às parcelas constantes na Cláusula Terceira – Do Valor do Repasse, Cronograma de Desembolso e Classificação Orçamentária da Despesa, as parcelas de repasse de recursos financeiros, descritas na forma abaixo:

- “ - Décima Terceira Parcela – R\$ 75.000,00 – 16 de janeiro de 2017;
- Décima Quarta Parcela – R\$ 75.000,00 – 15 de fevereiro de 2017;
- Décima Quinta Parcela – R\$ 75.000,00 – 15 de março de 2017.” (NR)

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica prorrogado, até 31 de março de 2017, o prazo de vigência constante na Cláusula Quinta – Do Prazo de Vigência e Prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O Anexo Único do Termo de Colaboração nº 1/2016, de 27 de janeiro de 2016 e alteração, passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único deste Termo.

CLÁUSULA QUARTA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado e seu Termo Aditivo.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 29 de dezembro de 2016.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

NADIR MATTIELLO

Presidente da Associação de Serviços Sociais

Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

ANEXO ÚNICO**“PLANO DE TRABALHO****DADOS CADASTRAIS**

Órgão/Entidade Proponente			CNPJ
Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia			83.701.680/0001-06
Endereço do Órgão/Entidade			
Rua Independência, 246, Centro			
Cidade	UF	CEP	Telefone
Concórdia	SC	89700-000	(49) 3442-2796
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento
271 740-9	Banco do Brasil	5236-1	Concórdia, SC

Objetivos Sociais da Entidade

Prestar atendimentos de natureza social voluntária, na área de Segurança, Saúde e Defesa Civil, fundamentalmente "prevenção e combate a incêndio e atendimento de emergência pré-hospitalar, resgate, busca e salvamento", conforme Estatuto Social

Informações relativas à Capacidade Técnica e Operacional do Proponente

Os Bombeiros Voluntários de Concórdia têm capacidade técnica e operacional para prestar atendimentos de prevenção e combate a incêndio, atendimento de emergência pré-hospitalar, resgate, busca e salvamento à população do Município de Concórdia. Além da Escola de Formação de Bombeiros, são feitos diversos cursos, palestras e treinamentos durante o ano para aperfeiçoamento dos conhecimentos

REPRESENTANTES LEGAIS

Presidente Nadir Mattiello	CPF 492.019.809-49	CI/Órgão expedidor 1.147.084 SSP/SC
Tesoureiro Leandro Mores	CPF 019.607.269-78	CI/Órgão expedidor 2.698.470 SSP/SC

Objeto

Prestar atendimento à população do Município de Concórdia, através da prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Cronograma financeiro de desembolso 1ª Parcela – R\$ 70.000,00 – 03/02/2016 2ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 15/03/2016 3ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 15/04/2016 4ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 16/05/2016 5ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 15/06/2016 6ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 15/07/2016 7ª Parcela – R\$ 1.000,00 – 10/08/2016 Invest. 8ª Parcela – R\$ 90.000,00 – 15/08/2016 9ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 15/09/2016 10ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 14/10/2016 11ª Parcela – R\$ 77.000,00 – 14/11/2016 12ª Parcela – R\$ 123.000,00 – 15/12/2016 13ª Parcela – R\$ 75.000,00 – 16/01/2017 14ª Parcela – R\$ 75.000,00 – 15/02/2017 15ª Parcela – R\$ 75.000,00 – 15/03/2017
Cronograma Físico de Execução Período de Janeiro/2016 a Março/2017	

Realidade do Projeto e metas:

Prestar atendimento à população do Município de Concórdia, através da prestação de serviço de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros e auxílio na preservação de equipamentos públicos municipais, em casos fortuitos ou de força maior, onde no ano de 2015 foram atendidos:

- Atendimentos Pré-Hospitalares – 3050
- Corte/Poda de árvores – 46
- Fiscalização/Blitz – 3
- Palestras/Demonstrações – 50
- Segurança de Eventos – 115
- Treinamentos – 29
- Serviços Vistorias – 415
- Abastecimento de água – 5
- Acidentes diversos – 2
- Alagamento – 9
- Busca e Salvamento de Bens – 14
- Busca e Salvamento de Pessoas – 26
- Captura de Animais – 79
- Deslizamento – 7
- Destelhamentos – 22
- Extermínio de Insetos – 24
- Limpeza de Estabelecimentos – 16
- Limpeza de Pistas – 47
- Transporte de água – 125
- Vazamento de Produtos Perigosos – 8
- Incêndios em geral – 114
- Serviços diversos – 1528

Metas: realizar atendimentos dos mais variados solicitados pela população de nosso município e região, vindo disponibilizar e proporcionar aos mesmos, agilidade e conhecimentos adquiridos para amenizar as diversas ocorrências por nós solicitadas, avaliar os pedidos e direcionar para o destino ideal

Metas a serem atingidas e executadas:

Atender todas as solicitações que chegam até nossa Corporação da melhor maneira possível e no menor tempo resposta, buscando identificar e facilitar os trabalhos e atendimentos. Realizar cursos de aperfeiçoamento para nossos atendentes, traçando metas a serem atingidas. Buscar deixar nossa Entidade munida de equipamentos novos e atualizados para proporcionar os melhores atendimentos e assim conseguir o resultado desejado e necessário. Necessitamos do repasse dos recursos em vista ao indispensável atendimento prestado pela Corporação, bem como os benefícios que proporciona à população do Município de Concórdia, a considerar que a ausência à segurança de seus munícipes, sabendo que possuem uma Corporação a qual presta esse tipo de atendimento, sobre pena de ter que passar a se responsabilizar/custear/ressarcir/indenizar, patrimônios, acidentes, danos e VIDAS

Receitas para execução do Projeto:

- Convênio CELESC – Desconto na fatura de Energia Elétrica (Aprox. R\$ 200.000,00 anual)
- Parceria voluntária com Município de Concórdia – (R\$ 1.125.000,00)

Despesas para Execução do Projeto:

- Despesas de consumo (alimentos, materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente, vestuários, cama e mesa, etc.): Aproximadamente R\$ 10.000,00
- Despesas com Pagamento de Pessoal: Aproximadamente R\$ 80.000,00
- Despesas com Terceiros (água, luz, telefone, internet, serviços gráficos, etc.): Aproximadamente R\$ 5.000,00

Forma de execução das atividades ou cumprimento das metas:

Em nosso projeto a prioridade é ser ágil, prestativo, atencioso e conhecedor do que se está fazendo. As metas deverão ser cumpridas fazendo um atendimento excelente e dentro do tempo limite que se é aprendido nos treinamentos

Definição dos parâmetros usados para aferição do cumprimento das metas:

São realizados treinamentos internos e externos, buscando sempre atualizações e maneiras mais acertadas de ser prestado um atendimento ou outro serviço solicitado por nossa equipe

Plano de aplicação dos recursos com orçamento detalhado do objeto/serviço a ser adquirido

R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas;

R\$ 99.000,00 (noventa mil reais): Pagamento de energia elétrica; água; telefone fixo; telefonia móvel; licenciamento e seguro de veículos e pessoal; combustível; serviços e aquisição de materiais de informática e computação; aquisição de gêneros alimentícios/bebidas; manutenção e conserto de viaturas/veículos, equipamentos, máquinas e utensílios em geral; aquisição de material de expediente; serviços contábeis; aquisição de materiais de higiene e limpeza; fardamentos; publicações em jornais; recarga de extintores e cilindros; aquisição de EPI's; materiais e ferramentas para conserto, reforma e manutenção de viaturas ou prédio; serviços gráficos e de impressões; treinamentos e cursos; despesas transportes urbanos; Análise e Aprovação de Projetos e Prevenção Contra Incêndio e Pânico; Impressões de Certificados e Brindes de homenagens; Medicina Ocupacional; etc.

R\$ 1.000,00 (hum mil reais): Compra de equipamentos, ferramentas, máquinas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, etc.

Especificação completa dos bens a serem adquiridos e/ou serviços contratados com custo de mercado

R\$ 1.025.000,00 (um milhão e vinte e cinco mil reais): Pagamento de salários e encargos trabalhistas;

R\$ 99.000,00 (noventa mil reais): Pagamento de energia elétrica; água; telefone fixo; telefonia móvel; licenciamento e seguro de veículos e pessoal; combustível; serviços e aquisição de materiais de informática e computação; aquisição de gêneros alimentícios/bebidas; manutenção e conserto de viaturas/veículos, equipamentos, máquinas e utensílios em geral; aquisição de material de expediente; serviços contábeis; aquisição de materiais de higiene e limpeza; fardamentos; publicações em jornais; recarga de extintores e cilindros; aquisição de EPI's; materiais e ferramentas para conserto, reforma e manutenção de viaturas ou prédio; serviços gráficos e de impressões; treinamentos e cursos; despesas transportes urbanos; Análise e Aprovação de Projetos e Prevenção Contra Incêndio e Pânico; Impressões de Certificados e Brindes de homenagens; Medicina Ocupacional; etc.

R\$ 1.000,00 (hum mil reais): Compra de equipamentos, ferramentas, máquinas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, etc.

PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR SOLICITADO (R\$)
Despesas de Custeio		
Despesas de consumo	Gêneros alimentícios	1.200,00
	Material de higiene e limpeza	550,00
	Material pedagógico	-
	Material de expediente	450,00
	Artigos de vestuários, cama e mesa	8.000,00
	Outras despesas de consumo	1.500,00
Pagamento de Pessoal	Descrever cada profissional	1 – Comandante = 4.966,00 1 – Sub Cmt – 1 = 4.319,00 1 – Sub Cmt – 2 = 4.319,00 20 – Bombeiros = 2.411,00 cd TOTAL = 61.824,00 1 – Téc. Seg. Trabalho = 2.308,00 1 – Téc. Edificações = 2.308,00 1 – Sup. Administrativo = 3.846,00 1 – Aux. Limpeza = 689,00

Serviços de Terceiros	Serviço de transporte	
	Vale-transporte	200,00
	Conta de telefone	850,00
	Conta água	420,00
	Conta de luz	2.100,00
	Conta de internet	-
	Serviço de Alimentação	-
	Serviço de Gráfica	600,00
	Combustível	4.500,00
	FIBRA – Computação	881,00
	Contabilidade	950,00
Total		95.484,00 (média/mensal)

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2016.

Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários

APROVADO em 27.12.2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO DE PROPOSTAS DA AGRICULTURA FAMILIAR - DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO 01/2017

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Edital de chamamento para recebimento de propostas para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com a Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 26 de 17/06/2013 e Resolução FNDE nº 04 de 02/04/2015

Chamada Pública 01/2017.

Processo 01/2017

Edital: Dispensa de Licitação n. 01/2017.

Objeto: Chamamento para recebimento de proposta e habilitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre do exercício de 2017 no Município de Cordilheira Alta, conforme Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 04 de 02/04/2015.

As propostas e habilitação dos interessados serão aceitas até às 08:30 horas do dia 23/01/2016. A abertura dos envelopes ocorrerá às 09:00 horas do mesmo dia.

O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 100/2016 - PPRP 47/2016 - AQUISIÇÃO PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO VEÍCULOS E MÁQUINAS

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 100/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 100/2017

SOLICITANTE: Gabinete de Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR NOVAS E PROTETORES PARA PNEUS NOVOS, PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 417.042,80 (quatrocentos e dezessete mil e quarenta e dois reais com oitenta centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA no valor total de R\$208.677,60, empresa PNEU-LOG COMERCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI ME no valor total de R\$ 3.680,00, empresa ABS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA ME no valor total de R\$36.172,00, PNEU BOM LTDA EPP, no valor total de R\$59.800,00, GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, no valor total de R\$103.030,00 e BELLENZIER PNEUS LTDA, no valor total de R\$5.683,20, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 29 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 98/2016 - PPRP 45/2016 - MATERIAL ESCOLAR PARA DISCIPLINA DE ARTES

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 45/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 98/2016

SOLICITANTE: Secretaria de Educação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROPICIAR AS ATIVIDADES REALIZADAS NA DISCIPLINA DE ARTES AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 29.927,16 (vinte e nove mil e novecentos e vinte e sete reais com dezesseis centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: PEGASUS ATACADISTA LTDA EPP no valor total de R\$8.868,00, empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME no valor total de R\$ 13.107,20, empresa MERCADO KA E KA LTDA ME no valor total de R\$2.836,22, e JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME, no valor total de R\$5.115,74, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 29 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 059/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 059/2016.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 026/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a aquisição de serviços de engenharia sanitária e limpeza pública no perímetro urbano do município de Coronel Martins, compreendendo: Coleta, Transporte e Disposição Final de resíduos sólidos gerados pelo Município de Coronel Martins, SC, fica por este instrumento de Termo Aditivo, prorrogado até 31 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

VISTO/JURÍDICO. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 04.328.816/0001-08

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 055/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 055/2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2015 NÚMERO CONTRATO: 011/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do Contrato nº 011/2015, firmado em 01 de junho de 2015, que antecedeu a este Termo Aditivo, consiste na locação de sistema informatizado de gestão de saúde pública para a Secretaria de Saúde do Município de Coronel Martins – SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários á modernização da prestação de serviços públicos á população do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.792.912/0001-79

CONTRATADO: CERTAS SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 054/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 054/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 006/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 3 (três), a que se refere o item 3 (três) do edital de Pregão Presencial nº 004/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 17.459.523/0001-01

CONTRATADO: ATILA JUNIOR ZAPAROLI

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 056/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 056/2016.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 020/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/04/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado para até 30 de junho 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato – Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 021.241.129-29

LOCADOR: ALBERI CASSOL

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 057/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 057/2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2014 NÚMERO CONTRATO: 022/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/06/2014

Celebram o TERCEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 022, firmado em 18 de junho de 2014, conforme condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 83.506.030/0007-97

CONTRATADO: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO BERNARDO.

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 10 DE JUNHO DE 2015

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DO TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 10 DE JUNHO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2015 NÚMERO CONTRATO: 032/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Distrato é o completo e total desfazimento do liame jurídico decorrente do Contrato nº 032/2015, firmado entre as partes em 10 de Junho de 2015.

Parágrafo único. As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver todos e quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato de prestação de serviço objeto do presente Distrato, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, dando-se ampla, geral e irrestrita quitação mútua, não havendo mais quaisquer pendências recíprocas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Distrato passa a vigorar entre as partes a partir de 03 de Novembro de 2016, as quais elegem o Foro da Comarca de São Domingos - SC para a resolução de questões decorrentes do presente instrumento

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 83.677.500/0001-90

DISTRATADA: RÁDIO CLUBE SÃO DOMINGOS LTDA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 046/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 046/2016.

MÊS/ANO: JULHO/2016. NÚMERO CONTRATO: 020/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/07/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.452.304/0001-31

CONTRATADA: LONI BIRCK

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 047/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 047/2016.

MÊS/ANO: JULHO/2016. NÚMERO CONTRATO: 021/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/07/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de março de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.452.304/0001-31

CONTRATADA: LONI BIRCK

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 049/2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 001/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2016

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 001/2016 que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 09.427.503/0001-12
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 053/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 053/2016.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 012/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 1 CPF: 915.631.949-53
CONTRATADO: NEDIO PERTUSSATTI.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 050/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 050/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 007/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 3 (três), a que se refere o item 2 (dois) – DO OBJETO, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 21.346.501/0001- 02
CONTRATADO: R A FARINA ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº. 052/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº. 052/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este termo aditivo fica prorrogado até 30 de junho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 07.806.780/0001-00
CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 048/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 048/2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2015. NÚMERO CONTRATO:031/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/06/2015

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 031/2015 firmado entre as partes fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 80.076.326/0001-31
CONTRATADA: JORNAL DO POVO LTDA - ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 051/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 051/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 008/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 1 (um), a que se refere o item 2 (dois)- DO OBJETO-, do edital de Pregão Presencial nº 002/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 08.446.332/0001- 06

CONTRATADO: AIRTON SENA MIOTTO ME.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 058/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 058/2016.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 019/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O objeto do Contrato 019/2014, firmado em 19 de maio de 2014 que antecedeu a este Termo Aditivo é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SORRIR QUE CONSISTE NA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS PACIENTES CARENTES E QUE NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato nº 019/2014, firmado em 19 de maio de 2014, que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 28 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.315.715/0001-82

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESES VITAL DENTE LTDA.

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4075/16

PORTARIA Nº 4075/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ADVOGADO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, do cargo em comissão de Advogado.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1178/16

DECRETO Nº 1178/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. BERNADETE CORREA HILLBRECHT, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACUMULATIVAMENTE DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, a SRA. BERNADETE CORREA HILLBRECHT, do cargo de Secretária Municipal de Saúde e acumulativamente de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1179/16

DECRETO Nº 1179/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. FERNANDO GEAN LUNELLI, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, o SR. FERNANDO GEAN LUNELLI, do cargo de Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1180/16

DECRETO Nº 1180/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, o SR. LOURENÇO PIONTKIEWICZ, do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1181/16

DECRETO Nº 1181/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA, DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E ACUMULATIVAMENTE DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, a SRA. MARIA CELI DO NASCIMENTO DA COSTA, do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura e acumulativamente de Secretária Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte E Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1182/16

DECRETO Nº 1182/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. THIAGO VINICIUS LEAL, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, o SR. THIAGO VINICIUS LEAL, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1183/16

DECRETO Nº 1183/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. LUIZ CARLOS TAMANINI, DO CARGO DE PRESIDENTE DA AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de término de mandato, o SR. LUIZ CARLOS TAMANINI, do cargo de Presidente da Autarquia Águas de Corupá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2235/2016

LEI Nº 2235/2016

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO LEONISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sanciona a presente Lei Ordinária:

Art.1º - Fica instituído, no âmbito do município de Corupá, o DIA MUNICIPAL DO LEONISMO, em homenagem às atividades realizadas pelo Lions Clube, a ser comemorado, anualmente no dia 21 de Outubro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Corupá (SC), 15 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quinze dias do mês de dezembro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 003/16

PORTARIA Nº 003/16

EXONERA POR MOTIVO DE TÉRMINO DE MANDATO, O SR. RENATO LIRA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE OPERAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Presidente da Autarquia Águas de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 031/11, Artigo 5º, Inciso IV,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. RENATO LIRA, do cargo em comissão de Assessor de Operação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 29 de dezembro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PRESIDENTE

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4034/16

PORTARIA Nº 4034/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GABRIELLE ENGELHARDT.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude da transferência para a Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente Epidemiológico. O concurso público tinha apenas dois candidatos aprovados, que não aceitaram o chamamento e desistiram da vaga.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Auxiliar de Setor, a SRA. GABRIELLE ENGELHARDT, na Secretaria Municipal de Saúde, estipulado na Portaria nº 3699/16, para a data de 12 de fevereiro de 2017.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
09 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4040/16

PORTARIA Nº 4040/16

CANCELA A PEDIDO A LICENÇA DA SRA. ROSANE JANKOWSKI GANSKE DO CARGO DE PROFESSORA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com o Art. 95-K da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e

Considerando o pedido formulado pela servidora Rosane Jankowski Ganske de cancelamento de licença que fora concedida através da portaria 3326/15.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a pedido, a licença concedida para a servidora SRA. ROSANE JANKOWSKI GANSKE, do cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 51/2002.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar a partir de 31 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4041/16

PORTARIA Nº 4041/16

NOMEIA O SR. LEONARDO FELIPE AGUIAR POERNER, PARA OCUPAR O CARGO DE TÉCNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Técnico de Processamento de Dados, o SR. LEONARDO FELIPE AGUIAR POERNER, classificado em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator -16, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4042/16

PORTARIA Nº 4042/16

NOMEIA O SR. DENNIS DA SILVA FERNANDES, PARA OCUPAR O CARGO DE INSTRUTOR DE MÚSICA (ENSINO MÉDIO).

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Instrutor de Música (Ensino Médio), o SR. DENNIS DA SILVA FERNANDES, classificado em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator -25 com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4043/16

PORTARIA Nº 4043/16

NOMEIA A SRA. ANA AMELIA VITURINO PEQUENO, PARA OCUPAR O CARGO DE TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, a SRA. ANA AMELIA VITURINO PEQUENO, classificada em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4044/16

PORTARIA Nº 4044/16

NOMEIA O SR. LUCAS TREVISAN, PARA OCUPAR O CARGO DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Engenheiro Agrônomo, o SR. LUCAS TREVISAN, classificado em 1º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4045/16

PORTARIA Nº 4045/16

NOMEIA A SRA. ALINE DE PAULA MOURA PEREIRA, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor, a SRA. ALINE DE PAULA MOURA PEREIRA, classificado em 30º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de dezembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4046/16

PORTARIA Nº 4046/16

NOMEIA A SRA. FLAVIA FREITAS DIAS NEVES, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor, a SRA. FLAVIA FREITAS DIAS NEVES, classificado em 31º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de dezembro de 2016, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4047/16

PORTARIA Nº 4047/16

NOMEIA A SRA. RAQUEL BALDUINO ROSA DA COSTA, PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Auxiliar de Setor, a SRA. RAQUEL BALDUINO ROSA DA COSTA, classificado em 29º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 09, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de dezembro de 2016, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4048/16

PORTARIA Nº 4048/16

NOMEIA O SR. VALDECIR VALDIR GUNTHER, PARA OCUPAR O CARGO DE MOTORISTA (CATEGORIA "D").

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomeia para ocupar o cargo de Motorista (categoria "D"), o SR. VALDECIR VALDIR GUNTHER, classificado em 06º lugar no Concurso Público nº 001/2015, com o vencimento mensal de Fator - 19, com carga horária de 44 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de dezembro de 2016, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
15 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4049/16

PORTARIA Nº 4049/16

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR LUCAS TREVISAN, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor SR. LUCAS TREVISAN, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, portador da CNH Registro nº 03623000161, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de dezembro de 2016, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 01 de março de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4050/16

PORTARIA Nº 4050/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. ADRIANE MELLINTZ CORREA DE MELO, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SRA. ADRIANE MELLINTZ CORREA DE MELO, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4051/16

PORTARIA Nº 4051/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRTA. ALINE YANDARA MALINSKY, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRTA. ALINE YANDARA MALINSKY, do cargo em comissão de Diretor de Administração e Fazenda.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4052/16

PORTARIA Nº 4052/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. ALVARO POERNER, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das

Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. ALVARO POERNER, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4053/16

PORTARIA Nº 4053/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. ANTÔNIO NORBERTO MORETTI, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. ANTÔNIO NORBERTO MORETTI, do cargo em comissão de Coordenador de Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4054/16

PORTARIA Nº 4054/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. APARECIDA INÊZ CORREIA, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. APARECIDA INÊZ CORREIA, do cargo em comissão de Gerente de Vigilância e Assistência à Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4055/16

PORTARIA Nº 4055/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. CARIN KRÜGER GESSNER, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. CARIN KRÜGER GESSNER, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4056/16

PORTARIA Nº 4056/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. CHALES MOESCH, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO E LAZER.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. CHALES MOESCH, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Turismo e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4057/16

PORTARIA Nº 4057/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. CLAUDEMIR RAUL DE FARIAS, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. CLAUDEMIR RAUL DE FARIAS, do cargo em comissão de Coordenador de Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4058/16

PORTARIA Nº 4058/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. CLAUDIA CRISTINA KRÜGER, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE MEIO AMBIENTE.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. CLAUDIA CRISTINA KRÜGER, do cargo em comissão de Chefe de Meio Ambiente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4059/16

PORTARIA Nº 4059/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. CLAUDIA MARIA BIRR GRAPPER, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal

nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. CLAUDIA MARIA BIRR GRAPPER, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4060/16

PORTARIA Nº 4060/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. DAIRTON JOSÉ GIRALDI, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PLANEJAMENTO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. DAIRTON JOSÉ GIRALDI, do cargo em comissão de Gerente de Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4061/16

PORTARIA Nº 4061/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. DANIEL MÜLLER, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. DANIEL MÜLLER, do cargo em comissão de Coordenador de Serviços.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4062/16

PORTARIA Nº 4062/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. EGON KOPSCH, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. EGON KOPSCH, do cargo em comissão de Coordenador de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4063/16

PORTARIA Nº 4063/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA EXECUTIVA DE GOVERNO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET, do cargo em comissão de Diretora Executiva de Governo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4064/16

PORTARIA Nº 4064/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. EUGÊNIO SCHIOCHET, DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERVISOR DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. EUGÊNIO SCHIOCHET, do cargo em comissão de Supervisor de Topografia e Engenharia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4065/16

PORTARIA Nº 4065/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. HEINS GERHARD KOPSCH, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. HEINS GERHARD KOPSCH, do cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4066/16

PORTARIA Nº 4066/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. HILARIO SEIDEL, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DIVISÃO DE FROTAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal

nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. HILARIO SEIDEL, do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Frotas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4067/16

PORTARIA Nº 4067/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. JAQUELINE PSCHIEDT, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. JAQUELINE PSCHIEDT, do cargo em comissão de Assessora de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4068/16

PORTARIA Nº 4068/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. JEAN CARLOS WISZNIEWSKI, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DIVISÃO DE FROTA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. JEAN CARLOS WISZNIEWSKI, do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Frota.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4069/16

PORTARIA Nº 4069/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. JIANE ELISA WINTER, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SRA. JIANE ELISA WINTER, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4070/16

PORTARIA Nº 4070/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. JOEL BIANCHINI, DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SR. JOEL BIANCHINI, do cargo em comissão de Gerente de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4071/16

PORTARIA Nº 4071/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. JOSIMAR CALDEIRA, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE LICITAÇÕES.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SR. JOSIMAR CALDEIRA, do cargo em comissão de Diretor de Licitações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4072/16

PORTARIA Nº 4072/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. JULIANA TWARDOWSKI, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FROTA E TRANSPORTE ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. JULIANA TWARDOWSKI, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4073/16

PORTARIA Nº 4073/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. MARCIA SANDRA BESEKE HERMANN, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das

Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SRA. MARCIA SANDRA BESEKE HERMANN, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4074/16

PORTARIA Nº 4074/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. MARLI SIMONE BESEKE BURGER, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, SRA. MARLI SIMONE BESEKE BURGER, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4076/16

PORTARIA Nº 4076/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE CONVÊNIOS E CONTROLES DE e-SFINGE.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. MOACIR DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR, do cargo em comissão de Chefe de Convênios e Controles de E-Sfinge.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4077/16

PORTARIA Nº 4077/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA, DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA, do cargo em comissão de Coordenadora Pedagógica.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4078/16

PORTARIA Nº 4078/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. ROBSON ROBERTO LEITOLD, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTE DE RENDIMENTO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. ROBSON ROBERTO LEITOLD, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esporte de Rendimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4079/16

PORTARIA Nº 4079/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. ROSANE MARTINI BERTI, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. ROSANE MARTINI BERTI, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4080/16

PORTARIA Nº 4080/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. ROSANGELA RANGEL, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ESCOLAR.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. ROSANGELA RANGEL, do cargo em comissão de Direção Escolar.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4081/16

PORTARIA Nº 4081/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A SRA. SIMONE GAUDET, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR E SUPRIMENTOS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal

nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRA. SIMONE GAUDET, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Merenda Escolar e Suprimentos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4082/16

PORTARIA Nº 4082/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. TADEU ARBIGAUS, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. TADEU ARBIGAUS, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4083/16

PORTARIA Nº 4083/16

EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, O SR. VALDIR KLEMANN, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, o SR. VALDIR KLEMANN, do cargo em comissão de Diretor de Planejamento e Engenharia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4084/16

PORTARIA Nº 4084/16
EXONERA POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DE MANDATO, A
SRTA. VALQUIRIA MICHALAK, DO CARGO EM COMISSÃO DE CON-
TROLADORA INTERNA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada no dia 31 de dezembro de 2016, por motivo de encerramento de mandato, a SRTA. VALQUIRIA MICHALAK, do cargo em comissão de Controladora Interna.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de dezembro de 2016.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014.
CONTRATANTE:.Prefeitura Municipal.
CONTRATADO: JCV Construção e Incorporação Ltda.
Objeto: Contratação de empresa para implantação de complexo esportivo do Bairro Três Fronteiras.. Origem: Processo Licitatório 062/2014-Tomada de Preço: 062/2014. PMDC. Vigência: Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal até 30/06/2017. Dionísio Cerqueira 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2015.
CONTRATANTE:.Prefeitura Municipal.
CONTRATADO: JCV Construção e Incorporação Ltda.
Objeto: Construção de Escola Municipal com 12 salas de aulas. padrão FNDE.. Origem: Processo Licitatório: 010/2015 Concorrência: 010/2015. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o prazo do contrato principal até 30/12/2017.. Dionísio Cerqueira 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015.
CONTRATANTE:.Fundo da Infância e Adolescência -FIA
CONTRATADO: Roseli T. Egger Barichello -ME
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de serviços de pedagogo, para o programa amigo de valor.;. Origem: Processo Licitatório 001/2015 - Pregão: 001/2015. FIA. Vigência: 19/01/2017 à 18/01/2018. Dionísio Cerqueira 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016.
CONTRATANTE:.Fundo da Infância e Adolescência -FIA
CONTRATADO: Ivan de Marco - MEI
Objeto: Contratação de empresa com profissional na área de biologia para o para o programa Resgatando Vidas - Projeto amigo de valor.;. Origem: Processo Licitatório 002/2016 - Pregão: 002/2016. FIA. Vigência: 16/01/2017 à 15/01/2018. Dionísio Cerqueira 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016.
CONTRATANTE:.Fundo da Infância e Adolescência -FIA
CONTRATADO: Jeferson Jonas Ávila -MEI
Objeto: Contratação de empresa com profissional marceneiro com experiência na área de montagem e/ou produção artesanal de móveis para realização de oficinas para os adolescentes participantes do programa resgatando vidas- FIA - Projeto Amigo de Valor. Origem: Processo Licitatório 009/2016 - Pregão: 009/2016. FIA. Vigência: 28/01/2017 à 28/01/2018. Dionísio Cerqueira 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o Resultado do Processo Licitatório 141/2016 - Leilão 141-2016 PMDC - Objeto: venda de ativos inservíveis do município de Dionísio Cerqueira SC Municipal. Vencedores: Lote 001 – Sigma-medica Assistência Técnica Hospitar – Valor R\$ 31.00,00 – Lote 003 – Nivadir Ferreira Lima – Valor R\$ 600,00 – Lote 004- Gilmar Trento – Valor R\$ 11.250,00
Dionísio Cerqueira - 29/12/2016.
Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2016

DECRETO Nº 052, de 23 de novembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 330.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	29.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	51.000,00
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00
339300	CONSORCIOS	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	18.000,00
TOTAL		148.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	152.000,00
TOTAL		152.000,00

07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO	
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	30.000,00
TOTAL		30.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		330.000,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SECRETARIA MUN. DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLAN. DE SANEAMENTO BÁSICO MELHORIAS SISTEMA ÁGUA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	31.000,00
TOTAL		31.000,00
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00
TOTAL		20.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	

310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	100.000,00
TOTAL		100.000,00
05.001.12.361.0050.2009	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2009	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2009	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	REC. DE IMPOSTOS E TRANSF DE IMPOSTOS EDUCAÇÃO	40.000,00
TOTAL		40.000,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	80.000,00
TOTAL		80.000,00
05.001.12.367.0050.2016	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.367.0050.2016	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.367.0050.2016	MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	9.000,00
TOTAL		9.000,00
06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1020000	RECURSOS IMPOSTOS E TRANSFERENCIA SAUDE	50.000,00
TOTAL		50.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		330.000,00

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de novembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 23 de novembro de 2016.
EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 053/2016

DECRETO Nº 053, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a atuação dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal durante o Processo de Transição Governamental, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município; e

Considerando-se a eleição de novo Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual deverá tomar posse no dia 1º de Janeiro de 2017, para o mandato 2017-2020;

Considerando-se a aplicação e observância do princípio da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público; Considerando-se, também, que as condutas dos Administradores Públicos devem ser pautadas na estrita obediência aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência;

Considerando-se, outrossim, a necessidade de transparência na prática dos atos da Administração Pública;

Considerando-se, ainda, ser extremamente necessário subsidiar a candidata eleita para o cargo de Prefeita de Doutor Pedrinho com todos os dados e informações necessárias à implementação do seu programa de governo;

DECRETA:

Art. 1º - Transição governamental é o ato mediante o qual o atual Governo objetiva instrumentalizar condições para que a candidata eleita para o cargo de Prefeita de Doutor Pedrinho possa receber todos os dados e informações necessárias à manutenção da continuidade dos serviços públicos e à implementação do programa da nova gestão da Administração Municipal.

Parágrafo único – Caberá a Sra. Tassiana Ouriques Becker, indicada pela Prefeita eleita, Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, a coordenação executiva da Comissão dos Trabalhos de transição governamental, sendo também membros da referida comissão os:

I - indicados pela Prefeita eleita e seu vice, inclusive os mesmos: José Marcos Claudino dos Santos, Márcio Travaglia, Ercides Giacomozzi, Janaína Lenzi de Castilho, Josiane Dalpiaz, Cristiane Tonolli Tomelim, Adriana Seibel, Joel Maciel, Nestor Seibel, Hercules Menezes, Rodrigo Valandro Sevarolli, Simoni Mércia Mesch Nones e Artino Dalpiaz; e

II - indicados pelo atual Prefeito de Doutor Pedrinho: João Oslin Odorizzi, Edir Ana Frainer Mazzi, Karim Denise Viviani, Leonardo Kruger e Guilherme Giacomozzi da Silva.

Art. 2º - O processo de transição tem início na data de publicação deste decreto e se encerra com a posse da Prefeita eleita.

§ 1º - As atividades da Comissão de Transição serão realizadas no recinto da Prefeitura de Doutor Pedrinho, preferencialmente em horário sequencial ao de atendimento ao público, de forma a evitar prejuízo a comunidade.

§ 2º - As pessoas mencionadas no parágrafo único do artigo 1º deste Decreto, que forem servidores do município de Doutor Pedrinho, exercerão os trabalhos de transição governamental sem prejuízo de suas funções regulares na Administração Pública e sem qualquer acréscimo remuneratório.

§ 3º - As decisões da Comissão de Transição a respeito de informação, documento ou material requisitado, bem como de justificativas e pedidos de prorrogação de prazo para atendimento, serão

tomadas pela maioria simples dos integrantes em reunião própria, convocada pela Coordenadora Executiva através de comunicação dirigida a todos os integrantes.

Art. 3º - A candidata eleita para o cargo de Prefeita de Doutor Pedrinho, terá acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do Governo Municipal.

Parágrafo Único – Sem prejuízo da publicidade convencional relativa as contas públicas e da disponibilização de informações através do Portal da Transparência, a Administração também deverá publicar informações em seu site institucional relativas aos saldos financeiros apurados no final do exercício atual.

Art. 4º - Os pedidos de acesso às informações de que trata o art. 3º ou outras, qualquer que seja a sua natureza, deverão ser formulados por escrito e encaminhados a Coordenadora Executiva da Comissão de Transição, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal os dados solicitados.

§ 1º - O órgão, a entidade ou o servidor instado a se manifestar deverá fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias, salvo justificativa relevante ou, ainda, no caso de determinação diversa da Coordenadora Executiva da Comissão.

§ 2º - As informações serão prestadas no prazo máximo de dez dias, contados da data do protocolo da solicitação.

§ 3º - Informações e dados estatísticos de domínio público e aqueles constantes de estudos já finalizados poderão ser prestados a qualquer tempo.

Art. 5º - Sem prejuízo do disposto nos artigos antecedentes, a Coordenadora Executiva da Comissão solicitará informações circunstanciadas sobre:

- I – programas realizados e em execução relativos ao período do mandato do Prefeito atual;
- II – assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos cem primeiros dias do novo governo;
- III – projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos;
- IV – glossários de projetos, termos técnicos e siglas utilizadas pela Administração Pública Municipal.

Art. 6º - As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 7º - Os programas, projetos, contratos, convênios e o inventário do patrimônio mobiliário, devidamente especificados em relatório, serão entregues aos membros da equipe de transição da Prefeita eleita ou aos novos dirigentes, mediante recibo.

Art. 8º - Os bens móveis de propriedade do Município de Doutor Pedrinho, em posse dos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão, tais como veículos, computadores, aparelhos celulares, notebooks e similares, deverão ser entregues aos respectivos órgãos de administração patrimonial até o dia 20 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único – Os computadores, notebooks e similares não podem ser objeto de formatação ou exclusão de arquivos e informações de interesse público e/ou relativos aos serviços públicos das Unidades Administrativas, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Art. 9º - As eventuais dúvidas para execução deste Decreto serão dirimidas pela Comissão dos Trabalhos de transição governamental, cabendo a Coordenadora Executiva requisitar a expedição de normas complementares, se necessário.

Art. 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de Novembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

Hartwig Persuhn
Prefeito de Doutor Pedrinho

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

Edir Ana Frainer Mazzi
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 054/2016

DECRETO Nº 054, de 25 de novembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 45.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento - Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3100000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
3190000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1020000	RECEITAS DE IMPOSTOS SAÚDE	23.000,00	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1020000	RECEITAS DE IMPOSTOS SAÚDE	20.000,00	

3350000	TRANSFERÊNCIAS A INST. PRIV S/ FINS LUCRATIVOS		
1020000	RECEITAS DE IMPOSTOS SAÚDE	2.000,00	
TOTAL		45.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		45.000,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1020000	RECEITAS DE IMPOSTOS SAÚDE	45.000,00	
TOTAL		45.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		45.000,00	

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de novembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 25 de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 055/2016

DECRETO Nº 055, de 25 de novembro de 2016.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

08.002.27.812.0050.2018	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA		
08.002.27.812.0050.2018	DESPORTO		
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00	
TOTAL		12.000,00	
06.002.08.244.0140.2022	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
447100	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,00	
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339300	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.000,00	
337100	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,00	

317100	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,00	
TOTAL		10.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		22.000,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.002.08.244.0140.2022	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL		
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00	
TOTAL		10.000,00	
08.002.27.812.0050.2018	SEC. MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
08.002.27.812.0050.2018	DESPORTO		
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	12.000,00	
TOTAL		12.000,00	
08.003.23.695.0090.1033	SEC. MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
08.003.23.695.0090.1033	TURISMO		
08.003.23.695.0090.1033	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, MIRANTES E ACESSO A PONTOS TURÍSTICOS		
4000000	DESPESAS DE CAPITAL		
4400000	INVESTIMENTOS		
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00	
TOTAL		10.000,00	
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRÍCOLA		
4000000	DESPESAS DE CAPITAL		
4400000	INVESTIMENTOS		
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	8.000,00	
TOTAL		8.000,00	
TOTAL		40.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		40.000,00	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotação R\$ 22.000,00
 Superavit Financeiro R\$ 18.000,00
 Total R\$ 40.000,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 25 de novembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
 Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Doutor Pedrinho, SC, 25 de novembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
 Técnica em Contabilidade.
 Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 056/2016

DECRETO Nº 056, de 01 de dezembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 120.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1380500	PMAQ	6.000,00	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339300	CONSORCIOS		
1380800	FARMACIA BÁSICA FEDERAL	3.000,00	
TOTAL		9.000,00	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00	
TOTAL		50.000,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00	
TOTAL		50.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		109.000,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, excesso de arrecadação e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1380500	PMAQ	6.000,00	
1380800	FARMACIA BÁSICA FEDERAL	3.000,00	
1380100	PAB	9.000,00	
TOTAL		18.000,00	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL		
4400000	INVESTIMENTOS		

4490000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3110000	SUPERAVIT FINANCEIRO	2.000,00	
TOTAL		52.000,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	50.000,00	
TOTAL		50.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		120.000,00	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotaçãoR\$ 109.000,00
Excesso de ArrecadaçãoR\$ 9.000,00
Superavit FinanceiroR\$ 2.000,00
TotalR\$ 120.000,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 01 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 057/2016

DECRETO nº 057, de 01 de Dezembro de 2016.

Abre novas vagas para emprego público de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, e autoriza o recrutamento de remanescentes do Concurso Público nº 01/2016.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nas Leis Complementares nº 32, de 06/04/2004, e nº 50, de 16/10/2006; e
Considerando-se que o Edital de Concurso Público nº 01/2016, de 11/01/2016, prevê a convocação dos classificados remanescentes no caso de abertura de novas vagas durante seu prazo de validade;
Considerando-se a necessidade de pessoal para manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertas vagas de emprego público para provimento efetivo, conforme abaixo especificado, e autorizado o recrutamento de candidatos remanescentes do Concurso Público nº 01/2016:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Nº de Vagas	Denominação do Emprego Público
01	Agente Administrativo II

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de Dezembro de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 01 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade

DECRETO Nº 058/2016

DECRETO nº 058, de 09 de Dezembro de 2016.

Disciplina o calendário de férias coletivas 2016/2017 dos servidores do Município de Doutor Pedrinho.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, incisos II, V e VII, c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990; e

- CONSIDERANDO-SE o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na Convenção no 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT internacionalizada pelo decreto nº 3.197, de 05/10/1999, e outras normas aplicáveis às férias de servidores públicos sob o regime jurídico celetista;

- CONSIDERANDO-SE o disposto no art. 81 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido calendário de férias coletivas aos servidores públicos municipais no encerramento do exercício 2016 e dias iniciais de 2017, disciplinadas na forma deste decreto.

Parágrafo Único - Os serviços considerados essenciais serão mantidos pelo Município de acordo com a demanda de cada setor, preferencialmente em regime de sobreaviso, plantão e/ou escala especial.

Art. 2º - Na aplicação do calendário de férias observar-se-á o seguinte:

I - Os servidores da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Turismo e Secretaria de Desporto e Cultura estarão de férias coletivas no período de 21 de dezembro de 2016 até 08 de janeiro de 2017, retornando as atividades normais no dia 09 de janeiro de 2017;

II - Os servidores da Secretaria de Saúde e Assistência Social estarão de férias coletivas no período de 19 de dezembro de 2016 até 08 de janeiro de 2017, retornando as atividades normais no dia 09 de janeiro de 2017;

III - O saldo remanescente de férias dos servidores submetidos ao calendário de que trata este decreto permanecerá para gozo em período a ser definido posteriormente, de acordo com o disposto no § 1º do artigo 139 da CLT.

§ 1º - Os serviços de coleta de lixo, manutenção do setor de mudas e irrigações de ruas serão prestados regularmente, observado o disposto no parágrafo único do art. 1º deste decreto.

§ 2º - Os servidores da Secretaria de Administração e Finanças responsáveis pelo encerramento das contas anuais e expedição de balancetes, balanços e relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal manterão suas atividades de acordo com as necessidades internas.

§ 3º - A Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Turismo manterá, durante o período de férias coletivas, plantão (e/ou sobreaviso) de dois servidores para prestar os atendimentos regulares.

§ 4º - A Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos manterá, durante o período de férias coletivas, plantão (e/ou sobreaviso) um servidor para manutenção do serviço de irrigação das ruas e três servidores para manutenção do recolhimento do lixo.

§ 5º - A Secretaria de Saúde e Assistência Social manterá seus serviços da seguinte forma:

I - atendimento de emergências com as ambulâncias durante o período de férias coletivas, além da equipe de plantão com atendimento médico, dentista e de enfermagem nos dias 19 a 23 e 26 a 30 de dezembro de 2016 e nos dias 02 a 06 de janeiro de 2017;

II – nos dias 24 e 25 de dezembro de 2016 e 31 e 01 de janeiro de 2017 não haverá atendimento médico, odontológico e de enfermagem, apenas atendimento de emergências com as ambulâncias, que atuarão em regime de sobreaviso.

§ 6º - Aos servidores que atuarem nos serviços considerados essenciais, durante o período mencionado nos incisos I e II do caput deste artigo, será concedido férias em outra época, na forma da lei.

Art. 3º - Os servidores da Secretaria de Educação e Promoção Social que atuam nos Núcleos observarão o previsto no calendário escolar em relação ao período de férias, enquanto que os lotados no Centro de Educação Infantil Frei Bruno Linden (creche) e aqueles que atuam na Unidade de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho terão férias coletivas no período de 23 de dezembro de 2016 a 08 de Janeiro de 2017.

Art. 4º - O cômputo das férias usufruídas na forma do calendário estabelecido neste decreto dar-se-á de acordo com a legislação trabalhista.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 09 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 059/2016

DECRETO Nº 059, de 09 de dezembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 53.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento - Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1010000	RECURSOS IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00	
TOTAL		30.000,00	
04.001.15.452.0020.2007	SEC MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	SEC MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1080000	COSIP	13.000,00	
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
TOTAL		18.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		48.000,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1010000	RECURSOS IMPOSTOS EDUCAÇÃO	30.000,00	
TOTAL		30.000,00	
04.001.15.452.0020.2007	SEC MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	SEC MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO SERVIÇOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
4000000	DESPESAS DE CAPITAL		
4400000	INVESTIMENTOS		
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1080000	COSIP	13.000,00	
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
TOTAL		23.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		53.000,00	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotação R\$ 48.000,00
 Superavit Financeiro R\$ 5.000,00
 Total R\$ 53.000,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
 HARTWIG PERSUHN
 Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Doutor Pedrinho, SC, 09 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
 Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 060/2016

DECRETO Nº 060, de 14 de dezembro de 2016.
 Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.175,90.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 38.607,90 (trinta e oito mil seiscentos e sete reais e noventa centavos), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339300	CONSORCIOS		
1670300	FARMACIA BÁSICA ESTADUAL	2.485,90	
TOTAL		2.485,90	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00	
TOTAL		20.000,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIARIO		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
TOTAL		5.000,00	
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1360000	SALARIO EDUCAÇÃO	10.000,00	
TOTAL		10.000,00	
08.002.27.812.0050.2018	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA		
08.002.27.812.0050.2018	DESPORTO		
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		

449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.122,00	
TOTAL		1.122,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		38.607,90	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 39.175,90 (trinta e nove mil cento e sessenta e cinco reais e noventa centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1670300	FARMACIA BÁSICA ESTADUAL	2.485,90	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1670300	FARMACIA BÁSICA ESTADUAL	568,00	
TOTAL		3.053,90	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	20.000,00	
TOTAL		20.000,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIARIO		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00	
TOTAL		5.000,00	
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1360000	SALARIO EDUCAÇÃO	10.000,00	
TOTAL		10.000,00	
08.002.27.812.0050.2018	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA		
08.002.27.812.0050.2018	DESPORTO		
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.122,00	
TOTAL		1.122,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		39.175,90	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotação R\$ 38.607,90
Excesso de Arrecadação R\$ 568,00
Total R\$ 39.175,90

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 14 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 061/2016

DECRETO Nº 061, de 14 de dezembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 156.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015 e Lei 877 de 16 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015 e Lei 877 de 16/12/2016).

01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	100.000,00
TOTAL		100.000,00
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.17.512.0020.1011	IMPLANTAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
03.001.14.422.0050.2021	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0050.2021	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.14.422.0050.2021	MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
03.001.22.661.0015.2029	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.22.661.0015.2029	INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
TOTAL		5.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.26.782.0020.1009	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES E PONTILHÕES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00

TOTAL		5.000,00
05.001.12.365.0050.2031	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
05.001.12.364.0050.2015	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.364.0050.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	11.000,00
TOTAL		11.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		156.000,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015 e Lei 877 de 16/12/2016):

08.003.23.695.0090.1033	SECRETARIA MUN. DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
08.003.23.695.0090.1033	SECRETARIA MUN. DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
08.003.23.695.0090.1033	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E MIRANTES	
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		20.000,00
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001.04.122.0015.2003	MAN. DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70.000,00
TOTAL		70.000,00
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	66.000,00
TOTAL		66.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		156.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 14 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 062/2016

DECRETO Nº 062, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Denomina próprios do Município de Doutor Pedrinho, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município; e

Considerando-se que através do Decreto nº 022, de 13/05/2010, declarou de utilidade pública, promovendo a competente desapropriação administrativa do imóvel urbano, situado no lado par da Rua Aparecida, com a área de 14.375,0 m², para implantação de área de lazer no Núcleo urbano Salto Donner;

Considerando-se que a área desapropriada tem valor histórico, já declarado em projeto de captação de recursos para restauração das edificações;

Considerando-se que o patrono da família dos antigos proprietários contribuiu na história de colonização de nosso Município;

Considerando-se que nada obsta que o nome dado a determinado próprio municipal cumpra não só a função de permitir sua identificação e exata localização, mas sirva também para homenagear pessoas ou fatos históricos;

Considerando-se que a nomenclatura de próprios municipais é prática de atos concretos de administração;

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado como "ESTRUTURA DE APOIO AO VISITANTE CIDADE DE DOUTOR PEDRINHO", a edificação, de propriedade do Município de Doutor Pedrinho, construída no imóvel matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob nº 254, livro nº 2, situado no lado par da Rua Aparecida, nº 290, em Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo Único – A praça pública existente em frente a edificação de que trata o caput deste artigo, fica denominado de "PRAÇA ALOIS DOEMER".

Art. 2º - Para alteração das denominações constantes deste Decreto deverão ser observadas as disposições constantes da Lei Orgânica de Doutor Pedrinho, especialmente no que tange a prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de Dezembro de 2016;
28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

Edir Ana Frainer Mazzi

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 063/2016

DECRETO nº 63, de 14 de Dezembro de 2016.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte do imóvel rural localizado na Rodovia Municipal DPE-465 (Estrada Capivari), neste Município, de propriedade de Anátalia Rodrigues Pomoceno Uller e Gabriela Rosa Uller.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento no Inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal e nos artigos 2º e 5º, alíneas "i" e "p", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações; e

Considerando-se a necessidade de abertura de curvas, alargamento de pista, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e suas alterações, parte do lote de terras rural nº 31, da margem direita do Rio Capivari, sem benfeitorias, localizada na Rodovia Municipal DPE-465 (Estrada Capivari), lugar Capivari, município de Doutor Pedrinho, desta Comarca, distante pelo seu lado direito 3.000 metros da esquina da Rodovia Municipal DPE-465 (Estrada Capivari), lado ímpar com a Rodovia Municipal DPE-467, nesta cidade de Doutor Pedrinho/SC, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 2.217, livro 2, de propriedade de ANATILIA RODRIGUES POMOCENO ULLER, brasileira, viúva, do lar, CPF nº 776.784.199-53 e RG nº 2.747.705-3, e sua filha GABRIELA ROSA ULLER, brasileira, solteira, incapaz, portadora do CPF nº 054.806.819-40 e RG nº 5.226.888-8, representada por sua curadora (mãe), ambas residentes e domiciliadas na Rua Navegantes, s/nº, bairro Nova Rodeio, CEP. 89126-000, no município de Doutor Pedrinho - SC, para abertura de curva, alargamento e retificação de pista da Rodovia Municipal DPE-465 (Estrada geral Capivari).

Parágrafo Único - A área declarada de utilidade pública para fins de desapropriação é parte do imóvel identificado no caput deste artigo e corresponde à área assim descrita: "terreno rural da margem direita do Rio Capivari, situado no lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), município de Doutor Pedrinho-SC., distando a partir de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel, vértice PP, a distância de 3.110,00 metros, do início da Rodovia Municipal DPE-467, lado par, com a área de 695,00m² (seiscentos e noventa e cinco metros quadrados). Sem benfeitorias. Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado esquerdo do imóvel denominado vértice PP, segue pela FRENTE do imóvel, por uma linha sinuosa com distância de 36,00 metros, confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), até o vértice P1; defletindo à direita, segue pelo LADO DIREITO do imóvel, por uma linha reta, com azimute de 309º31'26", e distância de 22,48 metros, confrontando com terras de Angelo Stüller (matrícula nº 324), até o vértice P2; defletindo à direita, segue pelos FUNDOS do imóvel, por uma linha sinuosa, com distância de 34,20 metros, confrontando com a margem direita do Rio Capivari, até o vértice P3; defletindo à direita, segue pelo LADO ESQUERDO do imóvel, por uma linha reta, com azimute de 129º31'26", e distância de 18,15 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Anátalia Rodrigues Pomoceno Uller e Gabriela Rosa Uller (matrícula nº 2.217), até o vértice PP, alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 110,83 metros".

Art. 2º - A desapropriação dos imóveis declarados de utilidade pública por este decreto é considerada de "urgência", razão pela qual

poderá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/45, ou processar-se nos termos do art. 10 c/c art. 15, e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Parágrafo Único – No caso de desapropriação por acordo administrativo, para escrituração da área identificada no parágrafo único do artigo anterior, aplica-se o disposto nas Circulares CGJ nº 309, de 02 de dezembro de 2014, e nº 132, de 10 de setembro de 2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste decreto correm por conta de verba própria, consignada no Orçamento do Município.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de Dezembro de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

Edir Ana Frainer Mazzi
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 064/2016

DECRETO nº 64, de 14 de Dezembro de 2016.

Declara de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação amigável ou judicial, parte dos imóveis situados no lugar Rio Capivari, neste Município, de propriedade de ADEMIR TONOLLI e JACKELINE MARIA DAS GRAÇAS SOBRAL TONOLLI.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72, inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento no Inciso XXIV do art. 5º da Constituição Federal, nos artigos 2º e 5º, alíneas "k" e "p", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e art. 2º, VIII, da Lei nº 4.132, de 10/09/1962; e Considerando-se:

- a necessidade de proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;
- a potencialidade da área para instituição de local de interesse turístico, na forma da Lei nº 6.513, 20/12/1977;
- a possibilidade de utilização destas áreas, locais ou bens que, por suas características, são apropriadas ao desenvolvimento de atividades turísticas no Município de Doutor Pedrinho;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e da Lei nº 4.132, de 10/09/1962, parte das áreas de terras rurais, situadas no lugar Rio Capivari, lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), cidade de Doutor Pedrinho, desta Comarca, devidamente registradas no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrículas nº 6.146 e nº 6.149, livro 2, de propriedade de ADEMIR TONOLLI – CPF nº 382.165.749-91, e sua esposa JACKELINE MARIA DAS GRAÇAS SOBRAL TONOLLI – CPF nº 020.246.477-66, para instituição de local de interesse turístico e proteção de paisagem e local particularmente dotado pela natureza.

Parágrafo Único - As áreas declaradas de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação são partes dos imóveis

identificados no caput deste artigo e correspondem às áreas assim descritas:

I – Área 01: “terreno rural da margem direita do Rio Capivari, situado no lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), município de Doutor Pedrinho-SC., distando a partir de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, vértice PP, a distância de 222,00 metros, da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal DPE-454 (estrada geral Coqueiral), com a área de 11.096,00m² (onze mil e noventa e seis metros quadrados). Sem benfeitorias. Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado vértice PP, segue pela FRENTE do imóvel, por uma linha sinuosa com distância de 100,00 metros, confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), até o vértice P1; defletindo à esquerda, segue pelo LADO ESQUERDO do imóvel, por uma linha reta, com azimute de 346°08'19”, e distância de 36,00 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Ademir Tonolli (matrícula nº 6.146), até o vértice P2; defletindo à esquerda, segue por uma linha reta, com ângulo interno de 140°44'59”, azimute de 306°53'18”, e distância de 60,83 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Ademir Tonolli (matrícula nº 6.146), até o vértice P3; defletindo à esquerda, segue por uma linha reta, com ângulo interno de 137°19'54”, azimute de 264°13'12”, e distância de 99,80 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Ademir Tonolli (matrícula nº 6.146), até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue pelos FUNDOS do imóvel, por uma linha sinuosa, com distância de 28,00 metros, confrontando com a margem direita do Rio Capivari, até o vértice P5; defletindo à esquerda, segue pelo LADO DIREITO do imóvel, por uma linha sinuosa, com distância de 99,60 metros, confrontando com a margem direita de um Ribeirão sem denominação, até o vértice PP, alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 424,23 metros”.

II – Área 02: “terreno rural da margem direita do Rio Capivari, situado no lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), município de Doutor Pedrinho-SC., distando a partir de um ponto formado pela interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel, vértice PP, a distância de 82,00 metros, da esquina formada com o lado ímpar da Rodovia Municipal DPE-454 (estrada geral Coqueiral), com a área de 4.387,64m² (quatro mil, trezentos e oitenta e sete metros e sessenta e quatro décimos quadrados). Sem benfeitorias. Iniciando em um ponto localizado na interseção da divisa de frente com o lado direito do imóvel denominado vértice PP, segue pela FRENTE do imóvel, por uma linha sinuosa com distância de 140,00 metros, confrontando com o lado par da Rodovia Municipal DPE-465 (estrada geral Capivari), até o vértice P1; defletindo à esquerda, segue pelo LADO ESQUERDO do imóvel, por uma linha sinuosa, com distância de 38,74 metros, confrontando com a margem esquerda de um Ribeirão sem denominação, até o vértice P2; defletindo à esquerda, segue por uma linha sinuosa com distância de 63,70 metros, confrontando com a margem esquerda de um Ribeirão sem denominação, até o vértice P3; defletindo à esquerda, segue pelos FUNDOS do imóvel, por uma linha sinuosa, com distância de 77,30 metros, confrontando com a margem direita do Rio Capivari, até o vértice P4; defletindo à esquerda, segue pelo LADO DIREITO do imóvel, por uma linha reta, com azimute de 178°56'01”, e distância de 79,00 metros, confrontando com a área remanescente de propriedade de Ademir Tonolli (matrícula nº 6.149), até o vértice PP, alcançando a divisa de frente do imóvel, início desta descrição, com uma distância perimetral de 398,74 metros”.

Art. 2º - A desapropriação dos imóveis declarados de utilidade pública e de interesse social por este decreto, é considerada de “urgência”, razão pela qual poderá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/45, ou

processar-se nos termos do art. 10 c/c art. 15, e seus parágrafos, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º - As despesas decorrentes deste decreto correm por conta de verba própria, consignada no Orçamento do Município.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de Dezembro de 2016;

28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

Edir Ana Frainer Mazzi

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 065/2016

DECRETO Nº 065, de 15 de dezembro de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339300	CONSORCIOS		
1020000	RECEITA IMPOSTOS SAUDE	15.000,00	
TOTAL		15.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		15.000,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1020000	RECEITA IMPOSTOS SAUDE	15.000,00	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1670300	FARMACIA BASICA ESTADUAL	2.000,00	
TOTAL		17.000,00	
06.001.10.301.0150.1029	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.1029	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE		
06.001.10.301.0150.1029	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES SANITARIAS		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1670200	COFINANCIAMENTO	5.000,00	
TOTAL		5.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		22.000,00	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotaçãoR\$ 15.000,00
Excesso de ArrecadaçãoR\$ 7.000,00
TotalR\$ 22.000,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 15 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 066/2016

DECRETO Nº 066, de 20 de dezembro de 2016.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 68.800,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 61.800,00 (sessenta e um mil e oitocentos reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1010000	RECEITA IMPOSTOS EDUCAÇÃO	13.000,00	
TOTAL		13.000,00	
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1360000	SALARIO EDUCAÇÃO	7.400,00	
TOTAL		7.400,00	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
447100	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	8.000,00	
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
317100	TRANSFERENCIA A CONSORCIOS PÚBLICOS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.400,00	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00	
TOTAL		21.400,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIARIO		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00	
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00	
TOTAL		17.000,00	
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.000,00	
TOTAL		3.000,00	
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		61.800,00	

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 68.800,00 (sessenta e oito mil oitocentos reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1010000	RECEITA IMPOSTOS EDUCAÇÃO	13.000,00	
TOTAL		13.000,00	
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL		
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO		
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1360000	SALARIO DA EDUCAÇÃO	7.400,00	
TOTAL		7.400,00	
08.002.27.812.0050.2018	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO		
08.002.27.812.0050.2018	DESPORTO		
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR		
300000	DESPESAS CORRENTES		
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
319000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00	
TOTAL		7.000,00	
03.001.04.122.0015.2003	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
03.001.04.122.0015.2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	21.400,00	
TOTAL		21.400,00	
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS		
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIARIO		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	17.000,00	
TOTAL		17.000,00	
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.2026	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
07.001.20.606.0110.2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	3.000,00	
TOTAL		3.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		68.800,00	

Art.3º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Anulação de dotação R\$ 61.800,00
 Superavit Financeiro R\$ 7.000,00
 Total R\$ 68.800,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
 Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
 Doutor Pedrinho, SC, 20 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
 Técnica em Contabilidade
 Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 067/2016

DECRETO Nº 067, de 21 de dezembro de 2016.
 Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.500,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	CÂMARA DE VEREADORES	
01.001.01.031.0001.1002	AQUISIÇÃO DE TERRENO E CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA	
4000000	DESPESAS DE CAPITAL	
4400000	INVESTIMENTOS	
4490000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	32.000,00
	TOTAL	32.000,00
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
	TOTAL	7.000,00
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.306.0050.2010	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.200,00
	TOTAL	7.200,00
05.001.12.365.0050.2031	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2031	MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.003.08.243.0140.2023	MANUT. DO FUNDO MUNIC. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	4.300,00
	TOTAL	4.300,00
	TOTAL	60.800,00
	TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO	60.500,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO	
3000000	DESPESAS CORRENTES	
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	60.500,00
	TOTAL	60.500,00
	TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO	60.500,00

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 21 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 068/2016

DECRETO Nº 068, de 23 de dezembro de 2016.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.200,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais), do Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
3000000	DESPESAS CORRENTES		
3300000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3390000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1380500	PMAQ	5.200,00	
	TOTAL	5.200,00	
	TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO	5.200,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação R\$ 5.200,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 23 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 23 de dezembro de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA no 110, de 28 de Dezembro de 2016.

Dispensa servidores do exercício de Função Gratificada, a contar de 1º de janeiro de 2017.

O Prefeito de Doutor Pedrinho - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e fundado no art. 37, V, da Constituição Federal, no artigo 468, Parágrafo Único, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, no art. 14-B da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, no art. 15 da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, no art. 16 da LC nº 49, de 06/10/2006, e no art. 51, I, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2016; e Considerando-se o término de mandato da atual gestão e o critério de confiança que rege a designação e manutenção das funções gratificadas do atual período de governo;

Considerando-se a necessidade de restauração da liberdade discricionária à nova gestora, assegurando que promova as próprias designações de servidores efetivos para exercício de FGs, de acordo com seus critérios de conveniência e oportunidade; resolve;

DISPENSAR DE FUNÇÃO GRATIFICADA

Os Servidores abaixo relacionados, a contar de 1º de Janeiro de 2017:

Nome do(a) Servidor(a)	Emprego Público	Portaria de Designação nº
Ademir Klitzke	Pedreiro	047/2015
Adilson José Nicoceli	Operador de Máquinas	081/2016
Edir Ana Frainer Mazzi	Técnica em Contabilidade	090/2016
Jaqueline Cesario	Agente Administrativo II	043/2014
José Marcos Claudino dos Santos	Engenheiro Agrônomo	819/2004
Mariane Lúcia Bowens	Professora II	068/2009
Mario Benicio Viviani	Fiscal de Tributos	046/2012
Marizete Dolores Nones Fiamoncini	Agente Administrativo II	087/2009
Marlene Ossemer Martins	Auxiliar de Serviços Gerais	071/2011
Miriam Aparecida Floriano Kisner	Educadora Infantil II	051/2016
Neiva Cristofolini	Auxiliar Administrativo	134/2011
Nesio Koslowski	Marteleteiro	620/2002

Patricia Pessatto da Silva	Assistente Social	076/2012
Paulo Andrey Vicente	Fiscal de Posturas	096/2011
Ramariz Mateus Uber	Servente de Obras	098/2011
Simone Maas Kunkel	Educadora Infantil I	107/2011
Tassiana Ouriques Becker	Agente Administrativo II	141/2014
Valdecir Cachoeira Bueno	Mecânico	070/2011
Valkiria Terezinha Frainer Fronza	Auxiliar de Enfermagem	093/2013

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 28 de dezembro de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Flor do Sertão

PREFEITURA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 027/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 027/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa RADIODÔNTICA SERVIÇOS RADIOLÓGICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº. 1387, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.564.215/0001-23, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Vilmar Cleoci Siviero, brasileiro, inscrito no CPF nº 715.467.589-68, portador da Cédula de Identidade nº. 2.423.944, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto credenciar de pessoas físicas e Jurídicas para serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde, conforme credenciamento nº 06/2015, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme RELAÇÃO EM ANEXA AO PRESENTE TERMO ADITIVO:

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até dia 31 de Dezembro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Vilmar Cleoci Siviero
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 03/2016

TERMO ADITIVO N.º 1/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 03/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.566.621/0001-08, com sede Av. Flor do Sertão, 696, CEP 89878-000, na cidade de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor ROGERIO PERIN, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 03/2016, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 03/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 0,00

3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 5.880,00 (Cinco mil oitocentos e oitenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 490,00 (Quatrocentos e noventa reais), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 0858-3, Conta Corrente n.º 203518-9, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores

decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º 663/2016 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 03/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 30 de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN Prefeito(a) de FLOR DO SERTAO CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA
--

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 04/2016

TERMO ADITIVO N.º 1/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 04/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.566.621/0001-08, com sede Av. Flor do Sertão, 696, CEP 89878-000, na cidade de FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor ROGERIO PERIN, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o n.º 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.456.574 SSP/SC, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 04/2016, celebrado em 2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 04/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2017	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2017
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2017			R\$ 3.360,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), cada uma delas, sendo depositadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, na Agência n.º 3174-7, Conta Corrente n.º 2013-3, de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do município para o exercício de 2017.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 004/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 30 de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN Prefeito(a) de FLOR DO SERTAO CONTRATANTE	GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA CONTRATADA
---	---

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativa do CIGA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 07/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 07/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.867.301/0002-06, com sede na Rua Santos Dumont, nº. 186 na cidade de Herval D'Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo Antonio Pozzobon, inscrito no CPF sob o nº 384.206.869-72, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas clausulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, dos Itens 3, 5 e 6 do contrato supra citado que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO DA SAÚDE, conforme processo licitatório nº. 1939/2015 na modalidade Pregão Presencial nº. 27/2015, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	Mensal	12	Locação e manutenção mensal do Sistema de Gestão da Saúde (Pacote Básico).	650,00	7.800,00
5	Hora	50	Hora Técnica	80,00	4.000,00
6	Un.	10	Deslocamento diário	180,00	1.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até dia 31 de Dezembro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Ronaldo Antonio Pozzobon
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 09/2015

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 009/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado SIIM SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Guilherme Jose Missen, nº. 187, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.503.895/0001-51, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Ricardo Bortolotti, inscrito no CPF nº 020.032.179-08, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Segundo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 009/2015 de serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde de acordo com o credenciamento nº 16/2014 até 31 de Dezembro de 2016, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		RICARDO BORTOLOTTI
CREDENCIANTE		REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 09/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 009/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.245.502/0001-04, com sede na Avenida Garibaldi, nº. 340, sala 104, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado pelo Sr. PATRICK CANTON, inscrito no CPF sob o nº 023.318.399-05, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado pelo prazo de 12 meses, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO INTERNET DISPONDO DE 24 HORAS POR

DIA, 7 DIAS DA SEMANA PARA OS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA de acordo o Processo Licitatório nº. 28/2016 na modalidade Pregão Presencial nº. 001/2016, conforme prevê em sua clausula segunda, a qual a contratada se compromete em entregar os seguintes serviços:

ITEN	QTDE.	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, COM 10Mbps DE DOWNLOAD E 3 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 380,00
2	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E COLEGIO EDUCACIONAL PADRE LUIZ MUHL, COM 10Mbps DE DOWNLOAD E 3Mbps DE UPLOAD, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 380,00
3	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA A SECRETARIA DA SAUDE, COM 10Mbps DE DOWNLOAD E 3 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 380,00
4	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA, COM 10Mbps DE DOWNLOAD E 3 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 380,00
5	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA O DEPARTAMENTO DE ESPORTES, COM 5Mbps DE DOWNLOAD E 1Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 130,00
6	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA O DEPARTAMENTO CRAS, COM 5 Mbps DE DOWNLOAD E 1 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 130,00
7	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA O SCFV, COM 5 Mbps DE DOWNLOAD E 1 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 130,00
8	12	MES	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA A BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL, COM 5 Mbps DE DOWNLOAD E 1 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR FACILIDADE WIFI.	R\$ 130,00
9	12	MÊS	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA A ACADEMIA DE SAÚDE, COM 5 Mbps DE DOWNLOAD E 1 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR FACILIDADE WIFI.	R\$ 130,00
10	12	MÊS	SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET MENSAL PARA O CONSELHO TUTELA, COM 5 Mbps DE DOWNLOAD E 1 Mbps DE UPLOAD PARA CADA DEPARTAMENTO, COM GARANTIA DE BANDA MÍNIMA DE 100% DE DOWNLOAD E UPLOAD, COM INSTALAÇÃO E DISPOSIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS NECESSARIOS PARA Á PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM DISTRIBUIDOS E DISPONIBILIZADOS, SENDO QUE TODOS OS PONTOS DE ACESSO DEVERÃO TER UM IP VALIDO.	R\$ 130,00
11	12	MÊS	INTRANET PARA TRANSPORTE DE VOZ, TELEFONIA STFC, INTERLIGANDO OS RAMAIS DA ADMINISTRAÇÃO COM OS DEMAIS SETORES.	R\$ 180,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		PATRICK CANTON
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 10/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO Nº 010/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, com sede na Av. Sete de Setembro, 211, na cidade de Maravilha-SC, neste ato representada por sua representante legal Sra. JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem realizar o Quinto termo aditivo do Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado pelo prazo de 12 meses, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS E PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVÉS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA DE ACORDO COM AS NORMAS PERTINENTES de acordo o Processo Licitatório nº. 11/2016, na modalidade Tomada de Preço nº. 01/2016, de acordo com os seguintes serviços.

ITEM	QTDE	UN	OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	12	MÊS	SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES URBANOS E SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, ATRAVÉS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. (CLASSE II A e II B).	8.491,84	101.902,08
02	12	MES	SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE. (CLASSE A1, A4 e E).	1.000,00	12.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN
Prefeito Municipal

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI
Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

LEANDRO NEUHAUS
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM
CPF: 010.389.549-32

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 104/2013

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 104/2013

CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado PEDRO JOSÉ DALL' AGNOL, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 384.382.089-91, residente na Linha Fuzil, na cidade de Flor do Sertão – SC, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 1323/2013 Modalidade de Concorrência nº. 02/2013, resolvem realizar o Quarto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E PAGAMENTO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de 12 meses da vigência do contrato supra citado, que tem como objeto a CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO A TÍTULO PRECÁRIO E ONE-ROSO, OBJETIVANDO A CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL MUNICIPAL,:

DO PAGAMENTO:

O PAGAMENTO SERÁ NO VALOR DE 20 (vinte) SACOS DE MILHO À SEREM PAGOS AO MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO;

Obs: Serão utilizados os preços mínimos praticados pelo governo referente ao saco de milho conforme o dia que será efetuado o pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	PEDRO JOSÉ DALL' AGNOL
CONTRATANTE	CONTRATADO
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 13/2015

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 013/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF

sob o nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado CELSO DE ROSS RESTAURANTE – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº. 1323, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 85.230.399/0001-50, neste ato representado pelo Sr. Celso de Ross, inscrito no CPF nº 076.195.889-49, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Segundo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 13/2015 por 12 meses e um reajuste de 4% (quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes, cujo objeto consiste no fornecimento de refeições para a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão de acordo com o credenciamento nº 14/2014, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI.
Fornecimento de refeições contendo bifê com pratos quentes, saladas diversas, refrigerante médio 300 ml e sobremesas.	24,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	CELSO DE ROSS
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 14/2015

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 014/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado CDIP-SUL – CLINICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 430 - O, Centro, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.427.099/0002-68, neste ato representado pelo Sr. Silvano de Pariz, inscrita no CPF nº 579.998.729-20, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Segundo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 014/2015 de serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde de acordo com o credenciamento nº 16/2014 até 31 de Dezembro de 2017, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

ROGERIO PERIN		SILVANO DE PARIZ
CREDENCIANTE		REPRESENTANTE CREDENCIADA

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 15/2013

TERMO ADITIVO Nº 005/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa BASSANI & ZANLUCHI TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.209.451/0001-36, com sede na cidade de FLOR DO SERTÃO, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Quinto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação por 12 meses do contrato nº. 015/2013 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1808/2012, modalidade Pregão Presencial nº. 20/2012 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua cláusula oitava, conforme a seguinte relação de serviços:

ITENS	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	26.420,00	SVÇ	INICIO DO ROTEIRO NO TURNO MATUTINO EM Lª ALTO DO SARGENTO EM DIREÇÃO A SÃO MIGUEL DA BOA VISTA CONTORNANDO PELA Lª COSTA DO SARGENTO, PASSANDO POR Lª POÇO RICO BAIXO EM DIREÇÃO A Lª MARMELEIRO ATÉ NO ENCONTRO COM A ESTRADA QUE VEM DE Lª FLOR DA SERRA ATÉ FLOR DO SERTÃO. RETORNANDO NO FINAL DA MANHÃ PELO MESMO TRAJETO. NO TURNO VESPERTINO NO TRAJETO DE VINDA, PERCORRER O MESMO TRAJETO EXCLUINDO O ALTO SARGENTO PARA COSTA DO SARGENTO, MAS REPETINDO-O NO FINAL DA TARDE COM PERCURSO ATÉ ALTO SARGENTO. PERCORRENDO 81 KM DIÁRIOS. NO TURNO MATUTINO E VESPERTINO ENTRANDO NA PROPRIEDADE DE ANGELINA RAMOS E RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO. E NO PERÍODO NOTURNO SAINDO DO MESMO ROTEIRO DA LINHA ORIGINAL, FAZENDO O CONTORNO PELA LINHA POÇO RICO BAIXO INDO ATÉ AS PROXIMIDADES DA PROPRIEDADE DO SR. CLAUDIR CHARNOSKI, FAZENDO O ROTEIRO PELA LINHA COSTA DO SARGENTO ATÉ SAIR NOVAMENTE NA LINHA POÇO RICO BAIXO E ENTRANDO NA SUA ROTA ORIGINAL. PERCORRENDO 44 KM DIÁRIOS.SOMANDO UM TOTAL DE 125 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,40	R\$ 89.828,00
2	23.661,00	SVÇ	INICIO NO TURNO MATUTINO EM Lª POÇO R. BAIXO NA PROP. DO LOIVO DOS SANTOS RETORNANDO POR ESTA ESTRADA ATÉ A RES. DO BOTECA, DIRIGINDO-SE ATÉ A PROPRIEDADE DO ALCENO SPODE, PASSANDO POR Lª PERITIBA ATÉ ENCONTRAR A ESTRADA GERAL DE Lª P. BRANCA, ALI TOMANDO UMA ESTRADA SECUNDÁRIA ATÉ A PROP. DO ERNO FRIES, RETORNANDO PELA MESMA VIA ATÉ Lª P. BRANCA DIRIGINDO-SE A F. DO SERTÃO. NO FINAL DO PERÍODO MATUTINO, RETORNAR PELO MESMO TRAJETO E AO CHEGAR NO FINAL DE Lª PERITIBA DIRIGIR-SE EM DIREÇÃO A Lª CONSOLADORA ATÉ A RES. DO VALDECIR MERLO, RETORNANDO PELA MESMA ATÉ A PROPRIEDADE DO ORIDES DOS SANTOS. NO TURNO VESPERTINO O MESMO TRAJETO ATÉ A RES. DO BOTECA DIRIGINDO-SE A Lª PERITIBA, PEDRA BRANCA ATÉ A RESIDÊNCIA DO SR. ERNO FRIES, RETORNANDO ATÉ FLOR DO SERTÃO E NO FINAL DA TARDE PELO MESMO TRAJETO INCLUINDO A RESIDÊNCIA DO SR. VALDECIR MERLO. NO PERCURSO NO TURNO NOTURNO, INICIA EM LINHA POÇO RICO BAIXO NAS PROXIMIDADES DO SR. ORIDES DOS SANTOS, PASSANDO POR LINHA MARMELEIRO ATÉ FLOR DO SERTÃO, SEMPRE PELA ESTRADA GERAL BEIRANDO O RIO SARGENTO. RETORNAR PELO MESMO TRAJETO ATÉ O PONTO DE ORIGEM, PERCORRENDO 101 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,20	R\$ 75.715,20

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		NERI POOTER BASSANI
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 15/2014

TERMO ADITIVO Nº 003/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob o Nº 00.956.777/0001-24, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº. 915, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representado pelo Sr. EDNEI RODRIGUES, Inscrição no CPF sob o Nº 520.736.709-97, doravante denominada de contratada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o terceiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE COPIADORAS/IMPRESSORAS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL de acordo o Processo Licitatório nº. 2055/2013, na modalidade de Convite nº. 35/2013, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	250.000	FL	CÓPIAS EM FOLHA DE PAPEL A4 EM PRETO E BRANCO	R\$ 0,06	15.000,00
2	40.000	FL	CÓPIAS EM FOLHA DE PAPEL A4 COLORIDAS	R\$ 0,08	3.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		EDNEI RODRIGUES
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 15/2015

TERMO ADITIVO Nº 002/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado CDIP-SUL – CLINICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Brasil, nº. 230 - O, na cidade de Pato Branco - SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.427.099/0001-87, neste ato representado pelo Sr. Silvano de Pariz, inscrita no CPF nº 579.998.729-20, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Segundo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 015/2015 de serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde de acordo com o credenciamento nº 16/2014 até 31 de Dezembro de 2017, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	SILVANO DE PARIZ
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 19/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 019/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa PROTEGY – SALA DE VACINAS E FONOAUDIÓLOGA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.205.676/0001-08, estabelecida na Avenida Sul Brasil,

nº. 583 na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pela sua Sócia Administradora, Sra. Patrícia Simon, inscrita no CPF nº 020.559.369-05, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.128.301, doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Primeiro Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato por 12 meses, que tem como objeto a prestação de serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde de acordo com o credenciamento nº 16/2014, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira, na qual a empresa se compromete em realizar os seguintes serviços:

Descrição dos Serviços	Valor Unitario
Audiometria Tonal e Vocal	R\$ 80,00
Imitanciometria	R\$ 70,00
Teste da Orelhinha	R\$ 40,00
Sessão de Fonoaterapia	R\$ 40,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	Patrícia Simon
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 25/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 025/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa BAR E RESTAURANTE BEM ME QUER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, nº. 418 na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 95.768.552/0001-50, neste ato representado pela sua Sócia Administradora, Sra. Iolanda Zatt, brasileira, do comércio, inscrita no CPF nº 477.122.879-53, portadora da Cédula de Identidade nº. 699.071 doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Primeiro Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses e um reajuste de 4% (quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes, cujo objeto consiste no fornecimento de refeições para a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão de acordo com o credenciamento nº 04/2015, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI.
Fornecimento de refeições contendo bifê com pratos quentes, saladas diversas, refrigerante médio 300 ml, espeto corrido com diversos tipos de carnes, e sobremesas;	30,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	IOLANDA ZATT
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 31/2015

TERMO ADITIVO Nº 02/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 031/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITAL MARAVILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.197.077/0001-56, com sede na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado pelo seu presidente Sr. Augusto Jacobsen, inscrito no CPF sob o número 526.300.309-97, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Segundo Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado pelo prazo de 12 meses, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES (PLANTÃO) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM CASOS DE URGÊNCIA E EMERGENCIA, PACIENTES ENCAMINHADOS PELA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE E EXAMES ESPECIALIZADOS PARA TRATAMENTO CLÍNICOS, de acordo com o Processo Licitatório nº. 13/2015, modalidade Pregão Presencial nº. 02/2015.

ITEN	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	365,00	DIA	SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO/HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS TODOS OS DIAS DA SEMANA	200,71	73.259,15
2	250,00	SVÇ	SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA TODOS OS DIAS DA SEMANA ENCLUSIVE AS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS 24 HORAS POR DIA.	220,00	55.000,00
3	4,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	280,00	1.120,00
4	4,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CRÂNIO SEM CONTRASTE	215,00	860,00
5	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNAS COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	280,00	560,00
6	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNAS SEM CONTRASTE	215,00	215,00
7	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	320,00	320,00
8	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DAS ARTICULAÇÕES SEM CONTRASTE	254,00	254,00
9	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ÓRBITAS COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	280,00	280,00
10	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ÓRBITAS SEM CONTRASTE	215,00	215,00
11	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SELA TÚRSICA COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	280,00	280,00
12	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SELA TÚRSICA SEM CONTRASTE	215,00	215,00
13	3,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEIO DA FACE COM CONTRASTE NÃO IÔNICA	280,00	840,00
14	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA SEIO DA FACE SEM CONTRASTE	215,00	430,00
15	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OUVIDO COM CONTRASTE NÃO IÔNICA	320,00	320,00
16	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OUVIDO SEM CONTRASTE	254,00	254,00

17	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	320,00	320,00
18	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE SEM CONTRASTE	254,00	254,00
19	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	320,00	320,00
20	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO SEM CONTRASTE	254,00	254,00
21	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	320,00	640,00
22	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN SUPERIOR SEM CONTRASTE	254,00	254,00
23	3,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	320,00	960,00
24	2,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TÓRAX SEM CONTRASTE	254,00	508,00
25	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL COM CONTRASTE NÃO IÔNICO	532,00	532,00
26	1,00	SVÇ	EXAME DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDÔMEN TOTAL SEM CONTRASTE	466,00	466,00
27	5,00	SVÇ	EXAME DE UROTOMOGRAFIA	572,00	2.860,00
28	5,00	SVÇ	EXAME DE MAMOGRAFIA	100,00	500,00
29	80,00	SVÇ	EXAME DE RADIOGRAFIA	50,00	4.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Augusto Jacobsen
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 34/2014

TERMO ADITIVO Nº 003/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 034/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado LUIRDES PEREIRA, Inscrição no CPF sob o nº 637.426.759-15, e portador da Cédula de Identidade nº 2.169.761, residido na Rua Terezinha Cervieri, na cidade de Flor do Sertão – SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Terceiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses e aplicação de um reajuste de 4% (quatro por cento) discutido em comum acordo entre as partes, que tem por objeto ALUGUEL DE IMÓVEL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR, conforme processo licitatório nº. 164/2014 na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 159/2014, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	12	MES	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM AREA DE 90 METROS QUADRADOS	468,00	5.616,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.
E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		LUIRDES PEREIRA
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 34/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 034/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Física MARIA LOIVA DE ANDRADE, inscrita no CPF sob o nº. 430.935.079-87 e RG sob o nº. 1.381.282, com sede na Avenida Sul Brasil, nº. 082, Sala 207, Centro da cidade de Maravilha - SC, doravante denominada de contratada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA CONTINUADA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CÂMARA DE VEREADORES, conforme processo licitatório nº. 356/2016 na modalidade Tomada de Preço nº. 04/2016, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	Meses	SERVIÇO DE ASSESSOR JURÍDICO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.000,00	36.000,00
12	Meses	SERVIÇO DE ASSESSOR JURÍDICO PARA A CÂMARA DE VEREADORES	1.500,00	18.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		MARIA LOIVA DE ANDRADE
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 40/2014

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 040/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa VALDECIR

MERLO & CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.228.675/0001-31, com sede Linha Poço Rico, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Valdecir Merlo, Inscrição no CPF sob o nº 960.865.569-20, e portador da Cédula de Identidade nº 1077363065, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Quarto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação por 12 meses do contrato nº. 040/2014 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1898/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2013 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua cláusula oitava, conforme descrição dos seguintes serviços.

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	23.865,00	KM	INICIANDO NO TURNO MAT. NA Lª PEDRA BRANCA NO BAR PELISON DIRIGINDO-SE A PROPRIEDADE DO SENHOR JAIR MARCSINSKI RETORNANDO A ESTRADA GERAL ATÉ O SENHOR GENUIR BALZAN RETORNANDO A GERAL NOVAMENTE EM DIREÇÃO AO ALCINO SERAFINI RETORNANDO ATÉ CERTA ALTURA INDO EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO WANDERLEI HABECK RETORNANDO ATÉ A PROPRIEDADE DO AGOSTINHO SILVESTRIN RETORNANDO EM DIREÇÃO A LINHA PEDRA BRANCA PASSANDO PELA PROPRIEDADE DO ENIO POSSELT ATÉ A PROPRIEDADE DO JOÃO DAL MAGRO PEGANDO UMA VIA SECUNDÁRIA ATÉ A PROPRIEDADE DO IVO STOLL RETORNANDO ATÉ O CENTRO DE FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DO TURNO MAT. FAZER O MESMO TRAJETO RETORNANDO NOVAMENTE A SEDE DO MUNICÍPIO NO FINAL DA TARDE FAZ O MESMO TRAJETO RETORNANDO NOVAMENTE A FLOR DO SERTÃO ENCERRANDO NO FINAL DA NOITE COM O MESMO TRAJETO INCLUINDO A IDA NO FINAL DO TRAJETO ATÉ A LINHA FLOR DA SERRA NA PROPRIEDADE DO SENHOR ARGEMIRO RICHICK, TOTALIZANDO 111 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,23	77.083,95
2	26.660,00	KM	INICIANDO NO TURNO MATUTINO SAINDO DA COMUNIDADE DA CABECEIRA DO POÇO RICO ENTRANDO EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO SENHOR ANGE-LIN HABECK ATÉ A COMUNIDADE DO POÇO RICO BAIXO PEGANDO A ESQUERDA EM DIREÇÃO A PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL E SEGUINDO ATÉ FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DO TURNO MAT. FAZER O MESMO TRAJETO DE VOLTA. À TARDE O MESMO TRAJETO, RETORNADO NO FINAL DO DIA INCLUINDO O TRECHO DA PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL ATÉ O BAR PELISON NA LINHA PEDRA BRANCA E RETORNANDO NOVAMENTE ATÉ A PROPRIEDADE DO SENHOR IVO WENZEL. TOTALIZANDO 124 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,68	98.108,80

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		VALDECIR MERLO
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 41/2014

TERMO ADITIVO Nº 007/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 041/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa TRANS-DALLÁGNOL TRANSPORTES DALL AGNOL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.881.111/0001-80, com sede Linha Fuzil, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Danilo Dall Agnol, Inscrição no CPF sob o nº 637.561.969-682, e portador da Cédula de Identidade nº 2.168.864, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Setimo Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação por 12 meses do contrato nº. 041/2014 que tem origem do Processo Licitatório nº. 1898/2013, modalidade Pregão Presencial nº. 17/2013 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO, conforme prevê em sua clausula oitava, conforme a seguinte relação de serviços:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	16.555,00	KM	INICIANDO NO TURNO MATUTINO DA LINHA FUZIL, PRÓXIMO A PROPRIEDADE DO SR. ERMINDO ROGOSKI, PASSANDO PELA COMUNIDADE DE LINHA FUZIL ATÉ A BR-282 EM VILA NOVA, RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO, PASSANDO NOVAMENTE PELA COMUNIDADE LINHA FUZIL ATÉ A BARRA DO TARAÍRAS NO PORTÃO DA PROPRIEDADE DO SR. PIROCA, RETORNADO COM DESTINO A FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DA MANHÃ RETORNANDO PELA SC-471 ATÉ A BR-282 EM VILA NOVA, PASSANDO PELO ESTABELECIMENTO COMERCIAL SONDA ATÉ A ORIGEM. NO TURNO VESPERTINO, PERCORRENDO O MESMO TRAJETO. PERCORRENDO 77 KM DIÁRIOS.	R\$ 3,50	57.942,50

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		DANILO DALL AGNOL
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 44/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 044/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa IN-TELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 08.982.125/0001-76, com sede na Rua Juvenal Pereira, 53, Kobrasol, São José/SC, CEP 88102-140, neste ato representado pelo Sr. Cesar Murilo Muller de Jesus, portador da cédula de identidade nº. 2044132 e inscrito no CPF sob nº. 667.742.259-34, doravante denominada de contratada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas clausulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, conforme previsto em sua clausula Quinta, com os seguinte valores:

QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
08	parcelas	Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado,	262,50	2.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem

emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Cesar Murilo Muller de Jesus
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 46/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 046/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa URO-CENTER CLINICA DE UROLOGIA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 570, na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 19.862.588/0001-10, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Bruno Vinicius Duarte Neves, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº. 045.234.489-14, portador da Cédula de Identidade nº. 3.651.532, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto credenciar de pessoas físicas e Jurídicas para serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde, conforme credenciamento nº 06/2015, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	TABELA DE VALORES VALOR UNIT.	
60	Us Bolsa Escrotal	85,00
64	Us Próstata - Via Abdominal	85,00
65	Us Próstata - Via Trans-Retal	85,00
75	Us Aparelho Urinário Feminino (rins, Ureteres e Bexiga)	85,00
76	Us Aparelho Urinário Masculino (rins, Ureteres e Bexiga)	85,00
225	US Vias Urinarias	85,00
233	Biópsia Prostática	410,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até dia 31 de Dezembro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Bruno Vinicius Duarte Neves
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 6/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa MARIVONE PRASNISKI ZANLUCHI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.057.550/0001-99, com sede na Linha Barra do Tarairas na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pela Sra. Marivone Prasniski Zanluchi, inscrita no CPF sob o nº. 937.836.989-87, doravante denominada de contratada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 30 dias, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE USO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme processo licitatório nº. 1937/2015 na modalidade Pregão Presencial nº. 26/2015, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT.
01	01	SV	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 300,00
02	01	SV	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	R\$ 300,00
03	01	SV	SERVIÇO DE LAVADEIRA PARA LAVAGEM DE ROUPAS DA SECRETARIA DA SAUDE	R\$ 1.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até dia 31 de Janeiro de 2017. E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		Marivone Prasniski Zanluchi
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 61/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 061/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado BIO-ANÁLISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.700.931/0001-04, com sede na Rua Santos Dumont, nº. 40, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado pela Sra. KARINA ZAGO, inscrita no CPF sob o nº 007.982.779-98, doravante denominada de contratada, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTADAS NA TABELA AMB92, conforme processo licitatório nº. 1098/2016 na modalidade Pregão Presencial nº. 23/2016, na qual a contratada como vencedora se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	192.000	CH	SERVIÇO DE LABORATORIO E ANALISE CLÍNICA ENFORMA DE CH CONFORME TABELA AMB92	0,29	55.680,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até dia 31 de Dezembro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		KARINA ZAGO
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 63/2016

TERMO ADITIVO Nº 01/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 063/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado LAUDIVAN PALINSKI – ME inscrita no CNPJ sob o Nº 14.176.740/0001-98, com sede na Linha Marmeleiro, na cidade de Flor do Sertão, neste ato representado pelo Sr. LAUDIVAN PALINSKI, inscrito no CPF sob o Nº 061.087.089-05, e portador da Cédula de Identidade Nº 4.632.930, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem realizar o Primeiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado pelo prazo de 12 meses, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PAISAGISMO, JARDINAGEM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAIS NO PERIMETRO URBANO E PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO de acordo o Processo Licitatório nº. 1097/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº. 22/2016, conforme prevê em sua cláusula segunda.

ITENS	Qtde	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI	PREÇO TOTAL
1	12	SVÇ	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PAISAGISMO e JARDINAGEM	5.000,00	60.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		LAUDIVAN PALINSKI
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 65/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 065/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa DENILSON LEBENS ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rio de Janeiro, nº. 255 na cidade de Chapeco – SC, inscrita no CNPJ sob nº 16.786.443/0001-90, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Denilson Lebens, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 055.755.459-46, portadora da Cédula de Identidade nº 4.391.463, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Primeiro Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, cujo objeto consiste no fornecimento de refeições para a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão de acordo com o credenciamento nº 14/2014, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI.
Fornecimento de refeições contendo bifê com pratos quentes, saladas diversas, refrigerante médio 300 ml e sobremesas.	25,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	DENILSON LEBENS
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 66/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 066/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC ora em diante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa GRANOSKI GARBINI & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº. 460 na cidade de Xanxere – SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.195.357/0001-26, neste ato representado pela, Sra. MARGARETE GRANOSKI, brasileira, do comércio, inscrita no CPF nº 789.844.329-20, portadora da Cédula de Identidade nº 2.694.916, doravante denominado CREDENCIADA doravante denominada de CREDENCIADA, resolvem realizar o Primeiro Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado por 12 meses, que tem como objeto o fornecimento de refeições para a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão de acordo com o credenciamento nº 04/2015, de acordo com o disposto em sua cláusula terceira.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI.
Fornecimento de refeições contendo bifê com pratos quentes, saladas diversas, refrigerante médio 300 ml e sobremesas	23,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN	MARGARETE GRANOSKI
CREDENCIANTE	REPRESENTANTE CREDENCIADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 68/2015

TERMO ADITIVO Nº 03/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 068/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado à Empresa GOVERNANÇA-BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS - GOVBR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.165.960/0001-01, estabelecida na cidade de Ilhota - SC, na Rua Ricardo Paulino Mães, nº. 585, bairro Centro, CEP: 88.320-000, representada pelo seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Terceiro Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação por 12 meses do contrato nº. 068/2015 que tem origem do Processo Licitatório nº. 884/2015, modalidade Pregão Presencial nº. 16/2015 tendo como objeto Fornecimento da licença de uso de software por prazo determinado (locação), com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo, conversão, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, de acordo com sua cláusula quarta.

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	12	MES	SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE POR PRAZO DETERMINADO (LOCAÇÃO), COM ATUALIZAÇÃO MENSAL, QUE GARANTA AS ALTERAÇÕES LEGAIS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS.	R\$ 4.154,52

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		GOVERNANÇABRASIL
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 77/2013

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 077/2013

CONTRATO DE ALUGUEL

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominada de LOCATARIO, e de outro lado ANGELA GIGLIOLI, Inscrição no CPF sob o nº 019.534.719-60, e portador da Cédula de Identidade nº 3.558.909, residido na Avenida Flor do Sertão, na cidade de Flor do Sertão – SC denominada de LOCADOR, resolvem realizar o Quarto Termo Aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato nº 077/2013 por 12 meses ou enquanto houver o interesse público, que teve origem do Processo Licitatório nº. 872/2013 na modalidade de Dispensa por Justificativa nº. 838/2013, cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

O valor mensal do presente termo aditivo será de R\$ 517,00 (quinhentos e dezessete reais), perfazendo um total anual de R\$ 6.204,00 (seis mil duzentos e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01/01/2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		ANGELA GIGLIOLI
LOCATARIO		LOCADORA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATO Nº 80/2014

TERMO ADITIVO Nº 003/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 080/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rogério Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado FAEI SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho na cidade de Xanxerê (SC), inscrição no CNPJ/MF nº 07.753.029/0001-93, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar o Terceiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo prorroga a vigência do contrato supra citado por 12 meses e aplica um reajuste de 4% (Quatro por cento), discutido em comum acordo entre as partes, que tem por objeto a locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, na qual a contratada se compromete manter os serviços conforme itens abaixo:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	12	MES	SERVIÇO DE locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.	260,00	3.120,00

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de Janeiro de 2017.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGERIO PERIN		EDSON ANTONIO VALGOI
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 242/2016

	PORTARIA Nº 242/2016
REVOGA PORTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria REVOGADOS AS PORTARIAS ABAIXO ESPECIFICADAS, os quais atribuíam Função Gratificada aos servidores:

PORTARIA Nº 265/14	ADRIANO PEREIRA
--------------------	-----------------

PORTARIA Nº 230/14	DIOGO DE BEM
PORTARIA Nº 123/09	DIRCIANE FALKOSKI NEUHAUS
PORTARIA Nº 069/16	JANETE SCHWERTZ
PORTARIA Nº 003/09	LEANDRO NEUHAUS
PORTARIA Nº 205/16	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
PORTARIA Nº 144/11	SINANDRO JOSÉ DE BARBA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 243/2016

	PORTARIA Nº 243/2016
REVOGA PORTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria REVOGADOS AS PORTARIAS ABAIXO ESPECIFICADAS, os quais atribuíam Vantagem Especial aos servidores:

PORTARIA Nº 140/2011	ADAIR ROQUE ZANLUCHI
PORTARIA Nº 151/2015	ADRIANE BIANCHET
PORTARIA Nº 232/2014	ALINE MARA ENGEL
PORTARIA Nº 094/2013	ANDREIA DALL AGNOL
PORTARIA Nº 226/2014	ANGELA GIGLIOLI
PORTARIA Nº 193/2014	DANIELA PIZZATTO
PORTARIA Nº 140/2016	DEBORA DE FREITAS NORONHA
PORTARIA Nº 255/2014	EDUARDO JOSÉ VALER
PORTARIA Nº 235/2014	FLAVIA BARCELOS MARTINS
PORTARIA Nº 098/2015	FLÁVIO VEIVERBERG ROHRIG
PORTARIA Nº 117/2015	GENI RISSI BORTOLINI
PORTARIA Nº 138/2012	GILBERTO DALL AGNOL
PORTARIA Nº 188/2015	JUAREZ CARLOS SCHREINER
PORTARIA Nº 256/2014	MARCIELA R. FALKOSKI SCHAFER
PORTARIA Nº 231/2014	MICHEL ESTEVÃO AVRELLA
PORTARIA Nº 233/2014	PATRICIA R. BORTOLINI BEGNINI
PORTARIA Nº 106/2016	PAULO ROBERTO BEGNINI
PORTARIA Nº 194/2014	PAULO SERGIO BORTOLINI
PORTARIA Nº 176/2015	SAMARA REGINA ZAMBIASI
PORTARIA Nº 094/2013	SILVIA CRISTINA DA SILVA

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS
Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIA N.º 244/2016
REVOGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei...

RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente REVOGADA A PORTARIA Nº. 154/2009, a qual designava o Servidor Municipal LEANDRO NEUHAUS para desempenhar a função de RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 245/2016

PORTARIA N.º 245/2016
REVOGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei...

RESOLVE

Art. 1º Fica pela presente REVOGADA A PORTARIA Nº. 160/2010, a qual designava o Servidor Municipal NADIR LUIZ PIAIA para desempenhar a função de SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário da Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 246/2016

PORTARIA Nº 246/2016
EXONERA FUNCIONARIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADOS os funcionários municipais abaixo relacionados, a partir do dia 30/12/2016.

ADRIANA ROSANGELA POMOVISKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ALINE FATIMA DE LIMA	ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
CLEIDE G. DE AZEVEDO BACH	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
DELMINA SOBIESKI SACARDO	ASSESSOR ESPECIAL
EDINA BENELLI CICHELERO	ASSESSOR ESPECIAL
ELISIANE PATRICIA HENNIG	AGENTE ENDEMICO
JERSSICA BIANCHET	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JOVIR ALCEU ZANUZZO	SECRETARIO MUNICIPAL
KARINE BERNARDI WELTER	ASSESSOR ESPECIAL
MARGARETE MEFESSONI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARIA LUCIA FREIBERGER	DIRETOR
MARIA MATILDE ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARISTELA DE FATIMA VALLER	SECRETARIA MUNICIPAL
NILVO PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RODRIGO DE FREITAS NORONHA	SUPERINTENDENTE DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
ROSMARI ZANELLA	DIRETOR
RUDIMAR JAIR ROTT	SECRETARIO MUNICIPAL
SAMARA REGINA ZAMBIASI	ENFERMEIRA PADRÃO
VANDERLEI JOSÉ ZANELLA	DIRETOR

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Dezembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 99/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 40/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Militar e veículo Samu do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 28/09/2017
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 41/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/ PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 100/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 41/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis para atender às necessidades da Polícia Militar e Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 29/06/2017
3ª Publicação

CONTRATOS 2016 E ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: JMCX REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em organização, tratamento, processamento e digitalização de documentos para arquivo interno e acesso externo, em meio público como sites e outras mídias digitais de documentos para Câmara Municipal de Forquilha.

VALOR GLOBAL: R\$ 71.400,00

VIGÊNCIA: ATÉ 30.04.2017.

FUNDAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016, LEI

8.666 DE 21.06.1993 E ALTERAÇÕES.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 2016 – 3.3.90
DATA DA ASSINATURA: 05.12.2016
RANGEL LOCH
Presidente da CMF

EXTRATO DE CONTRATO FMS 74/2016

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 74/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DOGLAS SALVATICO DE LIMA

OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a aquisição de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 10.481,00 (Dez Mil Quatrocentos e Oitenta e Um Reais).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 à 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 1701.2050 Fonte 3390.102;
1701.2051 Fonte 3390.102;
1701.2052 Fonte 3390.264.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 173/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de Dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 137/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 137/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DOGLAS SALVATICO DE LIMA

OBJETO – O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada, de água mineral para atendimentos em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2017.

VALOR – R\$ 21.123,50 (vinte e um mil cento e vinte e três reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA – 02/01/2017 até 31/12/2017.

DOTAÇÃO - 0201.2002 – fonte de recurso: 3390.100;
0401.2010 – fonte de recurso: 3390.100;
0401.2011 – fonte de recurso: 3390.100;
0501.2015 – fonte de recurso: 3390.101;
0701.2032 – fonte de recurso: 3390.100;
0803.2019 – fonte de recurso: 3390.100;
1101.2037 – fonte de recurso: 3390.100;
1301.2020 – fonte de recurso: 3390.100.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 173/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 15 de dezembro de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.225, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº 2.225, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHA-APREV, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA E CÂMARA DE VEREADORES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Forquilha para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 93.100.000,00 (noventa e três milhões e cem mil reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 60.650.000,00 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 32.450.000,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Forquilha, para o exercício financeiro do ano 2017, estima à receita em R\$ 75.570.000,00 (setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta mil reais) e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 56.600.000,00 (cinquenta e seis milhões e seiscentos mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária para a Câmara de Vereadores, Fundação e Fundos Municipais de R\$ 18.970.000,00 (dezoito milhões, novecentos e setenta mil reais), da seguinte forma:

I - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Saúde: R\$ 12.550.000,00 (doze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais);

II - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais);

III - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Fundação Municipal Ambiental: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

IV - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Câmara Municipal de Vereadores: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

V - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Assistência ao Servidor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Art. 3º A Receita referida no artigo anterior será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA		VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	81.120.000,00
	Receita Tributária	12.950.000,00
	Receita de Contribuições	1.200.000,00
	Receita Patrimonial	911.000,00
	Receita de Serviços	450.000,00
	Transferências Correntes	58.859.000,00
	Outras Receitas Correntes	6.750.000,00
2 -	Receitas de Capital	3.190.000,00
	Operações de Crédito	800.000,00
	Alienação de Bens	210.000,00
	Transferências de Capital	2.180.000,00
9 -	Deduções da Receita Corrente	(8.740.000,00)
9.1 -	Deduções da Receita Tributária	(525.000,00)
9.7 -	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(8.215.000,00)
	Total Geral da Receita	75.570.000,00

Art. 4º A Despesa referida no artigo 2º, será realizada segundo a apresentação dos Anexos previstos na Lei 4.320/64, que são parte integrante desta Lei, por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Elementos de Despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I -	DESPESAS POR ÓRGÃOS	VALOR EM R\$
	02 – Gabinete do Prefeito	1.830.000,00
	03 – Secretaria de Planejamento	620.000,00
	04 – Secretaria de Administração e Finanças	8.310.000,00
	05 – Secretaria de Educação	23.550.000,00
	07 – Secretaria de Infraestrutura	14.255.000,00
	08 – Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.	2.730.000,00
	09 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	400.000,00
	11 – Fundo Municipal Man. Reeq. Corpo Bombeiro	350.000,00
	12 – Fundo Municipal de Habitação	85.000,00
	13 – Fundo Municipal de Assistência Social	2.210.000,00
	14 – Fundo Municipal Direito da Criança e Adolescente	240.000,00
	15 – Encargos Especiais	2.000.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	56.600.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	12.550.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.900.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	3.000.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	120.000,00
	Total Extra-Orçamentário	18.970.000,00
	Total Geral da Despesa	75.570.000,00
II -	DESPESAS POR FUNÇÕES	VALOR EM R\$

	04 – Administração	10.715.000,00
	06 – Segurança Pública	350.000,00
	08 – Assistência Social	2.450.000,00
	12 – Educação	23.550.000,00
	13 – Cultura	695.000,00
	15 – Urbanismo	9.450.000,00
	16 – Habitação	435.000,00
	18 – Gestão Ambiental	50.000,00
	22 – Indústria	50.000,00
	26 – Transporte	4.800.000,00
	27 – Desporto e Lazer	2.035.000,00
	28 – Encargos Especiais	2.000.000,00
	99 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	56.600.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	12.550.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.900.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	3.000.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	120.000,00
	Total Extra-Orçamentário	18.970.000,00
	Total Geral da Despesa	75.570.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	000 – Encargos Especiais	2.000.000,00
	002 – Gestão Administrativa Superior	2.450.000,00
	003 – Administração Geral e Finanças	8.265.000,00
	004 – Aeroporto Regional Diomício Freitas	45.000,00
	005 – Educação Infantil	8.160.000,00
	006 – Ensino Fundamental	14.750.000,00
	007 – Ensino Médio, Profissionalizante e Superior	315.000,00
	008 – Educação Especial	325.000,00
	009 – Esporte é Vida	755.000,00
	010 – Assistência Social Geral	2.210.000,00
	013 – Desenvolvimento Urbano	12.450.000,00
	014 – Edificações Públicas	2.240.000,00
	015 – Desenvolvimento Econômico	400.000,00
	016 – Desenvolvimento Turístico e Cultura	1.975.000,00
	017 – Assist. Fdo. Municipal Direitos Criança e Adolescente	240.000,00
	999 – Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	56.600.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	12.550.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.900.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	3.000.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	120.000,00
	Total Extra-Orçamentário	18.970.000,00
	Total Geral da Despesa	75.570.000,00

IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR EM R\$
	DESPESAS CORRENTES	47.420.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	25.543.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	22.803.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	2.715.000,00
	Juros e Encargos da Dívida	205.000,00
	Aplicações Diretas	205.000,00
	Outras Despesas Correntes	21.672.000,00
	Transf. a Estados e ao Distrito Federal	200.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	2.160.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
	Aplicações Diretas	19.257.000,00
	Aplicações Diretas Decorrente de Op.entre Órgãos	30.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	9.160.000,00
	Investimentos	7.350.000,00
	Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00
	Transf. a Consórcios Públicos	1.000,00
	Aplicações Diretas	7.339.000,00
	Amortização da Dívida	1.810.000,00
	Aplicações Diretas	1.810.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	Reserva de Contingência	20.000,00
	Total Orçamentário	56.600.000,00
	Transf. Financeira F.M. Saúde	12.550.000,00
	Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	2.900.000,00
	Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	400.000,00
	Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	3.000.000,00
	Transf. Financeira Fundo Municipal de Assistência ao Servidor	120.000,00
	Total Extra-Orçamentário	18.970.000,00
	Total Geral da Despesa	75.570.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício financeiro de 2017, estima à receita em R\$ 6.450.000,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) e uma Transferência Financeira da Prefeitura Municipal de Forquilha de R\$ 12.550.000,00 (doze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, será proveniente de suas receitas próprias advindas do Estado e da União, com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	5.840.000,00
	Receita Patrimonial	180.000,00
	Transferências Correntes	5.610.000,00
	Outras Receitas Correntes	50.000,00
2 -	Receitas de Capital	610.000,00
	Alienação de Bens	30.000,00
	Transferência de Capital	580.000,00
	Total Orçamentário	6.450.000,00

3-	Transf. Financ.Extra-Orçamentário da PMF	12.550.000,00
	Total Geral da Receita	19.000.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, é fixada segundo discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas será destacada por Função de Governo e por Natureza da Despesa e uma transferência financeira extra-orçamentária de contribuições patronal ao Fundo Municipal de Seguridade Social, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	17 – Fundo Municipal de Saúde	19.000.000,00
	Total Geral da Despesa	19.000.000,00

II -	DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	10 – Saúde	18.990.000,00
	99 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	19.000.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	118 – Forquilha Município Saudável	18.990.000,00
	199 – Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	19.000.000,00

IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	18.030.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	12.850.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	50.000,00
	Aplicações Diretas	11.155.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	1.645.000,00
	Outras Despesas Correntes	5.180.000,00
	Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	5.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	435.000,00
	Aplicações Diretas	4.740.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	960.000,00
	Investimentos	960.000,00
	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00
	Aplicações Diretas	955.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
	Total Geral da Despesa	19.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 -	Receitas Correntes	55.000,00
	Receita Patrimonial	5.000,00
	Receita Agropecuária	30.000,00
	Transferências Correntes	15.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 -	Receitas de Capital	45.000,00
	Alienação de Bens	5.000,00
	Transferências de Capital	40.000,00
	Total Orçamentário	100.000,00
3-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	2.900.000,00
	Total Geral da Receita	3.000.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	18 – Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	3.000.000,00
	Total Geral da Despesa	3.000.000,00

II -	DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO	VALOR EM R\$
	18 – Gestão Ambiental	110.000,00
	20 – Agricultura	2.885.000,00
	99 – Reserva de Contingência	5.000,00
	Total Geral da Despesa	3.000.000,00

III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	111 – Desenvolvimento Rural	2.995.000,00
	199 – Reserva de Contingência	5.000,00
	Total Geral da Despesa	3.000.000,00

IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	2.775.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	1.440.000,00
	Aplicações Diretas	1.320.000,00
	Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias	120.000,00
	Outras Despesas Correntes	1.335.000,00
	Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	40.000,00
	Aplicações Diretas	1.295.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00
	Investimentos	220.000,00
	Aplicações Diretas	220.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	5.000,00
	Total Geral da Despesa	3.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHA-FORQUILHINHA-PREV

Art. 7º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA-PREV, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e fixa a Despesa em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	7.200.000,00
	Receita de Contribuições	1.500.000,00
	Receita Patrimonial	5.500.000,00
	Outras Receitas Correntes	200.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	2.800.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	2.800.000,00
	Total Geral da Receita	10.000.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	19 – Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHA-PREV	10.000.000,00
	Total Geral da Despesa	10.000.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	09 – Previdência Social	10.000.000,00
	Total Geral da Despesa	10.000.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	119 – Previdência ao Segurado	10.000.000,00
	Total Geral da Despesa	10.000.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	9.800.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	500.000,00
	Aplicações Diretas	500.000,00
	Outras Despesas Correntes	9.300.000,00
	Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucr.	100.000,00
	Aplicações Diretas	9.200.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00
	Investimentos	200.000,00
	Aplicações Diretas	200.000,00
	Total Geral da Despesa	10.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA

Art. 8º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores Municipais de Forquilha para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais) e uma transferência financeira extra

orçamentária de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	730.000,00
	Receita de Contribuições	580.000,00
	Receita Patrimonial	130.000,00
	Outras Receitas Correntes	20.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	150.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	150.000,00
	Total Orçamentário	880.000,00
2-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	120.000,00
	Total Geral da Receita	1.000.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	20 – Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais de Forquilha	1.000.000,00
	Total Geral da Despesa	1.000.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	08 – Assistência Social	1.000.000,00
	Total Geral da Despesa	1.000.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	120 – Assistência Social ao Servidor Municipal	1.000.000,00
	Total Geral da Despesa	1.000.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	950.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	280.000,00
	Aplicações Diretas	280.000,00
	Outras Despesas Correntes	670.000,00
	Aplicações Diretas	670.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
	Investimentos	50.000,00
	Aplicações Diretas	50.000,00
	Total Geral da Despesa	1.000.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA

Art. 9º O Orçamento Fiscal da Fundação Municipal Ambiental de

Forquilha, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	90.000,00
	Receita Tributária	74.000,00
	Receita Patrimonial	1.000,00
	Transferências Correntes	10.000,00
	Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 -	Receitas de Capital	10.000,00
	Transferências de Capital	10.000,00
	Total Orçamentário	100.000,00
2-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	400.000,00
	Total Geral da Receita	500.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	21 – Fundação Municipal Ambiental de Forquilha	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	18 – Gestão Ambiental	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	112- Recuperação do Meio Ambiente	500.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	470.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	350.000,00
	Aplicações Diretas	310.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	40.000,00
	Outras Despesas Correntes	120.000,00
	Aplicações Diretas	120.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
	Investimentos	30.000,00
	Aplicações Diretas	30.000,00
	Total Geral da Despesa	500.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

DE FORQUILHINHA

Art. 10. O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA para o exercício de 2017 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA MUNICIPAL	3.000.000,00
TOTAL:	3.000.000,00

§ 2º A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	01 – Poder Legislativo	3.000.000,00
	Total Geral	3.000.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	01 – Legislativo	3.000.000,00
	Total Geral	3.000.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	101 – Processo Legislativo	3.000.000,00
	Total Geral	3.000.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	2.550.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	2.200.000,00
	Aplicações Diretas	2.000.000,00
	Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	200.000,00
	Outras Despesas Correntes	350.000,00
	Aplicações Diretas	350.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00
	Investimentos	450.000,00
	Aplicações Diretas	450.000,00
	Total Geral da Despesa	3.000.000,00

§ 3º (VETADO).

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. Os valores orçamentários do FUNREBOM, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social estão contidos no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, destacados nos respectivos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por ato próprio:

I - Abrir créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária, até o limite de 10% (dez por cento) do total da

despesa fixada nesta Lei, para a Prefeitura, Fundação e para cada Fundo Municipal, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no artigo 43, § 1º, itens de I a IV, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, excluindo-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas durante o exercício;

II – (VETADO).

III – (VETADO).

IV – (VETADO).

V – (VETADO).

VI – (VETADO).

VII – (VETADO).

Art. 14. (VETADO).

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício financeiro de 2017.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 29 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 29 de dezembro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0051_2016-SF-RP 0027

Aviso do Pregão Presencial nº 0051/2016– SF

Registro de Preços nº 0027/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de refeições para os servidores da SANEFRAI, durante o período de janeiro a julho de 2017. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 13.12.2016, junto a Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. ABERTURA DO CERTAME: no mesmo dia às 09:15. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 29 de dezembro de 2016.

João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI.

PORTARIA Nº 2385/2016

PORTARIA Nº 2385, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidor para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

Considerando o Decreto nº 3.623 de 21 de outubro de 2016 que Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetada por VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1, conforme IN/MI 01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ANETE ANTONIA MACAGNAN GONÇALVES LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 625.539.099-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal, no período de 20 de outubro de 2016 à 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2386/2016

PORTARIA Nº 2386, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidor para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

Considerando o Decreto nº 3.623 de 21 de outubro de 2016 que Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetada por VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1, conforme IN/MI 01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Designar DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 004.531.659-74, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal, no período de 20 de outubro de 2016 à 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2387/2016

PORTARIA Nº 2387, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidor para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

Considerando o Decreto nº 3.623 de 21 de outubro de 2016 que Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetada por VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1, conforme IN/MI 01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Designar DULCINEI RUDECK BILIBIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 665.138.399-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal, no período de 20 de outubro de 2016 à 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2388/2016

PORTARIA Nº 2388, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa servidor para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais

Considerando o Decreto nº 3.623 de 21 de outubro de 2016 que Declara Estado de Calamidade Pública nas áreas do Município afetada por VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.1, conforme IN/MI 01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Designar DEONILCE MARIA PASSINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 757.997.669-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para assinar as Declarações dos trabalhadores que comprovarão seus endereços para o saque do FGTS, junto a Caixa Econômica Federal, no período de 20 de outubro de 2016 à 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 28.12.2016**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
28/12/2016	SUS	QUARTOS DE RETAGUARDA	193.906,25

Secretaria de Finanças

RECURSOS FEDERAIS 30.12.2016**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
26/12/2016	CONVÊNIO	CONV UNIÃO CTR 832795 – PATRULHA MECANIZADA	273.000,00

Secretaria de Finanças

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso III do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 170/2016; IL nº. 15/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: EXPRESSO TRANSPORTE GAROPABA EIRELI; CNPJ nº: 80.429.160/0001/90; Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSES ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA; Valor: R\$: 95.348,00 (NOVENTA E CINCO MIL E TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS); Data da Assinatura: 29/12/2015.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL 016/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso III do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 171/2016; IL nº. 16/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratada: REDE WEB DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA –EPP; CNPJ nº: 20.705.016/0001-07; Objeto: Contratação de bandas para o show da virada no Revellion 2016/2017 na cidade de Garopaba - SC.; Valor: R\$: 38.750,00 (trinta e oito mil e setecentos e cinquenta reais); Data da Assinatura: 29/12/2016.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2016

FICA DIVULGADO a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado, Edital n.º 003/2016, para os seguintes cargos:

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Classificação	Nome	Inscrição
1	Caio Ernesto de Souza Passos	01
2	Leandro dos Santos Ribeiro	85
3	Ricardo José Cardoso	33
4	Maria Celia Semeão Pinheiro	46
5	Indalecio Carlsem	12
6	Adão de Souza	82
7	Nilton Ferreira	36
8	Samir de Araujo	16
9	José Carlsen	02
10	João de Amorim	03
11	Iris Teixeira Gonçalves	35
12	Rosa Maria Furtado Scheidt	53
13	Edson Melo de Aguiar	45
14	João Vieira Lourenço	14
15	Nivaldo José da Silva	89
16	Osmar Gonçalves Sebastião	20
17	Amilton de Araújo	32
18	Antonio Pedro de Souza	90
19	Claudio Gonçalves Sebastião	55

20	Abilio Gonçalves Filho	11
21	Agenor Acácio da Cruz Junior	06
22	Ailton Gonçalves Sebastião	58
23	Mercedes Batista Cardoso	59
24	Edemir Torquato	04
25	Bento da Rosa	24
26	Pertonilio Estácio	34
27	João Vitor Teixeira de Campos	21
28	Aducio Inacio Vieira	17
29	Carlos Alberto Abreu da Silva	10
30	Volnei de Souza	65
31	Osvaldo de Souza	18
32	Candido do Nascimento	88

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação	Nome	Inscrição
1	Rochele Rhoden Maldonado	71
2	Eduardo da Cunha Ocampo Moré	63
3	Diego André Diedrich	83
4	Márcio Batista Pires	48
5	Hermes Henrique Santos Rodrigues	28
6	Luiz Octavio Bueno de Carvalho	61
7	Reinaldo Felix	86
8	Gabriela Caetano Silvério	74
9	Lucas de Souza Lima	84
10	Marcus Vinicius de Souza Machado	25
11	Maycon dos Santos	08
12	Emerson Ronaldo Klava	51
13	João Carlos da Silva	13
14	Jhontierry Cargnin de Souza	22
15	José Ailton Rodrigues de Silva	23
16	Luiz Gonzaga Lourenço	09
17	Ronaldo Vieira de Oliveira	05

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 40 HS

Classificação	Nome	Inscrição
1	Taís Minae Gomes Massuda	15
2	Gabriela Mandelli Garbelotto	27
3	Darllon Aldeir Paez	42
4	Maria Madalena Ponciano Torres	30
5	Gislaine Nair Vieira	73
6	Graciela Ciochetta	19
7	Simone Menezes Dias Nascimento	38
8	Cristiane Abreu dos Santos	68
Desclassificada	Teresa Campos de Quadros	87

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 20 HS

Classificação	Nome	Inscrição
1	Otília Darci Rodrigues Stefen	57
2	Joseane Araujo do Nascimento	54
3	Liliane Gomez Wasem	79
4	Maria Inês Ferreira Martins	26
5	Pâmela Paula Aureli	75
6	Angélica de Amorim Constante	69

PROFESSOR COM HABILITAÇÃO – 40 HS

Classificação	Nome	Inscrição
1	Adirleia Sousa da Silva	43
2	Joyce Grazielle Kwiatkowski	47
3	Andréia Quintanilha Lopes	66

PROFESSOR COM HABILITAÇÃO – 20 HS

Classificação	Nome	Inscrição
1	Maria Cristina Cândido da Silva	60
2	Leandra Carine da Costa	52

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 40 HS CR

Classificação	Nome	Inscrição
1	Vanessa Souza	70

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 20 HS CR

Classificação	Nome	Inscrição
1	Aniele dos Santos Abreu	31
2	Felipe de Paula Dias	41
3	Adriana Regina Tomé	44
4	Nathália de Oliveira Santos	56
5	Bruna Joana David	49

PROFESSOR COM HABILITAÇÃO - CR

Classificação	Nome	Inscrição
1	Franciely Silveira de Assis	39
2	Sara Cabral	40
3	Milena de Oliveira Xavier	78

Garopaba, 29 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Classificação no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

DECRETO Nº 236/2016

DECRETO Nº. 236, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HORARIO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Declarado Horário Especial no dia 30 de dezembro de 2016, para atendimento ao público, nas repartições necessárias.

Art. 2º. Os Setores Administrativos da Prefeitura Municipal de Garopaba, funcionarão em horário especial de expediente no dia 30/12/2016 (sexta-feira) das 07:00 as 14:00 horas, ficando o horário de atendimento ao público fixado a partir das 08:00 as 14:00 horas.

Art. 3º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 237/2016

DECRETO N.º 237, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

CONSIDERANDO a importância da área de Atenção Básica e de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

CONSIDERANDO que existem serviços de atenção básica e especializados provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

CONSIDERANDO, que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) têm por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o trabalho preventivo, de promoção à saúde e quando necessário o trabalho curativo.

CONSIDERANDO, a necessidade de contratação, também para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença de tratamento de saúde, licença maternidade entre outros tipos de afastamentos;

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

CONSIDERANDO, que os Processos Seletivos nº 004/2016 e 005/2016 com inscrições abertas até 03/01/2017 e provas agendadas para 15/01/2017 conforme cronograma do edital estará concluído e homologado no final de janeiro, para após esta data fazer a convocação e apresentação dos documentos para contratação.

CONSIDERANDO o atraso na apresentação e desistência de alguns dos candidatos aprovadas no concurso publico nº 001/2015;

CONSIDERANDO a temporada de verão em que o município trabalha com seus serviços públicos em aproveitamento máximo para atender a demanda de visitantes e moradores sazonais;

PAULO SÉRGIO DE ARÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso da atribuição que lhe confere o art.49, inciso IV da Lei nº 309 de 30/03/1990 – Lei Orgânica do Município, e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos abaixo relacionados até 28 de fevereiro de 2017 ou a posse dos Candidatos aprovado no Concurso Publico nº 001/2015 ou dos Processos Seletivos Simplificados em andamento nº 004/2016 e 005/2016, aplicando-se aquele que primeiro ocorrer:

MAT.	NOME DO SERVIDOR	CONTRATO	DATA FIM
6290	Adilson do Nascimento	426/2015	28/02/2017
6251	Adriana Bessa da Silva	398/2015	28/02/2017
5812	Adriana Rita de Freitas	009/2015	28/02/2017
6226	Alexsandra Nunes Martins	379/2015	28/02/2017
6352	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira	034/2016	28/02/2017
6235	Ana Paula Dias Barbosa	383/2015	28/02/2017
6142	André Alves da Silva	309/2015	28/02/2017
5833	Angela de Jesus Alves dos Santos	027/2015	28/02/2017
6237	Anycléia Grillo	386/2015	28/02/2017
6139	Bruno Mancini Bari	306/2015	28/02/2017
6295	Bruno Rosso Bianchi	430/2015	28/02/2017
6187	Daniel Rech Rodrigues	346/2015	28/02/2017
6289	Danubia Cascaes Lopes	425/2015	28/02/2017
6156	Diego Soares Gaspar	322/2015	28/02/2017
6240	Eliane Maria Barcelos	395/2015	28/02/2017
6315	Fabíula Garcia Rodrigues	003/2016	28/02/2017
6245	Fernanda Barreiros Vitor	392/2015	28/02/2017
6129	Gilmar Gonçalves	298/2015	28/02/2017
6183	Gilsi Manoel Valentim	342/2015	28/02/2017
6137	Jardel Berchow Von Muhlen	304/2015	28/02/2017
6525	João Batista de Souza Dias	206/2016	28/02/2017
6228	Joici Estácio Jordão Miranda	381/2015	28/02/2017
6560	Karyni Cardoso Teixeira	220/2016	28/02/2017

6287	Leandro de Souza	423/2015	28/02/2017
6556	Leila Anderson Westphalen de Godoy	217/2016	28/02/2017
6555	Lizandra Chane	216/2016	28/02/2017
6181	Maria Aparecida Bernardino Fernandes	341/2015	28/02/2017
5823	Maria Elisabeth Lima Rodrigues	017/2015	28/02/2017
6267	Maria Izabel Lopes	408/2015	28/02/2017
6282	Marilete Vieira Lopes	420/2015	28/02/2017
6266	Patrícia Vieira Pinheiro	407/2015	28/02/2017
6568	Peter Maciel Haberlehner	228/2016	28/02/2017
6149	Rafaella Abade Alves	316/2015	28/02/2017
6571	Raquel Ivani Mendonça	037/2016	28/02/2017
6297	Thales Simões Pires de Almeida	001/2016	28/02/2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1207/2016.

PORTARIA N.º 1207, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40, §1º, INCISO III, ALÍNEA "B" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DEFINIDA NO ART. 1º, DA LEI FEDERAL Nº 10.887/2004, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA SILCI ANTONIA MATTANA, A PARTIR DE 31/12/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República à servidora SILCI ANTONIA MATTANA, detentora da matrícula funcional nº 787, inscrita no CPF nº 449.640.729-91 e no PASEP nº 1700773787-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por idade, em caráter proporcional, correspondente a 62,33% (sessenta e dois vírgula trinta e três por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo definida na Lei federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), que será paga mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos a partir de 31/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1211/2016.

PORTARIA N.º 1211, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor RONYE PAES, Matrícula Funcional n.º 3815, referente a 2015/2016, no período de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1212/2016.

PORTARIA N.º 1212, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Técnico em Contabilidade, CPF n.º 868.594.719-72, para responder interinamente e com ônus pelas atribuições do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE da Prefeitura Municipal de Garopaba, de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/12/2016, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 27/2016

Resolução nº 0027/2016

Dispõe sobre exoneração do Diretor Administrativo CC/FG 03.

Considerando solicitação apresentada pelo Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, Resolve:

Art. 1º - Exonera a pedido, o Servidor José Carlos Schutz, do cargo (função gratificada) de Diretor Administrativo CC/FG 03, nomeado pela Resolução 17/2016 de 08 de agosto de 2016.

Art. 2º - O Servidor retorna a exercer o seu cargo efetivo.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 02/01/2017.

Garuva, 21 de dezembro de 2016

Reginaldo Mews Rosa

Presidente da Mesa Diretora

Gaspar

PREFEITURA

EXTRATO DO ADITIVO 3 DO CONTRATO Nº SAF-142/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO 3 DO CONTRATO Nº SAF-142/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2017. VENCTO.: 31/12/2017. Credenciamento nº.: 3/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de prestação de serviços de arrecadação de tributos municipais. CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/1073-32). Gaspar/SC, 19 de dezembro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI | Prefeito

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATO Nº FMS-24/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO CONTRATO Nº FMS-24/2016

Inexigibilidade: 85/2016. OBJETO: Constitui objeto deste Termo a inclusão nos recursos financeiros, Cláusula Décima, o item: "Pré-Fixado – Custeio de insumos e serviços hospitalares 3ª Parcela", no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser pago conforme disponibilidade financeira do Fundo Municipal de Saúde de Gaspar, decorrente de possíveis transferências até o fim do exercício financeiro de 2016. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO (84.045.830/0001-25).

Gaspar(SC), 29 de dezembro de 2016.

ALBA DE AGUIAR | Secretária Municipal de Saúde

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 01/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 01/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PROCESSO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 01/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2016, sendo sua vigência até 31/12/2017 e a atualização do valor contratual, sendo o valor do contrato para o ano de 2017 de R\$ 9.570,00 (Nove mil quinhentos e setenta reais) e se sujeita as mesmas condições do contrato. O contrato tem por objeto a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 02/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 02/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

PROCESSO Nº 107/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 02/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL pelo índice do INPC – 7,38%, tomando como base o índice do mês de Novembro de 2016, a contar da data de 04/01/2017. O valor total atual do contrato que é R\$ R\$ 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta mil reais), será acrescido em 7,38% - índice INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), mês de referência –Novembro 2016, atualizando o valor global do contrato para R\$ 375.830,00 (Trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e trinta reais). O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 03/2016
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 03/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

PROCESSO Nº 107/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 03/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL pelo índice do INPC – 7,38%, tomando como base o índice do mês de Novembro de 2016, a contar da data de 04/01/2017. O valor total atual do contrato que é R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), será acrescido em 7,38% - índice INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), mês de referência –Novembro 2016, atualizando o valor global do contrato para R\$ 279.188,00 (Duzentos e setenta e nove mil e cento e oitenta e oito reais).. O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 04/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 04/2016.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PROCESSO Nº 12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: SETUF – SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 04/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2016. O contrato tem por objeto a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos servidores da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviço de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 05/2016 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 05/2016.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

PROCESSO Nº 01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SETUF – SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 05/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2016. O contrato tem por objeto a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos servidores da Secretaria da Saúde do Município de Governador Celso Ramos, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviço de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 06/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 06/2016.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

PROCESSO Nº 13/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: SETUF – SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 06/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2016. O contrato tem por objeto a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos estudantes do Município Governador Celso Ramos, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviço de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 34/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 34/2016.

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

PROCESSO Nº 34/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELI ME

OBJETO: O presente Termo tem por objeto readequar o contrato modificando as quantidades inicialmente licitadas, conforme Planilha de Readequação solicitada pela empresa e autorizada pelo Setor de Planejamento do mesmo. O valor total a ser suprimido no presente termo é de R\$ 4.283,32 (Quatro mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), e o valor total a ser acrescido é de R\$ 1.123,46 (Hum mil cento e vinte e três reais e

quarenta e seis centavos). Portanto, o valor do contrato original de R\$ 252.730,67 (Duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos) resta alterado para o valor de R\$ 249.570,81 (Duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e setenta reais e oitenta e um centavos), restando na supressão de aproximadamente 1,22% estando em conformidade com o que preconiza o art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do referido contrato. O contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA RUA ANTÔNIO MARCOLINO BENTO NO BAIRRO DE PALMAS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2013

Extrato do Quarto Termo Aditivo referente ao contrato nº 25/2013 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 25/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2013

PROCESSO Nº 09/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME (ANTIGA GERIATRIA SÃO MATHEUS EIRELI – ME).

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 03/2016 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES e a ATUALIZAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL pelo índice do IGPM – 7,12%, tomando como base o índice do mês de Novembro de 2016, a contar da data de 31/12/2016. O valor total do contrato será acrescido em 7,12% alterando o valor mensal para R\$ 3.183,72 (Três mil cento e oitenta e três reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor global de R\$ 38.204,64 (Trinta e oito mil duzentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos), e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato. O contrato tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CLÍNICA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E PSIQUIATRIA A SRA. ROSÂNGELA DE SOUSA EMÍLIO, POSSUIDORA DE TRANSTORNO MENTAL, MORADORA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 26/2016

Extrato do Quinto Termo Aditivo referente ao contrato nº 26/2016 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 26/2016.

CONVITE Nº 09/2016

PROCESSO Nº 27/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: A prorrogação do contrato por mais 06 (seis) meses, a partir da data de 31/12/2016, solicitada pela Administração, setor de Convênios e aprovada pelo Prefeito Municipal, estando em conformidade com o que preconiza o art. 57, da Lei nº. 8666/93 e Cláusula Sétima do referido contrato, e se sujeita as mesmas condições de pagamento do contrato. O contrato tem por objeto a contratação de empresa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso Ramos, 26 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 02/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

PROCESSO Nº 13/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CLEOMAR NERI.

OBJETO: O presente Termo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 02/01/2017 bem como aditar em 7,12% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M, tendo como referência o mês de Novembro de 2016. O valor total do contrato será acrescido em 7,12% alterando o valor mensal para R\$ 5.217,00 (cinco mil duzentos e dezessete reais), atualizando o valor global para R\$ 62.604,00 (Sessenta e dois mil e seiscentos e quatro reais). O contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DO IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015.

Governador Celso Ramos/SC, 29 de Dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 205_2016

Decreto Municipal 205/2016

Atualiza a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 1.603/2002 de 23 de dezembro de 2002, em seu § 1º e 2º, do Art. 107:

RESOLVE:

Art.º 1º. Para o Exercício de 2017, a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, fica atualizada no Valor de R\$ 3,8101.

Parágrafo Único – A atualização teve como base a apuração da variação acumulada do IGP-M, apurada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período compreendido entre os meses de dezembro do exercício de 2015 a novembro do exercício de 2016, num percentual de 7,1374%.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/01/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em
29 de Dezembro de 2016
65º ano da Fundação e 55º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Cláudio Inácio Weschenfelder
Secretário da Administração e Fazenda

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

QUINTO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 19/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 06/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: RADIO CIDADE LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de radiodifusão, de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 29.718,12

Guarujá do Sul, 30 de dezembro de 2016.

Rossméri K. Vergutz,

Secretária Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 20/2014 TA 05 / FMS CT 19/2014 TA 05

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

QUINTO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 20/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 11/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RADIO INTEGRAÇÃO DO OESTE LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de radiodifusão de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 29.978,04

Guarujá do Sul, 30 de dezembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1441/2016

PORTARIA Nº 1441/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 30 de dezembro de 2016, a Servidora MARILI APARECIDA PEREIRA ZOPELETTO (matr. 4336), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1442/2016

PORTARIA Nº 1442/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 30 de dezembro de 2016, a Servidora MARINA APARECIDA SILVA RONCEN (matr. 4349), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1443/2016

PORTARIA Nº 1443/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 30 de dezembro de 2016, da servidora JANDIRA FER-RANDIN (Matr. 4019), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo

de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1444/2016

PORTARIA Nº 1444/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 222/2014, a qual designava a Servidora MARIZETE APARECIDA DALMEDICO (Matr. 386), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1445/2016

PORTARIA Nº 1445/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 223/2014, a qual designava a Servidora SIMONE APARECIDA RADAVELLI (Matr. 233), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1446/2016

PORTARIA Nº 1446/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 180/2015, a qual designava a Servidora MARINÊS APARECIDA GONÇALVES (Matr. 149), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 5/E, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Cultura, Nível - DAS-2, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1447/2016

PORTARIA Nº 1447/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 225/2014, a qual designava a Servidora CLADMIRA FATIMA RODRIGUES CORREIA (Matr. 1294), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 8/E, Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1448/2016

PORTARIA Nº 1448/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 226/2014, a qual designava a Servidora VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI (Matr.

575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/C, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1449/2016

PORTARIA Nº 1449/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 227/2014, a qual designava o Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1450/2016

PORTARIA Nº 1450/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 228/2014, a qual designava a Servidora ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI (Matr. 219), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1451/2016

PORTARIA Nº 1451/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 229/2014, a qual designava a Servidora LUCINEIA REGINA MACHADO (Matr. 423), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1452/2016

PORTARIA Nº 1452/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 550/2016, da Servidora CLÁUDIA ANDREA DAHMER ROSSI (Matr. 1085), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, junto ao CMEI Criança Feliz, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1453/2016

PORTARIA Nº 1453/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 792/2016, que designava a Servidora MICHELE DA SILVA COELHO (Matr. 363), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, readaptada, para responder pela função de Gerente de Apoio Operacional, Nível - DAS-2, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1454/2016

PORTARIA Nº 1454/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 1122/2016, a qual designava a Servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1455/2016

PORTARIA Nº 1455/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 234/2014, que designava a Servidora MARCIA GONÇALVES (Matr. 34) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/C, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Responsável por Secretaria de Escola, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1456/2016

PORTARIA Nº 1456/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 350/2014, a qual designava

o Servidor WILSON ROBERTO DE MATTOS (Matr. 45), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 11/C, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1457/2016

PORTARIA Nº 1457/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 331/2014, a qual designava a Servidora LUZINETE DE OLIVEIRA (Matr. 584), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/D, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1458/2016

PORTARIA Nº 1458/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 182/2015, a qual designava a Servidora GISELE BULH (Matr. 568), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1459/2016

PORTARIA Nº 1459/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 251/2014, a qual designava a Servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 7/A, Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas Educacionais, Nível - DAS-2, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1460/2016

PORTARIA Nº 1460/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 330/2015, a qual designava a Servidora LOREDI DE DEUS E SILVA (Matr. 84), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Inspetor Educacional, Nível/Referência - 8/D, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Ensino Fundamental, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1461/2016

PORTARIA Nº 1461/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 1433/2016, a qual designava a Servidora MARIA RAQUEL AGUIAR BARBOSA (Matr. 414), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/C, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para

responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1462/2016

PORTARIA Nº 1462/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 220/2014, a qual designava a Servidora MARA TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS KUHLE (Matr. 58), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 9/B, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Educação Infantil, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1463/2016

PORTARIA Nº 1463/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 221/2014, a qual designava a Servidora ANDRÉIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência - 9/B, Anexo XII da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Administrativo e Financeiro, Nível- DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1464/2016

PORTARIA Nº 1464/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 654/2016, a qual concedia Função Gratificada de Coordenador de Núcleos de Atividade - FG-02, à Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência - 6/2/C, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 29 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1465/2016

PORTARIA Nº 1465/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 1295/2014, a qual concedia Função Gratificada de Responsável pelos Serviços e Programas Sociais na Saúde - ao Servidor LUIZ CARLOS JULIAN (Matr. 892), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 7/F, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1466/2016

PORTARIA Nº 1466/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 1127/2015, a qual designava o Servidor NERI PEREIRA DUARTE (Matr. 871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível/Referência - 7/F, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a responder pelo Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Transportes e Obras, Nível - DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1467/2016

PORTARIA Nº 1467/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 259/2008, a qual designava o Servidor ODAIR TREVISOL (Matr. 334), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 9/I, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a responder pelo Cargo em Provisão em Comissão de Diretor de Projetos Técnicos, Nível – DAS-1, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1468/2016

PORTARIA Nº 1468/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 771/2013, a qual designava a Servidora LOURDES FERREIRA BRANDÃO (Matr. 3721), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível/Referência – 6/A, anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, a responder pelo Cargo em Provisão em Comissão de Secretário de Educação, Cultura e Esportes, Nível – Agente Político, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1469/2016

PORTARIA Nº 1469/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR os efeitos da Portaria 718/2012, a qual designava a Servidora MÁRCIA JUSSARA STEFFANI ZAGONEL (Matr. 97), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência – 12/E, anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, a responder sem ônus para o erário público municipal, pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, a contar de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1470/2016

PORTARIA Nº 1470/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor VALDIR MARTINI (Matr. 3208), a partir de 28 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provisão em Comissão de Gerente de Manutenção de Estradas e Equipamentos, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1471/2016

PORTARIA Nº 1471/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ARI BARBIERI (Matr. 3865), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provisão em

Comissão de Gerente de Administrativo, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1472/2016

PORTARIA Nº 1472/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor AMARILDO SOARES DE LIMA (Matr. 3236), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Gerais, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1473/2016

PORTARIA Nº 1473/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora VERA LÚCIA RODRIGUES (Matr. 3690), a partir de 31 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Turismo, Comércio, Indústria e Serviços, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1474/2016

PORTARIA Nº 1474/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora ANA PAULA DALMAGRO DA SILVA (Matr. 4083), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1475/2016

PORTARIA Nº 1475/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora MARIA DE FÁTIMA BAZEI MELERE (Matr. 3719), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Programas Sociais, Nível - DAS-2 , 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1476/2016

PORTARIA Nº 1476/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora PAOLA ANTUNES DE MORAES HUBER (Matr. 4125), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Serviços Ambulatoriais, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1477/2016

PORTARIA Nº 1477/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRE (Matr. 2893), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Convênios e Projetos Institucionais, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1478/2016

PORTARIA Nº 1478/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora VERA LÚCIA DA SILVA BILIBIO (Matr. 3029), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o

Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Finanças, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1479/2016

PORTARIA Nº 1479/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 3062), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Gestão, Administração e Patrimônio, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1480/2016

PORTARIA Nº 1480/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor RODRIGO DALLA VECCHIA (Matr. 3565), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Diretor Administrativo de Programas, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1481/2016

PORTARIA Nº 1481/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ANTONINHO ZACCARON (Matr. 4295), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provisão em Comissão de Diretor de Agricultura, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1482/2016

PORTARIA Nº 1482/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ITACIR BRANDALISE (Matr. 2891), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provisão em Comissão de Diretor Operacional, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1483/2016

PORTARIA Nº 1483/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor ERNESTO EDILO RAMBO (Matr. 3633), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provisão em Comissão de Diretor de Habitação, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1484/2016

PORTARIA Nº 1484/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora YASMIN LAÍS RIBAS (Matr. 4264), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o Cargo em Provisão em Comissão de Coordenador da Junta de Serviço Militar, Nível - DAS-3, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1485/2016

PORTARIA Nº 1485/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora TAIZE SAVI (Matr. 4341), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o Cargo em Provisão em

Comissão de Assessor Jurídico, Nível – DAS- 5, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1486/2016

PORTARIA Nº 1486/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora QUÊNIA BRINCKMANN (Matr. 2897), a partir de 30 de dezembro de 2016, a qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social, Nível – Agente Político, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1487/2016

PORTARIA Nº 1487/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor GILBERTO JOSÉ DURIGON (Matr. 2883), a partir de 30 de dezembro de 2016, o qual ocupava o Cargo em Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, Nível – Agente Político, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Dezembro de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISÃO Nº 003/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
CNPJ/MF 09.428.416.0001-80
Empresa: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME
Endereço: Rua Prefeito José Acco, nº 250
CONTRATADA

TERMO DE RESCISÃO Nº 003/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016 a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente no Município de Herval d'Oeste, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME na Rua Prefeito José Acco, nº 250, Bairro Dona Helena, Ibicaré - SC, CNPJ nº 09.428.416/0001-80, neste ato representado por seu Sócio, Senhor José Luis Policeno da Silva, brasileiro, casado portador do CPF nº 833.031.039-68 doravante denominada CONTRATADA, de forma unilateral com base na decisão do Processo Administrativo nº 003/2016 e com amparo legal na Lei 8.666/93 a administração municipal resolve celebrar o presente termo de rescisão ao Contrato nº 012/2014 que tinha por objeto a pavimentação em paralelepípedos de estrada vicinais e via pública no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra em decorrência do Processo Licitatório n. 0067/2013, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2013 obedecendo os seguintes termos :

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

§ 1º - Este termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 012/2014 de 06/03/2014 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir de 28/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

§ 1º - O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula décima segunda do contrato original, nos termos do artigo 78 inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

§ 1º - É assegurado ao CONTRATADO o direito de percepção proporcional dos encargos devidos até a última medição emitida pelo analista de execução de obras públicas, nos termos do contrato original, no valor total remanescente de R\$ 72.830,86 (setenta e dois mil oitocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos de processo administrativo onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º - A presente rescisão foi determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE em conformidade com o processo administrativo e os motivos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato;

§ 2º - O CONTRATADO será notificado da presente rescisão mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento

§ 3º - Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal e duas testemunhas em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 28 de dezembro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2986/2016

DECRETO Nº. 2986, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1301- Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 27.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

Ilhota

PREFEITURA

5º TERMO ADITIVO 2015 PMI - REFORMA CRECHE (THOMÉ)

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2015, FIRMADO EM 18 DE MAIO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. SITUADA NA RUA 1922, Nº 86, CENTRO, NA CIDADE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 07.494.338/0001-96, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 02/2015.

Contrato: 07/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 22/12/2015 até 05/05/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 18 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO 2015-013 - ADITIVO 6 - TP 006-2015 - RUA LUIZ LEAL E LUIZ PONTALDI - PETRY

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2015, FIRMADO EM 29 DE MAIO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA PETRY EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME SITUADA NA RUA Noberto Achterberg, 242, Salto Weissbach, NA CIDADE DE BLUMENAU/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 19.425.025/0001-65, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 006/2015.

Contrato: 13/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 30/05/2016 até 28/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 27 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

PETRY EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO 2015-027 - ADITIVO 4 - TP 003-2015 - QUADRA ILHOTINHA - DI FATTO -

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2015, FIRMADO EM 29 DE JULHO DE 2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A EMPRESA DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. SITUADA NA ROD. BR 470, Nº 460, SALA 01 E 02, RIBEIRO BASILIO, NA CIDADE DE APIÚNA/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 12.323.692/0001-98, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: TP 003/2015.

Contrato: 027/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Este aditivo tem por objeto Contratação de empresa para Construção da Quadra Escolar Coberta com Vestiário da Escola Municipal Domingos José Machado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS MOTIVOS – A alteração contratual está pautada na necessidade de manter o contrato válido para poder receber recursos, conforme exigência do SIMEC.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA FORMA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL – A alteração é unilateral, fundada pelo inciso I, do artigo 58, e no inciso II do parágrafo primeiro, Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA – A vigência do contrato ora aditado fica prorrogado por 2 meses a partir de 10/12/2016, vencendo em 10/02/2017.

CLÁUSULA TERÇA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 05 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

DECRETO 144-2016 PREFEITURA - REMANEJAMENTO

DECRETO Nº 144/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.760/2013 do Plano Plurianual 2014 - 2017, da Lei 1.805/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e da Lei 1.806/16 Orçamentária Anual de 2016, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Ilhota, de conformidade com o art. 12º, II e art.13º Parágrafo Único da LOA/2016, na importância de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) e da outras providências.

TITULO - I

CAPÍTULO - I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterado a Lei nº. 1.760, de 18 de Dezembro de 2013 - PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), na 07-01 – Secretaria de Transporte, Atividade: 2.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes, 3.3.9.0.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (49), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO - II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.805, de 04 de Fevereiro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o art. 12º, II e art.13º Parágrafo Único, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), na 07-01 – Secretaria de Transportes, Atividade: 2.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes, 3.3.9.0.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (49), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO - III**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 1.806, de 11 de Fevereiro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o art. 12º, II e art.13º Parágrafo Único, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), na 07-01 – Secretaria de Transportes, Atividade: 2.007 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Transportes, 3.3.9.0.00.00.00.00 – 100 Aplicações Diretas (49), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO - IV**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES**07.01 – DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM - DMER**

ATIVIDADE: 2678200072.007 – Manut. e Func. da Secretaria de Transportes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100 (49) R\$ 290.000,00

Total R\$ 290.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), conforme especificado abaixo:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE**07.01 – DEPARTAMENTO ESTRADA DE RODAGEM - DMER**

Atividade Nº. 2678200072.007 – Manut. e Func. da Secretaria de Transportes

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100 (47) R\$ 290.000,00

Total R\$ 290.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na rubrica nº 2678200072.007 – Manutenção e Funcionamento Da Secretaria de Transportes.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota,
28 de Novembro de 2016.
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal de Ilhota

RESCISÃO CONTRATO 001-2014 - ALUGUEL MAIS MÉDICOS - RITA TEREZINHA MELO

Processo de Licitação: DL 001/2014.

Contrato: 001/2014

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 001/2014 FMS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA E A SR RITA TEREZINHA MELO DE SOUZA KRETZER.

Pelo presente instrumento público, a Prefeitura Municipal de Ilhota, com sede à Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160 – Centro – Ilhota/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/301-53, doravante denominado "MUNICÍPIO", neste ato representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Senhor Daniel Christian Bosi, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 3.464.596-4-SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 026.390.029-02, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, através do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato nº 001/2014 firmado com a SR. Rita Terezinha Melo de Souza Kretzer, pessoa física de direito privado, mediante Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 001/2014 – FMS, cujo objeto é a "Locação de Imóvel [...]", celebrado em 20 de janeiro de 2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS MOTIVOS – A rescisão contratual está pautada pela saída da médica cubana do Brasil no dia 03/11/2016, sendo um motivo de força maior impeditivo para a execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA FORMA DE RESCISÃO – A rescisão é unilateral, nos termos da Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual, fundada no inciso XVII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, satisfeita ainda a condição exigida pelo parágrafo primeiro, do artigo 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DAS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – Em obediência ao Parágrafo Único, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a rescisão está plenamente motivada e observa as garantias fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Do presente ato é cabível o recurso administrativo previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISSOLUÇÃO DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:

A contratante resolve, nas razões de suas faculdades e com base no inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666/93, dissolver direitos e obrigações oriundas do Contrato referido na Cláusula Primeira deste Instrumento, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional relativos ao mesmo, pelo que se dão plena, geral e irrevogável quitação, ressalvados quaisquer encargos ou pendências que porventura possam existir entre as partes contratantes até a data de sua rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

Este Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Parágrafo único do Artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO:

As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quaisquer dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 07 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº 90 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 90 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 69.350,00 (sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	8	0.1.000	Aplicações Diretas	69.350,00
TOTAL				69.350,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de despesas, que segue.

ÓRGÃO – 16	SAMAE			
UNIDADE – 01	SAMAE			
PROJ/ATIV. – 2.300	MANUTENÇÃO DO SAMAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	9	0.1.000	Aplicações Diretas	6.850,00
TOTAL				6.850,00

Art. 3º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior também serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte 01000, que segue.

TOTAL	62.500,00
-------	-----------

Total Geral da Suplementação:

Total Suplementação	69.350,00
---------------------	-----------

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 27 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 91 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 91 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 323.750,00 (trezentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	13	0.1.064	Aplicações Diretas	120.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	14	0.1.064	Aplicações Diretas	19.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	32	0.1.064	Aplicações Diretas	17.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	17	0.1.064	Aplicações Diretas	21.900,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	26	0.1.064	Aplicações Diretas	13.300,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	20	0.1.064	Aplicações Diretas	32.600,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	2	0.1.001	Aplicações Diretas	99.950,00
Total Geral			323.750,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação e movimentações orçamentárias, sendo:

Fonte de Recursos	Valor
01064	223.800,00
01001	87.750,00

Reduções:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 02	SECRETARIA DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	5	0.1.001	Aplicações Diretas	12.200,00
Total Suplementação			323.750,00	

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 27 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 92 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 92 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, na importância de R\$ 455.150,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil cento e cinquenta reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	0.1.00	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 01	GABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	0.1.00	Aplicações Diretas	2.700,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	0.1.00	Aplicações Diretas	8.750,00
ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 02	PROCURADORIA JURIDICA			
PROJ/ATIV. – 2.006	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	0.1.00	Aplicações Diretas	16.700,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE –	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. –	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	0.1.00	Aplicações Diretas	8.500,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	0.1.00	Aplicações Diretas	54.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E JUVENTUDE			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	33	0.1.01	Aplicações Diretas	41.700,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	56	0.1.01	Aplicações Diretas	62.200,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	74	0.1.01	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	68	0.1.01	Aplicações Diretas	150.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COM. E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	106	0.1.00	Aplicações Diretas	2.200,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRET. DE DESENV. RURAL E PECUÁRIO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	117	0.1.00	Aplicações Diretas	16.400,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	134	0.1.00	Aplicações Diretas	1.500,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBAN			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	181	0.1.00	Aplicações Diretas	38.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	202	0.1.00	Aplicações Diretas	3.500,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP E JUVENTUDE			
UNIDADE – 02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	75	0.1.58	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação e movimentações orçamentárias, sendo:

Fonte de Recursos	Valor
01058	40.000,00
01000	415.150,00
Total Suplementação	455.150,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 27 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PORTARIA GP Nº 926/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 926/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

KARLA MARQUES DE OLIVEIRA do cargo de Diretor Geral, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 29 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 29/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 927/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 927/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador De Administração e Finanças

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DEBORA BORGES CATARINA do cargo de Coordenador De Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 928/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 928/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor Geral de Informática

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DIEGO POSTAI do cargo de Diretor Geral de Informática, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 929/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 929/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Secretário de Administração e Finanças

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

EMANOEL MATOS do cargo de Secretario de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 930/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 930/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Procurador Jurídico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

EMANUEL DA SILVA GOMES do cargo de Procurador Jurídico, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 931/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA GP Nº 931/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Médico Ortopedista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

EUGENIO JOSE SANTANA do cargo de Médico Ortopedista, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 932/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 932/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor Geral de Vigilância em Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

FERNANDA FERNANDES DE SOUSA do cargo de Diretor Geral de Vigilância em Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 933/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 933/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

FRANCISCO HECK NETO do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 934/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 934/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Atenção Básica da Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

JONATAN DA ROSA SANTOS do cargo de Coordenador de Atenção Básica da Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 935/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 935/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

CASSIANE MONTEIRO MACHADO do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 936/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 936/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Ensino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LETICIA SILVA DA SILVA do cargo de Coordenador de Ensino, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a Comunicação Interna nº 253/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 937/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 937/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Esporte

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARIA BORGES DA LUZ do cargo de Coordenador de Esporte, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 938/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 938/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor de Pecuária

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

LUCIANO DE SOUZA do cargo de Diretor de Pecuária, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 939/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 939/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Secretario de Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARIO JOSE CARDOSO do cargo de Secretario de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 940/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 940/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARIVALDO CARGNIN FRANCISCO do cargo de Coordenador de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 941/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 941/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Planejamento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA do cargo de Coordenador de Planejamento, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 942/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 942/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Redução de Carga Horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

REDUZIR:

A carga horária do Professor JAIR PAULO para 20 horas semanais, conforme solicitação da C.I. nº 253/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 943/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 943/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Retira Gratificação de Apoio Pedagógico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve, RETIRAR:

A Gratificação de Apoio Pedagógico dos professores abaixo relacionados, conforme solicitação da C.I. nº 253/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

JAIR PAULO

JOSIANE PACHECO DE SOUZA THIESEN

LELIA REGINA DE SOUZA RAIMUNDO

MARIA APARECIDA REIS BRASIL

MARTA DA SILVA MAIA

VANDERLEIA IVETE MARQUES MATTOS

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 944/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 944/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor de Ensino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei

Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA do cargo de Diretor de Ensino, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a Comunicação Interna nº 253/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 945/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 945/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Procurador Jurídico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

SUZANA FORTUNATO DE SOUSA do cargo de Procurador Jurídico, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 946/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 946/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VALMIR ALBRING do cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em

30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 947/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 947/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Controle e Avaliação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

VANESSA ROSA MARTINS ROLDAO do cargo de Coordenador de Controle e Avaliação, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 948/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 948/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 428/2015, da funcionária MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA como responsável pela fiscalização da Pavimentação da Rodovia Municipal IMA-422, no Bairro de Ponta Grossa, Município de Imaruí/SC, de acordo com o Memorando nº 083/2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 949/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 949/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

AMANDA NUNES MONTEIRO VIEIRA do cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 950/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 950/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Recursos Humanos e Materiais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ANA CAROLINE DA ROSA do cargo de Coordenador de Recursos Humanos e Materiais, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a Comunicação Interna nº 253/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 951/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 951/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Secretária de Desenvolvimento Rural e Pecuária

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ANDREZA POLICARPO LINO do cargo de Secretária de Desenvolvimento Rural e Pecuária, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 952/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 952/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Secretária de Governo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ANNA ALICE STOPASSOLI do cargo de Secretária de Governo, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 953/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 953/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor Geral – Região Norte

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DOMINGOS COSTA TORQUATO do cargo de Diretor Geral – Região Norte, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 954/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 954/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 202/2016, do funcionário EMANOEL MATOS com a função de responsável pela Organização da Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA

Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 955/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 954/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 202/2016, do funcionário EMANOEL MATOS com a função de responsável pela Organização da Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA

Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 956/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 956/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 310/2016, do funcionário EMANOEL MATOS como responsável pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 957/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 957/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 744/2016, do funcionário EMANOEL MATOS com a função de responsável pela Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 958/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 958/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 922/2016, do funcionário EMANOEL MATOS com a função de responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 959/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 959/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 705/2016, da funcionária ANNA ALICE STOPAS-SOLI com a função de Chefe de Contabilidade.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 960/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 960/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 745/2016, da funcionária LETICIA SILVA DA SILVA com a função de responsável pelo setor de Transportes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 961/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 961/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 818/2016, do funcionário MARIO JOSE CARDOSO com a função de responsável pela Secretaria de Promoção Social.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 962/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 962/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 432/2015, da funcionária MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA como responsável pela fiscalização da Pavimentação de Vias no Bairro de Praia do Lessa, Município de Imaruí/SC, através do Contrato de Repasse nº 1005616-87, de acordo com o Memorando nº 082/2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 963/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 963/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:
CARLOS HUMBERTO MARTINS com CPF 594.161.819-00 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 964/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 964/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:
CINTIA APARECIDA DOS SANTOS com CPF 049.583.469-61 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 965/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 965/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:
KELLY PRATES ALVES com CPF 008.357.359-31 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 966/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 966/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

CARLA VITORIO DA SILVA com CPF 097.620.819-94 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 967/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 967/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

DIEGO DOMINGOS DOS SANTOS com CPF 096.526.079-83 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 968/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 968/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

HELENA RAMOS FLORENTINO com CPF 103.056.469-82 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 969/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 969/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

LEANDRO RODRIGUES MARTINS com CPF 100.447.509-86 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 970/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 970/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MARCELO DE MATTOS BRUM com CPF 329.737.480-20 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 971/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 971/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MONICA ELLER SELHORST com CPF 094.367.009-89 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 972/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 972/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MARIELLY VITORINO VIEIRA com CPF 107.293.779-46 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 973/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 973/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

JOCILEIA FERNANDES COSTA com CPF 114.223.289-10 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 974/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 974/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

DANIELA DE SOUSA VILHALBA com CPF 502.922.770-91 para exercer o cargo efetivo de Agente Educador na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 975/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 975/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

GABRIELA DA SILVA com CPF 068.965.919-94 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 976/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 976/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

CAMILA DA SILVA com CPF 076.406.149-61 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 977/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 977/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

JESSICA LINO CAVALHEIRO com CPF 073.296.569-17 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 978/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 978/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ANDREZA DA SILVA com CPF 065.739.739-33 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 979/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 979/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

JESSICA DOS SANTOS CASTRO com CPF 088.401.659-59 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 980/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 980/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

PATRICIA MARIANO GERVASIO com CPF 106.747.529-02 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 981/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 981/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

GISSELIA APARECIDA DE LIMA GERHARD com CPF 953.950.750-20 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 982/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 982/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

LUCIANA KRATINA COSTA com CPF 731.589.680-53 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em

30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 983/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 983/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

JANI JOSE FERREIRA VIANA com CPF 029.421.099-71 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 984/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 984/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

CRISTIANE PERPETUA BARBOSA com CPF 030.902.099-93 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 985/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 985/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ALEX SANDRA PAULO com CPF 037.652.999-79 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 986/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 986/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

SANDRA MACHADO ALEXANDRE com CPF 043.522.829-36 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 987/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 987/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

SILANE JEREMIAS com CPF 057.713.929-01 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 988/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 988/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ADNILDA PEREIRA SANTOS com CPF 052.804.049-93 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 989/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 989/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

RENATA MATIAS ELEOTERIO com CPF 060.674.739-76 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 990/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 990/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MARIELI DA ROSA DOS PASSOS com CPF 080.762.169-23 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 991/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 991/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

FABRICIO APARECIDO DOS SANTOS com CPF 022.671.519-10 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 992/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 992/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ANDRE LUCIANO DA SILVEIRA com CPF 821.058.989-04 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 993/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 993/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

ALEX RODRIGO MEINCHEIN MACANEIRO com CPF 058.341.529-61 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 994/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 994/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

RICARDO VARGAS FERMIANO com CPF 107.289.659-17 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 995/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 995/2016, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

EDER DE OLIVEIRA MATIAS com CPF 047.779.449-13 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 30 de Dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 30/12/2016

EMANOEL MATOS

Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 233, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 233, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba e para o Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$1.879.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil reais), para reforço de dotações orçamentárias, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-1.010		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0069)	Aplicações Diretas	698.800,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	1.135.200,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA		
Viver Bem		
16.482.0020-2.043		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	45.000,00
Total Geral		1.879.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andrea Aguiar

Chefe de Gabinete (Interina)

DECRETO PMI Nº 235, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 235, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018 (0036)	Aplicações Diretas	117.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0037)	Aplicações Diretas	108.000,00
Total		225.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecação de Recursos do FUNDEB no exercício de 2016

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andrea Aguiar
Chefe de Gabinete (Interina)

EXTRATO: CONTRATO SEDURB 2016/88 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEDURB 2016/88 A01
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 08.397.388/0001-18
Objeto: Prorrogação do prazo até 31 de março de 2017.
Prazo: 31/03/2017
Fundamento: Processo nº 01/2016 Tomada de preço 01/2016
Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB
Eduardo dos Passos Nunes
Credenciante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante legal
Credenciada

EXTRATO: PMI FUNREBOM/SEAPI 2016/98 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI FUNREBOM/SEAPI 2016/98 A/00
Contratada: O&C CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ: 22.408.472/0001-10
Objeto: CONFECÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE, IMPERMEABILIZAÇÃO DE TODA COBERTURA, RECUPERAÇÃO DOS APARELHOS SANITÁRIOS E PINTURA GERAL DO TERMINAL RODOVIÁRIO ANGELO MANOEL FERNANDES - IMBITUBA/SC Valor R\$ 38.219,86 Prazo: 28/01/2017
Fundamento: Processo nº 19/2016. Carta Convite 01/2016.
Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal da SEAPI
Contratante

O&C Construtora Ltda me
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2015/32 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2015/32 A03
Contratada: ITAPIRUBA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ 08.397.388/0001-18
Objeto Prorrogação até 31 de dezembro de 2017
Valor R\$ 236.000,00 Prazo: 31/12/2016
Fundamento: Processo nº15/2015 Dispensa 10/2015
Imbituba, 15 de dezembro de 2016

Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura -SEAPI

Contratante

Itapiruba Comércio de
Materiais de Construção Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/39 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/39 A/01

Contratada: EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S/A

CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: Acréscimo de 8,3950(oito inteiros e três mil novecentos e cinquenta décimos de milésimos percentuais) e a prorrogação do prazo para até 31 de março de 2017

Prazo: 31/03/2017 Valor: R\$ 37.381,04

Fundamento: Processo nº 162/2014. Concorrência: 14/2014

Imbituba, 27 de dezembro de 2016

Juliana da Silva Ignacio
Secretário municipal da
SEAPI
Contratante

Setep Construções S/A
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/97 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/97 A/00

Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 04.036.058/0001-46

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO EM PAVER, MEIO FIO, DA DRENAGEM E RECUPERAÇÃO A DAS RAMPAS E DECKS DA PRAIA DA VILA, QUE, NO ÚLTIMO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2016, FOI PARCIALMENTE DESTRUÍDO

Valor R\$39.375,53 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 115/2016. Dispensa 15/2016

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Juliana da Silva Ignácio
Secretária Municipal da SEAPI
Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/100 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2016/100 A00

Contratada: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDATICOS LTDA

C.N.P.J: 10.385.994/0001-65

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA USO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valor R\$1.340,363,99 Prazo: 28/12/2017

Fundamento: Processo nº. 30/2016 Pregão 24/2015

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Librinke Distribuidora de Materiais Didáticos Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/99 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUC 2016/99 A/00
Contratada: EDITORA NXT CHALLENGER LTDA
CNPJ 10.734.571/0001-03
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA USO DOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor R\$ 176.707,96 Prazo: 28/12/2017
Fundamento: Processo nº. 139/2015 Pregão: 81/2015
Imbituba, 28 de Dezembro de 2016.

Michela da Silva Freitas
Secretária municipal de educação
Contratante

Editora NXT Challenger Ltda
Representante legal
Contratada

EXTRATO: PMI SETEC 90/2016 – A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SETEC 90/2016 – A/01
Contratada: PIRES COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 04.036.058/0001-46
OBJETO: Acréscimo de 24,00%(vinte e quatro por cento)
Prazo: 31/12/2016 Valor R\$68.400,00
Fundamento: Processo nº. 94/2016 Pregão 59/2016
Imbituba, 29 de dezembro de 2016.

Romeu Pires Filho
Secretário Municipal Interino da Setec
Contratante

Pires Comercio de Materiais de Construção Ltda epp
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2014/95 A/06

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SETUR 2014/95 A/06
Contratada: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.
CNPJ 07.150.434/0001-17
Objeto Prorrogação do prazo para até 30 de junho de 2017
Prazo: 30/06/2017
Fundamento: Processo nº.73/2014 Tomada De Preços 01/2014
Imbituba, 28 de dezembro de 2015

Romeu Pires Filho
Secretário Municipal de Turismo
Esporte e Cultura Interino da Setec
Contratante

Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2016/12 – A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2016/12 – A/02

Contratada: Pires comércio de materiais de construção Ltda epp

CNPJ: 04.036.058/0001-46

Objeto: Prorrogação do prazo ate 31 de março de 2017

Prazo: 31/03/2017

Fundamento: Processo nº 29/2016. Carta Convite 01/2016

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Pires comércio de materiais de construção Ltda.

Representante legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 709/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 709, de 28 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde – Área 14, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Dielen Freitas	Agente Comunitário de Saúde – Área 14	089.646.349-42	02/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 710/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 710, de 29 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. ADRIANO ELPÍDIO DUARTE, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 026.295.679-90, admitido em 27 de janeiro de 2003, matrícula nº 1873, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2008 a 2013	01.03.2017 a 30.03.2017 01.06.2017 a 30.06.2017	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 01, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 01, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece o Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º do Decreto PMI nº 91, de 18 de maio de 2015, para fins de implementação de loteamentos de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005,

CONSIDERANDO, o Programa de Promoção de Urbanificação de Interesse Social;

CONSIDERANDO, também, as diretrizes do Plano de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO, o estabelecido no Decreto PMI nº 91, de 18 de maio de 2015;

CONSIDERANDO, ainda, a Licença Ambiental de Instalação nº 10082/2016 da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, e

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º do Decreto PMI nº 91, de 18 de maio de 2015, para fins de implementação de loteamentos de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, conforme segue:

ZONAS DE USO	CONDICIONANTES URBANÍSTICOS			PADRÕES DE EDIFICAÇÕES							USOS COMPATÍVEIS	SNA
	Área mínima de Lote/PGORUE (m2) Meio de quadra	Testada mínima Lote/PGORUE (m)		COT	CAT	Altura máxima (m) Frente	Recuos (m)					
		Esqui-na					Fundo	Lateral	Bi-la-te-ral			
ZEIS	200,00	10,00	12,00	0,50	1,00	9,00	4,00	20% laterais Até no má-ximo 5,00 m	-	1,5	Habitação individual; Comércio abastecimento; Comércio varejo, escritório e consultório; Centro comercial e supermer-cados; Assistência geral e de urgência.	0,20
SIGLAS DOS COEFICIENTES		COT - Coeficiente de Ocupação do Terreno CAT - Coeficiente de Aproveitamento Total SNA – Solo Natural Absorvente										

§ 1º Somente será permitido usos compatíveis comerciais em lotes com área mínima igual ou superior a 300 m².

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Eduardo dos Passos Nunes
Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Iara Pittigliani Carvalho
Agente Administrativo

DECRETO PMI Nº 234, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.**DECRETO PMI Nº 234, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Prefeitura Municipal de Imbituba e Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.323.700,00 (um milhão, trezentos e vinte e tres mil e setecentos reais), para reforço das dotações orçamentárias, conforme Quadro de Suplementações Orçamentárias constante do Anexo I integrante deste Decreto.

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável Excesso de Arrecação de Recursos próprios apurados no exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andrea Aguiar
Chefe de Gabinete (Interina)

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



ANEXO I - DECRETO 234, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
QUADRO DE SUPLEMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Entidade	Órgão/Unidade	Descrição do Órgão	Dotação	Modalidade	Funcional	Valor
Prefeitura Municipal de Imbituba	03.01	SEAGP	7	3.3.90	04.122.0003	82.000,00
Prefeitura Municipal de Imbituba	08.01	SEAPI	86	3.3.90	15.451.0007	34.500,00
Prefeitura Municipal de Imbituba	03.01	SEAGP	8	3.3.91	04.122.0003	4.200,00
Prefeitura Municipal de Imbituba	02.01	GABINETE	2	3.3.90	04.122.0002	212.000,00
Prefeitura Municipal de Imbituba	08.01	SEAPI	85	3.1.90	15.451.0007	441.000,00
Prefeitura Municipal de Imbituba	24.01	SETEC	122	3.1.90	23.122.0008	65.000,00
Fundo Municipal de Saúde	15.01	FMS	38	3.1.90	10.301.0014	485.000,00
TOTAL						1.323.700,00

ERRATA À LEI Nº 4.781/2016**GOVERNO DE
IMBITUBA****ERRATA À LEI Nº 4.781/2016**

A Chefe de Departamento de Atos Normativos da Prefeitura Municipal de Imbituba informa que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 4.781/2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 23 de dezembro do ano em curso, edição 2152, páginas 288 e 289, em virtude de erro de transmissão.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.781, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Campo D'Una, Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos do artigo 1º da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

- I – D.S. Rua ESMERALDA, com início na D.S. Rua Ametista, sem saída;
- II – D.S. Rua AMETISTA, com início na rodovia SC 434, e término na D.S. Rua Rubi;
- III – D.S. Rua RUBI, com início ao sul da D.S. Rua Ametista, sem saída; e término ao norte da D.S. Rua Ametista, sem saída;
- IV – D.S. Rua ÁGATA, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua Esmeralda;
- V – D.S. Rua TOPÁZIO, com início na D.S. Rua Ágata, sem saída;
- VI – D.S. Rua CITRINO, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- VII – D.S. Rua DIAMANTE, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- VIII – D.S. Rua JADE, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua da Primavera;
- IX – D.S. Rua DA PRIMAVERA, com início na rodovia SC 434 e término na D.S. Rua Diamante;
- X – D.S. Rua ÔNIX, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XI – D.S. Rua JOÃO LEANDRO GREGÓRIO, com início na SC 434 e término na D.S. Rua Pérola;
- XII – D.S. Rua GRANADA, com início na D.S. Rua João Leandro Gregório, sem saída;
- XIII – D.S. Rua PÉROLA, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XIV – D.S. Rua DA FELICIDADE, com início e término na D.S. Rua Pérola;
- XV – D.S. Rua DONA DOLORES, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XVI – D.S. Rua NOVO MUNDO, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XVII – D.S. Rua DOS MANACÁS, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XVIII – D.S. Rua AGAPITO MANUEL PEREIRA, com início na rodovia SC 434, sem saída;
- XIX – D.S. Rua QUARTZO, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;
- XX – D.S. Rua TURQUESA, com início na divisa com o município de Garopaba e término na D.S. Rua Safira;
- XXI – D.S. Rua SAFIRA, com início na D.S. Rua Quartzo, sem saída;

Prefeitura de Imbituba
Rua Ermani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades



**GOVERNO DE
IMBITUBA**

XXII – D.S. Rua TURMALINA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;

XXIII – D.S. Rua PIRITA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;

XXIV – D.S. Rua ÂMBAR, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída;

XXV – D.S. Rua MARFIM, com início na divisa com o município de Garopaba e término na D.S. Rua Âmbar;

XXVI – D.S. Rua MADREPÉROLA, com início na divisa com o município de Garopaba, sem saída."

Art. 2º Ficam acrescentados ao artigo 1º da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, os Incisos XXVII, XXVIII, XXIX, com a seguinte redação:

"XXVII – D.S. Rua PÉROLA NEGRA, com início na D.S. Rua Citrino, sem saída;

XXVIII – D.S. Rua ÁGUA-MARINHA, com início na D.S. Rua Diamante e término na D.S. Rua Citrino; e

XXIX – D.S. LOURIVAL CASSIMIRO ALVES, início na rodovia SC 434, sem saída."

Art. 3º O Anexo I (mapa do bairro), previsto no artigo 2º, da Lei nº 3.838, de 27 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Campo D'Una, Município de Imbituba/SC, passa a vigorar com a configuração do Anexo I desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

Prefeitura de Imbituba
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Um Mar de Oportunidades





Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2371/16

. DECRETO Nº 2371/16

. De 29 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 142.717,63 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e dezessete reais e sessenta e três centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381001	ESF União
Valor: (65.910,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01381200	ACS
Valor: (67.090,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT. DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
01382001	SAMU União
Valor: (9.717,63)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas

com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2372/16

. DECRETO Nº 2372/16

. De 29 de dezembro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 55.369,40 (CINQUENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF ESTADO E.A.
Valor: (55.369,40)	

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2373/16

. DECRETO Nº 2373/16

. De 29 de dezembro de 2016

Aprova as propostas curriculares para o ensino fundamental, anos iniciais do 1º ao 5º ano e anos finais do 6º ao 9º, para implementação nas escolas da rede pública municipal de ensino de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito de Indaial/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, incisos VIII e XI, da Lei Orgânica do Município e

Considerando o parecer COMED nº 005/2016 que aprovou por unanimidade a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º a 5º ano e Proposta Curricular para o Ensino Fundamental Anos Finais 6º ao 9º ano, como documento norteador das práticas pedagógicas nas escolas da rede pública municipal de ensino de Indaial.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Propostas Curriculares para o Ensino Fundamental Anos Iniciais 1º a 5º ano e Anos Finais 6º ao 9º ano, conforme documentação anexa ao presente Decreto.

Parágrafo Único – As propostas curriculares ora aprovadas servirão como documento norteador das práticas pedagógicas nas escolas da rede publica municipal de ensino de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, 29 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito do Município de Indaial/SC.

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2374/16

. DECRETO Nº 2374/16

. De 29 de dezembro de 2016

Revoga Decretos nº 368/13, nº 457/13, nº 1547/15, nº 1723/16, nº 1786/16 e nº 2177/16, que tratavam de medidas administrativas de controle de gastos e outras disposições.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, incisos VIII e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revogados a partir de 1º de janeiro de 2017, os Decretos nº 368/13, nº 457/13, nº 1547/15, nº 1723/16, nº 1786/16 e nº 2177/16 que tratavam de medidas administrativas de controle e redução de despesas e gastos com pessoal, necessários para o controle administrativo das contas públicas de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2375/16

. DECRETO Nº 2375/16

. De 29 de dezembro de 2016

Cancelamento de restos a pagar

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

Art. 1º Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Entidade	Nº Empenho	Espécie	Credor	Valor Empenhado	Valor a Cancelar	Motivo
Município de Indaial	2183-000/2015	Global	Terraplenagem Água Verde Ltda ME	159.176,39	65.452,16	Saldo não será utilizado no exercício de 2016
Município de Indaial	2187-000/2015	Global	Terraplenagem Água Verde Ltda ME	148.724,33	148.724,33	Saldo não será utilizado no exercício de 2016
Município de Indaial	2185-000/2015	Global	Terraplenagem Água Verde Ltda ME	220.946,55	153.467,66	Saldo não será utilizado no exercício de 2016
Município de Indaial	9784-000/2015	Global	Terraplenagem Poffo Ltda	82.540,07	82.540,07	Saldo não será utilizado no exercício de 2016

Art. 2º Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua reinscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de dezembro de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1700/2016

DECRETO Nº. 1700 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal da Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

2037 Manutenção das Atividades de Saúde

31900000 Aplicações Diretas

0002.00 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde
R\$ 12.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação da seguinte dotação orçamentária:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

2037 Manutenção das Atividades de Saúde

33900000 Aplicações Diretas

0002.00 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde
R\$ 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 28 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2906/2016

PORTARIA Nº 2906 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera Secretário Municipal de Administração e Finanças

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de dezembro de 2016 o sr. DOUGLAS FRANCISCO ZARDO, inscrito no CPF nº 001.144.989-62 do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2907/2016

PORTARIA Nº 2907 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera Assessor Jurídico

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de dezembro de 2016 a sra. PAULA PASQUAL, inscrita no CPF nº 021.122.879-66 do cargo comissionado de Assessor Jurídico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO Nº 016/58

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - CT13/16.

TA16/058

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa TRANSPORTADORA CHALÉ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rodovia SC 453 – Km 04 – Bairro Santa Gema, na cidade de Videira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.750.730/0001-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato nº CT13/16, o que fazem nos seguintes termos:

Art. 1º - Considerando que o serviço de transporte escolar é de natureza contínua, as partes resolvem, de comum acordo, na forma da Lei nº 8666/93, e expressa disposição contratual, aditar

o contrato nº CT13/16, passando o mesmo a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CT13/16 e aditivos TA13/32, TA13/50, TA14/004 e TA14/008, TA14/013, TA15/005 e TA15/055.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 29 de dezembro de 2016.

Município de Iomerê Transportadora Chalé Ltda
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

TERMO ADITIVO TAACT16/20

TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORARIO N. CTACTION14/47

TA20/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, MONALISA GIAZZONI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 061.058.249.63 e RG 5.393.549-7, residente na Rua Paulo Fioravante Penso nº 342 – Videira, SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo aditar o contrato CTACTION14/47 que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. As partes firmaram contrato de prestação de serviços temporários na data de 05 de Maio de 2014, decorrente de aprovação do Contratado em processo seletivo, para o cargo de Psicologa.

Art. 2. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços, as partes, de comum acordo resolvem aditar o contrato temporário de prestação de serviços, passando o mesmo a vigorar 30 de dezembro de 2017.

Art. 3. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CTACTION14/47

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 22 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI MONALISA GIAZZONI
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Paula Pasqual
Assessor Jurídico
OAB/SC 16164

TERMO ADITIVO TAACT16/21

TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO N. CTACTION14/50

TA 21/2016

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luciano Paganini, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, MAYARA PERAZZOLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 076.058.299-81 e RG 5.173.397, residente na Rua Rosario S/N, Bairro São Cristovão - Videira, SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo aditar o contrato CTACTION14/50 que fazem nos seguintes termos:

Art. 1. As partes firmaram contrato de prestação de serviços temporários na data de 30 julho de 2014, decorrente de aprovação da Contratada em processo seletivo, para o cargo de Fisioterapeuta.

Art. 2. Considerando a necessidade da continuidade dos serviços, para o Nucleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, as partes, de comum acordo resolvem aditar o contrato temporário de prestação de serviços, passando o mesmo a vigorar até 30 de dezembro de 2017

Art. 3. Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no contrato CTACTION14/50.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Iomerê, 22 de dezembro de 2016.

LUCIANO PAGANINI MAYARA PERAZZOLI
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Itá

PREFEITURA

ADITIVOS DIA 27/12

Itá, 29 de Dezembro de 2016

Aditivo Nº : 2AD 60/2015 - Contrato Nº: 60/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AMIGOS DE SANTA

CRUZ E

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para o ano de 2017.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AMIGOS DE SANTA

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 92/2015 - Contrato Nº: 92/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE SÃO FRANC

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da prestação do serviço para 2017.

Contratada....: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DO VALE

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 48/2015 - Contrato Nº: 48/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: CILOMAR MATTIELLO

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2015

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação no ano de 2017

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 50/2015 - Contrato Nº: 50/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: EMERSON LUIS TOCHETTO

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação na prestação do serviço para 2017.

Contratada....: EMERSON LUIS TOCHETTO

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 49/2015 - Contrato Nº: 49/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: JEFERSON FABRÍCIO PREDIGER

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.

Contratada....: JEFERSON FABRÍCIO PREDIGER

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 87/2016 - Contrato Nº: 87/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: BALLOTIN MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016

Objeto : Aditivo de prazo devido a entrega dos equipamentos

estarem aguardando laudo técnico para liberação.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 93/2016 - Contrato Nº: 93/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2016

Objeto : Aditivo de prazo considerando que os bens ainda não foram

entregues e que após isto serão analisados, e emitidos laudos técnicos

para o recebimento definitivo.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 4AD 173/2014 - Contrato Nº: 173/2014

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: LISTONI & BIASUS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C.

Valor : 119.880,00 (cento e dezenove mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2014

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação na prestação do serviço para 2017.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 36/2016 - Contrato Nº: 36/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

LTDA M

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016

Objeto : Aditivo de prazo devido atraso no repasse do recurso pelo

órgão cedente para pagamento total da obra.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 66/2016 - Contrato Nº: 66/2016

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada....: SÉRGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/03/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016

Objeto : Aditivo de prazo devido o parecer do Departamento de

Engenharia, justificando o atraso no repasse dos valores das medições

pela ADR-Seara, e que se faz necessário o contrato estar vigente para

finalizar os procedimentos relativos aos pagamentos e o recebimento

definitivo da obra.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 90/2016 - Contrato Nº: 90/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: SÉRGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 30/06/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016
Objeto : Aditivo de execução e vigência do contrato devido ao atraso na perfuração do poço tubular profundo.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 91/2016 - Contrato Nº: 91/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: PFG POCOS ARTESIANOS LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 30/06/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016
Objeto : Aditivo de prazo devido a falta de equipamentos adequados para perfuração.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 120/2016 - Contrato Nº: 120/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 51.107,85 (cinquenta e um mil cento e sete reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 24/06/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 16/2016
Objeto : Aditivo de valor para acrescentar meio fio na obra.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 62/2016 - Contrato Nº: 62/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: SULBRINQUEDOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 30/03/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2016
Objeto : Aditivo de prazo devido o atraso no repasse dos valores das medições pela ADR-Seara, e que se faz necessário o contrato estar vigente para finalizar os procedimentos relativos aos pagamentos e o recebimento definitivo da obra;
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 105/2016 - Contrato Nº: 105/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: GAMA CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 02/03/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2016
Objeto : Aditivo de prazo devido a solicitação da empresa informando que devido a complexidade do assunto, o quantitativo de possíveis achados e o período que está sendo atualizado, ainda não foi concluído todos os procedimentos.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATOS RENOVAÇÃO SAUDE

Aditivo Nº : 5AD 34/2014 - Contrato Nº: 34/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A
Valor : 26.338,40 (vinte e seis mil trezentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na execução do serviço para o ano de 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 57/2015 - Contrato Nº: 57/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: ETC LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA LTDA
Valor : 98.820,00 (noventa e oito mil oitocentos e vinte reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação na prestação do serviço para o ano 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 64/2015 - Contrato Nº: 64/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: CERTA SISTEMA INFORMATIZADOS LTDA
Valor : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para o ano de 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 58/2016 - Contrato Nº: 58/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: STUMPF E CIA LTDA. - BIOANALISE
Valor : 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
Contratada...: STUMPF E CIA LTDA. - BIOANALISE
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 67/2016 - Contrato Nº: 67/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS LABVITA LTDA
Valor : 110.000,00 (cento e dez mil e reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada...: LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS LABVITA LTDA
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 63/2016 - Contrato Nº: 63/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES S/S LTDA
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para o ano de 2017.
Contratada...: ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES

Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 64/2016 - Contrato Nº: 64/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: CR CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA
LTDA
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para 2017.
Contratada....: CR CLINICA DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 68/2016 - Contrato Nº: 68/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: MAURICIO VARGAS NOAL SERVIÇOS MÉDICOS DE RADIOLOGI
Valor : 2.000,00 (dois mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: MAURICIO VARGAS NOAL SERVIÇOS MÉDICOS DE
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 71/2016 - Contrato Nº: 71/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação da prestação do serviço para 2017
Contratada....: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 86/2016 - Contrato Nº: 86/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FRANCIELE LUISA POZZEBON
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: FRANCIELE LUISA POZZEBON
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 34/2015 - Contrato Nº: 34/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ENI PIONTKOSKI PADILHA PEREIRA
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para 2017.
Contratada....: ENI PIONTKOSKI PADILHA PEREIRA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 42/2015 - Contrato Nº: 42/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: RAQUEL DENISE R. MOCELLIN
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço em 2017.

Contratada....: RAQUEL DENISE R. MOCELLIN
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 72/2015 - Contrato Nº: 72/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ISABEL MARIA KREUTZ
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço em 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 73/2015 - Contrato Nº: 73/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ANDREZA DA SILVA
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para 2017.
Contratada....: ANDREZA DA SILVA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 78/2016 - Contrato Nº: 78/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: MARLI TEREZINHA BARBIERI ANDREIS
Valor : 70.000,00 (setenta mil reais)
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: MARLI TEREZINHA BARBIERI ANDREIS
Vigência : Início: 28/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 97/2016 - Contrato Nº: 97/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: BELLAN TRANSFORMAÇÕES VEÍCULARES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 30/06/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Objeto : Aditivo de prazo devido a não entrega do bem e necessidade do contrato estar vigente para o pagamento.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 35/2015 - Contrato Nº: 35/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: CLARICE TEREZINHA GIELINSKI
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: CLARICE TEREZINHA GIELINSKI
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 36/2016 - Contrato Nº: 36/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ISABEL MARIA KREUTZ
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação na prestação do serviço para 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 40/2015 - Contrato Nº: 40/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada....: ANDREZA DA SILVA
Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: ANDREZA DA SILVA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 63/2015 - Contrato Nº: 63/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ITA FARMA CENTRO LTDA ME
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação na prestação do serviço para 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 101/2016 - Contrato Nº: 101/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: CLEOMAR PAVAO WAGNER EIRELI - ME
Valor : 11.000,00 (onze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: CLEOMAR PAVAO WAGNER EIRELI - ME
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 4AD 159/2013 - Contrato Nº: 159/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.
Valor : 11.000,00 (onze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço em 2017.
Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 104/2016 - Contrato Nº: 104/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de valor e prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços em 2017.
Contratada....: ESPAÇO SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 4AD 143/2013 - Contrato Nº: 143/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: STUMPF - CLÍNICA MÉDICA LTDA
Valor : 11.000,00 (onze mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2013
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 4AD 148/2013 - Contrato Nº: 148/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: EDITE TEREZINHA MARCANZONI
Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.

Contratada....: EDITE TEREZINHA MARCANZONI
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 4AD 147/2013 - Contrato Nº: 147/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ANDREIA HELENA HALL
Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: ANDREIA HELENA HALL
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 4AD 5/2015 - Contrato Nº: 5/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: NADIA MARTELLO
Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: NADIA MARTELLO
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 3AD 4/2016 - Contrato Nº: 4/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA
Valor : 65.087,67 (sessenta e cinco mil e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 57/2016 - Contrato Nº: 57/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação dos serviços para 2017.
Contratada....: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 52/2016 - Contrato Nº: 52/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Valor : 11.000,00 (onze mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/01/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 77/2016 - Contrato Nº: 77/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.
Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para 2017.
Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA.

Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 1AD 103/2016 - Contrato Nº: 103/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: EDUARDO POLESE MANZKE EIRELI - ME
Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de
continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: EDUARDO POLESE MANZKE EIRELI - ME
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 62/2015 - Contrato Nº: 62/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMÁCIA MANUFARMA LTDA EPP
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de
continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: FARMÁCIA MANUFARMA LTDA EPP
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 70/2015 - Contrato Nº: 70/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: ROMAN & CIA LTDA
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de
continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: ROMAN & CIA LTDA
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 81/2015 - Contrato Nº: 81/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de
continuação na prestação do serviço para 2017.
Contratada....: FARMACIA SANTA TEREZA LTDA - ME
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

Aditivo Nº : 2AD 82/2015 - Contrato Nº: 82/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de
continuação na prestação do serviço para 2017
Contratada....: MARIA CECILIA ROMAN ME
Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 31/12/2017
MARILIA FRANKE - GESTORA

EXTRATO CONTRATOS 120 A 123

Contrato Nº.: 120/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: BALBINOT TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E
OBRAS LTDA
Valor : 449.614,40 (quatrocentos e quarenta e nove mil
seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 24/06/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:

16/2016
Objeto : Contratação de empresa, para alargamento e re-
cuperação
de trecho da Avenida Beira Lago.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL
Contrato Nº.: 121/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: O2 PROPAGANDA LTDA - ME
Valor : 958,80 (novecentos e cinquenta e oito reais e oi-
tenta centavos)
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Prestar seus serviços profissionais na manutenção
de
website através dos sistema COPYRIGHT © - DIREITOS AUTO-
RAIS, bem
como dar manutenção ao website de até 2 (duas) horas mensais,
não
cumulativas para meses subsequentes.
Contratada....: O2 PROPAGANDA LTDA - ME
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 122/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: GOX DRIVE TECNOLOGIA LTDA - EPP
Valor : 500,52 (quinhentos reais e cinquenta e dois cen-
tavos)
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : Hospedagem dos conteúdos de propriedade da
CONTRATANTE nos servidores locados da CONTRATADA em am-
biente
compartilhado e conexão permanente com a internet.
Contratada....: GOX DRIVE TECNOLOGIA LTDA - EPP
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 123/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: BR PROJ SOLUÇÕES LTDA ME
Valor : 1.308,48 (um mil trezentos e oito reais e quarenta
e oito centavos)
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Serviços de armazenamento e validação de docu-
mentos
fiscais com armazenamento em servidores exclusivos, com acesso
à
internet.
Contratada....: BR PROJ SOLUÇÕES LTDA ME
Vigência : Início: 27/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 386 - 2016

				DECRETO Nº. 386/2016						
				Cria Nova Classificação Orçamentária - Elemento de Despesa e Fonte de Recursos no Quadro de Detalhamento da Despesa e Abre Crédito Adicional Especial e Suplementar Junto ao Orçamento Geral do Município para o Exercício de 2016 e dá Outras Providências.						
O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2016 nº. 3.499, de 18 de dezembro de 2015.										
		DECRETA:								
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 6.680.498,59 (seis milhões, seiscentos e oitenta mil quatrocentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme segue:										
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA										
Órgão: 01 - GABINETE DO PREFEITO										
Unidade: 01 - Secretaria de Coordenação e Gestão										
Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete do Prefeito										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/2 - Aplicações Diretas								R\$	100.000,00	
Unidade: 02 - Assessoria Especial de Controle Interno										
Atividade: 2.002 - Manutenção dos Serviços da Assessoria - Controle Interno										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/5 - Aplicações Diretas								R\$	11.000,00	
Unidade: 04 - Diretoria de Defesa Civil										
Atividade: 2.003 - Colaboração para Custeio e Investimentos - DEFESA CIVIL										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/8 - Aplicações Diretas								R\$	40.000,00	
							Total do Gabinete:	R\$	151.000,00	
Órgão: 02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO										
Unidade: 01 - Chefia de Gabinete										
Atividade: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete do Vice Prefeito										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/13 - Aplicações Diretas								R\$	1.194,92	
							Total do Gabinete:	R\$	1.194,92	
Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO										
Unidade: 01 - Procuradoria Geral										
Atividade: 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Procuradoria Geral										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/16 - Aplicações Diretas								R\$	105.976,31	
							Total da Secretaria:	R\$	105.976,31	
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO										
Unidade: 01 - Assessoria de Relações Institucionais										
Atividade: 2.007 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Governo										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/19 - Aplicações Diretas								R\$	200.000,00	

Atividade: 2.008 - Contribuição às Associações de Entidades Representativas do Município									
Elemento: 3.3.5.0.00.01.0000.0/21 - Aplicações Diretas							R\$	55.347,06	
							Total da Secretaria:	R\$	255.347,06
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO									
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa									
Atividade: 2.011 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Administração									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/28 - Aplicações Diretas							R\$	564.805,82	
							Total da Secretaria:	R\$	564.805,82
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO									
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/41 - Aplicações Diretas							R\$	117.466,86	
Unidade: 08 - Fundo Municipal de Defesa do Cidadão									
Atividade: 2.018 - Colaboração para Custeio e Investimentos - POLICIA MILITAR									
Elemento: 3.3.9.0.00.03.0010.0/278 - Aplicações Diretas							R\$	9.334,54	
							Total da Secretaria:	R\$	126.801,40
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.027 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Sec. de Obras e Transportes									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/63 - Aplicações Diretas							R\$	519.647,94	
Elemento: 3.3.9.0.00.03.0039.0/279 - Aplicações Diretas							R\$	30.844,73	
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/66 - Aplicações Diretas							R\$	14.762,00	
Unidade: 03 - Diretoria Regional de Serviços Urbanos									
Atividade: 1.007 - Projeto - Melhoria, Pavimentação e Ampliação do Sistema Viário									
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/72 - Aplicações Diretas							R\$	69.895,60	
Atividade: 1.009 - Adequação e Reurbanização da Orla do Município									
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0000.0/86 - Aplicações Diretas							R\$	1.992,60	
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública									
Atividade: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0008.0/89 - Aplicações Diretas							R\$	5.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	642.142,87
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO									
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa									
Atividade: 2.041 - Manutenção dos Serv. Adm. - Sec. de Turismo e Desenv. Econômico									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/98 - Aplicações Diretas							R\$	106.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	106.000,00
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.042 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Esportes e Lazer									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/124 - Aplicações Diretas							R\$	108.376,31	
							Total da Secretaria:	R\$	108.376,31
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO									
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa									
Atividade: 2.062 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Assistência Social									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/145 - Aplicações Diretas							R\$	100.000,00	
Atividade: 2.064 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Programa Emprego e Renda									
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/148 - Aplicações Diretas							R\$	20.000,00	
Unidade: 07 - Fundo da Infância e Adolescência									

Atividade: 2.065 - Manutenção do Conselho Tutelar								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/165 - Aplicações Diretas							R\$	50.000,00
						Total da Secretaria:	R\$	170.000,00
Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
Unidade: 01 - Assessoria Pedagógica								
Atividade: 2.090 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Educação								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0001.0/170 - Aplicações Diretas							R\$	564.650,15
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0001.0/171 - Aplicações Diretas							R\$	5.786,28
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa								
Atividade: 2.089 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental								
Elemento: 3.3.9.0.00.03.0062.0/280 - Aplicações Diretas							R\$	59.297,60
Atividade: 2.100 - Manutenção dos Recursos do Salário Educação - Ensino Fundamental								
Elemento: 3.3.9.0.00.03.0036.0/275 - Aplicações Diretas							R\$	24.399,24
Unidade: 05 - Diretoria Geral de Ensino								
Atividade: 2.079 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - Ensino Fundamental								
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0018.0/218 - Aplicações Diretas							R\$	2.050.000,00
						Total da Secretaria:	R\$	2.704.133,27
Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS								
Unidade: 01 - Assessoria Especial Financeira								
Atividade: 2.103 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Finanças								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/241 - Aplicações Diretas							R\$	171.979,74
Unidade: 03 - Diretoria Financeira								
Atividade: 2.102 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida Pública								
Elemento: 3.2.9.0.00.01.0000.0/244 - Aplicações Diretas							R\$	10.000,00
Elemento: 4.6.9.0.00.01.0000.0/245 - Aplicações Diretas							R\$	80.369,80
						Total da Secretaria:	R\$	262.349,54
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA								
Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca								
Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/251 - Aplicações Diretas							R\$	100.000,00
						Total da Secretaria:	R\$	100.000,00
						Total da Prefeitura:	R\$	5.298.127,50
Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA								
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA								
Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças								
Atividade: 1.049 - Construção, Reforma, Adequação e Ampliação de Unidades de Saúde								
Elemento: 4.4.9.0.00.01.0002.0/23 - Aplicações Diretas							R\$	1.800,00
Atividade: 2.113 - Administração e Manutenção do FMS - Recursos Próprios								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0002.0/29 - Aplicações Diretas							R\$	383.867,44
Unidade: 06 - Diretoria de Atenção Básica								
Atividade: 2.109 - Manutenção e Intensificação dos Serviços Administrativos - Atenção Básica								
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0038.0/45 - Aplicações Diretas							R\$	750.000,00
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0038.0/46 - Aplicações Diretas							R\$	2.500,00
Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada								
Atividade: 2.108 - Manutenção dos Serviços e Atividades de Atenção Especializada - MAC								
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0038.0/49 - Aplicações Diretas							R\$	2.500,00
						Total do FMS:	R\$	1.140.667,44

Entidade: 03 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ITAPEMA										
Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPEMA										
Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPEMA										
Atividade: 2.058 - Manutenção - Aplicação dos Recursos do IGD-SUAS										
Elemento: 3.3.9.0.00.03.0031.0/34 - Aplicações Diretas								R\$	7.949,79	
Elemento: 4.4.9.0.00.03.0031.0/39 - Aplicações Diretas								R\$	7.287,00	
Total do FMAS:								R\$	15.236,79	
Entidade: 05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAPEMA										
Órgão: 14 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI										
Unidade: 02 - Chefia Administrativa Financeiro										
Atividade: 2.105 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FAACI										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/2 - Aplicações Diretas								R\$	119.966,86	
Total da FAACI:								R\$	119.966,86	
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA										
Órgão: 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA										
Unidade: 01 - Diretoria de Cultura										
Atividade: 2.084 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Diretoria de Cultura										
Elemento: 3.3.9.0.00.01.0000.0/8 - Aplicações Diretas								R\$	106.500,00	
Total da FMCI:								R\$	106.500,00	
Total Geral:								R\$	6.680.498,59	
Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I o valor de R\$ 139.112,90 (cento e trinta e nove mil cento e doze reais e noventa centavos), para o inciso II o valor de R\$ 3.021.905,06 (três milhões, vinte e um mil novecentos e cinco reais e seis centavos) e para o inciso III o valor de R\$ 3.519.480,63 (três milhões, quinhentos e dezenove mil quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos) conforme abaixo:										
Entidade: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA										
Órgão: 01 - GABINETE DO PREFEITO										
Unidade: 01 - Secretaria de Coordenação e Gestão										
Atividade: 2.001 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete do Prefeito										
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/1 - Aplicações Diretas								R\$	100.000,00	
Unidade: 02 - Assessoria Especial de Controle Interno										
Atividade: 2.002 - Manutenção dos Serviços da Assessoria - Controle Interno										
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/4 - Aplicações Diretas								R\$	11.000,00	
Unidade: 04 - Diretoria de Defesa Civil										
Atividade: 2.003 - Colaboração para Custeio e Investimentos - DEFESA CIVIL										
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/7 - Aplicações Diretas								R\$	40.000,00	
Total do Gabinete:								R\$	151.000,00	
Órgão: 02 - GABINETE DO VICE-PREFEITO										
Unidade: 01 - Chefia de Gabinete										
Atividade: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Gabinete do Vice Prefeito										
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/12 - Aplicações Diretas								R\$	1.194,92	
Total do Gabinete:								R\$	1.194,92	
Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO										

Unidade: 01 - Procuradoria Geral											
Atividade: 2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Procuradoria Geral											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/15 - Aplicações Diretas									R\$	105.976,31	
							Total da Secretaria:	R\$	105.976,31		
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO											
Unidade: 01 - Assessoria de Relações Institucionais											
Atividade: 2.007 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Governo											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/18 - Aplicações Diretas									R\$	200.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	200.000,00		
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO											
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa											
Atividade: 2.011 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Administração											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/27 - Aplicações Diretas									R\$	564.805,82	
							Total da Secretaria:	R\$	564.805,82		
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO											
Unidade: 02 - Diretoria Administrativa											
Atividade: 2.022 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Planejamento											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/40 - Aplicações Diretas									R\$	117.466,86	
							Total da Secretaria:	R\$	117.466,86		
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES											
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa											
Atividade: 2.027 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Sec. de Obras e Transportes											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/62 - Aplicações Diretas									R\$	534.409,94	
Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública											
Atividade: 2.025 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Iluminação Pública											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0008.0/88 - Aplicações Diretas									R\$	5.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	539.409,94		
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO											
Unidade: 01 - Assessoria Administrativa											
Atividade: 2.041 - Manutenção dos Serv. Adm. - Sec. de Turismo e Desenv. Econômico											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/97 - Aplicações Diretas									R\$	106.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	106.000,00		
Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER											
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa											
Atividade: 2.042 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Esportes e Lazer											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/123 - Aplicações Diretas									R\$	108.376,31	
							Total da Secretaria:	R\$	108.376,31		
Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO											
Unidade: 01 - Diretoria Administrativa											
Atividade: 2.062 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Assistência Social											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/144 - Aplicações Diretas									R\$	100.000,00	
Atividade: 2.064 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Programa Emprego e Renda											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/147 - Aplicações Diretas									R\$	20.000,00	
Unidade: 07 - Fundo da Infância e Adolescência											
Atividade: 2.065 - Manutenção do Conselho Tutelar											
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/164 - Aplicações Diretas									R\$	50.000,00	
							Total da Secretaria:	R\$	170.000,00		
Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO											

Unidade: 01 - Assessoria Pedagógica									
Atividade: 2.090 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Educação									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0001.0/169 - Aplicações Diretas								R\$	570.436,43
Total da Secretaria:								R\$	570.436,43
Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS									
Unidade: 01 - Assessoria Especial Financeira									
Atividade: 2.103 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Secretaria de Finanças									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/240 - Aplicações Diretas								R\$	171.979,74
Total da Secretaria:								R\$	171.979,74
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA									
Unidade: 01 - Diretoria de Agricultura e Pesca									
Atividade: 2.030 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Agricultura e Pesca									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/250 - Aplicações Diretas								R\$	100.000,00
Total da Secretaria:								R\$	100.000,00
Total da Prefeitura:								R\$	2.906.646,33
Entidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA									
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA									
Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças									
Atividade: 2.113 - Administração e Manutenção do FMS - Recursos Próprios									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0002.0/27 - Aplicações Diretas								R\$	383.867,44
Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada									
Atividade: 2.108 - Manutenção dos Serviços e Atividades de Atenção Especializada - MAC									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0038.0/48 - Aplicações Diretas								R\$	2.500,00
Total do FMS:								R\$	386.367,44
Entidade: 05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAPEMA									
Órgão: 14 - FUNDAÇÃO AMBIENTAL ÁREA COSTEIRA DE ITAPEMA - FAACI									
Unidade: 02 - Chefia Administrativa Financeiro									
Atividade: 2.105 - Manutenção dos Serviços Administrativos - FAACI									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/1 - Aplicações Diretas								R\$	119.966,86
Total da FAACI:								R\$	119.966,86
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA									
Órgão: 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE ITAPEMA									
Unidade: 01 - Diretoria de Cultura									
Atividade: 2.084 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Diretoria de Cultura									
Elemento: 3.1.9.0.00.01.0000.0/6 - Aplicações Diretas								R\$	106.500,00
Total da FMCI:								R\$	106.500,00
Total Geral:								R\$	3.519.480,63
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.									
Município de Itapema, 22 de dezembro de 2016.									
RODRIGO COSTA									
Prefeito Municipal									

DECRETO Nº 387 - 2016

DECRETO Nº 387/2016

REGULAMENTA O ART. 19 DA LEI 3001/2011 QUE FIXA AS DATAS DE VENCIMENTO DO IPTU DO ANO DE 2016

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

CONSIDERANDO o ofício nº 06/2016, protocolado pela Sr. Nilza Nilda Simas, Prefeita eleita para o mandato 2017 – 2020, através do processo administrativo nº 8684/2017, parte integrante deste Decreto

DECRETA:

Art. 1º Regulamenta o art. 19 da Lei Municipal 3001/2011 que fixa as datas de vencimento do IPTU do ano de 2017, ficando assim estabelecido:

I – Cota Única, com vencimento para 20 de fevereiro de 2017;

II – Primeira parcela, com vencimento para 20 de março de 2017;

§1º As parcelas remanescentes do IPTU/2017 terão como data de vencimento o dia 20 dos respectivos meses subsequentes, e obedecerão ao número máximo de dez (10) parcelas.

§2º O valor de cada parcela não será inferior a 20 (vinte) UFRM - Unidade Fiscal de Referência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 29 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 388 - 2016

DECRETO Nº 388/2016

FIXA A VALOR DA TARIFA DE UTILIZAÇÃO - TU DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

CONSIDERANDO o requerimento administrativo da empresa concessionária Casetex Concreto e Construção Civil Ltda;

CONSIDERANDO que, no exercício de seu Poder de Polícia, o Município exigiu, através de procedimento administrativo próprio, amplas reformas no Terminal Rodoviário;

CONSIDERANDO que o valor arrecadado com a cobrança da Tarifa de Utilização constitui receita destinada à manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município de Itapema;

CONSIDERANDO que a Tarifa de Utilização, não sofre reajuste desde o ano de 2010;

DECRETA

Art. 1º Fica fixado em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da Tarifa de Utilização – TU (taxa de embarque interestadual) do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município de Itapema.

Art. 2º - As demais tarifas permanecem de acordo com o disposto pelo Decreto nº 116/2010.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Itapema, 29 de dezembro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 248 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 248 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

03.02 - Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 8.858,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação total/parcial da seguinte dotação:

03.02 - Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 8.858,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 249 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 249 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de Recursos 104 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 6.422,00 (seis mil quatrocentos e vinte dois reais):

03.02 - Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos - Saneamento

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor de Saneamento

33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 6.422,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni

Secretário Municipal de Administração.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 190/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 190/2016			Licitação: 190/2016 - PR			Data da Homologação:			
Fornecedor: 144079 - NOAR TURISMO LTDA									
1	69938	FORNECIMENTO E RESERVA DE BILHETES DE PASSAGENS		UND	1,000	99,9999	0,0600	0,06	Venceu
Total do Fornecedor ---->					1,000			0,06	

Itapiranga, 29 de Dezembro de 2016.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 24/2016 FMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 24/2016 Licitação: 24/2016 - PR Data da Homologação: Fornecedor: 142461 - REUNIDAS TURISMO S.A.									
1	60799	PASSAGEM ITAPIRANGA- FLORIANÓPOLIS		UND	150,000	0,0000	239,4600	35.919,00	Venceu
2	61128	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A ITAPIRANGA		UND	150,000	0,0000	243,2600	36.489,00	Venceu
3	60800	PASSAGEM DE ITAPIRANGA-CHAPECO		UND	120,000	0,0000	47,8300	5.739,60	Venceu
4	61129	PASSAGEM CHAPECO A ITAPIRANGA		UND	60,000	0,0000	49,8300	2.989,80	Venceu
5	60805	PASSAGEM SÃO MIGUEL DO OESTE - FLORIANOPOLIS		UND	30,000	0,0000	341,8200	10.254,60	Venceu
6	61130	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A SÃO MIGUEL DO OESTE (LEITO)		UND	30,000	0,0000	343,9700	10.319,10	Venceu
7	60801	PASSAGEM CHAPECO - JOINVILLE		UND	20,000	0,0000	180,2400	3.604,80	Venceu
8	61132	PASSAGEM DE JOINVILLE A CHAPECO		UND	20,000	0,0000	181,1900	3.623,80	Venceu
9	60803	PASSAGEM ITAPIRANGA - BLUMENAU		UND	50,000	0,0000	197,5500	9.877,50	Venceu
10	61133	PASSAGEM DE BLUMENAU A ITAPIRANGA		UND	50,000	0,0000	202,7500	10.137,50	Venceu
11	61137	PASSAGEM DE CHAPECO A FLORIANOPOLIS		UND	60,000	0,0000	191,9300	11.515,80	Venceu
12	61919	PASSAGEM DE ITAPIRANGA A FLORIANOPOLIS (LINHA 41)		UND	60,000	0,0000	254,2200	15.253,20	Venceu
13	61920	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A ITAPIRANGA (LINHA 41)		UND	60,000	0,0000	257,7200	15.463,20	Venceu
14	61923	PASSAGEM DE ITAPIRANGA A BLUMENAU (LINHA 41)		UND	20,000	0,0000	211,2500	4.225,00	Venceu
15	61138	PASSAGEM DE FLORIANOPOLIS A CHAPECO		UND	60,000	0,0000	193,8800	11.632,80	Venceu
Total do Fornecedor ---->								187.044,70	

Itapiranga, 29 de Dezembro de 2016.

Jacinto Machado

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 004/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 004/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: COLIX SOLUCOES PARA RESIDUOS LTDA EPP

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/01/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 0010/2015 - DL

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 30/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Ana Maria Back Machado

Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: DIMASA DISTR DE MAQS AUTOMOTORAS SERV E AUTOPECAS

Valor: R\$ 39.490,00 (trinta e nove mil quatrocentos e noventa reais).

Vigência: Início: 27/12/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 009/2016 - CV

Dotação: 1.022.4490.00 - 94 - 3/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÓVEL 0 KM ANO/MODELO 2016/2017 PARA SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Especificações Técnicas contidas no Edital.

Jacinto Machado – SC, 27 de Dezembro de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO

Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: RETRO BENDO TERRAPLENAGEM LTDA - EPP
Valor Global: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).
Vigência: Início: 12/12/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 037/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO DE TRECHOS E ENCASCALHAMENTO DA ESTRADA GERAL NA COMUNIDADE DE ÁGUA BRANCA NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 12 de Dezembro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 010/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 010/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/01/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 - PR
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 023/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 023/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Valor Aditado: R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).
Vigência: Início: 14/12/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - PR
Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS DO ITEM 31 NO LIMITE DE 25%; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 20.760,00 (VINTE MIL SETECENTOS E SESENTA REAIS) PARA R\$ 22.200,00 (VINTE E DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

Jacinto Machado – SC, 14 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 032/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 032/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: TRANSPORTE E TURISMO UNIDOS LTDA ME

Valor Aditado: R\$ 2.086,00 (dois mil e oitenta e seis reais).

Vigência: Início: 08/12/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 - PR

Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS DO ITEM 01 DO CONTRATO; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 126.908,20 (CENTO E VINTE E SEIS MIL NOVECIENTOS E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS) PARA R\$ 128.994,20 (CENTO E VINTE E OITO MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 8 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 054/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 054/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: GOLD COMPUTADORES LTDA

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - PR

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 30/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 26 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 055/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 055/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Contratada: ALTERMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - PR

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 30/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 26 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 056/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 056/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/12/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 - PR
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 30/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 26 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 058/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 058/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: VIP CAR VEICULOS LTDA
Vigência Término: 19/01/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 007/2016 - DL
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 19/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 075/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 075/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2016 - IL
Objeto: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 31/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 084/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 084/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Vigência: Início: 23/12/2016 Término: 30/11/2017

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 002/2016 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/11/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 088/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 088/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: MARACAJÁ COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/11/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2016 - PR

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/11/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 090/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 090/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: GALATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA - ME

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 - PR

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 26/06/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 103/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 103/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: ITUARA LTDA - ME

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 25/08/2017

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016 - PR

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 25/08/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 104/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 104/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: TEC ENGE CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2016 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 31/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 105/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 105/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Valor Aditado: R\$ 12.384,73 (doze mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e três centavos).

Vigência: Início: 08/12/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 0033/2016 - CV

Objeto: FICA PACTUADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 12.384,73 (DOZE MIL TREZENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO REFERENTE A ADEQUAÇÃO DO PROJETO DA OBRA A SER CONSTRUÍDA. EM DECORRÊNCIA DO ACRÉSCIMO PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 136.921,86 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL NOVECIENTOS E VINTE E UM REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) PARA R\$ 149.306,59 (CENTO E QUARENTA E NOVE MIL TREZENTOS E SEIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 8 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 108/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 108/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA EPP
Valor Aditado: R\$ 13.252,57 (treze mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).
Vigência: Início: 26/12/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 036/2016 - CV
Objeto: FICA PACTUADA A SUPRESSÃO DE R\$ 13.252,57 (TREZE MIL DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS) NO VALOR GLOBAL DO OBJETO CONTRATADO, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS TÉCNICAS DA OBRA. EM DECORRÊNCIA DA SUPRESSÃO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 131.800,27 (CENTO E TRINTA E UM MIL OITOCENTOS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) PARA R\$ 118.547,70 (CENTO E DEZOITO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SETENTA CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 26 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 003/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 003/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratado: ANGELINO MONTEIRO
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/01/2017
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2014 - DL
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA 30/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 007/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 007/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: HPNETWORK LTDA - ME
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/01/2017
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2014 - CV
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 004/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 004/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratado: ANGELINO MONTEIRO

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 30/01/2017

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 0022/2013 - DL

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 166/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 166/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Vigência: Início: 23/12/2016 Término: 30/06/2017

Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2014 - CC

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/06/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 149/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO 149/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2014 - IL

Objeto: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 31/12/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 036/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 036/2013/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 03/07/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013 - PR
Objeto: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 03/07/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 006/2013/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 006/2013/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA
Vigência: Início: 30/12/2016 Término: 03/07/2017
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013 - PR
Objeto: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 03/07/2017.

Jacinto Machado – SC, 19 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri
Gestor do Fundo

TERMO ADITIVO 08 AO CONTRATO 132/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 08 AO CONTRATO 132/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
Vigência: Início: 23/12/2016 Término: 31/01/2017
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 006/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 31/01/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 11 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 11 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Vigência: Início: 23/12/2016 Término: 10/03/2017
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 10/03/2017.

Jacinto Machado – SC, 23 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 13 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 13 AO CONTRATO 073/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Vigência: Início: 20/12/2016 Término: 30/06/2017
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2012 - CC
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/06/2017.

Jacinto Machado – SC, 20 de Dezembro de 2016.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0012/2016 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0012/2016

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0052/2016, na ata de julgamento de preços, homologada em 28/12/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo SIMAE, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 As licitantes registradas para os produtos químicos cotados são as seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Empresa Vencedora
1	Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50 e/ou 68kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Cl ₂ Concentração de Cl ₂ : mínimo de 99,5% Ferro Total: < 15 ppm Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm Umidade: < 50 ppm de H ₂ O	KG	10.000	R\$ 7,79	HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
2	Coagulante a base de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características e especificações técnicas: Fórmula Química: Al _n (OH) _m Cl _{3n-m} Aspecto: Líquido viscoso límpido Teor de Al ₂ O ₃ : 10 a 12% (m/m) Cor: Âmbar claro Odor: Inodoro Densidade a 25°C: 1,23 a 1,29 g/cm ³ Sólidos Sedi-mentáveis em Cone Imhoff: Máximo de 0,1 mL/L Basicidade: 60 a 68% pH tal qual a 25°C: 2,0 a 2,9	KG	180.000	R\$ 1,58	AVANEX IND. E COMÉRCIO LTDA
3	Ácido fluossilícico a ser utilizado no tratamento de água para consumo humano, com as seguintes características: Fórmula Química: H ₂ SiF ₆ Aspecto: Líquido levemente amarelado Odor: Picante Teor de H ₂ SiF ₆ : mínimo de 20% Teor de Flúor Ativo: mínimo de 15% Teor de HF: máximo de 1% (m/m) Densidade: mínimo de 1,17g/cm ³ Características Adicionais: - Arsênio: Máximo de 160mg/kg - Cádmio: Máximo de 400mg/kg - Chumbo: Máximo de 160mg/kg - Cromo: Máximo de 800mg/kg - Mercúrio: Máximo de 80mg/kg - Prata: Máximo de 800mg/kg - Selênio: Máximo de 800mg/kg	KG	25.000	R\$ 1,37	AVANEX IND. E COMÉRCIO LTDA
4	Cal Hidratada acondicionada em embalagens de 20kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: Ca(OH) ₂ Concentração de Ca(OH) ₂ : Mínimo de 90% Concentração de Cão: Mínimo de 66% Concentração de CaCO ₃ : Máximo de 5,5% Aspecto: Pó branco	KG	36.000	R\$ 1,23	AVANEX IND. E COMÉRCIO LTDA
5	Solução aquosa de Hipoclorito de Sódio acondicionado em bombonas de 50kg, a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características: Fórmula Química: NaClO Teor de Cloro Ativo: 10 a 12% Aspecto: Líquido Cor: Amarelo esverdeado Odor: Picante Densidade: 1,16 a 1,23 g/cm ³ Teor de Hidróxidos: mínimo de 0,5%	KG	3.000	R\$ 2,30	AVANEX IND. E COMÉRCIO LTDA

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0052/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 Os produtos químicos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Autorização de Fornecimento ou Empenho, esse deverá proceder à entrega do produtos em até 10 (dez) dias corridos, em horário de expediente, nas condições estipuladas na presente Ata de Registro de Preços e no Edital.

5.2.1 Os produtos DEVERÃO SER ENTREGUES nas dependências da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, localizada na Av. Caetano Natal Branco, nº 1849, Bairro Frei Bruno, em Joaçaba/SC, EM DIAS DE EXPEDIENTE.

5.2.2 As entregas fora do horário de expediente poderão ser autorizadas a critério do SIMAE.

5.2.3 A DESCARGA DOS PRODUTOS QUÍMICOS É DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA REGISTRADA.

5.3 TODOS OS PRODUTOS QUÍMICOS DESCRITOS NO ANEXO I DESTA EDITAL DEVERÃO SER PRODUZIDOS E ENTREGUES SEGUINDO O DISPOSTO NA NORMA ABNT NBR 15784:2009 – PRODUTOS QUÍMICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA, DESTACANDO-SE ESPECIALMENTE AS CONCENTRAÇÕES DE IMPUREZAS ESTABELECIDAS NOS ANEXOS A E B DA REFERIDA NORMA.

5.3.1 TODO PRODUTO QUÍMICO ENTREGUE DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE LAUDO LABORATORIAL DE CONTROLE DE QUALIDADE CONTENDO O NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, RESULTADO DOS ENSAIOS ANALÍTICOS DE COMPOSIÇÃO E PUREZA, BEM COMO ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO ENSAIO.

5.4 No ato da entrega dos produtos químicos a empresa registrada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica – NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do Fiscal Responsável.

5.5 Fica aqui estabelecido que os produtos químicos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do produto com as especificações e a consequente aceitação.

5.6 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto químico, cujo pagamento se dará até o 5º (quinto) dia subsequente à entrega.

5.7 O aceite dos produtos químicos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

5.8 Os produtos químicos que forem RECUSADOS (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.9 SE A SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS RECUSADOS, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

5.10 No caso de eventual problema que venha a ser detectado com o lote entregue de qualquer um dos produtos, após o seu recebimento, a empresa registrada será responsável pelo recolhimento do mesmo, devendo também dar a destinação adequada ao produto com problema ou resíduos gerados, como é o caso de acúmulo indevido de resíduos no fundo dos tanques de armazenamento de ácido fluossilícico e

policloreto de alumínio.

5.11 Na eventual necessidade de se realizar a manutenção nos tanques de armazenamento de ácido fluossilícico e policloreto de alumínio, localizados nas dependências do SIMAE, deverá a empresa registrada responsável por fornecer suporte para a manutenção, incluindo containers para armazenamento temporário dos produtos e demais equipamentos que se fizerem necessários ao processo, como bombas, conexões, etc.

5.11.1 Caso a manutenção de que trata o item 5.11 seja em virtude do acúmulo de resíduos dos produtos químicos fornecidos pela empresa registrada, toda a mão de obra para remoção dos resíduos será por conta da mesma, ficando sob sua responsabilidade a destinação final desses resíduos.

5.12 Caso os produtos químicos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.13 A empresa registrada deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos químicos.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega dos produtos químicos, de acordo com a quantidade solicitada, em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a confirmação pelo SIMAE, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF ou Nota de Empenho – NE, em horário comercial;

b) Providenciar a substituição dos produtos químicos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE;

c) Atender às especificações constantes no item 1.2 desta Ata de Registro de Preços e executar de forma parcelada o objeto, durante a validade da Ata de Registro de Preços;

d) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

f) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

g) Entregar o objeto da presente Ata de Registro de Preços conforme o disposto no item 5 (Condições de Entrega e Recebimento do Objeto) desta Ata de Registro de Preços;

h) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos químicos entregues, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;

c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;

d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetivado de acordo com o produto químico entregue mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em

nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do produto químico entregue, devidamente atestado por servidor competente.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 O SIMAE exigirá das empresas registradas que mantenham atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do produto na Estação de Tratamento de Água do SIMAE, localizada na Av. Caetano Natal Branco, nº 1849, Bairro Frei Bruno, em Joaçaba/SC, constituindo-se na única remuneração devida.

9.7 Os preços somente serão revisados quando houver alterações dos valores, devidamente comprovadas, podendo ocorrer nos termos do art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela Contratada.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata de Registro de Preços ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016 e 2017, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.30.11.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à empresa registrada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão Presencial nº 0052/2016 e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;
- b) 10% (dez por cento) no caso de a empresa registrada não realizar a entrega dos produtos químicos no prazo fixado ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (TRÊS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

Milena Frassetto da Silva Longhi

Avanex Indústria e Comercio LTDA

Nelson da Silva

Hidromar Indústria Química Ltda

Testemunhas:

Paulo César Lamin André Francisco Fiorin

Diretor Adjunto do SIMAE Diretor Técnico

ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0013/2016 - SIMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0013/2016

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0055/2016, na ata de julgamento de preços, homologada em 28/12/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços de análises laboratoriais em amostras de água tratada, água in natura, esgoto sanitário bruto e tratado do SIMAE, no exercício de 2017 de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para as análises laboratoriais cotadas é a seguinte:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Empresa Vencedora
1	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	14,00	R\$ 1.590,00	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP
2	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	4,00	R\$ 306,00	
3	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AÍ TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES.	SV	4,00	R\$ 963,00	
4	ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE FICTOPLANCTON, INCLUINDO AÍ CIANOBACTÉRIAS E DEMAIS AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. DEVERÁ SER APRESENTADO O RESULTADO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE CADA ORGANISMO ENCONTRADO NAS AMOSTRAS.	SV	14,00	R\$ 125,00	
5	ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL.	SV	14,00	R\$ 484,50	
6	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE.	SV	40,00	R\$ 104,00	
7	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA IN NATURA PROVENIENTE DE POÇOS DE MONITORAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: NITRATO (EXPRESSO EM N), NITRITO (EXPRESSO EM N), OLEOS E GRAXAS, SÓLIDOS TOTAIS DISSOLVIDOS, TURBIDEZ E COLIFORMES TERMOTOLERANTES.	SV	10,00	R\$ 42,10	

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0055/2016 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 As coletas deverão ser contínuas e fracionadas de acordo com cronograma estabelecido pelo SIMAE (Anexo IX do Edital), sendo que algumas análises poderão ser executadas apenas a partir do surgimento da demanda.

5.2 A Contratada será responsável por disponibilizar frascos e coletores adequados para realização das coletas com antecedência mínima de 07 (sete) dias, a contar da data prevista para a coleta, bem como fornecer recipiente adequado para transporte e conservação das amostras.

5.3 A Contratada será responsável pela coleta, preservação e transporte das amostras, devendo a mesma arcar com todos os custos do transporte de recipientes e amostras.

5.3.1 A Contratada deverá apresentar comprovação que possui em seu escopo de acreditação na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 os procedimentos de amostragem em águas superficiais, tratadas e efluentes.

5.3.2 Em caso de necessidade de coleta de amostra, essa é de inteira responsabilidade da Contratada.

5.3.3 As coletas deverão respeitar o cronograma estabelecido no Anexo IX do Edital, podendo apenas ser alteradas as datas de coleta em função de necessidade do SIMAE.

5.3.4 As coletas poderão ser realizadas em qualquer local, dentro dos municípios de atuação do SIMAE (Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna).

5.4 A Contratada deverá possuir sistema de gestão da qualidade, conforme requisitos especificados na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 compreendendo no mínimo 50% dos parâmetros constantes na Portaria MS 2.914/11 para a matriz "água tratada".

5.4.1 A comprovação da existência de sistema de gestão da qualidade mencionada no item 5.4 se dará mediante a apresentação de Certificado de Acreditação emitido pelo Inmetro, devendo o mesmo apresentar validade vigente para o ano de 2017, devendo ainda ser apresentado juntamente com o respectivo certificado a cópia do escopo de ensaios analíticos acreditados.

5.4.2 É possibilitado à Contratada subcontratar parte dos ensaios analíticos, devendo o laboratório subcontratado possuir obrigatoriamente Certificado de Acreditação emitido pelo Inmetro para a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 compreendendo parâmetros para a matriz "água tratada", devendo ser apresentado o respectivo certificado juntamente com a cópia do escopo de ensaios analíticos acreditados.

5.4.2.1 Para o caso de subcontratação, será considerada como porcentagem mínima de escopo de acreditação, conforme item 5.4, o somatório dos escopos de acreditação da Contratada mais Subcontratada.

5.5 A Contratada deverá possuir reconhecimento junto à Fatma para os parâmetros de água bruta, efluentes e águas subterrâneas de que tratam os itens 06 e 07 do item 1.2 desta Ata de Registro de Preços, devendo para isso apresentar Certificado emitido pela Fatma que comprove tal reconhecimento.

5.6 A Contratada e o laboratório executor das análises, deverão comprovar que possuem em seu quadro de pessoal permanente, profissional da área de química responsável pela execução das análises devidamente registrado no órgão de classe competente (CRQ – Conselho Regional de Química), através de apresentação de AFT (Anotação de Função Técnica) do responsável, bem como biólogo ou bioquímico, responsável pela execução das análises, devidamente registrado no órgão de classe competente (CRBio ou CRF) através de apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

5.7 Todos os resultados de ensaios analíticos deverão ser de ordem quantitativa, inclusive para coliformes, exceção para cianobactérias (Item 04 do Anexo I deste Edital), cujos resultados devem ser quantitativos e qualitativos.

5.8 Todas as análises em amostras de água deverão seguir as metodologias indicadas no art. 22 da Portaria MS 2.914/11.

5.9 Os limites de quantificação acrescidos das incertezas dos métodos utilizados para cada análise deverão ser inferiores aos estabelecidos como limites máximos, ou valores máximos permitidos pela Portaria MS 2.914/11, Resolução CONAMA 357/05, Resolução CONAMA 396/08, CONAMA 430/11 e Lei nº 14.675/09, de acordo com a natureza da amostra.

5.10 A cada amostra de água coletada deverá corresponder a emissão de um laudo de análise em que devem constar todos os dados de identificação da amostra e cliente favorecido, os resultados, as metodologias, limite de quantificação e observações inerentes ao interesse do SIMAE, devidamente assinado por um responsável técnico.

5.11 A partir da data da coleta das amostras, a Contratada terá 30 dias para apresentação do relatório com os resultados referentes às análises realizadas.

5.11.1 Para o caso da subcontratação de serviços de ensaio laboratorial deverão ser fornecidos juntamente com o relatório emitido pelo laboratório contratado cópia do relatório emitido pela subcontratada onde conste a assinatura do responsável técnico pela realização das análises.

5.12 Além do relatório no formato padrão emitido pelo laboratório, a Contratada deverá ainda, para o caso das análises realizadas trimestralmente e semestralmente (parâmetros inorgânicos, orgânicos, agrotóxicos, produtos secundários da desinfecção, radioatividade e de padrão organoléptico), apresentar os resultados de forma agrupada, no formato estabelecido no modelo padrão do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA, do Ministério da Saúde, apresentado no Anexo X do Edital.

5.13 Fica estabelecido que os laudos das análises serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação dos laudos, que poderão ser, previamente, enviados por e-mail para eta@simae.sc.gov.br e diretoria.adj@simae.sc.gov.br ou disponibilizadas para acesso on-line no site da Contratada;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade das análises com a especificação e a consequente aceitação, liberando

o envio dos laudos assinados com a devida emissão da nota fiscal.

5.14 Os laudos das análises que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.14.1 Caso seja comprovado que as análises entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, com a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 ou legislação vigente, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5.15 Se a substituição dos laudos das análises recusadas, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços/Contrato e na Lei.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar as coletas conforme o cronograma estabelecido no Anexo IX do Edital;

b) Disponibilizar os frascos adequados para realização das coletas, bem como o fornecimento de recipiente adequado para transporte e conservação das amostras, em caso das amostras coletadas pelo SIMAE;

c) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;

f) Responsabilizar-se pela coleta, preservação e transporte das amostras até o laboratório em tempo hábil, para a realização dos ensaios analíticos contratados conforme estabelecidos pela metodologia, garantindo a preservação e integridade das mesmas até o momento do ensaio analítico;

g) Observar as exigências descritas neste Edital e seus Anexos na execução dos serviços de análises laboratoriais para controle da qualidade da água e esgoto;

h) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;

i) Apresentar os relatórios com os resultados referentes às análises realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da coleta das amostras;

j) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os laudos das análises em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;

c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;

d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetivado de acordo com o serviço realizado mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do laudo com os resultados das análises realizadas, devidamente atestado por servidor competente, observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 O SIMAE exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da Contratada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação do serviço, constituindo-se na única remuneração devida.

9.7 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata de Registro de Preços ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.51.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à empresa registrada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão Presencial nº 0055/2016 e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;

b) 10% (dez por cento) no caso de a empresa registrada não realizar os serviços no prazo fixado ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta,

seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (DUAS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

Alexandre Rocha Freitag Filho

Freitag Laboratórios Ltda

Testemunhas:

Paulo César Lamin

Diretor Adjunto do SIMAE

André Francisco Fiorin

Diretor Técnico

PORTARIA JHL 392/2016

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 392/2016 DE 29/12/2016

Aluir Flemming Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar: a servidora Fabiola Fritzen Pellizzaro, Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. E-1, para responder pela Função de Encargado de Serviço - Recursos Humanos, no período de 02 a 21 de Janeiro de 2017, por motivo de Férias da titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-5 de acordo com Art.16, parágrafo 3º, da Lei Complementar 193 de 06/09/10, com a redação dada pela Lei Complementar 221/2012 de 03/04/2012.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de Janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 393/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 393/2016 DE 29.12.2016

Aluir Flemming Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar, o servidor Allan Guimarães Borçato, ocupante do cargo de Auxiliar de Controle Operacional, enquadrado no P-5, N-1, Ref. A, sob nº da CNH 04766818663, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9034, no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017, por motivo de férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. O atendimento a lei complementar 313/2015 que trata das atividades do condutor de veículos.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 29 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0056/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 56/2016 - PR
	Processo Administrativo: 74/2016 Processo de Licitação: 74/2016 Data do Processo: 09/11/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 74/2016
b) Licitação Nr.: 56/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2017.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA (8191)

4	ARLA 32 - Marca: SHELL	LT	1.000,00	0,0000	3,40	3.400,00
Total do Fornecedor:						3.400,00

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS - LTDA (7317)

1	GASOLINA COMUM - Marca: PETROBRAS	LT	30.000,00	0,0000	3,31	99.300,00
Total do Fornecedor:						99.300,00

POSTO VILA RICA LTDA (6052)

2	ÓLEO DIESEL - Marca: ALE	LT	30.000,00	0,0000	2,70	81.000,00
3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - Marca: ALE	LT	20.000,00	0,0000	2,79	55.800,00
Total do Fornecedor:						136.800,00
Total Geral:						239.500,00

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 56/2016 - PR**Processo Administrativo: 74/2016
Processo de Licitação: 74/2016
Data do Processo: 09/11/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (29), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO 58/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 058/2016

CONTRATO PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO.

Que firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua 31 de Março, nº 1050, centro, no município de Lacerdópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, senhor José Carlos Dall'Orsoletta, brasileiro, casado, inscrito no CNPF/MF sob nº 220 409 009-34, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro nº 15050, 3º andar centro, no Município de Lacerdópolis/SC, doravante denominado CEDENTE e, de outro lado, à empresa SALVADORI & GOMES PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. ME., (nome fantasia G. LUKS, PRODUTOS SIDERÚRGICOS), CNPJ nº 20.554.680/0001-00, situada na Rua Severino Tessaro, 431, Distrito Empresarial de Lacerdópolis/SC, neste ato representada por sua sócia administradora, senhora Gabriela Salvadori, brasileira, solteira, Engenheira Civil, CPF 083.016.189/90, RG 5.423.144 SSP/SC, aqui denominada CESSIONÁRIA.

Celebram as partes o presente contrato com embasamento no art. 7º do Decreto-Lei n. 271 de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei n. 11.481/2007, e por estas normas será regido.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente é a Cessão de Direito Real de Uso sobre espaço público pertencente ao Município de Lacerdópolis/SC, à empresa SALVADORI & GOMES PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. ME., para fins de construção e manutenção da "Academia de Alongamento ao Ar Livre", conforme especificações do Projeto Arquitetônico anexo, tendo como contrapartida, o direito de exploração do espaço para publicidade, própria ou de terceiros, desde que não tenha conteúdo ilícito.

O local, objeto da Cessão de que trata esta cláusula, onde será construída a academia será na Área de Lazer Otávio Mantovani, situado na Rua Vereador Simão Proner, em Lacerdópolis/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 - Não haverá reembolso e/ou pagamento de valores por parte do Município de Lacerdópolis/SC à empresa encarregada da construção e manutenção da academia.

2.2 – O CEDENTE Fiscalizará o desenvolvimento dos trabalhos relativos à construção e, depois de pronta, quando inaugurada, a manutenção do local e de seus aparelhos.

2.3 – A averbação na matrícula do imóvel do presente contrato para que surtam efeitos jurídicos perante terceiros, respeitando-se, com isso, os direitos de uso da cessionária, será feito as expensas da CEDENTE.

2.4 - A contrapartida por parte do CEDENTE consistirá:

- a) Na cessão de uso de área de sua propriedade suficiente para atender as especificações constantes no Projeto Arquitetônico, podendo sofrer alterações a depender da necessidade;
- b) Na construção do piso onde serão instalados os equipamentos da academia, incluído mão de obra e materiais;
- c) Na autorização/permissão à empresa licitante vencedora para que ocupe o local descrito no Projeto Arquitetônico com a propaganda

dos seus serviços e/ou produtos ou de outra empresa, a depender do seu interesse e desde que não tenha conteúdo ilícito.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

Acompanhar, fiscalizar e emitir Termo de Responsabilidade dos serviços de infraestrutura da obra;

Executar o objeto deste contrato segundo especificações do Projeto Arquitetônico e emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, por meio de engenheiro habilitado, responsabilizando-se pela segurança e fiel execução da obra;

Assumir todas as despesas necessárias à consecução da obra e manutenção da academia;

Arcar com encargos trabalhistas, tributários, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços necessários a construção e manutenção da academia;

Arcar com todos os encargos de sua responsabilidade, bem como responder e indenizar isoladamente, em caso de demandas judiciais, seja na esfera cível, criminal, bem como na trabalhista, no tocante ao vínculo empregatício com os profissionais envolvidos nos serviços necessários a construção e manutenção da academia;

Assegurar os empregados contra riscos de acidentes de trabalho;

Indenizar terceiros e ao CEDENTE por todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa durante a execução do contrato, ou após o seu término;

Cumprir fielmente este contrato, em compatibilidade com as obrigações assumida;

Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;

Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas;

Assegurar livre acesso por parte da fiscalização a todas as etapas dos serviços em andamento.

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo CEDENTE, com qualidade e tecnologias adequadas, em observância às normas de auditoria e legislação vigente.

Realizar os serviços com elevada qualidade e eficiência.

Chamar a fiscalização do CEDENTE, com antecedência razoável, sempre que houver necessidade.

Assumir perante o CEDENTE a responsabilidade por todos os serviços realizados.

Cumprir as legislações federal, estadual e municipal pertinentes, responsabilizando-se pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões culposas ou dolosas, que praticar.

Reparar, corrigir, refazer, analisar, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço contratado, na hipótese de serem constatados vícios, defeitos ou incorreções.

Entregar toda a documentação exigida, sendo que será certificado a efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO PARA ENTREGA DA OBRA

A cessionária tem o prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, para finalizar a construção da "Academia de Alongamento ao Ar Livre".

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo da cessão e do presente contrato é de 10 (dez) anos. Este prazo poderá ser revisto ou prorrogado a critério da Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA E FISCAL

A cessionária obriga-se a apresentar no momento da assinatura deste contrato cópia dos seguintes documentos (atualizados): Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina; Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ); Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Declaração de que não possui em seu quadro de empregados trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

CLAUSULA SÉTIMA – RESCISÃO E PENALIDADES

A rescisão deste contrato opera-se de forma automática ao término do prazo de concessão, ou por descumprimento de cláusula deste contrato, ressalvada a possibilidade de prorrogação, nos termos da cláusula quinta deste contrato.

CLAUSULA OITAVA - INTERPRETAÇÃO

Este contrato, por ser administrativo, será interpretado a favor dos interesses do CEDENTE.

CLAUSULA NONA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 02 (duas), vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Lacerdópolis/SC, 23 de novembro de 2016.

CEDENTE
MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS
José Carlos Dall'Orsoletta
Prefeito em exercício

CESSIONÁRIA
SALVADORI & GOMES PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. ME.
Gabriela Salvadori
Sócia Administradora

Testemunha 01: _____

CPF: _____

Testemunha 02: _____

CPF: _____

CONTRATO 61/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2016

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ n. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Hilário Chiamolera.

CONTRATADA: GMC - Assessoria e Consultoria Ltda - ME, nome fantasia SIGMA - Assessoria e Consultoria, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 19.163.863/0001-08, localizada na Rua Alvice Caldart, 16, Centro, Capinzal, CEP 86665-000, representada por EDSON ANTONIO CASSIANO, Sócio Administrador, CPF 816.566.539-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação direta, uma vez que dispensada a licitação (art. 24, inciso I da Lei n. 8.666/93), de empresa para prestação de serviço de realização de "Processo Seletivo" para provimento de cargos temporários do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, nos seguintes moldes: Assistente Social (01), Professor Auxiliar de séries iniciais (09), Professor de Educação Física (01 para 3ª idade e 01 para a escolinha de futebol), Professor de Língua Italiana (01), Professor de Informática (01), Profissional Especializado na área de Mecânica Automotiva (01 – Cadastro de reserva), Profissional de Manutenção e Conservação (07), Farmacêutico (01), Agente Comunitário de Saúde (ESF - 01) e Agente Comunitário de Saúde (01).

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, em moeda corrente, mediante depósito, em espécie ou transferência, o valor de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços. Parágrafo único. O preço acima comporta todas as despesas para execução dos serviços e não sofrerá reajuste nem atualização de valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser alterado na forma do art. 65 da Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS

Unidade: 03.01-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS JURÍDICOS Proj/Ativ.04.122.1002.1.003 – Manutenção dos serviços administrativo pessoal e material
3390.39.05. – Serviços Técnicos Profissionais

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Prestar à empresa contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a prestação dos serviços.
- Efetuar o pagamento conforme definido neste contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório de atividades devidamente atestado.
- Notificar à empresa contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- b) A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em elaborar os editais, aplicar provas para os cargos definidos pelo Município, conforme consta do Edital, bem como arcar com as despesas deles decorrentes, inclusive, o pessoal necessário para fiscalização e aplicação do "Teste Seletivo";
- c) Apresentar cópia do Edital do "Teste Seletivo" para aprovação pelo CONTRATANTE em até 10 (dez) dias do prazo para publicação;
- d) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente pactuado;
- e) Cumprir e fazer cumprir as exigências deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO

A CONTRATADA se obriga, ainda, em executar os serviços observando o seguinte:

- a) Iniciar os serviços, objeto deste contrato, a partir da sua assinatura nas condições e prazos estipulados no edital e no contrato;
- b) Submeter à apreciação do CONTRATANTE planejamento preliminar e cronograma discriminado e detalhando de todos os procedimentos a serem adotados referentes à execução do objeto;
- c) Apresentar ao CONTRATANTE proposição de edital de processo seletivo, contendo regras definidas na legislação vigente e em conformidade com a presente licitação;
- d) Manter sigilo nos assuntos relacionados ao processo seletivo, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização;
- e) Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular deste contrato, correndo às expensas da CONTRATADA as correspondentes despesas no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação;
- f) Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato;
- g) Assegurar todas as condições para que o CONTRATANTE fiscalize a execução do contrato;
- h) Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve a anulação do processo seletivo, arcando com todos os ônus dele decorrentes, desde que comprovada a sua culpa ou dolo;
- i) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
- j) Manter, durante o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- k) A CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, relações de candidatos inscritos, com os respectivos locais de provas e ensalamento;
- l) Elaborar e reproduzir as provas de forma legível e sem erros ortográficos e de formulação de questões. A prova deverá ser composta de um único caderno composto de questões objetivas, conforme publicado no Edital de abertura do processo seletivo, com padrão técnico, acadêmico e estético, levando-se em consideração a natureza de cada cargo.
- m) Elaborar e efetuar a revisão técnica, digitar e imprimir as provas que deverão ser objetivas, com 05 (cinco) alternativas e de múltipla escolha;

- n) As questões das provas serão formuladas de acordo com o programa estipulado no edital do processo seletivo;
- o) A impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;
- p) Acondicionamento das provas, imediatamente após a impressão, em envelope devidamente lacrado ou embalagens plásticas com fechos de segurança invioláveis cujos envelopes deverão conter o nome da cidade, local, número da sala e quantidade de cadernos de provas;
- q) Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação, sem ônus para o CONTRATANTE;
- r) Corrigir as provas objetivas, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no Edital de abertura do presente processo seletivo;
- s) Fornecer todo o material necessário à aplicação das provas: sinalização, material de escritório, formulários de aplicação, folhas de respostas, boletins de ocorrências, etc.;
- t) Fornecer listas de presença em ordem alfabética por sala;
- u) Fornecer boletim de ocorrência em número equivalente de salas;
- v) Fornecer ao CONTRATANTE o relatório dos presentes/ausentes nas provas e o gabarito das provas em até 02 (dois) dias após a data da aplicação das provas;
- w) Providenciar o pessoal de apoio para vistoria e preparação dos locais de realização das provas.
- x) Emitir e entregar relatório de todos os inscritos, aprovados, reprovados e ausentes em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, notas de cada prova, média final e classificação, situação de ausente / reprovado / aprovado, mencionando se o candidato é portador de necessidades especiais;
- y) Emitir e entregar relatório de aprovados por cargo, em ordem de classificação, contendo o número de inscrição e nome do candidato, sendo que os portadores de necessidades especiais deverão constar na listagem de classificação geral e em listagem específica com classificação exclusiva;
- z) Receber, julgar e responder os recursos interpostos, com emissão do Parecer da banca examinadora responsável pelo julgamento. Todas as respostas aos candidatos deverão ser fornecidas ao CONTRATANTE para posterior encaminhamento aos interessados, bem como recorreger as provas e fornecer os relatórios devidos ao CONTRATANTE, de acordo com a correção por força de recursos interpostos, se for o caso;

I) Quando ocorrer republicação de resultados deve-se emitir/enviar ao CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias corridos após o recebimento dos recursos, novos relatórios e banco de dados atualizados;

II) Realizar novas provas ou refazer qualquer uma das fases, inclusive republicação no Diário Oficial, sem ônus para o CONTRATANTE na hipótese de ocorrência de fato que, por qualquer motivo originário da CONTRATADA, resulte na nulidade de fase ou de todo o processo seletivo;

III) Nos casos em que houver necessidade de republicações por falha ou erro da CONTRATADA, as despesas provenientes serão de responsabilidade deste;

IV) É vedada a participação no processo seletivo de familiares (marido, esposa, filhos, filhas, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas) em até terceiro grau, de qualquer funcionário da CONTRATADA ou de algum dos elaboradores das provas que venham a ser utilizadas na seleção dos candidatos;

V) Entregar ao CONTRATANTE todo material utilizado no processo seletivo, inclusive caderno de provas, atas e demais editais e legislação utilizados no certame.

VI) No caso de prova prática para os cargos de: operador de máquinas leves e veículos, serviços gerais masculino e serviços gerais feminino será disponibilizado pelo, CONTRATANTE máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias para realização do teste

CLÁUSULA OITAVA - PENALIDADES

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, conforme o prazo estabelecido na notificação, a inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais ou editais, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades ao adjudicatário:

- a) advertência;
- b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78, ambos da Lei nº. 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

§ 1º. A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;

§ 2º. Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 29 de dezembro 2016.

Município de Lacerdópolis/SC Hilário Chiamolera Prefeito CONTRATANTE	GMC - Assessoria e Consultoria Ltda - ME Edson Antonio Cassiano Sócio Administrador CONTRATADA
---	--

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2016 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 06/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: PAULO AMARAL TRANSPORTE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 14.034.976/0001-90 com sede na Rua Duarte Ávila, Nº 79 -Centro – Lages/SC. CEP: 88.501-440

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 71/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2015, homologada em 06/01/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para, Transportar pacientes do SUS para as cidades de Santa Catarina para fins de consultas e cirurgias com enfermeiros e/ou acompanhantes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.3 Do Contrato, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

ADITA-SE ao valor inicial contratado 25% (vinte e cinco por cento), sendo R\$ 35.400,00 (trinta e cinco mil e quatrocentos reais);

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 29 de Dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito municipal.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 51/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 51/2016PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AS CONSTRUTORA LTDA - EPP, Inscrita no CNPJ sob n.º 00434177/0001-04, com sede a Rua Frei Rogério,11 – Centro – Lages/SC. CEP: 88.504-140

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Parecer Jurídico nº 499, decorrente do Processo Licitatório nº 95/2016, correlato à Tomada de Preços nº 13/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário aberta em 22/06/2016 e homologada em 27/06/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial da Rua Fortaleza, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias copiadas em CD, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 01/01/2017.

Lages, 29 de Dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO, N.º 69/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: RAFAEL LEMOS VIEIRA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 18.951.401/0001-92, estabelecida Av. Expedicionário José Pedro coelho, 2012 Sala 01Tubarão/SC CEP 88.704-61.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 775/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 128/2016, correlato à Tomada de Preço nº 20/2016, homologada em 11/11/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução: fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias a partir de 01/01/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias a partir de 01/01/2017. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 29 de Dezembro de 2016

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

PP 35-2016 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 35-2016 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa para Fornecimento Combustível Óleo Diesel-S-10 e Tanque de armazenamento (em regime de comodato), para instalação na Estação de Recalque de Água Bruta (ERAB3) e Estação de Tratamento de Água ETA, para o ano de 2017

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 17/01/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 596.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

PP 36-2016 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 36-2016 SEMASA

Objeto: Aquisição de Cloro Gás para Tratamento da Água na (ETA) Estação de Tratamento da Água, no ano de 2017.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/01/2017 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 409.500,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 28 de dezembro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**PORTARIA Nº. 08, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA Nº. 08, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DIVULGA CREDENCIADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016, EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE INCENTIVOS FISCAIS JUNTO A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS E PESSOAS FÍSICAS, VIA LEI Nº. 8.313/91 – LEI ROUANET

O Superintendente da Fundação Cultural de Lages no uso de suas atribuições, ante a análise técnica da comissão interna de análise dos inscritos nos editais de credenciamento lançados pela Fundação Cultural de Lages, instituída pela Portaria nº. 08/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - Edição Nº 1877, página 379 em 25/11/2015, resolve:

Art. 1º Divulgar empresa credenciada no Edital de Credenciamento nº 03/2016 - empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2016 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. 163706:

NOME DA EMPRESA	Nº DO CNPJ
Realise Serviços Organizacionais LTDA	16.758.858-0001-50

Art. 2º O interessado poderá interpor recurso contra indeferimento do pedido de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 29 de dezembro de 2016.

MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RESOLUÇÃO Nº. 003/2016 - COMPAC

CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL - COMPAC

RESOLUÇÃO Nº. 003/2016

Dispõe sobre o tombamento do Edifício Doutor Accacio.

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC, no uso de suas atribuições RESOLVE:

Art. 1º Tomba o Edifício Doutor Accacio, conforme processo nos termos da Lei Complementar Municipal nº 22 de 21 de setembro de 1995.

§1º A área tombada compreende o edifício Doutor Accacio, localizado na Praça João Costa, esquina com a Rua Coronel Córdova, deve ser preservado totalmente, em interior e exterior, a volumetria externa, seus ornamentos geometrizados e todo o desenho das fachadas, bem como a cobertura cerâmica. Quanto aos interiores, também expressam a época de construção, seus materiais e técnicas construtivas. A estrutura de sustentação, que se dá por paredes portantes, deve ser preservada também in toctum.

§2º O edifício foi construído em formulação estilística Art Déco, tendo como principais características a ornamentação geometrizada, expressando uma funcionalidade moderna, as platibandas de coroamento do edifício, ocultando o telhado cerâmico, as pin-gadeiras sob as janelas e as pequenas marquises que protegem

os balcões do último pavimento. Linhas sinuosas de cimalthas con-tornam as fachadas, reforçando uma composição horizontal e re-baixando visualmente a altura do edifício de quatro pavimentos. Um eixo compositivo (em simetria especular) reforça a marcação da entrada aos apartamentos superiores, na centralidade de cada uma das fachadas, com frisos verticais que levam ao coroamen-to. Jogo de balcões dos apartamentos, em balanço nas fachadas, provoca uma movimentação de relevos ritmados. Cria-se aí um contraponto, um efeito tridimensional dos planos das elevações, animando a composição da edificação, voltada para a cidade. O enquadramento das aberturas se dá por faixas horizontais, pro-tegidas por pequenas projeções como as simples cimalthas tradi-cionais e “pestanas” que com um pequeno balanço protegem as janelas. Uma marquise contorna a parte superior do pavimento térreo, acompanhando o desenho do lote de esquina e reforçando uma forte marcação curvilínea dessa.

Art. 2º Da limitação imposta ao entorno e ambiência do bem tom-bado:

§1º Fica preservada a visibilidade do bem tombado no conjunto urbano onde se insere.

§2º Fica definido que, em um raio de 100 (cem) metros, a partir do edifício, não se possa construir em maior altura (gabarito) que esse.

§3º Deve haver rigorosa fiscalização de novas construções no en-torno, para que se respeite a integridade das fundações originais do Edifício Doutor Accacio.

§4º A fiscalização a que diz respeito o parágrafo 3º fica sob a res-ponsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Fundação Cultural de Lages.

§5º Fica definido que os projetos de novas construções ou refor-mas em imóveis compreendidos na área definida no parágrafo 2º, devem ser submetidas a prévia autorização do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 29 de dezembro de 2016.

MAURICIO NEVES DE JESUS
Presidente do COMPAC
Fundação Cultural de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 159/2016

DECRETO Nº 159/2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado PONTO FACULTATIVO, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 30 de Dezembro de 2016 – sexta-feira.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde e coleta de lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 30/12/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO 068/2016

DECRETO Nº. 068/2016 de 27 de dezembro de 2016.

Fixa valor da concessão do abono do FUNDEB aos profissionais do magistério e equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; e
Considerando o estabelecido nos artigos 21 e 22, parágrafo 2º da Lei 11.494 do Fundeb;

Considerando a Emenda Constitucional 53/2006 que determina a aplicação dos 60% dos recursos obtidos pelos municípios advindos da União;

Considerando o estabelecido na Lei Municipal nº 1.457/2013;
Considerando a valorização dos profissionais da educação da rede municipal e com base nos repasses feitos pelo Governo Federal ao final de 2016;

Decreta:

Art.1º. Fixo o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para pagamento do abono do Fundeb, aos profissionais do magistério e equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. O critério de rateio, para efeito de cálculo à concessão do abono individualmente distribuído, será correspondente a carga horária de cada profissional da área da educação.

Art. 3º. O abono será concedido em caráter excepcional, não sendo objeto de incorporação aos vencimentos, ou computado para concessão de qualquer outra vantagem.

Art. 4º. O pagamento também não estará incidindo contribuição para o imposto de renda ou previdenciária.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 27 de dezembro de 2016

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 27 de dezembro de 2016

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na mesma nesta Secretaria

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 69/2016

DECRETO Nº. 069/2016 de 27 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1537 de 10 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Unidade 2060 – Secretaria de Educação e Cultura

Função 12 – Educação

Subfunção 361 – ensino Fundamental

Programa 11 – Educação Básica

Ação 2.57 – Aplicação Recursos Fundeb

Despesa 3.1.90 – aplicações Diretas

Recurso 0.1.18 – Transferências do Fundeb 60%

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 144/2016

DECRETO Nº 144 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Reajusta o Valor das Diárias dos Agentes Políticos e Servidores Municipais e Dá Outras Providências”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no inciso VIII, do Art. 66 da Lei Orgânica do Município, e as expressas disposições da Lei Nº 1.100/2014 que dispõe Sobre a Concessão de Diárias , e Dá Outras Providências;

Considerando a Lei Municipal Nº 1.218 de 29 de março de 2016 que Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Município de Leoberto Leal e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Respeitadas as demais disposições legais, especialmente a Lei Nº 1.100/2014, passam a ser os seguintes valores as diárias dos Agentes Políticos e Servidores Municipais, reajustados em 11,28% (onze vírgula vinte e oito por cento) conforme Art. 7º da Lei Municipal Nº 1.100/2014, segundo o quadro:

Prefeito e Vice-Prefeito

Tipo	No Estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 438,65	R\$ 833,45
Meia Diária	R\$ 219,33	R\$ 416,74

Secretários Municipais

Tipo	No Estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 306,06	R\$ 581,52
Meia Diária	R\$ 107,13	R\$ 290,76

Servidores Municipais

Tipo	No Estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 295,50	R\$ 472,81
Meia Diária	R\$ 62,49	R\$ 236,40

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto Nº 074/2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal/SC, 29 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 145/2016

DECRETO Nº 145, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 8º, inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal, no valor de R\$ 493,66 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	493,66
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	493,66
Função	01	Legislativa	493,66
Sub-função	31	Ação Legislativa	493,66
Programa	01	Processo Legislativo	493,66
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	493,66
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	493,66
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	493,66
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	493,66

Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	493,66
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			493,66
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação no valor R\$ 493,66 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	493,66
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	493,66
Função	01	Legislativa	493,66
Sub-função	31	Ação Legislativa	493,66
Programa	01	Processo Legislativo	493,66
Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	493,66
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	493,66
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	493,66
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	493,66
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	493,66
TOTAL DA ANULAÇÃO			493,66

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 146/2016

DECRETO N.º 146, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL POR CONTA DE POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 40.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	40.000,00
Função	04	Administração	40.000,00
Sub-função	122	Administração Geral	40.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	40.000,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			40.000,00
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do possível excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	40.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.276/2016

LEI N.º 1.276, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

"RECONHECE E AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, HOMOLOGA ACORDO DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o direito à indenização à GORZAN INDUSTRIA E COMÉCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME, na forma do Protocolo/Interno 827/2014, anexo e inseparável da presente Lei, bem como autorizado o seu pagamento até o limite do menor orçamento apresentado, somando-se mecânica e lataria.

Art. 2º Fica autorizado o Município realizar acordo com a proprietária do veículo ou seu procurador, para pagamento do valor da indenização dos danos ocorridos no veículo conforme apresentado no mencionado Processo Administrativo.

Art. 3º A despesa desta lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.277/2016

LEI N.º 1.277 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Define e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social no município de Leoberto Leal e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 2º Os benefícios eventuais devem integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 3º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual, conforme critérios estabelecidos nesta lei.

§ 4º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 5º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, adolescente, jovens, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 6º Os benefícios eventuais serão concedidos mediante realização de estudo socioeconômico.

Art. 3º A inclusão ou alteração de critérios para acesso aos benefícios eventuais deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme § 6º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, nos prazos ou na falta de algum documento, o técnico, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa, a qual deverá constar no estudo socioeconômico.

§ 2º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

§ 3º Os benefícios eventuais na modalidade de ressarcimento deverão ser pagos num prazo máximo de até 30 dias após o requerimento.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio por natalidade;

II – auxílio por morte;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido; e

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º O benefício pode ser solicitado a qualquer momento, desde que comprovada a gestação.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio por natalidade:

I – comprovante de gestação (independente do tempo gestacional) ou após o nascimento apresentando a declaração de nascido vivo ou certidão de nascimento;

II - comprovante de rendimentos e gastos da família;

III - comprovante de residência;

IV – carteira de identidade e CPF do responsável;

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será de 1 (um) salário mínimo vigente.

§ 4º O auxílio natalidade será concedido até 90 (noventa) dias após o nascimento.

Art. 7º O auxílio por morte atenderá:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência;

III - comprovante de rendimentos e gastos da família;

IV - carteira de identidade e CPF do responsável.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 90 (noventa) dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral ao município.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou situação de rua, a Secretaria da Assistência Social e da Cidadania será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Parágrafo único – referente ao § 3º e § 4º o município deverá arcar com 100% dos custos.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de 1 (um) salário mínimo vigente.

Art. 8º Os benefícios por natalidade e por morte devem ser pagos, diretamente a um integrante da família beneficiária.

Parágrafo único. Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 9º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I- da falta de alimentação;

II - da falta de documentação;

III – da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos membros da família;

b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

c) de desastres e de calamidade pública;

d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do responsável.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social, podendo ser:

a) Alimentação – cesta básica ou cartão alimentação para que a família retire diretamente no mercado de acordo com as suas necessidades;

b) Vestuário de cama, mesa e banho;

c) Fotografias para documentos;

d) Utensílios domésticos;

e) Passagens rodoviárias (intermunicipal e interestadual);

f) auxílio aluguel num limite de até 6 meses, após deverá a família ser atendida pela Política de Habitação, podendo ser prorrogado o prazo mediante estudo e justificativa técnica;

g) Quaisquer outros bens ou serviços a serem regulamentados pelo CMAS;

Art. 10º A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder

público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

I – comprovante de residência;

II – comprovante de rendimentos e gastos da família;

III – carteira de identidade e CPF do responsável.

§ 2º O auxílio em situação de calamidade pública será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social, podendo ser:

a) Alimentação – cesta básica ou cartão alimentação para que a família retire diretamente no mercado de acordo com as suas necessidades;

b) Vestuário de cama, mesa e banho;

c) Fotografias para documentos;

d) Utensílios domésticos;

e) Passagens rodoviária (intermunicipal e interestadual);

f) auxílio aluguel num limite de até 6 meses, após deverá a família ser atendida pela Política de Habitação, podendo ser prorrogado o prazo mediante estudo e justificativa técnica;

g) Quaisquer outros bens ou serviços de acordo com a situação ocorrida;

Art. 10. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV – garantir a inserção e o acompanhamento das famílias beneficiárias nos serviços ofertados pela proteção social básica e especial, para a superação das situações de vulnerabilidade social, fortalecendo a autonomia das famílias.

V - divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

VI - encaminhar, ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VII – viabilizar a articulação com as demais políticas intersetoriais e com o Sistema de Garantia de Direitos.

Art. 11. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

c) fiscalizar a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional e o Plano Municipal de Assistência.

d) fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado

título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais; e e) as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda.

Art. 12. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 13. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social (Redação dada pela Resolução nº 39, de 2009).

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor a partir de 01/01/2017.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.278/2016

LEI N.º 1.278, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR CAMPO DE FUTEBOL, NA LOCALIDADE DE ALTO VARGEDO."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo do Município de Leoberto Leal, autorizada a denominar o campo de futebol da Localidade de Alto Vargedo de "CAMPO DE FUTEBOL RODOLFO GUCHERT - ESPORTE CLUBE JUVENTUDE."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001-2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

"Aprova as contas do exercício de 2015 da Chefe do Poder Executivo e dá outras providências."

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 128, § 2, Inciso II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Exercício de 2015 da Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma do Relatório e Parecer Prévio do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarados no PCP-16/00086540.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de dezembro de 2016.
SERGIO CLASEN
Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA

18-2016 EXTRATO INEXIGIBILIDADE 04/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

Ronaldo Piscini Secretário do Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, serviços médicos especializados em Concentração em Psiquiatria e Psicoterapia

Valor estimado: até R\$ 45.600,00(quarenta e cinco mil e seiscentos reais).

Beneficiada: Hospital Lindóia Ltda ME

Vigência: 31/12/2017.

Lindóia do Sul, SC, 29 de dezembro de 2016.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

CONVÊNIO Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 18/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE LINDÓIA DO SUL

Lei: Lei Municipal nº Lei nº 1.338/2016 de 16 de novembro de 2016.

Objeto: Alterar o plano de trabalho do convênio 08/2016, acrescentando o valor de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) ao novo plano de trabalho visando ao repasse, à CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades da entidade.

Valor do repasse: R\$ 13.200,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 17 de novembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 19/2016

O Prefeito Municipal de Lindóia/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE LINDÓIA DO SUL

Lei: Municipal nº. 1.337/2016 de 03 de novembro de 2016

Objeto: cooperação financeira, para a realização da Festa da Polenta e do Queijo a ser realizada na data de 09 de dezembro de 2016, conforme previsto no plano de trabalho.

Valor do repasse: R\$ 12.500,00

Vigência: até 31 de dezembro de 2016.

Assinatura: 17 de novembro de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.852/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.852/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a senhora JOICE MARI DALL ACQUA PAGNO, do Cargo de Conselheira, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 28 de Dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo RH

DECRETO Nº 2.853/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.853/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor FABIO FRANZON, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.861/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.861/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA DIRETORA DE NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora IVETE BALBINO FIORENTIN, ocupante do cargo de Diretora de Educação do Núcleo Ottaviano Nicolao, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.862/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.862/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA DIRETOR DE ESPORTE E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor ADENIR AGUSTINI, do cargo de Diretor Municipal de Esporte e Cultura, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.863/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.863/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SUPERVISORA DE PROCEDIMENTOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora ORVANE GEHRKE ZANATTA, ocupante do cargo de Supervisora de Procedimentos de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.864/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.864/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SUPERVISOR DE COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor ALISON DA SILVA, ocupante do cargo de Supervisor de Comunicação do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.865/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.865/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA O DECRETO Nº 2.382/2013, DE 03 DE JANEIRO DE 2013 E DECRETO Nº 2.756/2016 DE 04 DE JANEIRO DE 2016, QUE ESTABELECE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Revoga a designação da função de confiança concedida a senhora MARINÊS RIBEIRO PERONDI, ocupante do cargo efetivo de Administradora Rural, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Por consequência deste ato, ficam revogados os Decretos nº 2.382/2013, de 03 de Janeiro de 2013 e Decreto nº 2.756/2016, de 04 de Janeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.854/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.854/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA DIRETOR DE URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor VALDECIR JOSÉ MISSEL, ocupante do cargo de Diretor Municipal de Urbanismo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de Dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.855/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.855/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SUPERVISOR DE PROJETOS AMBIENTAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor ALAN JUNIOR PIZATTO, ocupante do cargo de Supervisor de Projetos Ambientais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de Dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.856/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.856/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor ALEXANDRE CAVALIER, ocupante do cargo de Diretor Municipal de Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de Dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.857/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.857/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA DIRETOR MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGEHNTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor NEDOIR JOSÉ MORETTO, ocupante do cargo de Diretor Municipal de Infra-Estrutura, Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.858/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.858/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E OBRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGEHNTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor NÉRIO ANTONIO CASON, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra-Estrutura, Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.859/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.859/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o senhor RONALDO PISCINI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

DECRETO Nº 2.860/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 2.860/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGEHNTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2009, de 02 de fevereiro de 2009

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora SALETE BENELLI, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.

PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de dezembro de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 420/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 420/2016, de 29 de Dezembro de 2016.

PRORROGA DURAÇÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO BRINGEHNTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 149/2010.

RESOLVE:

Prorrogar até 03 de Junho de 2017, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Margarete Colcinski Corso, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora 20 Horas semanais, vinculada na Secretaria Municipal de educação, Cultura e Esportes, com ônus para o Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 29 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 421/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 421/2016, de 29 de Dezembro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 126, da Lei Complementar nº 050, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder, Férias Regulares a Servidora Pública Municipal Joana Caroline Spricigo, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, vinculada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2015 a 31 de Julho de 2016, para gozo no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 29 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGEHNTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 422/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 422/2016, de 29 de Dezembro de 2016.

PRORROGA DURAÇÃO DE LICENÇA GESTANTE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

PEDRO BRINGEHNTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 106, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 149/2010.

RESOLVE:

Prorrogar até 29 de Abril de 2017, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Marta Salete Franceschini Paludo, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - ESF, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com ônus para o Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em, 29 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

PORTARIA Nº 423/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 423/2016, de 29 de Dezembro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE IDENTIFICA.

PEDRO BRINGHENTI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 126, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

I - Conceder, Férias Coletivas, no período de 02 a 31 de Janeiro de 2017, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo identificados, conforme Termo de Acordo de Férias firmado individualmente.

Nome do Servidor	Período Aquisitivo
Genoir Luiz Frare	02/03/16 a 17/03/17
Ocedir Roque Pruinelli	19/02/16 a 18/02/17
Onorio Pereira Chaves	15/04/16 à 14/04/17

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 29 de Dezembro de 2016.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e comunique-se.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo RH

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2305

DECRETO Nº 2305 de 29 de dezembro de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 4º da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) nas Unidades, Atividades e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferências a Instituições Provas sem Fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.200,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.50 - Transferências a Instituições Provas sem Fins Lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 700,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.400,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementada no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.300,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 159/16

PORTARIA Nº 159/16 de 29 de dezembro de 2016.

"PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO concedida à servidora LICIANE DE FÁTIMA TELLES, Professora III, Classe "B", 20 horas semanais, no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08/12/2003 e alterações posteriores, através da Portaria 057 de 1º de março de 2016, com fulcro no inciso IV, do art.29 da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, pelo prazo de 01 (hum) mês, a contar de 1º de janeiro de 2017, retornando a servidora as suas atividades em 1º de fevereiro de 2017.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0012014 - SAMU

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO OPERACIONAL, TÉCNICA E FINANCEIRA DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA FINS DE MANUTENÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa sita a Av. 16 de fevereiro, 151, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC) e o MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), através da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, situado à Avenida XV de Novembro, 223, Centro, Joaçaba(SC), inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito em exercício MARCOS WEISS, inscrito no CPF/MF sob nº 923.685.229-72, residente e domiciliado no Município de Joaçaba(SC), celebram o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Convênio nº 001/2014, em conformidade com a Cláusula Sétima do Termo de Convênio 001/2014, Lei Municipal de Joaçaba nº 4121 de julho de 2011 e a Lei Municipal de Luzerna nº 659 de 22 de junho de 2006, na forma e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Sétima, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Convênio será publicado na forma oficial de publicidade dos atos oficiais do Município, e os seus efeitos financeiros compreenderão da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser alterado mediante Termo Aditivo, desde que solicitado e perfeitamente justificado dentro do seu prazo de validade.”

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente TERMO ADITIVO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna

Marcos Weiss
Prefeito de Joaçaba em exercício - SAMU
TESTEMUNHAS:

1. _____ _____	2. _____ _____
-------------------	-------------------

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO
DE COMODATO - LINHA GRAFUNDA- BALANÇA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado COMODANTE, e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.480.602/0001-25, com sede neste Município de Luzerna(SC), por seu Presidente FERNANDO COSTA BEBER, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 2.818.620 e inscrito no CPF/MF sob o nº 828.409.979-91, residente e domiciliado na Linha Grafunda, na cidade Luzerna(SC), doravante COMODATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO DE COMODATO, devidamente autorizado pela Lei nº 1333 de 16 de dezembro de 2014, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do

Termo de Contrato de Comodato, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Segunda, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA SEGUNDA
DO PRAZO**

O presente Contrato de Comodato tem vigência até 31 de dezembro de 2020, a contar de sua assinatura, sendo que a COMODATÁRIA compromete-se a restituir os bens descritos na Cláusula Primeira, nas mesmas condições de uso e conservação que os recebeu. Expirado o prazo aqui ajustado, as partes poderão concordar em prorrogação, mediante simples troca de correspondência, ratificando todas as demais cláusulas existentes.”

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Comodato original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo aos Contratos de Comodato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna
COMODANTE

Fernando Costa Beber
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GRAFUNDA
COMODATÁRIA
TESTEMUNHAS:

1. _____ _____	2. _____ _____
-------------------	-------------------

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE
CONTRATOS DE COMODATO - ADR**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATOS DE COMODATOS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado COMODANTE, e a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Presidente Senhor VANDERLEI CRUBER, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 515.851-3 e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.903.319-27, residente e domiciliado na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada COMODATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATOS DE COMODATOS, devidamente autorizados pela Lei nº 1333 de 16 de dezembro de 2014 e Lei 1397 de 01 de setembro de 2015, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência dos Termos de Contratos de Comodatos, prorrogando-o até 30 de junho de 2017, alterando a Cláusula Segunda de ambos os Contratos, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA DO PRAZO

O presente Contrato de Comodato tem vigência até 30 de junho de 2017, a contar de sua assinatura, sendo que a COMODATÁRIA compromete-se a restituir os bens descritos na Cláusula Primeira, nas mesmas condições de uso e conservação que os recebeu. Expirado o prazo aqui ajustado, as partes poderão concordar em prorrogação, mediante simples troca de correspondência, ratificando todas as demais cláusulas existentes.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas nos Termos de Contratos de Comodatos originais permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo aos Contratos de Comodato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna
COMODANTE

Vanderlei Cruber
Associação de Desenvolvimento Rural
COMODATÁRIA
TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

RESCISÃO - TERMO DE CESSÃO DE USO ARTELUZ RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS, ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS, ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade apoiar a comercialização dos produtos artesanais de seus associados, proporcionar a integração e o fortalecimento dos mesmos, com melhoria da renda e das condições de vida dos associados e seus familiares, dando suporte necessário a produção e a comercialização do artesanato e dos produtos caseiros, divulgando seus trabalhos, promovendo e participando de feiras, exposições e eventos, auxiliando com a aquisição de materiais, promovendo treinamentos de interesse dos associados formando também novos artesãos, artistas plásticos e produtores caseiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.013.546/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por

sua Presidente, TEREZINHA DALLA COSTA MOTT doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertada a presente RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO, autorizados pela Lei nº 1445 de 03 de maio de 2016, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente instrumento visa A RESCISÃO do TERMO DE CESSÃO DE USO cujo objeto era a cessão gratuita do espaço físico do PORTAL de entrada do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para ser utilizado pela entidade para divulgação e comercialização dos produtos artesanais de seus associados.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da manifestação da entidade CESSIONÁRIA de que não mais possui interesse na cessão de uso, faz-se necessária a rescisão do citado Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

Visando prevenir futuros litígios e ônus para ambas as partes, as mesmas resolvem promover amigavelmente a presente Rescisão, dando-se ampla, geral e recíproca quitação com respeito a todos os direitos e ações que por ventura coubessem a ambos, prometendo nada mais reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer juízo, instância ou tribunal.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

TEREZINHA DALLA COSTA MOTT
ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS, ARTISTAS PLÁSTICOS E PRODUTORES CASEIROS - ARTELUZ
CESSIONÁRIA
TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

TERMOS DE CESSÃO DE USO ENTIDADES - PRORROGAÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, ELVIS

LUIS PIGATTO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.632.799 e inscrito no CPF/MF sob nº 809.123.039-72, residente e domiciliado na Rua da Represa, nº 51, Centro, em cidade Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizado pela Lei nº 848 de 14 de julho de 2009, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

ELVIS LUIS PIGATTO

Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e o CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, FRANCISCO IAGHER, inscrito no CPF/MF nº 483.455.558-53, residente e domiciliado na Rua Afonso Edmundo Dresch, nº 92, Bairro Centro, em Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizado pela Lei nº 848

de 14 de julho de 2009, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

FRANCISCO IAGHER

Presidente do CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por sua Presidente, FABIANA MARTENDAL SOUSA, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 4.434.807 e inscrita no CPF/MF sob o nº 009.600.819-92, residente e domiciliada na Rua Santa Paulina, 40, Bairro Jardim Itália, na cidade de Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizados pela Lei nº 848 de 14 de julho de 2009, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de

2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

FABIANA MARTENDAL SOUSA
Presidente da ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC - TRANÇAS DA TERRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e o SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC - TRANÇAS DA TERRA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a execução do PROJETO AGROINDUSTRIALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA NO MEIO OESTE DO CONTESTADO - Núcleos de Produção Artesanato em Palha de Trigo, TRANÇAS DA TERRA, com sede na Av. Rio Branco, nº 611, Centro, no Município de Florianópolis(SC), neste ato representada por sua Presidente do projeto, LÍDIA FELL, doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizados pela Lei nº 848 de 14 de julho de 2009 alterada pela Lei nº 1440 de 12 de abril de 2016, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA

DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

GESSI COZZA
Presidente do PROJETO SEBRAE/SC - TRANÇAS DA TERRA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E O CORAL VOZES DE LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e o CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por sua Presidente, CAMILA REISDORFER, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 2.636.081 e inscrita no CPF/MF sob nº 021.528.579-41, residente e domiciliada na Rua Nogueira, s/nº, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna(SC), doravante denominado CESSIONÁRIO, devidamente autorizados pela Lei nº 1007 de 11 de outubro de 2011, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CEDENTE

CAMILA REISDORFER

Presidente do CORAL VOZES DE LUZERNA

CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e a CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A, representada pelo Chefe da DEPRE Joaçaba, ELÓI HOFFELDER, doravante denominada CESSIONÁRIA, autorizado pela Lei nº 969 de 05 de abril de 2011, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

**"CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos."

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CEDENTE

ELOI HOFFELDER

Chefe da DEPRE da CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A - Joaçaba

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.962.536/0001-74, com sede neste Município de Luzerna(SC), representada por seu Presidente, EDIR BEAL, brasileira, casada, comerciante, inscrito no CPF/MF sob o nº 940.314.096-80, residente e domiciliada neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, autorizado pela Lei nº 1010 de 08 de novembro de 2011, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

**"CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos."

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CEDENTE

EDIR BEAL

Presidente da CRUZ VERMELHA BRASILEIRA – FILIAL DE LUZERNA

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e a CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.962.536/0001-74, com sede neste Município de Luzerna(SC), representada por seu Presidente, EDIR BEAL, brasileira, casada, comerciante, inscrito no CPF/MF sob o nº 940.314.096-80, residente e domiciliada neste Município de Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, autorizado pela Lei nº 1378 de 23 de junho de 2015, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos."

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna
CEDENTE

EDIR BEAL

Presidente da CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO 26º BPM"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, autorizado pela Lei nº 705 de 08 de março de 2007, e a POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, através do 26º BPM, representada por sua Comandante, Tenente-Coronel LUCIMAR SAVARIS, doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO, mediante as

cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020."

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna
CEDENTE

Tenente-Coronel LUCIMAR SAVARIS

Comandante 26º BPM
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, autorizada pela Lei nº 707 de 22 de março de 2007, e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY, entidade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo e de promoção social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.731.744/0001-86, com sede neste Município de Luzerna(SC), representada por seu Presidente, HILÁRIO PATZLAFF, brasileiro, casado, agricultor, portador da cédula de identidade nº 11/R 202.606 e inscrito no CPF/MF sob o nº 219.206.809-34, residente e domiciliado na Linha Vila Kennedy, no Município de Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

"CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

HILÁRIO PATZLAFF
Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA KENNEDY
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar grupos de danças tradicionais gaúchas, promover a integração através da dança tradicional entre seus associados e a integração da comunidade através do culto à dança e às tradições gaúchas, bem como, representar o Município em diversos eventos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.589/0001-14, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, RENATO WEISS, brasileiro, casado, funcionário público estadual, CPF, residente e domiciliado na portador da cédula de identidade nº RG 3.676.833 e inscrito no CPF/MF sob nº 037.519.289-10, residente e domiciliado na Av. Presidente Nereu Ramos, nº 88, Centro, Ibicaré(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizados pela Lei nº 1431 de 01 de março de 2016 alterada pela Lei nº 1440 de 12 de abril de 2016, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:
CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

RENATO WEISS
ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DE LUZERNA.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CEDENTE, e o ESCRITÓRIO DE SERVIÇOS LOCAIS DE ALCÓOLICOS ANÔNIMOS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, estabelecida na cidade de Chapecó(SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.789.547/0001-18, neste ato representado por seu Diretor Administrativo Senhor HARRI WALTER HUBNNER, portador da RG nº 695,014 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 065.220.509-78, doravante denominado CESSIONÁRIO, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizados pela Lei nº 1360 de 10 de abril de 2015, mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.”

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

CEDENTE

HARRI WALTER HUBNNER
ESCRITÓRIO DE SERVIÇOS LOCAIS DE ALCÓOLICOS ANÔNIMOS
DA REGIÃO
OESTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

TERMOS DE CESSÃO DE USO ENTIDADES CULTURAIS - ENSAIOS - PRORROGAÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, ELVIS LUIS PIGATTO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.632.799 e inscrito no CPF/MF sob nº 809.123.039-72, residente e domiciliado na Rua da Represa, nº 51, Centro, em cidade Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizado pela Lei nº 1365 de 23 de abril de 2015, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020. Expirado o prazo aqui ajustado, as partes poderão concordar em prorrogação, mediante simples troca de correspondência, ratificando todas as demais cláusulas existentes."

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

CEDENTE

ELVIS LUIS PIGATTO
Presidente da ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO TRIVENETA DI LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por sua Presidente, FABIANA MARTENDAL SOUZA, brasileira, casada, bancária, inscrito no CPF/MF sob nº 009.600.819-92, residente e domiciliado na Rua Santa Paulina, 40, Bairro Jardim Itália, na cidade Luzerna(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizado pela Lei nº 1365 de 23 de abril de 2015, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020. Expirado o prazo aqui ajustado, as partes poderão concordar em prorrogação, mediante simples troca de correspondência, ratificando todas as demais cláusulas existentes."

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

FABIANA MARTENDAL SOUZA
ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA
CESSIONÁRIA
TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar grupos de danças tradicionais gaúchas, promover a integração através da dança tradicional entre seus associados e a integração da comunidade através do culto à dança e às tradições gaúchas, bem como, representar o Município em diversos eventos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.589/0001-14, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representada por seu Presidente, RENATO WEISS, brasileiro, casado, funcionário público estadual, CPF, residente e domiciliado na portador da cédula de identidade nº RG 3.676.833 e inscrito no CPF/MF sob nº 037.519.289-10, residente e domiciliado na Av. Presidente Nereu Ramos, nº 88, Centro, Ibicaré(SC), doravante denominada CESSIONÁRIA, , têm entre si justo e acertado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO, devidamente autorizado pela Lei nº 1365 de 23 de abril de 2015, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto alterar o prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso, prorrogando-o até 31 de dezembro de 2020, alterando a Cláusula Terceira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020. Expirado o prazo aqui ajustado, as partes poderão concordar em prorrogação, mediante simples troca de correspondência, ratificando todas as demais cláusulas existentes.”

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas no Termo de Cessão de Uso original permanecem inalteradas.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Uso, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas a tudo presente, para todos os efeitos legais.

Luzerna(SC), 29 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CEDENTE

RENATO WEISS
ASSOCIAÇÃO TRADICIONALISTA GAUCHA RAÍZES DO SUL DE LUZERNA
CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO Nº 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0001/2013
Tomada de preços nº 0001/2013
4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0010/2013
ADITIVO Nº 26/2016
ADITIVO DE REEQUILIBRIO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
Objeto: Contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza pública, no perímetro urbano do MUNICÍPIO (com transporte do lixo sólido rural), a saber:
a) COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO, ATRAVES DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE ATERRO SANITÁRIO EM ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, POSSUIDORA DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EXIGÍVEIS;
Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
Valor: Fica reajustado para o valor de R\$ 19.124,90 (dezenove mil cento e vinte e quatro reais com noventa centavos) mensais, sofrendo um acréscimo de 6,73% (seis vírgula setenta e três por cento) conforme índice de IGP-DI acumulado em 12 meses.
Vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 31 de dezembro de 2017.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0010/2013 e seus aditivos.

Macieira, 29 de dezembro de 2016.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA - TERMO ADITIVO Nº 27/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0022/2015
Pregão Presencial nº 0014/2015
3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0026/2015
ADITIVO Nº 27/2016
ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
Objeto: Contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal, conforme especificações do Edital e seus anexos.
Contratada: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA,
Vigência: Fica prorrogada a vigência até 31 de dezembro de 2017, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original e art. 57 da Lei 8.666/93.
Valor e Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0026/2015 e seus aditivos.

Macieira, 29 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 24/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013
Pregão Presencial nº 0001/2013
7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0007/2013
ADITIVO Nº 24/2016
ADITIVO DE REEQUILIBRIO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.
Valor: Fica reajustado para o valor de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) o quilometro rodado, sofrendo um acréscimo de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento) conforme índice de INPC acumulado em 12 meses.
Vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 31 de dezembro de 2017.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013.

Macieira, 29 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013
Pregão Presencial nº 0001/2013
8º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013
ADITIVO Nº 25/2016
ADITIVO DE REEQUILIBRIO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLAR LTDA ME.
Valor: Fica reajustado para o valor de R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) o quilometro rodado, sofrendo um acréscimo de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento) conforme índice de INPC acumulado em 12 meses.
Vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 31 de dezembro de 2017.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013.

Macieira, 29 de dezembro de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

CSA COMÉRCIO E SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS COPIADORAS LTDA

CNPJ: 00.243.167/0001-83

Nota Fiscal nº 24670 R\$ 25,60

Nota Fiscal nº 24653 R\$ 152,28

Nota Fiscal nº 24657 R\$ 407,65

Nota Fiscal nº 24662 R\$ 1.507,38

Nota Fiscal nº 24665 R\$ 378,56

Nota Fiscal nº 24669 R\$ 1.572,50

Nota Fiscal nº 24668 R\$ 1.245,96

Nota Fiscal nº 24950 R\$ 1.644,28

Nota Fiscal nº 24951 R\$ 190,17

Nota Fiscal nº 24941 R\$ 1.728,64

Nota Fiscal nº 24949 R\$ 1.157,22

Nota Fiscal nº 24944 R\$ 2.414,79

Nota Fiscal nº 24947 R\$ 459,72

Nota Fiscal nº 24948 R\$ 3.277,46

Nota Fiscal nº 24952 R\$ 51,88

Nota Fiscal nº 24942 R\$ 62,95

Nota Fiscal nº 24444 R\$ 510,86

Nota Fiscal nº 24451 R\$ 510,86

Nota Fiscal nº 24445 R\$ 58,31

Nota Fiscal nº 24472 R\$ 510,86

Nota Fiscal nº 24466 R\$ 58,31

Nota Fiscal nº 24473 R\$ 58,31

Nota Fiscal nº 24458 R\$ 510,86

Nota Fiscal nº 24452 R\$ 58,31

Nota Fiscal nº 24465 R\$ 510,86

Nota Fiscal nº 24459 R\$ 58,31

Nota Fiscal nº 24678 R\$ 45,14

Nota Fiscal nº 24677 R\$ 429,48

Nota Fiscal nº 24959 R\$ 58,46

Nota Fiscal nº 24989 R\$ 96,48

Nota Fiscal nº 23823 R\$ 2.950,46

Nota Fiscal nº 24654 R\$ 176,70

Nota Fiscal nº 24671 R\$ 1.702,74

Nota Fiscal nº 24946 R\$ 534,28

Nota Fiscal nº 24945 R\$ 548,69

Nota Fiscal nº 23829 R\$ 7.035,43

Nota Fiscal nº 24503 R\$ 3.337,65

Nota Fiscal nº 24502 R\$ 3.645,72

Nota Fiscal nº 24663 R\$ 3.205,44

Nota Fiscal nº 24943 R\$ 3.970,44

VALOR: R\$ 46.860,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos e envio/ recebimento de fax, necessários para dar continuidade aos serviços prestados nas Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 30 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 95.836.771/0001-20

Nota Fiscal nº 9054 R\$ 28.249,80

Nota Fiscal nº 9026 R\$ 3.171,70

Nota Fiscal nº 8588 R\$ 28.249,80

VALOR: R\$ 59.671,30

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, que são de fundamental importância para que todas as Secretarias Municipais possam dar continuidade aos serviços prestados. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 30 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 5362 R\$ 15.000,00

Valor Total: R\$ 15.000,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma

atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 30 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

Nota Fiscal nº. 8276 R\$ 685,74

Nota Fiscal nº. 8316 R\$ 6.888,76

Nota Fiscal nº. 8312 R\$ 19.413,00

Nota Fiscal nº. 8317 R\$ 123,50

Nota Fiscal nº. 8310 R\$ 409,50

Nota Fiscal nº. 8417 R\$ 2.338,64

Nota Fiscal nº. 8408 R\$ 332,80

Nota Fiscal nº. 8313 R\$ 54.000,00

Nota Fiscal nº. 8416 R\$ 21.600,00

Nota Fiscal nº. 7893 R\$ 1.528,24

Nota Fiscal nº. 8311 R\$ 17.175,68

Nota Fiscal nº. 8423 R\$ 2.110,41

Nota Fiscal nº. 8424 R\$ 11.143,83

Valor Total: R\$ 137.750,10

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 30 de dezembro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE
Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

Estado de Santa Catarina

Município de MAFRA

Edital n.º 002/2016 de PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2016 DE PROCESSO SELETIVO PROGRAMAS ESPECIAIS

A Prefeitura Municipal de Mafra, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas para admissão em caráter temporário (enquanto existirem os programas) e formação de cadastro de reserva de Pessoal para atender programas e convênios com a União, Estados ou Municípios, conforme previsto na Lei 4.049/2014, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital. Para os cargos de Médico, Enfermeiro e Técnico em Enfermagem. As inscrições online estão abertas do dia 30/12/16 até as 12h00 horas do dia 30/01/17, pelo site www.iobv.org.br. As provas estão previstas para o dia 05/02/2017. Demais informações constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br, www.mafra.sc.gov.br e mural oficial da Prefeitura Municipal.

MAFRA, 29 de dezembro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 897/2016

DECRETO Nº 897, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga o Decreto nº 436, de 22 de abril de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o prazo de vigência e efeitos do Decreto nº 436 de 22 de abril de 2016, que dispõe sobre o Plano de Contenção e Controle de Despesas no âmbito da Administração Pública Municipal, até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 28 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 898/2016

DECRETO Nº 898, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Revoga Processo Licitatório nº 026/2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A verificação à posteriori da necessidade de adequação das características técnicas do equipamento, de forma a otimizar e privilegiar o Princípio da ampla competitividade,

Que as alterações suscitadas foram objeto de análise e apuração pelo órgão concedente,

Que a revogação do presente procedimento é medida que se impõe,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório 026/2016 na Modalidade de Pregão Presencial nº 024/2016, o qual tinha como objeto a aquisição de escavadeira hidráulica.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 28 de dezembro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº081-2016

DECRETO nº 081/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SUPERVISOR DO SAMAE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, inciso I, e Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1186/2006 e Lei Complementar nº 037/2013, de 03 de dezembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O senhor ENIVALDO DUMINELLI, do cargo em comissão de SUPERVISOR DO SAMAE, do quadro de Pessoal Comissionado do SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº062/2016.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

DECRETO Nº 080-2016 - EXCESSO PRECATÓRIO

DECRETO n.º 080/2016

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015. DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), nestes termos:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
080128843.2026 – Manutenção dos Encargos Especiais	
4.6.90.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (156)	R\$ 150.000,00
Total	R\$ 150.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recurso.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA Nº619-2016

PORTARIA nº619/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, MATERIAL E PATRIMÔNIO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1349/2009, de 30 de março de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANDERSON SCARDUELI, do cargo de Diretor do Departamento de Compras, Material e Patrimônio, nível de referência DAS-2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro, retornando ao seu cargo efetivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

PORTARIA Nº620-2016

PORTARIA nº 620/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1º - A Senhora MICHELIA FABRIS FERNANDES, da função de Secretária de Escola, com carga horária de 40 horas semanais, na C.M.E.I. Escadinha do Tempo, retornando ao seu cargo efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº168/2016.

Meleiro, 29 de Dezembro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 278/2016 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 278/2016 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial em atendimento as determinações legais do Ministério da Educação/Fundo Nacional da Educação e demais disposições legais pertinentes a matéria em especial a Lei Municipal 1714/2007 e a Lei Municipal 1993/2011:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SOCIAL, DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB, no âmbito do Município de Modelo/SC, na forma legal e conforme abaixo especificado, com as seguintes indicações e nomeações para Conselheiros do referido órgão:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

BIÊNIO: NOVEMBRO DE 2016 À NOVEMBRO DE 2018.

1. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

1.1 REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO:

FRANCIELI PAVALICINI - TITULAR
ADILSON CESAR BRAUN – SUPLENTE

1.2 REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

ELIANE H. CHAVES – TITULAR
CÍNTIA QUEVEDO – SUPLENTE

2. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE MODELO SC:

DULCE REINHER – TITULAR
NILVA FATIMA ALEBRANDT ALEBRANDT – SUPLENTE

3. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS DE MODELO SC:

JANETE TOSETO – TITULAR
LOVANI TERSINHA BARON – SUPLENTE

4. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MARINES AMARAL ZANINI – TITULAR
CINAIDE BALBINA LAMBRECTD – SUPLENTE

5. REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

SIRLEI MARINS – TITULAR
VERONICE BALDIN – SUPLENTE

VIVIANE C. CARNEIRO – TITULAR
CLEITON LUIS ONGHERO – SUPLENTE

6. REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

6.1 REPRESENTANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL:

CRISTIELI WERLANG – TITULAR
ANDRE DUREL – SUPLENTE

6.2 REPRESENTANTES DO ENSINO MÉDIO:

MAURIA RINTZEL – TITULAR
MARCOS WOLMIR FLORES – SUPLENTE

7. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MODELO SC:

ILIANA MARIA PEGORARO CASAGRANDE – TITULAR
GILNEIDE VOGEL – SUPLENTE

8. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

CLEILAMAR BIAZEBETTI – TITULAR
ADRIANE EDINÉIA JUNG TESCHE – SUPLENTE

Art. 2º - As atribuições do Conselho reger-se-ão de conformidade com a Lei Municipal 1.714/2007 de 09.05.2007, a Lei Municipal 1993/2011, o Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes a matéria, sendo o serviço de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo social ou trabalhista.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 11 de novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL
Registrado e Publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
ASSESSOR DEPARTAMENTO

LEIMUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2285/2016 DE 29/11/2016

LEIMUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 2285/2016 de 29/11/2016

DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO

DE MODELO - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em exercício, em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.324/97,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixada a Planta Genérica de Valores do Município de Modelo - SC, para o exercício de 2017, para base de cálculo dos impostos, conforme estabelece a Lei Municipal nº 1.324/1997 – Código Tributário Municipal, nos termos que segue:

Base de cálculo territorial urbana: Zona 1 (lotes urbanos)

Setores			Valor por metro quadrado – R\$
Setor 1			37,01
Setor 2			27,75
Setor 3			18,05
Setor 4			13,54
Setor 5			11,73
Setor 6			9,03
Setor 7			7,22
Setor 8			6,31
Base de cálculo Predial Urbano:			Zona 1
Tipo da construção			Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria			658,74
Mista			433,14
Madeira			288,76
Base de Cálculo Imóveis Rurais			
Tipo da área			Valor por hectare – R\$
Terra mecanizável (consideradas as terras com 80% da área mecanizável)			16.721,27
Semi-mecanizável (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)			12.543,20
Não mecanizável			6.966,45
Área de chácaras:			
Tipo das chácaras			Valor por hectare R\$

Classe 1 – Mecanizável – Topografia/relevo: consideradas as terras com 80% da área mecanizável)	22.298,02
Classe 2 – Semi-Mecanizável – topografia e relevo – (consideradas as terras com 50% da área mecanizável)	13.932,88

Edificações Rurais

Tipo da construção	Valor por metro quadrado R\$
Alvenaria	595,58
Mista	397,05
Madeira	261,69

§ 1º – Os imóveis situados no perímetro urbano, com parcelamento de solo efetuado, estão incluídos como Zona 1 - e distribuídos por setores, conforme consta do mapa do município, anexo I, integrante desta Lei.

§ 2º - As áreas não incluídas e ou novos loteamentos e ou desmembramentos de áreas não parceladas, implantados em 2017, ficam incluídos no setor 7.

Art. 2º. Para o cálculo do IPTU de chácaras localizadas no perímetro urbano será utilizada a base de cálculo da planta de valores do ITBI conforme consta do artigo 1º desta lei.

Art. 3º. Para o cálculo e emissão dos carnes do IPTU, serão observadas as disposições do Código Tributário Municipal – Lei Municipal

1.324/1997, incluídas as situações de lote ideal e para depreciação pelo tempo de construção das edificações base de cálculo do Imposto Predial, constante do artigo 9º desta Lei.

Art. 4º. Para apuração do Valor do ITBI, serão observadas as disposições contidas na Lei Municipal 1.324/1997 e o valor efetivamente praticado na transação comercial, atendendo as disposições legais.

Art. 5º. O prazo do recolhimento do ITBI é de até 30 (trinta) dias, após a emissão da guia, sendo que após esta data deverá ser procedido nova avaliação e recolhimento dos valores complementares.

Art. 6º. Para o cálculo do ITBI, nos casos em que não há valor da transação ou valor menor do estabelecido nesta lei, será utilizada para fins de avaliação e transmissão, a planta de valores do CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola- da Epagri.

Art. 7º. As edificações do tipo barracão, para a base de cálculo do IPTU, terão redução de 50% sobre o valor fixado no artigo 1º desta lei para Edificações – Predial Urbano, observado os fatores de redução e acréscimo, conforme Código Tributário Municipal e Legislação específica.

Art. 8º. Fica fixado o Calendário Fiscal dos Impostos e Taxas Municipais, para o exercício de 2017, conforme abaixo especificado:

1. IPTU E TAXAS DE COLETA DE LIXO E taxa do FUNREBOM:

Tributo: IPTU/TAXA DE COLETA DE LIXO E DO FUNREBOM	DATA DE VENCIMENTO
1ª PARCELA E COTA ÚNICA	14.04.2017
2ª PARCELA	14.05.2017
3ª PARCELA	14.06.2017
4ª PARCELA	14.07.2017
5ª PARCELA	14.08.2017
6ª PARCELA	14.09.2017

2. ISS:

Tributo: ISS	Data de vencimento
Parcelas mensais	Dia 15 do mês subsequente ao fato gerador e conforme previsto no código tributário municipal
3. ITBI:	
Tributo: ITBI	Data vencimento
ITBI	Antecipadamente ao registro dos imóveis – conforme código tributário municipal e estabelecido nesta lei

4. TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E OU PERMANÊNCIA NO

LOCAL:

Tributo: 14/03/2017

Taxa de Licença de Localização, Funcionamento e ou Permanência no Local

§ 1º - A data de vencimento, das parcelas relativas aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, referente ao ISS, fica fixada para 14.04.2017.

§ 2º - O valor mínimo da parcela do IPTU com as respectivas taxas integrantes do carne, para fins de parcelamento de que trata o caput deste artigo, será de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Art. 9º. Para o cálculo do valor venal do IPTU E ITBI, das edificações poderá ser aplicada a tabela de depreciação, contados os anos a partir da data de construção, sendo:

De 05 a 10 anos – 15%
De 10 a 15 anos – 20%
De 15 a 20 anos – 30%
De 20 a 25 anos – 35%
De 25 a 30 anos – 40%
Acima de 30 anos – 50%

Art. 10. Fica o Executivo Municipal, autorizado a conceder, por Decreto, desconto de até 20% (vinte por cento) no pagamento à vista/cota única, calculado sobre o valor do IPTU e das taxas do Funrebom, lançadas do carnê do IPTU 2017 e da mesma forma, o desconto de até 10%(dez por cento) nas parcelas com pagamento até o vencimento, igualmente incidente sobre o IPTU e a Taxa do funrebom.

Art. 11. Ficam fixadas as zonas e setores conforme identificados no mapa anexo, integrante desta Lei.

Art. 12. Para a arrecadação do IPTU, devido sobre as chácaras não inscritas no INCRA, conforme requerido pelo proprietário, serão aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal, legislação específica e o valor venal calculado, constantes desta Lei.

Art. 13. Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar, por Decreto, no interesse do serviço público o calendário fiscal (datas de pagamento) para 2017.

Art. 14. Fica igualmente autorizado o lançamento e arrecadação, juntamente com o carnê do IPTU, das taxas relativas a Coleta de Lixo e FUNREBOM.

Art. 15. O Setor de Tributação procederá ao devido cadastro mobiliário e imobiliário, sua revisão e controle das concessões de isenções fiscais, bem como a emissão dos respectivos carnês para pagamento dos tributos de que trata esta Lei, com observância das determinações legais do Código Tributário de Modelo – SC.

Art. 16. Fica fixado como índice de atualização para a correção dos tributos e taxas municipais o INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

Parágrafo Único – Fica autorizado a atualização monetária pelo INPC, da UFIR, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2017, corrigida conforme variação acumulada dos últimos doze meses de dezembro/2015 a novembro de 2016, sendo a base de cálculo para o lançamento do IPTU e as taxas municipais constantes do respectivo carnê, do ISS e Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local, lançados para o exercício de 2016, até a data do efetivo vencimento do tributo.

Art. 17. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder a isenção do IPTU, sendo exclusivamente o Imposto Territorial, por período de até 03 (três) anos, a contar do ano do registro do loteamento no Registro de Imóveis, para os imóveis, sendo lotes urbanos de novos loteamentos, que contenham a criação de mais de dez lotes.

§ 1º – A isenção será concedida a partir do exercício seguinte ao da respectiva aprovação do loteamento, pelo Município de Modelo e enquanto estiverem na propriedade do Loteador, observado o limite de prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º - A isenção não se aplica após ocorrido a alienação do imóvel pelo loteador.

§ 3º - O proprietário loteador deverá comunicar o setor de tributação da respectiva

Alienação, para lançamento dos tributos devidos, a partir do exercício seguinte, conforme disposições legais.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 29 de Novembro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA

ASSESSOR DEPARTAMENTO

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 023/2016 tem por objeto a prorrogação do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/2016.
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 29 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 055.2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0455/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: WINK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
OBJETO: Outorga de Concessão do direito real de uso, de uma área de terra com Pavilhão Industrial - composto pelo prédio de 396,00 m² (trezentos e noventa e seis metros quadrados) de área construída - aberto, com os seguintes bens: possui uma área de atendimento ao público, sanitário masculino e feminino, uma área de serviço com depósito, vestiário e sanitário para funcionários, possuindo instalação elétrica trifásica, instalação hidráulica e instalação para telefone, edificado no parque industrial na CHACARA URBANO DE Nº 12-B (doze "b"), conforme mapa e memorial descritivo anexo, de propriedade do Município de Mondaí, na localidade de Linha Fátima, no MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, para instalação de empresa do ramo de fabricação de artefatos de cimento em geral, pelo período mínimo de 05 (cinco) anos.
ORIGEM: Concorrência nº 006/2011.
VIGÊNCIA: A partir de 01 de dezembro de 2016 a 30 de novembro de 2021.
Mondaí – SC, 01 de dezembro de 2016.
Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2013 CAMARA

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: BRUNO AUGUSTO ROSSATTO DE FABRIS
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 001/2013 até o dia 31 de dezembro de 2017.
ORIGEM: Convite nº 001/2013
VALOR DO ADITIVO: R\$ 23.693,40 (Vinte e três mil seiscentos e noventa e três reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: A vigência do referido contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí SC, 22 de dezembro de 2016.
Marilena Daltoe
Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2014 CAMARA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ
CONTRATADO: ENCASA IMÓVEIS LTDA
OBJETO: a prorrogação do contrato nº 094/2013 até o dia 31 de dezembro de 2016 e o reajuste com base no IGPM referente ao período de novembro de 2014 a outubro de 2015, num percentual de 10,09% nos termos do art. 57, Inciso II e do art. 65, Inciso II, letra "d" da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2014.
VALOR: R\$ 14.531,88 (Catorze mil quinhentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos)
VIGÊNCIA: A vigência do contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
Mondaí – SC, 03 de dezembro de 2015.
RENEU STAUDT
PRESIDENTE CAMARA DE VEREADORES DE MONDAÍ

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS - AMEOSC
OBJETO: prorrogação do Contrato nº 001/2016 até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 002/2016.
VALOR: R\$ R\$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 002/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: CPNET COMÉRCIO DE SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 002/2016 até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 133/2015.
VALOR: R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 002/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ESTREMO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS - AMEOSC
OBJETO: prorrogação do Contrato nº 002/2016 até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 002/2016.
VALOR: R\$ R\$ 110.400,00 (Cento e dez mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0003/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
OBJETO: O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 003/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 001/2016.
VALOR: R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 004/2013 CAMARA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2013
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CONTRATADO: GILMAR JOSÉ QUEIROZ DOS REIS
OBJETO: a prorrogação do contrato nº 004/2013 até o dia 31 de dezembro de 2017 nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 001/2013
VALOR DO ADITIVO: R\$ 18.522,48 (Dezoito mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: A vigência do referido contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a dia 31 de dezembro de 2017.
MARILENA DALTOE
Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 004/2014 FMAS

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: ENCASA IMÓVEIS LTDA - ME
OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2013.
VALOR: 17.995,32 (Dezessete mil novecentos e noventa e cinco

reais e trinta e dois centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 004/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: EL CONTABILIDADE LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 004/2016 até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 016/2015.
VALOR: R\$ 87.900,00 (Oitenta e sete mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 004/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
OBJETO: prorrogação até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, § 1º Incisos I e III da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Inexigibilidade nº 002/2016.
VALOR: R\$ 147.228,48 (Cento e quarenta e sete mil duzentos e vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2015 FMAS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 005/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: VANDERLIZE HELENA BLANK WILLMS
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.
ORIGEM: Pregão presencial nº 007/2015.
VALOR: 9.960,00 (Nove mil novecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: A vigência do contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
Mondaí – SC, 30 de novembro de 2015.
LENOIR DA ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 008/2016

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES SERNI LTDA EPP

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 015/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 29 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 011/2015 FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RAFAEL NICOLODI

OBJETO: prorrogação do Contrato nº 011/2015 até o dia 31 de dezembro do exercício de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Convite nº 001/2015.

VALOR: R\$ 11.917,08 (Onze mil novecentos e dezessete reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 014/2015 FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 003/2015.

VALOR: R\$ 48.576,96 (Quarenta e oito mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e seis centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2015 FMAS

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: DIETER DOPKE

OBJETO: a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017 nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e o reajuste de IGP-M dos últimos doze meses, período de julho/2015 a junho de 2016, no percentual de 10,94%, nos termos do art. 65, Inciso II letra "d" da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2015.

VALOR: 21.300,00 (Vinte e um mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 012/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TOPGEO TOPOGRAFIA E GEODESIA LTDA - ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 002/2015.

VALOR: R\$ 34.873,56 (Trinta e quatro mil oitocentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2015 FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: DENISE VICENTE

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93

ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/20154.

VALOR: R\$ 16.581,12 (Dezesseis mil quinhentos e oitenta e um reais e doze centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 013/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: L.S. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II.

ORIGEM: Pregão Presencial 006/2015.

VALOR: R\$ 30.261,60 (trinta mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 1º de janeiro

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 021/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRSIS LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 021/2016 até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 020/2016.

VALOR: R\$ 2.741,00 (Dois mil setecentos e quarenta e um reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 27 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 023/2014 FMS

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2014.

VALOR: R\$ 17.459,16 (Dezessete mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 034/2013 FMS

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: NEIVA DEBASTIANI

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 034/2013 até o dia 28 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 002/2013.

VALOR: R\$ 6.370,84 (Seis mil trezentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 035/2014 FMS

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA SAÚDE LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2014 tem por objeto a prorrogação do mesmo até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 007/2014.

VALOR: R\$ 185.744,16 (Cento e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 027/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ÉTICA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 027/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 001/2015.

VALOR: R\$ 12.373,56 (Doze mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 035/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ADEMAR MEURER 02269402928

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 035/2016 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993.

ORIGEM: Pregão Presencial nº. 032/2015.

VALOR: R\$ 18.156,96 (dezoito mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 1º de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 028/2014 FMS

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA SAÚDE LTDA

OBJETO: prorrogação do mesmo até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 007/2014.

VALOR: R\$ R\$ 210.070,68 (Duzentos e dez mil setenta reais e sessenta e oito centavos):

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 038/2013 FMS

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 003/2013.
VALOR: R\$ 49.191,00 (Quarenta e nove mil cento e noventa e um reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 041/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: JÉSSICA SCHNEIDER
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 041/2016 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93
ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2016.
VALOR: R\$ 17.940,00 (Dezessete mil novecentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 042/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: CLEITON LAUSCHNER
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 042/2016 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93
ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2016.
VALOR: R\$ 17.880,00 (Oitocentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 045/2013 FMS

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S.A.
OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 007/2013.
VALOR: R\$ 73.707,50 (Setenta e três mil setecentos e quatro reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 046/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: VIETAO – APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 046/2016 tem por objeto a prorrogação do mesmo até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/2016.
VALOR: R\$ R\$ 34.680,00 (Trinta e quatro mil seiscentos e oitenta reais):
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 047/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: A. M. DE ARAÚJO MEDICAL ME
OBJETO: prorrogação do mesmo até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 007/2016.
VALOR: R\$ R\$ 184.800,00 (Cento e oitenta e quatro mil e oitocentos reais):
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 30 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 049/2014

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 49/2014 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº. 8666/1993.
ORIGEM: Tomada de Preços 002/2014.
VALOR: R\$ 312.211,44 (trezentos e doze mil, duzentos e onze reais e quarenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: a partir de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 049/2016 FMS

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: HELPMED SAÚDE LTDA - ME
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 049/2016 tem por objeto a prorrogação do mesmo até 28 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 008/2016.
VALOR: R\$ 30.957,36 (Trinta mil novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.
Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 050/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: ELOIDE APARECIDA ODY - ME
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 050/2016 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016.
VALOR: R\$ 95.040,00 (Noventa e cinco mil e quarenta reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 053/2013 FMS

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: EL CONTABILIDADE LTDA - ME
OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Pregão Presencial 016/2013.
VALOR: R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 053/2015

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 053/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II.
ORIGEM: Pregão Presencial 048/2015.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 054/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: JV ITECH INFORMÁTICA TECNOLOGIA E IMPRESSÃO LTDA - ME
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: Pregão Presencial 048/2015.
VALOR: R\$ 3.166,00 (Tres mil cento e sessenta e seis reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 058/2013 FMS

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2013
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: MARLI MENEGASSI CASAGRANDE
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao contrato nº 058/2013 tem por objeto a prorrogação do mesmo até 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93 e o reajuste do valor inicialmente contratado com base no IGPM acumulado do período de agosto de 2015 a julho de 2016 num percentual de 11,65% (Onze virgula sessenta e cinco por cento), conforme previsto no § 1º do inciso II, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.
ORIGEM: Tomada de Preços nº 011/2013.
VALOR: R\$ 11.514,84 (Onze mil quinhentos e catorze reais e oitenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 30 de junho de 2017.
Mondaí – SC, 28 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 067/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ
CONTRATADA: TECHIO CONSULTORIA, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME
OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 067/2015 tem por objeto a prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.
ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL 058/2015.
VALOR: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).
VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.
LENOIR DA ROCHA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 094/2013

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 094/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

OBJETO: a prorrogação do contrato nº 094/2013 até o dia 31 de dezembro de 2017 e o reajuste com base no IGPM referente ao período de julho de 2015 a junho de 2016 num percentual de 10,94% nos termos do art. 57, Inciso II e do art. 65, Inciso II, letra "d" da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 001/2013.

VALOR: 10.541,64 (Dez mil quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 127/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ROQUELANE MEIER - ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 127/2015 tem por objeto a prorrogação do mesmo até o dia 28 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Edital de Pregão nº 130/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 100/2014

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MONDAÍ

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 013/2014.

VALOR: R\$ 32.807,52 (Trinta e dois mil oitocentos e sete reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Mondaí – SC, 26 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 125/2016

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: AUTO POSTO ZP LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 125/2015 tem por objeto a prorrogação do mesmo até o dia 28 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Edital de Pregão nº 130/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017.

Mondaí – SC, 22 de dezembro de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 126/2015

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SCHUH & FILHO LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 126/2015 tem por objeto a prorrogação do mesmo até o dia 28 de fevereiro de 2017, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 130/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de

Monte Carlo

PREFEITURA

ADITIVO 02/2016 - CONCORRÊNCIA 112/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2012

ADITIVO nº 02/2016

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrita no cnpj sob o nº 95.996.104/0001-04;

CONTRATADO

HÓRUS CONSULTORIA E GESTÃO LTDA, inscrita no cnpj nº 10.579.943.0001.74.

OBJETO: Serviços de plantão médico e hospitalar.

O Objeto do presente termo aditivo nº 02/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original e aditivos até a data de 31/janeiro/2017. Monte Carlo, 30 de dezembro de 2016

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

LEI MUNICIPAL Nº 1035/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1035/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcos Nei Correa Siqueira, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte.

I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Monte Carlo para o exercício de 2016 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 24.560.000,00 (Vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta mil reais).

II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 24.560.000,00 (Vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta mil reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 970.020,00 (Novecentos e setenta mil, e vinte reais) e R\$ 23.589.980,00 (Vinte e três milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 5.858.940,00 (Cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, e novecentos e quarenta reais), e do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), integrarão o orçamento do Poder Executivo como Unidades Gestoras, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Observado o inciso I, § 8º, do artigo 120 da Constituição Estadual, é permitido ao Poder Executivo Municipal recompor dotações

orçamentárias, em até o limite de um quarto do montante citado no caput deste artigo, mediante transposição, remanejamento ou transferências de valores entre Unidades Orçamentárias ou Gestoras, projetos, atividades, operações especiais, ou modalidades de aplicação.

§ 4º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	24.560.000,00
Receita Tributária	1.743.720,00
Receita de Contribuições	340.000,00
Receita Patrimonial	187.960,00
Receita de Serviços	996.960,00
Transferências Correntes	20.751.100,00
Outras Receitas Correntes	540.260,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
TOTAL	24.560.000,00

§ 5º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR
ESPECIFICAÇÃO	
Câmara de Vereadores	970.020,00
Gabinete do Prefeito	874.000,00
Secretaria de Administração	1.328.700,00
Secretaria da Fazenda	1.293.500,00
Secretaria da Agricultura	674.000,00
Secretaria de Indústria, Comércio e Meio Ambiente	930.750,00
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	9.769.180,00
Secretaria de Infraestrutura	1.969.830,00
Secretaria do Bem Estar Social	20.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	706.080,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	40.000,00
Reserva de Contingência	15.000,00
Fundo Municipal de Saúde	5.858.940,00
Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros	110.000,00
TOTAL	24.560.000,00

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será

feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Durante o exercício financeiro de 2017, mediante prévia autorização legislativa em cada caso, o Prefeito Municipal poderá remanejar dotações orçamentárias de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

§ 1º A abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operação especial, somente poderá ser promovida mediante prévia autorização legislativa.

§ 2º A abertura de créditos adicionais suplementares, na forma do artigo 43, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operação especial, poderá ser promovida até o limite de 5% (cinco por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2017, para cada uma das unidades gestoras.

§ 3º Ultrapassando o limite de 5% (cinco por cento), estabelecido no §2º, deste artigo, a abertura de créditos adicionais suplementares somente poderá ser promovida mediante prévia autorização legislativa, mesmo que o remanejamento ou a transposição de dotações orçamentárias ocorra do mesmo projeto, atividade ou operação especial.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portaria STN nº 437/2012.

Art. 6º Durante o exercício financeiro de 2017, mediante prévia autorização legislativa em cada caso, ato, ação ou operação prevista neste artigo, o Prefeito Municipal poderá:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município.

IV - Transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas,

de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

V - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - Realizar Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto nos artigos 30, 31 e 32 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

VII - A realização pelo Prefeito Municipal dos atos, ações, operações e providências administrativas e de gestão, especificadas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo, sem a prévia autorização legislativa em cada caso, serão nulos de pleno direito e implicarão na apuração de suas responsabilidades, administrativa, civil e criminal.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Município de Monte Carlo/SC, em 28 de dezembro de 2016.

Marcos Nei Correa Siqueira

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 108/2016

DECRETO Nº 108/2016, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 DA SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CULTURA E TURISMO DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.753/2016, de 29 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 650.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):														
	05 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP.,CULT. TUR.														
	05.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP.,CULT. TUR.														
	05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												650.000,00		
Art. 2º -	Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):														
	02 - GABINETE DO PREFEITO														
	02.01 - GABINETE DO PREFEITO														
	02.01.04.122.0002.2.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												5.000,00		
	03 - SECRETARIA DO SISTEMA ECONOMICO														
	03.01 - SECRETARIA DO SISTEMA ECONOMICO														
	03.01.04.123.0003.2.019-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu												30.000,00		
	03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												50.000,00		
	03.01.04.122.0004.2.088-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos												12.000,00		
	04 - SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA														
	04.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA														
	04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												50.000,00		
	04.01.20.606.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												101.000,00		
	04.01.15.452.0009.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												40.000,00		
	04.01.15.452.0010.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												20.000,00		
	04.01.15.452.0009.2.084-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos												39.000,00		
	04.01.20.606.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												20.000,00		
	04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												100.000,00		
	05 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP.,CULT. TUR.														
	05.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP.,CULT. TUR.														
	05.01.13.392.0007.2.094-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												30.000,00		
	05.01.12.306.0007.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												40.000,00		
	05.01.12.306.0007.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												21.000,00		
	05.01.12.306.0007.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												25.000,00		
	05.01.12.364.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												33.000,00		
	05.01.12.365.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												25.000,00		
	05.01.12.361.0007.1.030-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas												9.000,00		

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

LEI Nº 1.753

LEI Nº 1.753 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2.016.

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 650.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):													
	05 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP,CULT. TUR.													
	05.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP,CULT. TUR.													
	05.01.12.361.0007.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										650.000,00			
Art. 2º -	Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):													
	02 - GABINETE DO PREFEITO													
	02.01 - GABINETE DO PREFEITO													
	02.01.04.122.0002.2.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										5.000,00			
	03 - SECRETARIA DO SISTEMA ECONOMICO													
	03.01 - SECRETARIA DO SISTEMA ECONOMICO													
	03.01.04.123.0003.2.019-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu										30.000,00			
	03.01.04.123.0003.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										50.000,00			
	03.01.04.122.0004.2.088-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos										12.000,00			
	04 - SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA													
	04.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA													
	04.01.04.122.0010.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										50.000,00			
	04.01.20.606.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										101.000,00			
	04.01.15.452.0009.2.033-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										40.000,00			
	04.01.15.452.0010.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										20.000,00			
	04.01.15.452.0009.2.084-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos										39.000,00			
	04.01.20.606.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										20.000,00			
	04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										100.000,00			
	05 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP,CULT. TUR.													
	05.01 - SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP,CULT. TUR.													
	05.01.13.392.0007.2.094-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										30.000,00			
	05.01.12.306.0007.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										40.000,00			
	05.01.12.306.0007.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										21.000,00			
	05.01.12.306.0007.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										25.000,00			
	05.01.12.364.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										33.000,00			
	05.01.12.365.0007.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										25.000,00			
	05.01.12.361.0007.1.030-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas										9.000,00			

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 29 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

LEI Nº 1.754

LEI nº 1754, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA A CRIAÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DAVID MACCARI, PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, vinculado ao Gabinete do Prefeito, o Órgão Executivo de Trânsito do Município de Morro da Fumaça – OETRAN.

Art. 2º Compete ao Órgão Executivo de Trânsito exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação para o trânsito, controle e análise de estatística, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 3º A estrutura do Órgão Executivo de Trânsito será regulamentada por meio de Regimento Interno, através de decreto municipal, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

Parágrafo Único. Cabe ao responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 4º Para a operacionalização do Órgão Executivo de Trânsito, a administração municipal proporcionará espaço apropriado que possibilite o atendimento ao público, de espaço administrativo e operacional, disponibilidade de pessoal, bem como a infra-estrutura necessária e adequada de informática.

§ 1º. Poderá a Administração Municipal, para a realização das tarefas do Órgão Executivo de Trânsito, usufruir do quadro de pessoal operacional das diversas secretarias da administração municipal.

§ 2º. Poderá o Município firmar convênio com a SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, bem como com outros órgãos e instituições integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a fiscalização e cumprimento das normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro.

CAPÍTULO II

Título I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 5º Fica criado o SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, com a finalidade de integrar-se Órgão Executivo de Trânsito do Município de Morro da Fumaça- OETRAN e ao Sistema Nacional de Trânsito; organizando-se na forma exigida pela lei 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro) e Resoluções do CONTRAN.

§ 1º. Integram o Sistema Municipal de Trânsito:

I – Órgão Executivo Rodoviário Municipal de Trânsito, em conformidade ao previsto no Artigo 21 da lei 9.503/97 (CTB);

II - Órgão Executivo de Trânsito, conforme previsto no Artigo 24 da lei 9.503/97 (CTB);

III - Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), em conformidade ao previsto pelo Artigo 16 da lei 9.503/97 (CTB);

IV - Fundo Municipal de Trânsito (FMT);

V - Conselho Municipal de Trânsito (CMT).

§ 2º. O Sistema Municipal de Trânsito observará em sua organização administrativa e funcionamento, o inciso XI do Artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil, resguardada as competências municipais previstas pela lei 9.503/97 e legislação complementar.

Título II

DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 6º O Conselho Municipal de Trânsito de Morro da Fumaça é órgão de controle social da gestão das políticas de trânsito e transporte do Município, com caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, respeitando os aspectos legais de sua competência.

Art. 7º Fica o Conselho vinculado à Secretaria do Sistema Econômico da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça.

Art. 8º São competências do Conselho Municipal de Trânsito de Morro da Fumaça:

I – integrar-se ao Órgão Executivo de Trânsito e ao Sistema Municipal de Trânsito;

II - controlar, acompanhar e avaliar a política municipal de trânsito e transporte, conforme as diretrizes a serem estabelecidas pelo Órgão Executivo de Trânsito e ao Sistema Municipal de Trânsito;

III - emitir pareceres sobre as políticas de transportes e circulação no Município;

IV - acompanhar a gestão dos serviços de transporte público municipais, auxiliando na avaliação de desempenho dos operadores do sistema

bem como dos respectivos contratos de permissão para execução e exploração dos serviços, conforme determinações da legislação e regulamentação vigentes;

V - acompanhar e fiscalizar regularmente a prestação dos serviços de transporte público coletivo e individual, bem como os serviços de táxi e demais serviços em todas as suas modalidades;

VI - convocar representantes e técnicos capacitados de órgãos da Administração Pública e/ou Privada, quando julgar necessário para discutir questões relativas ao transporte, à circulação e ao planejamento urbano, democratizando as decisões e as informações sobre as políticas públicas;

VII - constituir grupos técnicos ou comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o pleno desempenho de suas funções;

VIII - elaborar o regimento interno do Conselho, estabelecendo as normas para o seu funcionamento e das suas Comissões;

IX - participar das discussões sobre as políticas tarifárias dos serviços de transporte público municipais;

Art. 9º O Conselho Municipal de Trânsito de Morro da Fumaça será composto por 06 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, sendo no mínimo 01 (um) membro indicado pela Polícia Militar e igual número de suplente.

§ 1º Os membros representantes do poder executivo podem ser servidores municipais, munícipes ou representantes da sociedade civil organizada, sendo a escolha discricionária do chefe do poder executivo.

§2º Os membros do Conselho serão designados através de Decreto.

Art. 10 As atividades do Conselho serão coordenadas por uma Comissão Executiva composta por 03 (três) membros escolhidos entre os representantes da Administração Pública Municipal. Sendo que um assumirá a presidência do conselho, um a vice-presidência e um a relatoria. Parágrafo Único. O mandato da Comissão Executiva será de 1 (um) ano), admitido a recondução.

Art. 11 O Conselho reunir-se-á mensalmente de forma ordinária e extraordinariamente a qualquer tempo.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho, mediante justificada necessidade, ou por solicitação de metade de seus membros.

Art. 12 As reuniões do Conselho deverão ser instaladas em primeira convocação com a presença de metade mais um de seus membros.

§ 1º As reuniões terão convocação por escrito, por meio telefônico e/ou por qualquer outro meio de comunicação, com antecedência mínima de oito dias para as reuniões ordinárias e quarenta e oito horas para as extraordinárias.

§ 2º As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes.

§ 3º As deliberações das reuniões do Conselho somente terão efetividade com a presença registrada em ata de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

§ 4º Em caso de empate nas votações a decisão deve ser submetida ao responsável pela Secretaria do Sistema Econômico, órgão ao qual este conselho é vinculado.

§5º O Secretário do Sistema Econômico tem o direito de voz nas reuniões do conselho e de voto no caso especificado no parágrafo anterior.

§6º Os assuntos e deliberações das reuniões serão registrados em ata.

Art. 13 O mandato dos conselheiros será de dois anos, permitida a recondução.

§ 1º Os conselheiros que faltarem a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, sem justificativa no período de um ano, terão seus nomes encaminhados às entidades que representam para serem substituídos pelos seus respectivos suplentes.

§ 2º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, assumirá o suplente correspondente do setor representado no Conselho.

Art. 14 A Secretaria do Sistema Econômico deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento.

Art. 15. Os membros do Conselho não perceberão qualquer remuneração pelos serviços, com exceção das despesas executadas quando do cumprimento da delegação ou diligência, ou encargos previamente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III DA JARI

Art. 16 Fica instituída a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, vinculada ao Órgão Executivo de Trânsito.

Parágrafo Único. A Junta Administrativa de Recursos de Infrações terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal e apoio administrativo e financeiro do Órgão Executivo de Trânsito.

Art. 17 A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I – 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito, mediante comprovação;

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade integrado ao Sistema Nacional de Trânsito que impôs a penalidade;

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade de trânsito competente para designá-los;

§ 2º É facultada a suplência;

§ 3º É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

Art. 18 A nomeação dos membros da JARI será realizada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos.

§ 2º Cabe ao Presidente da JARI, informar o Conselho Estadual de Trânsito sempre que alterada a sua composição ou Regimento Interno.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos desta Lei são os constantes do Anexo I, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como das resoluções do CONTRAN e de deliberações do DENATRAN.

Art. 20 O Órgão Executivo de Trânsito expedirá resoluções para melhor estruturação do trânsito na esfera municipal.

Art.21 Para estudos de engenharia de tráfego e elaboração de projetos, o Órgão Executivo de Trânsito utilizará do quadro técnico da

Secretaria do Sistema de Infraestrutura, da Secretaria do Sistema Econômico e demais secretarias e/ou instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, que disponham serviços de engenharia civil e ou viária.

Art. 22 Fica instituído o cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito, utilizando um dos cargos de Diretor constante na Lei 1.284/2008.

Parágrafo único. Para o exercício do cargo descrito no caput deste artigo, a pessoa deverá ter formação em Curso Superior Seqüencial de Formação Específica em Trânsito.

Art. 23 As despesas decorrentes com a aplicação desta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 24 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 675 de 22 de Abril de 1992.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, 29 de Dezembro de 2016.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 133/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÕES DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS OFICIAIS, PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 11/01/2017 até às 13h50. Abertura envelopes: 11/01/2017 às 14h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

DECISAO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 102/2016

DECISAO Procedimento Administrativo nº 102/2016

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME

1. DOS FATOS

A Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ 05.913.862/0001-29, vencedora da Licitação nos Pregões Presenciais:

· Pregão Presencial 221/2014 – OBJETO: Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Sistema de Monitoramento Eletrônico Ostensivo 24(Vinte e Quatro) horas em Prédio do Patrimônio e Espaços Públicos do Município, estando incluso Instalações, locações de Centrais de Alarmes, Sensores, Teclados, Sirenes e Caneta Ponto Utilizados pelas Secretarias, Fundos e Fundações Municipais de Navegantes. – 1 - Serviços de Monitoramento Eletrônico de Sistemas de Alarme com vistoria de Pronta resposta Motorizada desarmada 24 horas (com utilização de caneta ponto e botons) em prédio e espaços públicos utilizados pelo Município de Navegantes. Incluso garantia de ressarcimento nos casos de FURTO/ROUBO em até 48 (Quarenta e Oito) horas. – 2 – Serviços de Postos de vigilância desarmada 24(Vinte e Quatro) horas em Prédios e Espaços Públicos Utilizados pelo Município de Navegantes, os locais serão definidos conforme a necessidade do Município.

· Pregão Presencial nº 147/2010 – OBJETO: Empresa Especializada para prestação de Serviço de Vigilância Fixa Desarmada para proteção de diversos Prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Navegantes – Serviço de Vigilância Patrimonial de 24 horas Ininterruptas (POSTOS)

Contudo, a Empresa alega em seu requerimento que vem executando os serviços de monitoramento regularmente, em seu pedido de pagamento, vem apresentar provas dos pontos dos funcionários que realizam as rondas de monitoramento, alegam ainda que desde o início das prestações de serviços do posto de vigilância 24 (vinte e quatro) horas, somente foi emitido 01 (um) Empenho (fls. 07) referente ao mês de julho de 2015, e que os demais meses estão sem emissão dos respectivos empenhos, e por consequência os deixou impossibilitados de emitirem as Notas Fiscais para as devidas cobranças.

Registram ainda que houve ainda serviços prestados de vigilância presencial, nos períodos de 16/04/2014 à 14/10/2014, solicitados pela NAVETRAN, na Praça Nossa Senhora das Graças, que não foi emitido empenho, foi realizado, e ainda não foi pago o valor de R\$ 77.724,78 (setenta e sete mil setecentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), comprovadamente, através de cópias de livros Ata de Serviços, cartão ponto de funcionários que prestaram os serviços (fls.08 e fl. 115 à 225) seguem anexo ao presente requerimento também o valor de R\$198.267,80 (cento e noventa e oito mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), na qual a empresa alega ter executado os serviços de monitoramento de vários prédios públicos da Secretaria Municipal de Educação e encontra-se com os meses de agosto de 2015 ate o mês de maio de 2016 em aberto (fls. 09 a 114 e 226 a 355).

Mediante ao alegado, fez-se necessário à abertura do presente processo administrativo para apuração das responsabilidades e o dever de pagar.

Cabe-nos frisar que constam como “Anexo” ao Processo Administrativo, as respostas emitidas pelos gestores da pasta dos serviços atestando que realmente os serviços foram devidamente executados pela empresa Minister (fls. 418 a 421).

Dessa forma, foi solicitado à Secretaria de Finanças relatórios onde constam os valores pagos, conforme relato do funcionário Sr. Lucas Elton Moreira, as notas fiscais pagas são relativas apenas ao serviço de monitoramento eletrônico (alarmes), ficando realmente sem pagamento os serviços de monitoramento com guarda desarmado (fls. 424 a 427).

Frise-se, por oportuno que, aos 07 dias do mês de junho de 2016, conforme CI nº 066/2016, encaminhada a este Departamento de Processos Administrativos (fls. 03) devidamente assinado pela Secretária de Administração e Logística Sra. Nádia Braz Bins, em decorrência do requerimento e documentações apresentados pela Empresa Minister, quanto ao saldo a receber desta Administração Pública, referente às licitações, na Modalidade - Pregão Presencial nº 147/2010 e Pregão Presencial nº 221/2014, por se tratar de serviços prestados pela Empresa dentro dos prazos legais, sem as devidas liquidações, restando valores em aberto a serem pagos à Empresa Minister no montante de R\$ 275.992,58 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos) para que fossem tomadas as providências cabíveis e necessárias.

Dessa forma, as Secretarias de Segurança e Defesa Social e Secretaria de Educação atestaram mediante as CIs de respostas (fls. 418 a 421) que os valores pleiteados pela empresa Minister são realmente devidos e que devem ser pagos por este Ente Público.

Portanto, deve-se esclarecer que o valor que ainda se encontra em aberto é o valor de R\$ 275.992,58 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos) que será representado pelas Notas Fiscais a serem emitidas pela empresa Minister após o presente processo estar devidamente assinado, haja vista, a necessidade de se fazer cumprir o que é de direito. Convém destacarmos que, a decisão administrativa é para efetuar a devida quitação de todos os débitos pendentes relativos a esta prestação de serviços referente as licitações - Pregão Presencial nº. 221/2014 e nº.147/2010, apontando as responsabilidades por possíveis prejuízos ao erário e encaminhar todo processo após pagamento para sindicância e arquivar definitivamente o processo administrativo.

1.1.1 Termo de Abertura (fl.01);

1.1.2 Juntada de Documentos de Instauração (fls. 02);

1.1.3 CI nº 066/2016 - Emitida pela Secretária de Administração – Sra. Nádia Braz Bins - datado em 07/06/2016 (fls.03);
1.1.4 Requerimento da Empresa Minister – datado em 16/06/2016 (fls.04 e 06);
1.1.5 Autorização de Fornecimento – AF nº 2572/2015 (fls. 07);
1.1.6 Autorização de Serviço (fls. 08);
1.1.7 Relatórios de Ronda, Espelho de Conferência de pagamentos, Cartão pontos demonstrados (fls.09 a 355);
1.1.8 Cópia do Contrato nº 132/2015 referente ao Pregão Presencial nº 221/2014 (fls. 356 a 362);
1.1.9 Cópia da Publicação do Contrato nº132/2015 (fls.363);
1.1.10 Cópia do Primeiro Aditivo Contrato nº 132/2015 referente ao Pregão Presencial nº 221/2014 (fls. 364 e 365);
1.1.11 Cópia da Publicação junto ao DOM – Diário Oficial dos Municípios - Contrato nº132/2015 (fls.366);
1.1.12 Cópia do Contrato nº 0007/2011 referente ao Pregão Presencial nº 147/2010 (fls. 367 a 373);
1.1.13 Cópia do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 0007/2011 do Pregão Presencial nº 147/2010 – (fls.374 a 376);
1.1.14 Cópia do Terceiro Termo Aditivo do Contrato 0007/2011 do Pregão Presencial nº 147/2010 (fls. 377 a 379);
1.1.15 Cópia da Publicação Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2011 (fls. 380 e 381);
1.1.16 Cópia do Edital de Licitação referente ao Pregão Presencial nº 147/2010 (fls. 382 a 411)
1.1.17 Cópia do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 0007/2011 do Pregão Presencial nº 147/2010 (fls.412 e 413);
1.1.18 CI nº 01/2016 emitida para a Secretaria de Segurança e Defesa Social (fls. 414 e 415)
1.1.19 CI nº 02/2016 emitida para a Secretária Municipal de Educação (fls. 416 e 417)
1.1.20 Memorando nº 012/SRJ/2016 da Secretaria de Segurança e Defesa Social em resposta a CI nº 01/2016 (fls.418 e 419);
1.1.21 Resposta à 01/2016 emitida pela Secretaria de Segurança e Defesa Social, datada em 12 de setembro de 2016 (fl. 420);
1.1.22 Resposta à CI nº 02/2016 emitida pela Secretaria Municipal de Educação, datada em 13 de setembro de 2016 (fls. 421);
1.1.23 Cópia da Portaria nº1503 de 07 de junho de 2016, instituindo Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fl. 422);
1.1.24 Cópia da Portaria 2062 de 19 de setembro de 2016, incluindo novo membro para a Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fls. 423).
1.1.25 Documento de Empenho 4974/15 (fls. 424);
1.1.26 Relatório emitido pela Secretaria de Finanças (Notas Fiscais pagas à Empresa Minister) - (fls. 425 a 427).
1.1.27 Cópia do Edital de Licitação referente ao Pregão Presencial nº 221/2014 (fls.428 a 486)

Relatados. Decidimos.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á à verificação acerca da possibilidade de pagamento, em virtude da constatação dos serviços adimplidos pela Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME e o “DEVER” de pagá-la sobre os serviços devidamente prestados/executados, e providenciar a apuração, através de Processo Administrativo, pela responsabilidade da secretaria por ato de negligência quanto ao não pagamento em tempo hábil à empresa prestadora de serviços.

Nesse sentido, insta salientar que contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (artigo 2º, Parágrafo único da Lei 8.666/1993).

De acordo com os documentos acostados aos autos (fls. 09 a 355),

observa-se que os serviços foram prestados pela Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME em tempo hábil a sua liquidação, contudo a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Secretaria de Educação “Não conseguiram efetuar a liquidação das presentes Serviços, bem como não emitiram a ordem de serviço, para posterior pagamento ao serviço solicitado pelos mesmos”, sendo assim as Notas fiscais dos valores em aberto deverão ser emitidas e liquidadas pelas secretarias para pagamento da empresa prestadora dos serviços por assim entender ser direito.

Em sendo assim, cumpre salientar que tanto a Administração quanto a empresa contratada, MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME, devem cumprir fielmente as regras contratuais. É, portanto, dever da Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas acordadas. O não cumprimento dessas disposições, total ou parcial, pode levar à rescisão do avençado, de acordo com o que reza o artigo 66 da Lei de Licitações e Contratos, que assim dispõe, in verbis:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências se sua inexecução total ou parcial.

Todavia, convém ressaltarmos que a retenção do pagamento devido ao contratado somente poderá ocorrer em caso de rescisão contratual unilateral pela Administração, por infração aos incisos I a XII e XVII do art. 78 e desde que sejam constatados prejuízos à Administração por culpa do contratado, conforme afirma Carlos Pinto Coelho Mota:

“Observe-se, um tanto obviamente que a possibilidade de retenção, embora prevista e aceitável nos casos de rescisão mencionados no art. 79, inciso I, fica adstrita às situações em que se tenha comprovado a culpa do contratado e prejuízo da administração. Não é absolutamente admitida com o contrato em vigor e a execução em pleno andamento.

Portanto, em tendo sido efetivamente prestado um serviço ou fornecido um bem ao Poder Público, este fato gera consequências jurídicas, como o pagamento a título de indenização (se for o caso) e a necessidade de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Para tanto, recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento do não cumprimento contratual, haja vista que a empresa prestadora dos serviços honrou com suas obrigações, conforme observa-se as (fls. 09 a 355), apresentando os cartões pontos dos funcionários a época dos serviços prestados bem como a devida confirmação das secretarias solicitantes através de seus gestores da pasta às (fls. 418 a 421)., o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa e gera enriquecimento sem causa por parte da administração.

Analisando toda a documentação acostada, considerando que as secretarias responsáveis, estão atestando que a empresa Minister executou fielmente os serviços solicitados, há de considerar que a inércia ou desídia administrativa que resultou na não realização dos pagamentos em aberto em tempo hábil, ainda em vigência não podendo servir de argumento ao descumprimento de obrigação que inegavelmente cabe ao município, devendo este apurar em processo interno próprio, quem deu causa à omissão e aplicar as penalidades legais.

De todo o modo, depois de reconhecida a dívida positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante à emissão do competente empenho, com a consequente liquidação e pagamento, o qual terá natureza indenizatória, sob

pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito em detrimento de outrem.

2. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Secretaria Municipal de Educação, através das CI's de resposta as (fls.418 a 421), que a Empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME, executou todos os serviços solicitados em tempo hábil, trabalhos atinentes às licitações na modalidade Pregão Presencial, nº. 147/2010 - OBJETO: Empresa Especializada para prestação de Serviço de Vigilância Fixa Desarmada para proteção de diversos Prédios públicos pertencentes a Prefeitura Municipal de Navegantes – Serviço de Vigilância Patrimonial de 24 horas Ininterruptas (POSTOS) e Pregão Presencial 221/2014 OBJETO: Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Sistema de Monitoramento Eletrônico Ostensivo 24(Vinte e Quatro) horas em Prédio do Patrimônio e Espaços Públicos do Município, estando incluso Instalações, locações de Centrais de Alarmes, Sensores, Teclados, Sirenes e Caneta Ponto Utilizados pelas Secretarias, Fundos e Fundações Municipais de Navegantes. – 1 - Serviços de Monitoramento Eletrônico de Sistemas de Alarme com vistoria de Pronta resposta Motorizada desarmada 24 horas (com utilização de caneta ponto e botons) em prédio e espaços públicos utilizados pelo Município de Navegantes. Incluso garantia de ressarcimento nos casos de FURTO/ROUBO em até 48 (Quarenta e Oito) horas. – 2 – Serviços de Postos de vigilância desarmada 24(Vinte e Quatro) horas em Prédios e Espaços Públicos Utilizados pelo Município de Navegantes, os locais serão definidos conforme a necessidade do Município.

2.2 Contudo, as Secretarias Municipais de Segurança e Defesa Social e Secretaria Municipal de Educação, não liquidaram os serviços solicitados, impossibilitando assim o pagamento dentro do prazo contratual previsto. Porém, não pode esta Administração gerar prejuízo físico – financeiro a empresa no que tange a pagar o que lhe é devido. Devendo para tanto, ser apurada tal responsabilidade pela falta de comprometimento quanto ao pagamento ter sido feito no período compreendido a sua execução, através de processo de Sindicância.

2.3 Com fundamento no alegado pelas Secretarias de Segurança e Defesa Social e Secretaria Municipal de Educação às (fls.418 a 421), tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público com base na Legislação Vigente da Lei 8.666/93, e Contratos firmados com a Licitante, entende esta Comissão que é dever pagar a Empresa sobre os Serviços prestados e devidamente executados e providenciar a apuração através de Processo Administrativo de Sindicância, a responsabilidade das Secretarias por ato de negligência quanto a não realização dos pagamentos em tempo hábil a sua execução.

2.4 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, SOMOS FAVORAVEIS ao pagamento pelos serviços executados pela empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA - ME, conforme licitações na Modalidade Pregão Presencial de nºs : 147/2010 e 221/2014 firmado com esta Administração Pública, as Notas fiscais do saldo executado e não liquidado referente aos serviços executados no valor de R\$ 275.992,58 (duzentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos) , que segue anexo referenciado às (fls.04 a 06) acostado aos autos no requerimento da empresa e devidamente atestado pelas Secretarias de Segurança e defesa Social e Secretaria de Educação cito às (fls. 418 a 421).

2.5 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue

após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento Financeiro e Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis, não podendo esta Administração causar prejuízo à Empresa prestadora dos serviços, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas, que deverá ser pago, não podendo o Município furtar-se à obrigação de pagar o valor correspondente, sob pena de configurar enriquecimento sem causa.

2.6 Cabe-nos frisarmos que, poderia a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor, se fosse o caso. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

2.7 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do saldo pendente no valor acima descrito, relativa à prestação de serviços, julgando PROCEDENTE o pedido formulado pela Empresa MINISTER do PA nº 102/2016. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 23 de setembro de 2016.

Anna Claudia Gaya Costa

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio

Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão

Antonio Augusto da Silva

Membro da Comissão

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito de Navegantes

NADIA BRAZ BINS

Secretária de Administração e Logística

DECISAO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 104/2016

DECISAO Procedimento Administrativo nº 104/2016

EMPRESA BELGA EMPREITEIRA LTDA.

CNPJ: 81.537.672/0001-32

1. DOS FATOS

A Empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA, inscrita no CNPJ 81.537.672/0001-32, vencedora da Licitação no Pregão Presencial 71/2012, assim descrito:

· OBJETO: Concorrência Pública visando a pavimentação com lajotas em concreto e drenagem pluvial das ruas: Osvaldo José Reiser, Zózimo Andrade, Antonio Inácio, Olindo José Bernardes, Senador Carlos G. de Oliveira, Curt S. V. Hertwing, Prefeito Francisco de Almeida, Engenheiro Paulo Werner, José Menescal do Monte, Egídio Narciso, Juventino Linhares, José Eugenio Muller, Bernardino Antonio Narciso, Alfredo José Rebello e Prefeito José Juvenal Mafra, todas localizadas no Bairro Meia Praia, município de Navegantes/SC conforme contrato de financiamento do Programa Pró-transporte (Pac 2) – Contrato Nº 0349433-01/2011.

A Empresa alega em seu requerimento datado dia 16 de Agosto de 2016 que executou os serviços dentro do prazo legal relativo ao contrato 090/2012, em seu pedido de pagamento apresenta planilha com especificações dos trabalhos conclusos, todos segundo a empresa, autorizados pelo engenheiro responsável pela obra Sr. José Fernando Vieira, alegam ainda que, resta o valor de R\$96.743,65 (Noventa e seis Mil, Setecentos e quarenta e três

Reais com sessenta e cinco centavos) a ser pago por este ente Público, por haver serviços adicionais devidamente autorizados, executados no lote 14 do contrato supracitado (fls. 05 e 06).

Mediante ao alegado, fez-se necessário à abertura do presente processo administrativo para apuração das responsabilidades e o dever de pagar.

Cabe-nos frisar que constam como "Provas" junto ao Processo Administrativo, a resposta emitida pelo gestor da pasta Sr. Jonas de Souza e o Engenheiro responsável pela obra Sr. José Fernando Vieira, dos serviços executados pela empresa, atestando que realmente os serviços foram devidamente executados pela empresa como segue *ipsis literis* do ofício 049/2016 encaminhado pela Secretaria de Obras:

Os serviços do contrato supracitado, foram executados conforme o projeto inicial, todavia, os acréscimos de serviços incorporados ao contrato, ocorreu em virtude de mudanças na execução de tubulação, estas responsáveis pelo escoamento das águas da chuva até os pontos de lançamento.

O motivo pelas mudanças na execução da obra deve-se ao fato de que no projeto inicial foi previsto a construção de galerias para a coleta de águas pluviais sob o passeio público, todavia, na época da elaboração do projeto não era sabido que no local da execução das galerias, há a presença de uma rede de energia elétrica, dificultando a instalação das galerias.

Desta forma, para manter o serviço projetado houve a necessidade de deslocamento das galerias para a pista de rolamento da Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, ocasionando serviços que não constavam no projeto e no contrato inicial, sendo estes:

1. Retirada do pavimento antigo e posterior recolocação dos mesmos. (Trecho de 230 metros)
2. Aumento na quantidade de tubulação de Ø 60 Cm e de Ø 80 Cm, por ocasião do deslocamento da rede de drenagem pluvial.
3. Demolição de passeio público, cortes e retiradas de árvores existentes em algumas Ruas, serviços estes que não se encontravam no projeto inicial, bem como os equipamentos, tipo motosserra e rompedores elétricos para executar/facilitar os serviços.

A Empresa à pedido da administração da Secretaria de Obras e Serviços Municipais com o objetivo de agilizar a conclusão da obra, executou os serviços projetados mais os acréscimos, porém, como não foi efetuado a solicitação de acréscimo de serviços, não ocorreu o pagamento destes serviços à Empresa, sendo que, somente depois do término do contrato foi constatado pela Empresa a pendência de valores referente estes serviços, o que já não foi mais possível efetuar a solicitação de acréscimo e o seu devido pagamento.

Assim, aceitamos o ressarcimento no valor de R\$ 96.743,65, conforme o pedido da Empresa e para mais detalhes segue em anexo o Relatório Fotográfico mostrando alguns locais onde constava as árvores e calçadas antigas no passeio público em que houve a necessidade de remoção e ainda o projeto "AS Built" dos serviços de drenagem pluvial.

Dessa forma, a Secretaria de Obras atesta mediante ao Ofício 049/2016 de resposta e demais documentação anexa (fls. 05 a 12) que os valores pleiteados pela empresa Belga são realmente devidos e que devem ser pagos por este Ente Público.

Portanto, deve-se esclarecer que o valor que ainda se encontra em aberto é o valor de R\$96.743,65 (Noventa e seis Mil, Setecentos e quarenta e três Reais com sessenta e cinco centavos) que será representado pelas Notas Fiscais a serem emitidas pela empresa

Belga após o presente processo estar devidamente assinado, haja vista, a necessidade de se fazer cumprir o que é de direito.

Convém destacarmos que, a decisão administrativa é para efetuar a devida quitação de todos os débitos pendentes relativos a esta prestação de serviços referente ao Contrato nº. 090/2012, apontando as responsabilidades por possíveis prejuízos ao erário e encaminhar todo processo após pagamento para sindicância e arquivar definitivamente o processo administrativo.

1.1.1 Termo de Abertura (fl.01);

1.1.2 Requerimento da Empresa Belga – datado em 16/08/2016 (fls. 02);

1.1.3 Documento de Acréscimo de Serviços relativo ao Contrato PMN 090/2012, emitido pela Secretaria de Obras (fls.03);

1.1.4 CI nº 01/2016 emitida pela Encarregada dos Processos Administrativos, endereçada ao Secretário de Obras, Sr. Jonas de Souza (fls. 04);

1.1.5 Ofício 049/2016 da Secretaria de Obras e demais documentos comprobatórios relativos à justificação do acréscimo (fls. 05 a 12);

1.1.6 Cópia do Contrato nº 090/2012 referente a Concorrência nº 71/2012 (fls. 13 a 23);

1.1.7 Cópia da Publicação do Contrato nº090/2012 (fls.24 e 25);

1.1.8 Cópia do Primeiro Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls. 26 e 27);

1.1.9 Cópia do Segundo Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls. 28 e 29);

1.1.10 Cópia do Terceiro Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls.30 e 31);

1.1.11 Cópia do Quarto Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls. 32 e 33);

1.1.12 Cópia do Quinto Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls. 34 e 35);

1.1.13 Cópia do Sexto Aditivo Contrato nº 090/2012 referente ao Pregão Presencial nº 71/2012 (fls. 36 e 37);

1.1.14 Cópia da Portaria nº1503 de 07 de junho de 2016, instituindo Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fl. 38);

1.1.15 Cópia da Portaria 2062 de 19 de setembro de 2016, incluindo novo membro para a Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fls. 39).

Relatados. Decidimos.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á à verificação acerca da possibilidade de pagamento, em virtude da constatação dos serviços adimplidos pela Empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA e o "DEVER" de pagá-la sobre os serviços devidamente prestados/executados, e providenciar a apuração, através de Processo Administrativo, pela responsabilidade da secretaria por ato de negligência quanto ao não pagamento em tempo hábil à empresa prestadora de serviços.

Nesse sentido, insta salientar que contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (artigo 2º, Parágrafo único da Lei 8.666/1993).

De acordo com os documentos acostados aos autos (fls. 05 a 12), observa-se que os serviços foram prestados pela Empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA em tempo hábil a sua liquidação, contudo a Secretaria Municipal de Obras alega "A Empresa à pedido da administração da Secretaria de Obras e Serviços Municipais com o objetivo de agilizar a conclusão da obra, executou os serviços projetados mais os acréscimos, porém, como não foi efetuado a solicitação de acréscimo de serviços, não ocorreu o pagamento

destes serviços à Empresa, sendo que, somente depois do término do contrato foi constatado pela Empresa a pendência de valores referente estes serviços, o que já não foi mais possível efetuar a solicitação de acréscimo e o seu devido pagamento.", sendo assim as Notas fiscais dos valores em aberto deverão ser emitidas e liquidadas pela secretaria para pagamento da empresa prestadora dos serviços por assim entender ser direito.

Em sendo assim, cumpre salientar que tanto a Administração quanto a empresa contratada, BELGA EMPREITEIRA LTDA, devem cumprir fielmente as regras contratuais. É, portanto, dever da Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas acordadas. O não cumprimento dessas disposições, total ou parcial, pode levar à rescisão do avençado, de acordo com o que reza o artigo 66 da Lei de Licitações e Contratos, que assim dispõe, in verbis:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências se sua inexecução total ou parcial.

Todavia, convém ressaltarmos que a retenção do pagamento devido ao contratado somente poderá ocorrer em caso de rescisão contratual unilateral pela Administração, por infração aos incisos I a XII e XVII do art. 78 e desde que sejam constatados prejuízos à Administração por culpa do contratado, conforme afirma Carlos Pinto Coelho Mota:

"Observe-se, um tanto obviamente que a possibilidade de retenção, embora prevista e aceitável nos casos de rescisão mencionados no art. 79, inciso I, fica adstrita às situações em que se tenha comprovado a culpa do contratado e prejuízo da administração. Não é absolutamente admitida com o contrato em vigor e a execução em pleno andamento.

Portanto, em tendo sido efetivamente prestado um serviço ou fornecido um bem ao Poder Público, este fato gera consequências jurídicas, como o pagamento a título de indenização (se for o caso) e a necessidade de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Para tanto, recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento do não cumprimento contratual, haja vista que a empresa prestadora dos serviços honrou com suas obrigações, conforme observa-se as (fls. 05 a 12), apresentando a Secretaria de Obras através de seu gestor e engenheiro responsável pela obra, a documentação comprobatória que atesta a execução do serviço prestado (fls. 05 a 12)., o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa e gera enriquecimento sem causa por parte da administração.

Analisando toda a documentação acostada, considerando que a secretaria responsável, atesta que a empresa Belga executou fielmente os serviços solicitados, há de considerar que a inércia ou desídia administrativa que resultou na não realização dos pagamentos em aberto em tempo hábil, ainda em vigência não podendo servir de argumento ao descumprimento de obrigação que inegavelmente cabe ao município, devendo este apurar em processo interno próprio, quem deu causa à omissão e aplicar as penalidades legais.

De todo o modo, depois de reconhecida a dívida positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante à emissão do competente empenho, com a consequente liquidação e pagamento, o qual terá natureza indenizatória, sob pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito em detrimento

de outrem.

2. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria Municipal de Obras por meio de Ofício 049/2016 de resposta as (fls.05 a 12), que a Empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA, executou todos os serviços solicitados em tempo hábil, trabalhos atinentes às licitações na modalidade Pregão Presencial, nº. 71/2012 - OBJETO: Concorrência Pública visando a pavimentação com lajotas em concreto e drenagem pluvial das ruas: Osvaldo José Reiser, Zózimo Andrade, Antonio Inácio, Olindo José Bernardes, Senador Carlos G. de Oliveira, Curt S. V. Hertwing, Prefeito Francisco de Almeida, Engenheiro Paulo Werner, José Menescal do Monte, Egídio Narciso, Juventino Linhares, José Eugenio Muller, Bernardino Antonio Narciso, Alfredo José Rebello e Prefeito José Juvenal Mafrá, todas localizadas no Bairro Meia Praia, município de Navegantes/SC conforme contrato de financiamento do Programa Pró-transporte (Pac 2) – Contrato Nº 0349433-01/2011.

2.2 Contudo, a Secretaria Municipal de Obras, não solicitou o acréscimo de serviços dentro dos parâmetros legais, e assim de maneira informal solicitou os serviços pela urgência dos mesmos, impossibilitando assim o pagamento dentro do prazo contratual previsto. Porém, não pode esta Administração gerar prejuízo físico – financeiro a empresa no que tange a pagar o que lhe é devido. Devendo para tanto, ser apurada tal responsabilidade pela falta de comprometimento quanto ao pagamento ter sido feito no período compreendido a sua execução, através de processo de Sindicância.

2.3 Com fundamento no alegado pela Secretaria de Obras cito às fls.05 a 12, tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público com base na Legislação Vigente da Lei 8.666/93, e Contratos firmados com a Licitante, entende esta Comissão que é dever pagar a Empresa sobre os Serviços prestados e devidamente executados e providenciar a apuração através de Processo Administrativo de Sindicância, a responsabilidade das Secretarias por ato de negligência quanto a não realização dos pagamentos em tempo hábil a sua execução.

2.4 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, SOMOS FAVORÁVEIS ao pagamento pelos serviços executados pela empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA, conforme licitações na Modalidade Pregão Presencial de nº: 71/2012 firmado com esta Administração Pública, do saldo executado e não liquidado referente aos serviços executados no valor de R\$96.743,65 (Noventa e seis Mil, Setecentos e quarenta e três Reais com sessenta e cinco centavos), que segue anexo referenciado às fls 02 acostado aos autos no requerimento da empresa e devidamente atestado pela Secretaria Obras cito às fls. 05 a 12.

2.5 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento Financeiro e Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis, não podendo esta Administração causar prejuízo à Empresa prestadora dos serviços, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas, que deverá ser pago, não podendo o Município furtar-se à obrigação de pagar o valor correspondente, sob pena de configurar enriquecimento sem causa.

2.6 Cabe-nos frisar que, poderia a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor, se fosse o caso. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade,

insculpido na Carta Magna.

2.7 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do saldo pendente no valor acima descrito, relativa à prestação de serviços, julgando PROCEDENTE o pedido formulado pela Empresa BELGA EMPREITEIRA LTDA do PA nº 104/2016.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 19 de Dezembro de 2016.

Anna Claudia Gaya Costa

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio

Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão

Antonio Augusto da Silva

Membro da Comissão

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito de Navegantes

NADIA BRAZ BINS

Secretária de Administração e Logística

DECISAO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 109/2016

DECISAO Procedimento Administrativo nº 109/2016

EMPRESA BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

CNPJ: 81.537.672/0001-32

1. DOS FATOS

A Empresa BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ 81.537.672/0001-32, vencedora da Licitação na Tomada de Preço FME nº 05/2013 – Contrato nº 030/2014:

· Tomada de Preço 005/2013 – OBJETO: Contratação de Empresa para execução da obra de Construção de Ginásio Poliesportivo, localizado na Rua Manoel Evaldo Muller – Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, conforme Convênio SDR 17.3497 – 2013.

A Empresa solicita em seu requerimento cito às fls 02, o pagamento de saldo contratual relativo ao contrato PMN 030/2014 no valor R\$ 73.406,27 (Setenta e três mil, quatrocentos e seis Reais e vinte e sete centavos), assim como aditivo nº 066/2016 atestado por laudos emitidos pelo Engenheiro responsável pela obra, Sr. Marcio Butzke, que autoriza aditivo valorado em R\$ 100.787,50 (Cem mil, setecentos e oitenta e sete Reais e cinquenta centavos) totalizando assim R\$ 174.194,07 (Cento e setenta e quatro mil, cento e noventa e quatro Reais e sete centavos).

Mediante ao alegado, fez-se necessário à abertura do presente processo administrativo para apuração das responsabilidades e o dever de pagar.

Cabe-nos frisar que constam como “Anexo” ao Processo Administrativo laudos, medições e resposta à CI encaminhada por este departamento de processo administrativo à Secretaria de Planejamento Urbano, emitida pelo Engenheiro responsável pela obra Sr. Marcio Butzke, atestando que realmente os serviços foram devidamente executados pela empresa Belga (fls 108), abaixo resposta constante do Ofício 054/2016 em *ipsis litteris*.

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, em resposta ao Procedimento Administrativo nº 109/2016 solicitando

informações referentes ao Contrato nº 030/2014 da empresa Belga Construções e Incorporações Ltda., informar que a empresa foi a vencedora da licitação Tomada de Preço nº 005/2013 de Construção de Quadra Poliesportiva Coberta sob o regime de execução por empreitada por preço global.

O descumprimento por parte desta Administração Pública quanto ao pagamento dos serviços executados e não liquidados deve-se ao fato do contrato supracitado com a empresa estar com o seu prazo vencido e não ter sido feito o seu aditamento de prazo contratual.

Cabe informar que todos os serviços referentes ao saldo do contrato foram executados e a obra está entregue ao Município, tendo inclusive a sua inauguração já realizada.

Em anexo segue medição de valores do saldo do contrato e medição do aditivo de valores e supressão a pagar.

Salientando que, a Fundação Municipal de Esportes na pessoa de seu superintendente Sr. Gerson Ademir Fagundes, por meio da Solicitação de Contratação de Obra nº 66/2016 (fls 03 a 05) apresenta pedido de Aditivo de acréscimo e de supressão de valores, que embasa sua solicitação datada dia 29 de Agosto de 2016, que em seu teor justifica, cito às fls., os valores pleiteados pela empresa Belga, que devem ser pagos por este Ente Público.

Destacável ainda, a Comunicação Interna Nº 245 do Gabinete do Ilmo. Sr. Prefeito Roberto Carlos de Souza que traz Autorização de despesa como assunto da CI, cito à fls 06.

Portanto, deve-se esclarecer que o valor que ainda se encontra em aberto para pagamento é o valor de R\$ 174.194,07 (Cento e setenta e quatro mil, cento e noventa e quatro Reais e sete centavos) que será representado pelas Notas Fiscais a serem emitidas pela empresa Belga após o presente processo estar devidamente assinado, haja vista, a necessidade de se fazer cumprir o que é de direito.

Convém destacarmos que, a decisão administrativa é para efetuar a devida quitação de todos os débitos pendentes relativos a esta prestação de serviços referente a Tomada de Preços nº. 005/2013 – Contrato nº 030/2014 e o Aditivo 66/2016, apontando as responsabilidades por possíveis prejuízos ao erário e encaminhar todo processo após pagamento para sindicância e arquivar definitivamente o processo administrativo.

1.1.1 Termo de Abertura (fl.01);

1.1.2 Requerimento da Empresa Belga – datado em 18/10/2016 (fls.02);

1.1.3 Solicitação de Contratação de Obra nº 066/2016 Aditivo de Acréscimo (fls.03);

1.1.4 Justificativa à Solicitação de Contratação de Obra nº 066/2016 Aditivo de Acréscimo (fls. 04 e 05);

1.1.5 Comunicação Interna nº245/2016 Gabinete Prefeito Autorização de despesa (fls. 06);

1.1.6 Relatório de vistoria de obra (fls.07 e 08);

1.1.7 Documento de Solicitação de deferimento e formalização de aditivo Belga (fls. 09);

1.1.8 Termo de Concordância Com aditivo 066/2016 (fls.10 a 12);

1.1.9 Certidões arrolados pela Empresa Belga (fls. 13 a 20);

1.1.10 Justificativa técnica Marcio Butzke (fls.21 e 22);

1.1.11 Requerimento e Solicitação de reajuste do contrato 030/2014 (fls. 23 a 27);

1.1.12 Boletim de medição Marcio Butzke (fls.28 a 34);

1.1.13 Relatório de Vistoria Fotográfico Marcio Butzke (fls. 35 a 49);

1.1.14 Cópia De Autorização de Fornecimento nº 054/2016 (fls. 50);

1.1.15 Certidões Empresa Belga (fls. 51 a 56)

1.1.16 Cópia do Contrato PMN – nº030/2014 – Tomada de Preços FME nº 005/2013 e Cópia Publicação no DOM (fls.57 a 74);

1.1.17 Cópia Termo de Homologação e Adjudicação de Processo

Licitatório (fls. 75 a 81)

1.1.18 Cópia De Autorização de Fornecimento nºs 044 e 45/2014 (fls. 82 a 97);

1.1.19 Cópia De Autorização de Fornecimento nº 068/2014 (fls. 98 a 101);

1.1.20 Cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica nº5105218 – 0 (fls.102);

1.1.21 Cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica nº5107578 – 7 (fls.103);

1.1.22 Cópia De Ordem de Serviço Autorizando o início dos serviços licitados no Processo Tomada de Preço FME nº 005/2014 (fls. 104);

1.1.23 Cópia de Boletim de medição (fls. 105 e 106);

1.1.24 Comunicação Interna Expedida à Secretaria de Planejamento Urbano (fls 107)

1.1.25 Ofício nº 054/2016 engenheiro Márcio Butzke (fls. 108);

1.1.26 Boletim de medição – Aditivo (fls 109);

1.1.27 Boletim de medição (fls 110 a 118);

1.1.28 Cópia da Portaria 1503 de 07 de Junho de 2016 instituindo a Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fls. 119);

1.1.29 Cópia da Portaria 2062 de 19 de setembro de 2016, incluindo novo membro para a Comissão de Apuração de Inexecução Contratual (fls. 120).

Relatados. Decidimos.

1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á à verificação acerca da possibilidade de pagamento, em virtude da constatação dos serviços adimplidos pela Empresa BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA e o “DEVER” de pagá-la sobre os serviços devidamente prestados/executados, e providenciar a apuração, através de Processo Administrativo, pela responsabilidade da Fundação Municipal de Esportes por ato de negligência quanto ao não pagamento à empresa prestadora de serviços, pelo fato de, mesmo em face do vencimento do prazo contratual acordado, não solicitou, em tempo hábil, aditamento de prazo

Nesse sentido, insta salientar que contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada (artigo 2º, Parágrafo único da Lei 8.666/1993).

De acordo com os documentos acostados aos autos (fls.), observa-se que os serviços foram prestados pela Empresa BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA em tempo hábil a sua liquidação, contudo a Fundação Municipal de Esportes Não efetuou a liquidação dos presentes Serviços, para posterior pagamento ao serviço solicitado pelos mesmos, sendo assim as Notas fiscais dos valores em aberto deverão ser emitidas e liquidadas pelas secretarias para pagamento da empresa prestadora dos serviços por assim entender ser direito.

Em sendo assim, cumpre salientar que tanto a Administração quanto a empresa contratada, BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, devem cumprir fielmente as regras contratuais. É, portanto, dever de a Administração acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, para verificar o cumprimento das disposições técnicas e administrativas acordadas. O não cumprimento dessas disposições, total ou parcial, pode levar à rescisão do avençado, de acordo com o que reza o artigo 66 da Lei de Licitações e Contratos, que assim dispõe, in verbis:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências se sua inexecução total ou parcial.

Todavia, convém ressaltarmos que a retenção do pagamento devido ao contratado somente poderá ocorrer em caso de rescisão contratual unilateral pela Administração, por infração aos incisos I a XII e XVII do art. 78 e desde que sejam constatados prejuízos à Administração por culpa do contratado, conforme afirma Carlos Pinto Coelho Mota:

“Observe-se, um tanto obviamente que a possibilidade de retenção, embora prevista e aceitável nos casos de rescisão mencionados no art. 79, inciso I, fica adstrita às situações em que se tenha comprovado a culpa do contratado e prejuízo da administração. Não é absolutamente admitida com o contrato em vigor e a execução em pleno andamento.

Portanto, em tendo sido efetivamente prestado um serviço ou fornecido um bem ao Poder Público, este fato gera consequências jurídicas, como o pagamento a título de indenização (se for o caso) e a necessidade de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Para tanto, recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento do não cumprimento contratual, haja vista que a empresa prestadora dos serviços honrou com suas obrigações, conforme observa-se com a devida confirmação do Engenheiro responsável pela obra (fls. 108 a 118), o que configura violação ao princípio da moralidade administrativa e gera enriquecimento sem causa por parte da administração.

Analisando toda a documentação acostada, considerando que o Engenheiro responsável obra atesta que a empresa executou fielmente os serviços solicitados, há de considerar que a inércia ou desídia administrativa que resultou na não realização dos pagamentos em aberto em tempo hábil, ainda em vigência, não podendo servir de argumento ao descumprimento de obrigação que negavelmente cabe ao município, devendo este apurar em processo interno próprio, quem deu causa à omissão e aplicar as penalidades legais.

De todo o modo, depois de reconhecida a dívida positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante à emissão do competente empenho, com a consequente liquidação e pagamento, o qual terá natureza indenizatória, sob pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito em detrimento de outrem.

2. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pelo Engenheiro responsável pela obra, através das CI de resposta cito as fls., que a Empresa BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, executou todos os serviços solicitados em tempo hábil, trabalhos atinentes às licitações na modalidade Processo de Tomada de Preços, nº. 005/2013 - OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Construção de Ginásio Poliesportivo, localizado na Rua Manoel Evaldo Muller - Bairro Machados, Município de Navegantes / SC, conforme Convênio SDR 17.3497 - 2013.

2.2 Contudo, a Fundação Municipal de Esportes, não liquidou os serviços solicitados, impossibilitando assim o pagamento dentro do prazo contratual previsto. Porém, não pode esta Administração gerar prejuízo físico – financeiro a empresa no que tange a pagar o que lhe é devido. Devendo para tanto, ser apurada tal responsabilidade pela falta de comprometimento quanto ao pagamento ter sido feito no período compreendido a sua execução, através de

processo de Sindicância.

2.3 Com fundamento no alegado pelo Engenheiro responsável pela obra, Sr. Marcio Butzke às (fls. 108 a 118), tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público com base na Legislação Vigente da Lei 8.666/93, e Contratos firmados com a Licitante, entende esta Comissão que é dever pagar a Empresa sobre os Serviços prestados e devidamente executados e providenciar a apuração através de Processo Administrativo de Sindicância, a responsabilidade das Fundação Municipal de Esportes por ato de negligência quanto a não realização dos pagamentos em tempo hábil a sua execução.

2.4 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, SOMOS FAVORÁVEIS ao pagamento pelos serviços executados pela empresa BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, conforme Processo de Tomada de Preços nº: 005/2013 e Contrato 030/2014 firmado com esta Administração Pública que como valor residual tem devido R\$ 73.406,27 (Setenta e três mil, quatrocentos e seis Reais e vinte e sete centavos), assim como aditivo de acréscimo nº 066/2016 atestado por laudos emitidos pelo Engenheiro responsável pela obra, Sr. Marcio Butzke, que resta valorado em R\$ 100.787,50 (Cem mil, setecentos e oitenta e sete Reais e cinquenta centavos) totalizando assim R\$ 174.194,07 (Cento e setenta e quatro mil, cento e noventa e quatro Reais e sete centavos), que seguem anexo referenciado às fls. acostados aos autos no requerimento da empresa e devidamente atestado pelo Engenheiro responsável pela obra cito às (fls. 108 a 118).

2.5 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento Financeiro e Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis, não podendo esta Administração causar prejuízo à Empresa prestadora dos serviços, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas, que deverá ser pago, não podendo o Município furtar-se à obrigação de pagar o valor correspondente, sob pena de configurar enriquecimento sem causa.

2.6 Cabe-nos frisarmos que, poderia a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor, se fosse o caso. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

2.7 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do saldo pendente no valor acima descrito, relativa à prestação de serviços, julgando PROCEDENTE o pedido formulado pela Empresa BELGA – CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA do PA nº 109/2016.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 23 de Dezembro de 2016.

Anna Claudia Gaya Costa

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio
Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto
Membro da Comissão

Antonio Augusto da Silva
Membro da Comissão

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

NADIA BRAZ BINS
Secretária de Administração e Logística

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 144/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 144/2016

Processo: DL 144/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE DECKS DE 10 RAMPAS E LIXEIRAS, DESTINADA A RECONSTRUÇÃO DO DESASTRE DE RESSACA DA PRAIA NO BARRIO DE GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVES DA SECRETARIA DE OBRAS.

Contratado: ANDIARALU RUBIA MATEUS ME

CNPJ: 11.303.570/0001-77.

Valor: R\$ 29.500,00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 29 de dezembro de 2016.

DISTRATO CONTRATO Nº 259/2016.

DISTRATO CONTRATO Nº. 259/2016.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Processo de alienação de imóvel nº 117/2016 DL.

Objetivo: DISTRATO AO CONTRATO Nº 259/2016, REFERENTE À ALIENAÇÃO DE IMÓVEL, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 82 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E ARTIGO 17 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, CONFORME AUTORIZAÇÃO ATRAVÉS DA LEI Nº 3120 DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito do Município

Navegantes, 29 de dezembro de 2016.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº 139/2016

Inexigibilidade PMN Nº 139/2016

Processo: IL139/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A BANDA INCANDESCENTE, A SER REALIZADO NO DIA 01 DE JANEIRO DE 2017 NA PRAÇA CENTRAL DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO PROJETO VERÃO 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa: DIRCEU ANACLETO

CNPJ: 22.706.585/0001-00

Valor: R\$ 4.000,00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 28 de dezembro de 2016.

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PL FMS Nº 008/16 PR Nº 007/16 SRP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 007/2016 – que tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, EM TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE – PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital. Que na data de sua realização: Dia 29/12/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME (163), I. BENATO DOS SANTOS LABORATÓRIO DE PROTESE DENTAR (1561), DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429). Sendo que a empresa DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429), foi vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04, com valor global de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial FMS Nº 007/2016.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Dezembro de 2016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 004/2016

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016**

Número do Registro de Preços: 4/2016			Data do Registro: 29/12/2016		Válido até: 29/12/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, EM TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Prestação de Serviço de Confeção de Prótese Dentária Total, superior, devendo conter base de prova em acrílico, plano de cera, dentes produzidos em resina coslinked de alta densidade, resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico.	SV	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429)	VIP/	0	101,3793	1
			ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME (163)		0	105,2000	2
			I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR (1561)	VIP/	0	113,5474	3
2	Prestação de Serviço de Confeção de Prótese Dentária Total, inferior, devendo conter base de prova em acrílico, plano de cera, dentes produzidos em resina coslinked de alta densidade, resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico.	SV	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429)	VIP/	0	101,3793	1
			ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME (163)		0	105,2000	2
			I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR (1561)	VIP/	0	113,5474	3
3	Prestação de Serviço de Confeção de Prótese Dentária Parcial Removível (PPR), superior, contendo armação metálica simples, base de prova, acrilagem com dente de resina acrílica coslinked de alta densidade resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor, com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico	SV	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429)	VIP/IDEGUSS	0	143,6207	1
			ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME (163)		0	144,8000	2
			I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR (1561)	VIP/	0	156,4526	3
4	Prestação de Serviço de Confeção de Prótese Dentária Parcial Removível (PPR), inferior, contendo armação metálica simples, base de prova, acrilagem com dente de resina acrílica coslinked de alta densidade resistente a força mastigatória e com estabilidade de cor, com anatomia semelhante ao dente natural, resistente a solubilidade e com tratamento térmico	SV	DAL POSSO & SAUER LTDA - ME (3429)	VIP/IDEGUSS	0	143,6207	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 29/12/2016		Válido até: 29/12/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, EM TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME (163)		0	144.8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 29/12/2016		Válido até: 29/12/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE PROTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, EM TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR (1561)	VIPI	0	156.4526	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 29/12/2016		Válido até: 29/12/2017			
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO À PACIENTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, EM TRATAMENTO ODONTOLÓGICO NA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016
PROCESSO Nº 8/2016
(163) - ALEXANDRE SILVESTRI ECKER - ME
(1561) - I. BENATO DOS SANTOS LABORATORIO DE PROTESE DENTAR
(3429) - DAL POSSO & SAUER LTDA - ME

Novo Horizonte, 29 de Dezembro de 2016.

Paial

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL MÊS 12/2016 PREF.

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : 2ªTA ctr 42/2016 - Contrato Nº: 42/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME Valor : 13.388,31 (treze mil trezentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos) Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 11/01/2017 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016 Recursos : Dotação: 1.024.4.4.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 29.583,12 Objeto : Contratação de empresa do ramo de Engenharia e/ou Construção Civil para a execução de obra de reforma do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paial/SC, conforme projeto básico constante no anexo "E" deste Edital.	
Paial, 29 de Dezembro de 2016	

Aditivo Nº : 1TA ctr52/2016 - Contrato Nº: 52/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: R 9 CONSTRUTORA LTDA - ME Valor : 15.460,57 (quinze mil quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos) Vigência : Início: 29/12/2016 Término: 14/01/2017 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016 Recursos : Dotação: 1.021.4.4.90.00.00.00.00 (119) Saldo: 7.454,81 Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de conclusão da edificação em pré moldado na área industrial, 2ª Etapa.	
Paial, 29 de Dezembro de 2016	

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.085, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.085, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA E HOMOLOGA O NOVO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA - COMDEMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 79, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Palhoça e no art. 14, da Lei 1.891, de 29 de junho de 2004, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palhoça, 19 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito de Palhoça

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art. 3º: O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº. 1.891, de 29 de junho de 2004, é um órgão de assessoramento superior de caráter colegiado, consultivo, deliberativo e de julgamento vinculado à Fundação Cambirela de Meio Ambiente. []

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Art. 4º: O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA tem por finalidade assessorar e auxiliar o Poder Público Municipal na definição e elaboração das diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente definida na Lei Orgânica do município de Palhoça e demais diplomas legais, competindo-lhe:

I - Participar da elaboração e colaborar com desenvolvimento da Política Municipal de Meio Ambiente;

II - Assegurar, em cooperação com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, a preservação, a melhoria e a recuperação dos recursos naturais, no âmbito do Município de Palhoça;

III - Identificar áreas prioritárias de ações governamentais visando à melhoria da qualidade ambiental do Município;

IV - Estabelecer normas, padrões, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município de Palhoça, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente;

V - Recomendar no âmbito administrativo municipal, modificações ou, na falta destas, a adoção de diretrizes que visem harmonizar as Políticas de Desenvolvimento Tecnológico Municipais com a Política Municipal de Meio Ambiente, visando o desenvolvimento sustentável do município de Palhoça;

VI - Propor a criação, a modificação ou a alteração de normas jurídicas municipais, objetivando respaldar as ações governamentais

municipais na promoção da melhoria da qualidade ambiental, observando suas limitações constitucionais e legais;

VII - Sugerir medidas técnico-administrativas, direcionadas à racionalização e ao aperfeiçoamento da execução das tarefas desenvolvidas pela Fundação Cambirela de Meio Ambiente e demais órgãos da administração pública municipal, no que tange à promoção e aperfeiçoamento da qualidade ambiental no âmbito do município de Palhoça;

VIII - Propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de planos, programas, projetos e atividades relacionados à área do meio ambiente;

IX - Julgar os Processos e Recursos Administrativos que lhe forem submetidos, nos limites de sua competência, decidindo em grau de recurso de última instância administrativa, sobre multas e outras penalidades ambientais impostas pelo Poder Público Municipal;

X - Analisar o relatório de atividades e a prestação de contas anuais do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA encaminhado pela Fundação Municipal de Meio Ambiente;

XI - Recomendar, sempre que julgar necessário, a realização de estudos complementares sobre alternativas e possíveis consequências ambientais em projetos públicos ou privados que, relacionados a obras ou atividades passíveis de gerar significativo impacto ou degradação ambiental, forem sujeitos à apresentação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e de Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;

XII - Requisitar junto aos órgãos competentes, as informações indispensáveis à apreciação dos Estudos de Impacto Ambiental - EIA e dos Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA, no caso de licenciamento de obras ou atividades potencialmente geradoras de significativo impacto ou degradação ambiental no âmbito do Município de Palhoça;

XIII - Acompanhar e emitir parecer nos processos de licenciamento ambiental municipal, quando solicitado pela Fundação Cambirela de Meio Ambiente;

XVI - Tomar as medidas necessárias, de acordo com suas competências, para prevenir e coibir danos ao meio ambiente no âmbito do município de Palhoça, incluindo o encaminhamento aos órgãos municipais competentes, de denúncias e representações ou a solicitação de ações de fiscalização e controle por parte dos órgãos municipais dotados de poder de polícia;

XV - Solicitar, mediante a apresentação de processo devidamente fundamentado, a suspensão ou o cancelamento de licenças ambientais expedidas pela Fundação Cambirela de Meio Ambiente ou, com a anuência e o apoio desta última, de licenças ambientais expedidas pelos órgãos ambientais Estaduais e Federais competentes;

XVI - Colaborar no desenvolvimento de ações educacionais que sensibilizem a sociedade quanto ao dever e a importância da defesa e preservação do meio ambiente;

XVII - Promover ações e medidas que estimulem a educação ambiental e o exercício da cidadania ambiental no município, especialmente pelo fortalecimento e promoção dos direitos de acesso à informação, participação pública nos processos decisórios e acesso à justiça ambiental.

XVIII - Propagar e divulgar medidas que visem facilitar ou dinamizar os fluxos de informações sobre o meio ambiente do município de Palhoça nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal;

XIX - Realizar audiências públicas, em cumprimento ao princípio da informação e participação popular, visando à discussão de questões atinentes à Política de Meio Ambiente do município e nos casos de procedimentos de licenciamento ambiental que, incidentes sobre áreas protegidas e/ou relativos a obras ou atividades passíveis de

gerar significativo impacto ou degradação ambiental no âmbito do município de Palhoça, não tenham em seu rito de licenciamento ambiental a previsão de tal providência;

XX - Participar da gestão do Sistema Municipal de Unidades de Conservação, propondo e apoiando a criação e implantação de unidades de conservação no âmbito do município de Palhoça, mediante a apreciação e aprovação de seus planos de manejos e da composição de seus respectivos Conselhos Gestores;

XXI - Apreciar e apresentar sugestões a projetos públicos e privados que incidam direta ou indiretamente sobre áreas especialmente protegidas no âmbito do município de Palhoça, emitindo posicionamento que servirá de subsídio aos órgãos competentes;

XXII - Atender as demandas que lhe são encaminhadas pela sociedade civil e órgãos governamentais, emitindo parecer e dando os demais encaminhamentos necessários.

XXIII - Aprovar e expedir Resoluções e Moções;

XXIV - Criar e extinguir Câmaras Técnicas, Comissões e Grupos de Trabalho a ela diretamente relacionados;

XXV - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal, e;

XXVI - Deliberar sobre os casos omissos no presente Regimento, observada a legislação ambiental em vigor.

CAPÍTULO III

Da Composição do COMDEMA

Título I

Dos Conselheiros

Art. 5º: O Conselho do Meio Ambiente será composto por 18 (dezoito) membros e seus respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - Representantes Governamentais:

a) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura; []

b) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Saúde; []

c) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura; []

d) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Educação; []

e) 01 (um) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento; []

f) 01 (um) Representante da secretaria Municipal de Turismo; []

g) 01 (um) Representante da Fundação de Esporte e Cultura; []

h) 01 (um) Representante da Fundação Cambirela do Meio Ambiente; []

i) 01 (um) Representante da Câmara Municipal de Vereadores; []

II - Representantes de Entidades Não Governamentais:

a) 01 (um) Representante da Associação Pró-Crep (Criar, Reciclar, Educar e Preservar); []

b) 01 (um) Representante da Associação Comercial Industrial de Palhoça – ACIP; []

c) 01 (um) Representante da Associação Comunitária Cidade Pedra Branca do Frei Damião Palhoça/SC; []

d) 01 (um) Representante da Pastoral da Criança; []

e) 01 (um) Representante do Conselho Comunitário do Furadinho; []

f) 01 (um) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palhoça; []

g) 01 (um) Representante da Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional Doce Mar; []

h) 01 (um) Representante da Associação Assistencial Arcanjo Gabriel; []

i) 01 (um) Representante da Faculdade Municipal de Palhoça; []

§ 1º - O suplente substituirá o titular em suas faltas ou impedimentos.

§ 2º - Os Conselheiros titulares e os respectivos suplentes, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução consecutiva apenas uma vez.

§ 3º - Os Conselheiros representantes dos Órgãos Governamentais Municipais, terão seus mandatos limitados ao mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal que os nomeou, devendo seus eventuais substitutos e respectivos suplentes, completar o tempo de mandato restante perante o CONDEMA.

§ 4º - Findo o período de mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal, deverá ser promulgado pelo seu eventual substituto, Decreto Municipal visando indicar a nomeação dos novos componentes do COMDEMA, durante a vigência do período do novo mandato eletivo a ser por ele exercido.

§ 5º - Os Órgãos Governamentais, na eventualidade de serem extintos por fusão a outro Órgão da Administração Municipal ou caso tenham suas denominações alteradas, permanecem com sua representação preservada, devendo ser procedida à indicação de novo representante e suplente a ele vinculado.

§ 6º - A ausência não justificada de quaisquer dos representantes, titular ou suplente, por 03 (três) reuniões ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou 05 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, no decorrer do biênio de mandato, sem comunicação prévia ou justificativa aceita pelo Plenário do Conselho, implicará na sua exclusão do COMDEMA.

I - A exclusão será comunicada à entidade representada, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para indicar novo representante;

II - Não havendo manifestação da Entidade neste período, a mesma será notificada de sua exclusão preventiva do COMDEMA, abrindo-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa à Plenário que, soberanamente, decidirá pela pertinência de sua permanência no Conselho ou pela sua substituição por outra Entidade.

III - Nos casos de exclusão ou desistência de Entidade Não Governamental, a mesma será substituída.

IV - Os Conselheiros representantes das Entidades não Governamentais, deverão ter seus nomes previamente apresentados, em lista tríplice, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem compete sua livre escolha e nomeação.

§ 7º - São também motivos para substituição do representante titular da entidade, os seguintes casos:

I - Morte;

II - Renúncia;

III - Doença que exija o licenciamento por mais de 06 (seis) meses;

IV - Procedimento incompatível com a dignidade da função, assim entendido por maioria simples dos conselheiros integrantes do COMDEMA;

V - Pela condenação por crime doloso em sentença criminal com trânsito em julgado.

§ 8º - A exclusão do Conselheiro pelos fundamentos esboçados nos incisos do parágrafo anterior, acarretará automaticamente seu impedimento de recondução consecutiva previsto no parágrafo 2º.

§ 9º - Os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do COMDEMA deverão ser exercidos, respectivamente, por representantes Governamentais e Não-Governamentais, de forma paritária..

§ 10º - No caso de necessidade de substituição concomitante ou não dos representantes que exerçam os cargos de Presidente e

Vice-Presidente do Conselho, deve-se convocar nova eleição visando sua substituição.

§ 11º - Os Conselheiros Representantes de Entidades Não Governamentais terão, de forma obrigatória, seus mandatos limitados à vinculação perante a Entidade que os indicou, devendo seus eventuais substitutos e respectivos suplentes, no caso de substituição por desligamento da Entidade por ele representada, completar o tempo de mandato restante perante o CONDEMA.

§ 12º - Nos casos em que os membros titular e suplente das Entidades Não Governamentais representem Entidades de mesma categoria, porém diversas, em ocorrendo a desistência ou exclusão do Conselheiro titular ou da Entidade por ele representada, a Entidade suplente terá prioridade na ocupação de sua vaga, devendo-se proceder à escolha de nova Entidade para atuar como suplente.

Título II

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 6º: São Atribuições dos Conselheiros:

- I - Discutir e votar em Plenário todas as matérias submetidas ao Conselho;
- II - Apresentar propostas de Resoluções, Normas e Moções;
- III - Colaborar com a Presidência, a Secretaria e a Secretaria Executiva no cumprimento de suas atribuições;
- IV - Pedir vistas de processos e documentos que estejam sob a análise do Conselho, em qualquer fase, exceto quando da formulação de Parecer pelo Relator
- V - Requerer, na forma deste Regimento, a convocação de Reunião Extraordinária do Plenário para apreciação de assunto relevante;
- VI - Apresentar à Secretaria Executiva a inclusão de matéria na pauta do Plenário e requerer, de forma justificada, a discussão prioritária de assunto constante da Pauta;
- VII - Propor a criação e integrar Câmaras Técnicas, Comissões ou Grupos de Trabalho;
- VIII - Propor votação nominal;
- IX - Solicitar em ata seu ponto de vista;
- X - Propor convite à participação de colaboradores de renomeado conhecimento nas Reuniões do Plenário, visando acrescentar subsídios aos assuntos discutidos pelo COMDEMA.

CAPÍTULO IV

Da Organização do COMDEMA

Título I

Da Estrutura Organizacional

Art. 7º: A estrutura organizacional mínima do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Palhoça - COMDEMA será composta por:

- I - Plenário;
- II - Presidência;
- III - Vice-Presidência;
- IV - Secretaria;
- V - Secretaria Executiva;
- VI - Câmaras Técnicas, Comissões e Grupos de Trabalho.

Seção I

Do Plenário

Art. 8º: O Plenário do COMDEMA será composto pelos 18 (dezoito) membros titulares ou, quando necessário, pelos seus respectivos suplentes, sendo a instância decisória do Conselho.

Art. 9º: Ao Plenário compete adotar todos os atos necessários para o cumprimento das finalidades do Conselho enumeradas no art. 4º e de modo especial e específico:

- I - Discutir e deliberar sobre assuntos relacionados com a competência do Conselho;
- II - Julgar e decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;
- III - Julgar os Recursos interpostos às decisões proferidas nos Processos Administrativos Ambientais.

Art. 10: As decisões do Plenário serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de qualidade ou minerva.

Art. 11: Os assuntos a ser submetidos à apreciação do Plenário poderão ser apresentados por qualquer Conselheiro e constituir-se-ão de:

- I - Proposta de Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do COMDEMA;
- II - Proposta de Moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental;
- III - Proposta de Análise e Parecer Consultivo sobre matérias ambientais submetidas à sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de atos administrativos.

§ 1º - As propostas de Resolução, de Moção, de Análise e de Parecer Consultivo, serão encaminhadas à Secretaria Executiva, depois de ouvidas, de modo prévio, as Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou Grupos de Estudos competentes.

§ 2º - As Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou Grupos de Estudos terão o prazo de 20 (vinte) dias para se manifestar sobre o assunto a elas apresentado, informando aos Conselheiros de suas conclusões, bem como, se for o caso, propondo à Presidência a inclusão do assunto abordado na pauta de Reunião Ordinária, conforme a ordem cronológica de sua apresentação.

§ 3º - As Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos serão datados e numerados em ordem distinta, cabendo à Secretaria Executiva corrigi-las e indexá-las.

Art. 12: As Resoluções aprovadas pelo Plenário serão referendadas pela Presidência do COMDEMA no prazo máximo de 30 (trinta) dias e devidamente publicadas no Diário Oficial do Município ou, na falta deste, no Órgão do Executivo Municipal que porventura desempenhe tal função.

Parágrafo Único - A Presidência poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer assunto aprovado no Plenário, desde que constatados equívocos de natureza técnica ou jurídica, ou impropriedades em sua redação, devendo o assunto ser obrigatoriamente incluído em reunião subsequente, acompanhado de propostas de emendas devidamente justificadas.

Art. 13: As reuniões do Plenário do Conselho Municipal de Meio Ambiente serão públicas, devendo ser convocadas por sua Presidência com antecipação mínima de 10 (dez) dias.

Seção II

Da Presidência

Art. 14: A Presidência do Conselho do Meio Ambiente será exercida por um membro do conselho eleito na reunião em que ocorrer a posse dos membros por nomeação ou recondução.

Art. 15: São atribuições do Presidente:

- I - Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, de modo a garantir o cumprimento da pauta;
- II - Aprovar a pauta das reuniões do Plenário;

III - Submeter ao Plenário os expedientes oriundos da Secretaria Executiva;
IV - Requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar atribuições;
V - Expedir pedidos de informação e consultas às autoridades Estaduais, Federais, Municipais, de Governos Estrangeiros e da Sociedade Civil, após discussão e aprovação pelo Plenário;
VI - Assinar as Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos aprovados pelo Conselho;
VII - Representar o Conselho ou delegar a sua representação;
VIII - Autorizar a execução de atividades fora da sede do Conselho;
IX - Constituir e extinguir, conforme decisão do Plenário, das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou dos Grupos de Estudos;
X - Assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do Plenário;
XI - Tomar decisões, de caráter urgente, ad referendum do Conselho;
XII - Dispor sobre o funcionamento da Secretaria Executiva;
XIII - Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento Interno;
XIV - Proclamar o resultado das votações;
XV - Encaminhar os casos não previstos nesse regimento para deliberação do Plenário do Conselho;
XVI - Tratar da publicação dos atos do Conselho no Diário Oficial do Município ou, na sua inexistência, no Órgão de Comunicação competente do Município;
XVII - Solicitar ao Poder Executivo Municipal a infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho;
XVIII - Requisitar as diligências solicitadas pelos Conselheiros;
XIX - Encaminhar a instalação das Comissões Técnicas e Especiais, cujos membros serão indicados pelo Plenário do Conselho.

§ 1º - Na ausência do Presidente caberá ao Vice-Presidente substituí-lo em suas funções.

§ 2º - A destituição do Presidente do COMDEMA dar-se-á mediante decisão fundamentada de dois terços de seus membros, caso estejam sendo descumpridas as funções a ele estabelecidas pela Lei de criação do Conselho e/ou no presente Regimento Interno, cabendo à Vice-Presidência em exercício ou ao Plenário, a convocação imediata de Reunião Extraordinária específica para a eleição de nova Presidência.

§ 3º - No caso de renúncia da Presidência, o Secretário Executivo, ou a pedido de 02 (dois) Conselheiros, convocará Reunião Extraordinária a ser por ele presidida visando eleger a nova Presidência do Conselho.

Seção III Da Vice-Presidência

Art. 16: A Vice-Presidência do Conselho do Meio Ambiente será exercida por um membro do Conselho eleito na reunião em que ocorrer a posse dos novos membros por nomeação ou recondução e, no impedimento deste, pelo Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FCAM.

Art. 17: São atribuições do Vice-Presidente:

I - Substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
II - Supervisionar os trabalhos da Secretaria;
III - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho.

§ 1º - No caso de renúncia da Vice-Presidência, o Secretário Executivo, a pedido do Presidente do Conselho, do Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FCAM ou de 02 (dois) Conselheiros, convocará Reunião Extraordinária a ser por ele presidida visando eleger a nova Vice-Presidência do Conselho.

§ 2º - Durante a vacância do cargo de Vice-Presidência, cumprirá as funções a ela atribuídas o Secretário Executivo do COMDEMA

ou na falta deste o presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FCAM.

Seção IV Da Secretaria

Art. 18: A Secretaria do COMDEMA será dirigida por um Secretário (a), membro do Conselho eleito na reunião em que ocorrer a posse dos novos membros por nomeação ou recondução.

Art. 19: Os serviços administrativos da Secretaria serão desenvolvidos com o apoio técnico e operacional de uma Secretaria Executiva vinculada à Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Art. 20: O Secretário (a) do Conselho deverá comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único - O encargo das atribuições de Secretário (a) não retira o direito do membro de participar das reuniões, mantendo-se o seu direito a voto.

Art. 21: Compete ao Secretário do Conselho:

I - Planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da Secretaria Executiva;
II - Assessorar a Presidência na condução dos trabalhos do Conselho;
III - Revisar e aprovar as atas das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho;
IV - Assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;
V - Representar o Presidente e o Vice-Presidente em caso de impedimento destes.

Seção V Da Secretaria Executiva

Art. 22: A Secretaria Executiva do COMDEMA será dirigida por um Secretário (a) Executivo (a), Conselheiro ou não, designado pela Fundação Cambirela de Meio Ambiente - FCAM ou pelo Poder Público Municipal.

Art. 23: Caberá à Secretaria Executiva a recepção, autuação e distribuição dos documentos enviados ao Conselho, bem como os Recursos Administrativos de Autos de Infração à ele apresentados.

Art. 24: Os documentos de que trata o artigo anterior, sempre que necessário, serão completados com informações referentes ao assunto neles abordados e posteriormente encaminhados à Presidência do Conselho para exame e, quando for o caso, para apreciação nas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho.

§ 1º - A Secretaria Executiva, mediante decisão do Plenário poderá encaminhar a outros Órgãos ou Entidades da Administração Pública sediados no município de Palhoça documentos e solicitações recebidas que não sejam da sua competência ou que tratem de assuntos que possam ser solucionados por outro Órgão ou Entidade da Administração Municipal, comunicando tais medidas ao interessado.

§ 2º - Os Recursos Administrativos recebidos e autuados pela Secretaria Executiva serão distribuídos ao Plenário, por sorteio, de forma igualitária, pelo Presidente do Conselho, tendo como base a relação dos membros do COMDEMA, abrindo-se prazo de 30 (trinta) dias para devolução do processo com o respectivo Parecer.

§ 3º - No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator no respectivo Processo, será este restituído à Secretaria Executiva em 05 (cinco) dias, sendo imediatamente procedida sua

redistribuição, abrindo-se novo prazo de 30 (trinta) dias para que o novo Relator ofereça seu Parecer.

§ 4º - Mediante solicitação e justificativa escrita dirigida à Presidência, poderá ser concedido prazo maior, não superior a 60 (sessenta) dias, para o Relator designado apresentar seu parecer, quando o Recurso abranger questões de maior complexidade.

Art. 25: São atribuições da Secretaria Executiva:

I - Assessorar administrativamente o Conselho;

II - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente ou pelo Secretário do Conselho;

III - Organizar e manter arquivada toda a documentação relativa às atividades do Conselho;

IV - Colher dados e informações dos setores da Administração Pública Direta e Indireta, necessários à complementação das atividades do Conselho;

V - Organizar e apresentar a pauta das reuniões do Plenário para aprovação da Presidência;

VI - Expedir convocação para as reuniões do Conselho, por determinação da Presidência ou da Secretaria do Conselho, secretariando seus trabalhos;

VII - Providenciar o envio das Comunicações e Convocações, bem como as Atas das Reuniões do Plenário aos Conselheiros nelas presentes e, em caso de ausência, o envio aos Conselheiros ausentes representantes do órgão ou entidade a que são vinculados;

VIII - Comunicar, com antecedência de 15 (quinze) dias, ao Conselheiro que estiver prestes a perder o mandato, nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 5º de o presente Regimento

IX - Comunicar o Conselheiro Suplente quando de sua assunção à titularidade;

X - Providenciar a anotação de presença nas reuniões, colhidas as assinaturas em livro próprio;

XI - Elaborar as minutas das atas e dos sumários dos assuntos tratados nas Reuniões do Plenário, lavrando-as em Livro próprio, providenciando a redação de todos os documentos que forem expedidos pelo Conselho, remetendo-os para revisão e aprovação final por parte do Secretário do COMDEMA;

XII - Assinar todos os documentos oriundos da Presidência do Conselho, por delegação do Presidente;

XIII - Manter controle atualizado sobre os Recursos Administrativos de Auto de Infração, sua autuação, nome das partes, distribuição, nome do Relator e cumprimento do prazo de julgamento;

XIV - Certificar nos Autos dos Recursos Administrativos a condição de ser ou não o Recorrente e/ou reincidente na prática de infrações ambientais;

XV - Manter em dia o sistema de informações do Conselho, preferencialmente de forma informatizada;

XVI - Organizar e manter o Cadastro das Entidades Não Governamentais Ambientais e Comunitárias existente no âmbito do município de Palhoça;

(a) Como prerrogativa para inclusão, atualização ou comprovação da atuação da Entidade Não-Governamental no âmbito do município de Palhoça, deverá ser por ela apresentada, além do o registro ou ato de reconhecimento perante a municipalidade de Palhoça, as atas relativas às suas 03 (três) ultimas reuniões por ela realizadas.
(b) O Secretário Executivo proporá normas para o cadastramento das Entidades Ambientais e Comunitárias Não Governamentais que deverão ser encaminhadas à Presidência do Conselho visando sua aprovação em Plenário.

(c) A Secretária Executiva atualizará o Cadastro das Entidades não Governamentais no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos Conselheiros.

XVII - Encaminhar os pedidos de informações fazendo-os constar do expediente do Conselho;

XVIII - Receber as proposições dos Conselheiros;

XIX - Organizar o expediente do Conselho;

Art. 26: O Secretário (a) Executivo (a) do Conselho deverá

comparecer a todas as reuniões do Plenário, incumbindo-lhe secretariar os trabalhos das reuniões.

Parágrafo Único – Caso o Secretário (a) Executivo (a) seja membro do Conselho, o mesmo participará das reuniões do Plenário, com direito a voto.

Seção VI

Das Câmaras Técnicas, Comissões ou Grupos de Trabalho

Art. 27: Para fins deste Regimento entende-se por:

I - Câmara Técnica: constituída para análise, proposição e assessoramento da Plenária em questões de caráter técnico que exijam conhecimento e formação específicos para a sua adequada compreensão e encaminhamento;

II - Comissão: constituída para representação qualificada do Conselho em espaços decisórios, eventos técnicos, encontros, audiências e debates que requeiram uma participação ativa do Conselho e o posterior retorno de informações para a Plenária.

III - Grupo de Trabalho: constituída para análise, proposição e assessoramento da Plenária em questões que não apresentem caráter especificamente técnico;

Art. 28: Poderá o COMDEMA, mediante decisão do Plenário, constituir Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho, para auxiliar no exame dos assuntos e Projetos a ele submetidos.

§ 1º - O Conselho poderá constituir tantas Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho, quantos forem necessários, compostos preferencialmente por Conselheiros especialistas na área de sua temática.

§ 2º - As Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho têm por finalidades estudar, analisar e propor soluções através de Pareceres Consultivos concernentes aos assuntos por elas abordados.

§ 3º - Na composição das Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho deverá ser considerada a competência e afinidade das Instituições representadas com o assunto a ser abordado.

§ 4º - Cada Instituição representada somente poderá participar simultaneamente de até 02 (duas) Câmaras Técnicas, Comissões ou Grupos de Trabalho.

§ 5º - As Câmaras Técnicas e Comissões terão caráter permanente e serão constituídas mediante deliberação da maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 6º - As Câmaras Técnicas e Comissões terão prazo definido para realizar seu trabalho sendo eleito um Coordenador entre seus membros e designado um Relator para cada processo específico.

Art. 29: As Câmaras Técnicas e Comissões, após aprovadas pelo Plenário, serão formadas respeitando-se o limite máximo de 04 (quatro) integrantes do Conselho, titulares ou suplentes, conforme sugerido pela Presidência ou pelos demais Conselheiros, sendo 02 (dois) Representantes Governamentais e 02 (dois) Representantes de Entidades não Governamentais, mantendo-se a paridade em sua composição.

Parágrafo Único - O Presidente e o Relator das Câmaras Técnicas e das Comissões deverão ser referendados pelo Presidente da Fundação Cambirela de Meio Ambiente, bem como empossados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 30: Poderão participar das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, desde que aceitos pela maioria dos seus membros, especialistas, pesquisadores, profissionais, estudiosos ou técnicos que

apresentem reconhecida competência na temática por ela abrangida, devendo tal fato ser previamente comunicado ao Secretário Executivo.

Parágrafo Único - No assessoramento às Câmaras Técnicas e Comissões, as Universidades, os Institutos de Pesquisa, os Órgãos Públicos e as Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos e de cunho técnico profissional, terão preferência às organizações privadas.

Art. 31: Os membros indicados em sessão do Plenário para participar das Câmaras Técnicas, não poderão ser posteriormente substituídos, a não ser mediante nova deliberação do Plenário.

Art. 32: Os Pareceres Consultivos ou Relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Trabalho, a serem apresentados durante as Reuniões do Plenário, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, com até 06 (seis) dias de antecedência à data da reunião, para fim de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos devidamente justificados, admitidos pela Presidência.

Parágrafo Único - O prazo para a apresentação dos Pareceres ou Relatórios das Câmaras Técnicas, das Comissões e dos Grupos de Trabalho será fixado pela Plenária, levando em consideração a complexidade do assunto em questão.

Art. 33: As Câmaras Técnicas terão a responsabilidade de examinar e relatar ao Plenário, assuntos de sua competência.

Art. 34: As decisões das Câmaras Técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros, cabendo ao seu Presidente além do voto comum, o de qualidade ou minerva.

§ 1º - A Presidência da Câmara Técnica poderá relatar assuntos ou designar um Relator a cada reunião.

§ 2º - A ausência não justificada de membros da Câmara Técnica por 03 (três) reuniões consecutivas ou por 05 (cinco) alternadas, no decorrer do biênio, implicará na exclusão do mesmo da Câmara Técnica ao qual se acha relacionado e, em se tratando de Membro efetivo do COMDEMA, em sua exclusão do Conselho, tal como previsto no Artigo 5º, § 5º de o presente Regimento.

§ 3º - A substituição de membro excluído, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente ao Presidente do Conselho para deliberação e aceitação em reunião do Plenário.

Art. 36: As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e deverão ser convocadas por suas respectivas Presidências com antecipação mínima de 10 (dez) dias, visando apresentar os Pareceres relacionados aos assuntos por elas abordados através seus Presidentes ou Relatores designados.

Art. 37: As Câmaras Técnicas poderão estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de seus membros, obedecendo ao disposto neste Regimento.

Art. 38: Das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavradas atas em Livro próprio, aprovadas pelos seus membros e assinadas pela sua Presidência.

CAPÍTULO V Das Eleições

Art. 39: A eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretário se dará em turno único por voto secreto, ou por aclamação dos Conselheiros, em Reunião Ordinária ou Extraordinária convocada

especificamente para esse fim, considerando-se eleito aquele que somar a maioria simples dos votos.

Art. 40: O Conselheiro que pretenda concorrer a qualquer dos cargos eletivos deverá protocolar a sua candidatura na Secretaria do Conselho antes da reunião que antecede a eleição ou até 30 (trinta) minutos antes da eleição.

Art. 41: O voto é um direito e uma obrigação individual dos membros do Conselho, não sendo permitida a representação através de procuração ou qualquer outro instrumento.

Art. 42: A eleição para Presidência e Vice-Presidência será determinada entre os representantes governamentais e os representantes de entidades não governamentais.

Art. 43: O mandato de Presidente e Vice-Presidente será de 2 (dois) anos sem direito a recondução.

CAPÍTULO VI Da Renovação do COMDEMA

Art. 44: No prazo de 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos Conselheiros, o Secretário Executivo do COMDEMA solicitará, através de Ofício e de Edital publicado no Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município, a indicação dos representantes das Entidades Governamentais e Não Governamentais especificados no Artigo 5º, alíneas "a" a "m", da Lei Municipal nº. 1.891, de 29 de junho de 2004, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para o recebimento dessas indicações.

§ 1º. O Secretário Executivo do COMDEMA, no prazo de 90 (noventa) dias que antecedem o término do mandato dos Conselheiros fará publicar, no Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação Municipal, Edital fixando em 30 (trinta) dias o prazo para atualização do Cadastro de Entidades não Governamentais especificadas no artigo 5º, alíneas "f" a "i", da Lei Municipal nº. 1.891, de 29 de junho de 2004.

§ 2º. O Secretário Executivo criará e manterá atualizado um Cadastro Municipal das Entidades Não Governamentais de caráter comunitário e ambiental atuantes no município de Palhoça.

Art. 45: Os Editais para cadastramento e eleição dos Conselheiros serão submetidos à prévia aprovação do Plenário do COMDEMA antes de sua publicação no Diário Oficial Municipal do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município.

§ 1º - A divulgação dos Editais de Cadastramento das Entidades Não Governamentais no Diário oficial do Município e nos meios de comunicação regionais disponíveis, dar-se-á, respectivamente em 90 (noventa) dias e 60 (sessenta) dias, antes do término do mandato dos Conselheiros.

§ 2º - Para as Eleições, além do Edital de Cadastramento mencionado no Parágrafo anterior, deverão ser enviados Ofícios a todas as Entidades Governamentais e Não Governamentais integrantes do Conselho, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de realização da Reunião Ordinária ou Extraordinária especificamente convocada para tanto.

§ 3º - Os Editais devem fixar as datas, o horário e o local para o Cadastramento das Organizações Não Governamentais, bem como a forma de credenciamento e a comprovação da representação.

§ 4º - As Reuniões de eleição das novas Entidades Não Governamentais postulantes à representação perante o COMDEMA serão

presididas por comissão de Conselheiros designados em votação pelo Plenário do Conselho, e serão instaladas no horário previamente estabelecido no Edital com a maioria simples das Entidades que compõe o Cadastro Municipal devidamente atualizado, ou trinta minutos após, com qualquer número de Entidades cadastradas.

§ 5º - O Secretário Executivo, após prévia ciência da Presidência do Conselho, encaminhará ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal, a lista triplíce com a nominata dos representantes das Entidades não Governamentais eleitas e indicadas para a constituição do COMDEMA no mandato subsequente, visando à escolha e nomeação dos titulares e suplentes que as representarão, mediante Portaria a ser publicada 15 (quinze) dias antes do término dos mandatos em vigentes.

CAPÍTULO VII Das Reuniões

Título I Do Cronograma e Periodicidade

Art. 46: As Reuniões do Plenário do COMDEMA serão Ordinárias ou Extraordinárias.

§ 1º - O Plenário realizará Reuniões Ordinárias, com cronograma previamente estabelecido e Reuniões Extraordinárias, a qualquer momento, por convocação da Presidência do Conselho.

§ 2º - Excepcionalmente, as Reuniões do COMDEMA poderão, havendo necessidade e sendo aprovado pelo Conselho, manter-se em caráter permanente até a solução da matéria objeto de Deliberação.

Art. 47: A periodicidade mínima das Reuniões Ordinárias do Plenário do COMDEMA será bimestral, podendo ocorrer, entretanto, de forma extraordinária na forma disposta no presente Regimento. []

Art. 48: A duração de cada Reunião, Ordinária ou Extraordinária, não deverá exceder o prazo de 03 (três) horas, salvo em casos excepcionais devidamente admitidos pela Presidência e aprovados pelo Plenário.

Art. 49: As Reuniões Ordinárias deverão ser previa e preliminarmente agendadas, através de proposta de cronograma para o período de um ano, a ser apresentado pela Presidência e aprovada pelo Plenário do Conselho, especificando dia, hora e local de sua realização.

§ 1º - A agenda mencionada no caput deve ser comunicada por escrito a todos os Conselheiros, presentes ou não na Reunião de Plenário em que foi apresentada, imediatamente após sua aprovação.

§ 2º - As alterações na agenda de Reuniões previamente aprovada pelo Plenário, devem ser comunicadas aos Conselheiros, por escrito, no mínimo com uma semana de antecedência em relação à data de sua realização.

Art. 50: As Reuniões Extraordinárias poderão ser marcadas a qualquer tempo, para qualquer dia útil e hora, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, por convocação da Presidência ou por requerimento da maioria absoluta (dois terços) dos Conselheiros Titulares, sendo vedados debates ou deliberações a respeito de qualquer matéria não relacionada àquela que foi, de forma expressa e prévia, o fato gerador da convocação.

Art. 51: À hora estipulada, o Presidente do Conselho ou quem o substitua verificará o "quórum" no Livro de Presença para iniciar a Reunião, observado o disposto no Artigo 52 e Parágrafo 1º de o presente Regimento.

Art. 52: A convocação para as Reuniões do CONDEMA será feita por escrito, via Ofício, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para as Reuniões Ordinárias e de 72 (setenta e duas) horas para as Reuniões Extraordinárias.

CAPÍTULO VIII Do Quórum

Art. 53: A presença mínima de 3/4 (três quartos) dos Membros do Conselho, em primeira chamada, estabelecerá "Quórum" para a realização das Reuniões e Deliberação.

§ 1º - Não sendo alcançado em primeira chamada o "Quórum" estabelecido no caput, realizar-se-á segunda chamada, no prazo de quinze minutos, ocasião na qual metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples, estabelecendo "Quórum" para a realização das Reuniões e Deliberação.

§ 2º - Caso efetuada a segunda chamada, se verifique a falta de "Quórum" de metade mais um dos Conselheiros, serão aguardados mais quinze minutos para nova verificação, e persistindo a falta de "Quórum", dar-se-á por encerrada a Reunião.

Art. 54: Em não havendo Reunião por falta de "Quórum", quer seja ela de caráter Ordinário ou Extraordinário, deverá tal fato ser assinalado em Ata, indicando-se a relação dos Conselheiros que assinaram o Livro de Presença, providenciando-se a assinatura da Presidência ou de seu substituto se for o caso, encerrando-se a Reunião.

Art. 55: Estando presentes os Conselheiros Titulares, em número suficiente para se estabelecer o "Quórum" mínimo estipulado no Parágrafo 1º do Artigo 53 de o Presente Regimento, será facultado o direito à voz aos seus respectivos Conselheiros Suplentes, sendo, entretanto, vedado computá-los para o estabelecimento do "Quórum" regimental necessário à Reunião, bem como vedado o exercício de seu direito a voto.

Art. 56: Desde que seja submetida à análise prévia da Presidência do Conselho e incluída na pauta, as Reuniões poderão contar com presença de assessores técnicos e consultores, sendo-lhes facultada, quando solicitados, manifestação para esclarecimentos aos Conselheiros no tempo estipulado pela Presidência, porém vedado o direito a apartes, manifestações extemporâneas, deliberação ou voto.

Parágrafo Único: As Reuniões do COMDEMA serão públicas e abertas a toda a sociedade, sem, contudo, direito a voz ou voto.

CAPÍTULO IX Da Ordem e da Pauta

Art. 57: As Reuniões do Plenário obedecerão à seguinte ordem:

- I - Instalação dos trabalhos pela Presidência do Conselho;
- II - Discussão e aprovação da ata relativa à Reunião anterior;
- III - Discussão de matérias de interesse ambiental;
- IV - Julgamento de Recursos Administrativos;
- V - Constituição de Câmaras Técnicas, Comissões e/ou Grupos de Trabalho;
- VI - Agenda livre para, ao critério da Presidência do Conselho, serem discutidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;
- VII - Encerramento da reunião pela Presidência do Conselho.

Art. 58: As pautas das Reuniões serão estabelecidas pela Presidência do Conselho, sendo propostas, anteriormente, pela Secretaria Executiva.

Art. 59: A Secretaria Executiva distribuirá, com antecedência, a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados nas Reuniões para todos os Conselheiros.

Art. 60: Os Pareceres Consultivos das Câmaras Técnicas, das Comissões e/ou Grupos de Trabalho, a serem porventura apresentados durante as Reuniões, deverão ser elaborados por escrito e entregues à Secretaria Executiva, com 06 (seis) dias de antecedência à data da Reunião em que serão apreciados, para fim de processamento e inclusão na pauta, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, quando admitidos pela Presidência.

Art. 61: Durante a exposição dos assuntos contidos nos Pareceres Consultivos não serão permitidos apartes, com exceção aos da Presidência do Conselho.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho quando das discussões sobre o teor dos Pareceres Consultivos farão uso da palavra que será concedida pela Presidência, após a apresentação dos supracitados Pareceres, na ordem em que for solicitada.

Art. 62: Terminada a exposição do Parecer Consultivo, será o assunto posto em discussão, sendo assegurado o tempo máximo de 10 (dez) minutos para cada membro do Plenário, podendo se prorrogado este prazo, a critério da Presidência.

Art. 63: Após as discussões o assunto será votado pelo Plenário.

Parágrafo Único - Somente terão direito a voto os Conselheiros Titulares previstos no art. 5º de o presente Regimento, ou na falta destes, seus respectivos suplentes.

Art. 64: Das Reuniões do Plenário serão lavradas Atas, que serão previamente enviadas aos membros do Conselho e submetidas à aprovação na Reunião Ordinária subsequente, para fins de publicação no Oficial do Município ou, ante a falta deste, em outro órgão de comunicação do Município.

CAPÍTULO X Do Expediente

Art. 65: Constarão do expediente das reuniões ordinárias do COMDEMA - Palhoça os seguintes itens:

I - Apreciação e aprovação da Ata da Reunião de Plenário anterior;
II - Comunicações dos Conselheiros, com prazo estipulado pelo Plenário;

CAPÍTULO XI Das Tramitações

Título I Dos Assuntos Ordinários

Art. 66: Os assuntos a serem submetidos à apreciação do Plenário poderão ser apresentados por qualquer Conselheiro e constituir-se-ão de:

I - Proposta de Resolução: quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do COMDEMA;
II - Proposta de Moção: quando se tratar de manifestação do COMDEMA, de qualquer natureza, desde que relacionada com a temática ambiental;
III - Proposta de Análise e Parecer Consultivo: versando sobre matérias ambientais submetidas à sua apreciação, bem como Projetos de Lei ou de Atos Administrativos.

§ 1º - As propostas de Resolução, de Moção, de Análise e de

Parecer Consultivo deverão ser encaminhadas à Secretaria, depois de ouvidas previamente as Câmaras Técnicas, as Comissões e/ou Grupos de Trabalhos competentes que, caso instaladas, terão o prazo de 20 (vinte) dias para se manifestar sobre o assunto, informando aos Conselheiros e propondo à Presidência, a inclusão do assunto abordado na pauta das Reuniões Ordinária, conforme a ordem cronológica de sua apresentação ou, de modo excepcional, em Reunião Extraordinária se for o caso.

§ 2º - As Resoluções, Moções, Análises e Pareceres Consultivos serão datados e numerados em ordem distinta, cabendo à Secretaria corrigi-las e indexá-las.

Art. 67: As Resoluções aprovadas pela Plenária serão referendadas pela Presidência no prazo máximo de 30 (trinta) dias e publicadas no Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município, assim como em mídia regional de ampla divulgação.

Título II Dos Recursos Administrativos Ambientais

Art. 68: O COMDEMA, na condição de Órgão Superior competente para julgar os Recursos interpostos contra decisões emanadas em Segunda Instância de julgamento dos Autos de Infração Ambiental Municipais, procederá ao recebimento e julgamento dos Recursos na forma da Lei.

Art. 69: Os Processos de Recursos interpostos junto ao COMDEMA contra decisão da JIMA - Junta de Recursos Administrativos às Infrações à Legislação do Meio Ambiente, no julgamento de Autos de Infração Ambientais, serão protocolados perante a Secretaria Executiva do COMDEMA.

Parágrafo Único - Autuado o Recurso, será o mesmo remetido à Fundação Cambirela de Meio Ambiente - FCAM, pela Secretaria Executiva, para informar e remeter o respectivo Processo Administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior apresentado pela FCAM, caso em que o Presidente do Conselho poderá prorrogá-lo.

Art. 70: Retornados os Processos Administrativos da FCAM, os Recursos serão distribuídos aos Relatores pela Secretaria Executiva mediante sorteio, nos termos do Artigo 24, Parágrafo 2º de o presente Regimento, de forma igualitária, tendo por base a relação dos membros do COMDEMA, sendo a eles encaminhado pela Secretaria Executiva.

§ 1º - Processos de Recursos que versem sobre matérias idênticas e interpostos pelo mesmo interessado, serão distribuídos, por conexão, ao mesmo Relator.

§ 2º - Distribuídos os Processos de Recurso com os respectivos Processos Administrativos, a Entidade representada pelo Conselheiro que o receber, ficará responsável pelos mesmos, sendo o Relator o Conselheiro Titular ou Suplente que o receber.

Art. 71: Do recebimento do Processo Administrativo, abre-se o prazo de 30 (trinta) dias para análise do Relator e devolução do Processo e do Recurso acompanhados pelo respectivo Parecer.

§ 1º - No caso de impedimento devidamente justificado pelo Relator, o Processo será restituído à Secretaria Executiva no prazo de 05 (cinco) dias, sendo imediatamente procedida a sua redistribuição, com abertura de novo prazo de 30 (trinta) dias para que Relator ofereça seu Parecer.

§ 2º - Quando o Recurso abranger questões de maior complexidade poderá ser concedido ampliação no prazo para apresentação

do Parecer, não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, mediante requerimento devidamente justificado dirigido à Presidência que informará o Plenário.

Art. 72: Em caso de o relator entender necessária a realização de diligências, no processo em análise, devesse requerê-lo ao Presidente do COMDEMA, que promoverá o regular encaminhamento.

Parágrafo Único - A diligência interrompe o prazo para a apresentação do relatório pelo tempo que transcorrer.

Art. 73: O Relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada no Plenário ou, na falta deste, por um dos representantes da Entidade por ele representada responsável pelo Processo de Recurso, ou ainda, na ausência destes, pela Secretaria Executiva.

Art. 74: O Conselheiro, titular ou suplente, representante da Fundação Cambirela de Meio Ambiente - FCAM, não poderá ser Relator em Processo de Recursos interpostos de Decisão daquela Fundação, assim como qualquer Conselheiro que tiver interesse pessoal nos mesmos.

Parágrafo Único – O impedimento mencionado no Caput igualmente se aplica às Entidades representadas no COMDEMA, nos Processos a elas concernentes, ou às Entidades Governamentais que, possuindo competência de fiscalização e autuação, tenha porventura lavrado Auto de Infração contra o interessado.

Art. 75: Os membros do Conselho poderão pedir vistas do recurso administrativo, isolada ou concomitantemente, se discordarem do Parecer do Relator quando do julgamento deste em Plenária, cabendo-lhes elaborar novo Parecer em prazo idêntico ao do Relator, sendo o Recurso incluído automaticamente na pauta da reunião de Plenário seguinte, momento em que ambos os Pareceres serão reapreciados e votados, prevalecendo aquele que obtiver o maior número de votos.

§ 1º - Cada Recurso Administrativo somente comportará um pedido de vistas, devendo os Conselheiros interessados atuar de forma conjunta na elaboração do Parecer divergente.

§ 2º - O Recorrente poderá efetuar sustentação oral em Plenário, por prazo não superior a 30 (trinta) minutos, imediatamente após a leitura do voto do Relator e antes do julgamento deste pelos Conselheiros, mediante requerimento à Presidência do Conselho, elaborado por escrito e em até 24 (vinte e quatro) horas antes do julgamento.

§ 3º - Os Pareceres dos Relatores, exarados nos Recursos, serão feitos por escrito e de maneira padronizada quanto ao seu aspecto formal e terão a sua ementa publicada no Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município, constituindo coisa julgada administrativa e irrecorrível.

Art. 76: A intimação da Decisão do Conselho ao recorrente será efetuada pela Secretaria Executiva, mediante correspondência com aviso de recebimento.

Parágrafo Único - Caso o recorrente se encontre presente na Sessão de Julgamento, considerar-se-á intimado da Decisão, devendo o ato constar da Ata da respectiva Seção do Plenário.

Art. 77: Transitada em julgado a Decisão do Conselho, será o Processo baixado à FCAM pela Secretaria Executiva, para dar cumprimento à mesma.

Título III

Das Proposições

Art. 78: Os Conselheiros farão as inscrições das Proposições que deverão ser apresentadas e justificadas, por escrito, ao Secretário Executivo.

Art. 79: Os Conselheiros poderão fazer uso da palavra para esclarecer suas proposições por até 05 (cinco) minutos, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição das mesmas junto ao Secretário Executivo.

Art. 80: Após justificativa, se nenhum Conselheiro pedir formação de processo, a proposta será discutida e votada.

§ 1º - Nas discussões de Proposições que não tenham processo formado, cada Conselheiro disporá de 05 (cinco) minutos para a sua participação no debate, aplicando-se o disposto nos artigos 85 e 86 deste Regimento.

§ 2º - As votações das Proposições dos processos formados serão conduzidas conforme os Artigos 90 a 92, Artigos 94 a 97 e Artigo 99 deste Regimento.

Art. 81: Para Proposições em que for solicitada a formação de processo, o pedido será analisado pelo Plenário e, se julgado pertinente, será votado sua abertura.

§ 1º - Na formação do processo a Presidência do COMDEMA deverá obter junto aos setores competentes da Prefeitura Municipal de Palhoça a Instrução e a Normatização Técnica aplicável à matéria, contando sempre com o apoio da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM.

§ 2º - Na mesma reunião o Plenário indicará a Comissão Técnica que analisará o processo que preparará Parecer por escrito para posterior apreciação do Plenário em ordem do dia.

Título IV

Dos Pareceres

Art. 82: Os Pareceres do COMDEMA serão constituídos de duas partes fundamentais.

I - Análise global;

II - Parecer Conclusivo propondo aprovação ou rejeição do Projeto e, quando for o caso, oferecendo-lhe proposta Substitutiva ou Emendas;

Art. 83: Os Pareceres do COMDEMA serão aprovados pela maioria simples dos Conselheiros, respeitado o "Quórum" estabelecido no Artigo 53 de o presente Regimento.

Parágrafo Único – Caso o "Quórum" mínimo alcançado na Reunião seja aquele estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 53 de o presente Regimento, a aprovação dos Pareceres dar-se-á pela anuência da maioria absoluta dos Conselheiros nela presentes, vedado o voto dos Suplentes, caso os Titulares que deveriam substituir estejam presentes à Reunião.

Art. 84: Os Substitutivos ou Emendas à matéria em Pauta só serão objeto de discussão se forem apresentados por escrito pelo Conselheiro por ela responsável ao Secretário Executivo, conforme previsto no Parágrafo 1º do Artigo 91 de o presente Regimento.

Título V

Da Ordem do Dia

Art. 85: Finalizado o expediente e esgotados os prazos para proposições, a Presidência dará início à discussão e votação da Ordem

do Dia.

§ 1º - A Ordem do Dia será organizada pela Presidência, ouvidos os Coordenadores das Comissões Técnicas, e encaminhada para conhecimento dos Conselheiros, por escrito, com 05 (cinco) dias úteis de antecedência.

§ 2º - As matérias constantes na Ordem do Dia obedecerão a seguinte sequência:

- I - Exposição das Comissões Técnicas;
- II - Matérias em Regime de Urgência;
- III - Votações e discussões adiadas;
- IV - Demais matérias segundo a antiguidade.

§ 3º - Todo e qualquer assunto constante da Ordem do Dia deverá ter um Relator, que apresentará Parecer sobre o assunto.

Art. 86: O deferimento dos pedidos de urgência ou de preferência dependerá da aprovação Plenário.

Art. 87: A Ordem do Dia poderá ser alterada, mediante a aprovação do Plenário, nos casos de:

- I - Inclusão de matéria relevante;
- II - Inversão preferencial;
- III - Adiamento;
- IV - Retirada de pauta.

Art. 88: O adiamento da discussão ou votação será requerido verbalmente, devendo ser aprovado pelo Plenário e não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, ou no máximo até a próxima Reunião Ordinária.

§ 1º - O adiamento de votação só poderá ser requerido antes de iniciado o respectivo processo.

§ 2º - É vedado o segundo adiamento de qualquer matéria a requerimento do mesmo Conselheiro, não podendo haver mais do que dois adiamentos sobre a mesma matéria, em qualquer hipótese.

Título VI Da Discussão

Art. 89: Apresentado o assunto em pauta e colocado em discussão pela Presidência, será concedida a palavra primeiramente ao Relator e aos demais Conselheiros que a solicitarem.

Art. 90: Serão concedidos os seguintes prazos para debate:

- I - Ao Relator, até 15 (quinze) minutos para leitura do seu Relatório e voto;
- II - Aos demais Conselheiros, até 05 (cinco) minutos para cada inscrito.

Art. 91: Será facultada a apresentação de Emendas ou Substitutos durante a discussão.

§1º. As Emendas e Substitutos deverão ser apresentados por escrito, referindo-se especificamente ao assunto em discussão.

§2º. Poderão ser destacadas Emendas para a constituição de nova proposição quando a Presidência ou o Plenário julgar pertinente, ou mediante solicitação de um Conselheiro.

Art. 92: Não havendo mais oradores, a Presidência do Conselho encerrará a discussão da matéria e procederá a votação.

Título VII Da Votação

Art. 93: As Deliberações do COMDEMA serão tomadas pela maioria simples dos Conselheiros, observado o "Quórum" mínimo estabelecido no Artigo 53 de o presente Regimento.

Parágrafo Único – Caso o "Quórum" mínimo alcançado na Reunião seja aquele estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 53 de o presente Regimento, as Deliberações deverão ser tomadas pela maioria absoluta dos Conselheiros nela presentes, vedado o voto dos Suplentes, caso os Titulares que deveriam substituir estejam presentes à Reunião.

Art. 94: Os procedimentos de votação serão os seguintes:

I - Simbólico, em que a Presidência solicitará que os Conselheiros "a favor" permaneçam como estão e os discordantes ou que se abstenham que se manifestem e, proclamando-se em seguida o resultado da votação;

II - Nominal, em que Conselheiros serão chamados pela Presidência a votar anotando o Secretário as respostas e passando a lista à Presidência, para a devida proclamação do resultado da votação.

Art. 95: Na votação simbólica ou nominal será lícito ao Conselheiro retificar seu voto, antes de proclamado o resultado da votação.

Art. 96: As declarações de votos não poderão ultrapassar o prazo de 01 (um) minuto e deverão ser enviadas à mesa, por escrito, até o final da Reunião, para efeito de registro.

Art. 97: Poderá o Conselheiro pedir a palavra para o encaminhamento da votação pelo prazo de 01 (um) minuto, não sendo admitidos apartes.

Art. 98: O Substitutivo terá preferência na votação e, em caso de rejeição, será votada a proposição original.

Art. 99: Nenhuma Emenda poderá ser apresentada depois de iniciada a votação.

Art. 100: As votações das Emendas seguirão a seguinte ordem:

- I - Emendas Supressivas, na qual se suprime parte do texto da Deliberação;
- II - Emendas Substitutivas, na qual se substitui parte do texto da Deliberação;
- II - Emendas Aditivas, na qual se adiciona novos elementos ao texto da Deliberação.

Art. 101: Vencido o Relator e seu voto, a Presidência designará um Revisor, preferencialmente o Autor do Substitutivo ou Emenda, para redigir o texto aprovado, cuja redação final deverá ser submetida ao Plenário na Reunião seguinte.

Art. 102: As Súmulas de todas as decisões do COMDEMA deverão constar nas Atas das Reuniões e nos Processos a que se referirem, todas devidamente assinadas pela Presidência e pelo seu Relator.

CAPÍTULO XII Das Disposições Gerais

Art. 103: O exercício das funções de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município, ficando expressamente vedada à concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 104: Os membros referidos no Artigo 5º de o presente Regimento, quando em viagem a serviço do Conselho, perceberão diárias no valor dos limites estabelecidos na tabela de diárias

estabelecidas para os funcionários do Gabinete do Prefeito, quando não forem servidores do Município, bem como as respectivas passagens.

Art. 105: O Conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas Reuniões.

Art. 106: Para garantir seu pleno funcionamento o Conselho fica autorizado a utilizar os serviços de infraestrutura das unidades administrativas do Poder Executivo.

Art. 107: O Conselho Municipal do Meio Ambiente manterá intercâmbio com os órgãos de outras Administrações Municipais, bem como com as esferas Estadual e Federal, nos assuntos concernentes ao seu âmbito de competência, com objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para a defesa e recuperação do meio ambiente do Município.

Art. 108: O Conselho Municipal do Meio Ambiente sempre que cientificado de ações degradadoras do meio ambiente, proporá providências cabíveis à sua recuperação.

Art. 109: Qualquer cidadão poderá obter informações de interesse público ambiental, mediante requerimento ao Secretário Executivo do COMDEMA.

Art. 110: As Proposições, Resoluções e demais decisões do COMDEMA somente serão divulgadas com anuência prévia da Presidência do Conselho ou, na ausência deste, pelo Secretário Executivo, através do Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município.

Art. 111: Em caso de dúvida a respeito da aplicação do presente Regimento, qualquer Conselheiro poderá suscitar questão de ordem, no prazo de 03 (três) minutos, vetados os apartes.

Parágrafo Único. Compete a Presidência decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

Art. 112: As Decisões sobre as dúvidas relacionadas ao presente Regimento, bem como os casos omissos, serão registrados em Ata e anotados em Livro próprio, passando a constituir precedentes que deverão ser observados pelo COMDEMA

Art. 113: As propostas de alteração parcial ou total do presente

Regimento somente serão procedidas se aprovados por maioria absoluta, ou seja, dois terços dos membros titulares do Conselho, devendo a mesma ser comunicada no Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município.

Parágrafo Único. As propostas de alteração ao presente Regimento deverão ser assinadas por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros efetivos, sendo encaminhadas ao Plenário como Proposição.

Art. 114: Os Órgãos Públicos ou Entidades não Governamentais, a partir do momento em que perderem o seu mandato, não serão mais considerados para efeito de estabelecimento do "Quórum" regimental.

Art. 115: Nos casos de perda de mandato e não havendo preenchimento da vaga, o Secretário Executivo enviará uma notificação às Entidades não Governamentais regularmente cadastradas junto à Secretária Executiva, desde que pertencentes ao mesmo segmento da Entidade excluída, fixando-se um prazo de 30 (trinta) dias para a realização da eleição de novo Representante do segmento, que cumprirá o período restante do mandato, cuja eleição será realizada conforme disposto no parágrafo 4º do Artigo 45 de o presente Regimento.

Art. 116: O presente Regimento aprovado em reunião do CONDEMA - Palhoça em 08 de junho de 2005 entrará em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial do Município ou outro órgão de comunicação do município.

Art. 117: Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação de o presente Regimento serão solucionados pela Presidência do Conselho, ouvido o Plenário.

Art. 118: O presente Regimento foi aprovado em Reunião do CONDEMA, na data de 26 de outubro de 2016, entrará em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial do Município ou, ante a inexistência deste, em outro órgão de comunicação do Município.

Palhoça, 19 de dezembro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito de Palhoça

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº015/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de decoração, equipe de apoio, sonorização, placas para homenagem e demais serviços detalhados no Termo de referência – Anexo I, parte integrante deste Edital, para a realização da Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, Legislativa 2017/2020, para a Câmara Municipal de Palhoça.

DIA: 29/12/2016

HORÁRIO DA SESSÃO: 08h00min.

ENCERRAMENTO: 08h50min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO – EIRELLI - ME, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 29 de dezembro de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº016/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para adequação nas dependências do prédio sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários, conforme quantitativos e descrições técnicas constantes no Anexo I – Termo de Referência e Anexo II – Memorial Descritivo, parte integrante deste Edital.

DIA: 29/12/2016

HORÁRIO DA SESSÃO: 15h00min.

ENCERRAMENTO: 15h53min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa CONSTRUTORA MASTER – EIRELLI - ME, foi vencedora do Lote 01 e a empresa IP2LINK ENGENHARIA DE REDES LTDA-ME foi vencedora do Lote 02, vinculados ao presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 29 de dezembro de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATOS DOS CONTRATOS Nº. 107 AO 113/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 107/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: DENTAL OESTE EIRELI - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 8.460,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 108/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: FERNANDA SEVALD EIRELI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 4.067,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 109/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: GESUL COMERCIAL LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 2.525,20

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 110/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: LUIS CÉSAR REIS - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 4.362,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 111/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: POSSATTO & MARCELLO LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 4.813,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 112/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 960,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 112/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 960,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 112/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 960,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli
Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 113/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: W&Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE

VALOR TOTAL: 5.500,00

VIGÊNCIA: 29/12/2017

ASSINATURA: 29/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. 04 - AO CONTRATO Nº. 068/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

ADMINISTRATIVO Nº 068/2015

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua Francisco Zanotto, n. 600, CNPJ 83.028.639/0001-02, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Domingos Lirio Locatelli, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Palma Sola – SC, CPF nº. 295.487.999-87, neste denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Eduardo Cesar Khun - EPP Estabelecida na Av. Crestani, 536, centro, cidade de Palma Sola – SC, com CNPJ nº. 17.492.285/0001-25, neste ato representado por seu proprietário, Senhor Eduardo Cesar Kuhn, brasileiro, portador do CPF nº. 061.508.059-64, denominada de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, bem como no Processo de Licitação nº. 16/2015, modalidade Tomada de Preço nº. 01/2015, firmam o presente de acordo com o que se segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

A Lei n.º 8.666, de 1993, a teor de seu artigo 65, inciso I, "b", c/c seu § 1º, prevê a possibilidade da Administração Pública realizar, em seus contratos, por fatores supervenientes à contratação, decréscimos quantitativos no objeto original, observados os percentuais máximos ali previstos.

Considerando que, de acordo com o Prejulgado nº. 319 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, "é viável a modificação do contrato originalmente celebrado, na forma e nos limites previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, com a redação da Lei Federal nº 8.883/94, em especial, em seu artigo 65, cabendo ao administrador a decisão de alterar ou não o contrato à vista de fundamentada comprovação dos fatos alegados"; e

Considerando, ainda, o documento (anexo) recebido do engenheiro do Município Sr. Getulio Cesar Khun-CREA 012891 demonstrando a necessidade de obras complementares no projeto original, com acréscimos, respeitado às condições contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Este Contrato tem por objeto a modificação do valor do contrato nº. 068/2015, em decorrência da alteração/adequação do objeto (Execução de Ginásio de Esportes).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES FINANCEIROS

O acréscimo resultante da alteração constante desta Cláusula corresponde a um aumento quantitativo do objeto (Execução de um ginásio de Esportes) na ordem de R\$ 109.880,00(Cento e nove mil, oitocentos e oitenta reais) equivalente a 16,2838%, com os acréscimos acima citados, o valor total inicial do Contrato nº. 068/2015, que era de R\$ 674.780,29(Seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e vinte e nove centavos), passará a ser de R\$ 784.660,29 (Setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e nove centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços decorrentes do acréscimo de que trata o presente Termo ficarão condicionados à apresentação dos documentos fiscais legais exigíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Instrumento correrão por conta dos recursos orçamentários:

05.03.1.014.04.04.90.51.00.00.00.00-100 – Obras e Instalações.

CLÁUSULA SEXTA DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 068/2015 e seus termos Aditivos, não alcançadas pelo presente.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola, 29 de dezembro de 2016.

.....
Município de Palma Sola
Domingos Locatelli
Prefeito Municipal
Contratante

Eduardo Cesar Khun - EPP
CNPJ: 17.492.285/0001-25
Eduardo Cesar Kuhn
CPF: 061.508.059-64
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Valdemar Gritti
CPF: 024.607.219-94 CPF: 296.902.859-04

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2676 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 2676 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 59, Inciso VI da Lei Orgânica municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 2083, de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º. Ficam anuladas do Orçamento Vigente, na importância de R\$ 9.347,77 (nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos) nas atividades abaixo discriminadas, nos seguintes elementos de despesas:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Projeto Atividade – 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas _____ R\$ 7.672,27

Projeto Atividade – 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias _____ R\$ 1.622,53

Projeto Atividade – 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 3.3.91.00.00 – Operação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos _____ R\$ 52,97

TOTAL _____ R\$ 9.347,77

Art. 2º. Por conta da anulação verificada no artigo anterior, ficam suplementadas na importância de R\$ 9.347,77 (nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos), na atividade abaixo discriminada, nos seguintes elementos de despesa:

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Projeto Atividade – 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas _____ R\$ 8.767,72

Projeto Atividade – 01.031.0001.2.001 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas _____ R\$ 580,05

TOTAL _____ R\$ 9.347,77

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 23 de dezembro de 2016.

Dario Schicovski
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada

no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 017/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: ELEJECIL ELEVADORES LTDA - ME

CNPJ: 16.695.283/0001-73

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA REALIZADA PELA CONTRATADA, DE 01 ELEVADOR ELETRÔNICO COMPUTADORIZADO HIDRÁULICO 02 PARADAS E 01(UMA) CADEIRA PARA ACESSIBILIDADE EM ESCADA RETA, EXISTENTE NO IMÓVEL DA CONTRATANTE

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 23/12/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 23/12/2016 À 31/08/2017

VALOR ORIGINAL: R\$ 6.960,00

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VIGÊNCIA DO ADITIVO: ---

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA

PROCURADOR JURÍDICO

OAB/SC 33.396

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2016 SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº 163/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos do FNAS, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 718,91 (setecentos e dezoito reais com noventa e um centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0052(85)Aplicações Diretas R\$ 718,91

Total R\$ 718,91

Art. 2º - Os recursos destinados a suplementação do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0052 – Recursos do FNAS .

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 12 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 12 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 164/2016 SUPLEMENTAÇÃO FMS

DECRETO Nº 164/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos da Atenção Básica, Vinculados Estaduais e

Vinculados APAE, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 59.244,94 (cinquenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais com noventa e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Órgão: 15 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0064(12)Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0095(15)Aplicações Diretas R\$ 8.659,15

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0708(28)Aplicações Diretas R\$ 10.585,79

Total R\$ 59.244,94

Art. 2º - Os recursos destinados a suplementação do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0064 – Recursos da Atenção Básica na c/c nº 18664-3, 0095 – Recursos Vinculados Estaduais na c/c nº 52268-6, 0708 – Recursos Vinculados APAE, na c/c nº 18665-1, Agência 778-1/5369-4, do Banco do Brasil Torres/RS e SSJ/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 15 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 15 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 165/2016 SUPLEMENTAÇÃO FMS

DECRETO Nº 165/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso IV da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 10.389,29 (dez mil, trezentos e oitenta e nove reais com vinte e nove centavos), no orçamento do exercício de 2016, conforme abaixo especificado:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Órgão: 15 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0103(26)Aplicações Diretas R\$ 10.389,29

Total R\$ 10.389,29

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior se destina a manutenção das ações de saúde pública, proveniente de recursos estaduais do superávit financeiro, na vinculação 0103, na conta corrente nº 52.268-6, Agência 778, do Banco do Brasil/Torres-RS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 15 de dezembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 15 de dezembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO N. 479/2016**

DECRETO Nº 479, de 08 de dezembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05.01	Secretaria de Educação e Esportes	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.025	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.0018	188.000,00
TOTAL		188.000,00

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0018 – Transferência do FUNDEB – Excesso de Arrecadação ou provável excesso.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 08 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego
Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO N. 481/2016

DECRETO Nº 481, de 19 de dezembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 588.000,00 (quinhentos e oitenta e oito mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

05.01	Secretaria de Educação e Esporte		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
12.361.1201	2.025	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
Modalidade	Fonte	Código Reduzido	Dotação
3.3.90.00.00	01.0162.00	51	588.000,00
TOTAL		588.000,00	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0162

– Transferência de Convênios – Estado/Educação – Excesso de Arrecadação – Convênio n. 2016TR002466.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 19 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO N.480/2016

DECRETO Nº 480, de 19 de dezembro de 2016.

“DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “I” do art. 5º, da Lei Municipal nº. 762, de 01 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

13.01	Fundo Municipal de Saúde		
Funcional	Proj./ativ.	Descrição	
10.301.1001	2.038	Manutenção BL de Atenção Básica Variável	
Modalidade	Fonte	Dotação	
3.1.90.00.00	01.0138.10	14	100.000,00
TOTAL		100.000,00	

Art. 2º - Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos financeiros da fonte de recursos – 01.0138 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Excesso de Arrecadação, incremento temporário do Piso de Atenção Básica, Parcela Unica.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 19 de dezembro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

Edson Salvadego

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0035/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0035/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa Deolindo José Baggio EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o 80.088.236/0001-33, sediada na Av. quinze de novembro, 860, centro, Ponte Serrada – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por Sr. Deolindo José

Baggio, inscrito no CPF sob o n.105.282.619-91, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2017. Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Ivandre Bocalon Contratante	DEOLINDO JOSÉ BAGGIO EPP Deolindo José Baggio Contratada
--	--

Testemunhas:

Karina Ap. Marini Ribeiro CPF: 008.042.129-61	Edson Salvadego CPF: 067.004.859-32
--	--

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 21/2016

Ata nº 21/2016; Processo nº 64/2016; Objeto: O registro de Preço para aquisição de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: AUTO POSTO VALTELINO LTDA; Valor: R\$ 16.194,00 (dezesesseis mil, cento e noventa e quatro reais) e AUTO POSTO GEMEOS EIRELI- ME, Valor: R\$ 793.975,00 (setecentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e cinco reais). Data da Assinatura: 28/12/2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 22/2016

Ata nº 22/2016; Processo nº 60/2016; Objeto: Registro de Preço para aquisição de fita para teste de dosagem de glicemia e lancetas, utilizadas nas unidades de Saúde do Município. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Valor: R\$ R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais). Data da Assinatura: 29/12/2016.

PORTARIA Nº 450/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 450/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Juliana Aparecida da Rosa Soares, portadora do CPF nº 057.471.979-24, matrícula 11221, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 154/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes – SC, em 27 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 451/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 451/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Deise Alexandre Cabral, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula 11230, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 202/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes – SC, em 27 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 452/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 452/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Iara Demetrio Lange, portadora do CPF nº 094.775.809-70, matrícula 11235, ocupante do Cargo de Estagiária, contratada pela Portaria nº 218/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes – SC, em 27 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 453/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 453/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Wildimar Vales Durans Cabral, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora de Recursos Humanos, portadora do CPF nº 177.218.733-04, matrícula nº 10935, nomeada pela Portaria nº 328/2013, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 454/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 454/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Luana Gonçalves Miguel, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Secretário, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF nº 095.307.889-24, matrícula nº 11254, nomeada pela Portaria nº 276/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 455/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 455/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Elizabete Florinda Pedro, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Gerente de Serviços e Proteção

Social, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, portadora do CPF nº 055.496.839-89, matrícula nº 10851, nomeada pela Portaria nº 057/2013, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 456/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 456/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Natália Machado Rosa Luiz, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, portadora do CPF nº 728.175.269-53, matrícula nº 11236, nomeada pela Portaria nº 219/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 457/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 457/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Andreza Martinho, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária Unidade Escolar, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF nº 038.597.829-40, matrícula nº 11213, nomeada pela Portaria nº 138/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 458/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 458/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Jaini Cardoso, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Secretária Unidade Escolar, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, portadora do CPF nº 105.780.419-36, matrícula nº 11263, nomeada pela Portaria nº 321/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 459/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 459/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Eva Maria Silva, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Secretária, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, portadora do CPF nº 044.584.979-79, matrícula nº 11239, nomeada pela Portaria nº 234/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 460/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 460/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto

na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, Sabrina Rodrigues Souza Eger, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, portadora do CPF nº 051.830.899-57, matrícula nº 11214, nomeada pela Portaria nº 140/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 461/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 461/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 323/2013, que designou Diretora de Controle Interno, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Luciane Firmina Silvano, brasileira, portadora do CPF nº 038.193.479-92, matrícula nº 10288, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 29 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 462/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 462/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 003/2014, que designou Secretária Municipal de Finanças, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Luceni Firmino Silvano, brasileira, portadora do CPF nº 812.159.409-04, matrícula nº 10713, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 29 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 463/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 463/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 114/2015, que designou Secretária Municipal de Educação, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Joyce Fernanda Nunis, brasileira, portadora do CPF nº 983.430.419-68, matrícula nº 10250, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 29 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 464/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 464/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, Almery Alcides Vieira, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, portador do CPF nº 595.888.299-68, matrícula nº 11055, nomeado pela Portaria nº 422/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, 29 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Penha

PREFEITURA

3053

DECRETO N° 3053/2016

PRORROGA DECRETO N° 2823/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o Decreto nº 2823/2016 e continua fixado até o dia 17 de fevereiro de 2017 o seguinte horário de expediente nas repartições públicas municipais:

– Das 12h00m as 18h00m.

Art.2º - Na Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos, O horário de expediente será

– Das 07h00m as 13h00m.

Art.3º - Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais correspondentes a área da saúde, coleta de lixo, coveiros, vigias, creches, escolas e Conselho Tutelar

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 28 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 40 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 14/2016, modalidade Tomada de Preços nº 01/2016

Objeto: Registrar a supressão de valor para serviços complementares na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave (III etapa - Preventivo e ligações) a serem executadas de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma dispostos no edital de tomada de preços 01/2016 e proposta de preço apresentados pela empresa contratada.

Dados do Contrato: Contrato nº 40/2016
Contratado: CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP
Município de Peritiba – SC em 23 de Novembro de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 41 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original 01/2015 para prestação de serviços de Manutenção do Software para gerenciamento da distribuição de medicamentos na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave.

Dados do Contrato: Contrato nº 41/2016, Segundo termo aditivo ao Contrato nº 01/2015
Contratado: DREAM TECNOLOGIA LTDA - EPP
Valor: R\$ 1.921,08 (Um mil novecentos e vinte e um reais e oito centavos)
Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017
Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 42 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original 02/2015 para prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde concedido por parte da CONTRATADA, que será implantado na Secretaria Municipal de Saúde de Peritiba para fins e controle do cadastro de usuários, atendimentos e produção ambulatorial, agendamento de consultas, emissão e controle das autorizações de exames, controle de estoque de medicamentos da farmácia básica, transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio (TFD), controle de benefícios, Prontuário médico eletrônico, controle dos atendimentos odontológicos, controle de imunizações (vacinas) controle de HIV's (CTA) e consulta geral por paciente, sistema integrado funcional por meio eletrônico, com treinamento e capacitação para os técnicos do Município responsáveis para cadastro e controle.

Dados do Contrato: Contrato nº 42/2016, Segundo Termo Aditivo

ao Contrato nº 02/2015

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA
Valor: R\$ 7.560,00 (Sete mil e quinhentos e sessenta reais)
Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017
Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 43 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 01/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 01/2013

Objeto: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo até 31 de dezembro de 2017 para a coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos de saúde dos grupos "A", "B" e "E" oriundos das instalações do Posto de Saúde do município, que deverão ser removidos pela CONTRATADA, conforme o que determina a Resolução 358/05 do CONAMA e aplicar o reajuste do índice IGP-M/FGV dos últimos doze meses (7,1374%).
Dados do Contrato: Contrato nº 43/2016, Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013

Contratado: ATITUDE AMBIENTAL LTDA
Valor: R\$ 14.019,60 (Quatorze mil, dezenove reais e sessenta centavos)
Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017
Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 44 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Edital de licitação 13/2015 Credenciamento Universal nº 03/2015 e o processo de licitação 03/2016, Inexigibilidade 03/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original nº 03/2016 para fornecimento de Medicamentos diversos cuja relação não faça parte dos medicamentos oferecidos pela Farmácia Básica da Unidade Municipal de Saúde, cujo pagamento será baseado na Tabela ABCFARMA.

Dados do Contrato: Contrato nº 44/2016, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016
Contratado: FARMÁCIA SANTO ISIDORO LTDA ME
Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017
Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 45 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Edital de licitação 13/2015 Credenciamento Universal nº 03/2015e o processo de licitação 01/2016, Inexigibilidade 01/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original nº 01/2016 para fornecimento de Medicamentos diversos cuja relação não faça parte dos medicamentos oferecidos pela Farmácia Básica da Unidade Municipal de Saúde, cujo pagamento será baseado na Tabela ABCFARMA.

Dados do Contrato: Contrato nº 45/2016, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2016

Contratado: FARMACIA PERITIBA LTDA - EPP

Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 46 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 14/2016, modalidade Tomada de Preços nº 01/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato original nº 27/2016.

Dados do Contrato: Contrato nº 46/2016, Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2016

Contratado: CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP

Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 47 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Edital de licitação 15/2015 Credenciamento Universal nº 05/2015 e o processo de licitação 09/2016, Inexigibilidade 06/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato original nº 08/2016 PARA prestação dos serviços de fonoaudiologia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 47/2016, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2016

Contratado: CLINICA BONNA SALUTE LTDA

Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 48 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Edital de licitação 12/2015 Credenciamento Universal nº 02/2015e o processo de licitação 06/2016, Inexigibilidade 04/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original nº 04/2016 para contratação de Empresa especializada para realização de exames Laboratoriais especificados tabela SUS, para atendimento à população do Município conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 48/2016, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2016

Contratado: LABORATÓRIO PERITIBA LTDA - ME

Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 49 2016 FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Edital de licitação 12/2015 Credenciamento Universal nº 02/2015 e o processo de licitação 21/2016, Inexigibilidade 10/2016

Objeto: Prorrogar até 31/12/2017 o prazo de vigência do contrato Original nº 33/2016 para contratação de Empresa especializada para realização de exames Laboratoriais especificados tabela SUS, para atendimento à população do Município conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 49/2016, Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2016

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SAO FRANCISCO

Valor: R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais)

Data de Vigência: 16/12/2016 à 31/12/2017

Município de Peritiba – SC em 16 de Dezembro de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.513, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.513, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 26

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais):

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 29

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 096/2016

TERMO ADITIVO 096/2016

CONTRATO ADITADO Nº 295/2016

Termo aditivo de Contrato de "FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa CIDIMAR DA ROSA ME, autorizado através do Processo n. 180/2016 Licitação n. 052/2016 Modalidade PRE-GÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CIDIMAR DA ROSA ME

CNPJ-MF n.º.11.312.247/0001-60

Endereço: Avenida Lebon Regis, 479 – sala 02

Representada por: CIDIMAR DA ROSA

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93; pelas leis de proteção ambiental e pelas normas do Edital de Licitação nº 052/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando o equívoco quando calculado a quantidade de sacas de massa niveladora a ser aplicado para corrigir o piso cerâmico antes de fixar o piso vinílico.

2.2 Considerando essa massa render 7.64 por m² e o necessário para cobrir toda a estrutura do piso na Unidade Básica de Saúde é de 34 sacas a mais do que o licitado.

2.3 Fica o contrato aditado em R\$ 4.080,000 (quatro mil e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 295/2016, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CIDIMAR DA ROSA ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

DECRETO Nº 4.512, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.512, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.91.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0119 - Fundeb

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) conforme abaixo discriminado;

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.35 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 0119 - Fundeb

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 568, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 568, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

DECLARA FRACASSADA A LICITAÇÃO Nº 067/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

Art. 1º Declara fracassada Licitação 067/2016, referente aquisição de um veículo para a Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 570 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 570 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA Rafael gonzatto araldi Do cargo de Provimento em comissão de Assessor Jurídico.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, Rafael gonzatto araldi, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no OAB/SC sob nº 32184, CPF nº 008.847.789-40, do cargo de provimento em comissão de assessor jurídico, nível de vencimento DAS-07, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 571 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 571 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA MARILDA CASAGRANDE MATTAMA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, TRIBUTOS E POSTURA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, MARILDA CASAGRANDE MATTANA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 594.539.239-15, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de Serviços de Fiscalização de Obras, Tributos e Postura, lotada na Secretaria de Administração, com carga horaria de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 572 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 572 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA ADELAR BADO DO cargo de provimento em comissão de Secretário municipal de agricultura.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, ADELAR

BADO, brasileiro, inscrito no CPF nº 054.794.539-63, residente e domiciliado na Linha Navegantes, interior do Município de Pinheiro Preto - SC, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 573 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 573 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrito no CPF nº 437.589.839-91, residente e domiciliada na Rua Octavio Mattana, nº 130, Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 574 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº. 574 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA KELY REGINA PIVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA DO CENTRO EDUCACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, KELY REGINA PIVA, brasileira, casada, inscrito no CPF sob nº 950.764.509-82, do cargo de provimento em Comissão de SECRETÁRIA DO CENTRO EDUCACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 575 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 575 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA ODENICE SALETE RODRIGUES DE AGUIAR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DIRETOR DE CULTURA E TURISMO .

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016 ODENICE SALETE RODRIGUES DE AGUIAR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 040.053.069-42, do cargo de provimento em comissão de "DIRETOR DE CULTURA E TURISMO", nível DAI-05, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, esporte e cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 576 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 576 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SONIA MARIA HENTZ DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE INFORMÁTICA E TRANSPARÊNCIA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, SONIA MARIA HENTZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 010.107.479-40, residente Rod. Sc 135, Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em Comissão de DIRETOR DE INFORMÁTICA E TRANSPARÊNCIA NIVEL DAS-06, com vencimentos previstos em Lei, Lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 577 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 577 de 30 de dezembro DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA SONIA MARIA SCARABOTO BALDICERA, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE ATIVIDADES CULTURAIS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, a servidora SONIA MARIA SCARABOTO BALDICERA, do cargo de provimento em comissão de Coordenador de atividades CULTURAIS, carga horária de 40 horas semanais e lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 578 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA Tauana Neis DO cargo de Provimento em comissão de Coordenador administrativo escolar.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 31 de dezembro de 2016 Tauana Neis, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 084.305.859-58, do cargo de provimento em comissão de Coordenador administrativo escolar, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 579 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA VILMAR JOSÉ NEIS DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30 de dezembro de 2016 VILMAR JOSÉ NEIS brasileiro, inscrito no CPF nº. 501.883.219-24, residente e domiciliado na Vila Bressan, Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 580 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SERVIDOR MAURILIO DENARDI, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR do departamento de transportes e obras.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a partir de 30 de dezembro de 2016, o servidor MAURILIO DENARDI, do cargo de provimento em comissão de Diretor do departamento de transportes e OBRAS, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 581 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA REINALDO PELENTIR DO cargo de Provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016 REINALDO PELENTIR, brasileiro, casado, motorista, CPF nº 385.247.599-68, do cargo de provimento em comissão de diretor departamento de transportes e obras, nível de vencimento DAS-03, carga horária de 40 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 582 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 582 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERGIO DALL'BOSCO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, SERGIO DALL'BOSCO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 460.940.089-87, residente e domiciliado na Linha Primavera, interior do Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de dezembro de 2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 583 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 583 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA VALDEMAR BOGONI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, VALDEMAR BOGONI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 134.857.929-34, residente e domiciliado a Avenida Costa e Silva, Pinheiro Preto-SC, do cargo em Comissão de cargo de Secretário de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de dezembro e 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 584 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 584 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA ADINÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇO SOCIAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, ADINÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 178.640.488-54, do cargo de provimento em comissão de "COORDENADOR DE SERVIÇO SOCIAL", nível DAS-01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem-estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro e 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 585 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA IVANISE PILATTI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, IVANISE PILATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 521.806.629-04, residente e domiciliada em Linha União, interior do Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Secretária de Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 586 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA SILVANA ORÇATTO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR ADMINISTRATIVO UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de dezembro e 2016, SILVANA ORÇATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob n. 039.994.649-76, do cargo de provimento em comissão de "COORDENADOR ADMINISTRATIVO UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE", nível DAS-02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 587 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS DO cargo de provimento em comissão de Coordenador do sistema de controle interno.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 041.612.829-74, residente e domiciliado na Rua dos Operários, nº 123, Município de Ibiama - SC, do cargo de provimento em comissão de Coordenador do sistema de Controle Interno, nível DAÍ-07, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 588 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 588 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA IUCIANE RENATA BASEGGIO da função temporária DE ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, LUCIANE RENATA BASEGGIO, brasileira, inscrita no CPF nº 077.433.209-36, da função temporária de ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 30 de dezembro de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 589 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA N. 589 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

ENCERRA DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO FERNANDO DELAZZERI PARA EXERCER FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE "OPERADOR DE MOTONIVELADORA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Encerrar a partir de 30 de dezembro de 2016 a designação de FERNANDO DELAZZERI para a função de "operador de Motoniveladora", em caráter temporário, retornando para todos os efeitos ao seu cargo de provimento efetivo de "Motorista"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 590 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA N. 590 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

ENCERRA DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR EFETIVO FERNANDO RABUSKE PARA EXERCER FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE "OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Encerrar a partir de 30 de dezembro de 2016 a designação de FERNANDO RABUSKE para a função de "operador de Retroescavadeira", em caráter temporário, retornando para todos os efeitos ao seu cargo de provimento efetivo de "Operador de trator de Pneus"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 591 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 591 DE 30 DE dezembro DE 2016.

ENCERRA A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR Efetivo ADEMIR VARGAS ZUCONELLI para A função temporária de "operador de trator agrícola" e dá outras providências.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1.º Encerrar a partir de 30 de dezembro de 2016 a designação de ADEMIR VARGAS ZUCONELLI para a função de "Operador de Trator Agrícola", retornando ao cargo efetivo de origem de "Operário Braçal. "

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de dezembro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 592 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 592 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXONERA ANGELA PERDONCINI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a partir de 30 de dezembro de 2016, ANGELA PERDONCINI, brasileira, solteira, inscrito no CPF nº 081.996.789-09, residente e domiciliado em Linha São Roque, interior do Município de Pinheiro Preto-SC, do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de dezembro e 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4637/2016

DECRETO Nº 4637/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO, DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a modalidade de aplicação na classificação:

I – 08.01.26.782.0012.2.025 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Fonte 3000

Art. 2º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 12.900,00 (doze mil e novecentos reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º, são provenientes do superávit de recursos apurados no Balanço Geral do exercício de 2015, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4637/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
15/12/2016	1	Adicionar	12.900,00	164	2	33900000000000	3000 - SUPERÁVIT ORDINÁRIO
TOTAL DA ENTIDADE			12.900,00				

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4638/2016

DECRETO Nº 4638/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 89.000,00 (oitenta e nove mil reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4638/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
15/12/2016	1	Adicionar	4.000,00	26	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	1.760,00	82	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	10.000,00	107	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	55.240,00	126	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	8.000,00	138	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			79.000,00				
Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
15/12/2016	1	Adicionar	10.000,00	4	2	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			10.000,00				
TOTAL DO DECRETO							89.000,00

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4639/2016

DECRETO Nº 4639/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 61.110,00 (sessenta e um mil cento e dez reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I, conforme recursos provenientes da repatriação.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO N° 4639/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
15/12/2016	1	Adicionar	50.000,00	126	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	7.000,00	145	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	4.010,00	82	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
15/12/2016	1	Adicionar	100,00	56	2	33900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
TOTAL DA ENTIDADE			61.110,00				

Planalto Alegre/SC, em 15 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4640/2016

DECRETO N° 4640/2016, DE 28 de dezembro de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art.1º- Estabelece Ponto Facultativo nas repartições públicas do município de Planalto Alegre no dia 30 de Dezembro de 2016.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento estará trabalhando somente com expediente interno.

Art.2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação com efeitos no dia 30 de Dezembro de 2016.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em, 28 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.160 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.160 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 83.467,38 (oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.1009 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 11.722,57

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1010 – Reurbanização de Praças e Ruas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 29.038,03

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011 – Pavimentação de Ruas e Calçadas

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03340200– Transf. de Conv. -Progr. Infra-estr. Tran R\$ 42.706,78

TOTAL: R\$ 83.467,38

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 398.955,00 (trezentos e noventa e oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 12.960,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 2.200,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

Unidade Orçamentária: 06.002- Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0100000 – Recursos Ordinários R\$ 31.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 0118000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 293.795,00

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020- Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 17.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022- Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 37.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 13.000 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075– Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas
 Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
 TOTAL: R\$ 398.955,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminada

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 15.160,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

Unidade Orçamentária: 06.002- Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 – Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 319100.00 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 31.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01180000 – Transferências do Fundeb -(aplic.profis) R\$ 293.795,00

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020- Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 17.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022- Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 37.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais

Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

ÓRGÃO: 13.000 –SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária: 13.001 – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2075– Manutenção do Conselho Tutelar

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$

2.000,00

TOTAL: R\$ 398.955,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 22.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 122.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil oitocentos reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2065 - Programa de Farmacia Basica

Elemento: 339300.00 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670501 – Prog. de Farmácia Básica Estadual R\$ 22.800,00

TOTAL: R\$ 26.800,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 6º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 64.039,00 (sessenta e quatro mil trinta e nove reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 22.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.550,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380206 – PSF - Odontológico R\$ 8.700,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 7.200,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 3.000,00
Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 10.000,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 1.589,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 4.000,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670201 – PSF/Estadual R\$ 3.000,00
TOTAL R\$ 64.039,00

Art 7º - Os valores resultantes das transposições do Art. 6º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS
Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380204 – PACS R\$ 32.000,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380205 – PSF R\$ 4.550,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380206 – PSF - Odontológico R\$ 8.700,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380207 – Núcleo Apoio a Saúde Família – NASF R\$ 8.789,00
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01380208 – Centro de Atenção Psicossocial - CAPS R\$ 7.000,00
Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas
Vinc. p/ Fonte Recursos: 01670201 – PSF/Estadual R\$ 3.000,00
TOTAL R\$ 64.039,00

Art. 8º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 16 de dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

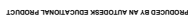
MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

PREFEITURA

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT



CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 008/2016**

PORTARIA Nº 08 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

"AUTORIZA RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO, o ofício nº 480/2016, do Poder Executivo notificando a exoneração de servidor cedido através da Portaria nº 005/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza o retorno do servidor Valmor Guerreiro Filho, inscrito no CPF/MF sob nº 020.062.649-31, ao cargo efetivo Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 005/2012.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo,

Estado de Santa Catarina, aos 27 dias do mês de dezembro de 2016.

Eduardo Prado
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

RESOLUÇÃO Nº 012/2016

RESOLUÇÃO Nº 012/2016

"EXONERA ASSESSOR JURIDICO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, com o disposto no artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e o artigo 11, inciso VIII do Regimento Interno, resolve:

ART. 1º - Exonera João José da Cruz Neto, advogado inscrito na OAB/SC sob o nº 22.590, da Categoria Funcional de Diretor Jurídico, pertencente ao grupo de Assessoramento Técnico Comissionado com vencimentos estabelecidos na Lei Complementar nº 053/14.

ART. 2º - As despesas decorrentes da presente resolução, correrão por conta de dotação específica do Orçamento vigente.

ART. 3º - Esta Resolução entra em vigor em 31 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de dezembro de 2016.

Eduardo Prado Joel Orlando Lucinda
Presidente Vice -Presidente

Elias Cabral Jonas Amadeu Raulino
1º Secretário 2º Secretário

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

RESOLUÇÃO Nº 013/2016

RESOLUÇÃO Nº 013/2016

"DETERMINA ARQUIVAMENTO DE PROPOSIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por lei, em especial o disposto no artigo 141 do Regimento Interno, resolve:

ART. 1º - Consoante o término da legislatura 2013/2016, ficam arquivados as proposições que estejam sem parecer, ou com parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, e ainda não submetidas ao plenário, a seguir elencadas:

I – Projeto de Lei Parlamentar nº 010/2013;
II – Projeto de Lei nº 065/2013;
III - Projeto de Lei Parlamentar nº 026/2014;
IV - Projeto de Lei Parlamentar nº 048/2014
V- Projeto de Lei Parlamentar nº 050/2014;
VI – Projeto de Lei nº 060/2014;
VII - Projeto de Lei nº 073/2014;
VIII- Projeto de Lei Parlamentar nº 027/2015
IX - Projeto de Lei Parlamentar nº 042/2015
X - Projeto de Lei Complementar nº 050/2015;
XI – Projeto de Lei Complementar nº 055/2015;
X- Projeto de Lei nº 035/2015;
XI- Projeto de Lei nº 043/2015
XII- Projeto de Lei nº 063/2015
XIII - Projeto de Lei nº 070/2015;
XIV- Projeto de Lei nº 074/2015;
XV - Projeto de Lei nº 007/2016;
XVI- Projeto de Lei nº 021/2016;
XVII- Projeto de Lei Parlamentar nº 026/2016.

ART. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 27 dias do mês de dezembro de 2016.

Eduardo Prado Joel Orlando Lucinda
Presidente Vice -Presidente

Elias Cabral Jonas Amadeu Raulino
1º Secretário 2º Secretário

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.118/2016

DECRETO Nº 1.118, de 28 de dezembro de 2016.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA PAULO RUBENS BUCH, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 1.107, de 21 de dezembro de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 30 de dezembro de 2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Vice-Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 738/2016 A 749/2016 - RH

PORTARIA Nº 738, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Cordovan Frederico de Melo Neto, das funções do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 739, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Cristiane Aparecida de Jesus dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 740, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Jesse Marcelo Guviazdecki, das funções do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 741, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Maria Andreiov do Nascimento, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 742, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Marisa Andrzejewski Henkel, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 743, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Marisa de Assis, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 744, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Samir Alves, das funções do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 745, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Sirlei Aparecida Mendes de Araujo Cardoso, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nivel 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 746, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, das funções do cargo de Professor 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 747, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Médico (Clínico Geral)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Mariano Bordon Sosa, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 748, de 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Médico (Plantonista)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Natalia Saty Kliemann, das funções do cargo de Médico (Plantonista), do quadro de pessoal

desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 749, 30 de dezembro de 2016.

Rescindir o contrato de trabalho do cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Josemar Marek, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de novembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 750/2016 - RH

PORTARIA Nº 750, de 30 de dezembro de 2016.

Suspender, o Contrato de Trabalho nº 004/2015 de 02 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o termino do contrato em 30 de dezembro de 2016, de Neusa Lubejs Jak;

CONSIDERANDO o afastamento por Auxílio Maternidade da mesma, pelo nascimento de sua filha Bianca Aparecida Jak em 19 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a partir de 30 de dezembro de 2016, o Contrato de Trabalho nº 004/2015 de 12 de janeiro de 2015, de Neusa Lubejs Jak, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, enquanto perdurar a estabilidade puerperal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 751/2016 - RH

PORTARIA Nº 751, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 103/2016,
Agente de Serviços Públicos Nível 01.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 103/2016, de Seila Maria Marques, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 16 de janeiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,

deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 752/2016 - RH

PORTARIA Nº 752, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 002/2015,
Agente de Serviços Públicos Nível 01.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 002/2015, de Anair Do Rocio Serafin, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 16 de janeiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assumira a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 753/2016 - RH

PORTARIA Nº 753 , 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 072/2016, Médico (Ortopedista).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 072/2016, de Adriano Reus Darin De Araújo, que exerce as funções do cargo de Médico (Ortopedista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 06 de julho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assumira a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 754/2016 - RH

PORTARIA Nº 754, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 078/2016, Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 072/2016, de Alyne Duarte Bacha, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 30 de junho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 755/2016 - RH

PORTARIA Nº 755, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 102/2016, Médico (Clínico Geral).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 09 de outubro de 2017, o Contrato de Trabalho nº 102/2016, de André Luiz Batista, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 756/2016 - RH

PORTARIA Nº 756, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 052/2016, Médico (Clínico Geral).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 02 de maio de 2017, o Contrato de Trabalho nº 052/2016, de Antônio Carlos Pigatto Caus, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 757/2016 - RH

PORTARIA Nº 757, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 089/2016, Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 089/2016, de Camila Edith Stachera Stasiak, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 11 de agosto de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 758/2016 - RH

PORTARIA Nº 758, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 178/2015, Médico (Clínico Geral).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 178/2015, de Charles Ronald Van Santen, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 01 de novembro de 2017, para atender a demanda de cirurgias eletivas gerais e por não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 759/2016 - RH

PORTARIA Nº 759, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 147/2015, Psicólogo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 147/2015, de Daiane Cristina Mali, que exerce as funções do cargo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 30 de junho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 760/2016 - RH

PORTARIA Nº 760, de 30 de dezembro de 2016.

Prorrogar o Contrato de Trabalho PSF nº 003, do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 09 de março de 2017, o Contrato de Trabalho PSF nº 003, de Daiane dos Santos Lima, que exerce as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, em razão de não ter cessado a possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculada à Secretaria de Saúde deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 761/2016 - RH

PORTARIA Nº 761, de 30 de dezembro de 2016.

Prorrogar o Contrato de Trabalho PSF nº 002, do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 09 de março de 2017, o Contrato de Trabalho PSF nº 002, de Diana Teodoro de Moraes, que exerce as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, em razão de não ter cessado a possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculada à Secretaria de Saúde deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 762/2016 - RH

PORTARIA Nº 762, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 060/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 02.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 060/2016, de Eurides dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 14 de junho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 763/2016 - RH

PORTARIA Nº 763, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 050/2016, Médico (Dermatologista).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 050/2016, de Fernanda Rech Gomes Gregol, que exerce as funções do cargo de Médico (Dermatologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 29 de abril de 2017, em razão de não haver candidatos inscritos no Concurso Público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 764/2016 - RH

PORTARIA Nº 764, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 059/2016, Médico (Urologista).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 059/2016, de Florêncio de Mattos Leão, que exerce as funções do cargo de Médico (Urologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 14 de junho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 765/2016 - RH

PORTARIA Nº 765, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 019/2016, Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 019/2016, de Henrique Bittencourt Mamcarz, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 766/2016 - RH

PORTARIA Nº 766, de 30 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 06 de abril de 2017, ou até a realização de Processo Seletivo Público, o Contrato de Trabalho PSF nº 004/2015, de Jane Alcione Pitz Gregolin, que exerce as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto às Unidades Básicas de Saúde de Bom Princípio e Maratá, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial das respectivas comunidades, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 767/2016 - RH

PORTARIA Nº 767, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 075/2016, Enfermeiro.

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 075/2016, de Jordana Debora Bughay, que exerce as funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 14 de julho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 768/2016 - RH

PORTARIA Nº 768, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 049/2016, Médico (Clínico Geral).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea

“e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 11 de maio de 2017, o Contrato de Trabalho nº 049/2016, de Juliano Hassan, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 769/2016 - RH

PORTARIA Nº 769, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 020/2016, Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 020/2016, de Juliano Hassan, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 08 de março de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 770/2016 - RH

PORTARIA Nº 770, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho PSF nº 001/2016, Médico do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 001/2016, de Jussara Neppel, que exerce o emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, de 30 de dezembro de 2016 a 07 de fevereiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 771/2016 - RH

PORTARIA Nº 771, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 021/2016, Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 021/2016, de Jussara Neppel, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 772/2016 - RH

PORTARIA Nº 772, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 074/2016, Agente de Serviços Públicos Nível 01.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 074/2016, de Karina Aparecida de Souza Kinal, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 14 de julho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 773/2016 - RH

PORTARIA Nº 773, de 30 de dezembro de 2016.

Prorrogar o Contrato de Trabalho nº 173/2015, do cargo de Médico Plantonista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 173/2015, de Luiza Carolina Gruhlke, que exerce as funções do cargo de Médico Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 29 de setembro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 774/2016 - RH

PORTARIA Nº 774, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho PSF nº 006/2016, Médico do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 006/2016, de Marcele Portela Antoria, que exerce o emprego público de Médico do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, de 30 de dezembro de 2016 a 03 de abril de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 775/2016 - RH

PORTARIA Nº 775, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho PSF nº 007/2016, Cirurgião Dentista do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 007/2016, de Mariane Trevisan Dissenha, que exerce o emprego público de Cirurgião Dentista do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, de 30 de dezembro de 2016 a 25 de setembro de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 776/2016 - RH

PORTARIA Nº 776, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 058/2016, Auxiliar de Cirurgião Dentista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 058/2016, de Marli Teresinha Zanella Pleczak, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 14 de junho de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 777/2016 - RH

PORTARIA Nº 777, de 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 004/2016, Médico (Anestesiologista).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 004/2016, Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, que exerce as funções do cargo de Médico (Anestesiologista), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, para atender a demanda de cirurgias eletivas gerais e por não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 778/2016 - RH

PORTARIA Nº 778, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 125/2015, Auxiliar de Cirurgião Dentista.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 125/2015, de Patricia Adriane Pohlenz, que exerce as funções do cargo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 30 de dezembro de 2016 a 12 de maio de 2017, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 779/2016 - RH

PORTARIA Nº 779, 30 de dezembro de 2016.

Prorroga Contrato de Trabalho nº 048/2016, Médico (Clínico Geral).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 09 de março de 2017, o Contrato de Trabalho nº 048/2016, de Vanessa Adriane Furlan, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 780/2016 - RH

PORTARIA Nº 780, de 30 de dezembro de 2016.

Prorrogar o Contrato de Trabalho PSF nº 004, do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 30 de dezembro de 2016 a 09 de março de 2017, o Contrato de Trabalho PSF nº 004, de Vanessa Aparecida Becker Jack, que exerce as funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, em razão de não ter cessado a possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculada à Secretaria de Saúde deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 781/2016 - RH

PORTARIA Nº 781, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 097, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 097, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Alfonso Vezaro para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Mecânica e Manutenção Pesada.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 782/2016 - RH

PORTARIA Nº 782, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 084, de 02 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 084, de 02 de março de 2016, que designa o servidor efetivo Alvir dos Santos para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Obras do Interior.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 783/2016 - RH

PORTARIA Nº 783, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 589, de 03 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 589, de 03 de outubro de 2016, que designa o servidor efetivo Artur Bolting para exercer o cargo de Provisão em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 784/2016 - RH

PORTARIA Nº 784, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 008, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 008, de 04 de janeiro de 2016, que designa o servidor efetivo Afonso Wasmann Neto para exercer o cargo de Provisão em Comissão de Contador Geral do Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 785/2016 - RH

PORTARIA Nº 785, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 001, de 04 de janeiro de 2016, que designa o servidor efetivo Alcyr Augusto Scherer para exercer o cargo de Provisão em Comissão de Supervisor de Topografia.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 786/2016 - RH

PORTARIA Nº 796, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 098, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 098, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Cláudio Michaliszyn para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Cadastro Técnico Imobiliário.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 787/2016 - RH

PORTARIA Nº 787, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 008, de 02 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 008, de 02 de janeiro de 2013, que designa o servidor efetivo Daniel Benoni para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Controle e Avaliação da Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 788/2016 - RH

PORTARIA Nº 788, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 095, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 095, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Davi Damasceno dos Santos para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Esportes.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 789/2016 - RH

PORTARIA Nº 789, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 291, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 291, de 15 de junho de 2016, que designa o servidor efetivo Dinarte Ribeiro Guedes Neto para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Recursos Humanos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 790/2016 - RH

PORTARIA Nº 790, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 017, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 017, de 25 de janeiro de 2016, que designa o servidor efetivo Ernani Opautchak para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 791/2016 - RH

PORTARIA Nº 791, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 100, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 100, de 01 de fevereiro de 2013, que designa a servidora efetiva Graciele Carla Bordignon Rodrigues para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Licitação.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 792/2016 - RH

PORTARIA Nº 792, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 085, de 02 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 085, de 02 de março de 2016, que designa o servidor efetivo Leomar Moreira para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Equipe de Pavimentação Asfáltica.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 793/2016 - RH

PORTARIA Nº 793, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 603, de 14 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 603, de 14 de outubro de 2016, que designa o servidor efetivo Neilor Grabovski para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento da Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 794/2016 - RH

PORTARIA Nº 794, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 099, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 099, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Ralf Buse para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Compras.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 795/2016 - RH

PORTARIA Nº 795, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 370, de 17 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 370, de 17 de abril de 2015, que designa o servidor efetivo Remi Przyslak para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor Administrativo de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 796/2016 - RH

PORTARIA Nº 796, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 088, de 07 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 088, de 07 de março de 2016, que designa o servidor efetivo Renato de Oliveira Santos para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Distrito de São Miguel da Serra.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 797/2016 - RH

PORTARIA Nº 797, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 452, de 11 de maio de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 452, de 11 de maio de 2015, que designa o servidor efetivo Rodrigo Bonin Leão para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Institucionais da Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 798/2016 - RH

PORTARIA Nº 798, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 708, de 14 de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 708, de 14 de outubro de 2013, que designa a servidora efetiva Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Compras e Licitação.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 799/2016 - RH

PORTARIA Nº 799, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 604, de 14 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 604, de 14 de outubro de 2016, que designa o servidor efetivo Valter Alves da Silva para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Posto do SINE.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 800/2016 - RH

PORTARIA Nº, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 986, de 29 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 986, de 29 de agosto de 2014, que designa o servidor efetivo Vinicius André Makiak para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Contratos e Convênios.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 801/2016 - RH

PORTARIA Nº 801, de 30 de dezembro de 2016.

Revogar a Portaria nº 091, de 01 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 091, de 01 de fevereiro de 2013, que designa o servidor efetivo Claudio Tilgner De Souza para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 802/2016 A 829/2016 - RH

PORTARIA Nº 802/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de junho/2010 a junho/2015, da servidora ALINE CRISTINA COLITA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 803/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2010 a outubro/2015, da servidora ANA ROSA MARIA DE AGOSTINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 804/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, da servidora ANDRESSA CRISTINA WEILLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 805/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora CECILIA CLARETE KOPKO TIDRE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 806/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2009 a abril/2015, da servidora CEILA MARA RODRIGUES SCHEIBE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 807/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de julho/2011 a julho/2016, da servidora CIANE GIANINI DROSDOSKI MOHR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 808/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora CLEIDE MARIA ROSA GREGORIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 809/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, da servidora CLEUNICE REGINA KEREZC LISBOA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 810/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora CRISTIANE PATRICIA BRISKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação

Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 811/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora DENIZE ANGELICA MISSAU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 812/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2010 a agosto/2015, da servidora EDNA APARECIDA ANDRADE PACHECO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 813/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84,

inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de julho/2011 a julho/2016, da servidora ELAINE PRESENDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 814/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora GIANE ADRIANA BORMANN LENCHISCKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 815/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora ILDA AP CUSTODIO DOS SANTOS F DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 816/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora ILZA TEREZINHA REINBOLD DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 817/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora JOIS DA TRINDADE VIANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 818/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do

município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, da servidora JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 819/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 820/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, da servidora KARIN DAIANE BARTH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 821/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora KARIN DAIANE BARTH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 822/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, da servidora LILIANE DE FATIMA CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 823/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora MARLENE IVONE BOLTING KUCKLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 824/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora MARTA MAGDAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 825/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora SANDRA MARA PFLEGER SASS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 826/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2011 a janeiro/2016, do servidor TIAGO ANTONIO GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 827/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de julho/2011 a julho/2016, do servidor VALTER BUENNEMEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 6º ao 9º Anos Finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 828/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de maio/2010 a maio/2015, da servidora VILMA APARECIDA VOLKMAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 829/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora ADRIANA MARY CORREA STACECHEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 830/2016 A 845/2016 - RH

PORTARIA Nº 830/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de abril/2011 a abril/2016, da servidora CAROLINE APARECIDA DE PAULA MAREK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 831/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 006/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora LUCIANE VENESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 832/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/1994 a outubro/1999, da servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 833/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/1999 a outubro/2004, da servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 834/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2004 a outubro/2009, da servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 835/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, da servidora ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 836/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 007/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de setembro/2011 a setembro/2016, da servidora MICHELINE APARECIDA SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 837/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora LUCIANE VENESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 838/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31 de outubro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2011 a agosto/2016, da servidora DALILA TANIA VOGEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 839/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor ANTONIO CARLOS COLACO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Maquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 840/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2009 a outubro/2014, do servidor DIONISIO PUDLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veiculos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 841/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de agosto/2006 a agosto/2011, do servidor ANTONIO ALMIR DE CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 842/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2011 a fevereiro/2016, do servidor EDSON DANIEL FRAITAY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 843/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2011 a fevereiro/2016, do servidor ALCEMIR JOSE LEANDRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 844/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de julho/2011 a julho/2016, da servidora VIVIAN JULIANE STASIAK CAMARGO SCHIER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 845/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio, em folha de pagamento do mês de dezembro/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 009/2016 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de dezembro/2016, referente ao período aquisitivo de outubro/2011 a outubro/2016, do servidor VALDECIR GLIXINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 846/2016 A 852/2016 - RH

PORTARIA Nº 846/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO, ocupante do cargo de Professor Docente Pedagogo, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 847/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva CINTIA MARQUES DE MORAES, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 848/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva GISELE GAJDECZKA, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para a Classe "B", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 849/2016, de 30 de dezembro de 2016.
Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva LINDALVA MONTEIRO, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Informática), para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 850/2016, de 30 de dezembro de 2016.
Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva LUCIA PAOLYCK, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para a Classe "B", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 851/2016, de 30 de dezembro de 2016.
Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva SIMONE DA SILVA MARINHO, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito

pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 852/2016, de 30 de dezembro de 2016.
Conceder Progressão por Avaliação de Desempenho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, Art. 16 a 21 que trata da Progressão por Avaliação de Desempenho para os Membros do Magistério do Município;

CONSIDERANDO o Processo para a Progressão por Avaliação de Desempenho, realizado por Comissões Especiais nomeadas através de Decretos;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Progressão por Avaliação de Desempenho, à servidora efetiva VERONICA MAINA DA SILVA HOMCZINSKI, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Geografia), para a Classe "C", Referência "003", conforme previsto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município de Porto União.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, tendo efeito pecuniário a partir de janeiro de 2016.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 853/2016 A 870/2016 - RH

PORTARIA Nº 853/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 139 de 13 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 139, de 13 de fevereiro de 2015 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora CAROLINE MOYSES DE SOUZA.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 854/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 036 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 036, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora DULCIMAR NEIDE SONNESTRAHL.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 855/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 670 de 31 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 670, de 31 de agosto de 2015 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 856/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 038 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 038, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora JANE REGINA BARTH BRIXNER.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 857/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 035 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 035, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora JANEMAR APARECIDA DALFOVO MISKIEVICZ.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 858/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 345 de 11 de março de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 345, de 11 de março de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora JOSEANE CRISTINA JUNG BEREZA.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA	PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 859/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 218 de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 218, de 24 de fevereiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora JOSIANE GROSSL FROELICH.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 860/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 037 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 037, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora KARIN DAIANE BARTH.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 861/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 189 de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 189, de 25 de fevereiro de 2015 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora LIDIANE REGINA SCHREINER.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 862/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 289 de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 289, de 24 de fevereiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora LUCIANE CRISTINA KAMINSKI VAUDAN.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 863/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 032 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 032, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora SILMARA DE FATIMA AMARANTE BUENO.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 864/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 094 de 08 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 094, de 08 de março de 2016 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Núcleo de Educação Infantil à servidora TATIANE GULECZ.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 865/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 026 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 026, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora EMILIA DA CONCEICAO BANASZESKI SKUBISZ.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 866/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 025 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 025, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora GISELE CASAGRANDE.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 867/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 023 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 023, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora ISABEL CAZNOK.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 868/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 044 de 17 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 044, de 17 de fevereiro de 2016 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora KATIA CORDEIRO RIBEIRO.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 869/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 024 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 024, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora LEILA DE FATIMA LONGO RUARO.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 870/2016, de 30 de dezembro de 2016.

Revoga Portaria nº 028 de 20 de janeiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a Portaria nº 028, de 20 de janeiro de 2014 que concede Gratificação de Função de Gestão de Diretor de Escola à servidora ZILDA LEONI FARBER.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de dezembro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO ADITIVO VIVO**

Extrato de Contrato –
Primeiro Termo Aditivo Contrato Prestação de Serviços.

Contratante: PORTO UNIÃO CÂMARA DE VEREADORES - CNPJ 83.529.933/0001-06

Contratada: TELEFONICA BRASIL S.A.- CNPJ 02.558.157/0001-62

Objeto: Prorrogação do Contrato até 31 de dezembro de 2017, com base na Clausula terceira. Ratificam-se todas as demais cláusulas do contrato original.

ALCEU JUNG
Presidente da Câmara Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26

www.pousoredondo.sc.gov.br

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

4º TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POUSO REDONDO – APAE

Celebram o 4º Termo Aditivo ao Convênio aprovado pela Lei nº 2.453/2013, de um lado o Município de Pouso Redondo/SC, Pessoa Jurídica de Direito Interno, CNPJ 83.102.681/0001-26, representado neste ato pela sua Prefeita, Senhora NAIR GOULART, autorizado pela Câmara Municipal de Vereadores, neste ato denominado simplesmente MUNICÍPIO, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POUSO REDONDO, com sede na Rua Ella Sthamer, 419, bairro Progresso, Pouso Redondo, Santa Catarina, representada por sua Presidente, Sra. ELZA HELENA S. DA SILVA, inscrita no CPF nº 321.951.170-87, visando assentar os seguintes compromissos, deveres, direitos e obrigações, resolvem na melhor forma de direito, aditar o convênio, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a seguinte cláusula do Termo de Convênio, aprovado pela Lei Municipal nº 2.455, de 06 de março de 2013, que passam vigor com a seguinte redação:

O presente CONVÊNIO terá o prazo de vigência compreendido entre 31 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser aditado de acordo com a vontade das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas, podendo ser alteradas a qualquer momento por decisão das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo (SC), 29 de dezembro de 2016.
NAIR GOULART ELZA HELENA S. DA SILVA
Prefeita Municipal Presidente da APAE

Testemunhas:

Neuma Anderle Felizari Tayse Vendramin Marchi
CPF 818.495.249-04 CPF 056.653.669-27

TERMO ADITIVO APAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26

www.pousoredondo.sc.gov.br

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

4º TERMO ADITIVO

4º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POUSO REDONDO – APAE

Celebram o 4º Termo Aditivo ao Convênio aprovado pela Lei nº 2.453/2013, de um lado o Município de Pouso Redondo/SC, Pessoa Jurídica de Direito Interno, CNPJ 83.102.681/0001-26, representado neste ato pela sua Prefeita, Senhora NAIR GOULART, autorizado pela Câmara Municipal de Vereadores, neste ato denominado simplesmente MUNICÍPIO, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POUSO REDONDO, com sede na Rua Ella Sthamer, 419, bairro Progresso, Pouso Redondo, Santa Catarina, representada por sua Presidente, Sra. ELZA HELENA S. DA SILVA, inscrita no CPF nº 321.951.170-87, visando assentar os seguintes compromissos, deveres, direitos e obrigações, resolvem na melhor forma de direito, aditar o convênio, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a seguinte cláusula do Termo de Convênio, aprovado pela Lei Municipal nº 2.455, de 06 de março de 2013, que passam vigor com a seguinte redação:

O presente CONVÊNIO terá o prazo de vigência compreendido entre 31 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser aditado de acordo com a vontade das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas, podendo ser alteradas a qualquer momento por decisão das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo (SC), 29 de dezembro de 2016.
NAIR GOULART ELZA HELENA S. DA SILVA
Prefeita Municipal Presidente da APAE

Testemunhas:

Neuma Anderle Felizari Tayse Vendramin Marchi
CPF 818.495.249-04 CPF 056.653.669-27

TERMO ADITIVO CESMAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26

www.pousoredondo.sc.gov.br

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

2º TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ABEC, MANTENEDORA DO CENTRO SOCIAL MARISTA POUSO REDONDO

Celebram o 1º Termo Aditivo ao Convênio aprovado pela Lei nº 2.454/2013, a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO,

peessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, Rua: Antonio Carlos Thiesen, 74 – Bairro Centro, CEP 89172-000, Pouso Redondo – SC, (47) 3545-1133, CNPJ 83.102.681/0001-26, representada neste ato pelo sua prefeita Sra. NAIR GOULART, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ABEC, mantenedora do CENTRO SOCIAL MARISTA POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ sob o nº 60.982.352/0050-08, com sede a Rua Max Bichels, 45 – Centro – Pouso Redondo – SC, doravante denominado simplesmente CENTRO SOCIAL MARISTA POUSO REDONDO, representada neste ato pelo Diretora da unidade, Sra. NANCY ALEXANDRA PROCHNOW, brasileira, portadora do CPF nº 042.843.409-64, residente e domiciliada, neste município, e pelo Sr. DELCIO AFONSO BALSTRIN, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 518.034.459-04, Irmão Marista e responsável pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA – ABEC, visando assentar os seguintes compromissos, deveres, direitos e obrigações, resolvem na melhor forma de direito, aditar o convênio, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ficam alteradas as seguintes cláusulas do Termo de Convênio, aprovado pela Lei Municipal nº 2.454, de 15 de fevereiro de 2013, que passam vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O prazo do presente Convênio inicia-se em 31 de dezembro de 2016 até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas, podendo ser alteradas a qualquer momento por decisão das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pouso Redondo (SC), 31 de dezembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

DELCIO AFONSO BALSTRIN
Responsável pela ABEC

NANCY A. PROCHNOW
Diretora do CESMAR P.R
Irmão Marista

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 152/2016

DECRETO Nº 152/2016, de 30 de Dezembro de 2016.

NOMEIA A SENHORA ALINE LESKE TILLMANN, DELEGADO PARA TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO:

Art. 1.º - Fica nomeado a senhora ALINE LESKE TILLMANN, Delegada para presidir a cerimônia de transmissão de cargo do Prefeito Municipal, Antonio Francisco Comandoli ao senhor Isamar de Melo, Prefeito Municipal eleito, gestão 2017 à 2020.

Parágrafo Único – O ato solene de Transmissão de cargo terá por local o Gabinete do Prefeito, no prédio do Paço Municipal, nesta cidade de Presidente Nereu.

Art. 2.º - Este Decreto em vigor na data de sua Publicação.

PPresidente Nereu, 30 de dezembro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

DECRETO 149/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 149, de 28 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01010000 2.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$2.000,00 (dois mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01010000 2.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 28 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

DECRETO 150/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1482

Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 150, de 28 de dezembro de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2003.33500000000000.01000000 4.000,00

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS 04.001.0004.0122.1301.2037.31900000000000.01000000 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$19.000,00 (dezenove mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.000000000000.01000000 19.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 28 de dezembro de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 241 DE 28.12.2016

DECRETO Nº. 241, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0010.1.010 Obras de Infraestrutura Social

MODALIDADE:	(28) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
FONTE DE RECURSO: 01.0000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	3.500,00
TOTAL GERAL			R\$	3.500,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 28 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8.188/2016

PORTARIA N 8188/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Sr ARNILDO LAWRENZ, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2015 a 01 de setembro de 2016, para serem gozadas de 27 de dezembro de 2016 a 25 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 27 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.189/2016

PORTARIA N 8189/2016
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Sr VALDINEI GRE-GOL, referente ao período aquisitivo de 10 de março de 2014 a 02 de fevereiro de 2016, para serem gozadas de 29 de dezembro de 2016 a 28 de janeiro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 29 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.190/2016

PORTARIA N 8190/2016
CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

Art. 1ª – Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal Sr JOSE DILAMAR BASSO, cargo de carreira de OPERADOR DE MAQUINAS 40 HORAS SEMANAIS, para serem gozadas de 30/12/2016 à 29/03/2017, conforme autoriza a Lei Complementar 005/2009, em seu artigo 105.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada e presente portaria em data supra

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de Dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável de Recursos Humanos

PORTARIA 8.191/2016

PORTARIA Nº 8191/2016
EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,
RESOLVE:

Exonerar o Servidor Público Municipal MARCIA MARIA MELZ FRANCESCON, do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 8.192/2016

PORTARIA Nº 8192/2016
EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,
RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal JANE MAIRA JORIS, do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 8.193/2016

PORTARIA Nº 8193/2016

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal JUREMA MARIAS ISAIAS, do cargo em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO , a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 8.194/2016

PORTARIA Nº 8194/2016

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar o Servidor Público Municipal ALAN ANTONIO BALESTRIN, do cargo em comissão de DIRETOR CC-09, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 8.195/2016

PORTARIA Nº 8195/2016

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE

ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal ROSELEI COLELLA, do cargo em comissão de DIRETORA CC-10, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

PORTARIA 8.196/2016

PORTARIA Nº 8196/2016

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal MICHELE BEAL, do cargo em comissão de ASSESSORA JURIDICA CC-12, a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 30 de dezembro de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Valdoci Saul

Responsável Recursos Humanos

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 012/2016

PORTARIA Nº 012, de 27 de dezembro de 2016

SANTO CIVIERO, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

ART. 1º. Conceder progressão por Aperfeiçoamento nos termos do inciso II, do artigo 16 da lei complementar n. 032/2014, a SILBELI APARECIDA MATOS GANASINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, no importe de 5% (cinco por cento) de incremento financeiro ao vencimento base.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a contar de 1º de janeiro 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso, 27 de dezembro de 2016.

SANTO CIVIERO
PRESIDENTE

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 271/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 271/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Carla Marina Tremarin Matr. 12726/01 inscrita no CPF: 907.372.029-04, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 272/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 272/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Sidiane Barruffi Dalla Corte Matr. 12610/01 inscrita no CPF: 029.095.929-28, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 273/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 273/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a

Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Marciele Josiane Zanon Matr. 12980/02 inscrita no CPF: 063.359.889-50, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 274/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 274/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Paula Regina Gnotto Matr. 12866/03 inscrita no CPF: 053.870.909-02, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 275/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 275/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Isolete L.dos Santos Matr. 12564/01 inscrita no CPF: 021.204.439-71, lotada na

Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 276/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 276/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Mirian I. A.Liebert Matr. 13036/01 inscrita no CPF: 814.056.429-04, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 277/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 277/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Rozana Adriana Nunes Matr. 13025/01 inscrita no CPF: 093.447.249-11, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 278/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 278/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Daiana C. Staudt Matr. 13040/01 inscrita no CPF: 098.311.729-22, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 279/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 279/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Senhora Elenice Pacheco Poncio Matr. 12955/02 inscrita no CPF: 098.648.079-78, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 280/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 280/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Senhora Cristiane

Spier Matr. 12246/01 inscrita no CPF: 083.590.199-83, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 281/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 281/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Elias Jose Wantz Matr. 12149/02 inscrita no CPF: 006.042.610-12, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 282/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 282/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor João Lucas Machado Matr. 13017/01 inscrita no CPF: 099.337.829-32, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 283/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 283/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Lourenço Rigo Matr. 11614/02 inscrita no CPF: 515.836.079-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 284/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 284/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Juliano J. Pochmann Matr. 13042/01 inscrita no CPF: 081.723.929-40, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 285/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 285/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Laerton

Schonath Matr. 13030/01 inscrita no CPF: 040.584.209-01, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 286/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 286/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Volmir Greff Matr. 12130/01 inscrita no CPF: 017.855.799-40, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 287/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 287/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o Senhor Walmor H. Bernstein Matr. 12190/01 inscrita no CPF: 828.287.259-87, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 289/2016 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA Nº 289/2016
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a Senhora Elisangela Sassi Matr. 13005/01 inscrita no CPF: 074.424.779-92, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 30 de Dezembro 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 17, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016**

PORTARIA N. 17, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede férias à Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ARNO ADELIR ARNT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares ao Servidor Público Municipal, Senhor Adagir Freitas, matrícula n. 540-01, ocupante da função de Técnico Legislativo, no período de 30/12/2016 a 18/01/2017, relativo ao período aquisitivo de 06/11/2015 a 05/11/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, e Santa Terezinha do Progresso, SC, em 30 de dezembro de 2016.

ARNO ADELIR ARNT

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ADAGIR FREITAS

Técnico Legislativo

PORTARIA N. 18, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA N. 18, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Demite Servidor Pública Municipal e dá outras providências

ARNO ADELIR ARNT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica demitida a servidora municipal, senhora Marinéia Andreza Furtado, ocupante da função de Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, nomeada pela Portaria n. 02, de 04 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 30 de dezembro de 2016.

ARNO ADELIR ARNT

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ELIANE LAURA ROHDEN

Contadora

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 409/2016 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o Calendário Fiscal para o Exercício Financeiro do ano 2017 para os Tributos Municipais que menciona e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto nos Artigos 45, 47 e 128 da Lei Complementar nº004/98, de 04 de dezembro de 1998 (Código Tributário) e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal para o Exercício Financeiro do ano de 2017, definindo tributos, vencimentos e parcelamentos, na forma do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Os Tributos Municipais serão recolhidos em rede bancária e excepcionalmente diretamente na Tesouraria Municipal.

Art. 3º Após o prazo fixado para recolhimento dos tributos no Calendário Fiscal para o exercício de 2017, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário do Município de Santiago do Sul (Lei Complementar nº004/98, de 04 de dezembro de 1998) e alterações posteriores.

Art. 4º Os Tributos Municipais estão definidos no Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 004/98, de 04 de dezembro de 1998 e alterações posteriores, Lei Complementar nº012/2003 de 11 de dezembro de 2003, Lei Municipal nº 151/2000, de 18 de dezembro de 2000, do Município de Santiago do Sul, bem como os prazos para aqueles não mencionados pelo presente Decreto e Anexo Único.

Art. 5º O valor venal dos imóveis para fins de cálculo dos tributos municipais para o exercício de 2017, são os constantes na Lei Complementar nº022/2009, de 22 de dezembro de 2009, Anexo Único, bem como as tabelas do Código Tributário e as demais disposições constantes na legislação tributária.

Parágrafo Único. Será utilizado o Índice Geral de Preços do Mercado- IGP-M acumulado no exercício de 2016, para correção monetária dos débitos para com a Fazenda Municipal e dos Tributos Municipais, conforme Lei Complementar nº008/2000, de 18 de dezembro de 2000.

Art.6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA

Parcela Única: Recolhimento até 27/02/2017

TAXA DOS ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

Parcela Única: Recolhimento até 27/02/2017

ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Fato Gerador:

Janeiro/2017 : Recolhimento até 27/02/2017
Fevereiro/2017 : Recolhimento até 31/03/2017
Março/2017 : Recolhimento até 28/04/2017
Abril/2017 : Recolhimento até 31/05/2017
Maio/2017 : Recolhimento até 30/06/2017
Junho/2017 : Recolhimento até 31/07/2017
Julho/2017 : Recolhimento até 31/08/2017
Agosto/2017 : Recolhimento até 29/09/2017
Setembro/2017 : Recolhimento até 31/10/2017
Outubro/2017 : Recolhimento até 30/11/2017
Novembro/2017 : Recolhimento até 22/12/2017
Dezembro/2017 : Recolhimento até 31/01/2018

IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

Parcela Única até: 28/04/2017

1ª parcela: Recolhimento até 28/04/2017

2ª parcela: Recolhimento até 31/05/2017

3ª parcela: Recolhimento até 30/06/2017

4ª parcela: Recolhimento até 31/07/2017

DECRETO Nº 408/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 408/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a retificação do Decreto Nº 391 de 16 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a programação de férias dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e conforme Arts. 60 e 61, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica retificada a concessão de férias dos Servidores Públicos Municipais, conforme escala anexa, no mês de janeiro e março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

DECRETO Nº 410/2016 – DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 – Encargos Especiais
Sub-Função: 846 – Outros Encargos Especiais
Programa: 0000 – ENCARGOS ESPECIAIS
Ação: 0.002 – Contribuição ao PASEP
Atividade: 0.002 – Contribuição ao PASEP
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 17.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 29 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa

PORTARIA Nº 165/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 165/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede férias a Conselheira Tutelar Municipal SIDIANE CASA-GRANDE VERONESE.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 Inciso II da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de Junho de 2014 (Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a SIDIANE CASAGRANDE VERONESE, Conselheira Tutelar Municipal, Lotada no Gabinete do Prefeito, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 10 de Janeiro de 2016 a 09 de Janeiro de 2017, para Gozo de 01 de janeiro de 2017 até 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº137/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº137/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa Servidora Pública como responsável pelas publicações oficiais do Município no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e Mural Físico, bem como auxiliar o Setor de Compras e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNA a Servidora Pública Municipal TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do cargo de Assistente Administrativa, aprovada em Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 381/2016 de 13 de dezembro de 2016, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças para, concomitantemente com suas atribuições, ficar responsável pelas publicações oficiais do Município no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Mural Físico localizado na sede da Prefeitura Municipal, e publicações das legislações

municipais no Portal do Município na Internet, bem como auxiliar diretamente o Setor de Compras do Município.

Art. 2º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Art. 3º Está Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº138/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº138/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de dezembro de 2015 à 30 de novembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº139/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº139/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CLESIANA FERRARI COMACHIO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica

do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLESIANA FERRARI COMACHIO, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº140/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº140/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal GABRIEL KICHEL.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal GABRIEL KICHEL, ocupante do Cargo de pSICÓLOGO, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social-CRAS, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, para Gozo no período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº141/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº141/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal ANGELA CRISTIANE TOAZZA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal ANGELA CRISTIANE TOAZZA, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº142/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº142/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 04 de agosto de 2015 à 03 de agosto de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº143/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº143/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal LEIMAR GENTILINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal LEIMAR GENTILINI, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 11 de junho de 2015 à 10 de junho de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº144/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº144/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal SADI ANTONIO ORLANDI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 04 de Agosto de 2015 a 03 de Agosto de 2016, para Gozo no período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº145/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº145/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal SIDNEI VALCARENGHI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal SIDNEI VALCARENGHI, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 19 de julho de 2015 à 18 de julho de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº146/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº146/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal GENECIR OTTONI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal GENECIR OTTONI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº147/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº147/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal SILVANA REMUSSI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal SILVANA REMUSSI, ocupante do Cargo de FISIOTERAPEUTA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 14 de Fevereiro de 2015 à 13 de fevereiro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº148/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº148/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal ELIANI COMACHIO SARETTO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal ELIANI COMACHIO SARETTO, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº149/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº149/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal LUIS ANGELO TOAZZA, ocupante do Cargo de ODONTÓLOGO, Lotado na Secretaria

Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Janeiro de 2016 à 31 de Dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº150/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº150/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede férias ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, para Gozo de 01 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de janeiro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº151/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº151/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CARMEM FACHIN GENTILINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CARMEM FACHIN GENTILINI, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de fevereiro de 2015 à 01 de fevereiro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº152/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº152/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal FABIANO BOTTEGA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal FABIANO BOTTEGA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 03 de Abril de 2015 à 02 de abril de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº153/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº153/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal NADIL MARMENTINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal NADIL MARMENTINI, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº154/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº154/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal OLDEMAR MARMENTINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal OLDEMAR MARMENTINI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa

Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº155/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº155/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal ALCINDO BRUNETTO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal ALCINDO BRUNETTO, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 11 de junho de 2015 à 10 de Junho de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2016 à 30 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº156/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº156/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal GENÉSIO DE LIMA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal GENÉSIO DE

LIMA, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº157/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº157/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CARMEM MARIA RIVIEIRA GHIDOLIN.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CARMEM MARIA RIVIEIRA GHIDOLIN, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº158/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº158/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CILDA MATTIA

CASANOVA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CILDA MATTIA CASANOVA, ocupante do Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 21 de dezembro de 2015 à 20 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº159/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº159/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal LINDONES GENTILINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal LINDONES GENTILINI, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 à 01 de janeiro de 2017 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº160/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº160/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Férias ao Servidor Público Municipal RADI ANTONIO CHIODELLI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal RADI ANTONIO CHIODELLI, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 16 de Junho de 2015 a 15 de Junho de 2016, para Gozo no período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº161/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº161/2016 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Férias a Servidora Pública Municipal CATIANE PIVA VANZIN.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

CONSIDERANDO o requerimento em anexo em que a Servidora abaixo solicita a antecipação de suas férias, pelo prazo de 27 (Vinte e sete) dias, sem que o período aquisitivo esteja completo; e

CONSIDERANDO ainda que em razão do recesso escolar, há pouca procura pela Secretaria de Educação Cultura e Esporte do Município;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CATIANE PIVA VANZIN, ocupante do Cargo Temporário de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - ACT, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 27 (vinte e sete) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 17 de fevereiro de 2016 à 16 de fevereiro de 2017 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 26 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº162/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº162/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias ao Servidor Público Municipal CARLOS SARETTO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal CARLOS SARETTO, ocupante do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para Gozo no período de 01 de fevereiro de 2017 a 01 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº163/2015 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº163/2015 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CLEDIANE GROLI MARMENTINI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLEDIANE GROLI MARMENTINI, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº164/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº164/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de Abril de 2015 à 31 de Março de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº166/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº166/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal LEILA DAIANA TARDETTI PACAZZA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal LEILA DAIANA TARDETTI PACAZZA, ocupante do Cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº167/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº167/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal LUCELIA RISSI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal LUCELIA RISSI, ocupante do Cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 17 de dezembro de 2015 à 16 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº168/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº168/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal NOELY REINHOLD ORLANDI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal NOELY REINHOLD ORLANDI, ocupante do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº169/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº169/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal CELITA MENEGUZZI DE CESARO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal CELITA MENEGUZZI DE CESARO, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº170/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº170/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2015 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº171/2016- DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº171/2016- DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal KERLI TRENTIN.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal KERLI TRENTIN, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA 1º A 5º ANO, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2016 à serem Gozadas no período de 01 de janeiro de 2017 à 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

PORTARIA Nº172/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº172/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Férias a Servidora Pública Municipal IDENE ARDENGHY LUNEDO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora Pública Municipal IDENE ARDEN-GHY LUNEDO, ocupante do Cargo de aUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social-CRAS, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, para Gozo no período de 01 de janeiro de 2017 a 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 27 de dezembro de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Assistente Administrativa/Sec. Administração e Finanças

DECRETO Nº 408/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016- ANEXOS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
DECRETO MUNICIPAL Nº 408/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Escala de Previsão de Férias em Janeiro de 2017

Nome do Servidor	Matrícula	Lotação/Secretaria	Cargo/Função	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Alcindo Brunetto	1910/01	Obras e Serv. Públicos	Motorista	11/06/15 a 10/06/16	01/01/17 a 30/01/17
Angela Cristiane Toazza	1686/01	Educação	Prof. Educação Física	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Carlos Saretto	396/01	Obras e Serv. Públicos	Operador Máquina II	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Carmem Fachin Gentilini	400/01	Saúde	Agente de Saúde Pública	02/02/15 a 01/02/16	01/01/17 a 30/01/17
Carmen M. Riviera Ghidolin	43/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Carmen M. Riviera Ghidolin	213/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Catiane Piva Vanzin	3638/04	Educação	Prof. Educação Infantil	17/02/16 a 16/02/17	01/01/17 a 27/01/17
Celita Meneguzzi De Cesaro	51/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Celita Meneguzzi De Cesaro	1171/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Cilda Mattia Casanova	434/01	Educação	Assist. Administrativo	21/12/15 a 20/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Cledenice A. L. Pacazza	2321/01	Educação	Auxiliar de Serv. Gerais	01/04/15 a 31/03/16	01/01/17 a 30/01/17
Clediane Groli Marmontini	94/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Clediane Groli Marmontini	370/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Clesiana Ferrari Comachio	1120/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Domingos Severino Sponchiado	469/01	Administração	Contador	20/12/11 a 19/12/12	01/01/17 a 30/01/17
Eliani Comachio Saretto	1791/01	Saúde	Auxiliar de Serv. Gerais	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Fabiano Bottega	3026/01	Obras e Serv. Públicos	Motorista	03/04/15 a 02/04/16	01/01/17 a 30/01/17
Gabriel Kichel	3415/01	Cras	Psicólogo	01/02/15 a 31/01/16	01/01/17 a 30/01/17
Genecir Ottoni	132/01	Obras e Serv. Públicos	Operador de Máquina II	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Genésio de Lima	140/01	Obras e Serv. Públicos	Operador de Máquina II	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Idene Ardenghy Lunedo	1813/01	Cras	Auxiliar de Serv. Gerais	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Jorge Luis Pereira dos Santos	167/01	Saúde	Motorista	01/01/15 a 31/12/15	01/01/17 a 30/01/17
Juraci Piva	1040/01	Administração	Vigia	01/12/15 a 30/11/16	01/01/17 a 30/01/17
Kerli Trentin	1694/01	Educação	Prof. Educação Física	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Leila Daiana Tardetti Pacazza	2887/01	Educação	Assist. Téc. Pedagógica	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Leimar Gentilini	1902/01	Educação	Motorista	11/06/15 a 10/06/16	01/01/17 a 30/01/17
Lindones Gentilini	1058/01	Educação	Motorista	02/01/16 a 01/01/17	01/01/17 a 30/01/17
Lorita Helena C. Bordignon	1112/01	Educação	Prof. 1ª a 4ª série Ens.F.	01/01/15 a 31/12/15	01/01/17 a 30/01/17
Lucélia Rissi	3280/01	Educação	Assis. Téc. Pedagógica	17/12/15 a 16/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Luis Angelo Toazza	1716/01	Saúde	Odontólogo	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Nadli Marmontini	248/01	Obras e Serv. Públicos	Operador de Máquina I	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Noely Reinhold Orlandi	1805/01	Educação	Auxiliar de Serv. Gerais	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17

Oldemar Marmellini	1872/01	Obras e Serv. Públicos	Auxiliar de Serv. Gerais	01/01/16 a 31/12/16	01/01/17 a 30/01/17
Radi Antonio Chiodelli	1929/01	Saúde	Motorista	16/06/15 a 15/06/16	01/01/17 a 30/01/17
Sadi Antônio Orlandi	566/01	Obras e Serv. Públicos	Auxiliar de Serv. Gerais	04/08/15 a 03/08/16	01/01/17 a 30/01/17
Sidnei Valcarengi	272/01	Obras e Serv. Públicos	Motorista	19/07/15 a 18/07/16	01/01/17 a 30/01/17
Silvana Remussi	3590/01	Saúde	Fisioterapeuta	14/02/15 a 13/02/16	01/01/17 a 30/01/17
Valdecir Antônio Saretto	280/01	Educação	Motorista	04/08/15 a 03/08/16	01/01/17 a 30/01/17



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
DECRETO MUNICIPAL Nº 408/2016 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Escala de Previsão de Férias em Março de 2017

Nome do Servidor	Matrícula	Lotação/Secretaria	Cargo/Função	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adir Gregolon	3174/01	Obras e Serv. Públicos	Operador Máquina II	05/06/15 a 04/06/16	01/03/17 a 30/03/17
Edemilso Menegat	1953/01	Saúde	Motorista	01/07/15 a 30/06/16	01/03/17 a 30/03/17
Elder Campanholo	3603/01	Agricultura	Operador Máquina I	25/02/16 a 24/02/17	01/03/17 a 30/03/17
Itacir Trevisol	3961/01	Agricultura	Operador Máquina I	05/02/16 a 04/02/17	01/03/17 a 30/03/17
Lilian Blanger	1945/01	Cras	Assistente Social	01/07/15 a 30/06/16	01/03/17 a 30/03/17
Marilene Petricoski Menegat	1368/01	Cras	Auxiliar de Serv. Gerais	11/08/15 a 10/08/16	01/03/17 a 30/03/17
Camila Lazarin	2860/01	Saúde	Nutricionista	09/03/15 a 08/03/16	01/03/17 a 30/03/17

São Bento do Sul

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 010/2016

TERMO DE CONVÊNIO - 010/2016

O Município de São Bento do Sul, com sede na Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, inscrito no CNPJ/MF nr. 86.398.051/0001-00, através da Secretaria de Administração - SECAD, doravante denominado Município/Secretaria, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fernando Tureck e pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Edemilson Benedito de Assis, e a Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação, órgão estatal, com sede na Rodovia SC 401 - km 5, nr. 4.600, em Florianópolis-SC, doravante denominada Casa Civil, representada pelo seu Secretário Sr. Nelson Antônio Serpa.

As partes acima identificadas firmam o presente termo de Cessão, mediante as condições seguintes:

1. O Município/Secretaria cede à Casa Civil o servidor Lisandro José Fendrich, matrícula nr. 34.312, lotado na Secretaria de Administração, no exercício do cargo de Analista de Sistemas;
2. A Casa Civil responsabiliza-se pelos vencimentos, vantagens pessoais e encargos sociais e patronais do servidor;
3. O Município assegura ao servidor, ao retornar ao exercício de seu cargo, todos os direitos, como se municipal fosse o tempo de serviço prestado à Casa Civil;
4. O período de cessão do servidor terá início a partir de 01.01.2017 até 31.12.2018, podendo ser renovado mediante nova solicitação;
5. A presente cessão poderá ser rescindida por acordo entre as partes ou por razão de causas que determinem a sua rescisão;
6. Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, com exceção de qualquer outro, para resolver as questões que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Por estarem de acordo, as partes assinam o presente Termo de Cessão de Servidor, em três vias de igual teor.

São Bento do Sul, ____ de dezembro de 2016.

Fernando Tureck Nelson Antônio Serpa
Prefeito Municipal Secretário de Estado da Casa Civil

Edemilson Benedito de Assis Pedro Ivo Diener
Secretário Municipal de Administração Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1550/2016

DECRETO Nº 1550, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.
ATUALIZA VALORES DA TAXA DE COLETA DE LIXO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 260, parágrafo único, da Lei nº 140/1997 e art. 1º da Lei nº 679/2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) os valores referentes à TAXA DE COLETA DE LIXO no Município de São Bento do Sul, na forma que segue:

I - para 01 (uma) coleta semanal, o valor de R\$ 67,91 (sessenta e sete reais e noventa e um centavos) por ano;

II - para 02 (duas) coletas semanais, o valor de R\$ 135,66 (cento e trinta e cinco reais e sessenta e seis centavos) por ano;

III - para 03 (três) coletas semanais, o valor de R\$ 203,08 (duzentos

e três reais e oito centavos) por ano;

IV - para 04 (quatro) coletas semanais, o valor de R\$ 271,48 (duzentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos) por ano;

V - para mais de 04 (quatro) coletas semanais, o valor de R\$ 362,55 (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) por ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13518/2016

PORTARIA Nº 13518, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ALEXANDRE ZOTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 04 (quatro) anos, conforme Processo nº 8861/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior contar-se-á a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 13519/2016

PORTARIA Nº 13519, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANDRÉ EHRLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Clarinete, na Fundação Cultural, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Processo nº 8748/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior contar-se-á a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 13520/2016

PORTARIA Nº 13520 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MARCIO PALHANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Auxílio Escolar, conforme art. 68, da Lei Municipal nº 228/2001.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 01 de janeiro de 2017, conforme Processo nº 8316/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 - CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

CONVALIDA OS ATOS PRATICADOS PELO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - CGFMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - CGFMHIS, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 2048, de 27 de dezembro de 2007, Decreto Municipal nº 1397, de 19 de julho de 2016;

Atendendo a pauta da convocação da reunião, foi explicada a situação do Regimento do Conselho que estava em desconformidade com a legislação, eis que houve alteração no ano de 2011, através da Lei 2866/2011, que havia alterado a composição do Conselho Gestor

Considerando que o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – CGFMHIS estava em desconformidade com a legislação, eis que houve alteração no ano de 2011, através da Lei 2866/2011, quanto a sua composição;

Considerando que em 11 de agosto de 2016, foram empossados os novos membros do Conselho da Cidade de São Bento do Sul;

Considerando decisão emanada de sua Sessão Ordinária, de 24 de novembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar os atos praticados pelo CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - CGFMHIS, no período de 26 de outubro de 2011 a 03 de novembro de 2015, convalidando ainda todos os registros constantes das ATAS DE REUNIÕES de números 04 até a ATA de número 24.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul (SC), em 24 de novembro de 2016.

LUIZ CARLOS PEDROZO

Presidente do CGFMHIS de São Bento do Sul

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 003/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 033.667.519-40, doravante denominado simplesmente de CEDENTE, e de outro lado a SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA, pessoa jurídica de direito privado (associação), inscrita no CNPJ nº 04.962.945/0001-45, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1712, de 14 de novembro de 2006, neste ato representada pela Presidente, Sra. ROSVITA ROSÁ MACHADO, brasileira, casada, auxiliar administrativa, portadora do RG 2.375.854 e CPF 739.657.239-87, residente e domiciliado na Rua Maria Conceição Ville Klaumann, 65 - Bairro Schramm, neste Município, doravante denominado simplesmente de CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, autorizados pela Lei Municipal nº 3736, de 7 de dezembro de 2016, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a cessão provisória, a título gratuito, para uso, de uma área de 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), consistente da parte ideal de imóvel pertencente ao Município de São Bento do Sul, localizado na Rua Benjamin Constant, nº 118, adquirido através da Lei nº 2349/2009, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis sob nº 04.065, nesta Comarca, sob o domínio do CEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência do presente Termo de Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia 09 de dezembro de 2016, data da publicação da Lei Municipal nº 3736, de 7 de dezembro de 2016, que autoriza o município de São Bento do Sul a ceder área no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper à São Bento Associação de Tênis de Mesa, salvo casos de rescisão antecipada.

Parágrafo único. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – A finalidade do Termo de Cessão de Uso destina-se para a CESSIONÁRIA utilizar o imóvel supra descrito na Cláusula Primeira, para os seguintes fins:

- a) para funcionar como sede da entidade;
- b) desenvolver a prática das atividades esportivas, em especial a

modalidade de tênis de mesa;

c) usar o espaço cedido para promover a união e o conagração entre os membros da comunidade, visando melhorar a qualidade de vida de todos;

d) realização de eventos populares ligados ao tênis de mesa;

e) ser destinado aos fins estatutários da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – Toda e qualquer benfeitoria ou edificação a ser realizada no imóvel, deverá ser previamente autorizada expressamente pelo CEDENTE, bem como, a CESSIONÁRIA deverá observar e respeitar as leis municipais e as leis ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - Compromete-se a CESSIONÁRIA a zelar e manter o imóvel em perfeitas condições de uso, inclusive efetuando reparos de conservação necessários, caso em que deverão ser previamente autorizados pelo Poder CEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA – Independentemente do caráter gratuito da presente cessão, caberá à CESSIONÁRIA o pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção do imóvel, bem como, o pagamento das taxas incidentes sobre a mesma, entre elas, luz, água, telefone e outras que incidam ou vierem a incidir sobre o imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido antecipadamente por ato unilateral do CEDENTE, não tendo direito a CESSIONÁRIA a receber qualquer indenização, nas seguintes circunstâncias abaixo descritas:

a) Pelo desaparecimento da CESSIONÁRIA;

b) No caso da sede ficar abandonada por mais de 120 (cento e vinte) dias;

c) Se o imóvel não for utilizado unicamente para os fins a que se destina, alterando sua finalidade sem prévio e expresso consentimento do Poder CEDENTE; e

d) Se não for efetuada a conservação do imóvel, suas dependências e equipamentos nos termos previamente aprovados pelo CEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA - Poderá o CEDENTE rescindir o presente contrato, sem justo motivo, a qualquer tempo, desde que haja interesse público, não cabendo, nesta hipótese igualmente, qualquer indenização à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA – Findo o prazo constante na Cláusula Segunda do presente e, em caso de abandono do imóvel por parte da CESSIONÁRIA, todas as benfeitorias e edificações incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em contrapartida a Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA, além de fomentar a prática das atividades esportivas na modalidade de tênis de mesa, cederá ao CEDENTE, quando disponível, o espaço físico objeto deste instrumento, para a realização de ações de seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão solucionados pela legislação em vigor aplicável a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do presente termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas deste termo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

CEDENTE

SÃO BENTO ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA

ROSVITA ROSÁ MACHADO

Presidente da Associação

CESSIONÁRIA

Testemunhas:

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 004/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 004/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 033.667.519-40, doravante denominado simplesmente de CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAE KWON DO, pessoa jurídica de direito privado (associação), inscrita no CNPJ nº 09.626.929/0001-03, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2171, de 12 de agosto de 2008, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. WESLEY MONTEIRO DOS SANTOS, brasileiro, casado, empresário, RG 8.634.424-7, CPF: 040.195.959-76, residente e domiciliado na Rua Aldo Antonio da Silva, nº: 115 bairro Progresso, neste Município, doravante denominado simplesmente de CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, autorizados pela Lei Municipal nº 3622, de 21 de dezembro de 2015, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a cessão provisória, a título gratuito, para uso de uma área de 270,00 m² (duzentos e setenta metros quadrados), consistente da parte ideal de imóvel pertencente ao Município de São Bento do Sul, localizado na Rua Benjamin Constant, nº 118, adquirido através da Lei nº 2349/2009, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis sob nº 04.065, nesta Comarca, sob o domínio do CEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência do presente Termo de Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia 23 de dezembro de 2015, data da publicação da Lei Municipal nº 3622, de 21 de dezembro de 2015, que autoriza o Município de São Bento do Sul a ceder área no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper à Associação São Bento de Tae Kwon Do, salvo casos de rescisão antecipada.

Parágrafo único. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – A finalidade do Termo de Cessão de Uso destina-se para a CESSIONÁRIA utilizar o imóvel supra descrito na Cláusula Primeira, para os seguintes fins:

a) para funcionar como sede da entidade;

b) desenvolver a prática das atividades esportivas, em especial a modalidade de Tae kwon do;

c) usar o espaço cedido para promover a união e o conagração entre os membros da comunidade, visando melhorar a qualidade de vida de todos;

d) realização de eventos populares ligados ao Tae kwon do;

e) ser destinado aos fins estatutários da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – Toda e qualquer benfeitoria ou edificação a ser realizada no imóvel, deverá ser previamente autorizada expressamente pelo CEDENTE, bem como, a CESSIONÁRIA deverá observar e respeitar as leis municipais e as leis ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - Compromete-se a CESSIONÁRIA a zelar e manter o imóvel em perfeitas condições de uso, inclusive efetuando reparos de conservação necessários, caso em que deverão ser previamente autorizados pelo Poder CEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA – Independentemente do caráter gratuito da presente cessão, caberá à CESSIONÁRIA o pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção do imóvel, bem como, o pagamento das taxas incidentes sobre a mesma, entre elas, luz, água, telefone e outras que incidam ou vierem a incidir sobre o imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido antecipadamente por ato unilateral do CEDENTE, não tendo direito a CESSIONÁRIA a receber qualquer indenização, nas seguintes circunstâncias abaixo descritas:

- a) Pelo desaparecimento da CESSIONÁRIA;
- b) No caso da sede ficar abandonada por mais de 120 (cento e vinte) dias;
- c) Se o imóvel não for utilizado unicamente para os fins a que se destina, alterando sua finalidade sem prévio e expresso consentimento do Poder CEDENTE; e
- d) Se não for efetuada a conservação do imóvel, suas dependências e equipamentos nos termos previamente aprovados pelo CEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA - Poderá o CEDENTE rescindir o presente contrato, sem justo motivo, a qualquer tempo, desde que haja interesse público, não cabendo, nesta hipótese igualmente, qualquer indenização à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA – Findo o prazo constante na Cláusula Segunda do presente e, em caso de abandono do imóvel por parte da CESSIONÁRIA, todas as benfeitorias e edificações incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em contrapartida a Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA, além de fomentar a prática das atividades esportivas na modalidade de Tae kwon do, cederá ao CEDENTE, quando disponível, o espaço físico objeto deste instrumento, para a realização de ações de seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão solucionados pela legislação em vigor aplicável a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do presente termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas deste termo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal
CEDENTE

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE TAE KWON DO
WESLEY MONTEIRO DOS SANTOS
Presidente da Associação
CESSIONÁRIA

Testemunhas:

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 005/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 005/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com sede na Rua Jorge Lacerda nº 75, Centro, neste Município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 86.051.398/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FERNANDO TURECK, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 033.667.519-40, doravante denominado simplesmente de CEDENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO, pessoa jurídica de direito privado (associação), inscrita no CNPJ nº 07.182.021/0001-14, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 1704, de 10 de novembro de 2006, neste ato representada pelo Presidente, Sr. MARCELO PINTO CORDEIRO, RG 4.245.887, CPF: 477.404.690-68, brasileiro, casado, empresário, residente à Rua Padre Henrique Müller, nº 399, Bairro Centro, neste Município, doravante denominado simplesmente de CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, autorizados pela Lei Municipal nº 3621, de 21 de dezembro de 2015, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso, a cessão provisória, a título gratuito, para uso, de uma área de 320,00 m² (trezentos e vinte metros quadrados), consistente da parte ideal de imóvel pertencente ao Município de São Bento do Sul, localizado na Rua Benjamin Constant, nº 118, adquirido através da Lei nº 2349/2009, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis sob nº 04.065, nesta Comarca, sob o domínio do CEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência do presente Termo de Cessão de Uso é de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia 23 de dezembro de 2015, data da publicação da Lei Municipal nº 3621, de 21 de dezembro de 2015, que autoriza o Município de São Bento do Sul a ceder área no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper à Associação Nintai de Judô São Bento, salvo casos de rescisão antecipada.

Parágrafo único. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – A finalidade do Termo de Cessão de Uso destina-se para a CESSIONÁRIA utilizar o imóvel supra descrito na Cláusula Primeira, para os seguintes fins:

- a) para funcionar como sede da entidade;
- b) desenvolver a prática das atividades esportivas, em especial a modalidade de judô;
- c) usar o espaço cedido para promover a união e o conagração entre os membros da comunidade, visando melhorar a qualidade de vida de todos;
- d) realização de eventos populares ligados ao judô;
- e) ser destinado aos fins estatutários da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA – Toda e qualquer benfeitoria ou edificação a ser realizada no imóvel, deverá ser previamente autorizada expressamente pelo CEDENTE, bem como, a CESSIONÁRIA deverá observar e respeitar as leis municipais e as leis ambientais vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - Compromete-se a CESSIONÁRIA a zelar e manter o imóvel em perfeitas condições de uso, inclusive efetuando reparos de conservação necessários, caso em que deverão ser previamente autorizados pelo Poder CEDENTE.

CLÁUSULA SEXTA – Independentemente do caráter gratuito da presente cessão, caberá à CESSIONÁRIA o pagamento de todas as despesas decorrentes da manutenção do imóvel, bem como, o pagamento das taxas incidentes sobre a mesma, entre elas, luz, água, telefone e outras que incidam ou vierem a incidir sobre o imóvel.

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido antecipadamente por ato unilateral do CEDENTE, não tendo direito a CESSIONÁRIA a receber qualquer indenização, nas seguintes circunstâncias abaixo descritas:

- a) Pelo desaparecimento da CESSIONÁRIA;
- b) No caso da sede ficar abandonada por mais de 120 (cento e vinte) dias;
- c) Se o imóvel não for utilizado unicamente para os fins a que se destina, alterando sua finalidade sem prévio e expresso consentimento do Poder CEDENTE; e
- d) Se não for efetuada a conservação do imóvel, suas dependências e equipamentos nos termos previamente aprovados pelo CEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA - Poderá o CEDENTE rescindir o presente contrato, sem justo motivo, a qualquer tempo, desde que haja interesse público, não cabendo, nesta hipótese igualmente, qualquer indenização à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA – Findo o prazo constante na Cláusula Segunda do presente e, em caso de abandono do imóvel por parte da CESSIONÁRIA, todas as benfeitorias e edificações incorporar-se-ão, automaticamente, ao patrimônio do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - Em contrapartida a Cessão de Uso, a CESSIONÁRIA, além de fomentar a prática das atividades esportivas na modalidade de judô, cederá ao CEDENTE, quando disponível, o espaço físico objeto deste instrumento, para a realização de ações de seu interesse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os casos omissos serão solucionados pela legislação em vigor aplicável a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul para a solução de quaisquer conflitos decorrentes do presente termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas deste termo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal
CEDENTE

ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO
MARCELO PINTO CORDEIRO
Presidente da Associação
CESSIONÁRIA

Testemunhas:

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 106/2016

DECRETO Nº 106/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada a senhora SOFIA SEBASTIANY do cargo de Conselheiro Tutelar, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 078/2012 de 02 de julho de 2012.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 28 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e
publique-se

DECRETO 107/2016

DECRETO Nº 107/2016, DE 29 de dezembro de 2016

□APROVA O RELATÓRIO DE CONTAS E O RELATÓRIO DE AÇÕES DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Nº 004/2013, de 29 de abril de 2013 e respeitando as deliberações constantes no Parecer Técnico Nº 001/2016 do Conselho Fiscal da Fundação Cultural de São Carlos e do Parecer Técnico Nº 001/2016 do Conselho Curador da Fundação Cultural de São Carlos,

“ DECRETA ”

Art. 1o. Ficam aprovadas as contas da Fundação Cultural de São Carlos, em conformidade com o ANEXO I deste decreto, onde constam o Parecer Técnico Nº 001/2016 do Conselho Fiscal da Fundação Cultural de São Carlos e os Balanços de Prestação de Contas Anuais da Fundação Cultural de São Carlos, relativo aos exercícios financeiros dos anos de 2014, 2015 e 2016;

Art. 2o. Ficam aprovadas as ações da Fundação Cultural de São Carlos, em conformidade com o ANEXO II deste decreto, onde constam o Parecer Técnico Nº 001/2016 do Conselho Curador da Fundação Cultural de São Carlos e o Relatório de Ações Anuais da Fundação Cultural de São Carlos, relativo aos anos de 2014, 2015

e 2016;

Art. 3o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos, em 29 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se.

DECRETO 108/2016

DECRETO Nº 108/2016, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerado, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço junto ao INSS, o senhor JOSÉ MARCOS SANDER do cargo de Motorista, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 028/2002 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de novembro de 2016.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e
publique-se

NA PROC N.18/2016 -FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11553540/0001-19

Rua Concórdia n.100

C.E.P.:89885-000 -São Carlos -SC

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 -PR

Processo Administrativo: 18/2016

Processo de Licitação: 18/2016

Data do Processo: 15/12/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE -PSF

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 05/
2016
LICITAÇÃO DESERTA
São Carlos, 29 de Dezembro de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

NA PROC N.73/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS
CNPJ: 82.945.718/0001-15
Rua Demétrio Lorenz, 747
C.E.P.:89885-000 -São Carlos -SC
PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 73/2016 -PR
Processo Administrativo: 73/2016
Processo de Licitação: 73/2016
Data do Processo: 15/12/2016
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APRESENTAÇÃO E
EXECUÇÃO DE
SHOW PIROTECNICO REVEILLON LUZ 2017
Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 16
/ 2016
LICITAÇÃO DESERTA
São Carlos, 29 de Dezembro de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Cristóvão do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO N 001/2016 CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SC



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC, inscrita no CNPJ sob nº 09.087.219/0001-44, com sede administrativa na Rua Maximino Antônio de Moraes, nº 159, Centro, São Cristóvão do Sul, SC, CEP 89533-000, neste ato representado por seu Presidente, senhor JOÃO CARLOS GROBE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**, para preenchimento de vagas no Poder Legislativo Municipal, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 125/2016, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislações vigentes.

AGENTE ADMINISTRATIVO										
Inscrição	Candidato	PORT.	INF.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
220	GISELE MENDES DA CONCEIÇÃO	1,00	1,40	1,60	2,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	1º	16/02/1994
249	GABRIELLY CHAVES DA SILVA	1,40	1,20	1,20	2,00	5,80	5,80	APROVADO(A)	2º	09/10/1998
214	MARIA VITÓRIA MANOSSO DE MELO	1,00	2,00	1,00	1,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	3º	12/08/1998
27	HELLEN MACIEL DE FREITAS	1,00	0,80	1,20	2,40	5,40	5,40	APROVADO(A)	4º	07/01/1999
190	DANIELLE CARINE ORTIZ	1,00	0,80	1,20	2,40	5,40	5,40	APROVADO(A)	5º	07/01/1990
246	THAIS GABRIELI SANGALLI BUENO	1,20	1,20	1,40	1,60	5,40	5,40	APROVADO(A)	6º	21/12/1998
175	SUZELEI NEVES ANTUNES	0,80	0,80	1,20	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)	7º	28/08/1991
191	JANICE DE FATIMA FARIAS	0,80	0,80	1,20	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)	8º	12/01/1984

AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
268	ALINE DE OLIVEIRA	1,40	1,00	3,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	1º	14/11/1993
269	LEILA CONCEIÇÃO CHAVES	1,40	0,60	3,90	5,90	5,90	APROVADO(A)	2º	08/12/1968
192	ANGELITA SAMIRA DOS SANTOS	1,00	0,40	3,60	5,00	5,00	APROVADO(A)	3º	15/09/1986

ASSISTENTE LEGISLATIVO										
Inscrição	Candidato	PORT.	INF.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
263	ISRAEL KOCHÉ	2,00	2,00	1,60	4,00	9,60	9,60	APROVADO(A)	1º	18/10/1987
54	JANAYNA PRISCILLA NASCIMENTO LONGHI	1,60	1,20	1,60	4,00	8,40	8,40	APROVADO(A)	2º	05/10/1992
266	RENATA CEOLLA RIBEIRO	1,20	1,60	1,40	3,60	7,80	7,80	APROVADO(A)	3º	15/03/1988
173	GUILHERME GATNER GRANEMANN	1,20	1,80	1,60	3,20	7,80	7,80	APROVADO(A)	4º	20/01/1990
23	LUCIANO ANZILIERO	0,80	1,40	1,40	4,00	7,60	7,60	APROVADO(A)	5º	12/01/1984
44	LORYS KARINE DUMMEL TURIN	1,40	1,60	0,80	3,60	7,40	7,40	APROVADO(A)	6º	15/04/1992
228	TIAGO MURILO DE SOUZA	1,20	0,80	1,80	3,60	7,40	7,40	APROVADO(A)	7º	13/01/1990
264	DIONARO H. TAGLIARI	1,20	1,80	1,20	3,20	7,40	7,40	APROVADO(A)	8º	09/10/1986
215	IANARA WEBER FRANÇA DE AZEVEDO	0,80	1,20	1,60	3,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	9º	09/04/1987
57	BRUNO GUSTAVO MANOSSO DE MELO	1,40	1,20	1,40	3,20	7,20	7,20	APROVADO(A)	10º	28/02/1992
265	ANDRÉ LUIZ CAMARGO COSER	0,40	1,00	1,60	4,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	11º	06/06/1985
186	ROSELI DOS SANTOS MARAFIGO	1,40	0,40	1,00	3,60	6,40	6,40	APROVADO(A)	12º	22/01/1991
232	LILIAN DE SOUZA BLEICHUEHL	0,80	1,40	0,60	3,60	6,40	6,40	APROVADO(A)	13º	06/08/1990
47	RAQUEL SARA GUISSOLPHI	1,00	0,40	1,20	3,60	6,20	6,20	APROVADO(A)	14º	17/04/1981



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, SC



SIMONETTO										
196	SANDY DE MORAIS MUNIZ	1,00	0,80	1,60	2,80	6,20	6,20	APROVADO(A)	15º	07/06/1991
259	ANNA KAROLINE MEIRELLES	1,00	1,00	1,40	2,80	6,20	6,20	APROVADO(A)	16º	15/11/1993
237	JOELMA DE FATIMA SILVA	1,40	0,40	1,00	3,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	17º	27/03/1984
24	KAIO BATISTA COELHO	1,40	1,00	0,80	2,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	18º	28/03/1992
181	ALEXANDRA RAFAELA BOHN LOHMANN	0,60	0,40	1,40	3,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	19º	11/10/1987
258	REGINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	0,60	0,80	1,00	3,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	20º	10/11/1983
199	DEJANIRA ANTUNES CRUZ	0,40	1,00	1,20	2,80	5,40	5,40	APROVADO(A)	21º	27/03/1971
195	SIMONE PATRICIA ISIDORO PHILIPPI	0,20	0,80	1,00	3,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	22º	22/03/1977
272	CIRLENE APARECIDA ALVES DA CRUZ SOUZA	1,20	0,60	0,60	2,80	5,20	5,20	APROVADO(A)	23º	20/07/1969
240	MARCOS AURÉLIO LEÃO	0,60	0,80	1,20	2,40	5,00	5,00	APROVADO(A)	24º	05/07/1982

CONTADOR										
Inscrição	Candidato	PORT.	INF.	MAT.	C.ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
229	MIRACI SEVERO VIEIRA	1,20	1,60	1,20	1,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	1º	30/06/1962
238	LEONILDO JONAS GUISSOLPHI PASQUALI	0,80	1,40	1,20	1,60	5,00	5,00	APROVADO(A)	2º	26/05/1986
248	CAROLINE BROCARDO DE BRITO	1,20	1,40	1,20	1,20	5,00	5,00	APROVADO(A)	3º	07/12/1988

São Cristóvão do Sul, SC, 30 de dezembro de 2016.

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO 2498 DE 27 12 16 DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO E UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2498, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre desmembramento e unificação de lotes urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; Lei Municipal nº 1.785, de 09 de junho de 2016; Decreto nº 2.442, de 17 de outubro de 2016 e:

- Considerando o requerimento protocolado sob o nº 1729/2016;
 - Considerando aprovação pelo Setor de Engenharia;
 - Considerando parecer favorável emitido pelo Setor de Tributação e Fiscalização, bem como, pela Assessoria Jurídica do Município;
- DECRETA:

Art. 1º Fica desmembrado 224,00 m² do Lote Urbano nº 06 da Quadra nº 43, localizado no Loteamento São José, com área de 800,000 m², constante na Matrícula nº 4.532, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Euclides Angelo Lorenzetti e Nelsi Maria Alves Lorenzetti, o qual passará a integrar parte do Lote Urbano nº 02 da Quadra nº 43, localizado no Loteamento São José, de propriedade de Lorenzetti e Cia Ltda. ME., o qual denominar-se-á conforme segue:

I – Parte do Lote Urbano nº 06 da quadra nº 43, com superfície de 576,00 m², de propriedade de Euclides Angelo Lorenzetti e Nelsi Maria Alves Lorenzetti;

II – Parte dos Lotes Urbanos nº 02 e nº 06 da quadra nº 43, com superfície total de 632 m², de propriedade de Lorenzetti e Cia Ltda. ME.;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de dezembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciado. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão, sendo constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que a participante cumpriu com todas as exigências sendo esta declarada HABILITADA. Assim, pelo fato de que: a) a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVICOS LTDA, CNPJ n. 04.328.816/0001-08 fora a única participante deste certame e que, tendo sido devidamente habilitada, não possui interesse na interposição de eventual recurso nesta fase do certame; b) que se trata de serviço de natureza contínua e essencial à saúde e à ordem pública; c) que o atual contrato para prestação dos aludidos serviços encerra-se em 31 de dezembro do corrente ano e; d) a supremacia do Interesse Público, decide a Comissão de Licitações por dar seguimento ao certame, efetuando a abertura do envelope n. 02 – Proposta de Preços da proponente habilitada, sendo que esta apresentou o valor mensal de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), restando a licitante VENCEDORA do certame. Portanto, o presente processo será remetido imediatamente ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) para conhecimento de todos os interessados. Nada mais.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 156/2016 I E II

No dia 29 de dezembro de 2016, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 156/2016, Modalidade Tomada de Preços 005/2016 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL E RECEBIMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO. O processo foi amplamente divulgado, conforme extratos anexados ao processo, porém, apresentou documentos de credenciamento e envelopes n. 01 e 02 somente a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ n. 04.328.816/0001-08, credenciado o Sr. Adierso Marcos Bianchi, CPF n. 694.015.199/00. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Fae Suprimentos e Locação De Sistemas Ltda

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO 33/2016

OBJETO: "Locação de sistema de software para o setor de controle interno do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.400,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 27 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 10/2013

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 10/2013

Partes: Município de São João do Oeste e Alcides Luis Hofer Soc Ind De Advocacia Eireli Me

ORIGEM: CARTA CONVITE Nº 13/2012

OBJETO: "Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, compreendendo emissão de pareceres, efetuar cobranças de créditos e efetuar a defesa das questões de interesses do Município nos processos jurídicos".

VALOR ADITADO: R\$ 67.075,48

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 30 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TA AO CONTRATO Nº 30/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Fae Suprimentos e Locação De Sistemas Ltda

ORIGEM: PROCESSO LICITATÓRIO 33/2016

OBJETO: "Locação de sistema de software para o setor de controle interno do Município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 5.400,00

PRAZO: 01.01.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 27 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

.PORTARIA Nº. 220 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 220 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora TAISE DOS SANTOS ALVES, ocupante do cargo em comissão de Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 103/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 103/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E BIANCA SALA BIANCHINI, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Quarta do contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 24 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

BIANCA SALA BIANCHINI
Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.62/2016.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº.62/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E JAQUELINE MORAES SCANDOLARA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para atuar no lugar de Juciléia Camilo Moraes que se encontra de atestado médico. Esta alteração se dará a partir de 02/12/2016 a 15/12/2016.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de (conforme reajustes) R\$ 1.99,34 (hum mil e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos) mensais para R\$ 2.198,68 (dois mil cento e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).

Cláusula Terceira

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 02 de dezembro de 2016.

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JAQUELINE MORAES SCANDOLARA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 102/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 102/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 102/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E GESSICA BIANCHINI SALVADOR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.616/2011.

Considerando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que "as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVII da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o cumprimento do teor da Súmula n.º 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante;

Considerando a apresentação de Requerimento de Estabilidade Provisória após o término do contrato temporário a contar de 16/12/2016 a até cinco meses após parto, amparada por Atestado Médico comprovando o tempo da gravidez e constando a provável data do nascimento da criança;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 12/09/2017, conforme reconhecimento de estabilidade provisória à gestante, baseada em data provável de parto, de acordo com a documentação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em caso de interrupção da gestação, a contratada deverá encaminhar o laudo médico ao Departamento de Pessoal do Município contratante, para que seja efetuada a alteração da data fim da estabilidade concedida neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal- Contratante

GESSICA BIANCHINI SALVADOR
Contratada

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 26/2016.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 26/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 26/2016, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E DAIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.616/2011.

Considerando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que "as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVII da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o cumprimento do teor da Súmula n.º 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante;

Considerando a apresentação de Requerimento de Estabilidade Provisória após o término do ano letivo a contar de 22/12/2016 a até cinco

meses após parto, amparada por Certidão de Nascimento de filho(a) ocorrido em 19/11/2016, durante a vigência do contrato temporário;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Quarta do contrato original, para o dia 19/04/2017, conforme reconhecimento de estabilidade provisória à gestante, baseada em apresentação de Certidão de Nascimento Civil do(a) filho(a) da contratada, constando como data de nascimento o dia 19/11/2016, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 22 de dezembro de 2016.

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DAIANE RODRIGUES DA SILVEIRA
Contratada

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 04/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ALEXANDRA DE SENA CRISTIANO SCHINAIDER, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.616/2011.

Considerando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que "as servidoras públicas e empregadas gestantes, inclusive as contratadas a título precário, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e oitenta dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos termos do art. 7º, XVII da Constituição do Brasil e do art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

Considerando o cumprimento do teor da Súmula n.º 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante;

Considerando a apresentação de Requerimento de Estabilidade Provisória após o término da vigência estabelecido para o contrato temporário a contar de 16/12/2016 a até cinco meses após parto, amparada por Atestado Médico comprovando o tempo da gravidez e constando a provável data do nascimento da criança;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 29/05/2017, conforme reconhecimento de estabilidade provisória à gestante, baseada em data provável de parto, de acordo com a documentação em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em caso de interrupção da gestação, a contratada deverá encaminhar o laudo médico ao Departamento de Pessoal do Município contratante, para que seja efetuada a alteração da data fim da estabilidade concedida neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal - Contratante

ALEXANDRA DE S. C. SCHINAIDER
Contratada

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 02/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 02/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E JOELMA DA SILVA DE SOUZA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOELMA DA SILVA DE SOUZA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 06/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 06/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ANELISE ESPINDOLA SCHEFFER, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANELISE ESPINDOLA SCHEFFER
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 07/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 07/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SULEISMAEL SANTANA DE OLIVEIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ISMAEL SANTANA DE OLIVEIRA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E BRUNA BOFF MESQUITA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

BRUNA BOFF MESQUITA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 104/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E BRUNA BOFF MESQUITA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

BRUNA BOFF MESQUITA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 109/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 109/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ANA MARIA MATINS DOS SANTOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	ANA Mª MARTINS DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 112/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 112/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ALZENIR CARDOSO BORBA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	ALZENIR CARDOSO BORBA
Prefeito Municipal	Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 113/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 113/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 113/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ALDRI DOS SANTOS MATOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	ALDRI DOS SANTOS MATOS
Prefeito Municipal	Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E GREICE ALESSIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

GREICE ALESSIO
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 142/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 142/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 142/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ALEX OSTJEN PEREIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ALEX OSTJEN PEREIRA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 163/2015

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 163/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 163/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E DIONIS BROGNOLI CECHINEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DIONIS BROGNOLI CECHINEL
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 18/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 18/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 18/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E SUZANA SILVA DE OLIVEIRA DA CUNHA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SUZANA SILVA DE O. DA CUNHA
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ANDRÉ LUIZ DE FAVERI, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante

Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE FAVERI
Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ALBINO DE LUCA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	ALBINO DE LUCA SILVA
Prefeito Municipal	Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 31/2015.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 31/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 312015, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E ANTONIO ROCHA SCANDOLARA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência constante da Cláusula Primeira do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato original, para o dia 30/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato, que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 16 de dezembro de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	ANTONIO ROCHA SCANDOLARA
Prefeito Municipal	Contratado

PORTARIA Nº 200 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 200 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para o servidor DIONATA FRANCISCO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 09 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 205 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 205 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 082, DE 01 DE ABRIL DE 2013”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 082, de 01 de abril de 2013, que nomeou a Servidora ELIANE DOS SANTOS ALVES SCHINAIDER, para exercer o cargo em comissão de Chefe de divisão de Patrimônio, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 206 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 206 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 039, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 039, de 11 de fevereiro de 2014, que nomeou a Servidora JANETE OLIVEIRA FARIAS CARDOSO, para exercer o cargo em comissão de Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 207 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 207 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2013”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 002, de 02 de janeiro de 2013, que nomeou a Servidora SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL, para exercer o cargo em comissão de Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 208 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 208 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 7º, §6º da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para a servidora ELIANE DOS SANTOS ALVES SCHINIDER, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Nível-1, Amplitude de Referência 1DD, para Amplitude de Referência 1DE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte três dias do mês dezembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 209 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 209 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com a alínea "c" o artigo 42º, §3º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para a servidora JANETE OLIVEIRA FARIAS CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível MAG, Amplitude de Referência 8C, para Amplitude de Referência 8D.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte três dias do mês dezembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 210 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 210 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com a alínea "c" o artigo 42º, §3º do mesmo artigo, da Lei Complementar 05/2009, Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para a servidora SUSÂNIA SCARIOT BENDO CECHINEL, ocupante do cargo efetivo de Orientador Educacional, Nível MAG, Amplitude de Referência 8F, para Amplitude de Referência 8G.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte três dias do mês dezembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 219 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 219 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 119, DE 01 DE JULHO DE 2016”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 119, de 01 de julho de 2016, que nomeou o Servidor ÉDSON BORBA MARTINS, para exercer o cargo em comissão de Secretário do Planejamento, Cultura, Esporte, Turismo e Meio Ambiente, a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 199 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 199 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor DONIZETE PEREIRA ALEXANDRE ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 01/12/2016 a 30/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 201 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 201 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor VILMAR DE SOUZA EVALDT, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Transporte e Transito, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

15 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 202 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 202 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor JOÃO PAULO PINTO DA SILVA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Limpeza Publica, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

15 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 203 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 203 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora RITA DE CASSIA LUIZ DE BORBA, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Programas Sociais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

20 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 204 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 204 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora GISELE ALVES PEREIRA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Serviços Sociais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 211 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 211 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor DANIEL MONTEIRO DA SILVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Planejamento, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 212 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 212 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor DIEGO DE MELO HERR, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Cultura e Turismo,

a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 213 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 213 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor EDEVALDO SALA SCHEFFER, ocupante do cargo em comissão de Secretario de Obras e Serviços, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 214 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 214 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ELISANGELA PEREIRA PIGNATEL BIANCHINI, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Saúde Pública, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 215 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 215 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora KEITI DE MATOS QUADROS, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Compras e Licitações, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

30 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 216 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 216 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora MARILDA DOS SANTOS BAUER, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico do Município, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

30 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 217 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 217 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora REJANE ELIBIO BORBA, ocupante do cargo em comissão de Secretaria Municipal de Saúde, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

30 de dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 218 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 218 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor RURAN GLEIZER MORETO PIA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Tesouraria, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
30 de dezembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 354/2016

DECRET O Nº 354/2016

“QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 469, datado de 29/12/2016; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO URBANO DE TERRAS nos termos em que foi requerido por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM, de um imóvel urbano de terras medindo 267.321,92m², situado na Área Industrial, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano

Proprietário: Município de São Joaquim SC

Endereço: Área Industrial de São Joaquim SC

Município: São Joaquim SC

Matrícula: Nº 11.584 do Registro de Imóveis de São Joaquim SC

Área da Matrícula: 267.321,92 m²

☐ Memorial descritivo de uma área de terras para fins de desmembramento conforme descrição a seguir:

ÁREA DESMEMBRADA A

7.022,00 m²

☐ Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com a Rodovia SC-110 e o terreno do Município de São Joaquim SC. Do vértice 1 segue confrontando com a Rodovia SC-110 com rumo de 69°37'59"NL e distância de 12,88 m até o vértice 2, deste segue com rumo de 71°16'9"NL e distância de 19,68 m até o vértice 3, deste segue com rumo de 72°43'45"NL e distância de 36,57 m até o vértice 4. Do vértice 4 segue confrontando com o lote de Concretos Cechinel Ltda. (M-11.491) com rumo de 22°37'49"SL e distância de 98,90 m até o vértice 5.

Do vértice 5 segue confrontando com o lote do Município de São Joaquim SC (M-13.736) com rumo de 67°29'15"SO e distância de 69,00 m até o vértice 6.

Do vértice 6 segue confrontando com o lote de Julio Cesar Flores (M-11.584) com rumo de 22°34'55"NO e distância de 104,02 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro.

ÁREA DESMEMBRADA B

5.071,00 m²

☐ Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com a Rodovia SC-110 e o terreno do Município de São Joaquim SC. Do vértice 1 segue confrontando com a Rodovia SC-110 com rumo de 73°37'13"NL e distância de 12,07 m até o vértice 2.

Do vértice 2 segue confrontando com o lote de Concretos Cechinel Ltda (M-11.491) com rumo de 22°37'48"SL e distância de 97,60 m até o vértice 3.

Do vértice 3 segue confrontando com o lote do Município de São Joaquim SC (M-13.736) com rumo de 22°37'48"SL e distância de 48,00 m até o vértice 4, deste segue com rumo de 67°25'5"SO e distância de 81,04 m até o vértice 5.

Do vértice 5 segue confrontando com o lote de Julio Cesar Flores (M-11.584) com rumo de 22°34'55"NO e distância de 48,08 m até o vértice 6.

Do vértice 6 segue confrontando com o lote do Município de São Joaquim SC (M-13.736) com rumo de 67°29'15"NL e distância de 69,00 m até o vértice 7, deste segue com rumo de 22°37'49"NO e distância de 98,90 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro.

ÁREA REMANESCENTE

255.228,92 m²

☐ Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no limite com a Rodovia SC-110 e o terreno do Município de São Joaquim SC. Do vértice 1 segue confrontando com a Rodovia SC-110 com rumo de 73°50'55"NL e distância de 31,27 m até o vértice 2, deste segue com rumo de 74°0'59"NL e distância de 80,03 m até o vértice 3, deste segue com rumo de 73°54'18"NL e distância de 60,36 m até o vértice 4, deste segue com rumo de 73°47'9"NL e distância de 60,03 m até o vértice 5, deste segue com rumo de 73°52'50"NL e distância de 40,03 m até o vértice 6, deste segue com rumo de 73°59'20"NL e distância de 40,33 m até o vértice 7, deste segue com rumo de 73°3'52"NL e distância de 20,59 m até o vértice 8, deste segue com rumo de 71°59'5"NL e distância de 21,08 m até o vértice 9, deste segue com rumo de 65°25'37"NL e distância de 22,45 m até o vértice 10, deste segue com rumo de 55°22'27"NL e distância de 22,85 m até o vértice 11, deste segue com rumo de 46°49'1"NL e distância de 22,34 m até o vértice 12, deste segue com rumo de 39°20'50"NL e distância de 21,52 m até o vértice 13, deste segue com rumo de 36°50'41"NL e distância de 20,57 m até o vértice 14, deste segue com rumo de 36°34'7"NL

e distância de 19,60 m até o vértice 15, deste segue com rumo de 45°3'9"NL e distância de 2,07 m até o vértice 16. Do vértice 16 segue confrontando com o lote de Cooperativa Agrícola Frutas de Ouro (M-8934) com rumo de 55°35'14"SL e distância de 194,26 m até o vértice 17. Do vértice 17 segue confrontando com o lote de Comfrutas Agroindustria Ltda. (M-11.524) com rumo de 22°34'55"SL e distância de 233,71 m até o vértice 18, deste segue com rumo de 67°25'5"SO e distância de 97,50 m até o vértice 19, deste segue com rumo de 22°34'55"SL e distância de 60,00 m até o vértice 20, deste segue com rumo de 67°25'5"NL e distância de 97,50 m até o vértice 21, deste segue com rumo de 22°34'55"SL e distância de 3,66 m até o vértice 22. Do vértice 22 segue confrontando com o lote de Iraci Oliveira Camargo Costa (M-9947) com rumo de 34°48'26"SO e distância de 17,18 m até o vértice 23, deste segue com rumo de 6°39'29"SO e distância de 45,60 m até o vértice 24, deste segue com rumo de 85°17'46"NL e distância de 3,07 m até o vértice 25, deste segue com rumo de 8°9'57"SO e distância de 83,05 m até o vértice 26, deste segue com rumo de 19°57'7"SO e distância de 61,89 m até o vértice 27, deste segue com rumo de 29°7'30"SL e distância de 19,32 m até o vértice 28, deste segue com rumo de 39°58'26"SL e distância de 54,35 m até o vértice 29, deste segue com rumo de 53°59'59"SO e distância de 127,67 m até o vértice 30, deste segue com rumo de 61°14'22"SO e distância de 88,76 m até o vértice 31. Do vértice 31 segue confrontando com o lote de Angelita Goulart Camargo Goss (M-9947) com rumo de 59°42'50"NO e distância de 576,31 m até o vértice 32. Do vértice 32 segue confrontando com o lote de Julio Cesar Flores (M-11.584) com rumo de 22°34'55"NO e distância de 126,41 m até o vértice 33. Do vértice 33 segue confrontando com o lote do Município de São Joaquim SC (M-13.736) com rumo de 67°25'5"NL e distância de 81,04 m até o vértice 34, deste segue com rumo de 22°37'48"NO e distância de 48,00 m até o vértice 35. Do vértice 35 segue confrontando com o lote de Concretos Cechinel Ltda. (M-11.491) com rumo de 67°25'5"NL e distância de 33,96 m até o vértice 36, deste segue com rumo de 22°34'55"SL e distância de 144,00 m até o vértice 37, deste segue com rumo de 67°25'5"NL e distância de 109,91 m até o vértice 38, deste segue com rumo de 59°41'32"NO e distância de 16,43 m até o vértice 39, deste segue com rumo de 22°34'55"NO e distância de 194,15 m até o vértice 40, deste segue com rumo de 73°17'43"SO e distância de 134,77 m até o vértice 41. Do vértice 41 segue confrontando com o lote do Município de São Joaquim SC (M-13.736) com rumo de 22°37'48"NO e distância de 20,54 m até o vértice 1, ponto final da descrição deste perímetro.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 29 de Dezembro de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO SELETIVO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2017, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e Leis Municipais legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
28/12/2016	Publicação do Edital
28/12/2016 até às 23h59min do dia 12/01/2016	Período de Inscrições
28/12/2016 a 13/01/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
16/01/2017	Publicação do ROL DOS INSCRITOS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS
17 e 18/01/2017	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/01/2017	Homologação das Inscrições
22/01/2017	Realização das provas escritas objetivas, Práticas e de Títulos
22/01/2017	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
23 e 24/01/2017	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
27/01/2016	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
27/01/2016	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.

28 e 29/01/2017	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória
31/01/2017	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva, Nota da Prova Prática, Nota da Prova de Títulos e classificação provisória.
01/02/2017	Publicação do resultado final para Homologação

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites www.acesseconcursossc.com.br e www.saojoaquim.sc.gov.br e www.saojoaquimonline.com.br as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, com sede na Rua Pará, 162, bairro Estados, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..
b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site www.acesseconcursossc.com.br onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 28/12/2016 a 13/01/2017.

ISENÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE

Conforme a Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo, realizado no âmbito municipal, os candidatos doador de sangue fidelizado e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de dezembro de 1997. O candidato deve enviar os documentos acima citados até o último dia de inscrição, para o e-mail contato@acesseconcursossc.com.br que posteriormente irá deferir a inscrição do candidato.

A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@acesseconcursossc.com.br.

4.5. A Prefeitura Municipal de São Joaquim e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante maior de idade, que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 40,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 50,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00

6. DAS PROVAS

6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Prova de Títulos (PT) para os cargos de Professores, técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva, ou seja, que não zerarem. Podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos conforme anexo IV.

6.4.1. Prova Prática (PP) para todos os candidatos aos cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, porém somente será computada a nota da prova prática para os candidatos aprovados na prova objetiva, conforme o item 6.3.1. As norma para realização da prova prática estão no anexo IV.

6.5. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.6. Para os cargos de professores técnico em enfermagem – SAMU, fiscal de tributos a nota final será $PO = 70\% + PT = 30\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$.

6.6.1. Para os cargos de operador de máquinas e equipamentos, agente de serviços gerais braçal – servente/merendeira/faxineira, motorista educação e demais secretarias, orientador de música, orientador artesanato, a nota final será:

PO = 50%.

PP = 50%

$NF = PO \times 0,5 + PP \times 0,5 = NF$

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR e NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6.6.2. Para os demais cargos a Nota Final será: PO = 100%.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PT = Prova de Títulos

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

6.7 Os candidatos que não entregarem os comprovantes de títulos serão automaticamente classificados como NÃO HABILITADOS.

6.8. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2017, COM INÍCIO ÀS 9H30MIN E TÉRMINO ÀS 11H30MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 9H25MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local da prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 9 h e 25 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. O LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DE TÍTULOS SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

PARA TODOS OS CARGOS

CONTEÚDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	1 a 5 – Língua Portuguesa 6 a 10 – Matemática 11 a 15 – Conhecimentos Gerais	0,30
Conhecimentos Específicos	10	16 a 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executora do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

- a) Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;
- b) Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva, prática e de títulos;
- 8.1.5. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de São Joaquim.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– www.acesseconcursossc.com.br no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 9.1.5 - Carteira de Identidade;
- 9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- 9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 9.1.13 - 01 foto 3x4
- 9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
- 9.1.15 - Número da conta corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de São Joaquim e nos sítios www.acesseconcursossc.com.br e www.saojoaquim.sc.gov.br e www.saojoaquimonline.com.br

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

11.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

11.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

11.5.4. Anexo IV – Normas para realização das provas práticas;

11.5.5. Anexo V – Normas para realização da prova de títulos.

11.5.6. Anexo VI – Atribuições dos Cargos.

Prefeitura Municipal de São Joaquim, 28 de dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA

Presidente da Comissão

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Operador de Máquinas e Equipamentos (Todos os tipos de Máquinas das Secretarias)	CR	40	Ensino Fundamental Completo; Prática em operação de máquinas; Carteira CNH "D".	R\$: 1.867,53	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais Braçal	CR	40	Ensino Fundamental Completo;	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Agente de Serviços Gerais - servente/faxineira/Merendeira	CR	40	Ensino Fundamental Completo; com capacidade para leitura e interpretação de texto; experiência na confecção de alimentos e limpeza em geral.	R\$: 880,00 Salário Mínimo	OBJETIVA PRÁTICA
Motorista da Educação	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D"; curso de qualificação para transporte escolar;	R\$: 1.258,54	OBJETIVA PRÁTICA
Motoristas demais Secretarias	CR	40	Ensino Fundamental Completo com comprovada capacidade de escrita e compreensão de texto; CNH "D";	R\$: 1.542,87	OBJETIVA PRÁTICA
Professor de Educação Infantil	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS

Professor Pré - Escolar	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Língua Portuguesa	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Matemática	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de História	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Geografia	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Ciências	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Física	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	10	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 637,69 NÃO HABILITADO R\$: 533,91	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Arte	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

Professor de Língua Inglesa	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação na área ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
2º Professor	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor do AEE	CR	20	Certificado de conclusão de Licenciatura Plena em Educação Especial ou cursando a 6ª fase..	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Música	CR	40	Licenciatura em Música ou 2º grau completo e habilitação específica na área, com qualificação em instrumentos de cordas (violino, viola, cello e contrabaixo); metais (trompa, trompete, trombone e tuba); e madeiras (flauta, oboé, clarinete, sax-alto e sax- tenor).	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	20	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	30	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Projetos Educacionais Ginásio.	CR	40	Bacharel em Educação Física com registro no órgão fiscalizador da profissão ou cursando a 4ª fase.	HABILITADO R\$: 2.550,92 NÃO HABILITADO R\$: 2.135,64	OBJETIVA TÍTULOS
Orientador de Música	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Artesanato	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA PRÁTICA
Orientador de Dança	CR	20	Certificado de conclusão do Ensino Médio; cursos profissionalizantes ou experiência comprovada de atuação na área.	HABILITADO R\$: 994,96	OBJETIVA

Técnico em Enfermagem SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Curso Técnico em Enfermagem; - Registro Ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina; - Experiência mínima de 06 meses comprovada em Atendimento de Urgência e Emergência Adulto e/ou Pediátrico, sendo válidos os seguintes locais: UPA (Unidade de Pronto Atendimento), Pronto Socorro, Ambulâncias de Suporte Básico de Vida, UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Unidade Hospitalar Semi Intensiva. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.596,17	OBJETIVA TÍTULOS
Motorista Socorrista SAMU	CR	40	- Ensino Médio Completo; - Carteira Nacional de Habilitação Válida no ato da Contratação (CNH mínima categoria D); - Certificado do Curso de Condutor de Veículos de Emergência Homologado pelo Detran de Santa Catarina que contemple direção defensiva e noções de primeiros socorros; - Certidão Negativa de Multas de Trânsito (original); - Ter idade mínima de 18 anos completos; - Experiência mínima de 06 meses comprovada no cargo de Motorista Socorrista ou Condutor de veículo de emergência em atendimento pré-hospitalar. Escala de 12 x 36 Horas em Regime de Plantão.	R\$: 1.258,54	OBJETIVA
Fiscal de Tributos	CR	40	Ensino Médio Completo experiência comprovada na área de atuação com declaração.	R\$: 2.179,19	OBJETIVA TÍTULOS
Auxiliar de Saúde Bucal	CR	40	Certificado de conclusão do 2º grau e experiência comprovada na área (declaração) ou curso preparatório para a função.	R\$: 1.048,64	OBJETIVA

CR = CADASTRO RESERVA

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto; Conhecimento de língua: ortografia, acentuação gráfica, pontuação, sinônimos e antônimos, encontros consonantais, vocálicos e dígrafos, alfabeto (ordem alfabética; reconhecimentos de vogais e de consoantes), separação e classificação de sílabas. Emprego, flexão e substituição de substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e advérbios. Concordância verbal e nominal.

MATEMÁTICA: Sistema de numeração decimal; Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Números decimais, operações envolvendo números decimais (adição, subtração, multiplicação e divisão); Medidas de comprimento, medidas de tempo, medidas de massa, medidas de capacidade, medidas de temperatura, raciocínio lógico e problemas matemáticos;

CONHECIMENTOS GERAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto. Conhecimento de língua: ortografia/acentuação gráfica; classes de palavras: substantivo: classificação, flexão e grau; adjetivo: classificação, flexão e grau; advérbio: classificação, locução adverbial e grau; pronome: classificação,

emprego e colocação dos pronomes oblíquos átonos; verbo: classificação, conjugação, emprego de tempos e modos; preposição e conjunção: classificação e emprego; estrutura das palavras e seus processos de formação; estrutura da oração e do período; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal, crase. Pontuação; figuras de linguagem (principais); variação linguística: as diversas modalidades do uso da língua.

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes; Progressão Aritmética / Geométrica; Noções de probabilidade.

CONHECIMENTOS GERAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, em nível municipal, regional, nacional e internacional.

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR PRÉ-ESCOLA:

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil .ECA ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

PROFESSOR SÉRIES INICIAIS:

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola. Problemas de aprendizagem. Fatores físicos, psíquicos e sociais. Aprendizagem: Leitura/Escrita. Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático. Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação. Planejamento de aula: habilidade, objetivos à avaliação. Métodos e processos no ensino da leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita e leitura. Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Estatuto da criança e do adolescente. Plano Nacional da Educação – Lei 13.005 de 25 de junho de 2014.

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:

Metodologia de ensino de Língua Portuguesa; Compreensão e interpretação de textos; Tipologia textual; Níveis de linguagem; Funções da linguagem; Coesão e coerência; Intertextualidade; Semântica; Sintaxe de regência, colocação e concordância; Análise sintática: período simples e período composto; Metodologia de produção de textos. Localização de informações explícitas e implícitas no texto. Depreensão do significado de vocábulos e expressões em função do contexto. Identificação de relações de sentido entre orações e segmentos do texto. Reconhecimento do uso significativo dos diferentes recursos gramaticais no texto. Estrutura e formação de palavras; emprego das diferentes classes de palavras. Valor semântico de elementos morfológicos. Uso e função do artigo, dos pronomes e numerais. Valor substantivo, adjetivo e adverbial dos vocábulos portugueses. Emprego de preposições e conjunções que conferem coesão e coerência ao texto escrito. Denotação e conotação – figuras de linguagem. Variação linguística e adequação no uso da língua às situações de comunicação. Ortografia. Emprego de letras. Acentuação gráfica (conforme o atual Acordo Ortográfico). Flexão verbal – valor semântico de tempos e modos. Correlação entre tempos verbais. Concordância verbal. Concordância nominal. 8. Regência nominal e verbal – o fenômeno da crase. Uso e função dos sinais de pontuação.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Metodologia de ensino de Matemática; Conjuntos Numéricos e Sistemas de Numeração: Números naturais; Números inteiros; Números racionais; Números irracionais; Números reais; Potenciação nos números reais; Radiação nos números reais; Sistema de numeração decimal; Sistema de numeração binário; Sistema de numeração romano; Grandezas e Medidas: Sistema métrico decimal; Sistema sexagesimal de medidas (medidas de ângulos e medidas de tempo); Proporções (proporcionalidade entre números, proporcionalidade entre grandezas); Porcentagem; Tratamento da Informação: Gráficos estatísticos; Frequências e amostras; Medidas de tendência central (médias); Geometria Plana: Perímetros de figuras planas; Áreas de figuras planas; Número de diagonais de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos internos de um polígono convexo; Soma das medidas dos ângulos externos de um polígono convexo; Semelhança de figuras planas (ampliações e reduções); Segmentos proporcionais (Teorema de Tales); O teorema de Pitágoras; Tópicos de Trigonometria: Razões trigonométricas no triângulo retângulo; Razões trigonométricas em triângulos quaisquer (lei dos senos e lei dos cossenos); Geometria Não Plana: Poliedros; Prismas retos (cálculo de áreas e volumes); Cilindros retos (cálculo de áreas e volumes); Pirâmides (cálculo de áreas e volumes); Cones (cálculo de áreas e volumes); Esferas (cálculo de áreas e volumes); Tópicos de Álgebra: Equações do 1º grau com uma incógnita; Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas; Equações do 2º grau com uma incógnita; Expressões algébricas (produtos notáveis e fatoração); Função afim; Função quadrática.

PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Metodologia de ensino de História; História e Antiguidade – Pré-História; Origem do Homem; Desenvolvimento da civilização (classes sociais, Estado e divisão social do trabalho); Antiguidade Oriental: Mesopotâmia, Egito, Hebreus, Fenícia e Pérsia (características geográficas, aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais); Civilização Grega: características geográficas; civilização cretense; períodos da história grega; civilização helenística; cultura grega; Civilização Romana: características geográficas; monarquia; república; império; cultura romana; Idade Média; Civilização Bizantina: características geográficas; aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais; Civilização Islâmica: origens e doutrina muçulmana; expansão islâmica; aspectos culturais; Idade Média Ocidental: invasões bárbaras; formação dos reinos germânicos; o reino dos francos; sistema feudal (aspectos econômicos, políticos, sociais); a Igreja na Idade Média; cavalaria; cruzadas; cultura medieval; A Crise do Feudalismo: renascimento comercial; renascimento urbano; feiras; corporações de ofício; ascensão da burguesia; revoltas camponesas; Idade Moderna; Transição do Feudalismo ao Capitalismo: Estados nacionais e absolutismo; expansão marítima europeia; mercantilismo; Renascimento cultural; Reforma religiosa e Contra reforma; Antigo Sistema Colonial: conquista da América; sistema colonial espanhol; colonização inglesa na América do Norte; colonização portuguesa no Brasil (expedição colonizadora, Capitanias Hereditárias, Governo Geral, economia e sociedade açucareira, domínio espanhol, bandeirantismo, economia e sociedade do ouro); Revoluções Burguesas e Crise do Antigo Sistema Colonial: Revolução Inglesa do século XVII; Revolução Industrial; Iluminismo e pensamento liberal; Revolução Francesa; independência dos EUA; independências na América espanhola; crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (movimentos nativistas, Inconfidência mineira e baiana, vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, Independência); Idade Contemporânea; Consolidação e Expansão do Capitalismo: movimentos operários do século XIX; socialismo, comunismo e anarquismo; Imperialismo; unificação italiana e alemã; EUA no século XIX; Brasil Império (1º reinado, regências, 2º reinado, economia cafeeira, Guerra do Paraguai, imigração, campanha abolicionista); proclamação da República no Brasil; Contradições e Crises do Capitalismo e Alternativa Socialista: 1ª Guerra Mundial; Revolução Russa de 1917; crise de 1929; nazi-fascismo; 2ª Guerra Mundial; Brasil na República Velha (Revolução Federativa, política dos governadores, coronelismo, café, industrialização, movimento operário; Revolta da Vacina, guerra de Canudos, guerra do Contestado, movimento tenentista, Revolução de 1930, período Vargas, Estado Novo); Mundo Contemporâneo: Guerra Fria; descolonização; expansão do bloco socialista; revolução e reação na América Latina; conflitos no Oriente Médio; problemas atuais do Continente Africano; desestruturação do bloco soviético; Brasil contemporâneo (período populista 1945-1964, regime militar, redemocratização, Brasil atual); História do Paraná: Principais acontecimentos históricos.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Concepções de Geografia; A importância da ciência de Geografia; Objetos e objetivos da ciência geográfica. Conceitos de lugar, espaço, paisagem, região e território; Correntes geográficas; O espaço geográfico; Organização sócio espacial do mundo, do Brasil e de Santa Catarina; LDB, PCN de geografia. Plano de Cargos e Salários Lei Complementar Nº4.183/2013. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

Metodologia de ensino de Ciências; Biologia. Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo; da ecologia; Seres Vivos; vírus; Estudo dos reinos Monera, dos Fungos e Protozoários; Reino Vegetal (classificação, organologia, fisiologia); Reino Animal (características gerais e classificação). Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia; Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia; Química. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças; Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis; Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletro negatividade e eletro positividade; ligações químicas; Noções Químicas: ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust; Física. Noções de Estática: definição da força; unidades e sistemas de forças; equilíbrio de um corpo; máquinas simples. Dinâmica: leis da dinâmica (1ª, 2ª e 3ª Leis de Newton e Gravitação Universal, atrito); energia cinética e potencial; trabalho; potência. Noções de Hidrostática: mecânica dos fluidos; densidade absoluta/massa específica; pressão e empuxo. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes); eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Metodologia de ensino de Educação Física: Ação – vivência corporal; reflexão – significação social; nova ação – elaboração; (re)significação do conhecimento. Os conteúdos de Educação Física: Ginástica – prática corporal que possibilita a descoberta das possibilidades de movimento (Ginástica Geral, Ginástica Olímpica, Ginástica Rítmica Desportiva); Dança – forma de linguagem que expressa sentimentos, retratos de épocas, costumes, tradições (brincadeiras cantadas; danças folclóricas, populares, de salão, urbanas, eruditas, criativas); Jogo – representação simbólica da realidade, caracterizada pela flexibilidade de regras (jogos tradicionais, cooperativos, pré-esportivos). Esporte – fenômeno cultural, caracterizado pela existência de regras oficializadas que regulamentam a atuação amadora e a profissional (Voleibol, Futebol, Handebol, Atletismo e Basquetebol).

PROFESSOR DE ARTE:

Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA:

Metodologia de ensino de Língua Inglesa; Leitura e interpretação de textos autênticos da língua inglesa; Estrutura e formação de palavras: processos de derivação e composição de vocábulos; Antônimos, sinônimos, falsos cognatos; Aspectos morfo-sintáticos; Substantivos (caso, número, gênero, concordância); Pronomes (classificação, uso, concordância); Adjetivos (classificação, concordância, posição, flexão); Advérbios (classificação, uso, posição na sentença); Conjunções (classificação, uso); Verbos (modo, aspecto, tempos, vozes); Preposições (uso, classificação, combinações nominais e verbais); Discurso direto e indireto; Sintaxe da sentença simples e complexa.

PROFESSOR DE MÚSICA:

História da Música no Brasil; Alguns dados sobre o som; As notas musicais; O pentagrama Exercícios de automatismo das notas musicais; Linhas Suplementares; A pulsação; Como funcionam os grupos musicais; As propriedades do som; Atividades para debater; As propriedades do som e a partitura; Duração, Longo e Curto; Gráficos e simbologias rítmicas Notação musical-Ritmo; Notas ligadas e pontuadas; Grafia do ritmo; Compassos Indicação numérica dos compassos; A tabela de simbologias rítmicas; Fórmula de compasso e figuras rítmicas (A história da família real); Tom e semitom; Soma de tons e semitons; Digitação básica para instrumentos de cordas, sopros e teclados de percussão; Escala diatônica; Como se designam as notas de uma escala (Tônica, s, m, s, d, s, sen). Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola.

PROFESSOR DO AEE:

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva; O Atendimento Educacional Especializado; Legislação Educacional; A caminhada legislativa na educação especial e a legislação vigente; Tecnologia Assistiva e suas Modalidades; Desenho Universal Inclusão escolar de alunos com deficiência; atendimento educacional especializado; amparo legal, legislação vigente; fundamentos e princípios da educação inclusiva; política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; legislação, políticas e programas de educação especial e inclusão escolar em Santa Catarina; Alfabetização com letramento; Conceitos de deficiência. Legislação nacional, políticas públicas e documentos internacionais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. História da educação de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil. O conceito de necessidades educacionais especiais. A família e o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Representações sociais a respeito de pessoas com necessidades educacionais especiais. A Formação de professores. Processos de ensino e aprendizagem e o aluno com necessidades educacionais especiais. A educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Adaptações curriculares e acessibilidade. Sistemas de apoio ao aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE PROJETOS EDUCACIONAIS:

Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Direitos de Aprendizagem do aluno. Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático), Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ORIENTADOR DE DANÇA:

Concepções de ensino e aprendizagem, currículo, desenvolvimento e conhecimento; Corporeidade/movimento humano; Finalidade da educação escolar; Educação física e qualidade de vida; A importância de trabalhar jogos Cooperativos, conhecimento de práticas desportivas. Dança e movimento; A dimensão estética da dança; Dança e sociedade; Dança e diversidade cultural; Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Educação integral na formação do sujeito. Recreação e Lazer como qualidade de vida. Desenvolvimento Físico, Cognitivo e Psicossocial na Meia Idade e Terceira Idade. Dança popular, folclórica e tradicional. Expressão corporal. Dança clássica. Dança contemporânea. Estilos de dança na atualidade. Conhecimentos teóricos para preparação básica de um grupo de dança. Alongamento e Flexibilidade. Ritmo: classificação, valores, composição. Movimentos: classificação, postura, posições, passagens, deslocamentos. Coreografias. Dança: história, classificação, linhas coreográficas, técnica de transmissão. Expressão e comunicação artística. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

ORIENTADOR DE ARTESANATO:

Noções básica da prática de Artes e Pintura, materiais utilizados durante o trabalho, princípios de organização no trabalho. Técnicas de artesanatos; Técnicas de conservação e embalagem; Técnicas pedagógicas: plano de curso, plano de aula. Processo de criação. Percepção. Cor, disco cromático, espectro. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o visual, o tátil. Aspectos formais da arte/artesanato: linha, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento. Integração através do trabalho artesanal. Recursos materiais. Técnicas e manuseio de materiais diversos, para confecção de produtos artesanais. Confecção de peças artesanais decorativas. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM SAMU:

Conhecimento de anatomia e fisiologia humana; microbiologia; parasitologia; farmacologia, higiene e profilaxia; saneamento básico; nutrição e dietética; psicologia aplicada à saúde e saúde mental; Prevenção e controle das infecções relacionadas aos serviços de saúde e infecções hospitalares. Acidentes de trabalho com material biológico. Emprego de precauções por via de transmissão de doenças e medidas de biossegurança. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde (classificação de produtos para saúde e superfícies hospitalares, desinfecção, limpeza, esterilização de material). Ética Profissional; Legislação do Exercício Profissional. Processos fundamentais da execução do trabalho (habilidade manual, técnica e científica) através da fundamentação teórico-prática: colheita de material para exames; reconhecimento e descrição de sinais e sintomas, terminologia científica; preparo e administração de medicamentos; administração de hemoderivados; realização de controles (hídrico, sinais vitais e diurese); prevenção e tratamento de feridas e diferentes tipos de curativos; oxigenoterapia; inaloterapia; enemas; aplicação de frio e calor; cuidados com cateteres urinários; cuidados de higiene, conforto e segurança; limpeza e preparo da unidade do paciente; preparo de pacientes para exames/procedimentos e consultas; cuidados na alimentação oral e por sondas; realizar registros de enfermagem; cateterismo vascular; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento clínico (portadores de afecção gastrointestinal, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina, neurológica, imunológica e hematológica); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico (submetidos às cirurgias de cabeça e pescoço, tórax, de abdome, de membros e vascular) nos períodos pré, trans e pós-operatórios; Centro cirúrgico e aspectos fundamentais para a enfermagem; Cirurgia Segura; Assistência de enfermagem materno-infantil: à gestante, à parturiente, à puérpera, ao recém-nascido e à criança; Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência (suporte básico e avançado de vida em situações clínicas e traumáticas); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes pediátricos em estado grave; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes adultos em estado grave; Organização do processo de trabalho em enfermagem (Administração em Enfermagem); Assistência de enfermagem na área de saúde pública/saúde coletiva/atenção primária e secundária a saúde: administração e conservação de imunobiológicos (vacinas e soros e suas indicações); doenças transmissíveis e notificação de doenças, agravos e eventos em saúde pública; vigilância epidemiológica e investigação de casos; atuação do técnico de enfermagem nos programas do Ministério da Saúde (mulher, homem, criança, adolescente, família, saúde do trabalhador, doenças crônico-degenerativas e transmissíveis, idosos e vigilância epidemiológica); educação em saúde; Programa Nacional de Segurança do Paciente, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

MOTORISTA SOCORRISTA SAMU:

Legislação de Trânsito em geral e Código de Trânsito Brasileiro. Noções do funcionamento do veículo. Respeito ao Meio Ambiente. Velocidade Máxima Permitida. Parada obrigatória. Cuidados gerais ao volante. Direção defensiva, Convívio Social no Trânsito. Ética profissional. Portaria GM nº. 2.048, de 5 Novembro de 2002.Primeiros Socorros. Conhecimento da malha viária do território do território de abrangência do SAMU local e Regional. Noções de ética e comportamento. Relações humanas e comunicação interpessoal.

FISCAL DE TRIBUTOS:

O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. Código Tributário Municipal de Bom Princípio do Piauí. Normas Gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL:

Noções básicas da função; Procedimentos; Instrumental dentário; Esterilização; Formas de esterilização; Higiene – asseio; Funções do Auxiliar de Consultório Dentário; Instrumentais Odontológicos: características e finalidades de uso; Materiais Dentários: características, formas de apresentação, finalidades, técnicas de manipulação e métodos de uso; Equipamentos Odontológicos: características e finalidades. Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC.

ORIENTADOR DE MÚSICA:

Práticas educativas relacionadas ao ensino de Música: noções elementares sobre o ensino de música; pedagogos musicais – suas propostas e metodologias. Linguagem e Teoria Musical: conhecimentos sobre os elementos da linguagem e das formas musicais; função destes elementos para a decodificação e entendimento do discurso musical. História da Música, noções básicas sobre os períodos e estilos da história da música; compreensão de suas principais características.

ANEXO III**DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 “d” do Edital nº _____ do município _____ para que surta os efeitos legais que:

1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

OPERADOR DE MÁQUINAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta Pontos a serem descontados

Faltas Graves 1,00 Faltas

Médias 0,50 Faltas

Leves 0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

FALTAS GRAVES: APROVEITAMENTO DO EQUIPAMENTO, PRODUTIVIDADE, TÉCNICA, APTIDÃO E EFICIÊNCIA

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos para iniciar a tarefa
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

FALTAS MÉDIAS: HABILIDADES DO OPERADOR

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

FALTAS LEVES: VERIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis e nível de óleo."

O candidato realizará a prova em uma retroescavadeira.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D", a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

MOTORISTA EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no auge ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives.
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios – Frear bruscamente.
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- Engrenar as marchas de maneira incorreta.
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção.
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque.
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular.
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor.
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção.

Os veículos utilizados para as avaliações serão de acordo com a habilitação mínima exigida e legislação de trânsito vigente.

Para realizar a prova prática os candidatos aos cargos de Motoristas, deverão apresentar carteira de habilitação categoria mínima "D" a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS BRAÇAL – SERVENTE/FAXINEIRA/MERENDEIRA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo. Será desclassificado também, o candidato que não conseguir colocar a máquina em funcionamento em até três tentativas.

A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o (a) mesmo (a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's) Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)

Unhas curtas e aparadas (-0,25)

Roupas e Calçados adequados (-0,25)

Usou Equipamentos proteção. (-0,25)

Organização do trabalho Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)

Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)

Soube trabalhar em equipe (-0,50)

Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00) Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

Execução da tarefa proposta. Postura corporal durante a execução da tarefa (-1,00)

Organizou correta e adequadamente os equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)

Realizou separação e estocagem correta do lixo (-1,00)

Executou a tarefa adequadamente (-1,00)

Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

ORIENTADOR DE MÚSICA

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

ORIENTADOR DE ARTESANATO

A prova prática será realizada no dia 22 de janeiro de 2017 e constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas coletivamente e individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo para a execução da prova, conforme segue:

A prova prática será dividida em dois tempos, sendo:

Primeiro tempo coletivo (máximo de 30 minutos):

Elaborar um plano de aula contendo no mínimo os itens: objetivos, metodologia, recursos e critérios de avaliação (5 pontos).

Segundo tempo individual: (máximo de 15 minutos)

Simulação de uma aula mediante o plano apresentado (5 pontos).

Os materiais e/ou equipamentos necessários para a realização da prova prática deverá ser providenciado pelo (a) candidato (a) e será de responsabilidade do (a) candidato (a).

ANEXO V

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

- I – Os documentos para prova de títulos serão recebidos no dia 22/01/2017 em horário e local a ser divulgado juntamente com o ROL DE INSCRITOS, os títulos dever ser entregues em cópia simples em envelope lacrado, contendo os seguintes dizeres na parte exterior do envelope: NOME, CARGO E NÚMERO DE INSCRIÇÃO.
- II. Os títulos deverão ter relação com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição ou não serão computados.
- III. Não serão aceitos como títulos, certificados que não apresentem a respectiva carga horária no mesmo.
- IV. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.
- V. Não haverá em hipótese alguma outro período para entrega dos documentos para prova de títulos.
- VI. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.
- VII. Será aceito para comprovação dos títulos atestados ou declarações de conclusão de cursos, desde que possuam a respectiva carga horária, disciplinas, aproveitamento, assinatura e carimbo do responsável pela emissão.
- VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- IX. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.
- X. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- XI. Os pontos das linhas "a", "b" e "c" da tabela a seguir não são acumulativos, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).
- XII. Somente será computado o título dos candidatos aprovados na prova objetiva.

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO		
Certificado de conclusão de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado.	Especialização	3 pontos	a
	Mestrado	5 pontos	b
	Doutorado	8 pontos	c
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.		d

PARA A PROVA DE TÍTULOS PARA PROFESSORES NÃO HABILITADOS SERÁ COMPUTADO NOTA DOS TÍTULOS CONFORME TABELA ABAIXO:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Declaração ou atestado de frequência da fase ou período em que está matriculado (a).	1,00 para cada fase ou período cursado, totalizando no máximo 8,00 pontos
Certificado de conclusão de Cursos de capacitação na Área de Atuação realizados a partir de Janeiro de 2016.	0,1 (um décimo) ponto para cada 01 hora completa de curso. Totalizando no Máximo 200 (duzentas) horas ou 2 pontos.

**ANEXO VI
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

CARGO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO
Agente de Serviços Gerais - Merendeira	Preparar e cozinhar alimentos, utilizando técnicas adequadas de culinária, com reaproveitamento e preservação de alimentos; controlar o estoque de gêneros alimentícios e insumos; zelar e manter a limpeza e organização de copa, cozinha, despensa, máquinas e equipamentos; Servir lanches e refeições.
Agente de Serviços Gerais – Servente/Faxineira	Serviços de limpeza, faxina, zeladoria e copa e outras atividades correlatas.
Motorista	Dirigir veículos de transporte de passageiro e de carga, inclusive operar caçamba; fazer manutenção preventiva e pequenos reparos nos veículos do município; comunicar ao chefe imediato irregularidades nos veículos; Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo; Implementar práticas de direção defensiva; Respeitar a legislação de trânsito; Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; Manter o "diário de bordo" em dia; Participar de cursos e treinamentos patrocinados pelo empregador; Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares às atribuições.
Professor de Educação Infantil	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Professor de AEE	Promover a educação e a relação ensino-aprendizagem de crianças, planejar a prática educacional, avaliar as práticas pedagógicas, organizar as atividades, pesquisar, interagir com as famílias e a comunidade; Apoiar e participar das atividades organizadas pela escola e/ou Secretaria Municipal de Educação; Cumprir com suas obrigações profissionais em termos de assiduidade, pontualidade, ética e profissionalismo; Pode coordenar atividades administrativas, pedagógicas e educacionais e executar outras atividades correlatas, compatíveis com o cargo.
Professor de Musica	Planejar e ministrar aulas em disciplinas do currículo do Pré ao 9º ano do Ensino Fundamental, ou no instrumento/modalidade para a área de música. Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de música, elaborando o plano de ensino de acordo com as leis de diretrizes e bases e parâmetros curriculares; planejar as aulas, preparar o material; ministrar aulas teóricas e práticas de e avaliar o aprendizado dos alunos. - Promover a educação dos alunos aplicando técnicas de ensino da música, técnicas de ensino de cordas em grupo, técnicas específicas dos instrumentos de cordas (violino, viola, violoncelo)
Professor de Projetos Educacionais Ginásio	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal nas práticas esportivas; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador em Música	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Artesanato	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal coordenar, promover e participar de feiras e eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Orientador de Dança	Orientar alunos para desenvolvimento de habilidades de expressão corporal; ensino de danças; coordenar, promover e participar de eventos para apresentação das atividades realizadas; acompanhar o aprendizado dos alunos; manter em ordem e conservados os materiais e equipamentos sob sua responsabilidade; outras atividades correlatas.
Técnico em Enfermagem SAMU	-Conhecer integralmente todos os equipamentos, materiais e medicamentos disponíveis na ambulância e realizar manutenção básica dos mesmos; -Executar prescrições médicas por telemedicina; -Realizar check-list diário dos materiais, equipamentos e medicamentos da unidade móvel, seguindo os padrões estabelecidos e mantendo a unidade e Mochilas de Atendimento em perfeito estado de conservação e assepsia; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a estrutura de saúde local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde;
Motorista Socorrista SAMU	-Conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes; -Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo; -Estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações; -Conhecer a malha viária local; -Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local; -Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida; -Auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas; -Realizar medidas de reanimação cardiorrespiratória básica; -Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde; -Manter-se atualizado, frequentando os cursos de educação permanente e congressos da área, assim como dominar o conhecimento necessário para o uso adequado dos equipamentos da Unidade Móvel.
Fiscal de Tributos	Executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação; examinar e analisar livros fiscais e contábeis, notas fiscais, faturas, balanços e outros documentos dos contribuintes; expedir notificação, autos de infração e lançamentos previstos em leis, regulamentos e no código tributário municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e às posturas municipais; colaborar com as cobranças da Secretaria de Fazenda, em razão de obras públicas executadas; visitar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com a finalidade de fiscalização do pagamento das taxas e impostos municipais; manter atualizado o cadastro econômico de contribuintes municipais; verificar a legislação fazendo uso nas situações pertinentes; emitir guias para o recolhimento das contribuições, junto ao órgão municipal ou instituições financeiras; elaborar relatório de vistoria; executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.
Auxiliar de Saúde Bucal	Agendar consultas; agilizar o atendimento odontológico; organizar arquivo e fichário; ensinar técnicas de higiene bucal; preparar modelos em gesso; selecionar as moldeiras; manipular materiais de uso odontológico; instrumentar o odontólogo; revelar radiografias e outras tarefas afins.

RETIFICAÇÃO 01 SELETIVO

RETIFICAÇÃO 01/2016 AO EDITAL 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO 01/2016 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2016 CONFORME SEGUE:

ONDE SE LÊ:

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR e NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

LEIA-SÊ:

6.6.1.1. A classificação dos candidatos aos cargos de Professor, será separada por HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR, NÃO HABILITADOS CURSANDO APARTIR DO 4º PERÍODO E NÍVEL TÉCNICO MAGISTÉRIO. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS NÍVEL SUPERIOR. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS e posteriormente os nível médio MAGISTÉRIO.

ONDE SE LÊ:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Professor de Educação Infantil	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Pré - Escolar	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia ou cursando a 4ª fase;	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

LEIA-SÊ:

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VALOR SALÁRIOS	TIPO DE PROVAS
Professor de Educação Infantil	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor de Educação Infantil	CR	30	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.913,13 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.601,73	OBJETIVA TÍTULOS

Professor Pré - Escolar	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena com habilitação em Pedagogia e Educação Infantil, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO (habilitação em educação infantil)	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS
Professor Anos Iniciais	CR	20	Certificado de Conclusão de Licenciatura Plena em Pedagogia, cursando a 4ª fase ou nível médio MAGISTÉRIO	HABILITADO R\$: 1.275,43 NÃO HABILITADO e MAGISTÉRIO R\$: 1.067,82	OBJETIVA TÍTULOS

Os demais itens permanecessem inalterados.

Prefeitura de São Joaquim, 29 de dezembro de 2016
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

FABIANO PADILHA
Presidente da Comissão

São José

PREFEITURA

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA
Comissão de Processos Disciplinares
Membro - Relator

LEI N.º 5.606 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São José, para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal para o exercício de 2017, referente aos Poderes do Município, seus fundos, fundações, autarquia e unidades da administração municipal; e

II - O Orçamento da Seguridade Social para o exercício de 2017, abrangendo todos os programas, projetos e ações dos fundos, fundações, autarquia e unidades da administração municipal, vinculados à Seguridade Social.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO

Art. 2º Fica estimada a receita e fixada a despesa do Orçamento Consolidado do Município de São José para o exercício financeiro de 2017, em R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais), nos termos do § 5º do artigo 165, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, com a seguinte composição:

I – O Total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de São José para o exercício de 2017, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência de R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais), está assim distribuído:

1 – de Recursos Próprios do Município	R\$ 413.866.000,00
2 – de Recursos Vinculados	R\$ 516.134.000,00
Total	R\$ 930.000.000,00

II – O Orçamento Fiscal do Município de São José para o exercício de 2017 referente aos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência, é de R\$ 707.441.493,41 (setecentos sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e um centavos).

III – O Orçamento da Seguridade Social do Município de São José para o exercício de 2017, referente aos programas, projetos e ações dos Poderes Legislativo e Executivo, incluídos os Fundos, as Fundações e a Autarquia São José Previdência, Fundos, das Fundações e da Autarquia São José Previdência, vinculados à Seguridade Social é de R\$ 222.558.506,59 (duzentos e vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º Caberá a Chefe do Poder Executivo Municipal o detalhamento, a monetarização e aprovação por ato próprio, do QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa, em razão da classificação e monetarização individual por elemento de despesa e por fonte de recurso, conforme determina a portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 4º A Receita Total do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2017, de R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais) será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, contribuições, transferências correntes e de capital, de outras receitas correntes, de receitas de capital e operações de crédito, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos diversos anexos, tendo os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA TOTAL

Receitas Correntes	718.842.387,45
Receita Tributária	228.271.180,77
Receita de Contribuições	13.360.000,00
Receita Patrimonial	11.724.000,00
Receita de Serviços	4.630.000,00
Transferências Correntes	412.351.406,00
Outras Receitas Correntes	48.505.800,68
(-) Dedução para o FUNDEB	43.772.187,45
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	21.250.000,00
Receita de Contribuições	21.250.000,00
Receitas de Capital	233.679.800,00
Operações de Crédito	44.012.800,00
Alienação de Bens	17.450.000,00
Transferências de Capital	172.217.000,00
TOTAL	930.000.000,00

Art. 5º A Despesa Total do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2017 de R\$ 930.000.000,00 (novecentos e trinta milhões de reais) será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional - programática e econômica:

DESPESA TOTAL**1 – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA**

Legislativa	22.379.876,64
Judiciária	517.000,00
Administração	68.521.850,72
Segurança Pública	23.666.900,35
Assistência Social	44.689.870,40
Previdência Social	57.642.200,00
Saúde	120.226.436,19
Trabalho	1.739.249,34

Educação	208.811.971,13
Cultura	28.738.726,78
Direitos da Cidadania	491.008,00
Urbanismo	247.202.908,24
Habitação	35.509.000,00
Saneamento	20.793.000,00
Gestão Ambiental	5.060.888,40
Ciência e Tecnologia	3.290.960,00
Agricultura	115.751,60
Indústria	170.000,00
Comércio e Serviços	220.040,00
Transporte	5.364.240,00
Desporto e Lazer	15.439.522,21
Encargos Especiais	19.354.600,00
Reserva de Contingência	54.000,00
TOTAL	930.000.000,00

2 - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Despesas Correntes	586.715.518,85
Pessoal e Encargos Sociais	292.777.605,65
Juros e Encargos da Dívida	3.175.200,00
Outras Despesas Correntes	290.762.713,20
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	27.263.627,18
Pessoal e Encargos Sociais	27.047.627,18
Juros e Encargos da Dívida	216.000,00
Despesas de Capital	297.231.853,97
Investimentos	291.491.653,97
Amortização da Dívida	5.740.200,00
Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	1.080.000,00
Amortização da Dívida	1.080.000,00

Reserva de Contingência	17.709.000,00
TOTAL	930.000.000,00

3 - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA	4.346.300,90
SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS	38.199.295,05
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	6.659.761,21
SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA	120.962,16
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.661.524,00
CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL	471.747,12
CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	487.188,00
SECRETARIA DE GOVERNO	603.326,30
GABINETE DO VICE-PREFEITO	680.508,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	13.239.538,72
SECRETARIA DE FINANÇAS	2.013.137,83
SECRETARIA DE RECEITA	6.985.584,09
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	186.669.731,65
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO	29.546.395,48
FUNDO MUNIC.DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	491.008,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	14.711.978,27
SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	12.830.289,34
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	6.042.691,72
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	25.860.759,11
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	230.699.969,25
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	49.220.710,37
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	13.239.522,21
FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTENTÁVEL	5.168.000,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	28.064.926,78
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC	673.800,00

FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	22.142.239,48
SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	36.850.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ	120.226.436,19
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	14.572.000,00
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	3.229.400,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	23.555.443,81
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA	517.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEF. CIVIL	667.200,00
FUNDO M. ANTIDROGAS - FMAD	1.610.964,16
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI	1.502.084,16
FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - FUNSEG	2.004.700,00
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ	22.379.876,64
TOTAL	930.000.000,00

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 6º O Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 763.376.800,00 (setecentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e seis mil e oitocentos reais), incluídas as Transferências Financeiras.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2017, correspondente a importância de R\$ 763.376.800,00 (setecentos e sessenta e três milhões, trezentos e setenta e seis mil e oitocentos reais), será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	597.150.187,45
Receita Tributária	225.783.180,77
Receita Patrimonial	7.347.000,00
Receita de Serviços	3.600.000,00
Transferências Correntes	314.223.206,00
Outras Receitas Correntes	46.196.800,68
(-) Dedução para o FUNDEB	43.772.187,45
Receitas de Capital	209.998.800,00
Operações de Crédito	41.912.800,00
Alienação de Bens	17.450.000,00
Transferências de Capital	150.636.000,00

TOTAL	763.376.800,00
-------	----------------

§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação econômica, assim especificada:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	383.184.867,90
Pessoal e Encargos Sociais	179.075.321,02
Juros e Encargos da Dívida	3.175.200,00
Outras Despesas Correntes	200.934.346,88
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	17.899.107,18
Pessoal e Encargos Sociais	17.683.107,18
Juros e Encargos da Dívida	216.000,00
Despesas de Capital	231.378.431,49
Investimentos	225.638.231,49
Amortização da Dívida	5.740.200,00
Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	1.080.000,00
Amortização da Dívida	1.080.000,00
Reserva de Contingência	54.000,00
Transferências Financeiras	129.780.393,43
TOTAL	763.376.800,00

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 7º O Orçamento da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 22.379.876,64 (vinte e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Transferências Financeiras	22.379.876,64
TOTAL	22.379.876,64

§ 2º A Despesa da Câmara de Vereadores, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	16.675.876,64	
Pessoal e Encargos Sociais	12.315.000,00	

Outras Despesas Correntes	4.360.876,64	
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	550.000,00	
Pessoal e Encargos Sociais	550.000,00	
Despesas de Capital	5.154.000,00	
Investimentos	5.154.000,00	
TOTAL	22.379.876,64	

CAPÍTULO V**DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

Art. 8º O Orçamento da Fundação de Esportes e Lazer, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 13.239.522,21 (treze milhões, duzentos e trinta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	6.598.000,00
Receita Patrimonial	159.000,00
Transferências Correntes	6.389.000,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00
Receitas de Capital	160.000,00
Transferências de Capital	160.000,00
Transferências Financeiras	6.481.522,21
TOTAL	13.239.522,21

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	9.080.420,07
Pessoal e Encargos Sociais	1.793.880,00
Outras Despesas Correntes	7.286.540,07
Despesas de Capital	4.159.102,14
Investimentos	4.159.102,14
TOTAL	13.239.522,21

CAPÍTULO VI**DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Art. 9º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 5.168.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	1.318.000,00
Receita Tributária	1.018.000,00
Receita Patrimonial	150.000,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00
Receitas de Capital	1.356.000,00
Transferências de Capital	1.356.000,00
Transferências Financeiras	2.494.000,00
TOTAL	5.168.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	4.195.656,23
Pessoal e Encargos Sociais	1.838.650,00
Outras Despesas Correntes	2.357.006,23
Despesas de Capital	972.343,77
Investimentos	972.343,77
TOTAL	5.168.000,00

CAPÍTULO VII

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO

Art. 10 O Orçamento da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 28.738.726,78 (vinte e oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos).

§ 1º A Receita da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	15.607.000,00
Receita Tributária	20.000,00
Receita Patrimonial	287.000,00
Receita de Serviços	800.000,00

Transferências Correntes	14.207.000,00
Outras Receitas Correntes	293.000,00
Receitas de Capital	4.610.000,00
Transferências de Capital	4.610.000,00
Transferências Financeiras	8.521.726,78
TOTAL	28.738.726,78

§ 2º A Despesa da Fundação de Cultura e Turismo, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	19.442.060,01
Pessoal e Encargos Sociais	2.955.700,00
Outras Despesas Correntes	16.486.360,01
Despesas de Capital	9.296.666,77
Investimentos	9.296.666,77
TOTAL	28.738.726,78

CAPÍTULO VIII

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

Art. 11 O Orçamento da Fundação Educacional de São José, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 22.142.239,48 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal Educacional, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	13.640.000,00
Receita Patrimonial	48.000,00
Receita de Serviços	230.000,00
Transferências Correntes	13.362.000,00
Transferências Financeiras	8.502.239,48
TOTAL	22.142.239,48

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal Educacional, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	8.885.301,08
--------------------	--------------

Pessoal e Encargos Sociais	7.608.354,63
Outras Despesas Correntes	1.276.946,45
Despesas de Capital	13.256.938,40
Investimentos	13.256.938,40
TOTAL	22.142.239,48

CAPÍTULO IX**DO ORÇAMENTO DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA**

Art. 12 O Orçamento da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 36.850.000,00 (trinta e seis milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A Receita da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	15.600.000,00
Receita de Contribuições	13.360.000,00
Receita Patrimonial	2.050.000,00
Outras Receitas Correntes	190.000,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	21.250.000,00
Receita de Contribuições	21.250.000,00
TOTAL	36.850.000,00

§ 2º A Despesa da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	19.085.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.800.120,00
Outras Despesas Correntes	1.284.880,00
Despesas de Capital	110.000,00
Investimentos	110.000,00
Reserva de Contingência	17.655.000,00
TOTAL	36.850.000,00

CAPÍTULO X**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art. 13 O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 120.226.436,19 (cento e vinte milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	48.940.000,00
Receita Tributária	1.450.000,00
Receita Patrimonial	1.183.000,00
Transferências Correntes	45.277.000,00
Outras Receitas Correntes	1.030.000,00
Transferências Financeiras	69.466.436,19
TOTAL	120.226.436,19

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	108.928.356,19
Pessoal e Encargos Sociais	68.802.100,00
Outras Despesas Correntes	31.326.256,19
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	8.800.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.800.000,00
Despesas de Capital	11.298.080,00
Investimentos	11.298.080,00
TOTAL	120.226.436,19

CAPÍTULO XI

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 14 O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 14.572.000,00 (quatorze milhões e quinhentos e setenta e dois mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas de Capital	14.550.000,00
Operações de Crédito	2.100.000,00
Transferências de Capital	12.450.000,00
Transferências Financeiras	22.000,00
TOTAL	14.572.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Habitação, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes

desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	222.000,00
Outras Despesas Correntes	222.000,00
Despesas de Capital	14.350.000,00
Investimentos	14.350.000,00
TOTAL	14.572.000,00

CAPÍTULO XII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 15 O Orçamento do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 3.229.400,00 (três milhões, duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	2.896.000,00
Receita Patrimonial	150.000,00
Transferências Correntes	2.744.000,00
Outras Receitas Correntes	2.000,00
Transferências Financeiras	333.400,00
TOTAL	3.229.400,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal para Infância e Adolescência, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	3.229.400,00
Outras Despesas Correntes	3.229.400,00
TOTAL	3.229.400,00

CAPÍTULO XIII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 16 O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 23.555.443,81 (vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	13.751.000,00
Receita Patrimonial	250.000,00
Transferências Correntes	13.374.000,00
Outras Receitas Correntes	127.000,00
Transferências Financeiras	9.804.443,81
TOTAL	23.555.443,81

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	18.793.180,41
Pessoal e Encargos Sociais	603.000,00
Outras Despesas Correntes	18.190.180,41
Despesas de Capital	4.762.263,40
Investimentos	4.762.263,40
TOTAL	23.555.443,81

CAPÍTULO XIV

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 17 O Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 517.000,00 (quinhentos e dezessete mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	517.000,00
Receita Patrimonial	100.000,00
Outras Receitas Correntes	417.000,00
TOTAL	517.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	321.200,00
Outras Despesas Correntes	321.200,00
Despesas de Capital	195.800,00

Investimentos	195.800,00
TOTAL	517.000,00

CAPÍTULO XV

DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Art. 18 O Orçamento da Comissão Municipal de Defesa Civil de São José - COMDEC, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 667.200,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e duzentos reais).

§ 1º A Receita da COMDEC, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas de Capital	570.000,00
Transferências de Capital	570.000,00
Transferências Financeiras	97.200,00
TOTAL	667.200,00

§ 2º A Despesa da COMDEC, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	285.320,00
Outras Despesas Correntes	285.320,00
Despesas de Capital	381.880,00
Investimentos	381.880,00
TOTAL	667.200,00

CAPÍTULO XVI

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL ANTIDROGAS

Art. 19 O Orçamento do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.610.964,16 (um milhão, seiscentos e dez mil, novecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	601.000,00
Transferências Correntes	601.000,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00
Transferências Financeiras	959.964,16
TOTAL	1.610.964,16

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal Antidrogas, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes

desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	1.289.640,16
Outras Despesas Correntes	1.289.640,16
Despesas de Capital	321.324,00
Investimentos	321.324,00
TOTAL	1.610.964,16

CAPÍTULO XVII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 20 O Orçamento do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.502.084,16 (hum milhão, quinhentos e dois mil e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	801.000,00
Transferências Correntes	801.000,00
Transferências Financeiras	701.084,16
TOTAL	1.502.084,16

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal do Idoso, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	980.760,16
Outras Despesas Correntes	980.760,16
Despesas de Capital	521.324,00
Investimentos	521,324,00
TOTAL	1.502.084,16

CAPÍTULO XVIII

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Art. 21 O Orçamento do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2017, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.004.700,00 (dois milhões, quatro mil e setecentos reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2017, será realizada mediante os seguintes desdobramentos:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA RECEITA

Receitas Correntes	1.373.200,00
--------------------	--------------

Transferências Correntes	1.373.200,00
Receitas de Capital	615.000,00
Transferências de Capital	615.000,00
Transferências Financeiras	16.500,00
TOTAL	2.004.700,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Segurança, para o exercício de 2017, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação econômica, distribuída da seguinte maneira:

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA

Despesas Correntes	931.000,00
Outras Despesas Correntes	931.000,00
Despesas de Capital	1.073.700,00
Investimentos	1.073.700,00
TOTAL	2.004.700,00

CAPÍTULO XIX

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 22 Os recursos da Reserva de Contingência do Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, para o exercício de 2017, fixados na ordem de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), são destinados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, abaixo especificados:

Passivos Contingentes R\$ 54.000,00
TOTAL R\$ 54.000,00

Art. 23 Os recursos da Reserva de Contingência do Orçamento da Autarquia São José Previdência, para o exercício de 2017, que perfazem a importância total de R\$ 17.655.000,00 (dezessete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil reais), são destinados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, a atender os passivos contingentes e os riscos fiscais, abaixo especificados:

- Reclamações de Proventos R\$ 1.000.000,00
- Superávit Orçamentário R\$ 16.655.000,00
TOTAL R\$ 17.655.000,00

§ 1º Para efeito dos artigos 22 e 23, desta Lei entendem-se como riscos e eventos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura administrativa municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as despesas decorrentes de criação expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do Poder Público Municipal, os processos de reclamações trabalhistas, os processos de ações indenizatórias, a frustração na cobrança da dívida ativa, a apuração de superávit primário, as reclamações de proventos e no atendimento ao superávit orçamentário do Instituto de Previdência.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 05 de dezembro de 2017, poderão ser usados, por ato da Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações insuficientes.

CAPÍTULO XX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 24 Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a realizar operações de créditos, inclusive por antecipação de receitas, para atender a deficiência de caixa, nos prazos e limites estabelecidos nas legislações vigentes, mediante lei autorizativa específica.

Art. 25 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos, Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, objetivando a execução de obras, serviços e com aquisição de equipamentos de interesse da comunidade.

Art. 26 As dotações consignadas no Orçamento de 2017 com recursos vinculados a convênios, a contratos e a operações de créditos, ou a

qualquer outro título, somente serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso financeiro no fluxo de caixa.

Art. 27 Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar correções de redação e valores resultantes de erros, omissões ou equívocos, sem que interfira ou dê conotação diferente à estrutura do projeto ou da atividade, ou altere o valor total, verificados quando da votação e execução do orçamento para o exercício de 2017.

Art. 28 Os saldos orçamentários, provenientes dos Créditos Adicionais Especiais ou Extraordinários, abertos nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2016, não consignados no orçamento de 2017, poderão ser reabertos, mediante ato da Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 29 O Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2016, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 30 É autorizada ao Poder Executivo Municipal abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2016 em dotações consignadas às funções "Educação" e "Saúde", utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 31 Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, até o limite de 10% (dez por cento) da receita corrente líquida arrecadada no exercício de 2016, para acorrer dotações insuficientes à cobertura de despesas de pessoal, encargos sociais e demais despesas referentes a folha de pagamento, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 32 É autorizado ao Poder Executivo Municipal abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, em atendimento às necessidades dos Orçamentos dos Fundos, das Fundações, da Câmara de Vereadores e da Autarquia São José Previdência, em até 5% (cinco por cento) do total orçado para cada Órgão/Unidade Gestora, utilizando as fontes de recursos apresentadas no artigo 35 desta lei.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

Art. 33 O Executivo Municipal fica autorizado a suplementar os Créditos Adicionais Especiais, abertos no decorrer do exercício, dentro dos limites estabelecidos nesta lei.

Art. 34 Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a designar um Órgão Central para movimentar dotações orçamentárias, necessárias à execução do Orçamento do exercício de 2017.

Art. 35 São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Suplementares e/ou Especiais as anulações totais ou parciais de recursos não mais utilizáveis ou ainda não comprometidos; o superávit financeiro do exercício anterior; o excesso e/ou o seu provável excesso de arrecadação; o produto resultante de operações de créditos e os recursos resultantes da realização de novos convênios, novos contratos ou repasses.

Art. 36 As ações, as obras, os serviços, as aquisições de máquinas e equipamentos, demais investimentos, os programas de manutenção dos próprios municipais, as atividades para conservação da máquina pública, inclusive as ações de origem parlamentar, inseridas no Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2017, ainda não contempladas, passam a integrar o Plano Plurianual, do período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017.

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017 criar cargos e funções, alterar as estruturas de carreiras, o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concursos públicos ou em caráter temporário na forma da lei.

Art. 38 O Executivo Municipal está autorizado, caso necessário, a abrir créditos adicionais até a importância de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), utilizando como fontes de recursos as descritas no artigo 35 desta lei, objetivando apropriar despesas referentes ao valor total dos precatórios devidos pela municipalidade, com pagamento no exercício de 2017.

Art. 39 A presente lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2017.

Paço Municipal, em São José (SC), 21 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

A N E X O

Considerando, que o Projeto de Lei 150/2016, que "Estima a receita e fixa despesa para o Orçamento do Município de São José, para o Exercício de 2017", sofreu emendas em seus anexos;

Considerando, que as emendas apresentadas por este Poder Legislativo ao Projeto de Lei 150/2016, foram devidamente deliberadas e aprovadas no Plenário; e

Considerando, não ser possível o Departamento Legislativo, alterar os anexos consolidados do Projeto de Lei encaminhado a este Poder Legislativo, a Mesa Diretora, faz constar como parte integrante do Projeto de Lei nº. 150/2016, que "Estima a receita e fixa a despesa para o Orçamento do Município de São José, para o Exercício de 2017" às referidas alterações a serem observadas na execução da presente Lei:

1) EMENDAS DA VEREADORA SANDRA PEREIRA ALVES MARTINS, ACATADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E APROVADAS EM PLENÁRIO, AS QUAIS DEVERÃO INTEGRAR O PL Nº. 150/2016:

1.1 Emenda:

"Art 1.º- Dentro do demonstrativo das ações prioritárias por órgão e unidade deverão constar recursos orçamentários, para quando da elaboração da proposta orçamentária, de conformidade com o art.2º, do Projeto de Lei nº 150/2016, para o seguinte projeto/ ação:

a) Órgão: 14 – Secretaria de Infraestrutura de São José
Unidade: 14.01 – Secretaria de Infraestrutura de São José
Projeto/atividade: 2.217

Inclusão do elemento despesa 4.4.90.51 (obras e instalação) para a Revitalização da Praça de Integração Social na Avenida das Torres – Loteamento Morar Bem – São José/SC no valor de R\$ 300.00,00 (Trezentos mil reais)."

1.2 Emenda:

"Art 1.º- Dentro do demonstrativo das ações prioritárias por órgão e unidade deverão constar recursos orçamentários, para quando da elaboração da proposta orçamentária, de conformidade com o art.2º, do Projeto de Lei nº 150/2016, para o seguinte projeto/ ação:

a) Órgão: 20 – Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José
Unidade: 20.01 – Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José Projeto/atividade: 2.498.00

Inclusão do elemento despesa 4.4.90.51 (obras e instalação) para a Instalação do Pórtico no Centro Histórico indicando a localização da Bica Carioca com a criação do Projeto/ atividade no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)."

2) EMENDAS DO VEREADOR AMAURI VALDEMAR DA SILVA, ACATADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E APROVADAS EM PLENÁRIO, AS QUAIS DEVERÃO INTEGRAR O PL Nº. 150/2016:

2.1 Emenda:

"Art. 1º. Incluir no demonstrativo das ações prioritárias por órgão e unidade do Projeto de Lei 150/2016 recursos orçamentários para as seguintes ações / projetos:

a) Órgão: 14 Secretaria da Infraestrutura
Unidade orçamentária: 14.1
Código: 15.451.0106.1.150.000
Projetos: 10.201.000,00

LOCAL	BAIRRO	OBRA	VALOR Aproximadamente	ÁREA Aproximadamente
Rua Mathias Kalbuchi	Barreiros	Galeria Pluvial	12.500,00	125 ml

2.2 Emenda:

"Art. 1º. Incluir no demonstrativo das ações prioritárias por órgão e unidade do Projeto de Lei 150/2016 recursos orçamentários para as seguintes ações / projetos:

a) Órgão: 14 Secretaria da Infraestrutura
Unidade orçamentária: 14.1
Código: 15.451.0106.1.540.000
Projetos: 49.552.431,32

LOCAL	BAIRRO	OBRA	VALOR Aproximadamente	ÁREA Aproximadamente
Rua (Travessa) Custódio de Campos	Centro Histórico	Pavimentação asfáltica	35.000,00	700 m²
Rua Regina Terezinha Silveira	Centro Histórico	Pavimentação asfáltica	105.000,00	2.100 m²
Rua Madre Joana de Gusmão	Centro Histórico	Pavimentação asfáltica	14.000,00	280 m²
Rua Celso Bayma	Barreiros	Pavimentação asfáltica	265.000,00	5.300 m²
Rua Manoel Candido Ferreira	Barreiros	Pavimentação asfáltica	25.000,00	500 m²
Rua São Cristóvão	Barreiros	Pavimentação asfáltica	55.000,00	1.100 m²
Rua Alceu Schlistine	Barreiros	Pavimentação asfáltica	45.000,00	900 m²

2.3 Emenda:

“Art. 1º. Incluir no demonstrativo das ações prioritárias por órgão e unidade do Projeto de Lei 150/2016 recursos orçamentários para as seguintes ações / projetos:

a) Órgão: 14 Secretaria da Infraestrutura
 Unidade orçamentária: 14.1
 Código: 15.451.0106.1.540.000
 Projetos: 49.552.431,32

LOCAL	BAIRRO	OBRA	VALOR Aproximadamente	ÁREA Aproximadamente
Rua Clementina Machado da Luz	São Luiz	Pavimentação asfáltica	115.000,00	2.233 m²
Rua Do Campo	São Luiz (Cova da Onça)	Pavimentação asfáltica	205.000,00	4.001 m²

3) EMENDAS APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E APROVADAS EM PLENÁRIO, AS QUAIS DEVERÃO INTEGRAR O PL Nº. 150/2016:

3.1 Emenda:

“Modifica a atividade atribuída ao código 15.451.0106.1.540.000 – Pavimentação de ruas
 Unidade Gestora: Secretaria de Infraestrutura
 Órgão: 14
 Unidade Orçamentária: 14.01

Onde consta:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
15.451.0106.1.540.000	Pavimentação de ruas	49.552.431,32			49.552.431,32

Leia:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
15.451.0106.1.540.000'	Pavimentação de ruas	44.652.431,32			44.652.431,32
	Revitalização da Avenida Leober- to Leal com instalação do cabe- amento subterrâneo e instalação do Pórtico, na divisa entre São José e Fpolis	2.500.000,00			2.500.000,00
	Requalificação da Avenida Brasil - – Bairro Bela Vista	1.000.000,00			1.000.000,00
	Pavimentação da Rua Pedro Bunn – Bairro Jardim Cidade de Fpolis	1.200.000,00			1.200.000,00
	Pavimentação Rua Campeche – Bairro Bela Vista	100.000,00			100.000,00

	Pavimentação da Rua do Iano – Bairro Nossa Senhora do Rosário (3º trecho)	100.000,00			100.000,00
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	49.552.431,32

Total de Emendas: 4.900.000,00

3.2 Emenda:

“Modifica a atividade atribuída ao código 08.244.0111.2.252.000 – Subvenções sociais

Unidade Gestora: Gabinete da Prefeita

Órgão: 02

Unidade Orçamentária: 02.01

Onde consta:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
08.244.0111.2.252.000	Subvenções sociais		80.000,00		80.000,00

Leia:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
08.244.0111.2.252.000	Subvenções sociais		70.000,00		70.000,00
	Centro Comunitário Bela Vista – Bairro Bela Vista		10.000,00		10.000,00
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	80.000,00

Total de Emendas: 10.000,00

3.3 Emenda:

“Modifica a atividade atribuída ao código 27.812.0104.1.051.000 – Constr. / Reform. Ginásio de esporte, quadras/equip. esportivos

Unidade Gestora: Fundação Municipal de Esporte e Lazer

Órgão: 18

Unidade Orçamentária: 18.01

Onde consta:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
27.812.0104.1.051.000	Constr. / Reform. Ginásio de esporte, quadras/equip. espor- tivos	4.151.000,00			4.151.000,00

Leia:

Código	Especificação	Projeto	Atividade	Oper. Especiais	Total
27.812.0104.1.051.000	Constr. / Reform. Ginásio de esporte, quadras/equip. espor- tivos	3.851.000,00			3.851.000,00
	Reforma do Ginásio Cristiano Rosa Luz – Bairro Bela Vista	150.000,00			150.000,00
	Reforma do Ginásio Barreirão	150.000,00			150.000,00
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	4.151.000,00

Total de emendas: 300.000,00

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.580, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.580, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.00.00.00.00.01.0001	43 Aplicação Direta	R\$ 5.000,00
--	---------------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.1.085.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	41 Aplicação Direta	R\$ 5.000,00
--	---------------------	--------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.581, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.581, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.1.90.00.00.00.00.01.0001	49 Aplicação Direta	R\$ 12.400,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	51 Aplicação Direta	R\$ 12.400,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.582, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.582, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 48.420,00 (quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0001	58 Aplicação Direta	R\$ 48.420,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.01.0001	53 Aplicação Direta	R\$ 11.025,00
--	---------------------	---------------

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0001	55 Aplicação Direta	R\$ 37.395,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.583, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.583, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0019	59 Aplicação Direta	R\$ 225.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 18 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.3.1.90.00.00.00.00.01.0018	54 Aplicação Direta	R\$ 225.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.584, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.584, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 30 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 30 de dezembro de 2016, sexta-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo os seguintes serviços, considerados essenciais:

I - o Serviço Público Municipal de Saúde;

II - o Conselho Tutelar; e

III - a Contadoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

52-2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº24-2016

52/2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15, RG Nº. 5.041.812, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar o prazo de vigência do contrato 24/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 35/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 24/2016, até dia 30 de novembro de 2017, conforme solicitação e justificativa da empresa, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude da previsão para pagamento oriunda de convenio com o estado de Santa Catarina estar programada para até 30 de novembro de 2017, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos tramites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 30 de novembro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GAIA RODOVIAS LTDA CNPJ nº. 03.257.777/0001-24 Representante Legal
---	--

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessoria Jurídica

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

53-2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº39-2016

53/2016 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, estabelecida na Rodovia BR 282, s/nº, interior, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 03.257.777/0001-24, neste ato representado pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, administrador, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Avenida Araucária, nº570, apartamento 205, Centro, CEP 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 526.393.209-04 e RG 1.612.469 SESP/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar o prazo de vigência do contrato 39/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 52/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 39/2016, até dia 16 de fevereiro de 2017, conforme solicitação e justificativa da empresa, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude da proximidade das festas de fim de ano, e respectivo anúncio de férias coletivas por parte de empresas fornecedoras, além de recesso por parte de órgãos fiscalizadores, o que torna necessário a dilatação do prazo de vigência, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos tramites legais. E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 23 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER
Prefeito Municipal em exercício

GAIA RODOVIAS LTDA
CNPJ nº. 03.257.777/0001-24
Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessoria Jurídica

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

54-2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº25-2016

54/2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa ANA CRISTINA MANJABOSCO EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 10.688.308/0001-25, com sede na Avenida do Comércio, nº 1496, sala 01, Bairro Getúlio Vargas, no município de Santo Augusto, estado do Rio Grande do Sul, CEP 98.590-000 neste ato representado pela Srta. ANA CRISTINA MANJABOSCO, brasileira, solteira, responsável, portador do CPF sob nº. 023.275.230-36 e RG sob nº. 9.086.083.905, residente na Rua Pio XII, nº 340, centro da cidade de Três de Maio – RS, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo do contrato 25/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 40/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 25/2016, prolongando-o até 29 de fevereiro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude do período estipulado para, autorização de pagamento pelo convênio e prestação de contas do convenio ser insuficiente, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos tramites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 29 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER
Prefeito Municipal em exercício

ANA CRISTINA MANJABOSCO EPP
CNPJ nº. 10.688.308/0001-25
Representante Legal

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

55 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº26-2016

55/2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 26/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 06.161.649/0001-70, com sede na Rua Sagrada Família, nº 353, Bairro Floresta, CEP 89874-000 no município de Maravilha, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. JEAN PYER VIVIAN, brasileiro, convivente em união estável, portador do CPF sob nº. 058.020.639-47 e RG sob nº. 4.906.295, residente e domiciliado na Rua Vitorino Salles Fagundes, nº 340, Bairro Jardim América, Município de Maravilha/SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem

prorrogar o prazo do contrato 26/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 40/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 26/2016, prolongando-o até 29 de fevereiro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude do período estipulado para, autorização de pagamento pelo convênio e prestação de contas do convenio ser insuficiente, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos trâmites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 29 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP CNPJ nº. 06.161.649/0001-70 Representante Legal
--	---

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

56-2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº27-2016

56/2016 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa JHONNY MAQUINAS E IMPLEMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 24.184.923/0001-09, com sede na Rua Bento Gonçalves, nº 295, Bairro Jardim do Vale, CEP 95.765-000 no Município de Bom Princípio, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representado pela Sr. EMERSON JHONNY HORBACH, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº. 827.392.850-00 e RG sob nº. 8.075.392.459, residente e domiciliado na Rua Bento Gonçalves, nº 295, Bairro Jardim do Vale, CEP 95.765-000 no Município de Bom Princípio, Estado do Rio Grande do Sul, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo do contrato 27/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 40/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 27/2016, prolongando-o até 29 de fevereiro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude do período estipulado para, autorização de pagamento pelo convênio e prestação de contas do convenio ser insuficiente, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos trâmites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 29 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER Prefeito Municipal em exercício	JHONNY MAQUINAS E IMPLEMENTOS EIRELI CNPJ nº. 24.184.923/0001-09 Representante Legal
--	--

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

57-2016 SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº32-2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2016.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VALMIR CESAR SCHROTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida São Miguel nº220, neste Município, inscrito no CPF N.º 781.836.939-20, RG Nº. 2.200.138, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº. 17.542.364/0001-04, com sede na Avenida Rubens Cesar Caselani, nº 1987, Centro, CEP 85770-000 no município de Realeza, estado do Paraná, neste ato representado pela Sr. JOÃO BATISTA PANAZZOLO, brasileiro, separado, portador do CPF sob nº. 444.590.410-49 e RG sob nº. 03112437642, residente e domiciliado na Avenida Rubens Cesar Caselani, nº. 1987, Centro, CEP 85770-000 no município de Realeza, estado do Paraná, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem prorrogar o prazo do contrato 32/2016, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 48/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade de aditar para mais o prazo de vigência do contrato administrativo 32/2016, prolongando-o até 29 de fevereiro de 2017, observando o contido na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas, sendo que o presente termo tem vigência e produzida os efeitos legais, a partir de sua assinatura.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo tem a finalidade de adequação do prazo de vigência em virtude do período estipulado para, autorização de pagamento pelo convênio e prestação de contas do convenio ser insuficiente, portanto foi necessário firmar o presente aditivo para prosseguimento dos tramites legais.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor, mediante duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista, SC, 29 de dezembro de 2016.

VALMIR CESAR SCHROTER
Prefeito Municipal em exercício

TERRA VIVA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES – EIRELI - EPP
CNPJ nº. 24.184.923/0001-09
Representante Legal

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessoria Jurídica

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER
CPF: 033.100.669-32

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2016**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 64/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2016**

No dia 29 do mês de Dezembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 43/2016, Processo Licitatório nº. 64/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas da Municipalidade, conforme itens e valores maximos expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
621	POSTO CHARNOSKI LTDA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
POSTO CHARNOSKI LTDA	04.408.359/0001-53	ELENA SCHARNOSKI	942.247.819-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas da Municipalidade, conforme itens e valores maximos expressos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 621 - POSTO CHARNOSKI LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Gasolina Comum	Lts		50.000,000	3,9300	196.500,00
2	DIESEL S 10.	Li		150.000,000	3,1900	478.500,00
3	DIESEL S500.	Li		150.000,000	3,0500	457.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/7
Processo Nº.: 64/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 64/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 64/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 64/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será Imediato, conforme a necessidade..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 64/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 64/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2016**

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 29 de Dezembro de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

POSTO CHARNOSKI LTDA

CNPJ: 04.408.359/0001-53 _____

São Miguel do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 01/2016 - FAEE

TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO Nº 005/2016 DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA, DENOMINADO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA LOCADO.

FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob no nº 07.753.029/0001-93, com sede à Rua da Consolação, 317, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê/SC, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente Vereador Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

Fica definido o valor mensal de R\$ 240,00, totalizando no ano o valor de R\$ 2.880,00;

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e de eventuais aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 01/2016 - JA INDUSTRIA

TERMO ADITIVO Nº 002/2016 AO CONTRATO Nº 005/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE UM EQUIPAMENTO ELEVADOR TIPO PLATAFORMA PARA ACESSIBILIDADE MARCA THYSENKRUPP INSTALADO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE (SC), NA FORMA ABAIXO:

J.A. INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob no nº 04.347.077/0001-93, com sede na cidade de São Miguel do Oeste/SC, na Rodovia SC 492, Km 71, acesso Bandeirantes, CEP: 89900-000, neste ato representado por Juarez Paulo Dal Vitt, inscrito no CPF/MF sob o nº 627.103.469-15 e no RG sob o nº 2203663, SSP/SC, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Vereador Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelo princípio do Interesse Público, notadamente para evitar prejuízos à atividade deste Poder, fica prorrogado excepcionalmente o presente contrato por mais 60 dias a partir de 01/01/2017 em razão das mudanças de gestão que correrão a partir de 01 de janeiro de 2017, contudo condicionada a prorrogação ao lançamento de novo certame licitatório a partir do vencimento estipulado em caráter excepcional.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterados. Este aditivo incorpora-se ao contrato original. Os preços previstos, são definidos conforme discriminado na Cláusula Segunda do Contrato 008/2014, ou seja, em valor unitário é R\$ 228,07 (Duzentos e vinte e oito reais e sete centavos), e, em valor total é de R\$ 456,14 (Quatrocentos e cinquenta e seis reais e catorze centavos).

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 01/2016 - PATRIMONIAL

TERMO ADITIVO Nº 002/2016 AO CONTRATO Nº 004/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA QUE SERÃO EXECUTADAS PELA CONTRATADA À CONTRATANTE, NA FORMA ABAIXO:

PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.891.805/0001-37, com sede à Rua Barrão do Rio Branco, 1580, Centro, neste Município de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada pela sua representante legal, Srª Elenir Fátima Pedroso Buratto, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 558.808.869-72, residente e domiciliada em São Miguel do Oeste/SC, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. IDEMAR JOSÉ GUARESI, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelo princípio do Interesse Público, notadamente para evitar prejuízos à atividade deste Poder, fica prorrogado excepcionalmente o presente contrato por mais 60 dias a partir de 01/01/2017 em razão das mudanças de gestão que correrão a partir de 01 de janeiro de 2017, em caráter excepcional.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterados. Este aditivo incorpora-se ao contrato original. Os preços pela prestação dos serviços, em valor mensal, é de R\$ 159,00 (Cento e cinquenta e nove reais), e, em valor total, é de R\$ 318,00 (Trezentos e dezoito reais) nos termos previstos na Cláusula Segunda do Contrato 004/2015.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 01/2016 - SOFTCAM CT 008/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO Nº 008/2016

Constitui objeto do presente contrato o DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE WEB SITE, PORTAL CUSTOMIZÁVEL, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO TÉCNICA, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO PARA A INSERÇÃO/ALTERAÇÃO/EXCLUSÃO DE CONTEÚDO A SER PUBLICADO NO WEBSITE

SOFTCAM SOLUÇÕES, pessoa jurídica, com sede a Rua Senador Raulino Horn, 543, sala 01, Bairro S. Francisco de Assis, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 24092271/0001-82, neste ato representada pelo Sr. FABRÍCIO DE SOUZA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.027.059 e CPF nº 005.160.539-22, residente Rua José Watekemper, 123, centro, Braço do Norte-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

Fica definido o valor mensal de R\$ 240,00, totalizando o valor anual de R\$ 2.880,00

Os valores abaixo estão definidos para quando necessário serem aplicados.

Item	Und	Descrição	Valor
1	Diária	Despesa de estada e alimentação, por dia, no suporte técnico in loco	160,00
2	KM	Despesa de deslocamento, no suporte técnico in loco	0,70

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e de eventuais aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 01/2016 SOFTCAM CT 006/2016

TERMO ADITIVO Nº 001/2016 AO CONTRATO Nº 006/2016

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso e locação de SISTEMA DE INFORMÁTICA PARA USO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, BEM COMO SUA CONVERSÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, COM DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EM CONTRATO.

SOFTCAM SOLUÇÕES, pessoa jurídica, com sede a Rua Senador Raulino Horn, 543, sala 01, Bairro S. Francisco de Assis, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob n.º 24092271/0001-82, neste ato representada pelo Sr. FABRÍCIO DE SOUZA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.027.059 e CPF nº 005.160.539-22, residente Rua José Watekemper, 123, Centro, Braço do Norte-SC, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS VALORES

Item	Und.	Quant	Sistema	Usuários	V. Unit.	Total
01	Und.	12	Mensalidade Locação Sistema Legislativo	04	430,00	5.160,00
Total do Contrato						5.160,00
Hora	Serviços eventuais de suporte técnico após implantação dos sistemas					75,00
Diária	Despesa de estada e alimentação, por dia, no suporte técnico in loco					135,00
KM	Despesa de deslocamento, no suporte técnico in loco					0,75

CLAÚSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e de eventuais aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 03/2016 AO CONTRATO 006/2015 MARIA CARMEM SIGNORI

TERMO ADITIVO Nº 003/2016 AO CONTRATO Nº 006/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DO BOX DE Nº 40 NO ESTACIONAMENTO DE PROPRIEDADE DA CONTRATADA, SITUADO NA RUA SANTOS DUMONT, 680, CENTRO, CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, NA FORMA ABAIXO:

MARIA GARMEM SIGNORI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua Santos Dumont, 680, Centro, na Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.597.479/0001-95, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente, Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelo princípio do Interesse Público, notadamente para evitar prejuízos à atividade deste Poder, fica prorrogado excepcionalmente o presente contrato por mais 60 dias a partir de 01/01/2017, mormente porque a nova sede deste Poder será entregue em fevereiro de 2016, senão em razão das mudanças de gestão que correrão a partir de 01 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterados. Este aditivo incorpora-se ao contrato original. O valor do aluguel, a ser pago mensalmente, é de R\$ 93,40 (Noventa e três reais e quarenta centavos), e total é de R\$ 186,80 (Cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 04/2016 - MKNET

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 008/2015 DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET DE BANDA LARGA E HOSPEDAGEM DE SITE WEB DA CÂMARA, CONFORME QUANTIDADES, CARACTERÍSTICAS E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL E NO ANEXO I, NA FORMA ABAIXO:

MKANET SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santos Dumont, nº 134, Sala 02, Cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CGC/MF sob o nº 08.766.055/0001-19, neste ato representado por seu Diretor ou representante legal, Sr. MAGNOS FRANZEN DE SOUZA, na qualidade de CONTRATADA e CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, com CNPJ sob nº 78.484.573/0001-25, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 2045, Centro, Cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu Presidente Vereador Idemar José Guaresi, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, resolvem, de comum acordo, aditar o Contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se conforme abaixo disposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelo princípio do Interesse Público, notadamente para evitar prejuízos à atividade deste Poder, fica prorrogado excepcionalmente o presente contrato por mais 60 dias a partir de 01/01/2017 em razão das mudanças de gestão que correrão a partir de 01 de janeiro de 2017, garantindo a continuidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterados. Este aditivo incorpora-se ao contrato original. Os preços previstos na Cláusula Segunda do Contrato 008/2015, passará a vigorar, em valor unitário R\$ 309,10 (Trezentos e nove reais e 10 centavos), e, em valor total é de R\$ 618,20 (seiscentos e dezoito reais e vinte centavos).

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

TERMO ADITIVO 04/2016 AO CONTRATO 003/2014 BETHA

TERMO ADITIVO Nº 004

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 78.484.573/0001-25, neste ato representado por seu Presidente, Sr. IDEMAR JOSÉ GUARESI, brasileiro, residente e domiciliado na rua Marechal Floriano, 1282, Bairro Estrela, neste Município, inscrito no CPF nº 386.428.329-91 e CI 13/R-895.487, na qualidade de CONTRATANTE, e de outro lado à empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representada pela Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, na qualidade de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato Nº 03/2014, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. Os valores contratados :

- a) Contabilidade Pública – Valor Unitário mensal R\$ 288,37 - Valor Total anual R\$ 3.460,44
- b) Compras e Licitação – Valor Unitário mensal R\$ 205,32 – Valor Total anual R\$ 2.463,84
- c) Folha de Pagamento – Valor Unitário mensal R\$ 288,37 – Valor Total R\$ 3.460,44
- d) Recursos Humanos – Valor Unitário mensal R\$ 201,86 – Valor Total R\$ 2.422,32
- e) Portal da Transparência – Valor Unitário mensal R\$ 213,39 – Valor Total R\$ 2.560,68
- f) Patrimônio – Valor Unitário R\$ 244,09 – Valor Total R\$ 2.929,08

VALOR MENSAL DE R\$ 1.441,40

VALOR TOTAL GERAL DE R\$ 17.296,80.

2.2. Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 69,21 (sessenta e nove reais e vinte e um centavos) a hora técnica, acrescida de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,69 (sessenta e nove centavos) o Km rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 126,88 (cento e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato e de eventuais aditivos anteriormente firmados e que não tenham sido por este alterado. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

São Miguel do Oeste (SC), 28 de dezembro de 2016.

Seara

PREFEITURA

ATA DE RP - PP 048 - ADILSON

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 072/2016. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016 – REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 038/2016
Pregão Presencial nº. 048/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Adilson Luis Antunes 07028472914, CNPJ n.º 24.954.318/0001-70, estabelecida na rua Prefeito Clayton Wosgrau, n.º. 189, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Adilson Luis Antunes brasileiro, RG nº. 5583850, CPF nº. 070.284.729-14, residente e domiciliado na rua Prefeito Clayton Wosgrau, nº. 189, bairro Industrial, Seara SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 048/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de serviços (mão de obra) pinturas em prédios, imóveis, vias públicas, conserto e construção de passeios, meio fios entre outros, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

- Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil), são válidos por 06 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/07/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/01/2017.

- As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 048/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

- Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/07/2016.

Laci Grigolo	Adilson Luis Antunes
Prefeita Municipal	Adilson Luis Antunes
Município de Seara	07028472914
	Contratada

ATA DE RP PP 048 - ALEXSANDRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 072/2016. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016 – REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 038/2016
Pregão Presencial nº. 048/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, n.º 69, centro, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Alexsandro Reimers 05069635948, CNPJ n.º 19.554.605/0001-52, estabelecida na rua Luiz Sfredo, n.º. 373, bairro Industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Alexsandro Reimers brasileiro, RG nº. 3.931.328, CPF nº. 050.696.359-48, residente e domiciliado na rua Luiz Sfredo, nº. 373, bairro Industrial, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 0048/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de serviços (mão de obra) pinturas em prédios, imóveis, vias públicas, conserto e construção de passeios, meio fios entre outros, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

- Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), são válidos por 06 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/07/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/01/2017.

- As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 048/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

- Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 21/07/2016.

Laci Grigolo	Alexsandro Reimers
Prefeita Municipal	Alexsandro Reimers
Município de Seara	05069635948
	Contratada

ATA DE RP PP 048 - FRADMAIER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 072/2016. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016 – REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Ata de Registro de Preços nº. 038/2016
Pregão Presencial nº. 048/2016
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC., neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Laci Grigolo, brasileira, casada, RG n.º 1.870.996, CPF n.º 982.428.739/68, residente e domiciliada na rua Albino Sordi, nº 69, centro, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Fradmaier Prestadora de Serviços LTDA, CNPJ n.º 85.251.411/0001-02, estabelecida na rua Prefeito Etelvino Pedro Tumelero, nº. 240, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Francesli Maier brasileiro, RG nº. 1.878.497-6, CPF nº. 604.429.219-34, residente e domiciliado na rua Prefeito Etelvino Pedro Tumelero, bairro São João, nesta cidade de Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 048/2016, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de serviços (mão de obra) pinturas em prédios, imóveis, vias públicas, conserto e construção de passeios, meio fios entre outros, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

- Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais), são válidos por 06 (doze) meses, passando a vigorar dia 21/07/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 20/01/2017.

- As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 048/2016, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

- Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 21/07/2016.

Laci Grigolo	Francesli Maier
Prefeita Municipal	Fradmaier Prest. De Serv. Ltda
Município de Seara	Contratada

DECRETO Nº 1178

DECRETO Nº 1178, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o cancelamento dos restos a pagar inscritos em 31 de dezembro de 2015 e em exercícios anteriores, dando outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e,

CONSIDERANDO que as despesas constantes no presente Decreto, inscritas em Restos a Pagar em 31 de dezembro de 2015 e em exercícios anteriores, não atendem todos os requisitos previstos no art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, ou seja, a sua liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

CONSIDERANDO que as contas contábeis de Restos a Pagar integram o grupo de Dívida Flutuante, com duração de um exercício financeiro;

CONSIDERANDO o inciso III do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101- LRF, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre as demonstrações contábeis de cada órgão, fundo ou entidade; e

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de Decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerandos anteriores,

DECRETA

Art. 1º Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar, integralmente, os saldos de Restos a Pagar, que não atendem todos os requisitos previstos no art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, inscritos em 2015 e exercícios anteriores, referentes a saldos de empenhos não utilizados pelo Município, que não tiverem sido pagos até a presente data.

§ 1º Os Restos a Pagar previstos no caput do presente artigo são os seguintes:

I – Restos a Pagar não Processados:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL		
Nº Empenho	Credor	Saldo
0004491/15	012132 TERRAMAX - CONSTRUÇOES E OBRAS LTDA	4.800,00
0004899/15	011262 TRANSPORTES PELEGRIN LTDA	661,50
0004901/15	010945 DALAMAR TRANSPORTES LTDA ME	351,08
0004902/15	010945 DALAMAR TRANSPORTES LTDA ME	867,60
0004903/15	011040 VANDERLEI AREND MEI	130,14
0004904/15	011040 VANDERLEI AREND MEI	14,74
0004905/15	011040 VANDERLEI AREND MEI	146,30
0004906/15	011291 MAURO A. HARTMANN ME	425,25
0004907/15	007295 MONTANHA TRANSPORTES LTDA	453,70
0004908/15	007295 MONTANHA TRANSPORTES LTDA	551,80
0005123/15	012175 MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA - ME	7.675,00
0005155/15	012175 MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA - ME	2.550,00
0006761/14	010753 POLETTI PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA.	3.460,00
0005289/15	011854 RB PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME	28,50
0005791/15	012080 TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME	160,00
0005778/15	012055 NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	36,45
0005774/15	011139 IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME	760,00
0005763/15	011139 IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME	760,00
Sub Total		23.832,06
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Nº Empenho	Credor	Saldo
0002182/15	012171 KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA	1.310,40
0002558/15	012176 M.H.M DO COUTO COMERCIAL ME	1.460,32
Sub Total		2.770,72
Total de Restos a Pagar não Processados		26.602,78

II – Restos a Pagar Processados

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA		
Nº Empenho	Credor	Saldo
0000023/15	006667 FEDERACAO DAS ASSOCIACOES EMPRESARIAIS DE SANTA CA	700,00
0000344/15	006142 INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	2.866,44
Sub Total		3.566,44
ÓRGÃO; FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA		
Nº Empenho	Credor	Saldo
0000318/15	006190 INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	910,61
Sub Total		910,61
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA		
Nº Empenho	Credor	Saldo
0001029/15	010511 WF - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA - ME	120,00
0001291/15	009029 PKS SERVICOS LTDA. - ME	367,00
Sub Total		487,00
Total de Restos a Pagar Processados		4.964,05
Total de Restos a Pagar Não Processados e Processados		31.566,83

§ 2º Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em Restos a Pagar identificados no § 1º do art. 1º do presente Decreto deverão, nos termos do art. 63 e seus §§ 1º e 2º da Lei 4320, de 17 de março de 1964, comprovar a liquidação da despesa até o prazo estipulado no art. 2º do presente Decreto.

§ 3º O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

Art. 2º Ficam desde já, notificados todos os credores constantes do rol do § 1º do art. 1º deste Decreto, para no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal da Fazenda o direito ao pagamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 29 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 29 de dezembro de 2016

Ademir Verza
Secretário de Administração

TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 026 - BEDIN

TERMO DE PRORROGAÇÃO

Pregão Presencial n.º 026/2016 – Registro de Preços n.º 025/2016.

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Pregão Presencial n.º 026/2016 – Registro de Preços n.º 025/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar do dia 28/10/2016, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 27 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Município de Seara

De acordo.

Em: ____/____/____

BEDIN & CIA LTDA

TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 026 - COMERCIAL

TERMO DE PRORROGAÇÃO

Pregão Presencial n.º 026/2016 – Registro de Preços n.º 025/2016.

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Pregão Presencial n.º 026/2016 – Registro de Preços n.º 025/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar do dia 28/10/2016, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 27 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Município de Seara

De acordo.

Em: ____/____/____

COMERCIAL CERÂMICA SEARA LTDA ME

TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 028 - DECORA**TERMO DE PRORROGAÇÃO**

Pregão Presencial n.º 028/2016 – Registro de Preços n.º 024/2016.

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Pregão Presencial n.º 028/2016 – Registro de Preços n.º 024/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar do dia 28/10/2016, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 27 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Município de Seara

De acordo.

Em: ____/____/____

DECORA PINTURA LTDA ME

TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 028 - G.A**TERMO DE PRORROGAÇÃO**

Pregão Presencial n.º 028/2016 – Registro de Preços n.º 024/2016.

Convocamos vossa empresa para dar continuidade ao fornecimento dos itens vencidos no Pregão Presencial n.º 028/2016 – Registro de Preços n.º 024/2016, pelo período de 6 (seis) meses, a contar do dia 28/10/2016, ante a existência de saldo de mercadorias, conforme relação em anexo.

O presente termo é expedido com o objetivo de ratificar o compromisso do proponente, relativamente à manutenção dos preços registrados, quando da ocorrência de vendas para a administração municipal.

Seara, SC, 27 de outubro de 2016.

Laci Grigolo
Município de Seara

De acordo.

Em: ____/____/____

G.A ALFLEN E CIA LTDA

ARELAÇÃO DE ITENS RP PP 048 - ALEXSANDRO

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 72/2016 Licitação: 48/2016 - PR Data da Homologação: 21/07/2016									
Fornecedor: 12247 - ALEXSANDRO REIMERS 05069635948									
2	389427	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DE PASSEIO E MEIO FIO, CONSTRUÇÃO DE PAREDES E SERVIÇOS AFINS	ConstruformasReir	H	2.000,000	0,0000	30,0000	60.000,00	Venceu
3	389425	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS COM LAJOTA	ConstruformasReir	M2	2.000,000	0,0000	16,0000	32.000,00	Venceu
4	389783	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E RUAS COM PAVER OU LAJOTA SEXTAVADA.	ConstruformasReir	M2	4.000,000	0,0000	17,0000	68.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								160.000,00	

Seara, 21 de Julho de 2016.

RELAÇÃO DE ITENS - TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 026 - COMERCIAL

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

Entidade Participante: Consolidado

(Período de 01/01/2016 a 27/10/2016)

Item	Material	Descrição do Material	Un Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
------	----------	-----------------------	---------	----------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------	----------------	----------------

Processo / Ano:	39/2016	Licitação:	26/2016 - PR	Data de Homologação:	28/04/2016	Registro de Preço:	Sim		
Fornecedor.....:	10187-COMERCIAL CERAMICA SEARA LTDA - ME								
2	84200	MADEIRA DE EUCALIPTO, DA ESPÉCIE GRANDIS	M3	70,000	37,300	0,000	32,700	545,0000	17.821,50
								Total Pendente:	17.821,50
								Total Geral:	17.821,50

RELAÇÃO DE ITENS - TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 028 - G.A

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 01/01/2016 a 27/10/2016)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
<p>Processo / Ano: 41/2016 Licitação: 28/2016 - PR Data de Homologação: 28/04/2016 Registro de Preço: Sim</p> <p>Fornecedor.....: 6194-G.A. ALFLEN E CIA LTDA</p>									
3	1427	ALVENARITE 1 L	L	50,000	7,000	0,000	43,000	4,8000	206,40
4	75042	ALVERANITE 5L	UN	20,000	11,000	0,000	9,000	24,3000	218,70
5	375	AREIA MÉDIA	M3	250,000	101,000	0,000	149,000	138,0000	20.562,00
5	375	AREIA MÉDIA	M3	250,000	4,500	0,000	245,500	138,0000	33.879,00
5	375	AREIA MÉDIA	M3	250,000	1,000	0,000	249,000	138,0000	34.362,00
6	77791	ARGAMASSA 20KG AC 1	SC	50,000	20,000	0,000	30,000	8,4000	252,00
7	77792	ARGAMASSA 20KG AC 2	SC	50,000	13,000	0,000	37,000	17,8000	658,60
8	77793	ARGAMASSA 20KG AC 3	SC	50,000	45,000	0,000	5,000	28,0000	140,00
8	77793	ARGAMASSA 20KG AC 3	SC	50,000	1,000	0,000	49,000	28,0000	1.372,00
9	11402	BARRA DE FERRO Ø 4,2, CA60, 12M	UN	150,000	47,000	0,000	103,000	6,2000	638,60
11	77770	BRITA Nº 01 E Nº 02	M3	400,000	312,280	0,000	87,720	84,0000	7.368,48
14	80858	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA, CAPACIDADE 10LTS	UN	50,000	5,000	0,000	45,000	23,0000	1.035,00
14	80858	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA, CAPACIDADE 10LTS	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	23,0000	1.127,00
15	11408	CAL PARA PINTURA 8KG	UN	300,000	38,000	0,000	262,000	10,0000	2.620,00
17	11401	CIMENTO EM SACA DE 50KG, CPII	UN	650,000	406,000	0,000	244,000	33,8000	8.247,20
17	11401	CIMENTO EM SACA DE 50KG, CPII	UN	650,000	2,000	0,000	648,000	33,8000	21.902,40
19	80845	CURVA PVC 100 MM, NBR 5688	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	6,0000	294,00
27	83950	KIT COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA	UN	20,000	15,000	0,000	5,000	59,5000	297,50
28	11406	LONA PLÁSTICA PRETA, 125 MICRAS	M2	4,000,000	1,200,000	0,000	2,800,000	1,1000	3.080,00
29	82700	LUVA 32 MM SOLDÁVEL	UN	40,000	2,000	0,000	38,000	1,0000	38,00
30	11422	LUVA PVC Ø 200 MM, NBR 5688	UN	50,000	4,000	0,000	46,000	23,0000	1.058,00
32	3393447	MANGUEIRA POLIET. 1/2 X 2,5 MM	M	400,000	165,000	0,000	235,000	1,5500	364,25
34	3394648	PALANQUE CONCRETO 1,50MT 10X10	UN	50,000	15,000	0,000	35,000	30,0000	1.050,00
39	11407	PREGO 19X39	KG	100,000	74,000	0,000	26,000	7,3000	189,80
43	3394787	SIKAFLEX	UN	100,000	20,000	0,000	80,000	16,0000	1.280,00
43	3394787	SIKAFLEX	UN	100,000	5,000	0,000	95,000	16,0000	1.520,00
43	3394787	SIKAFLEX	UN	100,000	2,000	0,000	98,000	16,0000	1.568,00
44	80868	SOLVENTE THINNER, EMBALAGEM DE 5LTS	UN	10,000	7,000	0,000	3,000	47,0000	141,00
44	80868	SOLVENTE THINNER, EMBALAGEM DE 5LTS	UN	10,000	1,000	0,000	9,000	47,0000	423,00
45	80867	SOLVENTE THINNER, EMBALAGEM DE 900ML	UN	50,000	10,000	0,000	40,000	10,0000	400,00
45	80867	SOLVENTE THINNER, EMBALAGEM DE 900ML	UN	50,000	9,000	0,000	41,000	10,0000	410,00
45	80867	SOLVENTE THINNER, EMBALAGEM DE 900ML	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	10,0000	490,00
49	11409	TUJOLO MACIÇO 5,5 X 10 X 20 CM	UN	3,000,000	1,000,000	0,000	2,000,000	0,5900	1.180,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 01/01/2016 a 27/10/2016)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde Cotada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2016 Licitação: 28/2016 - PR Data de Homologação: 28/04/2016 Registro de Preço: Sim Fornecedor.....: 6194-G.A. ALFLEN E CIA LTDA									
50	3394926	TINTA ACRILICA BRANCO 3,6 L	UN	70,000	25,000	0,000	45,000	48,0000	2.160,00
50	3394926	TINTA ACRILICA BRANCO 3,6 L	UN	70,000	12,000	0,000	58,000	48,0000	2.784,00
51	3394927	TINTA ACRILICA 3,6L BASE XY 7000	UN	70,000	19,000	0,000	51,000	78,0000	3.978,00
51	3394927	TINTA ACRILICA 3,6L BASE XY 7000	UN	70,000	4,000	0,000	66,000	78,0000	5.148,00
51	3394927	TINTA ACRILICA 3,6L BASE XY 7000	UN	70,000	2,000	0,000	68,000	78,0000	5.304,00
52	11439	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO, GALÃO 18L, COR REF. ESCURA	UN	40,000	10,000	0,000	30,000	280,0000	8.400,00
52	11439	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO, GALÃO 18L, COR REF. ESCURA	UN	40,000	2,000	0,000	38,000	280,0000	10.640,00
53	81258	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO, GALÃO 3,6L TONS MÉDIOS	UN	40,000	12,000	0,000	28,000	80,0000	2.240,00
53	81258	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO, GALÃO 3,6L TONS MÉDIOS	UN	40,000	2,000	0,000	38,000	80,0000	3.040,00
53	81258	TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO, GALÃO 3,6L TONS MÉDIOS	UN	40,000	1,000	0,000	39,000	80,0000	3.120,00
54	11436	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: BRANCA	UN	50,000	11,000	0,000	39,000	69,8000	2.722,20
54	11436	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: BRANCA	UN	50,000	5,000	0,000	45,000	69,8000	3.141,00
54	11436	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: BRANCA	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	69,8000	3.280,60
55	11437	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: ESCURA	UN	50,000	8,000	0,000	42,000	89,0000	3.738,00
55	11437	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: ESCURA	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	89,0000	4.361,00
56	11434	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: TONS MÉDIO	UN	50,000	14,000	0,000	36,000	76,8000	2.764,80
56	11434	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: TONS MÉDIO	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	76,8000	3.609,60
56	11434	TINTA ESMALTE SINTÉTICA, 3,6L, COR DE REFERÊNCIA: TONS MÉDIO	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	76,8000	3.763,20
57	3394663	TINTA VERNIZ PU 3,6L	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	98,0000	4.606,00
57	3394663	TINTA VERNIZ PU 3,6L	UN	50,000	2,000	0,000	48,000	98,0000	4.704,00
57	3394663	TINTA VERNIZ PU 3,6L	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	98,0000	4.802,00
60	87001	TRELIÇA 12 CM	M	150,000	148,000	0,000	2,000	6,3000	12,60
61	3395152	TRELISSA 8CM	M	400,000	32,000	0,000	368,000	4,4500	1.637,60
62	389403	TUBO 40 ESGOTO	UN	20,000	3,000	0,000	17,000	16,8000	285,60
64	80854	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 25MM, BARRA DE 6M	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	11,9000	559,30
66	11415	TUBO PVC Ø 100 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	3,000	0,000	47,000	41,5000	1.950,50
67	11414	TUBO PVC Ø 150 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	40,000	3,000	0,000	37,000	110,0000	4.070,00
68	11416	TUBO PVC Ø 75 MM, NBR 5688, BARRA DE 6M	UN	50,000	45,000	0,000	5,000	40,0000	200,00
70	3394127	VERNIZ ACRILICO A BASE DE AGUA 0,900	UN	20,000	2,000	0,000	18,000	20,0000	360,00
								Total Pendente:	245.754,93
								Total Geral:	245.754,93

RELAÇÃO DE ITENS PP 048 - ADILSON

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Prego Unitário	Prego Total	Situação
Nº do Processo: 72/2016 Licitação: 48/2016 - PR Data da Homologação: 21/07/2016									
Fornecedor: 12321 - ADILSON LUIS ANTUNES 07028472914									
1	389423	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS, ATÉ TRÊS DE MÃO	SEARA PINTURAS	M2	5.000,000	0,0000	4,2000	21.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								21.000,00	

Seara, 21 de Julho de 2016.

RELAÇÃO DE ITENS PP 048 - FRADMAIER

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 72/2016 Licitação: 48/2016 - PR Data da Homologação: 21/07/2016 Fornecedor: 6959 - FRADMAIER PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - EPP									
5	389419	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE MEIO FIO	FRADMAIER	M	20.000,000	0,0000	0,4100	8.200,00	Venceu
6	389420	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE	FRADMAIER	M2	3.000,000	0,0000	4,2400	12.720,00	Venceu
7	389422	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE POSTES, PINTURA ENTRE 01 METRO A 1,20 METROS DE ALTURA	FRADMAIER	UN	1.500,000	0,0000	2,3200	3.480,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								24.400,00	

Seara, 21 de Julho de 2016.

RELAÇÃO DE ITENS TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 026 - BEDIN

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde.Cotada	Preço Total
Processo / Ano: 39/2016 Licitação: 26/2016 - PR Fornecedor.....: 6919 - BEDIN & CIA LTDA.					
1	83072	MADEIRA DE EUCALIPTO, DA ESPÉCIE GRANDIS, EM FORMA DE VIGAS.	M3	50,000	37.250,00
				TOTALS ----->	37.250,00
				TOTAL GERAL ----->	37.250,00

RELAÇÃO DE ITENS TERMO DE PRORROGAÇÃO - PP 028 - DECORA

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Adjudicados e Saldo Pendente

(Período de 01/01/2016 a 27/10/2016)

Entidade Participante: Consolidado

Item	Material	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde. Colada - Suprimida	Qtde. Executada (Fornecedor)	Qtde. Executada (Ex-Vencedores)	Qtde. Pendente	Preço Unitário	Saldo em Valor
Processo / Ano: 41/2016 Licitação: 28/2016 - PR Data de Homologação: 28/04/2016 Registro de Preço: Sim									
Fornecedor.....: 12297-DECORA PINTURA LTDA - ME									
1	3393449	ABRAÇADEIRA MANGA 1/2	UN	20,000	1,000	0,000	19,000	0,6200	11,78
2	3393448	ADAPTADOR MANGA 1/2 ROSCA EXTERNA	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	0,2700	13,23
20	80866	FLEXÍVEL 90CM	UN	30,000	4,000	0,000	26,000	4,6200	120,12
26	3393446	JOELHO 32MM 90° SOLDÁVEL	UN	50,000	2,000	0,000	48,000	1,0500	50,40
58	579	TORNEIRA plastica 1/2	UN	50,000	1,000	0,000	49,000	2,3000	112,70
								Total Pendente:	308,23
								Total Geral:	308,23

RELACÃO DE ITENS TERMO DE PRORROGAÇÃO PP 028 - DECORA E G.A

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Itens Não Adjudicados por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde. Colada	Preço Total
<p>Processo / Ano: 41/2016 Licitação: 28/2016 - PR Fornecedor.....: 6194 - G.A. ALFLEN E CIA LTDA</p>					
			Registro de Preço:	Sim	

12	3394924	BROCA 0,6MM 100	UN	70,000	525,00
13	3394925	BROCA 0,8 MM	UN	70,000	630,00
16	3394647	CATRACA QUADRADA PEQUENA	UN	50,000	195,00
31	77400	MADERITE 1,10 M x 2,20 M 10MM	UN	24,000	655,20
48	81303	TELHA DE CIMENTO SEM AMIANTO 2,44 X 0,5 X 4 MM	UN	200,000	3.060,00
65	82704	TUBO PVC 32MM SOLDÁVEL	UN	50,000	1.050,00
69	3394665	VASO SANITÁRIO INFANTIL COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, REDO	UN	10,000	2.140,00
				TOTALS ----->	8.255,20

<p>Processo / Ano: 41/2016 Licitação: 28/2016 - PR Fornecedor.....: 12297 - DECORA PINTURA LTDA - ME</p>					
			Registro de Preço:	Sim	
18	80249	COLA ADESIVA PLASTICA 75G	UN	50,000	180,00
21	3394788	GRADE DE VENTILAÇÃO	UN	100,000	1.125,00
22	3393450	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 45°	UN	30,000	13,50
23	86347	JOELHO 20MM SOLDÁVEL 90°	UN	20,000	5,00
24	87296	JOELHO 25MM 45° SOLDÁVEL	UN	40,000	29,60
25	36988	JOELHO 25MM 90° SOLDÁVEL	UN	50,000	16,00
33	11429	MARTELO DE ORELHA 200G, C/ CABO DE MADEIRA	UN	15,000	237,60
36	80240	PREGO 12X12	KG	100,000	642,00
38	3251	PREGO 18X30	KG	100,000	700,00
40	389404	REDUÇÃO 32X25 SOLDÁVEL	UN	40,000	52,80
41	6197	REGISTRO ESFERA 25MM SOLDÁVEL	UN	20,000	105,00
42	3393445	REGISTRO ESFERA 32 MM SOLDÁVEL	UN	30,000	320,40
46	3394921	TAMPA VASO SANITÁRIO	UN	30,000	444,00
59	80865	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4	UN	50,000	146,50
63	80853	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 20MM, BARRA DE 6M	UN	50,000	470,00
				TOTALS ----->	4.487,40
				TOTAL GERAL ----->	12.742,60

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0292/2016

DECRETO Nº. 0292 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JULIANO MAURICIO SIEBEL, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR DE ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado a pedido, o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, JULIANO MAURICIO SIEBEL, portadora do CPF nº 035.229.909-60 RG nº 3.369-35, ocupante do cargo de ASSESSOR DE TRANSPORTE, com Lotação na Secretaria de Educação, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
29 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO 0293/2016

DECRETO Nº. 0293 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANE T. P. GOTZ, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE SETOR NO DEPARTAMENTO DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, FABIANE T.P. GOTZ, portadora do CPF nº 031.759.729-93 RG nº 3.606.816-0 SSP/SC, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE, com Lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
29 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO 0295/2016

DECRETO Nº. 0295 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAMILA SIQUEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADORA DAS ATIVIDADES DO ESPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, CAMILA SIQUEIRA, portador do CPF nº 081.548.829-73 RG nº 5.691.120 SSP/SC, ocupante do cargo de COORDENADORA DAS ATIVIDADES DO ESPORTE, com Lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 30.12.2016.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
29 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO 0296/2016

DECRETO Nº. 0296 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLEOMAR PROVENCÍ, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001, e Processo Seletivo Simplificado 001/2016 de 15.01.2016 em Caráter de Urgência.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada em função de termino de contrato, a Servidora Pública LUCIANE APARECIDA DE MATTOS RODRIGUES DA SILVA, portador do CPF nº 069.971.059-63, , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com Lotação na Secretaria de Saúde a partir de 30.12.2016.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
29 de dezembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 2 DESPESA

Página: 1/2
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica	
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		4.156.926,75	8.603.257,55	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.500,00		
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		4.143.426,75		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.446.330,80		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		194.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		19.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		4.221.330,80		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.000,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				2.989.650,70
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.983.650,70		
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		1.000,00		
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		20.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.686.650,70		
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		276.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		6.000,00		
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000,00	5.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000,00		
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA				
Total das despesas:					11.597.908,25
Total da entidade:					11.597.908,25
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS					
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		985.497,80	2.401.991,75	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		12.000,00		
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		973.497,80		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.416.493,95		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.000,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		28.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.229.493,95		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		158.000,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				390.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		390.000,00		
Total das despesas:					11.597.908,25
Total da entidade:					11.597.908,25

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/2
Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		390.000,00	
			Total das despesas:	2.791.991,75
			Total da entidade:	2.791.991,75
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		390.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		390.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		109.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		17.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		92.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		41.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		41.000,00	
			Total das despesas:	540.000,00
			Total da entidade:	540.000,00
			Total geral:	14.929.900,00

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 1

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1
Data: 22/12/2016

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	13.985.230,00	DESPESAS CORRENTES	8.603.257,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	495.380,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.156.926,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	29.870,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.446.330,80
RECEITA PATRIMONIAL	112.270,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.400,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	328.300,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.992.900,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.110,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.210.600,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-12.200,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.198.400,00		
Total	11.774.630,00	Superavit	3.171.372,45
Superavit do orçamento corrente	3.171.372,45	Total	11.774.630,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.239.800,00	DESPESAS DE CAPITAL	2.989.650,70
ALIENAÇÃO DE BENS	62.000,00	INVESTIMENTOS	2.983.650,70
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	66.800,00	INVERSOES FINANCEIRAS	6.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.111.000,00		
Deficit	749.850,70		
Total	2.989.650,70	Total	2.989.650,70

Resumo

RECEITAS CORRENTES	13.985.230,00	99,79 %	DESPESAS CORRENTES	8.603.257,55	74,18 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.239.800,00	15,98 %	DESPESAS DE CAPITAL	2.989.650,70	25,78 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.210.600,00	-15,77 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	0,04 %
			Superavit do Orçamento	2.416.521,75	
Total	14.014.430,00	100,00 %	Total	14.014.430,00	100,00 %

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

[illegible]

Página: 2/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		29.870,00	
4.1.2.0.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		29.870,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública			
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		112.270,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	112.270,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários FNDE	16.270,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Vinc. FUNDEB	8.300,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00	Rec. Rem. Dep. Banc. FUNDEB Apl Remuneração Prof. Mag.	4.980,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00	Rec. Rem. Dep. ban. Vin FUNDEB- Outras Despesas	3.320,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00	Rec de Rem Dep. Banc. Rec. Vinc MDE/FNDE	1.510,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Dep. Vinc. MDE PNATE	280,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE Salário Educação	810,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE PNAE	140,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE Transp. Escolar	280,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. CIDE	600,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS	850,00		
4.1.3.2.5.01.10.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. PAIF/IGD P. Bas. Fixo	850,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados	5.010,00		
4.1.3.2.5.01.99.01.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc-Fundo Espec	1.300,00		
4.1.3.2.5.01.99.02.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc Pol. Militar	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.03.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Pol. Civil	130,00		
4.1.3.2.5.01.99.05.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. COSIP	130,00		
4.1.3.2.5.01.99.09.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Empréstimos Concedidos	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00	Rec. Rend. Aplic. Fina. Alienação de Bens	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.15.00	Rec. de Remuneração Outros de Dep Bancários FEP.	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.25.00	Rec. de Rem. Dep. Ban. PSH	1.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Rec. Não Vinculados	96.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Rem de Outros Dep. Banc. Recursos Não Vinculados	96.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		2.400,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		2.400,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		328.300,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00	Serviços de Transporte	8.400,00		
4.1.6.0.0.03.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	8.400,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00	Serviços Administrativos	1.100,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	600,00		
4.1.6.0.0.13.07.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	500,00		
4.1.6.0.0.19.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	3.400,00		

Página: 38
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	158.000,00		
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	21.800,00		
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	130.000,00		
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	600,00		
4.1.6.0.0.49.00.00.00.00.00	Serviços de Fiscalização de Estabelecimentos Funeroborn	5.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.992.900,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		12.992.900,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00.00	Participação na Receita da União	7.722.200,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.231.800,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00.00	Cota Parte FPM- Ordinário	7.000.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00.00	Cota Parte FPM- MDE	3.990.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00.00	Cota Parte FPM- ACPS	1.855.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.155.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural- Ordinário	1.800,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural- MDE	1.026,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural-ACPS	477,00		
4.1.7.2.1.01.06.00.00.00.00	Cota parte FPM 1%	297,00		
4.1.7.2.1.01.06.01.00.00.00	Cota Parte FPM 1% - Ordinário	230.000,00		
4.1.7.2.1.01.06.02.00.00.00	Cota Parte FPM 1% - MDE	172.500,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	57.500,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	169.000,00		
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	91.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	78.000,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00.00	Transferência do FNAS PAIF/Piso Básico Fixo	119.800,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00.00	Transferência do FNAS - Piso Básico Variável- SCFV	65.800,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00.00	Transferências MDS - IDG-SUAS	42.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	12.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	183.400,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	98.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	25.400,00		
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00.00	Transf. Programa Nacional de Apoio a Creches- FNDE	55.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - LC. Nº 87/96	5.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. Ordinário	18.200,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. MDE	10.374,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. ACPS	4.823,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.003,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	4.126.700,00		
		3.998.700,00		

Página: 4/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	3.760.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS- Ordinário	2.143.200,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS- MDE	996.400,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS-ACPS	620.400,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	158.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota Parte do IPVA- Ordinário	90.060,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota Parte do IPVA- MDE	41.870,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota Parte do IPVA-ACPS	26.070,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	54.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- Ordinário	30.780,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- MDE	14.310,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação-acps	8.910,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico	26.700,00		
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fundo Est. As. Social- FEAS	28.000,00		
4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	Transf. Estadual Proteção Social Básica- FEAS	28.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	100.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transferência Transporte Escolar Estadual	100.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.144.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.144.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Rem profissionais Magistério	789.360,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Outras Despesas	354.640,00	24.110,00 13.790,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora			
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	2.190,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	850,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- Ordinário	484,50		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- MDE	225,25		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- ACPS	140,25		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	500,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS	285,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- MDE	132,50		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- ACPS	82,50		
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	240,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	600,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	600,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	11.600,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	11.600,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-PREFEITURA	4.060,00		

Página: 5/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-FUNPOC	4.060,00		
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-Poli Militar	3.480,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.820,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.820,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.820,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		8.500,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	8.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	8.500,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU- Ordinário	4.845,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU-MDE	2.252,50		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU- ACPS	1.402,50		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			2.239.800,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		62.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		62.000,00	
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	62.000,00		
4.2.2.1.6.99.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir. c/Outros Rec. Vinc.	16.714,41		
4.2.2.1.6.99.01.00.00.00	Alienação de Bens- Educação-MDE	45.285,59		
4.2.2.1.6.99.02.00.00.00	Demais Alienação de Bens Não Vinculados		66.800,00	
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	66.800,00		
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	66.800,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.111.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.000.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.000.000,00		
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.000.000,00		
4.2.4.2.1.99.01.00.00.00	Transferências de Capital União		1.111.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	100.000,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educação	100.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.011.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.011.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-2.210.600,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA		-12.200,00	
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.		-12.200,00	
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS			
9.1.1.1.1.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-12.200,00		
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	-12.200,00		
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-2.198.400,00	

Página: 68
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.0.0.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências			
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.404.000,00	-2.198.400,00	
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.400.360,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.400.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-360,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-3.640,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-794.400,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-794.400,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-752.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-31.600,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPT-Exp p/ Formação FUNDEB	-10.800,00		
			Total das receitas:	14.014.430,00
			Total por entidade:	14.014.430,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.830,00	
4.1.1.2.0.0.00.00.00.00	TAXAS		1.830,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária			
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de depósito bancário			
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Recolta de remuneração de depósito bancário SUS			
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos 15% saúde			
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rem. Dep. Banc. PAB FIXO			
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ESF			
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ACS			
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. NASF Uniao			
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Farmacia Basica			
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Piso Est. Vig.			
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. Ações Vig.			
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Saude Bucal			
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. MAC			
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PMAQ			
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PSE			
			Total das receitas:	691.970,00
			Total por entidade:	691.970,00

Página: 78
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. inc qualif. dengue	10,00		
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. est. tec. vig. saúde	10,00		
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. piso fix.vig.prom.sa	10,00		
4.1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos Transf. SUS	500,00		
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		682.410,00	
4.1.7.2.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		682.410,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	667.410,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	667.410,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf rec. SUS - PAB FIXO	79.300,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf rec. SUS - ESF	99.000,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf rec. SUS - ACS	105.000,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf rec. SUS - FARMÁCIA BÁSICA	27.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf rec. SUS - PISO ESTRAT. GER. RISCO VIGILANC	11.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Ações Est. Vig.Sanitária - Transf. de Rec. do SUS	16.000,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saúde Bucal	31.000,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS/MAC	44.000,00		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS/PMAQ (ratb-pmaq-sm)	152.810,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	2.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	2.000,00		
4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Compensação de Especificidades Regionais	2.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Inc. Qualif. Dengue Vig.Saúde - Transf. Rec. SUS	100,00		
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS	100,00		
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS	100,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transferências Rec. Saúde NASF SUS União	100.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	15.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	15.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado Prog.Saúde - Cof. AFB Diabete	2.500,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado Prog. Saúde - Cof. AFB Hiperte	12.500,00		
4.2.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		223.500,00	
4.2.4.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		110.000,00	
4.2.4.2.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	100.000,00		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	100.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	10.000,00		
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	10.000,00		
4.2.4.7.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		113.500,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	113.500,00		

Página: 8/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	113.500,00		
Total das receitas:				915.470,00
Total por entidade:				915.470,00
Total geral:				14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 5**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1
Data: 22/12/2016

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
	32 Controle Externo
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	481 Habitação Rural
	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
	544 Recursos Hídricos
20 Agricultura	511 Saneamento Básico Rural
	541 Preservação e Conservação Ambiental
	606 Extensão Rural
	608 Promoção da Produção Agropecuária
	609 Defesa Agropecuária
	661 Promoção Industrial
22 Indústria	661 Promoção Industrial
24 Comunicações	722 Telecomunicações
25 Energia	752 Energia Elétrica
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

EDER IVAN MARMITT
Prefeito MunicipalPAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 7

Página: 1/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		540.000,00		540.000,00
01.031	Ação Legislativa		510.000,00		510.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		510.000,00		510.000,00
01.032	Controle Externo		30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		30.000,00		30.000,00
04	Administração		1.752.700,00		1.752.700,00
04.122	Administração Geral		1.353.000,00		1.353.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		541.500,00		541.500,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		670.000,00		670.000,00
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO		141.500,00		141.500,00
04.123	Administração Financeira		320.700,00		320.700,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		320.700,00		320.700,00
04.124	Controle Interno		79.000,00		79.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		79.000,00		79.000,00
06	Segurança Pública		31.830,00		31.830,00
06.181	Policimento		31.830,00		31.830,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		31.830,00		31.830,00
08	Assistência Social		453.350,00		517.350,00
08.241	Assistência ao Idoso	64.000,00	77.000,00		77.000,00
08.241.0009	MUNICIPE ASSISTIDO		77.000,00		77.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		22.000,00		22.000,00
08.243.0009	MUNICIPE ASSISTIDO		22.000,00		22.000,00
08.244	Assistência Comunitária	64.000,00	354.350,00		418.350,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	60.000,00			60.000,00
08.244.0009	MUNICIPE ASSISTIDO	4.000,00	354.350,00		358.350,00
10	Saúde		2.612.991,75		2.791.991,75
10.301	Atenção Básica	179.000,00	2.097.161,75		2.276.161,75
10.301.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	179.000,00	2.097.161,75		2.276.161,75
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		375.500,00		375.500,00
10.302.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		375.500,00		375.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		74.830,00		74.830,00
10.304.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		74.830,00		74.830,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		65.500,00		65.500,00
10.305.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		65.500,00		65.500,00

Página: 2/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	682.898,15	1.933.673,01		2.616.571,16
12.306	Alimentação e Nutrição		145.540,00		145.540,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		145.540,00		145.540,00
12.361	Ensino Fundamental	139.714,41	1.358.633,01		1.498.347,42
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	139.714,41	1.358.633,01		1.498.347,42
12.362	Ensino Médio		10.000,00		10.000,00
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		10.000,00		10.000,00
12.364	Ensino Superior		61.000,00		61.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		61.000,00		61.000,00
12.365	Educação Infantil	543.183,74	274.000,00		817.183,74
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	543.183,74	274.000,00		817.183,74
12.367	Educação Especial		84.500,00		84.500,00
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		84.500,00		84.500,00
13	Cultura				
13.392	Difusão Cultural	69.285,48	87.500,00		156.785,48
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	69.285,48	87.500,00		156.785,48
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	551.900,70	388.830,00		940.730,70
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	135.000,00			135.000,00
15.452	Serviços Urbanos	135.000,00			135.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		388.830,00		388.830,00
15.782	Transporte Rodoviário	416.900,70	388.830,00		805.730,70
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	416.900,70			416.900,70
16	Habitação				
16.481	Habitação Rural	182.000,11			182.000,11
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	5.000,00			5.000,00
16.482	Habitação Urbana	177.000,11			177.000,11
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	177.000,11			177.000,11
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	281.000,00	315.000,00		596.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS	241.000,00			241.000,00
17.544	Recursos Hídricos	241.000,00			241.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS	40.000,00	315.000,00		355.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	40.000,00	315.000,00		355.000,00

Página: 3/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura	438.500,00	1.700.406,40		2.138.906,40
20.511	Saneamento Básico Rural		4.500,00		4.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		4.500,00		4.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental		10.000,00		10.000,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		10.000,00		10.000,00
20.606	Extensão Rural		451.500,00		451.500,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		451.500,00		451.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	330.000,00	1.218.156,40		1.548.156,40
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	330.000,00	1.218.156,40		1.548.156,40
20.609	Defesa Agropecuária	7.500,00	16.250,00		23.750,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7.500,00	16.250,00		23.750,00
20.661	Promoção Industrial	101.000,00			101.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	101.000,00			101.000,00
22	Indústria	115.000,00			115.000,00
22.661	Promoção Industrial	115.000,00			115.000,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS	115.000,00			115.000,00
24	Comunicações	2.000,00	5.000,00		7.000,00
24.722	Telecomunicações	2.000,00	5.000,00		7.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	2.000,00	5.000,00		7.000,00
25	Energia		80.000,00		80.000,00
25.752	Energia Elétrica		80.000,00		80.000,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		80.000,00		80.000,00
26	Transporte	713.000,00	1.373.534,40		2.086.534,40
26.782	Transporte Rodoviário	713.000,00	1.373.534,40		2.086.534,40
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS	675.000,00	1.373.534,40		2.048.534,40
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	38.000,00			38.000,00
27	Desporto e Lazer	51.000,00	204.500,00		255.500,00
27.812	Desporto Comunitário	51.000,00	204.500,00		255.500,00
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	51.000,00	204.500,00		255.500,00
28	Encargos Especiais			116.000,00	116.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			116.000,00	116.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			116.000,00	116.000,00

Página: 4/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				5.000,00
99.999	Reserva de Contingência				5.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA				5.000,00
		Total:	11.479.315,56	116.000,00	14.929.900,00
		Total geral:	11.479.315,56	116.000,00	14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 8

Página: 1/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	540.000,00		540.000,00
01.031	Ação Legislativa	510.000,00		510.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	510.000,00		510.000,00
01.032	Controle Externo	30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	30.000,00		30.000,00
04	Administração	1.752.700,00		1.752.700,00
04.122	Administração Geral	1.353.000,00		1.353.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	541.500,00		541.500,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	670.000,00		670.000,00
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	141.500,00		141.500,00
04.123	Administração Financeira	320.700,00		320.700,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	320.700,00		320.700,00
04.124	Controle Interno	79.000,00		79.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	79.000,00		79.000,00
06	Segurança Pública	20.000,00	11.830,00	31.830,00
06.181	Policimento	20.000,00	11.830,00	31.830,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.000,00	11.830,00	31.830,00
08	Assistência Social	405.350,00	112.000,00	517.350,00
08.241	Assistência ao Idoso	27.000,00	50.000,00	77.000,00
08.241.0009	MUNICIPE ASSISTIDO	27.000,00	50.000,00	77.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00		22.000,00
08.243.0009	MUNICIPE ASSISTIDO	22.000,00		22.000,00
08.244	Assistência Comunitária	356.350,00	62.000,00	418.350,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00	50.000,00	60.000,00
08.244.0009	MUNICIPE ASSISTIDO	346.350,00	12.000,00	358.350,00
10	Saúde	2.201.191,75	590.800,00	2.791.991,75
10.301	Atenção Básica	1.741.361,75	534.800,00	2.276.161,75
10.301.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	1.741.361,75	534.800,00	2.276.161,75
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	331.000,00	44.500,00	375.500,00
10.302.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	331.000,00	44.500,00	375.500,00
10.304	Vigilância Sanitária	63.330,00	11.500,00	74.830,00
10.304.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	63.330,00	11.500,00	74.830,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	65.500,00		65.500,00
10.305.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	65.500,00		65.500,00
12	Educação	1.162.646,75	1.453.924,41	2.616.571,16
12.306	Alimentação e Nutrição	120.000,00	25.540,00	145.540,00
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	120.000,00	25.540,00	145.540,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/4
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	1.162.646,75	1.453.924,41	2.616.571,16
12.361	Ensino Fundamental	648.963,01	849.384,41	1.498.347,42
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	648.963,01	849.384,41	1.498.347,42
12.362	Ensino Médio	10.000,00		10.000,00
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	10.000,00		10.000,00
12.364	Ensino Superior	61.000,00		61.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	61.000,00		61.000,00
12.365	Educação Infantil	238.183,74	579.000,00	817.183,74
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	238.183,74	579.000,00	817.183,74
12.367	Educação Especial	84.500,00		84.500,00
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	84.500,00		84.500,00
13	Cultura			
13.392	Difusão Cultural	106.785,48	50.000,00	156.785,48
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	106.785,48	50.000,00	156.785,48
15	Urbanismo			
15.451	Infra-Estrutura Urbana	315.730,70	625.000,00	940.730,70
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	10.000,00	125.000,00	135.000,00
15.452	Serviços Urbanos	10.000,00	125.000,00	135.000,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	188.830,00	200.000,00	388.830,00
15.782	Transporte Rodoviário	116.900,70	300.000,00	416.900,70
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	116.900,70	300.000,00	416.900,70
16	Habituação			
16.481	Habituação Rural	82.000,11	100.000,00	182.000,11
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	5.000,00		5.000,00
16.482	Habituação Urbana	5.000,00	100.000,00	105.000,00
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	77.000,11	100.000,00	177.000,11
17	Saneamento			
17.512	Saneamento Básico Urbano	431.000,00	165.000,00	596.000,00
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS	236.000,00	5.000,00	241.000,00
17.544	Recursos Hídricos	236.000,00	5.000,00	241.000,00
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS	195.000,00	160.000,00	355.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	30.000,00	10.000,00	40.000,00
20	Agricultura	165.000,00	150.000,00	315.000,00
20.511	Saneamento Básico Rural	1.788.906,40	350.000,00	2.138.906,40
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	4.500,00		4.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00		4.500,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.000,00		10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	1.788.906,40	350.000,00	2.138.906,40
20.606	Extensão Rural	451.500,00		451.500,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	451.500,00		451.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	1.298.156,40	250.000,00	1.548.156,40
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.298.156,40	250.000,00	1.548.156,40
20.609	Defesa Agropecuária	23.750,00		23.750,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	23.750,00		23.750,00
20.661	Promoção Industrial	1.000,00	100.000,00	101.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.000,00	100.000,00	101.000,00
22	Indústria	110.000,00	5.000,00	115.000,00
22.661	Promoção Industrial	110.000,00	5.000,00	115.000,00
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS	110.000,00	5.000,00	115.000,00
24	Comunicações	6.000,00	1.000,00	7.000,00
24.722	Telecomunicações	6.000,00	1.000,00	7.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	6.000,00	1.000,00	7.000,00
25	Energia	50.000,00	30.000,00	80.000,00
25.752	Energia Elétrica	50.000,00	30.000,00	80.000,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	50.000,00	30.000,00	80.000,00
26	Transporte	1.417.834,40	668.700,00	2.086.534,40
26.782	Transporte Rodoviário	1.417.834,40	668.700,00	2.086.534,40
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS	1.379.834,40	668.700,00	2.048.534,40
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	38.000,00		38.000,00
27	Desporto e Lazer	190.500,00	65.000,00	255.500,00
27.812	Desporto Comunitário	190.500,00	65.000,00	255.500,00
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	190.500,00	65.000,00	255.500,00
28	Encargos Especiais	115.000,00	1.000,00	116.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	115.000,00	1.000,00	116.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	115.000,00	1.000,00	116.000,00

Página: 4/4
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			5.000,00
99.999	Reserva de Contingência			5.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000,00
Total:		10.700.645,59	4.229.254,41	14.929.900,00
Total geral:		10.700.645,59	4.229.254,41	14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- ANEXO 9

Página: 1/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	620.500,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	1.132.200,00	0,00	31.830,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	1.752.700,00	0,00	31.830,00

Página: 2/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.616.571,16
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	457.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	517.350,00	0,00	0,00	0,00	2.616.571,16

Página: 3/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		156.785,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	0,00	940.730,70	182.000,11	596.000,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		156.785,48	0,00	940.730,70	182.000,11	596.000,00	0,00

Página: 4/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		0,00	2.138.906,40	0,00	115.000,00	0,00	7.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	2.138.906,40	0,00	115.000,00	0,00	7.000,00

Página: 5/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620.500,00
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	0,00	0,00	116.000,00	0,00	1.280.030,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	255.500,00	0,00	0,00	3.028.856,64
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457.350,00
06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A		80.000,00	2.086.534,40	0,00	0,00	0,00	6.206.171,61
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:		80.000,00	2.086.534,40	255.500,00	116.000,00	5.000,00	11.597.908,25

Página: 6/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	2.791.991,75	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.791.991,75	0,00	0,00

Página: 8/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 9/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 10/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.791.991,75
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.791.991,75

Página: 11/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 12/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 13/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 14/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 15/15

Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540.000,00
Total geral:							14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER

Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT

Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA

Página: 1/2
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.391.948,39	0,00	0,00	7.995.963,85	8.603.257,55
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.074.851,49	0,00	0,00	3.934.037,15	4.156.926,75
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	19.757,43	0,00	0,00	13.000,00	13.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.055.094,06	0,00	0,00	3.921.037,15	4.143.426,75
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.317.096,90	0,00	0,00	4.061.926,70	4.446.330,80
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	153.096,00	0,00	0,00	173.500,00	194.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	442,57	0,00	0,00	18.500,00	19.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.163.558,33	0,00	0,00	3.857.926,70	4.221.330,80
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.908.079,16	0,00	0,00	3.648.435,24	2.989.650,70
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.908.079,16	0,00	0,00	3.642.435,24	2.983.650,70
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	19.700,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	3.908.079,16	0,00	0,00	3.345.735,24	2.686.650,70
4.4.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	276.000,00	276.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Total por entidade:		10.300.027,55	0,00	0,00	11.649.399,09	11.597.908,25
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.078.800,65	0,00	0,00	2.279.420,08	2.401.991,75
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	808.349,46	0,00	0,00	925.943,93	985.497,80
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	6.000,00	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	802.349,46	0,00	0,00	913.943,93	973.497,80
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.270.451,19	0,00	0,00	1.353.476,15	1.416.493,95
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	140.787,00	0,00	0,00	23.000,00	28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.129.664,19	0,00	0,00	1.171.476,15	1.229.493,95
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	158.000,00	158.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	25.575,03	0,00	0,00	453.856,07	390.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	25.575,03	0,00	0,00	453.856,07	390.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	25.575,03	0,00	0,00	453.856,07	390.000,00
Total por entidade:		2.104.375,68	0,00	0,00	2.733.276,15	2.791.991,75

Página: 2/2
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	427.000,00	499.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	320.000,00	390.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	320.000,00	390.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	107.000,00	109.000,00
3.3.3.3.50.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	90.000,00	92.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	41.000,00	41.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	468.000,00	540.000,00
Total geral:		12.404.403,23	0,00	0,00	14.850.675,24	14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

Página: 1/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	13.210.940,04	0,00	0,00	16.022.475,24	16.225.030,00
4.4.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	10.585.341,40	0,00	0,00	13.344.190,00	13.985.230,00
4.4.1.1.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	348.349,87	0,00	0,00	478.820,00	495.380,00
4.4.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	336.791,47	0,00	0,00	371.000,00	382.100,00
4.4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	231.527,53	0,00	0,00	256.000,00	262.100,00
4.4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	53.473,70	0,00	0,00	58.000,00	61.000,00
4.4.1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana- ORD	0,00	0,00	0,00	33.060,00	34.770,00
4.4.1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana -MDE	0,00	0,00	0,00	15.370,00	16.165,00
4.4.1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana- ACPS	0,00	0,00	0,00	9.570,00	10.065,00
4.4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	151.106,71	0,00	0,00	152.000,00	152.500,00
4.4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	95.720,10	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
4.4.1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- Ordinário	0,00	0,00	0,00	85.500,00	85.500,00
4.4.1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- MDE	0,00	0,00	0,00	39.750,00	39.750,00
4.4.1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- ACPS	0,00	0,00	0,00	24.750,00	24.750,00
4.4.1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	55.386,61	0,00	0,00	2.000,00	2.500,00
4.4.1.1.1.2.04.34.01.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- Ordinário	0,00	0,00	0,00	1.140,00	1.425,00
4.4.1.1.1.2.04.34.02.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- MDE	0,00	0,00	0,00	530,00	662,50
4.4.1.1.1.2.04.34.03.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- ACPS	0,00	0,00	0,00	330,00	412,50
4.4.1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	26.947,12	0,00	0,00	46.000,00	48.600,00
4.4.1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- Ord.	0,00	0,00	0,00	26.220,00	27.702,00
4.4.1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- ACPS	0,00	0,00	0,00	12.190,00	12.879,00
4.4.1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- MDE	0,00	0,00	0,00	7.590,00	8.019,00
4.4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	105.263,94	0,00	0,00	115.000,00	120.000,00
4.4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	105.263,94	0,00	0,00	115.000,00	120.000,00
4.4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto S/ Serviços de Qualquer Natureza ISQN	105.263,94	0,00	0,00	115.000,00	120.000,00
4.4.1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- Ordinário	0,00	0,00	0,00	65.550,00	68.400,00
4.4.1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- MDE	0,00	0,00	0,00	30.475,00	31.800,00
4.4.1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ACPS	0,00	0,00	0,00	18.975,00	19.800,00
TAXAS						
4.4.1.1.2.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.608,40	0,00	0,00	20.220,00	21.080,00
4.4.1.1.2.1.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P-Serviços	8.767,80	0,00	0,00	19.620,00	20.430,00
4.4.1.1.2.1.25.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	5.254,83	0,00	0,00	11.500,00	12.000,00
4.4.1.1.2.1.32.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.221,31	0,00	0,00	5.800,00	6.000,00
4.4.1.1.2.1.99.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	291,66	0,00	0,00	2.320,00	2.430,00
4.4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxa de Serviços Cadastrais	840,60	0,00	0,00	600,00	650,00
4.4.1.1.2.2.21.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	840,60	0,00	0,00	600,00	650,00
4.4.1.1.3.00.00.00.00	Contrib Melhoria da Expansão de Rede Água/Esgoto	1.950,00	0,00	0,00	87.600,00	92.200,00
4.4.1.1.3.01.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	12.600,00	13.200,00
4.4.1.1.3.04.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.950,00	0,00	0,00	75.000,00	79.000,00
4.4.1.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	19.209,48	0,00	0,00	27.880,00	29.870,00
4.4.1.2.2.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	19.209,48	0,00	0,00	27.880,00	29.870,00
4.4.1.2.2.0.29.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	19.209,48	0,00	0,00	27.880,00	29.870,00
4.4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	168.006,86	0,00	0,00	105.590,00	112.270,00

Página: 2/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	168.006,86	0,00	0,00	105.590,00	112.270,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	168.006,86	0,00	0,00	105.590,00	112.270,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários FNDE	124.445,79	0,00	0,00	15.590,00	16.270,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Vinc. FUNDEB	7.765,26	0,00	0,00	7.900,00	8.300,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. Remi. Dep. Banc. FUNDEB Apl Remuneração Profi. Ma	0,00	0,00	0,00	4.740,00	4.980,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. Remi. Dep. ban. Vin FUNDEB- Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	3.160,00	3.320,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec de Rem Dep. Banc. Rec. Vinc MDE	2.446,06	0,00	0,00	1.410,00	1.510,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. Remi. Dep. Banc. Dep. Vinc. MDE PNATE	168,92	0,00	0,00	250,00	280,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec Vinc. MDE Salário Educação	1.850,81	0,00	0,00	780,00	810,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE PNAE	251,03	0,00	0,00	130,00	140,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. Remi. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE Transp. Escolar E	147,41	0,00	0,00	250,00	280,00
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. Rem dep. Banc. FNDE Manutenção	27,89	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec. Vinc CIDE	39,27	0,00	0,00	580,00	600,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec. Vinc FNAS	969,70	0,00	0,00	810,00	850,00
4.1.3.2.5.01.10.01.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS API	267,14	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Rec. Vinc. PAIF/IGD	224,33	0,00	0,00	810,00	850,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec. Remi Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS PETI	471,94	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec. Remi Dep. Banc. Rec. Vinc Estadual FEA Social	6,29	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados	113.225,50	0,00	0,00	4.890,00	5.010,00
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. Rem De Outros Dep. Banc. Rec. Vinc-Fundo Espec	7.212,40	0,00	0,00	1.200,00	1.300,00
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec. Rem Outros Dep. Banc. Rec Vinc Pol.Militar	15,94	0,00	0,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec. Rem Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Pol. Civil	29,07	0,00	0,00	120,00	130,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. Rem Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Aplic. Pref.	5.873,41	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. COSIP	31,34	0,00	0,00	120,00	130,00
4.1.3.2.5.01.99.06.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. CT 334016-37/10 Ampl abatedouro	3.592,37	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec. Re. Dep. Banc. CT ,32644-20 aquis. implem	7.557,25	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec. rem. Dep. Banc. CT 0366030-98/1 praça min.turism	41.441,68	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Rec. Rem Dep. Banc. Empréstimos Concedidos	1.239,46	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. Rend. Aplic. Fina. Alienação de Bens	7.749,66	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Esgoto Funasa	7.526,10	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. CV Cidade Digital	29.825,76	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Remuneração e Depos bancários PAR FNDE	1.131,06	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec. de Remuneração Outros de Dep Bancários FEP.	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. de Rem Dep Ban. PSH	0,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Rec. Não Vinculados	43.561,07	0,00	0,00	90.000,00	96.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem de Outros Dep. Banc. Recursos Não Vinculados	43.561,07	0,00	0,00	90.000,00	96.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	1.162,50	0,00	0,00	2.300,00	2.400,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	1.162,50	0,00	0,00	2.300,00	2.400,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	220.498,11	0,00	0,00	312.460,00	328.300,00
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	4.123,00	0,00	0,00	8.000,00	8.400,00
4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	4.123,00	0,00	0,00	8.000,00	8.400,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	7.201,90	0,00	0,00	1.080,00	1.100,00

Página: 3/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	7.011,50	0,00	0,00	580,00	600,00
4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	190,40	0,00	0,00	500,00	500,00
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	1.481,40	0,00	0,00	3.300,00	3.400,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	121.498,68	0,00	0,00	150.000,00	158.000,00
4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	5.276,68	0,00	0,00	20.500,00	21.800,00
4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	78.974,95	0,00	0,00	124.000,00	130.000,00
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	1.941,50	0,00	0,00	580,00	600,00
4.1.6.0.0.49.00.00.00.00	Serviços de Fiscalização de Estabelecimentos Funreborn	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.821.540,35	0,00	0,00	12.394.290,00	12.992.900,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.821.540,35	0,00	0,00	12.394.290,00	12.992.900,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.945.489,01	0,00	0,00	7.393.890,00	7.722.200,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	5.510.096,61	0,00	0,00	6.921.700,00	7.231.800,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.274.820,81	0,00	0,00	6.700.000,00	7.000.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota Parte FPM- Ordinário	0,00	0,00	0,00	3.819.000,00	3.990.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota Parte FPM- MDE	0,00	0,00	0,00	1.105.500,00	1.855.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota Parte FPM- MDE	0,00	0,00	0,00	1.775.500,00	1.155.000,00
4.1.7.2.1.01.02.04.00.00	FPM 1% Ordinário	175.573,30	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.05.00.00	FPM 1% Educação	58.524,44	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.178,06	0,00	0,00	1.700,00	1.800,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural- Ordinário	0,00	0,00	0,00	969,00	1.026,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural- MDE	0,00	0,00	0,00	450,50	477,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural-ACPS	0,00	0,00	0,00	280,50	297,00
4.1.7.2.1.01.06.00.00.00	Cota parte FPM 1%	0,00	0,00	0,00	220.000,00	230.000,00
4.1.7.2.1.01.06.01.00.00	Cota Parte FPM 1% - Ordinário	0,00	0,00	0,00	165.000,00	172.500,00
4.1.7.2.1.01.06.02.00.00	Cota Parte FPM 1% - MDE	0,00	0,00	0,00	55.000,00	57.500,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	72.031,53	0,00	0,00	160.000,00	169.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	72.031,53	0,00	0,00	86.000,00	91.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0,00	0,00	0,00	74.000,00	78.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	118.264,09	0,00	0,00	116.690,00	119.800,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Progr. Atenção Pessoa Idosa FMAS	24.203,68	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferência do FNAS PAIF/Piso Básico Fixo	57.009,41	0,00	0,00	63.190,00	65.800,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transferência do FNAS PETI	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferência do FNAS - Piso Básico Variável- SCFV	10.992,20	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências MDS - IDG-SUAS	6.058,80	0,00	0,00	11.500,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	109.854,77	0,00	0,00	178.200,00	183.400,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	50.110,06	0,00	0,00	94.000,00	98.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	25.318,29	0,00	0,00	25.200,00	25.400,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	32.749,06	0,00	0,00	54.000,00	55.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transf. Programa Nacional de Apoio a Creches- FNDE	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	1.677,36	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Outras Transf FNDE Manut	1.677,36	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	21.771,31	0,00	0,00	17.300,00	18.200,00

Página: 4/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC n° 87/96. Ordinário	0,00	0,00	0,00	9.861,00	10.374,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC n° 87/96. MDE	0,00	0,00	0,00	4.584,50	4.823,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC n° 87/96. ACPS	0,00	0,00	0,00	2.854,50	3.003,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	113.470,70	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.029.651,22	0,00	0,00	3.930.400,00	4.126.700,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.932.946,89	0,00	0,00	3.807.400,00	3.998.700,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.781.360,94	0,00	0,00	3.580.000,00	3.760.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS- Ordinário	0,00	0,00	0,00	2.040.600,00	2.143.200,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS- MDE	0,00	0,00	0,00	948.700,00	996.400,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS-ACPS	0,00	0,00	0,00	590.700,00	620.400,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	108.048,17	0,00	0,00	150.000,00	158.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota Parte do IPVA- Ordinário	0,00	0,00	0,00	85.500,00	90.060,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota Parte do IPVA- MDE	0,00	0,00	0,00	39.750,00	41.870,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota Parte do IPVA-ACPS	0,00	0,00	0,00	24.750,00	26.070,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	43.445,42	0,00	0,00	52.000,00	54.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- Ordinário	0,00	0,00	0,00	29.640,00	30.780,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- MDE	0,00	0,00	0,00	13.780,00	14.310,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação-acps	0,00	0,00	0,00	8.580,00	8.910,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	92,36	0,00	0,00	25.400,00	26.700,00
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fundo Est. As. Social-FEAS	0,00	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	Transf. Estadual Proteção Social Básica- FEAS	0,00	0,00	0,00	28.000,00	28.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	96.704,33	0,00	0,00	95.000,00	100.000,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transferência Transporte Escolar Estadual	86.952,00	0,00	0,00	95.000,00	100.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transf Convênio SDR/MH-Rec. de Estrades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transferência Fundo Estadual de Assist Social	9.752,33	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	846.400,12	0,00	0,00	1.070.000,00	1.144.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	846.400,12	0,00	0,00	1.070.000,00	1.144.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Rem profissionais Magistér	0,00	0,00	0,00	788.300,00	789.360,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	331.700,00	354.640,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.574,23	0,00	0,00	22.850,00	24.110,00
4.1.9.1.00.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.355,09	0,00	0,00	13.020,00	13.790,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	461,27	0,00	0,00	2.020,00	2.190,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	188,02	0,00	0,00	810,00	850,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- Ordinário	0,00	0,00	0,00	461,70	484,50
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- MDE	0,00	0,00	0,00	214,65	225,25
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- ACPS	0,00	0,00	0,00	133,65	140,25
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	91,28	0,00	0,00	400,00	500,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS	0,00	0,00	0,00	228,00	285,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- MDE	0,00	0,00	0,00	106,00	132,50
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- ACPS	0,00	0,00	0,00	66,00	82,50
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	3,97	0,00	0,00	230,00	240,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	178,00	0,00	0,00	580,00	600,00

Página: 5/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	178,00	0,00	0,00	580,00	600,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.893,82	0,00	0,00	11.000,00	11.600,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.893,82	0,00	0,00	11.000,00	11.600,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	3.850,00	4.060,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-FUNPOC	0,00	0,00	0,00	3.850,00	4.060,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-Poli Militar	0,00	0,00	0,00	3.300,00	3.480,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14,89	0,00	0,00	1.730,00	1.820,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	14,89	0,00	0,00	1.730,00	1.820,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	14,89	0,00	0,00	1.730,00	1.820,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	4.204,25	0,00	0,00	8.100,00	8.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	4.204,25	0,00	0,00	8.100,00	8.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	4.204,25	0,00	0,00	8.100,00	8.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU- Ordinário	0,00	0,00	0,00	4.617,00	4.845,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU-MDE	0,00	0,00	0,00	2.146,50	2.252,50
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU-ACPS	0,00	0,00	0,00	1.336,50	1.402,50
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.625.598,64	0,00	0,00	2.678.285,24	2.239.800,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	44.050,00	0,00	0,00	68.685,24	62.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.050,00	0,00	0,00	68.685,24	62.000,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	44.050,00	0,00	0,00	68.685,24	62.000,00
4.2.2.1.6.99.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir. c/Outros Rec. Vinc.	44.050,00	0,00	0,00	68.685,24	62.000,00
4.2.2.1.6.99.01.00.00.00	Alienação de Bens- Educação-MDE	0,00	0,00	0,00	16.714,35	16.714,41
4.2.2.1.6.99.02.00.00.00	Demais Alienação de Bens Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	51.970,89	45.285,59
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	16.764,09	0,00	0,00	63.600,00	66.800,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	16.764,09	0,00	0,00	63.600,00	66.800,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	16.764,09	0,00	0,00	63.600,00	66.800,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.564.784,55	0,00	0,00	2.546.000,00	2.111.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.564.784,55	0,00	0,00	1.000.500,00	1.000.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.524.792,31	0,00	0,00	1.000.500,00	1.000.000,00
4.2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	113.486,90	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	2.411.305,41	0,00	0,00	1.000.500,00	1.000.000,00
4.2.4.2.1.99.01.00.00.00	Transferências de Capital União	716.173,25	0,00	0,00	1.000.500,00	1.000.000,00
4.2.4.2.1.99.02.00.00.00	Transferências de Cap. Saneamento Básico	1.695.132,16	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	39.992,24	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	39.992,24	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	1.545.500,00	1.111.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	105.000,00	100.000,00
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educação	0,00	0,00	0,00	105.000,00	100.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	0,00	1.440.500,00	1.011.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	1.440.500,00	1.011.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.652.067,86	0,00	0,00	-2.111.400,00	-2.210.600,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL	-1.652.067,86	0,00	0,00	-2.111.400,00	-2.210.600,00
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	-11.600,00	-12.200,00

Página: 7/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado	LOA
		2013	2014		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. Rem.Dep.BAnc. Rec. ASPS	1.842,52	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de remuneração de depósito bancário SUS	0,00	0,00	0,00	7.730,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos 15% saúde	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rem. Dep. Banc.vinc. PAB FIXO	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ESF	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ACS	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. NASF Uniao	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Piso Est. Vig.	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. Ações Vig.	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. MAC	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PMAQ	0,00	0,00	0,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PSE	0,00	0,00	0,00	200,00
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. inc qualif. dengue	0,00	0,00	0,00	10,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. est. tec. vig. saude	0,00	0,00	0,00	10,00
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. piso fix.vig.prom.sa	0,00	0,00	0,00	10,00
4.1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos Transf. SUS	0,00	0,00	0,00	500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
Transferências da União					
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS					
Transf rec. SUS - PAB FIXO					
Transf rec. SUS - ESF					
Transf rec. SUS - ACS					
Transf rec. SUS - FARMÁCIA BÁSICA					
Transf rec. SUS - PISO ESTRAT. GER. RISCO VIGILANC					
Ações Est. Vig.Sanitária - Transf. de Rec. do SUS					
Transf. de Recursos do SUS - Saúde Bucal					
Transf. de Recursos do SUS/MAC					
Transf. de Recursos do SUS/PMAQ (rab-pmaq-sm)					
Atenção Básica					
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)					
Compensação de Especificidades Regionais					
Inc. Qualif. Dengue Vig.Saude - Transf. Rec. SUS					
Est. Tec. Vig. Saude - Trans. Rec. SUS					
MAC - Saude Bucal - Próteses					
Transferências Rec. Saúde NASF SUS União					
Transferências dos Estados					
Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde					
Cofin. Atenção Básica ESF Estadual					
Farmácia Básica Estadual					

Página: 8/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL						
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Coofin. At. Atenção Básica NASF Estado	33.076,10	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Programa Diabetes Estadual	11.438,50	0,00	0,00	12.500,00	12.500,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Próteses Dentárias MAC Estadual	6.091,66	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	164.173,48	0,00	0,00	223.500,00	223.500,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	164.173,48	0,00	0,00	223.500,00	223.500,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	164.173,48	0,00	0,00	110.000,00	110.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	164.173,48	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	164.173,48	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	113.500,00	113.500,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	113.500,00	113.500,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	113.500,00	113.500,00
Total por entidade:		772.789,67	0,00	0,00	939.600,00	915.470,00
Total geral:		12.331.661,85	0,00	0,00	14.850.675,24	14.929.900,00

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- PROPOSTA DA DESPESA**Natureza Jurídica não encontrada****PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/9

Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO						620.500,00
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito						620.500,00
Proj./Ativ.: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica			Localizador: Município			
1 04.122.2	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	300.000,00
1 04.122.2	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
1 04.122.2	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
Total:						457.000,00
Proj./Ativ.: 2.004 - Manutenção do Sistema de Controle Interno			Localizador: Município			
3 04.124.2	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
3 04.124.2	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.000,00
3 04.124.2	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
Total:						79.000,00
Proj./Ativ.: 2.054 - Manutenção do Conselho Tutelar			Localizador: Município			
2 04.122.2	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	75.000,00
2 04.122.2	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
2 04.122.2	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
Total:						84.500,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA						1.280.030,00
Unidade: 03.01 - Departamento de Administração						959.330,00
Proj./Ativ.: 0.001 - Contribuição para o PASEP			Localizador: Município			
9 28.846.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0044.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500,00
9 28.846.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	115.000,00
9 28.846.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500,00
Total:						116.000,00
Proj./Ativ.: 2.005 - Gerenciamento Geral do Município			Localizador: Município			
4 04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	200.000,00
4 04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	278.750,00
4 04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
Total:						496.750,00
Proj./Ativ.: 2.006 - Manutenção geral do Patrimonio Público municipal			Localizador: Município			
5 04.122.3	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	100.000,00
5 04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	16.250,00
5 04.122.3	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.000,00
Total:						123.250,00
Proj./Ativ.: 2.007 - Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC e Corpo de Bombeiros			Localizador: Município			
8 06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
8 06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0056.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.480,00
8 06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0055.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.190,00
8 06.181.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0054.000000.04.03.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.160,00
Total:						31.830,00
Proj./Ativ.: 2.011 - Contribuição às entidades municipalistas			Localizador: Município			
7 04.122.5	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Transf. a Consórcios Públicos	Não	Sim	Não	8.500,00
7 04.122.5	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	110.000,00
7 04.122.5	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	7.000,00
7 04.122.5	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	12.000,00
7 04.122.5	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	4.000,00
Total:						141.500,00
Proj./Ativ.: 2.043 - Realização de festividades de emancipação político administrativa			Localizador: Município			
6 04.122.3	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA						1.280.030,00
Unidade: 03.02 - Departamento de Fazenda						320.700,00
Proj./Ativ.: 2.008 - Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico			Localizador: Município			
10 04.123.4	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	75.000,00
10 04.123.4	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.000,00
10 04.123.4	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
Total:						89.000,00
Proj./Ativ.: 2.009 - Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos			Localizador: Município			
11 04.123.4	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
11 04.123.4	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.700,00
11 04.123.4	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
Total:						79.700,00
Proj./Ativ.: 2.010 - Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais			Localizador: Município			
12 04.123.4	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	120.000,00
12 04.123.4	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
12 04.123.4	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00	- Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
Total:						152.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						3.028.856,64
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação						2.616.571,16
Proj./Ativ.: 1.010 - Aquisição de veículo para o transporte escolar			Localizador: Município			
14 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0012.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
14 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0062.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
14 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0089.000000.01.05.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	8.000,00
14 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
Total:						23.000,00
Proj./Ativ.: 1.011 - Manutenção da Creche			Localizador: Município			
20 12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.04	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	100.000,00
20 12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.02	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	250.000,00
20 12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	94.183,74
20 12.365.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	69.000,00
20 12.365.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
20 12.365.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
20 12.365.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	10.000,00
Total:						543.183,74
Proj./Ativ.: 1.028 - Ampliação e Reformas de Salas de Aula			Localizador: Município			
15 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0062.000000.01.03.95	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	95.000,00
15 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
15 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0087.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	16.714,41
Total:						116.714,41
Proj./Ativ.: 2.012 - Manutenção do Ensino Fundamental			Localizador: Município			
16 12.361.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	172.960,00
16 12.361.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.01	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	379.340,00
16 12.361.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	103.463,01
16 12.361.6	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00	- Transferencias a Instituicoes	Sim	Não	Não	55.500,00
16 12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	29.720,00
16 12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.02.03	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	35.000,00
16 12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	30.000,00
16 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	28.000,00
16 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.03	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	6.000,00
16 12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00	- Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	7.000,00
Total:						846.983,01

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						3.028.856,64
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação						2.616.571,16
Proj./Ativ.: 2.013 - Transporte Escolar			Localizador: Município			
17	12.361.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	135.000,00
17	12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0061.000000.01.99.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	55.280,00
17	12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0058.000000.01.03.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	16.090,00
17	12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0022.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.280,00
17	12.361.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	200.000,00
17	12.361.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	5.000,00
Total:						511.650,00
Proj./Ativ.: 2.014 - Alimentação Escolar			Localizador: Município			
13	12.306.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0060.000000.01.03.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	25.540,00
13	12.306.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	120.000,00
Total:						145.540,00
Proj./Ativ.: 2.015 - Ensino Infantil			Localizador: Município			
21	12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	50.000,00
21	12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	50.000,00
21	12.365.6	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.02 - Aplicacoes Diretas	Sim	Sim	Não	150.000,00
21	12.365.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0018.000000.01.02.04 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	9.000,00
21	12.365.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	7.000,00
21	12.365.6	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.00.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	8.000,00
Total:						274.000,00
Proj./Ativ.: 2.016 - Ensino Especial			Localizador: Município			
22	12.367.6	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00 - Transferencias a Instituicoes	Sim	Não	Não	25.000,00
22	12.367.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000.01.01.00 - Aplicacoes Diretas	Sim	Não	Não	59.500,00
Total:						84.500,00
Proj./Ativ.: 2.017 - Auxílio a Universitários			Localizador: Município			
19	12.364.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	61.000,00
Total:						61.000,00
Proj./Ativ.: 2.018 - Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante			Localizador: Município			
18	12.362.6	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						10.000,00
Unidade: 04.02 - Departamento de Esportes						255.500,00
Proj./Ativ.: 1.026 - Construção de Dependências Esportivas Interior			Localizador: Município			
23	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
23	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						51.000,00
Proj./Ativ.: 2.019 - Eventos, atividades esportivas e lazer			Localizador: Município			
24	27.812.7	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	135.000,00
24	27.812.7	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	2.500,00
24	27.812.7	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
24	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
24	27.812.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
Total:						204.500,00
Unidade: 04.03 - Departamento de Cultura						156.785,48
Proj./Ativ.: 1.012 - Construção e Mobiliário de Centro de Eventos			Localizador: Município			
25	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
25	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.285,48
25	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						69.285,48

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						3.028.856,64
Unidade: 04.03 - Departamento de Cultura						156.785,48
Proj./Ativ.: 2.020 - Atividades Culturais						Localizador: Município
26	13.392.7	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	55.000,00
26	13.392.7	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
26	13.392.7	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
Total:						87.500,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL						457.350,00
Unidade: 05.02 - Fundo Municipal de de Assistência Social						435.350,00
Proj./Ativ.: 1.027 - Aquisição de veículo						Localizador: Município
28	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
28	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0089.000000.04.01.01 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
Total:						4.000,00
Proj./Ativ.: 2.030 - Atendimento a Terceira Idade						Localizador: Município
27	08.241.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
27	08.241.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0252.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
27	08.241.9	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						77.000,00
Proj./Ativ.: 2.031 - Assistência Comunitária						Localizador: Município
29	08.244.9	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1.000,00
29	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
29	08.244.9	4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Privax	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						22.000,00
Proj./Ativ.: 2.033 - Atendimento ao Programa PAIF/IGD						Localizador: Município
30	08.244.9	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0152.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	46.650,00
30	08.244.9	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	35.000,00
30	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1665.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.000,00
30	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0452.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
30	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0252.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	28.000,00
30	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0152.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
30	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	38.200,00
30	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0252.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
Total:						209.850,00
Proj./Ativ.: 2.053 - Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social						Localizador: Município
31	08.244.9	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	100.000,00
31	08.244.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
31	08.244.9	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
Total:						122.500,00
Unidade: 05.03 - Fundo Municipal para a Infância e Adolescência						22.000,00
Proj./Ativ.: 2.029 - Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente						Localizador: Município
32	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						10.000,00
Proj./Ativ.: 2.034 - Atendimentos, socorros e emergência envolvendo menores						Localizador: Município
33	08.243.9	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
Total:						12.000,00
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A						6.206.171,61
Unidade: 06.01 - Departamento de Agricultura						576.250,00
Proj./Ativ.: 1.005 - Construção e Equipamentos Abatedouro de Frangos						Localizador: Município
36	20.609.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
36	20.609.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						7.500,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A						6.206.171,61
Unidade: 06.01 - Departamento de Agricultura						576.250,00
Proj./Ativ.: 1.006 - Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores			Localizador: Município			
38	20.661.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
38	20.661.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						101.000,00
Proj./Ativ.: 2.044 - Programas de melhoramento genético			Localizador: Município			
34	20.606.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	114.000,00
Total:						114.000,00
Proj./Ativ.: 2.046 - Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos			Localizador: Município			
37	20.609.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
37	20.609.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.250,00
Total:						16.250,00
Proj./Ativ.: 2.049 - Assistência Técnica			Localizador: Município			
35	20.606.10	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	230.000,00
35	20.606.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
35	20.606.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.500,00
Total:						337.500,00
Unidade: 06.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos						2.034.730,81
Proj./Ativ.: 1.001 - Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares			Localizador: Município			
46	16.482.13	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0089.000000.04.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.000,11
46	16.482.13	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
46	16.482.13	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
46	16.482.13	4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						177.000,11
Proj./Ativ.: 1.002 - Habitações Populares Rurais			Localizador: Município			
45	16.481.13	4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						5.000,00
Proj./Ativ.: 1.004 - Pavimentação de vias urbanas			Localizador: Município			
44	15.782.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	96.900,70
44	15.782.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
44	15.782.12	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	20.000,00
44	15.782.12	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	150.000,00
Total:						416.900,70
Proj./Ativ.: 1.014 - Ampliação de rede de captação e distribuição de água			Localizador: Município			
48	17.544.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
48	17.544.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						40.000,00
Proj./Ativ.: 1.015 - Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário			Localizador: Município			
47	17.512.11	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
47	17.512.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
47	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	36.000,00
47	17.512.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						241.000,00
Proj./Ativ.: 1.016 - Ampliação de programa de geração de emprego e renda			Localizador: Município			
50	22.661.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
50	22.661.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
50	22.661.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						115.000,00
Proj./Ativ.: 1.019 - Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura			Localizador: Município			
55	26.782.12	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públic	Não	Sim	Não	5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A						6.206.171,61
Unidade: 06.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos						2.034.730,81
Proj./Ativ.: 1.019 - Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura			Localizador: Município			
55	26.782.12	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcio	Não	Não	Não	12.000,00
55	26.782.12	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcio	Não	Não	Não	16.000,00
55	26.782.12	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						38.000,00
Proj./Ativ.: 1.020 - Construção de Passeios Públicos			Localizador: Município			
40	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
40	15.451.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	125.000,00
Total:						135.000,00
Proj./Ativ.: 1.023 - Construção de Casa Mortuária			Localizador: Município			
39	08.244.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
39	08.244.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						60.000,00
Proj./Ativ.: 1.025 - Implantação Programa Cidade Digital			Localizador: Município			
51	24.722.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
51	24.722.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						2.000,00
Proj./Ativ.: 2.035 - Manutenção de ruas, passeios e praças públicas			Localizador: Município			
41	15.452.12	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	51.830,00
41	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	25.000,00
41	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
41	15.452.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
Total:						278.830,00
Proj./Ativ.: 2.036 - Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural			Localizador: Município			
52	24.722.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						5.000,00
Proj./Ativ.: 2.037 - Manutenção do sistema municipal de distribuição de água			Localizador: Município			
49	17.544.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	155.000,00
49	17.544.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
49	17.544.12	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						315.000,00
Proj./Ativ.: 2.038 - Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário			Localizador: Município			
42	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
Total:						100.000,00
Proj./Ativ.: 2.039 - Manutenção e melhorias da iluminação pública			Localizador: Município			
53	25.752.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
53	25.752.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0017.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						80.000,00
Proj./Ativ.: 2.040 - Manutenção dos cemitérios públicos			Localizador: Município			
43	15.452.12	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
Total:						10.000,00
Proj./Ativ.: 2.041 - Manutenção e conservação da sinalização			Localizador: Município			
54	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
54	26.782.11	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	1.000,00
Total:						16.000,00
Unidade: 06.03 - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem						2.032.534,40
Proj./Ativ.: 1.003 - Pavimentação de Estradas Vicinais			Localizador: Município			
56	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
56	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 7/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A						6.206.171,61
Unidade: 06.03 - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem						2.032.534,40
Proj./Ativ.: 1.003 - Pavimentação de Estradas Vicinais			Localizador: Município			
56	26.782.11	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	50.000,00
56	26.782.11	4.4.93.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	50.000,00
Total:						200.000,00
Proj./Ativ.: 1.018 - Ampliação do Parque Rodoviário Municipal			Localizador: Município			
57	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	400.000,00
57	26.782.11	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	75.000,00
Total:						475.000,00
Proj./Ativ.: 2.042 - Conservação de estradas vicinais			Localizador: Município			
58	26.782.11	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	525.000,00
58	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0016.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	26.800,00
58	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
58	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0044.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	91.900,00
58	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0045.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	78.000,00
58	26.782.11	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	585.834,40
Total:						1.357.534,40
Unidade: 06.04 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural						1.562.656,40
Proj./Ativ.: 1.024 - Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada			Localizador: Município			
61	20.608.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
61	20.608.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250.000,00
Total:						330.000,00
Proj./Ativ.: 2.045 - Patrulha Agrícola Mecanizada			Localizador: Município			
62	20.608.10	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	420.000,00
62	20.608.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	548.156,40
62	20.608.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						998.156,40
Proj./Ativ.: 2.047 - Saneamento básico rural			Localizador: Município			
59	20.511.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
59	20.511.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
Total:						4.500,00
Proj./Ativ.: 2.048 - Preservação Ambiental			Localizador: Município			
60	20.541.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
60	20.541.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						10.000,00
Proj./Ativ.: 2.050 - Fornecimento de sementes e mudas			Localizador: Município			
63	20.608.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	70.000,00
Total:						70.000,00
Proj./Ativ.: 2.051 - Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários			Localizador: Município			
64	20.608.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
Total:						150.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						5.000,00
Unidade: 99.01 - Reserva de Contingência						5.000,00
Proj./Ativ.: 9.001 - Reserva de Contingência			Localizador: Município			
65	99.999.14	9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGEI	Não	Não	Não	5.000,00
Total:						5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL						2.791.991,75
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL						2.791.991,75
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde						2.791.991,75
Proj./Ativ.: 1.007 - Aquisição de veículo para transporte de passageiros			Localizador: Município			
1	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	50.000,00
1	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	105.500,00
Total:						155.500,00
Proj./Ativ.: 1.008 - Ampliação e Reforma da da Unidade Sanitária de Saúde			Localizador: Município			
2	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
2	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	3.500,00
Total:						8.500,00
Proj./Ativ.: 1.029 - Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saude			Localizador: Município			
3	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0071.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
3	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
3	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
Total:						15.000,00
Proj./Ativ.: 2.021 - Assistência médica - Atenção Basica			Localizador: Município			
4	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0664.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	80.000,00
4	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0464.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	60.000,00
4	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0264.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	74.000,00
4	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0164.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	100.000,00
4	10.301.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	571.997,80
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	353.137,78
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0664.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	20.500,00
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0564.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	2.200,00
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0464.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	75.310,00
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0364.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	31.500,00
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0264.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	31.500,00
4	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.300,00
4	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
4	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	14.000,00
Total:						1.494.445,58
Proj./Ativ.: 2.022 - Assistência Hospitalar			Localizador: Município			
8	10.302.8	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Transferencias a Instituicoe	Não	Não	Sim	1.000,00
8	10.302.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	180.000,00
Total:						181.000,00
Proj./Ativ.: 2.023 - Vigilância Epidemiológica			Localizador: Município			
11	10.305.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	57.500,00
11	10.305.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
11	10.305.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	3.000,00
Total:						65.500,00
Proj./Ativ.: 2.024 - Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde			Localizador: Município			
5	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	34.001,10
5	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0023.000000.02.06.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	105.000,00
5	10.301.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	40.000,00
Total:						179.001,10
Proj./Ativ.: 2.025 - Assistência e Vigilância Sanitária			Localizador: Município			
10	10.304.8	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	30.000,00
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0466.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	16.500,00
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0366.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	110,00
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0266.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	110,00
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0166.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	110,00
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0066.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	11.500,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação da Proposta da Despesa

Página: 9/9
 Data: 22/12/2016

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL						2.791.991,75
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL						2.791.991,75
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde						2.791.991,75
Proj./Ativ.: 2.025 - Assistência e Vigilância Sanitária			Localizador: Município			
10	10.304.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	7.500,00
10	10.304.8	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	9.000,00
Total:						74.830,00
Proj./Ativ.: 2.026 - Manutenção da farmácia básica			Localizador: Município			
6	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0267.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.500,00
6	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0167.000000.04.03.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.500,00
6	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0067.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	27.500,00
6	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	178.215,07
Total:						220.715,07
Proj./Ativ.: 2.027 - Manutenção do CIS AMOSC			Localizador: Município			
7	10.301.8	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Transf. a Consórcios Públic	Não	Não	Sim	12.000,00
7	10.301.8	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0464.000000.02.04.00 - Transferências a Consórcic	Não	Não	Sim	18.000,00
7	10.301.8	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Transferências a Consórcic	Não	Não	Sim	10.000,00
7	10.301.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	5.000,00
7	10.301.8	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Sim	158.000,00
Total:						203.000,00
Proj./Ativ.: 2.028 - Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio			Localizador: Município			
9	10.302.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.000000.02.01.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	150.000,00
9	10.302.8	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.000000.02.04.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Sim	44.500,00
Total:						194.500,00
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL						540.000,00
Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES						540.000,00
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores						540.000,00
Proj./Ativ.: 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas			Localizador: Município			
1	01.031.1	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	390.000,00
1	01.031.1	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoe	Não	Não	Não	17.000,00
1	01.031.1	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	62.000,00
1	01.031.1	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	41.000,00
Total:						510.000,00
Proj./Ativ.: 2.002 - Fiscalização de Atos da Administração			Localizador: Município			
2	01.032.1	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	30.000,00
Total:						30.000,00
Total Geral:						14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
 Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
 Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
 Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- PROPOSTA DA RECEITA

Página: 1/5
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
1	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana- ORD	Não	Não	14.014.430,00
2	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana- MDE	Sim	Não	34.770,00
3	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Terr. Urbana- ACPS	Não	Sim	16.165,00
4	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- Ordinário	Não	Não	10.065,00
5	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- MDE	Sim	Não	85.500,00
6	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho- ACPS	Não	Sim	39.750,00
7	4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- Ordinário	Não	Não	24.750,00
116	4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- MDE	Sim	Não	1.425,00
9	4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos- ACPS	Não	Sim	662,50
10	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- Ord.	Não	Não	412,50
11	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- MDE	Sim	Não	27.702,00
12	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis- ACPS	Não	Sim	12.879,00
13	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- Ordinário	Não	Não	8.019,00
14	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- MDE	Sim	Não	68.400,00
15	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ACPS	Não	Sim	31.800,00
16	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços	Não	Não	19.800,00
17	4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	Não	Não	12.000,00
18	4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	Não	Não	6.000,00
19	4.1.1.2.2.21.00.00.00.00	Taxa de Serviços Cadastrais	Não	Não	2.430,00
20	4.1.1.3.0.01.00.00.00.00	Contrib Melhoria da Expansão de Rede Água/Esgoto	Não	Não	650,00
21	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Não	Não	13.200,00
82	4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	Não	Não	79.000,00
83	4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. FUNDEB Apl Remuneração Prof. Mag.	Sim	Não	29.870,00
84	4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. Rem. Dep. ban. Vin FUNDEB- Outras Despesas	Sim	Não	4.980,00
85	4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Dep. Vinc. MDE PNATE	Sim	Não	3.320,00
86	4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE Salário Educação	Sim	Não	280,00
87	4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE PNAE	Sim	Não	810,00
88	4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. MDE Transp. Escolar	Sim	Não	140,00
89	4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. CIDE	Não	Não	280,00
90	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. PAIF/IGD P. Bas. Fixo	Não	Não	600,00
91	4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Espec	Não	Não	850,00
92	4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. Pol. Militar	Não	Não	1.300,00
93	4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. Pol. Civil	Não	Não	100,00
94	4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Rec. Rem. Dep. Banc. COSIP	Não	Não	130,00
95	4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Rec. Rend. Aplic. Fina. Empréstimos Concedidos	Não	Não	130,00
96	4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. Rend. Aplic. Fina. Alienação de Bens	Não	Não	1.000,00
97	4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec. de Remuneração Outros de Dep Bancários FEP.	Não	Não	1.000,00
98	4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. de Rem. Dep. Ban. PSH	Não	Não	100,00
					1.250,00

Página: 2/5
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação da Proposta da Receita

Receita	Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detalham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL						
99	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem de Outros Dep. Banc. Recursos Não Vinculados	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	96.000,00
22	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.400,00
23	4.1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	8.400,00
24	4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	600,00
25	4.1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotócopias ou Cópias Heliográficas	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
26	4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativos e Culturais	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	3.400,00
27	4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	158.000,00
28	4.1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Resid Sólido	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	21.800,00
29	4.1.6.0.0.45.00.00.00.00	Serv. de Preparação da Terra em Propr Particular	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	130.000,00
30	4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	600,00
100	4.1.6.0.0.49.00.00.00.00	Serviços de Fiscalização de Estabelecimentos Funrebo	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
31	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota Parte FPM- Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	3.990.000,00
32	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota Parte FPM- MDE	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	1.855.000,00
112	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota Parte FPM- ACPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	1.155.000,00
34	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural- Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	1.026,00
113	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural- MDE	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	477,00
36	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural-ACPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	297,00
101	4.1.7.2.1.01.06.01.00.00	Cota Parte FPM 1% - Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	172.500,00
102	4.1.7.2.1.01.06.02.00.00	Cota Parte FPM 1% - MDE	0.1.0001.000000.01.00.00	Sim	Não	57.500,00
37	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	0.1.0044.000000.04.03.00	Não	Não	91.000,00
38	4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	0.1.0045.000000.00.00.00	Não	Não	78.000,00
103	4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferência do FNAS PAIF/Piso Básico Fixo	0.1.0152.000000.04.03.00	Não	Não	65.800,00
104	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferência do FNAS - Piso Básico Variável- SCFV	0.1.0252.000000.04.03.00	Não	Não	42.000,00
105	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências MDS - IDG-SUAS	0.1.0452.000000.04.03.00	Não	Não	12.000,00
39	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	0.1.0058.000000.01.03.01	Sim	Não	98.000,00
40	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	0.1.0060.000000.01.03.00	Sim	Não	25.400,00
41	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	0.1.0061.000000.01.03.00	Sim	Não	55.000,00
106	4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transf. Programa Nacional de Apoio a Creches- FNDE	0.1.0012.000000.01.03.99	Sim	Não	5.000,00
42	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	10.374,00
43	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. MDE	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	4.823,00
44	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS Deson. LC nº 87/96. ACPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	3.003,00
45	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS- Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	2.143.200,00
46	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS- MDE	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	996.400,00
47	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS-ACPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Sim	Não	620.400,00
48	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota Parte do IPVA- Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	90.060,00
49	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota Parte do IPVA- MDE	0.1.0001.000000.01.01.00	Sim	Não	41.870,00
50	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota Parte do IPVA-ACPS	0.1.0002.000000.02.01.00	Não	Sim	26.070,00
51	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- Ordinário	0.1.0000.000000.00.00.00	Não	Não	30.780,00
						14.014.430,00

Página: 3/5
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
52	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação- MDE	Sim	Não	14.014.430,00
53	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação-acps	Não	Sim	14.310,00
54	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv.no Domínio Econômico	Não	Não	8.910,00
107	4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	Transf. Estadual Proteção Social Básica- FEAS	Não	Não	26.700,00
108	4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transferência Transporte Escolar Estadual	Não	Não	28.000,00
55	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Rem profissionais Magistério	Não	Não	100.000,00
56	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB- Outras Despesas	Sim	Não	789.360,00
57	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- Ordinário	Sim	Não	354.640,00
115	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- MDE	Não	Não	484,50
59	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ IPTU- ACPS	Sim	Não	225,25
60	4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS	Não	Sim	140,25
61	4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- MDE	Não	Não	285,00
114	4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora S/ o ISS- ACPS	Sim	Não	132,50
63	4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	Não	Sim	82,50
64	4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	Não	Não	240,00
65	4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-PREFEITURA	Não	Não	600,00
66	4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-FUNPOC	Não	Não	4.060,00
67	4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Aplicações Convênio Multas de Trânsito-Poli Militar	Não	Não	4.060,00
68	4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	Não	Não	3.480,00
69	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU- Ordinário	Não	Não	1.820,00
70	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU-MDE	Não	Não	4.845,00
71	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU- ACPS	Sim	Não	2.252,50
109	4.2.2.1.6.99.01.00.00.00	Alienação de Bens- Educação-MDE	Não	Sim	1.402,50
110	4.2.2.1.6.99.02.00.00.00	Demais Alienação de Bens Não Vinculados	Sim	Não	16.714,41
72	4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	Não	Não	45.285,59
111	4.2.4.2.1.99.01.00.00.00	Transferências de Capital União	Não	Não	66.800,00
73	4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educação	Não	Não	1.000.000,00
74	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	Sim	Não	100.000,00
75	9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Deduções de Receita do IPTU	Não	Não	1.011.000,00
76	9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	Não	Não	-12.200,00
77	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	Sim	Não	-1.400.000,00
78	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	Sim	Não	-360,00
79	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	Sim	Não	-3.640,00
80	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	Sim	Não	-752.000,00
81	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	Sim	Não	-31.600,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
1	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	Não	Não	915.470,00
6	4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos 15% saúde	Não	Não	1.830,00
					1.000,00

Página: 4/5
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
7	4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rem. Dep. Banc. vinc. PAB FIXO	Não	Sim	915.470,00
8	4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ESF	Não	Sim	1.000,00
9	4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. ACS	Não	Sim	1.000,00
10	4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. NASF União	Não	Sim	500,00
11	4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Farmácia Básica	Não	Sim	500,00
12	4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Piso Est. Vig.	Não	Sim	500,00
13	4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. Ações Vig.	Não	Sim	500,00
14	4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. Saúde Bucal	Não	Sim	500,00
15	4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. vinc. MAC	Não	Sim	500,00
16	4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PMAQ	Não	Sim	500,00
17	4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. PSE	Não	Sim	200,00
18	4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. inc qualif. dengue	Não	Sim	10,00
19	4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. est. tec. vig. saúde	Não	Sim	10,00
20	4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos vinc. piso fix. vig. prom.sa	Não	Sim	10,00
21	4.1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rem. Dep. Banc. Recursos Transf. SUS	Não	Sim	500,00
22	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. rec. SUS - PAB FIXO	Não	Sim	79.300,00
23	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. rec. SUS - ESF	Não	Sim	99.000,00
24	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. rec. SUS - ACS	Não	Sim	105.000,00
25	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. rec. SUS - FARMÁCIA BÁSICA	Não	Sim	27.000,00
26	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. rec. SUS - PISO ESTRAT. GER. RISCO VIGILÂNC	Não	Sim	11.000,00
27	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Ações Est. Vig. Sanitária - Transf. de Rec. do SUS	Não	Sim	16.000,00
28	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saúde Bucal	Não	Sim	31.000,00
29	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS/MAC	Não	Sim	44.000,00
30	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS/PMAQ (rab-pmaq-sm)	Não	Sim	152.810,00
2	4.1.7.2.1.33.11.30.04.00	Compensação de Especificidades Regionais	Não	Sim	2.000,00
31	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Inc. Qualif. Dengue Vig. Saúde - Transf. Rec. SUS	Não	Sim	100,00
32	4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS	Não	Sim	100,00
33	4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS	Não	Sim	100,00
34	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transferências Rec. Saúde NASF SUS União	Não	Não	100.000,00
35	4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. Rec. Estado Prog. Saúde - Cof. AFB Diabete	Não	Não	2.500,00
36	4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Rec. Estado Prog. Saúde - Cof. AFB Hiperte	Não	Não	12.500,00
3	4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	Não	Sim	100.000,00
4	4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	Não	Sim	10.000,00

Página: 5/5
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham /Aplic.	Educação	Saúde	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
5	4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	Não	Sim	915.470,00
					113.500,00
				Total geral:	14.929.900,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 1/3
 Data: 22/12/2016

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
GABINETE DO PREFEITO			
Gabinete do Prefeito	608.000,00	12.500,00	620.500,00
	608.000,00	12.500,00	620.500,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA			
Departamento de Administração	1.244.030,00	36.000,00	1.280.030,00
Departamento de Fazenda	930.330,00	29.000,00	959.330,00
	313.700,00	7.000,00	320.700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Departamento de Educação	2.675.356,75	353.499,89	3.028.856,64
Departamento de Esportes	2.402.856,75	213.714,41	2.616.571,16
Departamento de Cultura	187.500,00	68.000,00	255.500,00
	85.000,00	71.785,48	156.785,48
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL			
Fundo Municipal de Assistência Social	397.850,00	59.500,00	457.350,00
Fundo Municipal para a Infância e Adolescência	375.850,00	59.500,00	435.350,00
	22.000,00	0,00	22.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A			
Departamento de Agricultura	3.678.020,80	2.528.150,81	6.206.171,61
Departamento de Obras e Serviços Urbanos	456.500,00	119.750,00	576.250,00
Departamento Municipal de Estradas e Rodagem	668.830,00	1.365.900,81	2.034.730,81
Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural	1.357.534,40	675.000,00	2.032.534,40
	1.195.156,40	367.500,00	1.562.656,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Reserva de Contingência			5.000,00
			5.000,00
Total por entidade:	8.603.257,55	2.989.650,70	11.597.908,25

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 2/3
Data: 22/12/2016

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:	0,00	0,00	0,00

Página: 3/3
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00
Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	8.603.257,55	2.989.650,70	11.597.908,25

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- RELAÇÃO DE DESPESAS PLANEJADAS

Página: 1/15
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO							620.500,00
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito							620.500,00
1	2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica	A	1	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	300.000,00
	Manutenção da Estrutura(man)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	150.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	7.000,00
2	2.054 - Manutenção do Conselho Tutelar Adolescentes(man)	A	1	04.122.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	75.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	7.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.500,00
3	2.004 - Manutenção do Sistema de Controle Interno Manutenção(un)	A	1	04.124.0002	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	70.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA							1.280.030,00
Unidade: 03.01 - Departamento de Administração							959.330,00
4	2.005 - Gerenciamento Geral do Município Manutenção da Estrutura(un)	A	1	04.122.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	200.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	278.750,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	18.000,00
5	2.006 - Manutenção geral do Patrimônio Público municipal Manutenção da Estrutura(un)	A	1	04.122.0003	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	16.250,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	7.000,00
6	2.043 - Realização de festividades de emancipação político administrativa Festividades(man)	A	1	04.122.0003	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
7	2.011 - Contribuição às entidades municipalistas Entidades(ms)	A	1	04.122.0005	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	8.500,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 2/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA							1.280.030,00
Unidade: 03.01 - Departamento de Administração							959.330,00
					3.350.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	110.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.371.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	7.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.393.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.471.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	4.000,00
						Recursos Ordinários	
8	2.007 - Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC e Corpo de Bombeiros de Modelo Convênios com a SSP(un)	A	1	06.181.0003	3.390.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0054.000000	4.160,00
						Convênio Trânsito - Militar	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0055.000000	4.190,00
						Convênio Trânsito - Civil	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0056.000000	3.480,00
						Convênio Trânsito - Prefeitura	
9	0.001 - Contribuição para o PASEP % Sobre a Receita Orçamentária(ms)	O	1	28.846.0000	3.390.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	115.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0016.000000	500,00
						Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0044.000000	500,00
						FEP - Fundo Especial do Petróleo	
Unidade: 03.02 - Departamento de Fazenda							320.700,00
10	2.008 - Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico Cadastros Imobiliários(un)	A	1	04.123.0004	3.190.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	75.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	11.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.490.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	3.000,00
						Recursos Ordinários	
11	2.009 - Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos Cadastro de documentos de arrecadação e pagamentos(un)	A	1	04.123.0004	3.190.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	70.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.390.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	7.700,00
						Recursos Ordinários	
					4.490.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA							1.280.030,00
Unidade: 03.02 - Departamento de Fazenda							320.700,00
12	2.010 - Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais	A	1	04.123.0004	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.00000000 Recursos Ordinários	120.000,00
	Registros Contábeis(un)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.00000000 Recursos Ordinários	30.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.00000000 Recursos Ordinários	2.000,00
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							3.028.856,64
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação							2.616.571,16
13	2.014 - Alimentação Escolar	A	1	12.306.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.00000000 Recursos Ordinários	120.000,00
	Refeições Servidas(al)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0060.00000000 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	25.540,00
14	1.010 - Aquisição de veículo para o transporte escolar	P	1	12.361.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.00000000 Receita de Impostos - MDE	5.000,00
	Veículos(un)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0012.00000000 Transferência de Convênios Saúde - União	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0062.00000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0089.00000000 Alienações de Bens destinados a Outros Programas	8.000,00
15	1.028 - Ampliação e Reformas de Salas de Aula	P	1	12.361.0006	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.00000000 Salário Educação	5.000,00
	Construção(m2)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0062.00000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	95.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0087.00000000 Alienação de Bens - Educação	16.714,41
16	2.012 - Manutenção do Ensino Fundamental	A	1	12.361.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.00000000 Receita de Impostos - MDE	103.463,01
	Manutenção da Estrutura(ES)				3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.00000000 Transf. do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	379.340,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.00000000 Transf. do FUNDEB - outras despesas da Educação Básica	172.960,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0001.00000000 Receita de Impostos - MDE	55.500,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 4/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							3.028.856,64
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação							2.616.571,16
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	30.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000 Transf. do FUNDEB - outras despesas da Educação Básica	35.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000 Salário Educação	29.720,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	7.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000 Transf. do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	6.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000 Salário Educação	28.000,00
17	2.013 - Transporte Escolar Estudantes(al)	A	1	12.361.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	135.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	200.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0022.000000 Transf. de Convênios - Educação	100.280,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000 Salário Educação	16.090,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0061.000000 PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	55.280,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	5.000,00
18	2.018 - Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante Estudantes(al)	A	1	12.362.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
19	2.017 - Auxílio a Universitários Estudantes(al)	A	1	12.364.0006	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	61.000,00
20	1.011 - Manutenção da Creche Manutenção(man)	P	1	12.365.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	94.183,74
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000 Transf. do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	250.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000 Transf. do FUNDEB - outras despesas da Educação Básica	100.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 5/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							3.028.856,64
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação							2.616.571,16
							69.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000 Salário Educação	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0058.000000 Salário Educação	10.000,00
							50.000,00
21	2.015 - Ensino Infantil Estudantes(al)	A	1	12.365.0006	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	50.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000 Transf. do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	150.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0019.000000 Transf. do FUNDEB - outras despesas da Educação Básica	50.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	7.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0018.000000 Transf. do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério	9.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	8.000,00
							25.000,00
22	2.016 - Ensino Especial Estudantes(al)	A	1	12.367.0006	3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	25.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0001.000000 Receita de Impostos - MDE	59.500,00
							255.500,00
Unidade: 04.02 - Departamento de Esportes							1.000,00
23	1.026 - Construção de Dependências Esportivas Interior Construção(un)	P	1	27.812.0007	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	
							135.000,00
24	2.019 - Eventos, atividades esportivas e lazer Pessoas(ab)	A	1	27.812.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.500,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 6/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES							3.028.856,64
Unidade: 04.02 - Departamento de Esportes							255.500,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	15.000,00
Unidade: 04.03 - Departamento de Cultura							156.785,48
25	1.012 - Construção e Mobilário de Centro de Eventos Edificação(mq)	P	1	13.392.0007	44.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	50.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0089.000000 Aliações de Bens destinados a Outros Programas	9.285,48
26	2.020 - Atividades Culturais Pessoas(m)	A	1	13.392.0007	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	55.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	30.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.500,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL							457.350,00
Unidade: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social							435.350,00
27	2.030 - Atendimento a Terceira Idade Pessoas(m)	A	1	08.241.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	15.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0252.000000 IGDBF - RECURSOS DO FNAS	12.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	50.000,00
28	1.027 - Aquisição de veículo Veículos(un)	P	1	08.244.0009	44.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00
					44.90.00.00.00.00.00	0.1.0089.000000 Aliações de Bens destinados a Outros Programas	3.000,00
29	2.031 - Assistência Comunitária Pessoas(m)	A	1	08.244.0009	3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	20.000,00
					44.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00
30	2.033 - Atendimento ao Programa PAIF/IGD Famílias(m)	A	1	08.244.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	35.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0152.000000 PAIF - RECURSOS DO FNAS	46.650,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 7/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL							457.350,00
Unidade: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social							435.350,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	38.200,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0152.000000	20.000,00
						PAIF - RECURSOS DO FNAS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0252.000000	28.000,00
						IGDBF - RECURSOS DO FNAS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0452.000000	12.000,00
						IGDE - SUAS - RECURSOS DO FNAS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1665.000000	28.000,00
						Especificação 1665	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0252.000000	2.000,00
						IGDBF - RECURSOS DO FNAS	
31	2.053 - Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	A	1	08.244.0009	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
	Manutenção(man)					Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.500,00
						Recursos Ordinários	
Unidade: 05.03 - Fundo Municipal para a Infância e Adolescência							22.000,00
32	2.029 - Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente	A	1	08.243.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	10.000,00
	Pessoas(ad)					Recursos Ordinários	
33	2.034 - Atendimento, socorros e emergência envolvendo menores	A	1	08.243.0009	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
	Pessoas(asr)					Recursos Ordinários	
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A							6.206.171,61
Unidade: 06.01 - Departamento de Agricultura							576.250,00
34	2.044 - Programas de melhoramento genético	A	1	20.606.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	114.000,00
	Bovinos de Leite(man)					Recursos Ordinários	
35	2.049 - Assistência Técnica	A	1	20.606.0010	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	230.000,00
	Propriedades Rurais(un)					Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	7.500,00
						Recursos Ordinários	
36	1.005 - Construção e Equipamentos Abatedouro de Frangos	P	1	20.609.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	2.500,00
	Abatedouro Municipal de Frangos(un)					Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 8/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A Unidade: 06.01 - Departamento de Agricultura							11.597.908,25 6.206.171,61 576.250,00 5.000,00
37	2.046 - Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos Abatedouro Municipal de Bovinos e Suínos(un)	A	1	20.609.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	6.250,00
38	1.006 - Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores Equipamentos(un)	P	1	20.661.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	100.000,00
Unidade: 06.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos							2.034.730,81
39	1.023 - Construção de Casa Mortuária Construção(un)	P	1	08.244.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	50.000,00
40	1.020 - Construção de Passeios Públicos Construção(mq)	P	1	15.451.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	125.000,00
41	2.035 - Manutenção de ruas, passeios e praças públicas Ruas e Praças Públicas(rp)	A	1	15.452.0012	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	51.830,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	25.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	200.000,00
42	2.038 - Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário Toneladas de Resíduos(ton)	A	1	15.452.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
43	2.040 - Manutenção dos cemitérios públicos Manutenção(ceem)	A	1	15.452.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
44	1.004 - Pavimentação de vias urbanas Pavimentação(mq)	P	1	15.782.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	96.900,70

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 9/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A Unidade: 06.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos							11.597.908,25 6.206.171,61 2.034.730,81 150.000,00 20.000,00 150.000,00
45	1.002 - Habitações Populares Rurais Habitações Populares(un)	P	1	16.481.0013	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros 0.1.0000.000000 Recursos Ordinários 0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	5.000,00
46	1.001 - Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares Habitações Populares(un)	P	1	16.482.0013	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários 0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros 0.1.0089.000000 Alienções de Bens destinados a Outros Programas 0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	50.000,00 100.000,00 26.000,11 1.000,00
47	1.015 - Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário Rede de captação e esgotamento sanitário(un)	P	1	17.512.0011	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários 3.3.90.00.00.00.00.00 Recursos Ordinários 4.4.90.00.00.00.00.00 Recursos Ordinários 4.4.90.00.00.00.00.00 Transf. de Convênios - Outros	50.000,00 150.000,00 36.000,00 5.000,00
48	1.014 - Ampliação de rede de captação e distribuição de água Rede de Distribuição de Águas(un)	P	1	17.544.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários 4.4.90.00.00.00.00.00 Transf. de Convênios - Outros	30.000,00 10.000,00
49	2.037 - Manutenção do sistema municipal de distribuição de água Rede de Distribuição de Águas(rda)	A	1	17.544.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários 4.4.90.00.00.00.00.00 Recursos Ordinários 4.4.90.00.00.00.00.00 Transf. de Convênios - Outros	155.000,00 10.000,00 150.000,00
50	1.016 - Ampliação de programa de geração de emprego e renda Empresa Beneficiada(un)	P	1	22.661.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A							6.206.171,61
Unidade: 06.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos							2.034.730,81
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	100.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	5.000,00
						Transf. de Convênios - Outros	
51	1.025 - Implantação Programa Cidade Digital Construção(un)	P	1	24.722.0012	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	1.000,00
						Transf. de Convênios - Outros	
52	2.036 - Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural	A	1	24.722.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						Recursos Ordinários	
53	2.039 - Manutenção e melhorias da iluminação pública Rede de Iluminação Pública(r)	A	1	25.752.0012	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0017.000000	30.000,00
						Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	
54	2.041 - Manutenção e conservação da sinalização Manutenção(rp)	A	1	26.782.0011	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	15.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.93.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	1.000,00
						Recursos Ordinários	
55	1.019 - Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura(tm)	P	1	26.782.0012	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	12.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.71.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	16.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.93.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	5.000,00
						Recursos Ordinários	
Unidade: 06.03 - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem							2.032.534,40
56	1.003 - Pavimentação de Estradas Vicinais Pavimentação com Pedras Irregulares e Asfalto(km)	P	1	26.782.0011	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000	50.000,00
						Transf. de Convênios - Outros	
					4.4.93.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 11/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A							6.206.171,61
Unidade: 06.03 - Departamento Municipal de Estradas e Rodagem							2.032.534,40
57	1.018 - Ampliação do Parque Rodoviário Municipal Equipamentos(un)	P	1	26.782.0011	4,4,93.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	50.000,00
58	2.042 - Conservação de estradas vicinais KMs de Estradas Vicinais(km)	A	1	26.782.0011	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	75.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	400.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0016.000000 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	525.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	585.834,40
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0044.000000 FEP - Fundo Especial do Petróleo	26.800,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0045.000000 CEX - Outras Transf. Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	50.000,00
Unidade: 06.04 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural							1.562.656,40
59	2.047 - Saneamento básico rural Propriedades Rurais(man)	A	1	20.511.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	2.500,00
60	2.048 - Preservação Ambiental Córregos e Sangas(man)	A	1	20.541.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	5.000,00
61	1.024 - Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada Equipamentos(un)	P	1	20.608.0010	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	80.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0024.000000 Transf. de Convênios - Outros	250.000,00
62	2.045 - Patrulha Agrícola Mecanizada Propriedades Rurais(man)	A	1	20.608.0010	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	420.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	548.156,40

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 12/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL							11.597.908,25
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A							6.206.171,61
Unidade: 06.04 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural							1.562.656,40
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	30.000,00
63	2.050 - Fornecimento de sementes e mudas Sementes e adubo(sc)	A	1	20.608.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	70.000,00
64	2.051 - Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários Hora máquina(un)	A	1	20.608.0010	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	150.000,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							5.000,00
Unidade: 99.01 - Reserva de Contingência							5.000,00
65	9.001 - Reserva de Contingência Unidade Monetária(rc)	R	1	99.999.0014	9.9.99.00.00.00.00.00	0.1.0000.000000 Recursos Ordinários	5.000,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL							2.791.991,75
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL							2.791.991,75
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde							2.791.991,75
1	1.007 - Aquisição de veículo para transporte de passageiros Equipamentos(un)	P	1	10.301.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000 Receita de Impostos - ACPs	50.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0071.000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	105.500,00
2	1.008 - Ampliação e Reforma da da Unidade Sanitária de Saúde Edificação(mq)	P	1	10.301.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000 Receita de Impostos - ACPs	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0023.000000 Transf. de Convênios - Educação	3.500,00
3	1.029 - Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde equipamentos para academia(un)	P	1	10.301.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000 Receita de Impostos - ACPs	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0023.000000 Transf. de Convênios - Educação	5.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0071.000000 Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	5.000,00
4	2.021 - Assistência médica - Atenção Básica Pessoas(pac)	A	1	10.301.0008	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000 Receita de Impostos - ACPs	571.997,80
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0164.000000 ESF - ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0264.000000 ACS - ATENÇÃO BÁSICA	74.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0464.000000 PMAQ (RAB-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA	60.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 13/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL							2.791.991,75
Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL							2.791.991,75
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde							2.791.991,75
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0664.000000	80.000,00
						NASF - ATENÇÃO BÁSICA	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	353.137,78
						Receita de Impostos - ACPS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.000000	40.300,00
						Atenção Básica - PAB FIXO	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0264.000000	31.500,00
						ACS - ATENÇÃO BÁSICA	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0364.000000	31.500,00
						SAÚDE BUCAL - ATENÇÃO BÁSICA	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0464.000000	75.310,00
						PMAQ (RAB-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0564.000000	2.200,00
						PSE - ATENÇÃO BÁSICA	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0664.000000	20.500,00
						NASF - ATENÇÃO BÁSICA	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	14.000,00
						Receita de Impostos - ACPS	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0064.000000	40.000,00
						Atenção Básica - PAB FIXO	
5	2.024 - Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde	A	1	10.301.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	34.001,10
	Manutenção da Estrutura(US)					Receita de Impostos - ACPS	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	40.000,00
						Receita de Impostos - ACPS	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0023.000000	105.000,00
						Transf. de Convênios - Educação	
6	2.026 - Manutenção da farmácia básica	A	1	10.301.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	178.215,07
	Pessoas(pac)					Receita de Impostos - ACPS	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0067.000000	27.500,00
						Assistência Farmacêutica Básica União	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0167.000000	2.500,00
						ASSISTENCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO - DIABETE	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0267.000000	12.500,00
						ASSISTENCIA FARMAC. BÁSICA - ESTADO - HIPERTENSOS	
7	2.027 - Manutenção do CIS AMOSC	A	1	10.301.0008	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	12.000,00
	Entidades(c)					Receita de Impostos - ACPS	
					3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	10.000,00
						Receita de Impostos - ACPS	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 14/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/ Detalhamento/ Descrição do Recurso	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SUL BRASIL Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde							2.791.991,75 2.791.991,75 2.791.991,75
8	2.022 - Assistência Hospitalar Pessoas(pac)	A	1	10.302.0008	3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.0464.000000	18.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	PMAQ (RAB-PMAQ-SM) - ATENÇÃO BÁSICA 0.1.0002.000000	5.000,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	158.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	1.000,00
9	2.028 - Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio Pessoas(pac)	A	1	10.302.0008	3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	180.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	44.500,00
10	2.025 - Assistência e Vigilância Sanitária Pessoas(m)	A	1	10.304.0008	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0002.000000	30.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	7.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0066.000000	11.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Piso Estrat. Ger.R. Vig.San Transf. de Rec do SUS 0.1.0166.000000	110,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Inc. Qualif. Dengue Vig.Saúde - Transf. Rec. SUS 0.1.0266.000000	110,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Est. Tec. Vig. Saúde - Trans. Rec. SUS 0.1.0366.000000	110,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Piso Fix. Vig. e Promo. Saúde - Transf. SUS 0.1.0466.000000	16.500,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	Ações Est. Vig. Sanitária - Transf. de Rec. do SUS 0.1.0002.000000	9.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	57.500,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	5.000,00
11	2.023 - Vigilância Epidemiológica Pessoas(m)	A	1	10.305.0008	4.4.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS 0.1.0002.000000	3.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	Receita de Impostos - ACPS	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Relação de Despesas Planejadas

Página: 15/15
 Data: 22/12/2016

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL							
Órgão: 01.00 - CAMARA DE VEREADORES							
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores							
1	2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas Sessões(un)	A	1	01.031.0001	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	540.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	540.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	540.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	390.000,00
							17.000,00
							62.000,00
							41.000,00
2	2.002 - Fiscalização de Atos da Administração Prestação de contas(ms)	A	1	01.032.0001	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.0000.0000000 Recursos Ordinários	30.000,00
Total geral:							14.929.900,00

EDER VAN MARMITT
 Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
 Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
 Sec Resp pela Admin Financeira

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017- SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR FONTES E DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

Página: 1/3

Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		04 - Administração	1.752.700,00
41 - RECEITAS CORRENTES	16.225.030,00	06 - Segurança Pública	31.830,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL	13.985.230,00	08 - Assistência Social	517.350,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA	2.239.800,00	12 - Educação	2.616.571,16
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.210.600,00	13 - Cultura	156.785,48
	-2.210.600,00	15 - Urbanismo	940.730,70
		16 - Habitação	182.000,11
		17 - Saneamento	596.000,00
		20 - Agricultura	2.138.906,40
		22 - Indústria	115.000,00
		24 - Comunicações	7.000,00
		25 - Energia	80.000,00
		26 - Transporte	2.086.534,40
		27 - Desporto e Lazer	255.500,00
		28 - Encargos Especiais	116.000,00
		99 - Reserva de Contingência	5.000,00
Subtotal:	14.014.430,00	Subtotal:	11.597.908,25
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	14.014.430,00	Total:	11.597.908,25

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 2/3
 Data: 22/12/2016

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	915.470,00	10 - Saúde	2.791.991,75
41 - RECEITAS CORRENTES	691.970,00		
42 - RECEITAS DE CAPITAL	223.500,00		
Subtotal:	915.470,00	Subtotal:	2.791.991,75
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Total:	915.470,00	Total:	2.791.991,75

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Página: 3/3
 Data: 22/12/2016

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	540.000,00
			Subtotal: 540.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
	Total: 0,00		Total: 540.000,00

EDER IVAN MARMITT
 Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
 Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
 Sec Resp pela Admin Financeira

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017-ANEXO 6

Página: 1/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO		3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito		0,00	620.500,00	0,00	620.500,00
		0,00	620.500,00	0,00	620.500,00
04	Administração		620.500,00		620.500,00
04.122	Administração Geral		541.500,00		541.500,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		541.500,00		541.500,00
04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		457.000,00		457.000,00
04.122.0002.2.054	Manutenção do Conselho Tutelar		84.500,00		84.500,00
04.124	Controle Interno		79.000,00		79.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		79.000,00		79.000,00
04.124.0002.2.004	Manutenção do Sistema de Controle Interno		79.000,00		79.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	1.164.030,00	116.000,00	1.280.030,00
Unidade: 03.01 Departamento de Administração		0,00	843.330,00	116.000,00	959.330,00
04	Administração		811.500,00		811.500,00
04.122	Administração Geral		811.500,00		811.500,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		670.000,00		670.000,00
04.122.0003.2.005	Gerenciamento Geral do Município		496.750,00		496.750,00
04.122.0003.2.006	Manutenção geral do Patrimônio Público municipal		123.250,00		123.250,00
04.122.0003.2.043	Realização de festividades de emancipação político administrativa		50.000,00		50.000,00
04.122.0005	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO		141.500,00		141.500,00
04.122.0005.2.011	Contribuição às entidades municipalistas		141.500,00		141.500,00
06	Segurança Pública		31.830,00		31.830,00
06.181	Policimento		31.830,00		31.830,00
06.181.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		31.830,00		31.830,00
06.181.0003.2.007	Manutenção dos Conventos de Trânsito e Rádio Patrulha com a SSP/SC e Corpo de Bombeiros		31.830,00		31.830,00
28	Encargos Especiais			116.000,00	116.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			116.000,00	116.000,00
28.846.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS			116.000,00	116.000,00
28.846.0000.0.001	Contribuição para o PASEP			116.000,00	116.000,00
Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda		0,00	320.700,00	0,00	320.700,00
04	Administração		320.700,00		320.700,00
04.123	Administração Financeira		320.700,00		320.700,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		320.700,00		320.700,00
04.123.0004.2.008	Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico		89.000,00		89.000,00
04.123.0004.2.009	Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos		79.700,00		79.700,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/8
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
Unidade: 03.02 Departamento de Fazenda					
04	Administração	3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
04.123	Administração Financeira	0,00	1.164.030,00	116.000,00	1.280.030,00
04.123.0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	320.700,00	0,00	320.700,00
04.123.0004.2.010	Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais		152.000,00		152.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.01 Departamento de Educação					
12	Educação	682.898,15	1.933.673,01	0,00	3.028.856,64
12.306	Alimentação e Nutrição		145.540,00		2.616.571,16
12.306.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		145.540,00		145.540,00
12.306.0006.2.014	Alimentação Escolar		145.540,00		145.540,00
12.361	Ensino Fundamental	139.714,41	145.540,00		145.540,00
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	139.714,41	1.358.633,01		1.498.347,42
12.361.0006.1.010	Aquisição de veículo para o transporte escolar	23.000,00	1.358.633,01		1.498.347,42
12.361.0006.1.028	Ampliação e Reformas de Salas de Aula	116.714,41			23.000,00
12.361.0006.2.012	Manutenção do Ensino Fundamental		846.983,01		116.714,41
12.361.0006.2.013	Transporte Escolar		511.650,00		846.983,01
12.362	Ensino Médio		10.000,00		511.650,00
12.362.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		10.000,00		10.000,00
12.362.0006.2.018	Auxílio a estudantes de nível técnico profissionalizante		10.000,00		10.000,00
12.364	Ensino Superior		61.000,00		61.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		61.000,00		61.000,00
12.364.0006.2.017	Auxílio a Universitários		61.000,00		61.000,00
12.365	Educação Infantil	543.183,74	274.000,00		817.183,74
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	543.183,74	274.000,00		817.183,74
12.365.0006.1.011	Manutenção da Creche				543.183,74
12.365.0006.2.015	Ensino Infantil				274.000,00
12.367	Educação Especial		84.500,00		84.500,00
12.367.0006	EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		84.500,00		84.500,00
12.367.0006.2.016	Ensino Especial		84.500,00		84.500,00

Página: 3/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES					
Unidade: 04.02 Departamento de Esportes					
27	Desporto e Lazer	3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
27.812	Desporto Comunitário	803.183,63	2.225.673,01	0,00	3.028.856,64
27.812.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	51.000,00	204.500,00	0,00	255.500,00
27.812.0007.1.026	Construção de Dependências Esportivas Interior	51.000,00	204.500,00		255.500,00
27.812.0007.2.019	Eventos, atividades esportivas e lazer	51.000,00	204.500,00		51.000,00
Unidade: 04.03 Departamento de Cultura					
13	Cultura	69.285,48	87.500,00	0,00	156.785,48
13.392	Difusão Cultural	69.285,48	87.500,00		156.785,48
13.392.0007	ESPORTE, CULTURA E LAZER	69.285,48	87.500,00		156.785,48
13.392.0007.1.012	Construção e Mobiliário de Centro de Eventos	69.285,48	87.500,00		156.785,48
13.392.0007.2.020	Atividades Culturais	69.285,48	87.500,00		87.500,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL					
Unidade: 05.02 Fundo Municipal de Assistência Social					
08	Assistência Social	4.000,00	453.350,00	0,00	457.350,00
08.241	Assistência ao Idoso	4.000,00	431.350,00	0,00	435.350,00
08.241.0009	MUNICIPE ASSISTIDO				
08.241.0009.2.030	Atendimento a Terceira Idade				
08.244	Assistência Comunitária				
08.244.0009	MUNICIPE ASSISTIDO				
08.244.0009.1.027	Aquisição de veículo	4.000,00	354.350,00		358.350,00
08.244.0009.2.031	Assistência Comunitária	4.000,00	354.350,00		358.350,00
08.244.0009.2.033	Atendimento ao Programa PAIF/IGD	4.000,00			4.000,00
08.244.0009.2.053	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social		22.000,00		22.000,00
Unidade: 05.03 Fundo Municipal para a Infância e Adolescência					
08	Assistência Social	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		22.000,00		22.000,00
08.243.0009	MUNICIPE ASSISTIDO		22.000,00		22.000,00
08.243.0009.2.029	Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e Adolescente		10.000,00		10.000,00
08.243.0009.2.034	Atendimentos, socorros e emergência envolvendo menores		12.000,00		12.000,00

Página: 4/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 06.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A	3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
Unidade: 06.01	Departamento de Agricultura	2.343.400,81	3.862.770,80	0,00	6.206.171,61
		108.500,00	467.750,00	0,00	576.250,00
20	Agricultura	108.500,00	467.750,00		576.250,00
20.606	Extensão Rural		451.500,00		451.500,00
20.606.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		451.500,00		451.500,00
20.606.0010.2.044	Programas de melhoramento genético		114.000,00		114.000,00
20.606.0010.2.049	Assistência Técnica		337.500,00		337.500,00
20.609	Defesa Agropecuária	7.500,00	16.250,00		23.750,00
20.609.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7.500,00	16.250,00		23.750,00
20.609.0010.1.005	Construção e Equipamentos Abatedouro de Frangos	7.500,00			7.500,00
20.609.0010.2.046	Manutenção do abatedouro municipal e indústria de queijos	101.000,00	16.250,00		16.250,00
20.661	Promoção Industrial	101.000,00			101.000,00
20.661.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	101.000,00			101.000,00
20.661.0010.1.006	Equipamentos para agroindústrias e grupos de agricultores	101.000,00			101.000,00
Unidade: 06.02	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	1.229.900,81	804.830,00	0,00	2.034.730,81
08	Assistência Social	60.000,00			60.000,00
08.244	Assistência Comunitária	60.000,00			60.000,00
08.244.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	60.000,00			60.000,00
08.244.0012.1.023	Construção de Casa Mortuária	60.000,00			60.000,00
15	Urbanismo	551.900,70	388.830,00		940.730,70
15.451	Infra-Estrutura Urbana	135.000,00			135.000,00
15.451.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	135.000,00			135.000,00
15.451.0012.1.020	Construção de Passeios Públicos	135.000,00			135.000,00
15.452	Serviços Urbanos		388.830,00		388.830,00
15.452.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		388.830,00		388.830,00
15.452.0012.2.035	Manutenção de ruas, passeios e praças públicas		278.830,00		278.830,00
15.452.0012.2.038	Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário		100.000,00		100.000,00
15.452.0012.2.040	Manutenção dos cemitérios públicos		10.000,00		10.000,00
15.782	Transporte Rodoviário	416.900,70			416.900,70
15.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	416.900,70			416.900,70
15.782.0012.1.004	Pavimentação de vias urbanas	416.900,70			416.900,70
16	Habitação	182.000,11			182.000,11
16.481	Habitação Rural	5.000,00			5.000,00
16.481.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	5.000,00			5.000,00
16.481.0013.1.002	Habitações Populares Rurais	5.000,00			5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 5/8
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A					
Unidade: 06.02 Departamento de Obras e Serviços Urbanos					
16	Habitação	3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
16.482	Habitação Urbana	2.343.400,81	3.862.770,80	0,00	6.206.171,61
16.482.0013	HABITAÇÃO PARA SULBRASILENSES	1.229.900,81	804.830,00	0,00	2.034.730,81
16.482.0013.1.001	Habitações Populares Urbanas e Loteamentos Populares				
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano	182.000,11			182.000,11
17.512.0011	TRANSPORTES E OBRAS	177.000,11			177.000,11
17.512.0011.1.015	Manutenção e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário	177.000,11			177.000,11
17.544	Recursos Hídricos				
17.544.0011	TRANSPORTES E OBRAS	281.000,00	315.000,00		596.000,00
17.544.0011.1.014	Ampliação de rede de captação e distribuição de água	241.000,00			241.000,00
17.544.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	241.000,00			241.000,00
17.544.0012.2.037	Manutenção do sistema municipal de distribuição de água	40.000,00	315.000,00		355.000,00
22	Indústria	40.000,00			40.000,00
22.661	Promoção Industrial				
22.661.0011	TRANSPORTES E OBRAS	115.000,00			115.000,00
22.661.0011.1.016	Ampliação de programa de geração de emprego e renda	115.000,00			115.000,00
24	Comunicações	115.000,00			115.000,00
24.722	Telecomunicações	2.000,00	5.000,00		7.000,00
24.722.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA	2.000,00	5.000,00		7.000,00
24.722.0012.1.025	Implantação Programa Cidade Digital	2.000,00	5.000,00		7.000,00
24.722.0012.2.036	Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Telefonia Rural	2.000,00			2.000,00
25	Energia				
25.752	Energia Elétrica		5.000,00		5.000,00
25.752.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		80.000,00		80.000,00
25.752.0012.2.039	Manutenção e melhorias da iluminação pública		80.000,00		80.000,00
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário	38.000,00	16.000,00		54.000,00
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS	38.000,00	16.000,00		54.000,00
26.782.0011.2.041	Manutenção e conservação da sinalização		16.000,00		16.000,00
26.782.0012	URBANISMO - CIDADE BONITA		16.000,00		16.000,00
26.782.0012.1.019	Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra-Estrutura	38.000,00			38.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/8
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE SUL BRASIL					
Órgão: 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA, OBRAS, TRANSP. E MEIO A					
Unidade: 06.03 Departamento Municipal de Estradas e Rodagem		3150584,44	8.326.323,81	116.000,00	11.597.908,25
		2.343.400,81	3.862.770,80	0,00	6.206.171,61
		675.000,00	1.357.534,40	0,00	2.032.534,40
26	Transporte	675.000,00	1.357.534,40		2.032.534,40
26.782	Transporte Rodoviário	675.000,00	1.357.534,40		2.032.534,40
26.782.0011	TRANSPORTES E OBRAS	675.000,00	1.357.534,40		2.032.534,40
26.782.0011.1.003	Pavimentação de Estradas Vicinais	200.000,00			200.000,00
26.782.0011.1.018	Ampliação do Parque Rodoviário Municipal	475.000,00			475.000,00
26.782.0011.2.042	Conservação de estradas vicinais		1.357.534,40		1.357.534,40
Unidade: 06.04 Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural					
		330.000,00	1.232.656,40	0,00	1.562.656,40
20	Agricultura	330.000,00	1.232.656,40		1.562.656,40
20.511	Saneamento Básico Rural		4.500,00		4.500,00
20.511.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		4.500,00		4.500,00
20.511.0010.2.047	Saneamento básico rural		4.500,00		4.500,00
20.541	Preservação e Conservação Ambiental		10.000,00		10.000,00
20.541.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		10.000,00		10.000,00
20.541.0010.2.048	Preservação Ambiental		10.000,00		10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	330.000,00	1.218.156,40		1.548.156,40
20.608.0010	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	330.000,00	1.218.156,40		1.548.156,40
20.608.0010.1.024	Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada				330.000,00
20.608.0010.2.045	Patrulha Agrícola Mecanizada		998.156,40		998.156,40
20.608.0010.2.050	Fornecimento de sementes e mudas		70.000,00		70.000,00
20.608.0010.2.051	Incentivo a hora máquina para empreendimentos agropecuários		150.000,00		150.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 99.01 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	5.000,00
		0,00	0,00	0,00	5.000,00
99	Reserva de Contingência				5.000,00
99.999	Reserva de Contingência				5.000,00
99.999.0014	RESERVA DE CONTINGENCIA				5.000,00
99.999.0014.9.001	Reserva de Contingência				5.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/8
 Data: 22/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUL BRASIL					
Órgão: 05.00	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	179.000,00	2.612.991,75	0,00	2.791.991,75
Unidade: 05.01	Fundo Municipal de Saúde	179.000,00	2.612.991,75	0,00	2.791.991,75
10	Saúde	179.000,00	2.612.991,75		2.791.991,75
10.301	Atenção Básica	179.000,00	2.097.161,75		2.276.161,75
10.301.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL	179.000,00	2.097.161,75		2.276.161,75
10.301.0008.1.007	Aquisição de veículo para transporte de passageiros	155.500,00			155.500,00
10.301.0008.1.008	Ampliação e Reforma da Unidade Sanitária de Saúde	8.500,00			8.500,00
10.301.0008.1.029	Ampliação e Aquisição de Equipamentos para Academia de Saúde	15.000,00			15.000,00
10.301.0008.2.021	Assistência médica - Atenção Básica		1.494.445,58		1.494.445,58
10.301.0008.2.024	Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde		179.001,10		179.001,10
10.301.0008.2.026	Manutenção da farmácia básica		220.715,07		220.715,07
10.301.0008.2.027	Manutenção do CIS AMOSC		203.000,00		203.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		375.500,00		375.500,00
10.302.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		375.500,00		375.500,00
10.302.0008.2.022	Assistência Hospitalar		181.000,00		181.000,00
10.302.0008.2.028	Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicílio		194.500,00		194.500,00
10.304	Vigilância Sanitária		74.830,00		74.830,00
10.304.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		74.830,00		74.830,00
10.304.0008.2.025	Assistência e Vigilância Sanitária		74.830,00		74.830,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		65.500,00		65.500,00
10.305.0008	MUNICIPIO SAUDÁVEL		65.500,00		65.500,00
10.305.0008.2.023	Vigilância Epidemiológica		65.500,00		65.500,00
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL					
Órgão: 01.00	CAMARA DE VEREADORES	0	540.000,00	0,00	540.000,00
Unidade: 01.01	Câmara de Vereadores	0,00	540.000,00	0,00	540.000,00
01	Legislativa		540.000,00		540.000,00
01.031	Ação Legislativa		510.000,00		510.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		510.000,00		510.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades Legislativas		510.000,00		510.000,00

Página: 8/8
Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL					
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES		0	540.000,00	0,00	540.000,00
Unidade: 01.01 Câmara de Vereadores		0,00	540.000,00	0,00	540.000,00
		0,00	540.000,00	0,00	540.000,00
01	Legislativa		540.000,00		540.000,00
01.032	Controle Externo		30.000,00		30.000,00
01.032.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		30.000,00		30.000,00
01.032.0001.2.002	Fiscalização de Atos da Administração		30.000,00		30.000,00
Total geral:					14.929.900,00

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financieira

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1.113/2016 LOA 2017-DEMONSTRATIVO DA RECEITA E PLANO DE APLICAÇÃO DOS FUNDOS ESPECIAIS**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

Data: 22/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE SUL BRASIL			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS CORRENTES	13.985.230,00	PROGRAMA: 0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	116.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	2.239.800,00	PROJETO/ATIVIDADE	
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.210.600,00	0001 Contribuição para o PASEP	116.000,00
		PROGRAMA: 0002 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	620.500,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2003 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria	457.000,00
		2004 Manutenção do Sistema de Controle Interno	79.000,00
		2054 Manutenção do Conselho Tutelar	84.500,00
		PROGRAMA: 0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	701.830,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2005 Gerenciamento Geral do Município	496.750,00
		2006 Manutenção geral do Patrimônio Público municipal	123.250,00
		2007 Manutenção dos Convênios de Trânsito e Rádio F	31.830,00
		2043 Realização de festividades de emancipação polític	50.000,00
		PROGRAMA: 0004 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	320.700,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2008 Controle do Cadastro Imobiliário e Econômico	89.000,00
		2009 Arrecadação, Pagamentos e Arquivamentos	79.700,00
		2010 Registro dos Atos Financeiros, Orçamentários e F	152.000,00
		PROGRAMA: 0005 - FORTALECIMENTO DO MUNICIPAL	141.500,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2011 Contribuição às entidades municipalistas	141.500,00
		PROGRAMA: 0006 - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIM	2.616.571,16
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1010 Aquisição de veículo para o transporte escolar	23.000,00
		1011 Manutenção da Creche	543.183,74
		1028 Ampliação e Reformas de Salas de Aula	116.714,41
		2012 Manutenção do Ensino Fundamental	846.983,01
		2013 Transporte Escolar	511.650,00
		2014 Alimentação Escolar	145.540,00
		2015 Ensino Infantil	274.000,00
		2016 Ensino Especial	84.500,00
		2017 Auxílio a Universitários	61.000,00
		2018 Auxílio a estudantes de nível técnico profissionaliz	10.000,00
		PROGRAMA: 0007 - ESPORTE, CULTURA E LAZER	412.285,48
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1012 Construção e Mobiliário de Centro de Eventos	69.285,48
		1026 Construção de Dependências Esportivas Interior	51.000,00
		2019 Eventos, atividades esportivas e lazer	204.500,00
		2020 Atividades Culturais	87.500,00
		PROGRAMA: 0009 - MUNICIPE ASSISTIDO	457.350,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1027 Aquisição de veículo	4.000,00
		2029 Atendimento ao disposto no estatuto da Criança e	10.000,00
		2030 Atendimento a Terceira Idade	77.000,00
		2031 Assistência Comunitária	22.000,00
		2033 Atendimento ao Programa PAIF/IGD	209.850,00
		2034 Atendimentos, socorros e emergência envolvendo	12.000,00
		2053 Manutenção do Fundo Municipal da Assistência S	122.500,00
		PROGRAMA: 0010 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.138.906,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1005 Construção e Equipamentos Abatedouro de Frang	7.500,00
		1006 Equipamentos para agroindústrias e grupos de aç	101.000,00
		1024 Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada	330.000,00
		2044 Programas de melhoramento genético	114.000,00
		2045 Patrulha Agrícola Mecanizada	998.156,40

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

Data: 22/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
		PROGRAMA: 0010 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	2.138.906,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2046 Manutenção do abatedouro municipal e indústria	16.250,00
		2047 Saneamento básico rural	4.500,00
		2048 Preservação Ambiental	10.000,00
		2049 Assistência Técnica	337.500,00
		2050 Fornecimento de sementes e mudas	70.000,00
		2051 Incentivo a hora máquina para empreendimentos	150.000,00
		PROGRAMA: 0011 - TRANSPORTES E OBRAS	2.444.534,40
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1003 Pavimentação de Estradas Vicinais	200.000,00
		1014 Ampliação de rede de captação e distribuição de	40.000,00
		1015 Manutenção e Ampliação de Rede de captação e	241.000,00
		1016 Ampliação de programa de geração de emprego e	115.000,00
		1018 Ampliação do Parque Rodoviário Municipal	475.000,00
		2041 Manutenção e conservação da sinalização	16.000,00
		2042 Conservação de estradas vicinais	1.357.534,40
		PROGRAMA: 0012 - URBANISMO - CIDADE BONITA	1.440.730,70
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1004 Pavimentação de vias urbanas	416.900,70
		1019 Participação no Consórcio Inter Municipal de Infra	38.000,00
		1020 Construção de Passeios Públicos	135.000,00
		1023 Construção de Casa Mortuária	60.000,00
		1025 Implantação Programa Cidade Digital	2.000,00
		2035 Manutenção de ruas, passeios e praças públicas	278.830,00
		2036 Manutenção das repetidoras de sinais de TV e Te	5.000,00
		2037 Manutenção do sistema municipal de distribuição	315.000,00
		2038 Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e e	100.000,00
		2039 Manutenção e melhorias da iluminação pública	80.000,00
		2040 Manutenção dos cemitérios públicos	10.000,00
		PROGRAMA: 0013 - HABITAÇÃO PARA SULBRASILENS	182.000,11
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1001 Habitações Populares Urbanas e Loteamentos P	177.000,11
		1002 Habitações Populares Rurais	5.000,00
		PROGRAMA: 0014 - RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		9001 Reserva de Contingência	5.000,00
SUBTOTAL	14.014.430,00	SUBTOTAL	11.597.908,25
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	14.014.430,00	TOTAL	11.597.908,25

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

[illegible]

Página: 4/4

Data: 22/12/2016

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUL BRASIL

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SUL BRASIL			
PROGRAMA: 0001 - PROCESSO LEGISLATIVO			
PROJETO/ATIVIDADE			
		2001 Manutenção das Atividades Legislativas	510.000,00
		2002 Fiscalização de Atos da Administração	30.000,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	540.000,00
		Tranferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	540.000,00

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

JOÃO PAULO GUBERT
Sec Resp pela Admin Financeira

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 026-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado segundo termo aditivo para prorrogação de prazo contratual referente o contrato nº. 026/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de construção civil para execução do projeto de construção do Salão da Linha Nova – Etapa I.

TIGRINHOS/SC, em 29 de Dezembro de 2016.
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 028-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado terceiro termo aditivo para supressão/adição de valores referente o contrato nº. 028/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de construção civil para execução do projeto de construção de um espaço multiuso anexo ao centro de idosos Sagrado Coração de Jesus.

TIGRINHOS/SC, em 29 de Dezembro de 2016.
RUDIMAR FRANSCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 98 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 98/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de gasolina aditivada, óleo diesel S-10 e óleo diesel comum (S500) destinados ao abastecimento da Frota Municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2017.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Posto Fratelli Ltda; Rudipel Rudnick Petroleo Ltda e Auto Posto das Nacoes Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.509.576,50 (dois milhões, quinhentos e nove mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2017

Timbó, 30/12/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10.2015 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO – SAMAE.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 10/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE.

CONTRATADO: Led 21 Importadora e Exportadora Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 350 fardos ao item 01 (embalagem de polietileno reciclado, destinada à coleta seletiva de resíduos sólidos. material: polietileno reciclado de aparas industriais; cor: cinza esverdeado; logomarca SAMAE Timbó; medidas: 70cm largura x 108cm comprimento x 0,10 espessura. Fardo com 200 embalagens.)

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2016.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos destinados à distribuição aos usuários do Serviço Municipal de Saúde e consumo interno das Unidades de Saúde e Policlínica de Referência.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Prati, Donaduzzi & Cia Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar Ltda; Aglon Com. Repr. Ltda; Centermedi-Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Licimed Distribuidora Medicamentos Correlatos e Produtos Medicos Hospitalares Ltda; Dimaci SC Material Cirurgico Ltda; Ciamed - Distr. Medicamentos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Repr. Comerciais Ltda; Cristalia Produtos Quimicos Farmaceuticos Ltda; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda; La Dalla Porta Junior; Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda; Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda; Cirurgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares Ltda; Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda e KFMed Distribuidora de Medicamentos Ltda – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 817.531,84 (oitocentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/06/2017

Timbó, 29/06/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.642 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.642 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RATIFICA O DECRETO Nº 4.468 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015 – APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE SAMIR EL-KOUBA, SITUADO NO BAIRRO VILA NOVA, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor do Decreto nº 4.468 de 12 de fevereiro de 2015, que aprovou a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Samir El-Kouba, localizado na esquina formada pelas Ruas João Batista Pacheco e Vitorino Ferreira, bairro Vila Nova, Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 6.219 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 553,12 m² (quinhentos e cinquenta e três metros e doze centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes.

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski
Ouvidor

DECRETO Nº 4.643 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.643 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

RATIFICA O DECRETO Nº 4.472 DE 09 DE MARÇO DE 2015 – APROVA PLANTA DE UNIFICAÇÃO DE ÁREAS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DE ARTUR OLSEN JÚNIOR E LOURDES TODT OLSEN, SITUADO NO BAIRRO CENTRO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor do Decreto nº 4.472 de 09 de março de 2015, que aprovou a planta de unificação de áreas dos imóveis de propriedade de Artur Olsen Júnior e Lourdes Todt Olsen, localizada na Rua Roberto Olsen, Bairro Centro, Três Barras – SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob os nos 4.018, 6.000 e 14.878 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel passa a ser de 1.800,00 m² (hum mil e

oitocentos metros quadrados).

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski
Ouvidor

DECRETO Nº 4.644 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.644 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE FABIANA PROTSCH ADRIANO E MARCELO JOSÉ ADRIANO, SITUADO NO BAIRRO KM 2, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Fabiana Protsch Adriano e Marcelo José Adriano, localizado na Rua Miguel Horski, Bairro Km 2, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 34.809 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 753,00 m² (setecentos e cinquenta e três metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote nº 01-A, com a seguinte descrição: De formato triangular, confrontando pela frente com a Rua Miguel Horski, na extensão de 34,46 metros lineares; pelo lado direito para quem olha o imóvel com o Lote 01-B, na extensão de 23,78 metros lineares; e pelo lado esquerdo na mesma posição, com terras de Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda, na extensão de 42,00 metros lineares, encerrando uma área de 376,50 m² (trezentos e setenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados).

II – Lote nº 01-B, com a seguinte descrição: De formato paralelogramo, confrontando pela frente com a Rua Miguel Horski, na extensão de 13,00 metros; pelo lado direito para quem olha o imóvel, com terras de Leonides Guimarães Gomes e Jeane Terezinha Adriano Gomes (lote 02), na extensão de 34,56 metros lineares; pelo lado esquerdo na mesma posição com o lote nº 01-A, na extensão de 23,78 metros lineares e pelos fundos com terras de Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda, na extensão de 15,85 metros lineares, encerrando uma área de 376,50 m² (trezentos e setenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski
Ouvidor

DECRETO Nº 4.645 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.645 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE VANIA TEREZINHA RIBEIRO VITONSKI METKA, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Vania Terezinha Ribeiro Vitonski Metka, localizado na Rua Vereador Ricardo de Oliveira, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 20.399 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 727,00 m² (setecentos e vinte e sete metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01 com 457,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Vereador Ricardo de Oliveira, se encontra: à Frente, com a Rua Vereador Ricardo de Oliveira na extensão de 16,20 metros; aos Fundos, com o Lote nº 02 na extensão de 15,00 metros; ao Lado Direito, com terras pertencentes a Valdemar Vitonski na extensão de 26,50 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Argemiro Alenir Schiessl na extensão de 34,50 metros e com terras pertencentes a Rodrigo Franco na extensão de 3,00 metros.

II – Lote 02 com 270,00 m², com a seguinte descrição: Para quem da Rua Júlio Porfírio, se encontra: à Frente, com a Rua Júlio Porfírio na extensão de 15,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01 na extensão de 15,00 metros; ao Lado Direito, com terras pertencentes a Rodrigo Franco na extensão de 15,00 metros e com terras pertencentes a Argemiro Alenir Schiessl na extensão de 3,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com terras pertencentes a Valdemar Vitonski na extensão de 18,00 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski
Ouvidor

DECRETO Nº 4.646 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.646 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE JOÃO HOPPE, SITUADO NA RUA ADÃO SANTARÉM, DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de João Hoppe, localizado na Rua Adão Santarém, Distrito de São Cristóvão, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 39.490 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 22.761,44 m² (vinte e dois mil e setecentos e sessenta e um metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), subdividido em 15 (quinze) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote nº 08-A, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – do ponto 0 ao ponto 01 com a Rua Adão Santarém na extensão de 14,00 metros; do ponto 02 ao ponto 03 na extensão de 88,00 m sendo com o lote nº 08-I na extensão de 11,50 m, com o lote 08-J na extensão de 11,50 m, com o lote nº 08-K na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-L na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-M na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-N na extensão de 11,50 m e com o lote nº 08-O na extensão de 19,00 m; do ponto 08 ao ponto 09 com o lote nº 9 de Ronaldo Sifrido Krüger e sua mulher Norma Ilga Huhn Krüger na extensão de 72,10 metros e do ponto 10 ao ponto 11 na extensão de 88,00 m sendo com o lote nº 08-B na extensão de 19,00 m, com o lote 08-C na extensão de 11,50 m, com o lote nº 08-D na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-E na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-F na extensão de 11,50 m com o lote nº 08-G na extensão de 11,50 m e com o lote nº 08-H na extensão de 11,50 m; Fundos – do ponto 04 ao ponto 05 com o lote nº 07 de Wilson Waldemar Krüger e sua mulher Lidia Heuko Krüger na extensão de 95,00 metros e Do ponto 06 ao ponto 07 com o loteamento São Francisco de Ivan de Paula e Silva na extensão de 167,10 metros; Lado direito – do ponto 01 ao ponto 02 com o lote nº 08-I na extensão de 21,75 metros, Do ponto 03 ao ponto 04 com o lote nº 06 de Romilda Maristela Krüger na extensão de 10,00 metros e Do ponto 05 ao ponto 06 com o lote nº 07 de Wilson Waldemar Krüger e sua mulher Lidia Heuko Krüger na extensão de 133,43 metros; Lado esquerdo – Do ponto 07 ao ponto 08 com o canal de vazão do Rio Canoinhas na extensão de 35,00 metros. Do ponto 09 ao ponto 10 com o lote nº 09 de Ronaldo Sifrido Krüger e sua mulher Ilga Huhn Kruger na extensão de 138,38 metros e Do ponto 11 ao ponto 0 com o lote nº 08-H na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 18.933,50 m² (dezoito mil e novecentos e trinta e três metros e cinquenta centímetros quadrados).

II – Lote nº 08-B, com a seguinte descrição: Com as seguintes

confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-C na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 9 de Ronaldo Sifrido Krüger e sua mulher Norma Ilga Huhn Krüger na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 443,25 m² (quatrocentos e quarenta e três metros e vinte e cinco centímetros quadrados).

III – Lote nº 08-C, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-D na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-B na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

IV – Lote nº 08-D, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-E na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-C na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

V – Lote nº 08-E, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-F na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-D na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

VI – Lote nº 08-F, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-G na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-E na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

VII – Lote nº 08-G, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,50 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,50 metros, Lado direito – com o lote nº 08-H na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-F na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

VIII – Lote nº 08-H, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-A na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-G na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

IX – Lote nº 08-I, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-J na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-A na extensão de 21,75 metros, totalizando

uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

X – Lote nº 08-J, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-K na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-I na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

XI – Lote nº 08-K, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-L na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-J na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

XII – Lote nº 08-L, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-M na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-K na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

XIII – Lote nº 08-M, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-N na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-L na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

XIV – Lote nº 08-N, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 11,75 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 11,75 metros, Lado direito – com o lote nº 08-O na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-M na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 250,12 m² (duzentos e cinquenta metros e doze centímetros quadrados).

XV – Lote nº 08-O, com a seguinte descrição: Com as seguintes confrontações para quem da Rua Adão Santarém se encontra: Frente – com a Rua Adão Santarém na extensão de 19,00 metros, Fundos – com o lote nº 08-A na extensão de 19,00 metros, Lado direito – com o lote nº 06 de Romilda Maristela Krüger na extensão de 21,75 metros e Lado esquerdo – com o lote nº 08-N na extensão de 21,75 metros, totalizando uma área de 413,25 m² (quatrocentos e treze metros e vinte e cinco centímetros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski

Ouvidor

DECRETO Nº 4.647 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.647 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE MARCOS CESAR KONOPKA, MIRIAN CRISTINA ZANCHETIN KONOPKA, JOSÉ HONÓRIO ZANCHETIN E MARIA VIRGINIA ZANCHETIN, SITUADO NA RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI, BAIRRO KM 2, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Marcos Cesar Konopka, Mirian Cristina Zanchetin Konopka, José Honório Zanchetin e Maria Virginia Zanchetin, localizado na Rua Vereador Augustinho Kornatzki, Bairro Km 2, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 37.621 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 2.283,35 m² (dois mil e duzentos e oitenta e três metros e trinta e cinco centímetros quadrados), subdividido em 03 (três) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Área A - Lote nº 1, com a seguinte descrição: O terreno urbano com área de 559,82m² (quinhentos e cinquenta e nove metros quadrados e oitenta e dois decímetros quadrados), situado no bairro KM 2, município de Três Barras, comarca de Canoinhas, estado de Santa Catarina, na esquina formada pela RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI e RUA ALEXANDRE ADUR, fazendo frente para a mencionada RUA ALEXANDRE ADUR, devidamente demarcado dentro das seguintes confrontações: - Inicia-se no marco denominado PONTO 0 na esquina formada pela RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI e RUA ALEXANDRE ADUR, confrontando com a RUA ALEXANDRE ADUR, à uma distância de 79,95 metros até o PONTO 1, então faz ângulo à esquerda e segue confrontando com a RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, à uma distância de 11,33 metros até o PONTO 2, então faz ângulo à esquerda e segue confrontando com propriedades de Emílio Kelcheski, à uma distância de 19,50 metros até o PONTO 3, então segue em linha reta confrontando com propriedades de Waldemar Kelcheski, à uma distância de 16,00 metros até o PONTO 4, então segue em linha reta confrontando com propriedades de Ilíbio Ferreira, à uma distância de 44,00 metros até o PONTO 5, totalizando 79,50 metros a distância do PONTO 2 ao PONTO 5, então faz ângulo à esquerda e segue confrontando com a RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI, à uma distância de 2,78 metros até o PONTO 0, início da descrição, fechando assim o perímetro de 173,56 metros.

II – Área B - Lote nº 2, com a seguinte descrição: O terreno urbano com área de 253,64m² (duzentos e cinquenta e três metros quadrados e sessenta e quatro decímetros quadrados), situado no bairro KM 2, município de Três Barras, comarca de Canoinhas, estado de Santa Catarina, na esquina formada pela RUA ALEXANDRE ADUR e RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, fazendo frente para a mencionada RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, devidamente demarcado dentro

das seguintes confrontações: - Inicia-se no marco denominado PONTO 0 na esquina formada pela RUA ALEXANDRE ADUR e RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, confrontando com a RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, à uma distância de 12,69 metros até o PONTO 1, então faz ângulo à direita e segue confrontando com propriedades de Aleixo Sudoski, à uma distância de 19,50 metros até o PONTO 2, então faz ângulo à direita e segue confrontando com propriedades de Mitra Diocesana de Caçador, à uma distância de 14,00 metros até o PONTO 3, então faz ângulo à direita e segue confrontando com a RUA ALEXANDRE ADUR, à uma distância de 18,56 metros até o PONTO 0, início da descrição, fechando assim o perímetro de 64,75 metros.

III – Área C - Lote nº 3, com a seguinte descrição: O terreno urbano com área de 1.469,89m² (um mil, quatrocentos e sessenta e nove metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados), situado no bairro KM 2, município de Três Barras, comarca de Canoinhas, estado de Santa Catarina, na esquina formada pela RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI e RUA ALEXANDRE ADUR, fazendo frente para a mencionada RUA ALEXANDRE ADUR, devidamente demarcado dentro das seguintes confrontações: - Inicia-se no marco denominado PONTO 0 na esquina formada pela RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI e RUA ALEXANDRE ADUR, confrontando com a RUA ALEXANDRE ADUR, à uma distância de 81,95 metros até o PONTO 1, então faz ângulo à direita e segue confrontando com a RUA JOÃO MANOEL SARDÁ, à uma distância de 3,53 metros até o PONTO 2, então faz ângulo à direita e segue confrontando com propriedades de Antonio Luiz, à uma distância de 10,85 metros até o PONTO 3, então faz ângulo à esquerda e segue confrontando com propriedades de Antonio Luiz, à uma distância de 14,50 metros até o PONTO 4, então faz ângulo à direita e segue confrontando com propriedades de Jorge Pinto da Silva, à uma distância de 72,50 metros até o PONTO 5, então faz ângulo à direita e segue confrontando com a RUA VEREADOR AUGUSTINHO KORNATZKI, à uma distância de 21,15 metros até o PONTO 0, início da descrição, fechando assim o perímetro de 204,48 metros.

Parágrafo Único: O teor do determinado no Decreto Nº 3.721 de 14 de maio de 2010, com redação dada pelo decreto Nº 4.631 de 04 de novembro de 2016, foi declarada bem público de uso comum do povo a área de 1.716,65 (um mil e setecentos e dezesseis metros e sessenta e cinco centímetros quadrados).

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski

Ouvidor

DECRETO Nº 4.648 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.648 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE ROSELI SCHIMIDT STUHLER DEMBINSKI, ISMAEL DEMBINSKI, LUZIA FRANCIANE FLORES NUNES E FERNANDO TOMELIN NUNES, SITUADO NA RUA SÉRGIO OLCHA DA SILVA, BAIRRO JOÃO PAULO II, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de unificação para efeito de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Roseli Schmidt Stuhler Dembinski, Ismael Dembinski, Luzia Franciane Flores Nunes e Fernando Tomelin Nunes, localizado na Rua Sérgio Olcha da Silva, Bairro João Paulo II, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 31.071 e 31.072 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote nº 08 (Matrícula nº 31.072), com a seguinte descrição: De quem da Rua Sérgio da Silva Olcha no Bairro João Paulo II se encontra: Numa distância de 17,50 metros da esquina das Ruas Boleslau Polanski e Sérgio da Silva Olcha, Frente – Rua Sérgio da Silva Olcha na extensão de 22,50 metros, Fundos–com terras da Transportadora Ladema na extensão de 22,50 metros, Lado direito – com terras de Eduardo Matias na extensão de 20,00 metros, Lado esquerdo – com o lote a ser desmembrado, com área de 100,00 m² na extensão de 20,00 metros.

II – Lote nº 07 (Matrícula nº 31.071), com a seguinte descrição: Para de quem da Rua Sérgio da Silva Olcha se encontra: Situado na Rua Sérgio da Silva Olcha na esquina com a Rua Boleslau Polanski, no Bairro João Paulo II; Frente – Rua Sérgio da Silva Olcha na extensão de 17,50 metros, Fundos–com terras da Transportadora Ladema na extensão de 17,50 metros, Lado direito – com a área desmembrada de 450,00 m² (lote nº 08) na extensão de 20,00 metros, Lado esquerdo – com a Rua Boleslau Polanski na extensão de 20,00 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existente.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski
Ouvidor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034/2016

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Encoplac Engenharia, Construção e Planejamento Canoinhas Ltda - CNPJ sob o nº 78.826.567/0001-09.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 034/2016, suprimindo o valor de R\$ 578,42 (quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos), pela não utilização de materiais, conforme planilha em anexo elaborada pelo Setor de Engenharia.

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 29 de dezembro de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 103/2016

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 010/2014

DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório nº 59/2014

Modalidade: "Concorrência Pública"

Termo Aditivo nº 103/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. ELOI JOSE QUEGE, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa CONSTRUTORA IC LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 85.248.920/0001-86, estabelecida na cidade de TRÊS BARRAS – SC, na ROD BR 280 – KM 200, na Localidade São João dos Cavalheiros, s/n, Zona Rural, representada neste ato por seu Sócio Gerente SR. ISRAEL NUNES CAVALHEIRO, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e acordado o objeto deste Termo Aditivo, conforme prevê a Lei de Licitações nº. 8.666/93 e Lei nº. 8.883/94 e pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA BASE LEGAL:

1.1 - A assinatura do presente termo está amparada pelo inciso §1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alterada pela Lei nº 8.883/1994.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Considerando que no decorrer da execução do Contrato o Setor de Engenharia observou a necessidade de serviços extras e aquisição de materiais, para a conclusão da obra conforme planilha elaborada pelo Setor de Engenharia em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO:

3.1 - Altera-se a Cláusula Quinta, Item 01 e 02, do Contrato Principal nº 010/2014 incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços, constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR:

4.1 - O Valor do presente termo será de R\$ 67.649,63 (sessenta e sete mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), a ser pago conforme cronograma físico financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS:

5.1 - Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente

Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, considerando o orçamento vigente.

5.2 - Recursos Financeiros: Próprios do Município;

CLÁUSULA SEXTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1 - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato nº 010/2014, vinculado a contratação de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais com encargos para: construção, sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de mão de obra e materiais necessários a completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do procedimento licitatório, das 03 (três) unidades básica de saúde de acordo com o memorial descritivo, orçamento de construção, cronograma físico financeiro e projeto padrão de arquitetura e projeto estrutural, anexos inseparáveis do procedimento licitatório sendo:

a) Lote 01: a ser executado na Rua Lumber, s/nº, Centro, com área de 456,19 m² (quatrocentos e cinquenta e seis vírgula dezenove metros quadrados);

b) Lote 02: a ser executado na Rua Cyriaco Felício de Souza, s/nº, Bairro Vila Nova, com área de 367,28 m² (trezentos e sessenta e sete vírgula vinte e oito metros quadrados);

E, por estarem assim justos e aditados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo.

Três Barras - SC, em 27 de dezembro de 2016.

Dr. Eloi José Quege Prefeito Municipal CONTRATANTE	Construtora IC LTDA - ME, Sr. Israel Nunes Cavalheiro Contratada
Assessoria Jurídica	
Testemunhas:	
1. _____	2. _____
Cristian Roberto Todt	Marcos Paulo Rafalski

PORTARIA Nº. 849 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº. 849 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

TRANSFERIR a Servidora ISABEL MASSANEIRO LOUREÇO, matrícula 1147.00, das funções que exerce no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria de Saúde, para prestar seus serviços no mesmo cargo, na Secretaria de Administração e Planejamento deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI

Ouvidor

PORTARIA Nº. 850 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº. 850 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o parecer jurídico da data do dia 15 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO, o processo de remoção/lotação/ alteração realizado em 20 de junho de 2016, para vigência 2016/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Altera a carga horaria das seguintes servidoras:

I – GLACIELE MACHADO WACHTEL, matrícula 75779.08, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 25.01.2017;

II – SIMONE ODIA CORDEIRO, matrícula 152617.00, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 25.01.2017;

III – ZELINDA MAZAROVICZ DOMINGOS PINTO, matrícula 75779.08, ocupante do cargo de Professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 25.01.2017;

Art. 2º. Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI

Ouvidor

PORTARIA Nº. 851 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº. 851 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o parecer jurídico da data do dia 15 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO, o teor da portaria;

RESOLVE:

Art. 1º. Revoga a portaria número 343/2016, referente à alteração da carga horária da funcionária Letieri de Souza, matrícula 126292.05, onde a funcionária retorna à carga horaria de 40 (quarenta) horas, a contar de 25.01.2017.

Art. 2º. Está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI

Ouvidor

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2244

DECRETO Nº 2.244/2016 de 26 de dezembro de 2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 7.200,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO INFANTIL

2200 – Ensino Infantil FUNDEB.

Suplementa: (41) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 R\$ 7.200,00

Artigo. 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 26 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

DECRETO 2245

DECRETO Nº 2.245/2016 de 28 de dezembro de 2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 282.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 282.500,00 (duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO FUNDAMENTAL

2202 – Ensino Fundamental FUNDEB.

(54) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0019R\$ 40.000,00

2203 – Ensino Fundamental Próprios

(58) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 225.500,00

(66) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 5.500,00

08 – SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

01 - SERVIÇOS DO TURISMO

2016 – Despesas com programas de Turismo/indústria

(87) 3.3.90.00.00.00.00.00.01. 0000 R\$ 11.500,00

Artigo. 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 28 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

DECRETO 2246

DECRETO Nº 2.246/2016 de 28 de dezembro de 2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 44.158,89 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei, DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 44.158,89 (quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – ENSINO FUNDAMENTAL

2203 – Ensino Fundamental Próprios

Suplementa: (58) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 28.178,50

Anula: (59) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 20.000,00

Anula: (60) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 8.178,50

05 – ENSINO ESPECIAL

2026 – Despesas com APAE

Suplementa: (75) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 1.810,00

Anula: (76) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 70,00

Anula: (77) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 R\$ 1.740,00

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

2003 – Manutenção da secretaria

Suplementa: (8) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 5.605,14

Anula: (5) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 5.605,14

03 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – SERVIÇOS DE TRANSPORTES

2005 – Manutenção da secretaria

Suplementa: (21) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 8.565,25

Anula: (18) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 R\$ 8.565,25

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 28 de dezembro de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Diretor de Gestão de Receitas

PORTARIA 169/2016

PORTARIA Nº 169/16 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - REVOGA a Portaria nº 166/16 de 14 de dezembro de 2016 a qual concedia férias regulares a servidores municipais.

Artigo 2º - CONCEDE férias regulares aos servidores municipais conforme tabela abaixo descrita.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Adelina dos Santos Foidl	08/02/2016 a 07/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Adelinda T. Tasca	18/03/2016 a 17/03/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Adriana Ap. F. Padilha	13/03/2015 a 12/03/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Alice Gomes Viana	06/05/2016 a 05/05/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Aline Gomes Viana	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Aline Pirovano	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ana Paula Biagentini	18/02/2015 a 17/02/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30

André L. Baldo	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Andréia C. F. Viêra	25/06/2015 a 24/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Andréia L. Tonial	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Andressa Sangaletti	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Aurélio J. M. Neto	11/02/2016 a 10/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Clair Fernandes	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Clarice S. Brandalise	02/01/2016 a 01/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Claudete Trento	21/06/2016 a 20/06/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Claudia De Bastiani	11/10/2016 a 10/10/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Claudia Kamin	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Cristhiani Gallon Motta	19/01/2016 a 18/01/2017	14/12/2016 a 12/01/2017	30
Cristiano Canalle	01/07/2015 a 30/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Cristina B. Auer	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Debora de Marco	23/05/2016 a 22/05/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Deisy Karine Juchen	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Dilvete Ap. De Freitas Matheus	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Dulce M. Rabuski	02/02/2016 a 01/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Danielle K. Hartmann	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ederli Margreiter	01/07/2015 a 30/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Edinéia Ap. Ansiliero	25/06/2015 a 24/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Elenice Salete H. Falchetti	06/09/2016 a 05/09/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Eliana Aparecida Leite	11/05/2016 a 10/05/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Eliane C. A. Slongo	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Elisiane Santos De Moura	04/04/2016 a 03/04/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Fernanda De Andrea Dalabrida	24/09/2015 a 23/09/2016	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Fernanda Selzlein	05/02/2016 a 04/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Fernanda T. Bitencourt	01/06/2016 a 31/05/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Francielle M. Ferronato	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Francine R. Jorge	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Gisela Veronica Oberbacher	04/06/2015 a 03/06/2016	21/12/2016 a 19/01/2017	30
Giselle K. Caldat	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Gicelda I. R. Froehlich	03/09/2015 a 02/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Helga Zeisler Feilstrecker	03/05/2015 a 02/05/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Inae Cheiene Sezarior	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ivanilde Ap. Bergonsi Volpato	22/09/2015 a 21/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ivete T. Cordeiro	09/02/2016 a 08/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ivone Margreiter	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ivone F. De Oliveira Bello	03/08/2015 a 02/08/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Jeane M. Thaler	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Jéssica Zuffo Hackbarth	05/09/2016 a 04/09/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Jocieli Dos Santos	27/01/2016 a 26/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Jozani Ap. S. Guesser	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Jucelita L. Hoffmann Fiedler	05/02/2016 a 04/02/2017	02/01/2017 a 21/01/2017	20
Juli Maria Zanatto Stockl	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Juliana L. D. Cavalli	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Jussara Ap. Viêra Dresch	01/07/2015 a 30/06/2016	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Kelimara Mocelin	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Leonir Kayser	09/02/2016 a 08/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Luciana Cardoso	30/07/2015 a 29/07/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Luciane Aparecida Boesing	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2017 a 11/01/2017	10
Maíra G. Cazarin Neves	03/02/2016 A 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30

Malvina T. De Oliveira	19/01/2016 a 18/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marcelo Coelho	04/02/2016 a 03/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marciano Pereira	11/02/2016 a 10/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Mari Piaia	01/10/2015 a 30/09/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	20
Maria Izabel Marangoni	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Maria Pelentir	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Maria R. Falchetti	19/02/2016 a 18/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marisa Ap. Carneiro Pezzi	25/06/2015 a 24/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marisa Ap. Oliveira Kubicke	18/02/2016 a 17/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marisa Mergener	03/08/2016 a 02/08/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marisa Schneider	10/02/2016 a 09/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	10
Mariza T. C. Frigieri	07/04/2016 a 06/04/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Maristela Barbieri	13/06/2015 a 12/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marli F. De Souza Mergener	01/07/2015 a 30/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Marta M. Falchetti	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Matilde Zuffo	20/06/2015 a 08/11/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	10
Naiane De Rós	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Naiara R. Pontel de Oliveira	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Neiva D. C. Sbardella	08/02/2015 a 07/02/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Nelceni Surdi	07/01/2016 a 06/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Osimara Ap. Isler De Oliveira	30/07/2015 a 29/07/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	10
Priscila Daniele Vanni	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Regiane B. da Silva	19/05/2015 a 18/05/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Roseli B. Da Silva Camaroto	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	10
Roseli G. da R. T de Vargas	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Rotinéia P. P. Trevisan	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Rozenei M. Friebe	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Ruthilene Da Costa Oliveira	04/03/2016 a 03/03/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Sandra Putton Caron	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Sarita K. Juchen	21/03/2016 a 20/03/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Silmara Ap. Alves Rodrigues	25/06/2015 a 24/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Sirlei Eberts	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	10
Soraya Ap. Boesing Juchen	07/02/2016 a 06/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Sueli D. A. Ansiliero	01/02/2016 a 31/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Talitta Angelica Marchioro	30/06/2014 a 30/11/2015	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Tania Becker Klagenberg	10/02/2016 a 09/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Tatiane F. da C. R. de Freitas	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Terezinha Salete Pessin Guidio	12/02/2016 a 11/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Vanda Falchetti Hofsteter	06/01/2016 a 05/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Vania Z. Moraes	03/02/2016 a 02/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Vanussa Ap. Schumacher	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Viviane Marangoni	01/07/2015 a 30/06/2016	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Zenir Weber	17/01/2016 a 16/01/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente/ portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Diretor de Gestão de Receitas

PORTARIA 170/2016

PORTARIA Nº 170/16 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR no dia 31 de dezembro de 2016, a Sra. DIRLEI BARBIERI ROFNER, CPF nº 484.166.579-04, residente e domiciliada neste município, do cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, conforme Portaria de nomeação nº 143/16 de 03 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Diretor de Gestão de Receitas

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 115/2016

DECRETO 115/2016 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – Secretaria da Educação e Esporte

04.02 – Departamento de Educação Básica

04.02.12.361.0004.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 3.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 127/2016

DECRETO 127/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

05 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

05.01 – Departamento de Serviços Urbanos

05.01.15.451.0006.1.011-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 128/2016

DECRETO 128/2016 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

05 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

05.02 – Departamento de Estradas Vicinais

05.02.26.782.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

05 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

05.02 – Departamento de Estradas Vicinais

05.02.26.782.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 129/2016

DECRETO 129/2016 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei

Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):
04 – Secretaria da Educação e Esporte
04.02 – Departamento de Educação Básica
04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Excesso de Arrecadação 12.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 130/2016

DECRETO 130/2016 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 19.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):
07 – Fundo Municipal da Saúde
07.01 – Departamento de Atenção Básica
07.01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos 1.000,00
07.01.10.303.0005.2.052-3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – Fundo Municipal da Saúde
07.01 – Departamento de Atenção Básica
07.01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 15.000,00
07.01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas 1.000,00
07.01.10.303.0005.2.052-3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Diretas 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 131/2016

DECRETO 131/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 89.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):
04 – Secretaria da Educação e Esporte
04.16 – CEB – Balduino Barchfeld
04.16.12.361.0004.2.058-3.01.90.00.00.00.00.00 –Aplicações Diretas 11.000,00
04.02- Departamento de Educação Básica
04.02.12.361.0004.0.021-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 40.000,00
04.08 – CEI – Gente Miúda
04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
04.06 – CEB –Eginolf Bell
04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
04.05 – CEB –Arthur Bruno Jandt
04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
04.07 – CEI – Cinderela
04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.000,00
04.08 – CEI – Gente Miúda
04.08.12.365.0004.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.000,00
04.04 – CEB – Erica Hasse
04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.05 – CEB –Arthur Bruno Jandt
04.05.12.361.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.11- CEI – Johanne Schutte
04.11.12.365.0004.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.14 – CEI – Arthur Kroenke
04.14.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00
04.09 – CEI – Pinguinho de Gente
04.09.12.365.0004.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00
08- Secretara de Assistência Social
08.02 – Departamento de Proteção Social Básica
08.02.08.244.0012.2.047-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 – Secretaria da Educação e Esporte
04.16 – CEB – Balduino Barchfeld
04.16.12.361.0004.2.058-3.01.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.000,00
04.08 – CEI – Gente Miúda
04.08.12.365.0004.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
04.06 – CEB –Eginolf Bell
04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
04.05 – CEB –Arthur Bruno Jandt
04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.000,00
04.07 – CEI – Cinderela
04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.000,00
04.08 – CEI – Gente Miúda
04.08.12.365.0004.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 3.000,00
04.04 – CEB – Erica Hasse
04.04.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.05 – CEB –Arthur Bruno Jandt
04.05.12.361.0004.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.11- CEI – Johanne Schutte
04.11.12.365.0004.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.000,00
04.14 – CEI – Arthur Kroenke
04.14.12.365.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00
04.09 – CEI – Pinguinho de Gente
04.09.12.365.0004.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00

04.02- Departamento de Educação Básica
04.02.12.361.0004.2.021-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 17.900,00
04.02.12.361.0004.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 22.100,00

08- Secretara de Assistência Social
08.02 – Departamento de Proteção Social Básica
08.02.08.244.0012.2.047-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 132/2016

DECRETO 132/2016 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida

na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 46.600,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – Fundo Municipal da Saúde

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 9.000,00

07.01.10.301.0005.2.050-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.600,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos 2.000,00

07.03 – Departamento de Vigilância Sanitária

07.03.10.305.0005.2.054-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – Fundo Municipal da Saúde

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.027-3.1.71.00.00.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 1.860,00

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas 31.600,00 07.01.10.303.0005.2.027-3.3.50.00.00.00.00.00 – Transf. A Instituições Privadas sem fins Lucrativos 1.372,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.71.00.00.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 1.834,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas 6.428,00

07.03 – Departamento de Vigilância Sanitária – Aplicação Diretas 4.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Decreto 133/2016

DECRETO 133/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1902/2015 de 16 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.300,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – Fundo Municipal da Saúde

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 300,00

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.000,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações

Diretas 3.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

07 – Fundo Municipal da Saúde

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0005.2.050-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Diretas 2.000,00

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00.00 – Transf. Direta decorrente de Op. Entre Órgãos 300,00

Excesso de Arrecadação 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de dezembro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 89/2016

CONTRATO Nº 89/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecido na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, Cep 89810-00, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 158/2016 e Pregão Presencial nº 125/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de: AQUISIÇÃO DE 01(UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, ANO E MODELO 2016, TRAÇÃO 4X4, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 835646/2016, PROCESSO Nº 2623.1034216-44/2016, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	01	UND	Retroescavadeira Marca Randon, modelo RD 406, advanced, nova, ano e modelo 2016, tração 4x4, com potência 110 HP, Cabine fechada com ar condicionado, caçamba da retroescavadeira com dentes e capacidade de 0.25m³, caçamba da carregadeira com capacidade de 1.00m³, força de desagregação da carregadeira de 8.922 KGF e peso operacional de 7.010km.	184.500,00	184.500,00
			TOTAL GERAL		184.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 184.500,00(cento e oitenta quatro mil e quinhentos reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento definitivo do equipamento pelo Município de Tunápolis e condicionado a liberação dos recursos do CONTRATO DE REPASSE Nº 835646/2016, PROCESSO Nº 2623.1034216-44/2016, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.2 Os recursos somente serão liberados para pagamentos após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do convênio do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 O objeto licitado será adquirido com recursos financeiros referente o CONTRATO DE REPASSE Nº 835646/2016, PROCESSO Nº 2623.1034216-44/2016, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL e próprios do Município.

2.5 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.6 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A entrega da RETROESCAVADEIRA NOVA deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após solicitação formal do município. A RETROESCAVADEIRA

NOVA deverá ser entregue na garagem do DMER, estabelecido na Rua 25 de julho, centro deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, com o Secretario Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo, sem custos adicionais, devendo

ser firmado termo de recebimento.

4.2 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade da RETROESCAVADEIRA NOVA a ser entregue, pois somente será aceita aquela que estiver dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

4.3 Não serão aceitos, no momento da entrega, RETROESCAVADEIRA de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

4.4 A CONTRATADA vencedora deverá entregar a RETROESCAVADEIRA NOVA acompanhados de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

4.5 Toda e qualquer entrega do BEM fora do estabelecido neste Contrato, será imediatamente notificado à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste Edital.

4.6 A CONTRATADA vencedora deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal do DMER, qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer o BEM contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 158/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o equipamento, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir o BEM acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (102,209) do Município de Tunápolis, do ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 28 de Dezembro de 2016.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

PAVIMAQUINAS COM. DE PEÇAS E SER. LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

EDITAL DE CHAMAMENTO FORNECEDORES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Tunápolis

EDITAL DE CHAMAMENTO FORNECEDORES PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

A Prefeitura Municipal de Tunápolis, torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras ao Município de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação no Setor de Compras, da Secretária de Administração Finanças e Planejamento do Município, situado na rua João Castilho, nº111, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social – CND do INSS;
6. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
7. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
8. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
9. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, ou Declaração de Rendimentos – DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;
10. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.
11. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras)
12. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);

OBSERVAÇÕES:

Ø Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.

Ø Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.

Ø Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC (Certificado de Registro Cadastral)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

FICHA DE CADASTRO

() Cadastro de Fornecedores () Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: _____
2. CNPJ/MF: _____

3. NOME FANTASIA: _____

4. ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____

5. MUNICÍPIO: _____ UF: _____
CEP: _____

6. TELEFONE: _____ FAX: _____

7. EMAIL: _____

8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____

10. CAPITAL SOCIAL: _____ PAT. LIQUIDO: _____

11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: _____

12. SÓCIOS : _____

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____

13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: _____

TUNÁPOLIS, _____ DE _____ DE _____.

CARIMBO E ASSINATURA

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 008/2016

TERMO ADITIVO Nº 008/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: FELIPE TOMAZELLI - ME

CNPJ: 08.471.127/0001-09

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo e conforme consta no Contrato Original, resolvem prorrogar o prazo do Contrato Nº 002/2016.

VIGÊNCIA: 01/01/2017 à 31/12/2017

UNIÃO DO OESTE-SC, 29 de Dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

PRESIDENTE

Vidal Ramos

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 14

PUBLICAÇÃO EXTRATO ADITIVO

ADITIVO Nº. 14/2016 AO CONTRATO Nº. 18/2015

ASSINATURA: 30/12/2016

VALIDADE: 31/01/2017

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: MAURECI MARCELO VELTER

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA JURIDICA

VALOR DA DESPESA: 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Vidal Ramos, 30 de dezembro de 2016.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.639/16

DECRETO Nº 13.639/16, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 55/2007 e suas alterações, e a vista do que consta no Decreto nº 11.158/14 e alterações, e demais disposições legais vigentes;

Considerando, que das 20h00min as 07h45min, nos dias úteis, domingos e feriados funcionarão as farmácias que estiverem em plantão, obedecidas a escala organizada por este decreto, devendo afixar na porta uma placa com a indicação do estabelecimento de Plantão;

DECRETA

Art. 1º Fica determinada a Escala de Plantão das Farmácias no Município de Videira, para o período de 02 de janeiro de 2017 a 26 de fevereiro de 2018, conforme segue:

02/01/17 a 09/01/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

09/01/17 a 16/01/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

16/01/17 a 23/01/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

23/01/17 a 30/01/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

30/01/17 a 06/02/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

06/02/17 a 13/02/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;

13/02/17 a 20/02/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

20/02/17 a 27/02/17 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

27/02/17 a 06/03/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

06/03/17 a 13/03/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

13/03/17 a 20/03/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

20/03/17 a 27/03/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

27/03/17 a 03/04/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

03/04/17 a 10/04/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

10/04/17 a 17/04/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

17/04/17 a 24/04/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;
24/04/17 a 01/05/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

01/05/17 a 08/05/17 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

08/05/17 a 15/05/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

15/05/17 a 22/05/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

22/05/17 a 29/05/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

29/05/17 a 05/06/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;
05/06/17 a 12/06/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

12/06/17 a 19/06/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

19/06/17 a 26/06/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

26/06/17 a 03/07/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;

03/07/17 a 10/07/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

10/07/17 a 17/07/17 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

17/07/17 a 24/07/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

24/07/17 a 31/07/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

31/07/17 a 07/08/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

07/08/17 a 14/08/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

14/08/17 a 21/08/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

21/08/17 a 28/08/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

28/08/17 a 04/09/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

04/09/17 a 11/09/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;

11/09/17 a 18/09/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

18/09/17 a 25/09/17 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

25/09/17 a 02/10/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

02/10/17 a 09/10/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

09/10/17 a 16/10/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

16/10/17 a 23/10/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

23/10/17 a 30/10/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

30/10/17 a 06/11/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

06/11/17 a 13/11/17 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

13/11/17 a 20/11/17 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;

20/11/17 a 27/11/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

27/11/17 a 04/12/17 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

04/12/17 a 11/12/17 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

11/12/17 a 18/12/17 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

18/12/17 a 25/12/17 até as 07h45min
Farmácia São João – Rua Saul Brandalise, nº 120 – Bairro Centro;

25/12/17 a 01/01/18 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus – Rua Saul Brandalise, nº 198 – Bairro Centro;

01/01/18 a 08/01/18 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 225 – Bairro Centro;

08/01/18 a 15/01/18 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Rua Saul Brandalise, nº 407 – Bairro Centro;

15/01/18 a 22/01/18 até as 07h45min
Farmácia Líder Farma – Rua Brasil, nº 07 – Bairro Centro;

22/01/18 a 29/01/18 até as 07h45min
Farmácia Geremias/Farmagnus – Avenida Dom Pedro II, nº 73 – Bairro Centro;

29/01/18 a 05/02/18 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Avenida Dom Pedro II, nº 35 – Sala 101 – Bairro Centro;

05/02/18 a 12/02/18 até as 07h45min
Farmácia do Jean – Rua Saul Brandalise, nº 835 – Bairro Centro;

12/02/18 a 19/02/18 até as 07h45min
Farmácia Bom Jesus/ Super Popular – Rua XV de Novembro, nº 300 – Bairro Centro;

19/02/18 a 26/02/18 até as 07h45min
Farmácia Central Farma – Rua Pedro Andreazza, nº 65 – Bairro Centro;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Videira, 21 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.642/16

DECRETO Nº 13.642/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 067/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora ELIZETE BARBOSA DE BRITO DIESEL, inscrita no CPF nº 542.313.619-91, com RG 1.686.418 e no PIS/PASEP nº 170.07936.07-3, detentora da matrícula funcional nº 903, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 6.921,83 (seis mil novecentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.643/16

DECRETO Nº 13.643/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIZA APARECIDA DE DEUS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 064/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARIZA APARECIDA DE DEUS, inscrita no CPF nº 569.102.159-15, com RG 1.706.862 e no PIS/PASEP nº 122.14933.64-8, detentora da matrícula funcional nº 1424, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.656,81 (três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.644/16

DECRETO Nº 13.644/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARLI TEREZINHA KOHLER DE OLIVEIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 066/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARLI TEREZINHA KOHLER DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 758.027.599-68, com RG 1.686.757-2 e no PIS/PASEP nº 120.52870.10-7, detentora da matrícula funcional nº 5103, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.816,55 (dois mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.645/16

DECRETO Nº 13.645/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARLENE SOCHA ZANETTE, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 065/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora MARLENE SOCHA ZANETTE, inscrita no CPF nº 802.938.919-15, com RG 227.650 e no PIS/PASEP nº 106.09266.21-4, detentora da matrícula funcional nº 2499, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.850,04 (dois mil oitocentos e cinquenta reais e quatro centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.646/16

DECRETO Nº 13.646/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IARA LICKS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta

do Processo Administrativo INPREVID nº 068/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IARA LICKS, inscrita no CPF nº 296.892.289-00, com RG 515.105 e no PIS/PASEP nº 105.48496.23-1, detentora da matrícula funcional nº 2385, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.174,34 (dois mil cento e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.648/16

DECRETO Nº 13.648/16, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga o Decreto nº 11.138/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Processo Administrativo nº 21924/2016;

RESOLVE

Art. 1º Revogar o Decreto nº 11.138/14 que designou a empregada pública LETICIA FUMAGALLI DA SILVA BEZ, ocupante do emprego público de Enfermeira – ESF, para exercer, com dedicação exclusiva, a função de Coordenadora Municipal da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.649/16

DECRETO Nº 13.649/16, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.519/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 21.961/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.519/16, que nomeou DIEGO PORTO, para exercer o cargo de Advogado do CREAS, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.650/16

DECRETO Nº 13.650/16, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede complemento de pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo AUGUSTO MANDELLI, nos termos do art. 5º, §4º da Lei Complementar nº 023/2002, à dependente presumida Srª LUCIA ALVES MANDELLI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 070/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica concedido, complemento de pensão por morte, nos termos do art. 5º, §4º da Lei Complementar nº 023/2002, em face do óbito do servidor inativo AUGUSTO MANDELLI, ocorrido em 15/12/2016, que era brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 195.793.909-59, do RG nº 1.100.377, ex-detentor da matrícula funcional nº 37, a dependente presumida (esposa) LUCIA ALVES MANDELI, brasileira, viúva, do lar, inscrita no CPF sob o nº 614.621.289-04 e no RG nº 1.100.541.

Parágrafo único. O complemento de pensão será extinto quando a pensão por morte deferida pelo Regime Geral de Previdência Social 176.362.044-9 for cessada.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento do complemento de pensão por morte, que corresponderá a importância de R\$ 850,82 (Oitocentos e cinquenta reais e oitenta e dois centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a extinção do complemento de aposentadoria, pago ao servidor falecido AUGUSTO MANDELLI, nos termos do Decreto nº 5914/97.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 2016, data do óbito do servidor, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.651/16

DECRETO Nº 13.651/16, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeia Advogado do CREAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUANA LOURENCO LONGHI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado do CREAS, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATO Nº 197/2016

Contrato nº: 197/2016

Data de Assinatura: 26.12.2016

Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor : R\$ 88.000,00

Licitação : Dispensa de Licitação nº 10/2016 - PMV

Vigência : Início: 26.12.2016 Término: 26.12.2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHOS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO URBANO PARA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO HORIZONTE DA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0225/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSALINO LUIZ MANENTI
CPF: 613.137.859-20
VIGÊNCIA: de 09 de maio de 2016 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0348/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0348/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GERALDO ROSA
CPF: 490.162.539-04
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2016 até 30 de dezembro de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

HOMOLOGAÇÕES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MÊS 12/2016

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 12/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016 - FMS
PROCESSO Nº 47/2016
HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, EXECUTIVO E COMPLEMENTARES PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE A FIM DE ADEQUÁ-LAS ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.
CONTRATADO: MARLON ANDRIOLI ARQUITETURA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)

Videira, 29/12/2016
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PREFEITURA MÊS 12/2016

O Município de Videira no mês 12/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2016
PROCESSO Nº 166/2016
HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2016
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESAS PARA EFETUAR SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, MOTORES, APLICAÇÃO DE CERA E POLIMENTO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA, FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CHEFIA DO GABINETE) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).
CONTRATADO: RESTAURANTE E LAVACAO MUGNOL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 94.329,00 (noventa e quatro mil trezentos e vinte e nove reais)
CONTRATADO: POSTO DE LAVAGEM ADY LTDA. ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.710,00 (trinta e dois mil setecentos e dez reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2016

PROCESSO Nº 167/2016

HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

CONTRATADO: SUPERMERCADO CEREAL LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 88.842,95 (oitenta e oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: AGN FRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.391,50 (vinte e quatro mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.633,87 (setenta e cinco mil seiscentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos)

CONTRATADO: SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 283.207,83 (duzentos e oitenta e três mil duzentos e sete reais e oitenta e três centavos)

CONTRATADO: GIGA1.COM EIRELI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.963,52 (um mil novecentos e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos)

CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.039,76 (setenta mil e trinta e nove reais e setenta e seis centavos)

CONTRATADO: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 97.169,27 (noventa e sete mil cento e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos)

CONTRATADO: EGON KLUK STADLER - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 163.841,14 (cento e sessenta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e quatorze centavos)

CONTRATADO: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 99.341,72 (noventa e nove mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2016

PROCESSO Nº 168/2016

HOMOLOGAÇÃO: 07/12/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR.

CONTRATADO: COPAVIDI - COOP. DE PEQ. AGRIC. DE VDA E IOMERÊ

VALOR DA DESPESA: R\$ 594.998,00 (quinhentos e noventa e quatro mil novecentos e noventa e oito reais)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 22/2016

PROCESSO Nº 154/2016

HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REFORMA DA ESTRUTURA E TROCA DA COBERTURA DA E.E.B.M. PREFEITO WALDEMAR KLEINUBING, ÁREA TOTAL 356,25 M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.358,37 (trinta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos)

Videira, 29/12/2016
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.413/16

LEI N.º 3.413/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 9.941/2011-4, autorizado pela Lei nº 2583/11, firmado entre o MUNICÍPIO DE VIDEIRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Administração, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 9.941/2011-4, autorizado pela Lei nº 2583/11, firmado entre o MUNICÍPIO DE VIDEIRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Administração, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC, nos termos da minuta anexa, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 9.941/2011-4, autorizado pela Lei nº 2583/11, firmado entre o MUNICÍPIO DE VIDEIRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Administração, com a interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, situado na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wilmar Carelli, portador da Carteira de Identidade nº 229.320/ SSPSC, e do CPF nº 056.326.419-53, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro – Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu Comandante-Geral Coronel BM Onir Mocellin, portador do CPF nº 525.770.589-34, resolvem, por mútuo acordo, celebrar Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso nº 9.941/2011-4, autorizado pela Lei Municipal nº 2583/11, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O item “1.2 – Objetivo, da Cláusula Primeira – Objeto e Objetivo”, do Termo de Cessão de uso nº 9.941/2011-4, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO

(...)

1.2 – OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade viabilizar a cooperação para abrigar a sede destinada ao funcionamento da Organização Bombeiros Militar no Município de Videira -SC, bem como, para funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.”

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo, em quatro (quatro) vias de igual teor na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram e abaixo assinam.

Videira, SC, _____ de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

TESTEMUNHAS:

1) _____
2) _____

LEI Nº 3.414/16

LEI N.º 3.414/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação dos Moradores de Santa Lúcia, para os fins que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores de Santa Lúcia, mediante termo cuja minuta integra a presente Lei, de um imóvel pertencente ao Município de Videira, sendo uma área de terras com 2.707,00 m² (dois mil setecentos e sete metros quadrados), com uma casa de madeiras, coberta com telhas, situado no lugar denominado Santa Lúcia, no 1º subdistrito, Município e Comarca de Videira, tendo as seguintes confrontações: Ao Norte e Poente, com terras de herdeiros de Antonio Testolin; Ao Sul e Nascente, por uma estrada Municipal de Videira, constante da matrícula nº 7.451, para o fim de atender as atividades da Associação de Moradores, ligadas à arte, cultura, educação e bem estar social.

§1º A concessão de direito de uso a que se refere o caput deste artigo será outorgada a título precário, com o ônus de todas as despesas com a execução desta concessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz telefone, internet e outras se houver, para a concessionária.

§2º A concessão a que se refere a presente Lei será feita pelo prazo determinado de 05 (cinco) anos e/ou enquanto o imóvel for utilizado para fins de atender as atividades da Associação de Moradores e a Comunidade de Santo Lucia e o interesse público o permitir.

§3º a Concessão de Direito Real de uso deverá ser formalizada através do competente termo ou instrumento escrito firmado pelo Prefeito e o representante legal ou pessoa expressamente autorizada pela cessionária.

Art. 2º Nos termos da Lei nº 8.666/93 e do artigo 125, §1º, da Lei Orgânica do Município, a cessão de uso de que trata a presente Lei, feita para fins de interesse público, não se subordina a processo licitatório.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO LEI Nº 3.414/16

Termo de Concessão de Direito Real de Uso que entre si celebram o Município de Videira e a Associação dos Moradores de Santa Lúcia, visando a concessão gratuita de área de terra para o funcionamento e o desenvolvimento das atividades da Associação.

Aos dias do mês de de 2016, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. WILMAR CARELLI, brasileiro, residente e domiciliado em Videira/SC, portador da C.I. nº 229.320, inscrito no CPF sob o nº 056.326.419-53, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTA LÚCIA, inscrita no CNPJ nº 01.106.421/0001-64, neste ato representada pelo Presidente NIVALDO SANTI, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Municipal nº /2016, a concessão de direito real de uso, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E OBJETIVO

1.1 OBJETO: é objeto do presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso, a concessão de um imóvel pertencente ao Município de Videira, sendo uma área de terras com 2.707,00 m² (dois mil setecentos e sete metros quadrados), com uma casa de madeiras, coberta com telhas, situado no lugar denominado Santa Lúcia, no 1º subdistrito, Município e Comarca de Videira, tendo as seguintes confrontações: Ao Norte e Poente, com terras de herdeiros de Antonio Testolin; Ao Sul e Nascente, por uma estrada Municipal de Videira, constante da matrícula nº 7.451, para o fim de atender as atividades da Associação de Moradores, ligadas à arte, cultura, educação e bem estar social.

1.2 OBJETIVO: a Concessão de Direito Real de Uso tem por finalidade a utilização em atividades de lazer, recreação, educação, saúde e cultura do respectivo projeto da Associação e Comunidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – DA CONCESSIONÁRIA: Obriga-se a concessionária:

I – a observar o disposto no presente instrumento;

II – a pagar todas as despesas com a execução desta concessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz, telefone, internet e outras, se houver;

III – a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente concessão, total ou parcialmente;

IV – a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;

V – a não desviar a finalidade desta concessão e a observar as disposições contidas neste Termo, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará a concessionária o direito de retenção por benfeitorias eventualmente construídas;

VI – a devolver à concedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto, no caso de cessarem as atividades estabelecidas no objetivo ou ao término do prazo desta cessão de uso;

VII – a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;

VIII – a não edificar benfeitorias no imóvel cedido, salvo com expressa autorização escrita do concedente, que posteriormente deverão ser submetidas à apreciação dos órgãos competentes para obtenção das licenças regulamentares necessárias;

IX – a averbar em nome da concedente, no Ofício de Registro de imóveis competente, da Comarca de Videira/SC, as benfeitorias edificadas no imóvel cedido.

X – a não utilizar e a impedir que o imóvel seja usado para atividades estranhas aos objetivos da cessão ou contrários ao interesse público;

XII – a restituir o imóvel e suas benfeitorias à concedente, ao término do prazo da concessão, ou antes, se ocorrer hipótese de desvio de finalidade ou inobservância de quaisquer dispositivos do Termo;

XIII – a defender o imóvel cedido contra esbulhos, invasões e outros perigos potenciais ou iminentes e a mantê-lo incólume, enquanto durar a concessão as suas próprias custas, sob pena de cabal indenização;

XIV – a responder civilmente, perante a concedente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que o imóvel e suas benfeitorias vier a sofrer durante o prazo desta concessão de direito real de uso;

A CONCESSIONÁRIA compromete-se a utilizar a área recebida em concessão de direito real de uso para o fim específico de atender as atividades da Associação de Moradores, ligadas à arte, cultura educação e bem estar social.

2.2 – DO CONCEDENTE: Obriga-se a concedente:

I – a entregar a posse do imóvel a cessionária, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Concessão de Direito Real de Uso;

II – Ao CONCEDENTE fica facultado vistoriar e examinar o imóvel, sempre que lhe aprouver;

III – a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo de Concessão de Direito Real de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 O presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do mesmo, findo o qual, se não for renovado de comum acordo entre as partes, o imóvel será restituído à Concedente, sem que seja devida qualquer indenização a Concessionária, a qualquer título.

CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS ADITIVOS

4.1 – Este Termo de Concessão de Direito Real de Uso poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVERSÃO

5.1 – Quando do término do Termo de Concessão, não havendo renovação, a cessionária desocupará o imóvel independentemente de notificação ou aviso prévio.

§1º As benfeitorias, de qualquer natureza, efetuadas no imóvel objeto deste Termo, reverterão para o Município quando do término da concessão, sem que caiba a cessionária qualquer indenização, tampouco lhe outorga direito à retenção do bem.

§2º Os imóveis, findo a concessão, deverão ser restituídos nas mesmas condições em que se encontram sem qualquer ônus ao Município.

§3º A concessão de que trata esta Lei não propiciará qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO E DO FORO

6.1 – RESCISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a cessionária.

6.2 – FORO: fica desde já eleito o foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir todas as dúvidas ou questões oriundas desta concessão, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, de de 2016.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SANTA LÚCIA
WILMAR CARELLI	NIVALDO SANTI
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

LEI Nº 3.415/16

LEI Nº 3.415/16, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as ruas do Loteamento Menegola II, conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua "A", com área de 2.865,81m².	Menegola II	Ernesto Anibal Tonet
Rua "B", com área de 2.569,49m².	Menegola II	Pedro Menegolla
Rua "F", com área de 2.569,07m².	Menegola II	Joana Pivian Menegola
Rua "G", com área de 900,44m².	Menegola II	Luiz Menegola
Rua "H", com área de 2.212,91m².	Menegola II	Marino Schiochet
Rua "I", com área de 1.580,60m².	Menegola II	Luiz Kellermann

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1109/16

PORTARIA nº 1109/16

Remove, a pedido, servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, com base no art. 43, da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21392/2016,

RESOLVE

Art. 1º Remover, a pedido, a partir de 1º de janeiro de 2017, SÔNIA RITA GHELLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 0808/09.

Videira, 23 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1110/16

PORTARIA nº 1110/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora CATIA MARIA BOCCA PIRES, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1111/16

PORTARIA nº 1111/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora DAGMAR SCHULTZ, Assistente Social, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 02 de junho de 2015 até 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1112/16

PORTARIA nº 1112/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora DANIELE GALLI BRESSAN, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1113/16

PORTARIA nº 1113/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora EZEQUIEL WEGNER, Analista de Nível Superior, da referência "D" para a referência "E", relativa ao período de avaliação de 13 de junho de 2015 até 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1114/16

PORTARIA nº 1114/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora FRANCIELI ZARDO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "F" para a referência "G", relativa ao período de avaliação de 28 de junho de 2015 até 28 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 28 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1115/16

PORTARIA nº 1115/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ILONIR MARIA ZONTA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 1º de junho de 2015 até 1º de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1116/16

PORTARIA nº 1116/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora KATIA BOROSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "I" para a referência "J", relativa ao período de avaliação de 02 de junho de 2015 até 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1117/16

PORTARIA nº 1117/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LEILA MARLEI ZSCHORNACK, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1118/16

PORTARIA nº 1118/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora LEONIDES ZONTA, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1119/16

PORTARIA nº 1119/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARCIA BEATRIZ BUSS BALBINOT, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1120/16

PORTARIA nº 1120/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARCIA WALBER, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 1º de junho de 2015 até 1º de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1121/16

PORTARIA nº 1121/16
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARINEIA RODRIGUES DO AMARAL, Enfermeiro, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 1º de junho de 2015 até 1º de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1122/16

PORTARIA nº 1122/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARINES LUCAS DALLAGNOL, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1123/16

PORTARIA nº 1123/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARLENE LUCILA TURCO, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 12 de junho de 2015 até 12 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1124/16

PORTARIA nº 1124/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora MARLI HOLDEFER, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1125/16

PORTARIA nº 1125/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, ao servidor MAURI JOSÉ SPOLTI, Motorista I – Veículos de Passeio, Vans, Utilitários Pequenos, da referência "H" para a referência "I", relativa ao período de avaliação de 02 de junho de 2015 até 02 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1126/16

PORTARIA nº 1126/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ONDINA ALVES DE MORAIS SIEBAUER, Zelador, da referência "L" para a referência "M", relativa ao período de avaliação de 24 de junho de 2015 até 24 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1127/16

PORTARIA nº 1127/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora ROSELY TWARDOWSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1128/16

PORTARIA nº 1128/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora SONIA RITA GHELLER, Auxiliar de Serviços Gerais, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1129/16

PORTARIA nº 1129/16

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso II da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011 e Comunicação Interna datada de 26 de dezembro de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção por Merecimento, a servidora VIVIAM FIABANE RISSARDI, Técnico de Enfermagem, da referência "G" para a referência "H", relativa ao período de avaliação de 05 de junho de 2015 até 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de dezembro de 2016.

Videira, 26 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1130/16

PORTARIA nº 1130/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 14813/2016, nomeada pela Portaria nº 1014/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 02 de julho de 2017, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 14813/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de julho de 2017.

Videira, 27 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1131/16

PORTARIA nº 1131/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 16802/2016, nomeada pela Portaria nº 0772/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 31 de dezembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 16802/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 27 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº 210/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 210/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 169/2016

Processo: PR nº 103/2016-PMV

Contratado: CONCRETOS BG LTDA – ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 169/2016 por até 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 22/09/2017.

Data: 29/12/2016.

TERMO ADITIVO Nº 211/2016 - PMV

Termo Aditivo nº 211/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 94/2016

Processo: PR nº 52/2016-PMV

Contratado: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 94/2016 por até 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 01/01/2017 até 31/03/2017.

Data: 29/12/2016.

LEI 3.411/16**Estado de Santa Catarina****MUNICIPIO DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 19/12/2016

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	152.521.256,00	DESPESAS CORRENTES	109.351.467,00		
RECEITA TRIBUTÁRIA	27.473.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.064.467,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.188.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	17.890.400,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.787.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	178.000,00	DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.129.972,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	96.384.755,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.829.972,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.407.100,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.300.000,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.950.000,00				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	12.950.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.437.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-12.437.000,00				
		Superavit	30.552.817,00		
Total	153.034.256,00	Total	153.034.256,00		
Superavit do orçamento corrente	30.552.817,00				
RECEITAS DE CAPITAL	6.330.600,00	DESPESAS DE CAPITAL	18.463.417,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.900.000,00	INVESTIMENTOS	17.062.917,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	16.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	500,00		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	160.000,00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.400.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.254.600,00				
Deficit	12.132.817,00				
Total	18.463.417,00	Total	18.463.417,00		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	152.521.256,00	95,71 %	DESPESAS CORRENTES	122.481.439,00	76,86 %
RECEITAS DE CAPITAL	6.330.600,00	3,97 %	DESPESAS DE CAPITAL	18.463.417,00	11,59 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	12.950.000,00	8,13 %	RESERVA DO RPPS	18.270.000,00	11,46 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-12.437.000,00	-7,80 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00	0,09 %
Total	159.364.856,00	100,00 %	Total	159.364.856,00	100,00 %

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		27.093.000,00	121.556.300,00
4.1.1.1.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		22.665.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	11.115.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.500.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Próprios	3.900.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Educação	1.625.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana - Saúde	975.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.415.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	2.300.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios	1.380.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	575.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	345.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	115.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	69.000,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	28.750,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	17.250,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.200.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Próprios	1.320.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Educação	550.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	330.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	11.550.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.550.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	11.550.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Próprios	6.930.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Educação	2.887.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Saúde	1.732.500,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		4.173.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.555.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	795.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	760.000,00		
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Polícia	310.000,00		
4.1.1.2.1.99.02.00.00.00	Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	450.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	2.618.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	2.550.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	68.000,00		
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	68.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		255.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares			
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública		2.200.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		2.200.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		1.700.800,00	
			50.000,00	

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	50.000,00		
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	50.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.604.800,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.604.800,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	604.800,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	200.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 60	120.000,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB 40	80.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MDE	185.500,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Bancário Rec. Vinculados -	80.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Bancário Rec. Vinculados -	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Bancário Rec. Vinculados -	500,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Bancário Rec. Vinculados -	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	700,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	218.600,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - Rec Minerais	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - Alienação de Be	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - F. Esp Petroleo	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - Policia Militar	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - Policia Civil	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PMV Multas trãnsi	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Transp Esc Estad	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - Convênios União	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estado	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc. - COSIP	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Oper de Crédi	500,00		
4.1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNREBOM	25.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FRH	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - SANEAMENTO	80.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - CONC PERMISSÔ	50,00		
4.1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Fundecon	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Brasil Carinhoso	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.27.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNJUR	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.29.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Alienação de bens educação	50,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.000.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.000.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	1.000.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	41.000,00		
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	41.000,00		
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	41.000,00		
4.1.3.3.1.99.01.00.00.00	Rec de Concessões e Permissões Serviços - Estac Rotativo	40.000,00		
4.1.3.3.1.99.03.00.00.00	Rec. de Concessões e Permissões Serviços - Serviços de Guincho	1.000,00		
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	175.000,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/13
 Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	30.000,00		
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	30.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	10.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	10.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	135.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	135.000,00	87.632.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		87.600.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União			
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	23.680.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	20.235.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Próprios	19.500.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Educação	11.700.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Saúde	4.875.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1% Cota de Dezembro	2.925.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte FPM Complementação - Próprios	700.000,00		
4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte FPM Complementação - Educação	525.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	175.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Próprios	35.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Educação	21.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural - Saúde	8.750,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	5.250,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	240.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	40.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação - FDNE	200.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	2.940.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	2.000.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	750.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	70.000,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE - Brasil Carinhoso	120.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	120.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Próprios	150.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Educação	90.000,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Finanç. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saúde	37.500,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	22.500,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	115.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	30.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	85.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	42.920.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	42.520.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	35.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	21.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	8.750.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.250.000,00		
		7.000.000,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
 Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/13
 Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	4.200.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.750.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	1.050.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	500.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios	300.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	125.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	75.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico	20.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	400.000,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	400.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	21.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	12.600.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	8.400.000,00	32.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.			
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	26.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	26.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	20.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacientes_10	1.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.05.00.00	Defesa Civil	5.000,00		
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	6.000,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	6.000,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.02.00	Outras Transf. de conv dos Municípios - FUNDECON	6.000,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.02.01	Outras Transf de Conv dos Municípios - Arroio Trinta	6.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.755.500,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.335.500,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	170.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	45.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Próprios	27.000,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	11.250,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	6.750,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	80.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Próprios	48.000,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	20.000,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	12.000,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	45.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	45.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	470.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	170.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Próprios	102.000,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	42.500,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	25.500,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	150.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Próprios	90.000,00		

Página: 5/13
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	37 500,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	22 500,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	150 000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	15 000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	15 000,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div. Ativ. de Outras Rec. - Principal	15 000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	680 500,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	650 000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Militar	211 250,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Civil	211 250,00		
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PMV	227 500,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5 500,00		
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributária	5 000,00		
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e ed	500,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	25 000,00		
4.1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	20 000,00		
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - Procon	5 000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	100 000,00	100 000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	100 000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	100 000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMV	750 000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA			
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária			
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU			
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios			
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação			
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde			
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS			
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios			
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação			
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde			
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos			
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ			
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária			
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.			
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel - Princ			
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais			
4.1.9.9.0.02.00.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur			
4.1.9.9.0.02.00.01.01.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur 15%			
4.1.9.9.0.02.00.01.02.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur 85%			
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas			
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV			
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
				6 280 000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-100.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB - IPI exp	-100.000,00		
Total das receitas:				115.399.300,00
Total por entidade:				115.399.300,00
Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.900,00	
4.1.3.1.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		32.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUEIS	32.000,00		
4.1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	32.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.900,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.900,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	3.900,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FME	1.900,00		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. não Vinc. - Recurso Diretamente Arrecadados		3.000,00	
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS			
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	3.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	3.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeonatos	3.000,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		100,00	
4.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		100,00	
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	100,00		
4.1.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	100,00		
4.1.9.0.99.01.00.00.02	Outras Receitas - Primárias - FMEV	100,00		
Total das receitas:				39.000,00
Total por entidade:				39.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		2.300,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		2.300,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.300,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FIA Imp. Renda	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	300,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	300,00		
4.1.3.2.5.02.99.24.00.00	Remun. Dep. Banc. - Recursos Diretamente Arrecadados pelo FMDCAV	200,00		

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA/ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 8/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.02.99.25.00.00	Remun. Dep. Banc. - Recursos Repassado ao FMDCAV	100,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		57.000,00	
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		57.000,00	
4.1.7.5.0.00.00.01.00.00	Transferência de pessoas ao FIA			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FIA Demais Recursos	1.000,00		
			Total das receitas:	60.300,00
			Total por entidade:	60.300,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários			
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec de Remun. Dep Banc Rec Vinc - FNAS			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.03	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - PTMC Deficientes			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.05	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - PFMC CREAS			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.06	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - IGD PBF			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.09	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - PBFI CRAS			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.12	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - IGD SUAS			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.13	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - ACESSUAS			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.14	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - SCFV			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.15	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - PAC I			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.16	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - BPC na Escola			
4.1.3.2.5.01.10.00.00.17	Remun. Dep Banc. Rec. Vinc. - PFMC LA/MSE			
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rec Remun. Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.01	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.03	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Benef. Eventuais			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.04	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básica/CRAS			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.05	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Compl - Investimento			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.06	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS - Investimento			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.07	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CRAS - Investimento			
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênio Municípios			
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados			
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.			
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FIMAS			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
			48.900,80	
			33.900,80	
			25.500,80	
			300,80	
			4.000,00	
			4.000,00	
			2.500,00	
			700,00	
			9.000,00	
			2.400,00	
			1.200,00	
			200,00	
			1.200,00	
			8.400,00	
			5.400,00	
			100,00	
			1.500,00	
			100,00	
			1.500,00	
			100,00	
			2.000,00	
			100,00	
			3.000,00	
			15.000,00	
			15.000,00	
			15.000,00	
			757.051,20	

Página: 9/13
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		548.179,20	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	446.379,20		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As Social - FNAS	446.379,20		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	52.309,20		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	82.800,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bolsa Família	32.017,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	100.800,00		
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educati	52.800,00		
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	14.053,00		
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	50.000,00		
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Complexidade I	60.000,00		
4.1.7.2.1.34.15.00.00.00	Transf. FNAS - BPC na Escola	1.600,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	101.800,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	101.800,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	101.800,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	16.100,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	46.500,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	12.200,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.04.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	27.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		208.872,00	
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	208.872,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	208.872,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.01.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Casa Lar	208.872,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.01.01	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	69.624,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.01.02	Outras Transf. de Conv. Municípios - Iomerê	69.624,00		
4.1.7.6.3.99.00.00.01.03	Outras Transf. de Conv. Municípios - Salto Veloso	69.624,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		1.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1.000,00		
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituições - FMAS	1.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		5.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas			
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	5.000,00		
4.1.9.9.0.99.01.00.00.04	Outras Receitas - Primárias - FMAS	5.000,00		
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	49.600,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	49.600,00		
4.2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade - Investment	9.200,00		
4.2.4.2.2.99.00.06.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS - Investimento	32.500,00		
			49.600,00	
			49.600,00	
				49.600,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA/ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.2.2.99.00.07.00.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS - Investimento	7.900,00		
			Total das receitas:	861.552,00
			Total por entidade:	861.552,00
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA			
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS			
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	380.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	380.000,00		
4.1.1.2.1.17.02.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	380.000,00		
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	195.500,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	195.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	99.500,00		
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	6.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	5.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - AMAC Es	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	32.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.19.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.20.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	500,00		
4.1.3.2.5.01.03.21.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	8.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	65.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	50.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farm Bas contrap municipal	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	31.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ta	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Allen B	1.000,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	7.467.023,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	7.467.023,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	7.467.023,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	2.701.512,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica	1.105.464,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	774.240,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	377.208,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	133.800,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.05.00	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	310.800,00		
			Total das receitas:	861.552,00
			Total por entidade:	861.552,00

Página: 11/13
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	4.264.776,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	3.725.736,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.02.00	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	263.028,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.03.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	198.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.04.00	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	78.012,00		
4.1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	257.891,00		
4.1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	155.893,00		
4.1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	23.002,00		
4.1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	78.996,00		
4.1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	242.844,00		
4.1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	242.844,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	471.681,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	471.681,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	471.681,00		
4.1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	214.281,00		
4.1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família	207.900,00		
4.1.7.2.2.33.01.04.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	49.500,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	11.500,00		
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	8.000,00		
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	8.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.500,00		
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	3.500,00		
4.1.9.0.99.05.00.00.00.00	Outras Receitas - FMS			
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			
4.2.0.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00		
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00		
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	1.000,00		
4.2.2.1.5.00.00.00.00.01	Alienação de Veículos - FMS	1.000,00		
Total das receitas:				8.526.704,00
Total por entidade:				8.526.704,00
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.450.000,00		
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.450.000,00		
4.1.2.1.0.99.00.00.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	1.450.000,00		
4.1.2.1.0.99.01.00.00.00.00	Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.450.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	700.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	700.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	700.000,00		

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/13
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	700.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.06.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. FASM	700.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	550.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	550.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras restituições - FASM	550.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			505.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	505.000,00		
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	505.000,00		
4.7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuição assistência médica			
4.7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição assistência médica Patronal	505.000,00		
Total das receitas:				3.205.000,00
Total por entidade:				3.205.000,00
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			18.828.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.538.000,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.538.000,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	3.538.000,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	3.490.000,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	48.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS			
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	15.207.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	15.207.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.01.00.00	Remun. dos Investmts do RPPS RF - Banco do Brasil	14.257.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.02.00.00	Remun. dos Investmts do RPPS RF - CEF	7.850.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.04.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS RF c/Taxa.	6.212.000,00		
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Variáv	195.000,00		
4.1.3.2.8.20.00.01.00.00	Remun. dos Investmts do RPPS RV - BB	950.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	83.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES			
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre Regime Geral e RPPS	50.000,00		
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Comp. Financeira entre Reg. Geral e R.P.P./Principal	50.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	33.000,00		
4.1.9.0.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - INPREVID	33.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			12.445.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA ORÇAMENTARIA			12.445.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/13
 Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra Orcam	12.445.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patrim. Servi Ativo Civil - Intra Orcam	6.615.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcamentario	5.900.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contribuicao Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorcamentario	715.000,00		
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuicao Previd. Para Amortiz do Deficit Atu	5.830.000,00		
Total das receitas:				31.273.000,00
Total por entidade:				31.273.000,00
Total geral:				159.364.856,00

 WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/4
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
DESPPAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPAS CORRENTES			77.278.750,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		45.643.150,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		60.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		40.262.450,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias		5.320.700,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		500.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		500.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		31.135.600,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		480.050,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		50.000,00	
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament Delegada a Consórcios Públicos		645.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.605.550,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		6.300.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		55.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPAS DE CAPITAL			17.045.695,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.645.195,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		20.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.625.195,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		500,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		500,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA		1.400.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.400.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		150.000,00	150.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		150.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA				
DESPPAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		766.700,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		698.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias		68.200,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		697.300,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		100,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		697.200,00	
3.3.90.00.00.00.00.00				
Total das despesas:				94.474.445,00
Total da entidade:				94.474.445,00

Página: 2/4
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA				
3.3.90.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	Aplicacoes Diretas		697.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.000,00	
Total das despesas: 1.469.000,00				
Total da entidade: 1.469.000,00				
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANCA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	DESPESAS CORRENTES			235.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		235.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		233.000,00	
Total das despesas: 235.000,00				
Total da entidade: 235.000,00				
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	DESPESAS CORRENTES			3.771.208,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.428.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.134.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper: Intra-Orçamentárias		294.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.343.208,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		185.710,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.157.498,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			469.722,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		469.722,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		469.722,00	
Total das despesas: 4.240.930,00				
Total da entidade: 4.240.930,00				
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			
	DESPESAS CORRENTES			22.164.354,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.067.800,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		20.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		9.002.300,00	

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/4
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		1.045.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.096.554,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		795.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.011.354,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos		1.280.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		724.100,00	724.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		719.100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
			Total das despesas:	22.888.454,00
			Total da entidade:	22.888.454,00
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		3.175.000,00	3.175.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.175.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		30.000,00	30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
			Total das despesas:	3.205.000,00
			Total da entidade:	3.205.000,00
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		11.798.000,00	12.878.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		11.753.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		45.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		1.080.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.080.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		125.000,00	125.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 4/4
 Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
7.0.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		18.270.000,00	18.270.000,00
7.7.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		18.270.000,00	
7.7.99.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS			
			Total das despesas:	31.273.000,00
			Total da entidade:	31.273.000,00
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.515.127,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.190.789,00	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.134.217,00	
3.1.91.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		56.572,00	
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		324.338,00	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		317.848,00	
3.3.93.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		6.490,00	
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			63.900,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		63.900,00	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		63.900,00	
			Total das despesas:	1.579.027,00
			Total da entidade:	1.579.027,00
			Total geral:	159.364.856,00

WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Página: 1/1
 Data: 19/12/2016

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	124 Controle Interno
	125 Normatização e Fiscalização
	131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	122 Administração Geral
	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	122 Administração Geral
	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 Difusão Cultural
	695 Turismo
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	606 Extensão Rural
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	122 Administração Geral
	661 Promoção Industrial
26 Transporte	605 Abastecimento
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	845 Outras Transferências
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	997 Reserva Legal
	999 Reserva de Contingência

 WILMAR CARELLI
 PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 01.00 GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL					
Unidade: 01.01 ASSESSORIA DE GABINETE					
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
04.122.0002.1.001	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - GABINETE				
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE				
28	Encargos Especiais				
28.845	Outras Transferências				
28.845.0027	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS				
28.845.0027.2.003	CONTRIBUIÇÕES				
Unidade: 01.02 ASSESSORIA DE IMPRENSA					
04	Administração				
04.131	Comunicação Social				
04.131.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
04.131.0002.2.004	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA				
Unidade: 01.03 CONTROLE INTERNO					
04	Administração				
04.124	Controle Interno				
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
04.124.0002.2.005	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO				
Unidade: 01.04 PROCON					
04	Administração				
04.125	Normalização e Fiscalização				
04.125.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
04.125.0002.2.006	MANUTENÇÃO DO PROCON				
Unidade: 01.05 DEFESA CIVIL					
06	Segurança Pública				
06.182	Defesa Civil				
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
06.182.0002.2.007	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL				

Página: 2/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		9776682	84.547.763,00	0,00	94.474.445,00
Unidade: 02.01 ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	832.000,00	0,00	832.000,00
		0,00	832.000,00	0,00	832.000,00
04	Administração		832.000,00		832.000,00
04.125	Normalização e Fiscalização		832.000,00		832.000,00
04.125.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		832.000,00		832.000,00
04.125.0002.2.008	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSESSORIA JURÍDICA		832.000,00		832.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 03.01 ADMINISTRAÇÃO		51.000,00	15.242.200,00	0,00	15.293.200,00
		51.000,00	4.622.700,00	0,00	4.673.700,00
04	Administração		4.622.700,00		4.673.700,00
04.122	Administração Geral		4.622.700,00		4.673.700,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.622.700,00		4.673.700,00
04.122.0002.1.002	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ADMINISTRAÇÃO				50.000,00
04.122.0002.1.031	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.000,00			1.000,00
04.122.0002.2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		3.267.000,00		3.267.000,00
04.122.0002.2.010	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		203.500,00		203.500,00
04.122.0002.2.011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		185.000,00		185.000,00
04.122.0002.2.012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES		400.000,00		400.000,00
04.122.0002.2.013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO		44.200,00		44.200,00
04.122.0002.2.014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL		523.000,00		523.000,00
Unidade: 03.02 ENCARGOS ESPECIAIS		0,00	9.998.000,00	0,00	9.998.000,00
28	Encargos Especiais		9.998.000,00		9.998.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais		9.998.000,00		9.998.000,00
28.846.0026	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		9.998.000,00		9.998.000,00
28.846.0026.2.015	INATIVOS - FASM PATRONAL		140.000,00		140.000,00
28.846.0026.2.016	PENSIONISTAS - FASM PATRONAL		14.000,00		14.000,00
28.846.0026.2.017	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		1.317.000,00		1.317.000,00
28.846.0026.2.018	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		12.000,00		12.000,00
28.846.0026.2.019	CONTRIBUIÇÃO À AMARP		210.000,00		210.000,00
28.846.0026.2.020	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA		8.200.000,00		8.200.000,00
28.846.0026.2.021	SENTENÇAS JUDICIAIS		100.000,00		100.000,00
28.846.0026.2.022	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		5.000,00		5.000,00

Página: 3/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade: 03.03 SEGURANÇA PÚBLICA					
06	Segurança Pública				621.500,00
06.181	Policimento		621.500,00		621.500,00
06.181.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		621.500,00		621.500,00
06.181.0005.2.023	CONVENIO POLÍCIA MILITAR		376.250,00		376.250,00
06.181.0005.2.024	CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL		231.250,00		231.250,00
06.181.0005.2.088	CONVÊNIO POLÍCIA AMBIENTAL		14.000,00		14.000,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
Unidade: 04.01 DEPARTAMENTO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO					
04	Administração	70.000,00	2.499.000,00	0,00	2.569.000,00
04.123	Administração Financeira	70.000,00	2.499.000,00	0,00	2.569.000,00
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	70.000,00	2.499.000,00		2.569.000,00
04.123.0003.1.005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FINANÇAS	70.000,00			70.000,00
04.123.0003.2.025	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		221.000,00		221.000,00
04.123.0003.2.026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		805.000,00		805.000,00
04.123.0003.2.027	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		328.000,00		328.000,00
04.123.0003.2.028	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO		1.145.000,00		1.145.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
Unidade: 05.01 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
22	Indústria	520.000,00	283.000,00	0,00	803.000,00
22.122	Administração Geral	520.000,00	283.000,00		803.000,00
22.122.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA		283.000,00		283.000,00
22.122.0022.2.029	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		283.000,00		283.000,00
22.661	Promoção Industrial	520.000,00	283.000,00		803.000,00
22.661.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	520.000,00			520.000,00
22.661.0022.1.006	INCENTIVO A INDÚSTRIA	410.000,00			410.000,00
22.661.0022.1.007	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	110.000,00			110.000,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO					
Unidade: 06.01 PLANEJAMENTO E URBANISMO					
04	Administração	0,00	1.260.000,00	0,00	1.260.000,00
04.122	Administração Geral	0,00	1.260.000,00		1.260.000,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.260.000,00		1.260.000,00
04.122.0002.2.030	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		1.260.000,00		1.260.000,00

Página: 4/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 07.01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO					
12	Educação				233.000,00
12.122	Administração Geral				233.000,00
12.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				233.000,00
12.122.0002.2.032	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA				233.000,00
Unidade: 07.02 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL					
		1.101.000,00	19.244.050,00	0,00	20.345.050,00
12	Educação				20.345.050,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.101.000,00	19.244.050,00		800.000,00
12.306.0010	MERENDA ESCOLAR		800.000,00		800.000,00
12.306.0010.2.033	MERENDA ESCOLAR - PNAE		800.000,00		800.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.101.000,00	18.444.050,00		19.545.050,00
12.361.0011	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.101.000,00	18.444.050,00		19.545.050,00
12.361.0011.1.008	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE ESCOLAS	1.000,00			1.000,00
12.361.0011.1.009	APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL	1.100.000,00			1.100.000,00
12.361.0011.2.034	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		2.271.050,00		2.271.050,00
12.361.0011.2.035	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL		13.001.000,00		13.001.000,00
12.361.0011.2.036	TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL		3.172.000,00		3.172.000,00
Unidade: 07.03 DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL					
		991.000,00	13.976.250,00	0,00	14.967.250,00
12	Educação				14.967.250,00
12.306	Alimentação e Nutrição	991.000,00	13.976.250,00		1.355.000,00
12.306.0015	CRIANÇA NA ESCOLA		1.355.000,00		1.355.000,00
12.306.0015.2.038	MERENDA ESCOLAR - CRECHES PNAE		1.355.000,00		1.355.000,00
12.365	Educação Infantil				13.612.250,00
12.365.0015	CRIANÇA NA ESCOLA	991.000,00	12.621.250,00		13.612.250,00
12.365.0015.1.010	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE CRECHES	11.000,00			11.000,00
12.365.0015.1.011	APLICAÇÃO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL	980.000,00			980.000,00
12.365.0015.2.037	MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 0 A 6 ANOS		4.422.250,00		4.422.250,00
12.365.0015.2.039	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO INFANTIL		8.199.000,00		8.199.000,00
Unidade: 07.04 DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO					
		0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
12	Educação				2.000,00
12.362	Ensino Médio		2.000,00		2.000,00
12.362.0013	ENSINO MÉDIO		2.000,00		2.000,00
12.362.0013.2.040	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO		2.000,00		2.000,00

Página: 5/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 07.04 DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO					
12	Educação				
12.362	Ensino Médio		2.000,00		2.000,00
12.362.0013	ENSINO MÉDIO		2.000,00		2.000,00
12.362.0013.2.040	MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO		2.000,00		2.000,00
Unidade: 07.05 DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR					
12	Educação	0,00	1.156.000,00	0,00	1.156.000,00
12.364	Ensino Superior		1.156.000,00		1.156.000,00
12.364.0014	ENSINO SUPERIOR		1.156.000,00		1.156.000,00
12.364.0014.2.041	TRANSPORTE ESCOLAR		630.000,00		630.000,00
12.364.0014.2.042	BOLSA DE ESTUDOS		396.000,00		396.000,00
12.364.0014.2.089	MANUTENÇÃO UAB - UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - PÓLO DE VIDEIRA		130.000,00		130.000,00
Unidade: 07.06 DEPARTAMENTO DE ESPORTES					
27	Desporto e Lazer	1.000,00	171.000,00	0,00	172.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.000,00	171.000,00		172.000,00
27.812.0012	DESPORTO ESTUDANTIL	1.000,00	171.000,00		172.000,00
27.812.0012.1.012	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA GINASIOS.QUADRAS ECAMPOS	1.000,00			1.000,00
27.812.0012.2.043	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES		171.000,00		171.000,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL					
Unidade: 08.01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE					
04	Administração				
04.122	Administração Geral				
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
04.122.0002.2.044	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE				
Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL					
08	Assistência Social				
08.122	Administração Geral	1.000,00	272.000,00	0,00	273.000,00
08.122.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL		30.000,00		30.000,00
08.122.0006.2.045	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL		30.000,00		30.000,00

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/11
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL					
Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL					
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	9776682	84.547.763,00	0,00	94.474.445,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00	352.000,00	0,00	353.000,00
08.243.0006.1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - CONSELHO TUTELAR	1.000,00	272.000,00	0,00	273.000,00
08.243.0006.2.046	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR				
		1.000,00	272.000,00		273.000,00
		1.000,00	242.000,00		243.000,00
		1.000,00	242.000,00		243.000,00
		1.000,00			1.000,00
			242.000,00		242.000,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					
Unidade: 09.01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
15	Urbanismo	6.831.682,00	17.600.213,00	0,00	24.431.895,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	6.831.682,00	16.050.213,00		22.881.895,00
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	6.831.682,00	2.360.000,00		9.191.682,00
15.451.0007.1.014	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, ESCADARIAS E OBRAS ESPECIAIS	6.831.682,00	2.360.000,00		9.191.682,00
15.451.0007.1.015	RESTAURAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	120.000,00			120.000,00
15.451.0007.1.017	TERMINAL URBANO	6.311.682,00			6.311.682,00
15.451.0007.1.018	CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA	100.000,00			100.000,00
15.451.0007.2.050	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	300.000,00			300.000,00
15.451.0007.2.051	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AEROPORTO		2.260.000,00		2.260.000,00
15.452	Serviços Urbanos		100.000,00		100.000,00
15.452.0007	INFRAESTRUTURA		13.690.213,00		13.690.213,00
15.452.0007.2.047	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		10.854.713,00		10.854.713,00
15.452.0007.2.048	SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS		335.500,00		335.500,00
15.452.0007.2.049	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		2.500.000,00		2.500.000,00
26	Transporte		1.550.000,00		1.550.000,00
26.605	Abastecimento		1.550.000,00		1.550.000,00
26.605.0007	INFRAESTRUTURA		1.550.000,00		1.550.000,00
26.605.0007.2.052	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		1.550.000,00		1.550.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
15	Urbanismo	50.000,00	5.707.000,00	0,00	5.757.000,00
15.606	Extensão Rural	50.000,00	5.707.000,00	0,00	5.757.000,00
15.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	25.000,00			25.000,00
15.606.0021.1.020	OBRAS DE ABASTECIMENTO COMUNITÁRIO	25.000,00			25.000,00

Página: 7/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT					
Unidade: 10.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.472.000,00		1.472.000,00
18.541.0020	MEIO AMBIENTE E PAISAGISMO		1.472.000,00		1.472.000,00
18.541.0020.2.053	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		1.392.000,00		1.392.000,00
18.541.0020.2.055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		80.000,00		80.000,00
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
20.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
20.606.0021.1.019	IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
20.606.0021.2.054	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA					
Unidade: 11.01 DEPARTAMENTO DE TURISMO E CULTURA					
13	Cultura				
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		2.029.000,00		2.029.000,00
13.391.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		55.000,00		55.000,00
13.391.0023.2.060	MANUTENÇÃO DO MUSEU		55.000,00		55.000,00
13.392	Difusão Cultural		639.000,00		639.000,00
13.392.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		639.000,00		639.000,00
13.392.0023.2.057	MANUTENÇÃO DA BANDA MUNICIPAL		245.000,00		245.000,00
13.392.0023.2.058	MANUTENÇÃO DA CAMERATA		40.000,00		40.000,00
13.392.0023.2.059	MANUTENÇÃO DO CEVI		110.000,00		110.000,00
13.392.0023.2.061	MANUTENÇÃO DO OBSERVATÓRIO		44.000,00		44.000,00
13.392.0023.2.062	FESTIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO		200.000,00		200.000,00
13.695	Turismo		1.335.000,00		1.335.000,00
13.695.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		1.335.000,00		1.335.000,00
13.695.0023.2.056	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA		1.335.000,00		1.335.000,00
Órgão: 12.00 FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS					
Unidade: 12.01 FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS					
06	Segurança Pública				
06.182	Defesa Civil		475.000,00		475.000,00
06.182.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		475.000,00		475.000,00
06.182.0005.2.072	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL P/REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		475.000,00		475.000,00

Página: 8/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO					
Unidade: 13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO					
17	Saneamento				456.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano				456.000,00
17.512.0019	ESGOTO URBANO				456.000,00
17.512.0019.2.073	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	9776682	84.547.763,00	0,00	94.474.445,00
		0,00	456.000,00	0,00	456.000,00
		0,00	456.000,00	0,00	456.000,00
Órgão: 14.00 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
Unidade: 14.01 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL					
16	Habitação				460.000,00
16.482	Habitação Urbana				460.000,00
16.482.0018	HABITAÇÃO POPULAR				460.000,00
16.482.0018.1.021	AQUISIÇÃO DE TERRENOS - FRH				110.000,00
16.482.0018.2.074	MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	110.000,00	350.000,00	0,00	460.000,00
		110.000,00	350.000,00	0,00	460.000,00
		110.000,00	350.000,00		460.000,00
		110.000,00	350.000,00		110.000,00
			350.000,00		350.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Unidade: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
99	Reserva de Contingência				150.000,00
99.999	Reserva de Contingência				150.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				150.000,00
99.999.0099.9.001	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				150.000,00
Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA					
Órgão: 18.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV					
Unidade: 18.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES					
27	Desporto e Lazer				1.469.000,00
27.812	Desporto Comunitário				1.469.000,00
27.812.0025	DESPORTO AMADOR				1.469.000,00
27.812.0025.2.076	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00
		0,00	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00
		0,00	1.469.000,00	0,00	1.469.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA					
Órgão: 17.00 FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
Unidade: 17.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
08	Assistência Social				235.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente				235.000,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL				235.000,00
08.243.0006.2.075	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	0	235.000,00	0,00	235.000,00
		0,00	235.000,00	0,00	235.000,00
		0,00	235.000,00	0,00	235.000,00

Página: 9/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA					
Órgão: 17.00	FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0	235.000,00	0,00	235.000,00
Unidade: 17.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	235.000,00	0,00	235.000,00
08	Assistência Social				
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		235.000,00		235.000,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL		235.000,00		235.000,00
08.243.0006.2.075	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA		235.000,00		235.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA					
Órgão: 16.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	75.400	4.165.530,00	0,00	4.240.930,00
Unidade: 16.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.400,00	4.165.530,00	0,00	4.240.930,00
08	Assistência Social				
08.241	Assistência ao Idoso	75.400,00	4.165.530,00		4.240.930,00
08.241.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	100,00	93.100,00		93.200,00
08.241.0006.1.028	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS	100,00	93.100,00		100,00
08.241.0006.2.085	ASSISTÊNCIA A IDOSOS EM ABRIGOS				
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência				
08.242.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL		93.100,00		93.100,00
08.242.0006.2.082	ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS		92.710,00		92.710,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	100,00	92.710,00		92.710,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	100,00	1.703.444,00		1.703.544,00
08.243.0006.1.029	CONSTRUÇÃO DO CREAS	100,00	1.703.444,00		1.703.544,00
08.243.0006.2.081	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA		352.400,00		352.400,00
08.243.0006.2.083	MANUTENÇÃO DO CREAS		585.820,00		585.820,00
08.243.0006.2.084	MANUTENÇÃO DA CASA LAR		765.224,00		765.224,00
08.244	Assistência Comunitária	75.200,00	2.276.276,00		2.351.476,00
08.244.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.200,00	2.276.276,00		2.351.476,00
08.244.0006.1.026	REFORMA DO PRÉDIO DA ASSISTENCIA SOCIAL	100,00			100,00
08.244.0006.1.027	CONSTRUÇÃO DO CRAS	100,00			100,00
08.244.0006.1.030	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMAS	75.000,00			75.000,00
08.244.0006.2.080	MANUTENÇÃO DO CRAS		549.535,00		549.535,00
08.244.0006.2.086	MANUTENÇÃO DO FMAS		1.723.791,00		1.723.791,00
08.244.0006.2.087	MANUTENÇÃO DO CMAS		2.950,00		2.950,00

Página: 10/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA					
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica				
10.301.0009	SAÚDE BÁSICA				
10.301.0009.1.022	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE	257100	22.631.354,00	0,00	22.888.454,00
10.301.0009.1.024	AQUISIÇÃO DE TERRENOS - FMS	257.100,00	22.631.354,00	0,00	22.888.454,00
10.301.0009.2.063	ATENÇÃO BÁSICA	257.100,00	22.631.354,00	0,00	22.888.454,00
10.301.0009.2.068	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA				
10.301.0009.2.069	GESTÃO DO SUS	257.100,00	22.631.354,00		22.888.454,00
10.301.0009.2.070	INVESTIMENTOS EM SAÚDE	165.100,00	10.386.487,00		10.551.587,00
10.301.0009.2.071	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	165.000,00	10.386.487,00		10.551.587,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	100,00			100,00
10.302.0009	SAÚDE BÁSICA				
10.302.0009.1.025	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FMS		9.097.262,00		9.097.262,00
10.302.0009.2.064	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		1.285.125,00		1.285.125,00
10.304	Vigilância Sanitária		1.100,00		1.100,00
10.304.0009	SAÚDE BÁSICA		2.000,00		2.000,00
10.304.0009.2.066	VIGILÂNCIA SANITÁRIA		1.000,00		1.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica				
10.305.0009	SAÚDE BÁSICA				
10.305.0009.2.065	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E PROMOÇÃO DA SAÚDE	92.000,00	11.396.476,00		11.488.476,00
10.305.0009.2.067	PROGRAMA DST/AIDS	92.000,00	11.396.476,00		11.488.476,00
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST. MEDICA DOS SERV. PUB. MUN. VIDEIRA					
Órgão: 19.00 FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM					
Unidade: 19.01 FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERVIDORES					
28	Encargos Especiais	0	3.205.000,00	0,00	3.205.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	0,00	3.205.000,00	0,00	3.205.000,00
28.846.0028	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE	0,00	3.205.000,00	0,00	3.205.000,00
28.846.0028.2.077	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERVIDORES		3.205.000,00		3.205.000,00
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID					
Órgão: 21.00 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID					
Unidade: 21.01 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA					
09	Previdência Social	0	31.273.000,00	0,00	31.273.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	31.273.000,00	0,00	31.273.000,00
09.272.0008	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	31.273.000,00	0,00	31.273.000,00
09.272.0008.2.078	MANUTENÇÃO DO INPREVID				

Página: 11/11
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID					
Órgão: 21.00	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID	0	31.273.000,00	0,00	31.273.000,00
Unidade: 21.01	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	0,00	31.273.000,00	0,00	31.273.000,00
99	Reserva de Contingência		18.270.000,00		18.270.000,00
99.997	Reserva Legal		18.270.000,00		18.270.000,00
99.997.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		18.270.000,00		18.270.000,00
99.997.0099.2.079	RESERVA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		18.270.000,00		18.270.000,00
Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA					
Órgão: 20.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0	1.579.027,00	0,00	1.579.027,00
Unidade: 20.01	CÂMARA DE VEREADORES	0,00	1.579.027,00	0,00	1.579.027,00
01	Legislativa		1.579.027,00		1.579.027,00
01.031	Ação Legislativa		1.579.027,00		1.579.027,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		1.579.027,00		1.579.027,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES		1.579.027,00		1.579.027,00
Total geral:					159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/4
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		1.579.027,00		1.579.027,00
01.031	Ação Legislativa		1.579.027,00		1.579.027,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		1.579.027,00		1.579.027,00
04	Administração	171.000,00	11.657.700,00		11.828.700,00
04.122	Administração Geral	101.000,00	7.712.700,00		7.813.700,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	101.000,00	7.712.700,00		7.813.700,00
04.123	Administração Financeira	70.000,00	2.499.000,00		2.569.000,00
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	70.000,00	2.499.000,00		2.569.000,00
04.124	Controle Interno		145.000,00		145.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		145.000,00		145.000,00
04.125	Normalização e Fiscalização		1.011.000,00		1.011.000,00
04.125.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.011.000,00		1.011.000,00
04.131	Comunicação Social		290.000,00		290.000,00
04.131.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		290.000,00		290.000,00
06	Segurança Pública		1.142.500,00		1.142.500,00
06.181	Policimento		621.500,00		621.500,00
06.181.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		621.500,00		621.500,00
06.182	Defesa Civil		521.000,00		521.000,00
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		46.000,00		46.000,00
06.182.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA		475.000,00		475.000,00
08	Assistência Social	76.400,00	4.672.530,00		4.748.930,00
08.122	Administração Geral		30.000,00		30.000,00
08.122.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL		30.000,00		30.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	100,00	93.100,00		93.200,00
08.241.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	100,00	93.100,00		93.200,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		92.710,00		92.710,00
08.242.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL		92.710,00		92.710,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.100,00	2.180.444,00		2.181.544,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.100,00	2.180.444,00		2.181.544,00
08.244	Assistência Comunitária	75.200,00	2.276.276,00		2.351.476,00
08.244.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.200,00	2.276.276,00		2.351.476,00
09	Previdência Social		13.003.000,00		13.003.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		13.003.000,00		13.003.000,00
09.272.0008	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		13.003.000,00		13.003.000,00

Página: 2/4
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	257.100,00	22.631.354,00		22.888.454,00
10.301	Atenção Básica	165.100,00	10.386.487,00		10.551.587,00
10.301.0009	SAÚDE BÁSICA	165.100,00	10.386.487,00		10.551.587,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	92.000,00	11.396.476,00		11.488.476,00
10.302.0009	SAÚDE BÁSICA	92.000,00	11.396.476,00		11.488.476,00
10.304	Vigilância Sanitária		401.002,00		401.002,00
10.304.0009	SAÚDE BÁSICA		401.002,00		401.002,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		447.389,00		447.389,00
10.305.0009	SAÚDE BÁSICA		447.389,00		447.389,00
12	Educação	2.092.000,00	34.611.300,00		36.703.300,00
12.122	Administração Geral		233.000,00		233.000,00
12.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		233.000,00		233.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição		2.155.000,00		2.155.000,00
12.306.0010	MERENDA ESCOLAR		800.000,00		800.000,00
12.306.0015	CRIANÇA NA ESCOLA		1.355.000,00		1.355.000,00
12.361	Ensino Fundamental	1.101.000,00	18.444.050,00		19.545.050,00
12.361.0011	EDUCAÇÃO BÁSICA	1.101.000,00	18.444.050,00		19.545.050,00
12.362	Ensino Médio		2.000,00		2.000,00
12.362.0013	ENSINO MÉDIO		2.000,00		2.000,00
12.364	Ensino Superior		1.156.000,00		1.156.000,00
12.364.0014	ENSINO SUPERIOR		1.156.000,00		1.156.000,00
12.365	Educação Infantil	991.000,00	12.621.250,00		13.612.250,00
12.365.0015	CRIANÇA NA ESCOLA	991.000,00	12.621.250,00		13.612.250,00
13	Cultura		2.029.000,00		2.029.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		55.000,00		55.000,00
13.391.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		55.000,00		55.000,00
13.392	Difusão Cultural		639.000,00		639.000,00
13.392.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		639.000,00		639.000,00
13.695	Turismo		1.335.000,00		1.335.000,00
13.695.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO		1.335.000,00		1.335.000,00
15	Urbanismo		16.050.213,00		22.906.895,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	6.856.682,00	2.360.000,00		9.191.682,00
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	6.831.682,00	2.360.000,00		9.191.682,00
15.452	Serviços Urbanos		13.690.213,00		13.690.213,00
15.452.0007	INFRAESTRUTURA		13.690.213,00		13.690.213,00
15.606	Extensão Rural	25.000,00			25.000,00
15.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	25.000,00			25.000,00

Página: 3/4
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16	Habituação				
16.482	Habituação Urbana	110.000,00	350.000,00		460.000,00
16.482.0018	HABITAÇÃO POPULAR	110.000,00	350.000,00		460.000,00
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano		456.000,00		456.000,00
17.512.0019	ESGOTO URBANO		456.000,00		456.000,00
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	1.472.000,00	1.472.000,00		1.472.000,00
18.541.0020	MEIO AMBIENTE E PAISAGISMO	1.472.000,00	1.472.000,00		1.472.000,00
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
20.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	25.000,00	4.235.000,00		4.260.000,00
22	Indústria				
22.122	Administração Geral	520.000,00	283.000,00		803.000,00
22.122.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA		283.000,00		283.000,00
22.661	Promoção Industrial		283.000,00		283.000,00
22.661.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	520.000,00			520.000,00
26	Transporte				
26.605	Abastecimento		1.550.000,00		1.550.000,00
26.605.0007	INFRAESTRUTURA		1.550.000,00		1.550.000,00
27	Desporto e Lazer				
27.812	Desporto Comunitário	1.000,00	1.640.000,00		1.641.000,00
27.812.0012	DESPORTO ESTUDANTIL	1.000,00	1.640.000,00		1.641.000,00
27.812.0025	DESPORTO AMADOR	1.000,00	171.000,00		172.000,00
28	Encargos Especiais				
28.845	Outras Transferências		13.473.050,00		13.473.050,00
28.845.0027	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS		270.050,00		270.050,00
28.846	Outros Encargos Especiais		270.050,00		270.050,00
28.846.0026	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS		13.203.000,00		13.203.000,00
28.846.0028	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE		9.998.000,00		9.998.000,00
99	Reserva de Contingência				
99.997	Reserva Legal		18.270.000,00		18.270.000,00
99.997.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		18.270.000,00		18.270.000,00

Página: 4/4
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
99	Reserva de Contingência				18.420.000,00
99.999	Reserva de Contingência				150.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				150.000,00
Total:		10.109.182,00	149.105.674,00	0,00	159.364.856,00
Total geral:		10.109.182,00	149.105.674,00	0,00	159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	1.579.027,00		1.579.027,00
01.031	Ação Legislativa	1.579.027,00		1.579.027,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.579.027,00		1.579.027,00
04	Administração		81.000,00	11.828.700,00
04.122	Administração Geral	11.747.700,00		7.813.700,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	7.813.700,00		7.813.700,00
04.123	Administração Financeira	2.569.000,00		2.569.000,00
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.569.000,00		2.569.000,00
04.124	Controle Interno	145.000,00		145.000,00
04.124.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	145.000,00		145.000,00
04.125	Normalização e Fiscalização	930.000,00	81.000,00	1.011.000,00
04.125.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	930.000,00	81.000,00	1.011.000,00
04.131	Comunicação Social	290.000,00		290.000,00
04.131.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	290.000,00		290.000,00
06	Segurança Pública		962.500,00	1.142.500,00
06.181	Policimento	180.000,00		621.500,00
06.181.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	174.000,00		621.500,00
06.182	Defesa Civil	6.000,00		521.000,00
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.000,00		46.000,00
06.182.0005	SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA	6.000,00	475.000,00	475.000,00
08	Assistência Social	4.061.250,00	687.680,00	4.748.930,00
08.122	Administração Geral	30.000,00		30.000,00
08.122.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000,00		30.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	85.100,00	8.100,00	93.200,00
08.241.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	85.100,00	8.100,00	93.200,00
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência	40.100,00	52.610,00	92.710,00
08.242.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.100,00	52.610,00	92.710,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.768.244,00	413.300,00	2.181.544,00
08.243.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.768.244,00	413.300,00	2.181.544,00
08.244	Assistência Comunitária	2.137.806,00	213.670,00	2.351.476,00
08.244.0006	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.137.806,00	213.670,00	2.351.476,00
09	Previdência Social	910.000,00	12.093.000,00	13.003.000,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	910.000,00	12.093.000,00	13.003.000,00
09.272.0008	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	910.000,00	12.093.000,00	13.003.000,00
10	Saúde			
10.301	Atenção Básica	14.850.250,00	8.038.204,00	22.888.454,00
10.301.0009	SAÚDE BÁSICA	7.084.050,00	3.467.537,00	10.551.587,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.084.050,00	3.467.537,00	10.551.587,00
10.302.0009	SAÚDE BÁSICA	7.191.200,00	4.297.276,00	11.488.476,00
		7.191.200,00	4.297.276,00	11.488.476,00

Página: 2/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	14.850.250,00	8.038.204,00	22.888.454,00
10.304	Vigilância Sanitária	378.000,00	23.002,00	401.002,00
10.304.0009	SAÚDE BÁSICA	378.000,00	23.002,00	401.002,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	197.000,00	250.389,00	447.389,00
10.305.0009	SAÚDE BÁSICA	197.000,00	250.389,00	447.389,00
12	Educação	12.186.250,00	24.517.050,00	36.703.300,00
12.122	Administração Geral	233.000,00		233.000,00
12.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	233.000,00		233.000,00
12.306	Alimentação e Nutrição	1.400.000,00	755.000,00	2.155.000,00
12.306.0010	MERENDA ESCOLAR	500.000,00	300.000,00	800.000,00
12.306.0015	CRIANÇA NA ESCOLA	900.000,00	455.000,00	1.355.000,00
12.361	Ensino Fundamental	4.972.000,00	14.573.050,00	19.545.050,00
12.361.0011	EDUCAÇÃO BÁSICA	4.972.000,00	14.573.050,00	19.545.050,00
12.362	Ensino Médio	2.000,00		2.000,00
12.362.0013	ENSINO MÉDIO	2.000,00		2.000,00
12.364	Ensino Superior	1.156.000,00		1.156.000,00
12.364.0014	ENSINO SUPERIOR	1.156.000,00		1.156.000,00
12.365	Educação Infantil	4.423.250,00	9.189.000,00	13.612.250,00
12.365.0015	CRIANÇA NA ESCOLA	4.423.250,00	9.189.000,00	13.612.250,00
13	Cultura	2.029.000,00		2.029.000,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	55.000,00		55.000,00
13.391.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO	55.000,00		55.000,00
13.392	Difusão Cultural	639.000,00		639.000,00
13.392.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO	639.000,00		639.000,00
13.695	Turismo	1.335.000,00		1.335.000,00
13.695.0023	PROMOÇÃO AO TURISMO	1.335.000,00		1.335.000,00
15	Urbanismo	15.946.695,00	6.960.200,00	22.906.895,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.640.482,00	6.551.200,00	9.191.682,00
15.451.0007	INFRAESTRUTURA	2.640.482,00	6.551.200,00	9.191.682,00
15.452	Serviços Urbanos	13.281.213,00	409.000,00	13.690.213,00
15.452.0007	INFRAESTRUTURA	13.281.213,00	409.000,00	13.690.213,00
15.606	Extensão Rural	25.000,00		25.000,00
15.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	25.000,00		25.000,00
16	Habitação	250.000,00	210.000,00	460.000,00
16.482	Habitação Urbana	250.000,00	210.000,00	460.000,00
16.482.0018	HABITAÇÃO POPULAR	250.000,00	210.000,00	460.000,00
17	Saneamento	150.000,00	306.000,00	456.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	150.000,00	306.000,00	456.000,00
17.512.0019	ESGOTO URBANO	150.000,00	306.000,00	456.000,00

Página: 3/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
18	Gestão Ambiental	480.000,00	992.000,00	1.472.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	480.000,00	992.000,00	1.472.000,00
18.541.0020	MEIO AMBIENTE E PAISAGISMO	480.000,00	992.000,00	1.472.000,00
20	Agricultura	4.260.000,00		4.260.000,00
20.606	Extensão Rural	4.260.000,00		4.260.000,00
20.606.0021	FOMENTO AGROPECUÁRIO E PROMOÇÃO DA EXTENSÃO RURAL	4.260.000,00		4.260.000,00
22	Indústria	803.000,00		803.000,00
22.122	Administração Geral	283.000,00		283.000,00
22.122.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	283.000,00		283.000,00
22.661	Promoção Industrial	520.000,00		520.000,00
22.661.0022	INCENTIVOS PARA INDÚSTRIA	520.000,00		520.000,00
26	Transporte	900.000,00	650.000,00	1.550.000,00
26.605	Abastecimento	900.000,00	650.000,00	1.550.000,00
26.605.0007	INFRAESTRUTURA	900.000,00	650.000,00	1.550.000,00
27	Desporto e Lazer	1.641.000,00		1.641.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.641.000,00		1.641.000,00
27.812.0012	DESPORTO ESTUDANTIL	172.000,00		172.000,00
27.812.0025	DESPORTO AMADOR	1.469.000,00		1.469.000,00
28	Encargos Especiais	13.426.000,00	47.050,00	13.473.050,00
28.845	Outras Transferências	230.000,00	40.050,00	270.050,00
28.845.0027	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS	230.000,00	40.050,00	270.050,00
28.846	Outros Encargos Especiais	13.196.000,00	7.000,00	13.203.000,00
28.846.0026	PAGAMENTO DE ENCARGOS ESPECIAIS	9.991.000,00	7.000,00	9.998.000,00
28.846.0028	ADMINISTRAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE	3.205.000,00		3.205.000,00
99	Reserva de Contingência			18.420.000,00
99.997	Reserva Legal			18.270.000,00
99.997.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			18.270.000,00
99.999	Reserva de Contingência			150.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			150.000,00
Total:		85.550.172,00	73.814.884,00	159.364.856,00
Total geral:		85.550.172,00	73.814.884,00	159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/40

Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA							
Funções		Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
Órgão							
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	2.414.000,00	0,00	46.000,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	832.000,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	4.673.700,00	0,00	621.500,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	2.569.000,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	1.260.000,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475.000,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	11.828.700,00	0,00	1.142.500,00

Página: 2/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.703.300,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	273.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	273.000,00	0,00	0,00	0,00	36.703.300,00

Página: 3/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	22.881.895,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	1.472.000,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		2.029.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	456.000,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	460.000,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		2.029.000,00	0,00	22.906.895,00	460.000,00	456.000,00	1.472.000,00

Página: 4/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	803.000,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	4.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	4.260.000,00	0,00	803.000,00	0,00	0,00

Página: 5/40

Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência
01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	270.050,00	0,00
02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSESSORIA JURÍDICA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	9.998.000,00	0,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	172.000,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		0,00	1.550.000,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - FUNDO MUNICIPAL P/ REEQ. BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Total:		0,00	1.550.000,00	172.000,00	10.268.050,00	150.000,00
						94.474.445,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 9/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 10/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FMEV		0,00	0,00	1.469.000,00	0,00	0,00	1.469.000,00
Total:		0,00	0,00	1.469.000,00	0,00	0,00	1.469.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	235.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 13/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 - FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 16/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 17/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	4.240.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	4.240.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 18/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 19/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 20/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.240.930,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.240.930,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE VIDEIRA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 21/40
 Data: 19/12/2016

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 22/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	22.888.454,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	22.888.454,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 23/40
Data: 19/12/2016

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE VIDEIRA
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
 Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 24/40
 Data: 19/12/2016

Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 25/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.888.454,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.888.454,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 26/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 13 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERV. PÚBL. MUN. VIDEIRA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 27/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 13 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERV. PÚBL. MUN. VIDEIRA**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 28/40

Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 29/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 30/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FASM		0,00	0,00	0,00	3.205.000,00	0,00	3.205.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	3.205.000,00	0,00	3.205.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 31/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 32/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID		0,00	0,00	13.003.000,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	13.003.000,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 33/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 34/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 35/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
21.00 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA - INPREVID		0,00	0,00	0,00	0,00	18.270.000,00	31.273.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	18.270.000,00	31.273.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICIPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 36/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		1.579.027,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1.579.027,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 37/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 38/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE VIDEIRA****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 39/40
Data: 19/12/2016**Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 40/40
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
20.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579.027,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579.027,00
	Total geral:						159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 1/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	64.530.509,06	70.911.554,77	78.175.090,87	71.685.225,00	77.278.750,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.664.553,86	41.327.758,50	47.015.492,88	43.685.343,00	45.643.150,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	48.674,15	48.405,00	33.180,00	50.000,00	60.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	35.826.217,78	36.839.422,65	41.454.374,88	38.994.143,00	40.262.450,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.789.661,93	4.439.930,85	5.527.938,00	4.641.200,00	5.320.700,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.359.584,86	4.732.062,44	4.771.942,15	4.900.000,00	500.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.359.584,86	4.732.062,44	4.771.942,15	4.900.000,00	500.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.506.370,34	24.851.733,83	26.387.655,84	23.099.882,00	31.135.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	568.595,01	429.678,05	556.043,22	460.050,00	480.050,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	388.304,93	304.701,96	90.500,00	120.000,00	50.000,00
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	0,00	0,00	363.174,10	390.000,00	645.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	18.549.470,40	24.117.353,82	25.350.818,52	22.074.832,00	23.605.550,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	0,00	0,00	6.300.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	27.120,00	55.000,00	55.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.094.246,20	9.489.299,36	14.813.449,56	22.897.207,00	17.045.695,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	8.485.959,86	7.176.464,56	12.296.969,10	20.496.707,00	15.645.195,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	9.304,33	6.624,00	1.470,00	3.000,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	8.476.655,53	7.169.840,56	12.295.499,10	20.493.707,00	15.625.195,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.608.286,34	2.312.834,80	2.516.480,46	2.400.000,00	1.400.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.608.286,34	2.312.834,80	2.516.480,46	2.400.000,00	1.400.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
Total por entidade:		74.624.755,26	80.400.854,13	92.988.540,43	94.732.432,00	94.474.445,00
Entidade: 2 - FUNDAÇAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.141.721,44	1.344.092,69	1.412.319,15	1.351.290,00	1.464.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	509.458,35	628.651,60	669.427,61	697.000,00	766.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	454.392,26	571.948,55	608.625,40	635.000,00	698.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	55.066,09	56.703,05	60.802,21	62.000,00	68.200,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	632.263,09	715.441,09	742.891,54	654.290,00	697.300,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	632.263,09	715.441,09	742.891,54	654.190,00	697.200,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Total por entidade:		1.141.721,44	1.344.092,69	1.412.319,15	1.356.290,00	1.469.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.633,19	111.432,45	114.229,93	302.000,00	235.000,00

Página: 2/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA						
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.633,19	111.432,45	114.229,93	302.000,00	235.000,00
3.3.3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.633,19	111.432,45	114.229,93	300.000,00	233.000,00
4.0.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.0.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		5.633,19	111.432,45	114.229,93	302.000,00	235.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA						
3.0.3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.832.146,85	2.843.074,80	3.020.263,92	3.721.270,00	3.771.208,00
3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.735.798,32	1.819.872,16	1.960.400,79	2.369.572,00	2.428.000,00
3.1.3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.575.229,15	1.661.813,33	1.750.991,03	2.166.869,00	2.134.000,00
3.1.3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	160.569,17	158.058,83	209.409,76	202.703,00	294.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.096.348,53	1.023.202,64	1.059.863,13	1.351.698,00	1.343.208,00
3.3.3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	153.017,71	150.271,52	161.535,26	186.450,00	185.710,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	943.330,82	872.931,12	898.327,87	1.165.248,00	1.157.498,00
4.0.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	261.060,99	104.584,44	154.666,79	323.280,00	469.722,00
4.4.0.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	261.060,99	104.584,44	154.666,79	323.280,00	469.722,00
4.4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	261.060,99	104.584,44	154.666,79	323.280,00	469.722,00
Total por entidade:		3.093.207,84	2.947.659,24	3.174.930,71	4.044.550,00	4.240.930,00
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA						
3.0.3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	19.122.409,53	18.432.398,80	20.978.326,02	18.524.787,00	22.164.354,00
3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.737.003,99	8.735.197,61	9.455.489,61	8.863.824,00	10.067.800,00
3.1.7.00.00.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	12.000,00	13.200,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00
3.1.3.1.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.036.382,53	8.069.783,56	8.673.512,27	8.133.324,00	9.002.300,00
3.1.3.1.91.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	688.621,46	652.214,05	766.977,34	710.500,00	1.045.500,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.385.405,54	9.697.201,19	11.522.836,41	9.660.963,00	12.096.554,00
3.3.3.3.50.00.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.000,00	140.000,00	792.000,00	795.000,00	795.000,00
3.3.7.00.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	3.000,00	3.300,00	3.600,00	10.000,00	10.000,00
3.3.9.00.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.345.649,49	8.537.533,11	9.646.930,13	7.575.763,00	10.011.354,00
3.3.3.3.93.00.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	1.028.756,05	1.016.368,08	1.080.306,28	1.280.200,00	1.280.200,00
4.0.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	339.288,36	1.135.106,77	1.769.623,97	659.650,00	724.100,00
4.4.0.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	339.288,36	1.135.106,77	1.769.623,97	659.650,00	724.100,00
4.4.4.71.00.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.4.90.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	339.288,36	1.135.106,77	1.769.623,97	654.650,00	719.100,00
Total por entidade:		19.461.697,89	19.567.505,57	22.747.949,99	19.184.437,00	22.888.454,00
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA						
3.0.3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.378.610,56	2.244.230,83	2.480.730,38	3.093.000,00	3.175.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.378.610,56	2.244.230,83	2.480.730,38	3.093.000,00	3.175.000,00
3.3.9.00.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.378.610,56	2.244.230,83	2.480.730,38	3.093.000,00	3.175.000,00
4.0.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.151,88	819,00	20.000,00	30.000,00

Página: 3/3
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	3.151,88	819,00	20.000,00	30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	3.151,88	819,00	20.000,00	30.000,00
Total por entidade:		2.378.610,56	2.247.382,71	2.481.549,38	3.113.000,00	3.205.000,00
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.055.269,13	7.785.945,86	9.917.450,18	10.630.000,00	12.878.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	136.487,94	142.139,51	191.448,19	280.000,00	11.798.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	113.315,85	117.880,24	160.020,50	245.000,00	11.753.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper-Intra-Orçamentárias	23.172,09	24.259,27	31.427,69	35.000,00	45.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.918.781,19	7.643.806,35	9.726.001,99	10.350.000,00	1.080.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.918.781,19	7.643.806,35	9.726.001,99	10.350.000,00	1.080.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.906,00	3.445,00	5.385,00	122.000,00	125.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.906,00	3.445,00	5.385,00	122.000,00	125.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.906,00	3.445,00	5.385,00	122.000,00	125.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	16.613.000,00	18.270.000,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	16.613.000,00	18.270.000,00
7.7.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	16.613.000,00	18.270.000,00
Total por entidade:		6.060.175,13	7.789.390,86	9.922.835,18	27.365.000,00	31.273.000,00
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	991.091,20	946.070,02	1.027.258,98	1.408.444,00	1.515.127,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	787.907,82	826.408,92	886.475,27	1.104.994,00	1.190.789,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	770.556,32	799.799,54	860.738,63	1.064.994,00	1.134.217,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper-Intra-Orçamentárias	17.351,50	26.609,38	25.736,64	40.000,00	56.572,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	203.183,38	119.661,10	140.783,71	303.450,00	324.338,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	203.183,38	119.661,10	137.648,71	298.450,00	317.848,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	0,00	0,00	3.135,00	5.000,00	6.490,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.401,36	1.715,00	16.217,00	60.000,00	63.900,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	5.401,36	1.715,00	16.217,00	60.000,00	63.900,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	5.401,36	1.715,00	16.217,00	60.000,00	63.900,00
Total por entidade:		996.492,56	947.785,02	1.043.475,98	1.468.444,00	1.579.027,00
Total geral:		107.762.293,87	115.356.102,67	133.885.830,75	151.566.153,00	159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

Página: 2/18
Data: 19/12/2016

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.305.572,17	1.637.508,99	2.499.721,94	1.500.000,00	2.200.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.305.572,17	1.637.508,99	2.499.721,94	1.500.000,00	2.200.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.125.828,85	2.097.827,61	3.056.420,11	1.175.650,00	1.700.800,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.093,31	64.138,64	62.767,81	60.000,00	50.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	60.093,31	64.138,64	62.767,81	60.000,00	50.000,00
4.1.3.1.3.1.01.00.00.00	Aluguel de Imóveis Urbanos	60.093,31	64.138,64	62.767,81	60.000,00	50.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.010.056,16	1.987.167,85	2.874.323,12	1.072.150,00	1.604.800,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.010.056,16	1.987.167,85	2.874.323,12	1.072.150,00	1.604.800,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	509.953,92	963.354,21	1.159.171,59	472.150,00	604.800,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB	209.384,76	204.547,40	214.447,80	180.000,00	200.000,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 60	125.630,91	122.728,34	128.668,68	108.000,00	120.000,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEB 40	83.753,95	81.818,90	85.779,12	72.000,00	80.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- MDE	193.344,29	474.594,44	426.583,16	206.000,00	185.500,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00	Rec. de Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	164.391,27	322.533,24	248.919,24	150.000,00	80.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00	Rec. de Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	7.051,69	10.897,25	10.615,52	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.05.03.00	Rec. de Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	858,65	828,23	850,67	1.000,00	500,00
4.1.3.2.5.01.05.04.00	Rec. de Remuneração Dep. Bancário Rec.Vinculados -	21.042,68	140.335,72	166.197,73	50.000,00	100.000,00
4.1.3.2.5.01.09.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	1.061,23	448,81	1.387,61	500,00	700,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	106.163,54	283.763,72	516.753,02	85.650,00	218.600,00
4.1.3.2.5.01.99.08.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Rec Minerais	1.080,91	2.249,77	7.248,17	1.500,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.99.09.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Alienação de Be	3.251,83	210,13	26.283,57	500,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.10.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F. Esp Petroleo	6.242,44	19.875,63	36.605,09	8.000,00	15.000,00
4.1.3.2.5.01.99.11.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Polícia Militar	2.647,34	9.793,41	13.266,06	10.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.99.12.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Polícia Civil	5.793,35	18.019,25	38.092,81	10.000,00	20.000,00
4.1.3.2.5.01.99.13.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PMV Multas transi	5.964,04	10.382,32	17.903,01	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.99.14.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Transp Esc Estad	4.711,50	2.809,54	2.406,64	2.000,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.99.15.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênios União	2.503,68	5.718,82	8.355,41	2.000,00	2.500,00
4.1.3.2.5.01.99.16.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estado	3.172,28	0,00	5.109,06	0,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.17.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - COSIP	3.428,47	15.954,49	24.170,96	5.000,00	10.000,00
4.1.3.2.5.01.99.18.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Oper de Crédi	1.931,22	191,19	182,95	500,00	500,00
4.1.3.2.5.01.99.19.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNREBOM	14.330,32	39.338,31	58.281,87	7.000,00	25.000,00
4.1.3.2.5.01.99.20.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FRH	1.249,84	18.335,73	43.942,74	5.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.99.21.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - SANEAMENTO	49.585,89	123.766,48	216.806,32	25.000,00	80.000,00
4.1.3.2.5.01.99.22.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - CONC PERMISSO	230,20	296,39	0,00	50,00	50,00
4.1.3.2.5.01.99.25.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Fundecon	40,23	1.854,21	5.971,95	50,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.99.26.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - Brasil Carinhoso	0,00	13.619,00	8.175,54	500,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.27.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - FUNJUR	0,00	965,31	3.160,61	50,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.28.00	Rec. Rem. Outros Dep Banc Rec Vinc.- Defesa Civil	0,00	383,74	13,11	500,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.29.00	Rec. Rem. Outros Dep Banc Rec Vinc.- Alienação bens educação	0,00	0,00	212,65	0,00	50,00
4.1.3.2.5.01.99.30.00	Rec. Rem. Outros Dep Banc Rec Vinc.- Caminho da Escola aquis	0,00	0,00	107,37	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.31.00	Rec. Rem. Outros Dep Banc Rec Vinc.- Sistema Anti Granizo	0,00	0,00	657,13	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	500.102,24	1.023.813,64	1.715.151,53	600.000,00	1.000.000,00

Página: 3/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	500.102,24	1.023.813,64	1.715.151,53	600.000,00	1.000.000,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - PMV	500.102,24	1.023.813,64	1.715.151,53	600.000,00	1.000.000,00
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	44.525,78	37.381,78	111.810,19	35.000,00	41.000,00
4.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Receita de Concessões e Permissões - Serviços	44.525,78	37.381,78	111.810,19	35.000,00	41.000,00
4.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Receltas de Concessões e Permissões - Servi	44.525,78	37.381,78	111.810,19	35.000,00	41.000,00
4.1.3.3.1.99.01.00.00.00	Rec de Concessões e Permissões Serviços - Estac Rotativo	44.525,78	33.385,22	111.810,19	30.000,00	40.000,00
4.1.3.3.1.99.03.00.00.00	Outras Receltas de Concessões e Permissões - Serviços de (0,00	3.996,56	0,00	5.000,00	1.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	11.153,60	9.139,34	7.518,99	8.500,00	5.000,00
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	262.163,10	458.008,91	210.082,37	236.000,00	175.000,00
4.1.6.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	38.411,35	37.416,82	34.180,01	40.000,00	30.000,00
4.1.6.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	38.411,35	37.416,82	34.180,01	40.000,00	30.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00	Serviços Administrativos	28.901,11	255.283,10	38.699,90	16.000,00	10.000,00
4.1.6.0.0.13.01.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	24.870,01	255.283,10	38.699,90	15.000,00	10.000,00
4.1.6.0.0.13.02.00.00	Serviços de Venda de Editais	4.031,10	0,00	0,00	1.000,00	0,00
4.1.6.0.0.99.00.00.00	Outros Serviços	194.850,64	165.308,99	137.202,46	180.000,00	135.000,00
4.1.6.0.0.99.00.01.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	194.850,64	165.308,99	137.202,46	180.000,00	135.000,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.436.473,46	86.542.561,44	86.944.486,75	89.886.000,00	87.632.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	82.400.631,38	86.427.689,08	86.891.870,22	89.851.000,00	87.600.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	21.709.736,16	23.857.020,83	24.279.226,34	24.376.000,00	23.680.000,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	17.677.462,53	18.903.306,65	20.765.514,33	20.035.000,00	20.235.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	17.591.339,33	18.845.792,58	19.637.549,59	20.000.000,00	19.500.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Própri	10.549.641,65	11.307.475,52	11.782.529,65	11.400.000,00	11.700.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	4.404.037,25	4.711.448,16	4.909.387,47	5.600.000,00	4.875.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Saúd	2.637.660,43	2.826.868,90	2.945.632,47	3.000.000,00	2.925.000,00
4.1.7.2.1.01.03.00.00	Cota-Parte FPM Complementação	0,00	0,00	1.093.513,88	0,00	700.000,00
4.1.7.2.1.01.03.01.00	Cota-Parte FPM Complementação - Próprios	0,00	0,00	820.135,40	0,00	525.000,00
4.1.7.2.1.01.03.02.00	Cota-Parte FPM Complementação - Educação	0,00	0,00	273.378,48	0,00	175.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural	86.123,20	57.514,07	34.450,86	35.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural - Próprios	51.673,87	34.508,42	20.670,43	19.950,00	21.000,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural -	21.530,84	14.378,54	8.612,78	9.800,00	8.750,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propri. Territorial Rural -	12.918,49	8.627,11	5.167,65	5.250,00	5.250,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração Rec.Nat	291.791,76	332.973,74	270.711,08	310.000,00	240.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compem. Finan. de Recursos Minerais	30.792,73	39.126,71	50.522,40	30.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	260.999,03	293.847,03	220.188,68	280.000,00	200.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.385.853,32	3.084.472,04	2.925.138,45	2.861.000,00	2.940.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.595.127,46	1.931.651,34	2.174.559,95	2.100.000,00	2.000.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	710.480,00	623.940,00	673.210,00	680.000,00	750.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	80.245,86	69.557,60	77.368,50	80.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	0,00	459.323,10	0,00	1.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.35.99.02.00	Transferências Diretas do FNDE - Brasil Carinhoso	0,00	459.323,10	0,00	1.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	166.649,98	149.827,56	169.415,33	180.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Próprios	99.989,90	89.896,56	101.649,19	102.600,00	90.000,00

Página: 4/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Educação	41.662,54	37.456,92	42.353,85	50.400,00	37.500,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saúde	24.997,54	22.474,08	25.412,29	27.000,00	22.500,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.187.978,57	1.386.440,84	148.447,15	990.000,00	115.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	29.417,13	33.670,90	30.162,83	30.000,00	30.000,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	0,00	144.827,24	118.284,32	160.000,00	85.000,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transf. União - Apoio Financ. MP 462/2009	780.325,78	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.04.00.00.00	Outras Transf. União - Aux. Financ. MP 613/2013	378.235,66	372.030,84	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.05.00.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d	0,00	835.911,86	0,00	800.000,00	0,00
4.1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, alínea d - Próprios	0,00	626.933,90	0,00	600.000,00	0,00
4.1.7.2.1.99.05.02.00.00	Parcela FPM ref à CF, art 159 I, alínea d - educação	0,00	208.977,96	0,00	200.000,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	42.239.401,92	42.690.462,65	43.305.733,55	44.475.000,00	42.920.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	41.882.857,92	42.306.328,65	43.004.558,55	44.085.000,00	42.520.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	35.410.041,33	35.339.394,80	35.318.976,21	37.000.000,00	35.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	21.246.024,46	21.203.636,61	21.191.385,48	21.090.000,00	21.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	8.852.510,58	8.834.848,86	8.829.744,29	10.360.000,00	8.750.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	5.311.506,29	5.300.909,33	5.297.846,44	5.550.000,00	5.250.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.953.597,74	6.422.842,25	7.104.284,41	6.500.000,00	7.000.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	3.572.158,27	3.853.705,09	4.262.570,29	3.705.000,00	4.200.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.488.399,77	1.605.710,80	1.776.071,41	1.820.000,00	1.750.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	893.039,70	963.426,36	1.065.642,71	975.000,00	1.050.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	515.690,75	536.948,35	554.447,57	580.000,00	500.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Próprios	309.414,44	322.168,94	332.668,49	330.600,00	300.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	128.922,70	134.237,15	138.611,92	162.400,00	125.000,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	77.353,61	80.542,26	83.167,16	87.000,00	75.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	3.528,10	7.143,25	26.850,36	5.000,00	20.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	356.544,00	384.134,00	301.175,00	390.000,00	400.000,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Transporte Escolar Estado	356.544,00	384.134,00	301.175,00	390.000,00	400.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	18.451.493,30	19.880.205,60	19.306.910,33	21.000.000,00	21.000.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	18.451.493,30	19.880.205,60	19.306.910,33	21.000.000,00	21.000.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transferência de Recursos do FUNDEB - 60%	11.070.896,00	11.928.123,35	11.584.146,16	12.600.000,00	12.600.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	7.380.597,30	7.952.082,25	7.722.764,17	8.400.000,00	8.400.000,00
4.1.7.6.00.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	35.842,08	114.872,36	52.616,53	35.000,00	32.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	27.115,74	79.992,96	39.165,53	35.000,00	26.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	27.115,74	79.992,96	39.165,53	35.000,00	26.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.10	Saneamento básico_10	27.115,74	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	0,00	73.229,55	27.165,54	30.000,00	20.000,00
4.1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacentes_10	0,00	6.763,41	0,00	5.000,00	1.000,00
4.1.7.6.2.99.00.05.00.00	Defesa Civil	0,00	0,00	11.999,99	0,00	5.000,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	8.726,34	34.879,40	13.451,00	0,00	6.000,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Municípios	8.726,34	34.879,40	13.451,00	0,00	6.000,00
4.1.7.6.3.99.00.00.02.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - FUNDECON	8.726,34	34.879,40	13.451,00	0,00	6.000,00
4.1.7.6.3.99.00.00.02.01	Outras Transf de Conv dos Municípios - Arroio Trinta	8.726,34	14.097,72	10.824,00	0,00	6.000,00

Página: 5/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.1.7.6.3.99.00.00.02.02	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Iomerê	0,00	12.047,36	2.627,00	0,00	0,00
4.1.7.6.3.99.00.00.02.03	Outras Transf. de Convênios dos Município - Salto Veloso	0,00	8.734,32	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.517.543,53	3.506.903,86	5.144.888,92	2.104.000,00	2.755.500,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.078.702,16	1.327.794,76	1.906.607,82	1.109.000,00	1.335.500,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	118.481,29	139.183,44	209.437,33	110.000,00	170.000,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU	21.783,54	28.042,01	51.599,11	25.000,00	45.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Próprios	0,00	16.825,08	30.958,97	14.250,00	27.000,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Educação	0,00	7.010,60	12.900,26	7.000,00	11.250,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU - Saúde	0,00	4.206,33	7.739,88	3.750,00	6.750,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI	0,00	4.474,34	0,00	5.000,00	0,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Próprios	0,00	2.684,60	0,00	2.850,00	0,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Educação	0,00	1.118,59	0,00	1.400,00	0,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ITBI - Saúde	0,00	671,15	0,00	750,00	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	56.748,87	69.070,24	99.860,32	50.000,00	80.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Próprios	0,00	41.441,24	59.915,13	28.500,00	48.000,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Educação	0,00	17.268,23	24.965,87	14.000,00	20.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS - Saúde	0,00	10.360,77	14.979,32	7.500,00	12.000,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	39.948,88	37.596,85	57.977,90	30.000,00	45.000,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	0,00	37.596,85	57.977,90	30.000,00	45.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	428.209,70	418.462,78	883.124,77	360.000,00	470.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	229.351,67	186.480,97	197.893,57	200.000,00	170.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Próprios	0,00	111.888,03	118.735,71	114.000,00	102.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	0,00	46.620,69	49.473,77	56.000,00	42.500,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	0,00	27.972,25	29.684,09	30.000,00	25.500,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Próprios	0,00	0,00	0,00	5.700,00	0,00
4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Educação	0,00	0,00	0,00	2.800,00	0,00
4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Saúde	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	71.088,00	123.433,27	322.595,54	80.000,00	150.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Próprios	0,00	74.059,63	193.556,94	45.600,00	90.000,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	0,00	30.858,63	80.649,21	22.400,00	37.500,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	0,00	18.515,01	48.389,39	12.000,00	22.500,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	127.770,03	108.548,54	362.635,66	70.000,00	150.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	21.974,25	27.360,03	27.125,16	25.000,00	15.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	21.974,25	27.360,03	27.125,16	25.000,00	15.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Multas M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	0,00	27.360,03	27.125,16	25.000,00	15.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	510.036,92	742.788,51	786.920,56	614.000,00	680.500,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	485.175,56	725.193,49	736.223,52	600.000,00	650.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Militar	157.682,14	235.687,95	239.272,71	195.000,00	211.250,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Civil	157.682,14	235.687,95	239.272,71	195.000,00	211.250,00
4.1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PMV	169.811,28	253.817,59	257.678,10	210.000,00	227.500,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	4.585,80	5.150,15	9.611,13	3.000,00	5.500,00

Página: 6/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação Tributári	4.525,63	4.456,95	8.729,42	2.500,00	5.000,00
4.1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, posturas e ed	60,17	693,20	881,71	500,00	500,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	20.275,56	12.444,87	41.085,91	11.000,00	25.000,00
4.1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	20.275,56	4.359,46	28.826,08	6.000,00	20.000,00
4.1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - Procon	0,00	8.085,41	12.259,83	5.000,00	5.000,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	253.214,90	103.194,13	449.069,00	80.000,00	100.000,00
4.1.9.2.0.0.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	253.214,90	103.194,13	449.069,00	80.000,00	100.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	253.214,90	103.194,13	449.069,00	80.000,00	100.000,00
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituiçoes - PMV	146.604,14	102.512,33	449.069,00	80.000,00	100.000,00
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituiçoes - FUNJUR	106.610,76	681,80	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.099.362,77	844.747,91	1.028.005,69	785.000,00	750.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.013.202,68	766.530,10	940.684,86	695.000,00	700.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	498.750,31	356.458,30	383.027,32	400.000,00	300.000,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Próprios	298.898,84	213.874,23	229.815,63	228.000,00	180.000,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	125.126,47	89.115,19	95.757,40	112.000,00	75.000,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	74.725,00	53.468,88	57.454,29	60.000,00	45.000,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	0,00	1.243,98	0,00	5.000,00	0,00
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec Div Ativa ITBI - Próprio	0,00	746,38	0,00	2.850,00	0,00
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec Div Ativa ITBI - Educação	0,00	311,00	0,00	1.400,00	0,00
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec Div Ativa ITBI - Saúde	0,00	186,60	0,00	750,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	234.736,01	194.570,35	212.163,75	120.000,00	150.000,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Próprios	140.830,84	116.741,90	127.076,12	68.400,00	90.000,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	58.697,24	48.642,87	52.948,90	33.600,00	37.500,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	35.207,93	29.185,58	32.138,73	18.000,00	22.500,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	279.716,36	214.257,47	345.493,79	170.000,00	250.000,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos - Princ	0,00	214.257,47	345.493,79	170.000,00	250.000,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	86.160,09	78.217,81	87.320,83	90.000,00	50.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	86.160,09	78.217,81	87.320,83	90.000,00	50.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recel - Princ	86.263,70	1.231.167,06	1.761.206,41	130.000,00	570.000,00
RECEITAS DIVERSAS						
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	25.872,25	57.972,34	145.880,62	30.000,00	70.000,00
4.1.9.9.0.02.00.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur	0,00	0,00	145.880,62	30.000,00	70.000,00
4.1.9.9.0.02.00.01.01.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur 15%	0,00	0,00	21.882,23	0,00	10.500,00
4.1.9.9.0.02.00.01.02.00	Receita de Honorários de Advogados - Funjur 85%	0,00	0,00	123.998,39	30.000,00	59.500,00
4.1.9.9.0.02.01.00.00.00	Rec. de Honorários de Advogados	25.872,25	57.972,34	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.02.01.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados	0,00	8.695,97	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.02.01.02.00.00	Receita de Honorários de Advogados 15% FUNJUR	0,00	49.276,37	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.02.01.03.00.00	Receita de Honorários de Advogados 85% FUNJUR	60.391,45	1.173.194,72	1.615.325,79	100.000,00	500.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	60.391,45	1.173.194,72	1.615.325,79	100.000,00	500.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMV	5.536.629,55	1.343.187,83	1.535.800,43	12.530.000,00	6.280.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	3.365.169,48	115.261,52	0,00	800.000,00	3.900.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.365.169,48	115.261,52	0,00	800.000,00	3.900.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.365.169,48	115.261,52	0,00	800.000,00	3.900.000,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/18
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	3.365.169,48	115.261,52	0,00	800.000,00	3.900.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	429.608,60	30.000,00	15.000,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	429.608,60	25.000,00	10.000,00
4.2.2.1.0.01.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	25.000,00	10.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	0,00	246.500,00	0,00	0,00
4.2.2.1.5.00.00.01.00.00	Alienação de Veículos - Prefeitura	0,00	0,00	211.200,00	0,00	0,00
4.2.2.1.5.00.00.02.00.00	Alienação de Veículos - Educação	0,00	0,00	35.300,00	0,00	0,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	0,00	0,00	180.930,10	0,00	0,00
4.2.2.1.7.00.00.01.00.00	Alienação de Equipamentos - Prefeitura	0,00	0,00	180.930,10	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	2.178,50	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.01.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Prefeitura	0,00	0,00	22,50	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.02.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Educação	0,00	0,00	2.156,00	0,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	205.737,32	165.117,00	161.092,68	200.000,00	160.000,00
4.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Amortizações de Financiamentos	205.737,32	165.117,00	161.092,68	200.000,00	160.000,00
4.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Amortizações de Financiamentos de Bens	205.737,32	165.117,00	161.092,68	200.000,00	160.000,00
4.2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de Financiamentos de Bens - FRH	205.737,32	165.117,00	161.092,68	200.000,00	160.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.965.722,75	1.062.809,31	901.704,15	11.500.000,00	2.205.000,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	641.589,97	869.936,58	244.489,83	500.000,00	205.000,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destinados a Programas de Educaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.02.00.01.00.00	Transf. Programas Educação - Pró-infância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	641.589,97	869.936,58	244.489,83	500.000,00	205.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	641.589,97	869.936,58	244.489,83	500.000,00	205.000,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.10	Saneamento básico_90	641.589,97	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	0,00	659.065,87	244.489,83	450.000,00	200.000,00
4.2.4.2.2.99.00.03.00.00	Programa SOS Nascentes_90	0,00	60.870,71	0,00	50.000,00	5.000,00
4.2.4.2.2.99.00.07.00.00	Convênio - Construção Quartel Corpo Bombeiros Militar de v	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.324.132,78	192.872,73	657.214,32	11.000.000,00	2.000.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	50.134,50	140.400,00	598.003,80	3.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	50.134,50	140.400,00	598.003,80	3.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.08	Convênio - Ginásio Esportivo Bairro Amaran	50.134,50	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.15.00.00	Convênio Pavimentação Acesso ao XV	0,00	121.875,00	121.875,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.16.00.00	Convênio Parque da Uva Revitalização	0,00	18.525,00	129.448,80	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.20.00.00	Convênio Caminho da Escola - aquisição ônibus	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	0,00	0,00	196.680,00	3.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas Entid.	1.273.998,28	52.472,73	59.210,52	8.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	1.273.998,28	52.472,73	59.210,52	8.000.000,00	1.000.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.02	Convênio - Pav. Asfáltica VDR 070	1.273.998,28	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.03.00.00	Convênio - Implantação Sistema Anti-Granizo Videira	0,00	52.472,73	59.210,52	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.04.00.00	Convênio FUNDAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 8/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
4.2.4.7.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	1.000.000,00
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	43.395,00	0,00	0,00
4.2.5.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receltas	0,00	0,00	43.395,00	0,00	0,00
4.2.5.9.0.00.00.01.00.00	Outras receitas de capital PMV	0,00	0,00	43.395,00	0,00	0,00
4.2.5.9.0.00.00.02.00.00	Outras receitas de capital - doação recebida p/ CEVI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-11.989.272,88	-12.310.905,82	-12.652.488,58	-12.859.000,00	-12.437.000,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-11.989.272,88	-12.310.905,82	-12.652.090,19	-12.859.000,00	-12.437.000,00
9.1.1.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA:	-41.314,76	-40.473,01	-72.826,11	0,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	-40.564,94	-38.023,39	-72.142,12	0,00	0,00
9.1.1.1.1.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	-27.910,45	-35.299,55	-39.717,84	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	-2.926,57	-6.565,00	-8.673,36	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	-1.755,92	-3.939,00	-5.180,24	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	-731,66	-1.641,26	-2.158,45	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Dedução do Imposto Predial e Territorial Urbano	-438,99	-984,74	-1.334,67	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	0,00	-829,46	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	0,00	-829,46	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.04.31.01.00.00	Ded IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Próprios	0,00	-497,68	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.04.31.02.00.00	Ded IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	0,00	-207,36	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.04.31.03.00.00	Ded IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	0,00	-124,42	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	-24.983,88	-27.905,09	-31.044,48	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	-14.990,32	-16.743,06	-18.626,69	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	-6.245,97	-6.976,27	-7.761,12	0,00	0,00
9.1.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Dedução de Imposto de Transm Inter Vivos de Bens e	-3.747,59	-4.185,76	-4.656,67	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	-12.654,49	-2.723,84	-32.424,28	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.05.00.00.00.00	DEDUÇÃO SOBRE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALC	-12.654,49	-2.723,84	-32.424,28	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Dedução de impostos sobre serviços de qualquer nat	-7.592,68	-1.634,31	-19.454,54	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	-3.163,63	-680,96	-8.106,08	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	-1.898,18	-408,57	-4.863,66	0,00	0,00
9.1.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução de Impostos sobre serviços de qualquer nat	-654,80	-2.449,62	-472,94	0,00	0,00
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA:	-654,80	-136,13	-472,94	0,00	0,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Dev. Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	-2.252,39	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Dedução TX de Funcionamento Estab Comercial/Ind/Pr	0,00	-2.252,39	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Dedução Outras Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Dedução Outras Tx. pelo Exercício do Poder de Polí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.99.02.00.00.00	Devolução Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREBOM	0,00	-61,10	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Dedução de Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	-61,10	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	-61,10	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.3.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-95,02	0,00	-211,05	0,00	0,00
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Dedução de Contrib p/ Pavimentação e Obras Complem	-95,02	0,00	-211,05	0,00	0,00
9.1.3.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita Patrimonial	-3.172,27	0,00	-3.440,77	0,00	0,00
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	-3.172,27	0,00	-3.440,77	0,00	0,00

Página: 9/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015	2016	2017
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
9.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Dedução Remuneração de Depósitos Bancários	-3.172,27	0,00	-3.440,77	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Dedução de Remuneração De Depósitos de Recursos Vi	-3.172,27	0,00	-3.440,77	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Dedução Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	-3.172,27	0,00	-3.440,77	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Dedução Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. C	0,00	0,00	-2.524,84	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Ded. Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Convênio Estado	-3.172,27	0,00	-795,45	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.28.00.00	Dedução Rec. Rem. Outros Dep Banc Vinc. - Defesa Civil	0,00	0,00	-13,11	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.30.00.00	Ded Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Vinc.- Caminho da Escola -	0,00	0,00	-107,37	0,00	0,00
9.1.3.3.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.3.1.00.00.00.00.00	Deduções de Receita de Concessões e Permissões - Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.3.1.99.00.00.00.00	Dedução Outras Receitas Concessões e Permissões - Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.3.1.99.01.00.00.00	Ded. Rec de Concessões e Permissões Serviços - Estac Rolai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO DE RECEITA DE SERVIÇOS						
9.1.6.0.0.00.00.00.00.00	Dev. Outros Serviços	-41,28	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.6.0.99.00.00.00.00	Dev. Serviços prestados horas máquina	-41,28	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE						
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-11.942.965,34	-12.270.215,23	-12.575.823,31	-12.859.000,00	-12.437.000,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.942.965,34	-12.270.215,23	-12.563.823,32	-12.859.000,00	-12.437.000,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.567.101,43	-3.810.626,36	-3.968.282,65	-4.043.000,00	-3.937.000,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.533.771,44	-3.780.660,92	-3.934.399,63	-4.007.000,00	-3.907.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.516.546,93	-3.769.158,20	-3.927.509,56	-4.000.000,00	-3.900.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB - Próprios	0,00	-3.769.158,20	-3.927.509,56	-4.000.000,00	-3.900.000,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita Formação FUNDEB - ITR	-17.224,51	-11.502,72	-6.890,07	-7.000,00	-7.000,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	-11.502,72	-6.890,07	-7.000,00	-7.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do Fundef - Icms De	-33.329,99	-29.965,44	-33.883,02	-36.000,00	-30.000,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	-29.965,44	-33.883,02	-36.000,00	-30.000,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.375.863,91	-8.459.588,87	-8.595.540,67	-8.816.000,00	-8.500.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-8.375.863,91	-8.459.588,87	-8.595.540,67	-8.816.000,00	-8.500.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-7.082.007,25	-7.067.877,86	-7.063.794,25	-7.400.000,00	-7.000.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	-7.067.877,86	0,00	0,00	-7.000.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.190.718,57	-1.284.321,33	-1.420.856,88	-1.300.000,00	-1.400.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	0,00	-1.284.321,33	-1.420.856,88	-1.300.000,00	-1.400.000,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-103.138,09	-107.389,68	-110.889,54	-116.000,00	-100.000,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB - IPI exp	0,00	-107.389,68	-110.889,54	-116.000,00	-100.000,00
9.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Dedução Transf. de Conv.	0,00	0,00	-11.999,99	0,00	0,00
9.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Dedução Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	-11.999,99	0,00	0,00
9.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Dedução Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	-11.999,99	0,00	0,00
9.1.7.6.2.99.00.05.00.00	Dedução Convênio defesa Civil	0,00	0,00	-11.999,99	0,00	0,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Multas	-1.779,23	-217,58	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITAS DIVERSAS	-1.779,23	-217,58	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.99.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS	-1.779,23	-217,58	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.99.01.00.00.00.00	Dedução de Outras Receitas - PMV	-1.779,23	-217,58	0,00	0,00	0,00
9.2.0.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Receitas de Capital	0,00	0,00	-398,39	0,00	0,00
9.2.3.0.0.00.00.00.00.00	Dedução de Amortização de Emprestitos	0,00	0,00	-398,39	0,00	0,00

Página: 10/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA						
9.2.3.0.0.80.00.00.00.00	Dedução de Amortizações de Financiamentos	0,00	0,00	-398,39	0,00	0,00
9.2.3.0.0.80.01.00.00.00	Dedução de Amortizações de Financiamentos de Bens	0,00	0,00	-398,39	0,00	0,00
9.2.3.0.0.80.01.01.00.00	Ded. Amortização de financiamentos de bens - FRH	0,00	0,00	-398,39	0,00	0,00
Total por entidade:		99.694.961,38	103.863.575,37	111.024.801,61	114.537.650,00	115.399.300,00
Entidade: 2 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	42.666,20	44.445,87	38.204,50	56.216,00	39.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	42.666,20	44.445,87	38.204,50	56.216,00	39.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	42.662,22	44.442,37	38.199,00	50.187,00	35.900,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	40.886,33	41.528,48	32.182,74	47.190,00	32.000,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	40.886,33	41.528,48	32.182,74	47.190,00	32.000,00
4.1.3.1.1.04.00.00.00.00	Aluguel de Centros Esportivos	40.886,33	41.528,48	32.182,74	47.190,00	32.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.775,89	2.913,89	6.016,26	2.997,00	3.900,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.775,89	2.913,89	6.016,26	2.997,00	3.900,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.775,89	2.913,89	6.016,26	2.997,00	3.900,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.775,89	2.913,89	6.016,26	2.997,00	3.900,00
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. - FME	1.775,89	2.913,89	6.016,26	2.997,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. não Vinc. - Recurso Diretamente Arrecada	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	5.929,00	3.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	0,00	0,00	0,00	5.929,00	3.000,00
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	0,00	0,00	0,00	5.929,00	3.000,00
4.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeonatos	0,00	0,00	0,00	5.929,00	3.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3,98	3,50	5,50	100,00	100,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3,98	3,50	5,50	100,00	100,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3,98	3,50	5,50	100,00	100,00
4.1.9.0.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.1.9.0.0.99.01.00.00.02	Outras Receitas - Primárias - FMEV	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.1.9.0.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMEV	3,98	3,50	5,50	100,00	0,00
Total por entidade:		42.666,20	44.445,87	38.204,50	56.216,00	39.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	71.241,13	60.574,25	61.277,66	38.500,00	60.300,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	71.241,13	60.574,25	61.277,66	38.500,00	60.300,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.743,76	5.780,49	5.768,87	5.170,00	2.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.743,76	5.780,49	5.768,87	5.170,00	2.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.743,76	5.780,49	5.768,87	5.170,00	2.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	1.743,76	5.780,49	5.768,87	5.170,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.743,76	5.780,49	5.768,87	5.170,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FIA Imp. Renda	817,26	4.428,19	4.406,50	3.630,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rec. Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - FIA Demais Rec	926,50	1.352,30	1.362,37	1.540,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. Dep. Banc.-Recursos Repassado ao FMDCAV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 11/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 3 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA ADOLESCENCIA DE VIDEIRA						
4.1.3.2.5.02.99.24.00.00	Remun.Dep.Banc.-Recursos Diretamente Arrecadados pelo	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
4.1.3.2.5.02.99.25.00.00	Remun.Dep.Banc.-Recursos Repassado ao FMDCAV	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4.1.7.0.0.0.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	61.253,80	53.810,89	55.508,79	29.700,00	57.000,00
4.1.7.5.0.0.0.00.00.00	Transf. de Pessoas	61.253,80	53.810,89	55.508,79	29.700,00	57.000,00
4.1.7.5.0.0.0.01.00.00	Transferência de pessoas ao FIA	61.253,80	53.810,89	55.508,79	29.700,00	57.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.243,57	982,87	0,00	3.630,00	1.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.243,57	982,87	0,00	3.630,00	1.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas	8.243,57	982,87	0,00	3.630,00	1.000,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas - FIA Demais Recursos	8.243,57	982,87	0,00	3.630,00	1.000,00
	Total por entidade:	71.241,13	60.574,25	61.277,66	38.500,00	60.300,00
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA						
4.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS	796.713,46	873.804,11	631.509,07	794.550,00	861.552,00
4.1.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	686.369,46	720.128,56	623.520,01	754.550,00	811.952,00
4.1.3.0.0.0.0.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	24.196,70	41.845,68	49.645,24	39.657,00	48.900,80
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	24.196,70	41.845,68	49.645,24	39.657,00	48.900,80
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	24.196,70	41.845,68	49.645,24	39.657,00	48.900,80
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	15.761,69	21.291,24	32.091,77	24.657,00	33.900,80
4.1.3.2.5.01.10.00.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FNAS	14.238,89	20.182,44	23.725,56	17.157,00	25.500,80
4.1.3.2.5.01.10.00.01	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Idosos	199,68	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.03	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - Deficient	151,50	253,65	177,92	491,00	300,80
4.1.3.2.5.01.10.00.04	Rec. de Remun.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - PETI	2.490,21	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.05	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PFMC CREAS	765,99	1.118,58	4.212,86	2.500,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.06	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD PBF	2.420,52	3.202,95	4.027,47	3.030,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.09	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PBFI CRAS	737,37	974,41	2.413,72	2.200,00	2.500,00
4.1.3.2.5.01.10.00.10	Rec. Rem.de Dep. Banc. Vinc. FNAS - ProJovem	326,70	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.10.00.12	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - IGD SUAS	581,98	934,29	666,06	836,00	700,00
4.1.3.2.5.01.10.00.13	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - ACESSUAS	6.521,10	8.673,35	8.555,21	5.000,00	9.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.14	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - SCFV	43,84	4.561,70	2.343,45	2.300,00	2.400,00
4.1.3.2.5.01.10.00.15	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PAC I	0,00	463,51	1.141,95	800,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.10.00.16	Remun.Dep.Banc.Rec.Vinc - BPC na Escola	0,00	0,00	186,92	0,00	200,00
4.1.3.2.5.01.10.00.17	Remun. Dep.Banc.Rec.Vinc - PFMC LA/MSE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	1.522,80	1.108,80	8.366,21	7.500,00	8.400,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00	Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	357,48	1.108,80	5.478,24	4.500,00	5.400,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.01	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Complexidade	357,48	285,92	76,26	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.02	Rec. Rem.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS	0,00	458,27	1.960,08	1.500,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.03	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Benef. Eventuais	0,00	251,88	5,48	200,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.04	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básica/CRAS	0,00	112,73	1.309,34	1.000,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.05	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Compl - Investiment	0,00	0,00	20,95	200,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.06	Remun.Dep. Banc. Vinc. FEAS - CREAS - Investimento	0,00	0,00	2.043,18	1.500,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.07	Remun.Dep.Banc. Vinc. FEAS - CRAS - Investimento	0,00	0,00	62,95	0,00	100,00
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convênio Municípios	1.165,32	0,00	2.887,97	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	8.435,01	20.554,44	17.553,47	15.000,00	15.000,00

Página: 12/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA						
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	8.435,01	20.554,44	17.553,47	15.000,00	15.000,00
4.1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FNAS	8.435,01	20.554,44	17.553,47	15.000,00	15.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	598.405,95	668.892,13	567.606,22	692.893,00	757.051,20
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	527.258,59	519.907,41	490.357,22	592.093,00	548.179,20
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	506.342,96	424.219,71	472.105,66	493.093,00	446.379,20
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	506.342,96	424.219,71	472.105,66	493.093,00	446.379,20
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	52.309,20	47.950,10	56.668,30	52.309,00	52.309,20
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa de Atenção ao Idoso	14.166,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa de Erradicação Trabalho Infantil - PETI	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa Sentinela	109.200,00	71.200,00	89.700,00	82.800,00	82.800,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bolsa Família	54.016,09	26.140,43	37.445,28	34.620,00	32.017,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	79.800,00	84.000,00	92.400,00	100.800,00	100.800,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	ProJovem Adolescente PBV I	16.017,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educati	0,00	19.800,00	50.600,00	26.400,00	52.800,00
4.1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	10.726,67	8.559,38	7.857,08	13.464,00	14.053,00
4.1.7.2.1.34.12.00.00.00	Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	72.608,00	38.048,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	22.500,00	98.521,80	91.875,00	122.700,00	50.000,00
4.1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Complexidade I	0,00	30.000,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.34.15.00.00.00	Transf. FNAS - BPC na Escola	0,00	0,00	5.560,00	0,00	1.600,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	20.915,63	95.687,70	18.251,56	99.000,00	101.800,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	20.915,63	95.687,70	18.251,56	99.000,00	101.800,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	20.915,63	95.687,70	18.251,56	99.000,00	101.800,00
4.1.7.2.2.99.02.00.01.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	8.316,00	12.474,00	0,00	16.000,00	16.100,00
4.1.7.2.2.99.02.00.02.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	45.619,20	0,00	45.000,00	46.500,00
4.1.7.2.2.99.02.00.03.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	12.599,63	10.916,34	0,00	12.000,00	12.200,00
4.1.7.2.2.99.02.00.04.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	0,00	26.678,16	18.251,56	26.000,00	27.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	71.147,36	148.984,72	77.249,00	100.800,00	208.872,00
4.1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entid.	71.147,36	148.984,72	77.249,00	100.800,00	208.872,00
4.1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	71.147,36	148.984,72	77.249,00	100.800,00	208.872,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - Casa Lar	71.147,36	148.984,72	77.249,00	100.800,00	208.872,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.01	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	22.374,00	26.064,00	28.368,00	30.240,00	69.624,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.02	Outras Transf. de Conv. Municípios - Iomerê	22.374,00	26.316,00	28.368,00	30.240,00	69.624,00
4.1.7.6.3.99.00.00.01.03	Outras Transf. de Conv. Municípios - Salto Veloso	26.399,36	96.604,72	20.513,00	40.320,00	69.624,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.766,81	9.390,75	6.268,55	22.000,00	6.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituições - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	63.766,81	9.390,75	6.268,55	22.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	63.766,81	9.390,75	6.268,55	22.000,00	5.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.9.9.0.99.01.00.00.04	Outras Receitas - Primárias - FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Página: 13/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 6 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA						
4.1.9.9.0.99.04.00.00.00.00	Outras Receitas - FMAS	63.766,81	9.390,75	6.268,55	22.000,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	110.344,00	153.675,55	7.989,06	40.000,00	49.600,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	166,96	0,00	0,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	166,96	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	166,96	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.03.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - FMAS	0,00	0,00	166,96	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	110.344,00	153.675,55	7.822,10	40.000,00	49.600,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.544,00	38.728,80	7.822,10	40.000,00	49.600,00
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.544,00	38.728,80	7.822,10	40.000,00	49.600,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	5.544,00	38.728,80	7.822,10	40.000,00	49.600,00
4.2.4.2.2.99.00.05.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS - Alta Complexid	5.544,00	8.316,00	0,00	9.000,00	9.200,00
4.2.4.2.2.99.00.06.00.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS - Investimento	0,00	30.412,80	0,00	31.000,00	32.500,00
4.2.4.2.2.99.00.07.00.00.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS - Investimento	0,00	0,00	7.822,10	0,00	7.900,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	104.800,00	114.946,75	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.00.00.00.00.00.00	Transf. Convênios dos Municípios e suas Entidades	104.800,00	114.946,75	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.99.00.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Municípios	104.800,00	114.946,75	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.99.00.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Municípios - Casa L	104.800,00	114.946,75	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.99.00.00.01.01.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - Arroio Trinta	16.000,00	58.146,75	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.99.00.00.01.02.00	Outras Transf. de Convênio dos Municípios - Iomerê	16.000,00	56.800,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.3.99.00.00.01.03.00	Outras Transf. de Convênio dos Municípios - Salto	72.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	DEVOLUÇÃO DE RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	DEVOLUÇÃO DE RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Dev. Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Dev. Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.00.00.00.00	Dev. Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.07.00.00.00	Dev. Rec Remun Dep Banc Rec Vinc - FEAS/SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.99.07.00.05.00	Dev. Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Alta Compl - Investi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		796.713,46	873.804,11	631.509,07	794.550,00	861.552,00
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas	5.588.337,41	6.078.577,25	7.976.749,54	5.661.237,00	8.526.704,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.579.917,84	5.728.577,25	7.792.401,74	5.660.237,00	8.525.704,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	354.544,74	391.714,18	396.401,01	360.000,00	380.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00	TAXAS	354.544,74	391.714,18	396.401,01	360.000,00	380.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	354.544,74	391.714,18	396.401,01	360.000,00	380.000,00
4.1.1.2.1.1.00.00.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	354.544,74	391.714,18	396.401,01	360.000,00	380.000,00
4.1.1.2.1.1.17.00.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	354.544,74	391.714,18	396.401,01	360.000,00	380.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	208.640,16	306.176,53	462.479,85	198.500,00	195.500,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	208.640,16	306.176,53	462.479,85	198.500,00	195.500,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	208.640,16	306.176,53	462.479,85	198.500,00	195.500,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	208.640,16	306.176,53	462.479,85	198.500,00	195.500,00

Página: 14/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA						
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	132.176,05	172.357,72	285.110,60	102.500,00	99.500,00
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	11.457,17	11.198,60	6.057,36	10.000,00	6.000,00
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	18.587,22	14.776,45	5.612,95	10.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.01.03.08.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Outros	12.864,63	1.842,36	1.222,45	1.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - AMAC Es	764,76	2.420,17	14.154,48	3.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	21.834,88	65.511,43	94.097,23	30.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	29.908,54	24.265,97	95.703,99	20.000,00	32.000,00
4.1.3.2.5.01.03.18.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	2.508,78	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.19.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	15.698,82	37.975,54	54.875,56	15.000,00	15.000,00
4.1.3.2.5.01.03.20.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	4.927,25	6.001,93	4.835,37	5.000,00	500,00
4.1.3.2.5.01.03.21.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	11.311,46	5.930,07	6.924,86	8.000,00	8.000,00
4.1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	1.601,88	2.415,38	1.626,35	500,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.23.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude -	710,66	19,82	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.24.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - CEO Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	39.359,27	98.886,96	142.732,50	65.000,00	65.000,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ações e Ser	39.359,27	48.039,12	79.081,72	50.000,00	50.000,00
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farm Bas contrap n	0,00	50.847,84	63.650,78	15.000,00	15.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	37.104,84	34.931,85	34.636,75	31.000,00	31.000,00
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. - Ta	35.706,08	33.864,26	31.625,97	30.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Saude - Alien B	1.398,76	1.067,59	3.010,78	1.000,00	1.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.002.974,04	4.954.137,12	6.888.998,89	5.092.737,00	7.938.704,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.002.974,04	4.954.137,12	6.888.998,89	5.092.737,00	7.938.704,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.618.981,04	4.526.392,82	6.344.865,89	4.487.628,00	7.467.023,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.618.981,04	4.526.392,82	6.344.865,89	4.487.628,00	7.467.023,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	4.618.981,04	4.526.392,82	6.344.865,89	4.487.628,00	7.467.023,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	2.600.415,34	2.438.108,98	2.589.940,12	2.633.088,00	2.701.512,00
4.1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica.	1.072.965,34	1.105.472,04	1.019.720,12	1.105.464,00	1.105.464,00
4.1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	490.580,00	471.110,00	770.240,00	726.240,00	774.240,00
4.1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saúde	565.890,00	426.362,00	436.020,00	401.544,00	377.208,00
4.1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	154.180,00	102.580,00	115.960,00	107.040,00	133.800,00
4.1.7.2.1.33.04.01.05.00	Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	316.800,00	332.584,94	248.000,00	292.800,00	310.800,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.501.642,56	1.525.062,69	3.292.800,37	1.350.216,00	4.264.776,00
4.1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	1.107.092,56	1.061.151,39	2.745.199,67	890.376,00	3.725.736,00
4.1.7.2.1.33.04.02.02.00	Serviço de Atendimento Móvel as Urgência - SAMU	205.889,00	241.109,00	263.028,00	263.028,00	263.028,00
4.1.7.2.1.33.04.02.03.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	117.150,00	140.250,00	204.600,00	118.800,00	198.000,00
4.1.7.2.1.33.04.02.04.00	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	71.511,00	82.552,30	79.972,70	78.012,00	78.012,00
4.1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	294.747,95	320.369,35	239.511,25	261.480,00	257.891,00
4.1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e Ambiental	183.199,17	209.010,13	160.560,36	152.280,00	155.893,00
4.1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	27.215,89	45.525,92	13.117,59	30.204,00	23.002,00
4.1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	84.332,89	65.833,30	65.833,30	78.996,00	78.996,00
4.1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	222.175,19	242.851,80	222.614,15	242.844,00	242.844,00
4.1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	222.175,19	242.851,80	222.614,15	242.844,00	242.844,00

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 15/18
Data: 19/12/2016

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA						
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	383.993,00	427.744,30	544.133,00	605.109,00	471.681,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	383.993,00	427.744,30	544.133,00	605.109,00	471.681,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	383.993,00	427.744,30	544.133,00	605.109,00	471.681,00
4.1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	212.418,00	178.567,50	143.004,00	214.281,00	214.281,00
4.1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família.	126.200,00	125.450,00	220.250,00	168.300,00	207.900,00
4.1.7.2.2.33.01.04.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	45.375,00	54.450,00	42.000,00	49.500,00	49.500,00
4.1.7.2.2.33.01.05.00.00	Ações de Média e Alta Complexidade - Estado	0,00	69.276,80	138.879,00	173.028,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.758,90	76.549,42	44.521,99	9.000,00	11.500,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	8.566,72	10.576,44	10.837,15	5.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	8.566,72	10.576,44	10.837,15	5.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	8.566,72	10.576,44	10.837,15	5.000,00	8.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	2.376,18	0,00	0,00	0,00
RESTITUIÇÕES		0,00	2.376,18	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições		0,00	2.376,18	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições - FMS PACS		0,00	2.376,18	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS		5.192,18	63.596,80	33.684,84	4.000,00	3.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Rec. de Seg. decorrente da Indeniz. por Sinistro	0,00	58.307,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.21.00.00.00.00	Rec de Seguro indenização por sinistro - FMS	0,00	58.307,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	5.192,18	5.289,80	33.684,84	4.000,00	3.500,00
4.1.9.9.0.99.05.00.00.00	Outras Receitas - FMS	5.192,18	5.289,80	33.684,84	4.000,00	3.500,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	8.419,57	350.000,00	184.347,80	1.000,00	1.000,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	50.719,54	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.00.00.00.00.00	ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	50.719,54	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	0,00	0,00	50.600,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.5.00.00.00.00.01	Alienação de Veículos - FMS	0,00	0,00	50.600,00	1.000,00	1.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	0,00	119,54	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.01.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - FMS	0,00	0,00	119,54	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.419,57	350.000,00	133.628,26	0,00	0,00
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.419,57	350.000,00	133.628,26	0,00	0,00
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.419,57	350.000,00	133.628,26	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	8.419,57	350.000,00	133.628,26	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	Blocos de Financiamento do SUS	8.419,57	350.000,00	133.628,26	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.01.00.00	Bloco de Investimento na rede de serviços	0,00	350.000,00	99.950,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.01.01.00	Unidade de Pronto Atendimento - UPA	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.01.02.00	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Si	0,00	0,00	99.950,00	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.02.00.00	Bloco Atenção Básica	8.419,57	0,00	33.678,26	0,00	0,00
4.2.4.2.1.01.01.02.01.00	Programa de Requalificação de UBS - Reformas	8.419,57	0,00	33.678,26	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-8.300,86	-368,63	-85.399,92	0,00	0,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-8.300,86	-368,63	-85.399,92	0,00	0,00
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	-800,86	-368,63	-3.316,92	0,00	0,00
9.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Dedução de Taxas	-800,86	-368,63	-3.316,92	0,00	0,00
9.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Dedução Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-800,86	-368,63	-3.316,92	0,00	0,00

Página: 16/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA						
9.1.1.2.1.17.00.00.00	Dedução de Taxa de Vigilancia Sanitária	-800,86	-368,63	-3.316,92	0,00	0,00
9.1.1.2.1.17.02.00.00	Dedução de Taxa de Vigilância Sanitária - FMS	-800,86	-368,63	-3.316,92	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.500,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.500,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.33.00.00.00	Dedução Transf. de Rec Sistema Único Saúde - SUS	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.33.04.00.00	Dedução Blocos de Financiamento do SUS	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.33.04.03.00	Dedução Bloco Vigilância em Saúde	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.33.04.03.01.00	Dedução Programa Vigilância Epid e Ambiental	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	0,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.33.00.00.00	Dedução Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.33.01.00.00	Dedução Transferência de Recursos da Saúde	0,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.7.2.2.33.01.05.00	Dedução Ações de Média e Alta Complexidade - Estado	0,00	0,00	-52.083,00	0,00	0,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	-30.000,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DE RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	-30.000,00	0,00	0,00
9.1.9.0.99.00.00.00	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	-30.000,00	0,00	0,00
9.1.9.1.9.0.99.05.00.00	Dedução de Outras Receltas - FMS	0,00	0,00	-30.000,00	0,00	0,00
Total por entidade:		5.580.036,55	6.078.208,62	7.891.349,62	5.661.237,00	8.526.704,00
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA						
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	2.890.277,78	3.242.989,42	3.885.897,24	3.113.000,00	3.205.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.387.942,83	2.730.761,18	3.466.200,12	2.563.000,00	2.700.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.547.939,21	1.623.058,01	2.019.885,41	1.595.000,00	1.450.000,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.547.939,21	1.623.058,01	2.019.885,41	1.595.000,00	1.450.000,00
4.1.2.1.0.99.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	1.547.939,21	1.623.058,01	2.019.885,41	1.595.000,00	1.450.000,00
4.1.2.1.0.99.01.00.00	Contribuição Assit.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	1.547.939,21	1.623.058,01	2.019.885,41	1.595.000,00	1.450.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.3.2.5.02.99.06.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. FASM	286.855,12	509.622,57	753.323,52	363.000,00	700.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	553.148,50	598.080,60	692.991,19	605.000,00	550.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	553.148,50	598.080,60	692.991,19	605.000,00	550.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	553.148,50	598.080,60	692.991,19	605.000,00	550.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00	Outras Restituições	553.148,50	598.080,60	692.991,19	605.000,00	550.000,00
4.1.9.2.2.99.02.00.00	Outras restituições - FASM	553.148,50	598.080,60	692.991,19	605.000,00	550.000,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	502.334,95	512.228,24	419.697,12	550.000,00	505.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	502.334,95	512.228,24	419.697,12	550.000,00	505.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	502.334,95	512.228,24	419.697,12	550.000,00	505.000,00
4.7.2.1.0.99.00.00.00	Contribuição assistência médica	502.334,95	512.228,24	419.697,12	550.000,00	505.000,00
4.7.2.1.0.99.02.00.00	Contribuição assistência médica Patronal	502.334,95	512.228,24	419.697,12	550.000,00	505.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-46.770,73	-348,06	-657,29	0,00	0,00

Página: 17/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 13 - FUNDO DE ASSIST MEDICA DOS SERV PUB MUN VIDEIRA						
9.1.0.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-46.770,73	-348,06	-657,29	0,00	0,00
9.1.2.0.0.0.00.00.00.00	Dedução Recelita de Contribuições	-242,22	-298,53	-615,73	0,00	0,00
9.1.2.1.0.0.0.00.00.00	Dedução Contrib. Assist. Médica Serv.	-242,22	-298,53	-615,73	0,00	0,00
9.1.2.1.0.99.00.00.00	Dedução Outras Contribuições Sociais	-242,22	-298,53	-615,73	0,00	0,00
9.1.2.1.0.99.01.00.00.00	Dedução Contrib.Assist.Médica Serv.	-242,22	-298,53	-615,73	0,00	0,00
9.1.3.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA PATRIMONIAL	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.0.0.00.00.00	Dedução de Remuneração De Depósitos Bancários	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.02.00.00.00	Dedução Rem. de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.02.99.00.00	Dedução Rem. de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.02.99.06.00	Dedução Remun. Outros Dep. de Rec. não Vinc. FASM	-46.528,51	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.0.0.0.00.00.00.00	Deduções de Outras Restituições	0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
9.1.9.1.9.0.0.00.00.00	Deduções de Outras Restituições	0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
9.1.9.2.0.0.0.00.00.00	Deduções de Outras Restituições	0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
9.1.9.2.2.0.0.00.00.00	Deduções de Outras Restituições	0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
9.1.9.2.2.99.00.00.00	Deduções de Outras Restituições FASM	0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
9.1.9.2.2.99.02.00.00		0,00	-49,53	-41,56	0,00	0,00
Total por entidade:		2.843.507,05	3.242.641,36	3.885.239,95	3.113.000,00	3.205.000,00
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID						
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	19.223.326,50	27.237.486,18	31.322.900,74	27.365.000,00	31.273.000,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	9.138.861,87	16.864.652,63	19.422.457,77	15.138.000,00	18.828.000,00
4.1.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.663.500,41	2.500.150,66	3.219.412,68	2.785.000,00	3.538.000,00
4.1.2.1.0.0.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.663.500,41	2.500.150,66	3.219.412,68	2.785.000,00	3.538.000,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.663.500,41	2.500.150,66	3.219.412,68	2.785.000,00	3.538.000,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	2.645.991,92	2.469.162,30	3.175.781,39	2.750.000,00	3.490.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	17.508,49	30.988,36	43.631,29	35.000,00	48.000,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.382.466,82	13.689.278,21	16.149.913,97	12.270.000,00	15.207.000,00
4.1.3.2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.382.466,82	13.689.278,21	16.149.913,97	12.270.000,00	15.207.000,00
4.1.3.2.8.0.0.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	6.382.466,82	13.689.278,21	16.149.913,97	12.270.000,00	15.207.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	5.818.429,02	12.245.898,87	15.360.619,69	11.150.000,00	14.257.000,00
4.1.3.2.8.10.00.01.00	Remun dos Investmts do RPPS RF - Banco do Brasil	3.175.737,91	7.073.630,30	8.850.777,43	6.500.000,00	7.850.000,00
4.1.3.2.8.10.00.02.00	Remun dos Investmts do RPPS RF - CEF	2.562.615,78	5.003.627,39	6.261.178,16	4.500.000,00	6.212.000,00
4.1.3.2.8.10.00.04.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS RF c/Taxa.	80.075,33	168.641,18	248.664,10	150.000,00	195.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Renda Variável	564.037,80	1.443.379,34	789.294,28	1.120.000,00	950.000,00
4.1.3.2.8.20.00.01.00	Remun dos Investmts do RPPS RV - BB	564.037,80	1.443.379,34	789.294,28	1.120.000,00	950.000,00
4.1.9.0.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.894,64	675.223,76	53.131,12	83.000,00	83.000,00
4.1.9.2.0.0.0.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	92.088,93	667.418,67	37.032,41	50.000,00	50.000,00
4.1.9.2.2.0.00.00.00	RESTITUIÇÕES	92.088,93	667.418,67	37.032,41	50.000,00	50.000,00
4.1.9.2.2.10.00.00.00	Compensações Financ entre Regime Geral e RPPS	92.088,93	667.418,67	37.032,41	50.000,00	50.000,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00	Comp Financ entre Reg.Geral e R.P.P/principal	92.088,93	667.418,67	37.032,41	50.000,00	50.000,00
4.1.9.9.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	805,71	7.805,09	16.098,71	33.000,00	33.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Recelitas	805,71	7.805,09	16.098,71	33.000,00	33.000,00
4.1.9.9.0.99.06.00.00	OUTRAS RECEITAS imprevi	805,71	7.805,09	5.157,88	33.000,00	33.000,00

Página: 18/18
Data: 19/12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2013	2014	2015		
Entidade: 14 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID						
4.1.9.9.0.99.07.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - IMPREVID ADMIN	0,00	0,00	10.940,83	0,00	0,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.084.464,63	10.372.833,55	11.900.442,97	12.227.000,00	12.445.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	10.084.464,63	10.372.833,55	11.900.442,97	12.227.000,00	12.445.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.084.464,63	10.372.833,55	11.900.442,97	12.227.000,00	12.445.000,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra Orçam	10.084.464,63	10.372.833,55	11.900.442,97	12.227.000,00	12.445.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	5.172.801,90	5.086.169,60	6.144.366,43	6.177.000,00	6.615.000,00
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	4.566.751,86	4.416.231,92	5.456.503,63	5.500.000,00	5.900.000,00
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civil Intraorçamentário	606.050,04	669.937,68	687.862,80	677.000,00	715.000,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	4.911.662,73	5.286.663,95	5.756.076,54	6.050.000,00	5.830.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-134.761,64	0,00	-4.094.564,56	0,00	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-134.761,64	0,00	-4.094.564,56	0,00	0,00
9.1.3.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA	-134.761,64	0,00	-4.094.564,56	0,00	0,00
9.1.3.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	-134.761,64	0,00	-4.094.564,56	0,00	0,00
9.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Compensação entre regimes de Previdência	-134.761,64	0,00	-4.094.564,56	0,00	0,00
9.1.3.2.8.10.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RF	0,00	0,00	-3.305.270,28	0,00	0,00
9.1.3.2.8.10.00.01.00.00	DEDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DI	0,00	0,00	-2.071.320,11	0,00	0,00
9.1.3.2.8.10.00.02.00.00	DEDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DI	0,00	0,00	-1.233.950,17	0,00	0,00
9.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos	-134.761,64	0,00	-789.294,28	0,00	0,00
9.1.3.2.8.20.00.01.00.00	DEDUÇÃO DE REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DI	-134.761,64	0,00	-789.294,28	0,00	0,00
Total por entidade:		19.088.564,86	27.237.486,18	27.228.336,18	27.365.000,00	31.273.000,00
Total geral:		128.117.690,63	141.400.735,76	150.760.718,59	151.566.153,00	159.364.856,00

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL VIDEIRA

LEI Nº 3.411/16, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Videira para o Exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de VIDEIRA, para o exercício de 2017, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 159.364.856,00 (Cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais), sendo R\$ 97.522.472,00 (Noventa e sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais) do Orçamento Fiscal e, R\$ 61.842.384,00 (Sessenta e um milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras: Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 115.399.300,00 (Cento e quinze milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos reais), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 1.579.027,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, vinte e sete reais) e, fixa a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 94.474.445,00 (Noventa e quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a Arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	109.119.300,00
1.1.Receita Tributária	27.093.000,00
1.2 Receita de Contribuições	2.200.000,00
1.3.Receita Patrimonial	1.700.800,00
1.6.Receita de Serviços	175.000,00
1.7.Transferências Correntes	75.195.000,00
1.9.Outras Receitas Correntes	2.755.500,00
2.RECEITAS DE CAPITAL	6.280.000,00
2.1.Operações de Crédito	3.900.000,00

2.2.Alienações de Bens	15.000,00
2.3.Amortização de Empréstimos	160.000,00
2.4.Transferências de Capital	2.205.000,00
TOTAL:	115.399.300,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura e da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - Gabinete do Prefeito	2.730.050,00
02 - Secretaria da Assessoria Jurídica	832.000,00
03 - Secretaria de Administração	15.293.200,00
04 - Secretaria de Finanças	2.569.000,00
05 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico	803.000,00
06 - Secretaria de Planejamento e Urbanismo	1.260.000,00
07 - Secretaria de Educação	36.875.300,00
08 - Secretaria de Saúde e Ação Social	353.000,00
09 - Secretaria de Infraestrutura	24.431.895,00
10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	5.757.000,00
11 - Secretaria de Turismo e Cultura	2.029.000,00
12 - Fundo Munic. P/ Reeq. Bombeiros Volunt.	475.000,00
13 - Fundo Municipal de Saneamento Básico	456.000,00
14 - Fundo Rotativo Habitacional	460.000,00
20 - Câmara de Vereadores	1.579.027,00
99 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL:	96.053.472,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.579.027,00
04 - Administração	11.828.700,00
06 - Segurança Pública	1.142.500,00
08 - Assistência Social	273.000,00
12 - Educação	36.703.300,00
13 - Cultura	2.029.000,00
15 - Urbanismo	22.906.895,00
16 - Habitação	460.000,00
17 - Saneamento	456.000,00
18 - Gestão Ambiental	1.472.000,00
20 - Agricultura	4.260.000,00
22 - Indústria	803.000,00
26 - Transportes	1.550.000,00
27 - Desporto e Lazer	172.000,00
28 - Encargos Especiais	10.268.050,00
99 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL:	96.053.472,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 - Processo Legislativo	1.579.027,00
0002 - Administração e Planejamento	9.538.700,00
0003 - Administração Financeira	2.569.000,00
0005 - Segurança Pública	1.096.500,00
0006 - Assistência Social	273.000,00
0007 - Infraestrutura	24.431.895,00
0010 - Merenda Escolar	800.000,00
0011 - Educação Básica	19.545.050,00
0012 - Desporto Estudantil	172.000,00
0013 - Ensino Médio	2.000,00
0014 - Ensino Superior	1.156.000,00
0015 - Criança na Escola	14.967.250,00
0018 - Habitação Popular	460.000,00
0019 - Esgoto Urbano	456.000,00
0020 - Meio Ambiente e Paisagismo	1.472.000,00
0021 - Fomento Agropecuário e Promoção da Extensão Rural	4.285.000,00
0022 - Incentivos para Indústria	803.000,00
0023 - Promoção ao Turismo	2.029.000,00
0026 - Pagamento de Encargos Especiais	9.998.000,00
0027 - Contribuições Financeiras	270.050,00
0099 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL:	96.053.472,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	78.793.877,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	46.833.939,00
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	500.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	31.459.938,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.109.595,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	15.709.095,00
4.5.00.00.00.00 - Inversões Financeiras	500,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	1.400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL:	96.053.472,00

Do Orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Videira

Art. 3º O Orçamento da entidade Fundação Municipal de Esportes de Videira, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais),

as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.430.000,00 (Um milhão, quatrocentos e trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.469.000,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e nove mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	39.000,00
1.3.Receita Patrimonial	35.900,00
1.6 Receita de Serviços	3.000,00
1.9.Outras Receitas Correntes	100,00
SOMA	39.000,00
 Transferências Financeiras	 1.430.000,00
 TOTAL	 1.469.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundação Municipal de Esportes de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer	1.469.000,00
TOTAL:	1.469.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.464.000,00
3.1.00.00.00.00 – Despesas de Pessoal	766.700,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	697.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	5.000,00
TOTAL:	1.469.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira

Art. 4º O Orçamento da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 60.300,00 (Sessenta mil, trezentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 174.700,00 (Cento e setenta e quatro mil, setecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 235.000,00 (Duzentos e trinta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	60.300,00
1.3.Receita Patrimonial	2.300,00
1.7.Transferências Correntes	57.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	1.000,00
SOMA	60.300,00
 Transferências Financeiras	 174.700,00
TOTAL	235.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	235.000,00
TOTAL:	235.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	235.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	235.000,00
TOTAL:	235.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira

Art. 5º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, para o exercício de 2017, estima a receita em R\$ 861.552,00 (Oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.379.378,00 (Três milhões, trezentos e setenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais) e fixa as Despesas em R\$ 4.240.930,00 (Quatros milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e trinta reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	811.952,00
1.3.Receita Patrimonial	48.900,80
1.7.Transferências Correntes	757.051,20
1.9. Outras Receitas Correntes	6.000,00

2.RECEITAS DE CAPITAL	49.600,00
2.4.Transferências de capital	49.600,00
SOMA	861.552,00

Transferências Financeiras 3.379.378,00

TOTAL 4.240.930,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 4.240.930,00
TOTAL: 4.240.930,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 3.771.208,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 2.428.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 1.343.208,00
DESPESAS DE CAPITAL 469.722,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos 469.722,00
TOTAL: 4.240.930,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica de Videira

Art. 6º O Orçamento da entidade Fundo de Assistência Médica de Videira, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 3.205.000,00 (Três milhões, duzentos e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.205.000,00 (Três milhões, duzentos e cinco mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	2.700.000,00
1.2.Receitas de Contribuições	1.450.000,00
1.3.Receita Patrimonial	700.000,00
1.9.Outras Receitas Correntes	550.000,00
7.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	505.000,00
7.2.Receitas de Contribuições	505.000,00
TOTAL	3.205.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo de Assistência Social e Médica de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

28 - Encargos Especiais	3.205.000,00
TOTAL:	3.205.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.175.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	3.175.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	30.000,00
TOTAL:	3.205.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira

Art. 7º O Orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Videira, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 8.526.704,00 (Oito milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 14.361.750,00 (Quatorze milhões, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 22.888.454,00 (Vinte e dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	8.525.704,00
1.1.Receita Tributária	380.000,00
1.3.Receita Patrimonial	195.500,00
1.7.Transferências Correntes	7.938.704,00
1.9.Outras Receitas Correntes	11.500,00
2.RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00
2.2.Alienações de Bens	1.000,00
SOMA	8.526.704,00

Transferências Financeiras	14.361.750,00
TOTAL	22.888.454,00

§ 2º A Despesa da entidade Fundo Municipal de Saúde de Videira será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	22.888.454,00
TOTAL:	22.888.454,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	22.164.354,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	10.067.800,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	12.096.554,00
DESPESAS DE CAPITAL	724.100,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	724.100,00
TOTAL:	22.888.454,00

Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID

Art. 8º O Orçamento da entidade do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 31.273.000,00 (Trinta e um milhões, duzentos e setenta e três mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 31.273.000,00 (Trinta e um milhões, duzentos e setenta e três mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.RECEITAS CORRENTES	18.828.000,00
1.2.Receita de Contribuições	3.538.000,00
1.3.Receita Patrimonial	15.207.000,00
1.9.Outras Receitas Correntes	83.000,00
7.RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.445.000,00
7.2.Receitas de Contribuições	12.445.000,00
TOTAL	31.273.000,00

§ 2º A Despesa da entidade Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira – INPREVID será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

09 - Previdência Social	13.003.000,00
99 - Reserva de Contingência	18.270.000,00
TOTAL:	31.273.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	12.878.000,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	11.798.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	1.080.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	125.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	125.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	18.270.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	18.270.000,00
TOTAL:	31.273.000,00

Art. 9º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

Unidade Gestora: Instituto de Previdência de Videira - INPREVID	
99 – Reserva de Contingência	18.270.000,00
TOTAL	18.270.000,00

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Videira	
99 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL	150.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os limites especificados neste artigo.

Disposições Gerais

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, através de decreto, a remanejar dotações de uma categoria econômica/grupo de natureza da despesa/modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11 O Poder Executivo Municipal está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

- I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III - Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 Durante o exercício de 2017 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos na capacidade de endividamento da Prefeitura.

Art. 15 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de dezembro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 27 de Dezembro de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 32/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 27/12/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA USO NOS VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para uso nas Secretarias, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

4323.0 - POSTO PRIMEIRO DE MAIO LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	LITRO	OLEO DIESEL S10		120.000,00	3,37	404.400,00
00003	LITRO	GASOLINA		40.000,00	3,87	154.800,00
Total do Fornecedor: 559.200,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS)						

6225.1 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	OLEO DIESEL S500		210.000,00	3,25	682.500,00
00004	LITRO	ALCOOL		5.000,00	3,45	17.250,00
Total do Fornecedor: 699.750,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)						
Total da Licitação: 1.258.950,00 (HUM MILHAO E DUZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E NOVECIENTOS E CINQUENTA REAIS)						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 32/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e

Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

- 1- De 5,0% (cinco por cento) do valor da ordem de compra por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados na Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 27 de Dezembro de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

POSTO PRIMEIRO DE MAIO LTDA
MARINEUSA FOSSA BERNARDY
Contratada

AUTO POSTO FISTAROL LTDA - EPP
EDIO REGIS FISTAROL
Contratada

CLASSIFICAÇÃO PROFESSORES EFETIVOS ANO LETIVO 2017

Classificação Efetivos 2016

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais e em conformidade com o Decreto nº 075 de 19 de dezembro de 2016, divulga e homologa a classificação dos professores efetivos para o ano letivo de 2017, sendo que a escolha de vagas será realizada no dia 09 de fevereiro de 2017, às 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORARIA	TEMPO SERVIÇO NO CARGO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Iliani Ferreira de Souza	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	26 anos	07/07/66	40	1º
Vera Lucia Lutke	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	21 anos	08/11/63	35	2º
Maria Cechelero da Silva	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	21 anos	17/11/65	35	3º
Rosileni Fistarol Formentin	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	21 anos	03/11/73	35	4º
Marlene Montibeller Decarli	Professor Nível III	13	0,5	20 horas	21 anos	16/12/61	34,5	5º
Zenita Ignaczuk	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	20 anos	07/02/65	34	6º
Paulo Roberto de Freitas	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	12 anos	22/12/77	26	7º
Elizabeth Winter	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	12 anos	22/07/78	26	8º
Elacir Eickenberg Prange	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	12 anos	04/01/79	26	9º
Osmar Hobold	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	10 anos	26/12/65	24	10º
Leonirce Rinaldi Fausto	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	10 anos	08/04/74	24	11º
Noeli Sepka	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	10 anos	12/12/78	24	12º
Iliani Ferreira de Souza	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	9 anos	07/07/66	23	13º
João Vendrami	Professor Nível III	08	-	20 horas	14 anos	30/09/65	22	14º
Osmar Hobold	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	8 anos	26/12/65	22	15º
Janete Schmidt Mafra	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	8 anos	12/02/72	22	16º
Ilma Watras	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	8 anos	13/09/74	22	17º
Josiane Berkenbrock Masote	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	8 anos	01/02/82	22	18º
Edilene Sadlovski Francisco	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	6 anos	12/12/87	20	19º
Marileusa Schmitt	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	5 anos	30/04/71	19	20º
Maria Bieleski	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	5 anos	14/09/74	19	21º
Samira Cristina R. Oliveira	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	5 anos	26/02/90	19	22º
Aurélia Soethe	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	3 anos	12/11/78	17	23º
Vera Lúcia Tibes de Mello	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	4 anos	27/03/73	15	24º
Rosilena Medeiros S. Fausto	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	1 ano	27/06/69	12	25º
Cleide Maiberg Wippel	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	1 ano	14/09/74	12	26º
Gracieli Mondini	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	1 ano	31/03/88	12	27º
Patricia Hobold Zalasko	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	1 ano	14/05/88	12	28º
Elaine Cristina Beninca	Professor Nível II	10	1,0	20 horas	1 ano	24/11/89	12	29º

Classificação Efetivos 2016 – Educação Infantil

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORARIA	TEMPO SERVIÇO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Analú Moser	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	12 anos	23/10/73	26	1º
Morgana de Sena André	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	12 anos	27/08/78	25,5	2º

Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, em 29 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 273/2016

PORTARIANº 273/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 32, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARLY TEREZINHA MONTIBELLER

Cargo: ENFERMEIRO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, nomeada pela Portaria nº 004/97, de 02 de janeiro de 1997, tomando posse no cargo dia 01 de janeiro de 1997, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada por aposentadoria, a partir de 20 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 20 de dezembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 274/2016

PORTARIANº 274/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: FRANCISCO FERREIRA

Cargo: DIRETOR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº 208/2016, de 04 de novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 30 de dezembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 275/2016

PORTARIANº. 275/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LOURIVAL LUNELLI

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Administração, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 02/01/2017 a 31/01/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2011 a 30/11/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 276/2016

PORTARIANº. 276/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDENIR BRANGER FRANÇA

Cargo: PEDAGOGO NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, 11 (onze) dias de férias, pelo período de 01/02/2017 a 11/02/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2011 a 30/11/2012, período esse que foi quitado conforme a Portaria nº 241/2012, porém gozou apenas do dia 20/12/2012 a 07/01/2013, visto que em 08/01/2013 foi nomeada para assumir o cargo de Secretária de Educação, conforme Portaria nº 005/2013, impossibilitando o gozo do restante dos dias das férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 277/2016

PORTARIANº. 277/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PAULO ROBERTO DE FREITAS

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, 12 (doze) dias de férias, pelo período de 01/02/2017 a 12/02/2017, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2011 a 30/11/2012, período esse que foi quitado conforme a Portaria nº 244/2012, porém gozou apenas do dia 20/12/2012 a 06/01/2013, visto que em 07/01/2013 foi nomeado para assumir o cargo de Diretor de Educação, conforme Portaria nº 013/2013, impossibilitando o gozo do restante dos dias das férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 278/2016

PORTARIANº. 278/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JORGE GOMES MONTEIRO NETO

Cargo: MÉDICO DA ESF

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 14 (catorze) dias de férias, pelo período de 01/02/2017 a 14/02/2017, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 30/11/2015, período esse em que o adicional de férias foi quitado conforme a Portaria nº 260/2015, porém as férias foram interrompidas conforme a Portaria nº 004/2016,

impossibilitando o gozo do restante dos dias das férias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 236/2016

DECRETO Nº AJG 236/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº BLB 309/2010, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 3900/2016, de 20 de dezembro de 2016, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 3218/2010 (Sistema Municipal de Ensino);

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal nº BLB 309/2010, de 19 de novembro de 2010, que homologou o regimento interno do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 237/2016

DECRETO Nº AJG 237/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº AJG 116/2016, DE 20.06.2016 E DO DECRETO Nº 058/2013, DE 21.01.2013.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto Municipal nº AJG 116/2016, de 20 de junho de 2016 e o Decreto nº AJG 058/2013, de 21 de janeiro de 2013, que nomeou a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 238/2016

DECRETO Nº AJG 238/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, MARCOS ANTONIO BOSSINI, nomeado pelo Decreto nº AJG 035/2016, de 18 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. O servidor exonerado do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 035/2016, de 18 de fevereiro de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 240/2016

DECRETO Nº AJG 240/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde, CLECI SCHEIBEL ZANIN, nomeada pelo Decreto nº AJG 096/2016, de 16 de maio de 2016.

Parágrafo Único. A servidora exonerada do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 096/2016, de 16 de maio de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 241/2016

DECRETO Nº AJG 241/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social, LUCIANA BALBINOT

CONTINI, nomeada pelo Decreto nº AJG 125/2016, de 27 de junho de 2016.

Parágrafo Único. A servidora exonerada do cargo comissionado retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o decreto nº AJG 125/2016, de 27 de junho de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 243/2016

DECRETO Nº AJG 243/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Políticas Ambientais, UDO WESTERICH, nomeado pelo Decreto nº AJG 167/2016, de 13 de setembro de 2016.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 167/2016, de 13 de setembro de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 244/2016

DECRETO Nº AJG 244/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, JORGE FRIEDERICH, nomeado pelo Decreto nº AJG 123/2016, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 123/2016, de 27 de junho de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 245/2016

DECRETO Nº AJG 245/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Secretária Executiva, THAISE PALUDO, nomeada pelo Decreto nº AJG 168/2015, de 05 de agosto de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 168/2015, de 05 de agosto de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 246/2016

DECRETO Nº AJG 246/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Diretor de Imprensa e Comunicação Social, CIRIO BOHN, nomeado pelo Decreto nº AJG 100/2013, de 01 de março de 2013.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 100/2013, de 01 de março de 2013.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 247/2016

DECRETO Nº AJG 247/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Diretora de Administração de Recursos Orçamentais e de Pessoal, ANADERGE MAIA DE FARIAS, nomeada pelo Decreto nº AJG 022/2013, de 08 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 022/2013, de 08 de janeiro de 2013.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 248/2016

DECRETO Nº AJG 248/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Diretora de Assuntos Comunitários, CHEILA TAVARES MICHELIN FERREIRA, nomeada pelo Decreto nº AJG 018/2015, de 21 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 018/2015, de 21 de janeiro de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 249/2016

DECRETO Nº AJG 249/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Diretora de Ações Culturais, MARIVANIA PALUDO, nomeada pelo Decreto nº AJG 024/2013, de 08 de janeiro de 2013.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 024/2013, de 08 de janeiro de 2013.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 250/2016

DECRETO Nº AJG 250/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Desenvolvimento Econômico, DANIEL ZAMBIA-SI, nomeado pelo Decreto nº AJG 125/2014, de 02 de junho de 2014.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 125/2014, de 02 de junho de 2014.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 251/2016

DECRETO Nº AJG 251/2016

EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Turismo, ROGÉRIO CALDATO, nomeado pelo Decreto nº AJG 036/2015, de 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 036/2015, de 20 de fevereiro de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 252/2016

DECRETO Nº AJG 252/2016
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Manutenção e Eventos na Femi, VALDIR ANGOLERI, nomeado pelo Decreto nº AJG 126/2014, de 02 de junho de 2014.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 126/2014, de 02 de junho de 2014.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 253/2016

DECRETO Nº AJG 253/2016
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Serviços Públicos, JONAS LUIZ LINHARES, nomeado pelo Decreto nº AJG 096/2015, de 11 de maio de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 096/2015, de 11 de maio de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 254/2016

DECRETO Nº AJG 254/2016
EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Produção, CLAUDETE ZULIAN, nomeada pelo Decreto nº AJG 120/2016, de 24 de junho de 2016.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 120/2016, de 24 de junho de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 255/2016

DECRETO Nº AJG 255/2016
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerado o servidor ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Departamento de Orçamentos, Controle Financeiro e Convênios, HENRIQUE SABADIN PIVA, nomeado pelo Decreto nº AJG 006/2015, de 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas ao servidor ora exonerado, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 006/2015, de 02 de janeiro de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 256/2016

DECRETO Nº AJG 256/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Orçamentos, Controle Financeiro e Convênios, EDUARDA CRISTINA SCHUCKES, nomeada pelo Decreto nº AJG 029/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 029/2015, de 02 de fevereiro de 2015.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 257/2016

DECRETO Nº AJG 257/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Departamento de Políticas Ambientais, CAMILA DAIANE FARIAS, nomeada pelo Decreto nº AJG 194/2016, de 19 de outubro de 2016.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 194/2016, de 19 de outubro de 2016.

Xanxerê/SC, 30 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 031/2016 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratada: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA.

Número do Contrato: 031/2016 FMS

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO NA SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE COM MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS ORA EM USO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS E SUPORTE TÉCNICO, JÁ INCLUI- SAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS QUANDO HOUVEREM.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 032/2016 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA.

Contratada: BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Número do Contrato: 032/2016 FMS

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, AUXILIAR NA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E ORIENTAR NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO E CONVÊNIOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 041/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI.

Contrato nº: 041/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SENDO PEÇAS GENUÍNAS HOMOLOGADAS PELA CELESC.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 042/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACÃO LTDA EPP.

Contrato nº: 042/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS AOS MUNICÍPIOS.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 043/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LICS SUPER ÁGUA EIRELI.

Contrato nº: 043/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA PARA ATUAÇÃO NO CONTROLE E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE UM POÇO ARTESIANO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS E COMODATO DE UMA ETA – ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA, NUM TOTAL DE APROXIMADAMENTE 190 ECONOMIAS SERVIDAS NO DISTRITO DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 044/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Contrato nº: 044/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA HILÁRIO JOSÉ RAVADELLI.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 045/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: SABER INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 045/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE DE 10 MBPS, PARA AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA DE XAVANTINA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 046/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: INFO DIGITALLE - MÁRCIA M. DA SILVA & CIA LTDA ME.

Contrato nº: 046/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO ALUGUEL DO GEDOC – GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS DA INFO DIGITALLE.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 047/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

Contrato nº: 047/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 048/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA.

Contrato nº: 048/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/12/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 049/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: SUL BRITAS LTDA ME.

Contrato nº: 049/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO MELHORAMENTO DE ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 30/06/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 050/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ADELIANE JACIRA BETTO.

Contrato nº: 050/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO LOCAÇÃO DE SALA COM OBJETIVO DE INSTALAR E DAR FUNCIONALIDADE AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 31/03/2017.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 051/2016 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: MAICON ANTONIO CHIOSSI MEI.

Contrato nº: 051/2016 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAR PROFISSIONAL(IS) PARA SERVIÇO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS.

Data da Assinatura: 30/12/2016.

Vigência: 28/02/2017.

Aditivo de Prazo.

Xaxim

PREFEITURA

10º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0014/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, do outro lado, PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.404.158/0001-90, estabelecida na Rua Nelson Francisco, nº 26, Bairro do Limão, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por LUCIANO GARDINO BRITO DIAS, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 07267226-93 e inscrito no CPF sob nº 911.504.695-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 0014/2013, firmado em 04 de janeiro de 2013, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos art. 57 inciso II e inciso I "b" e II, do art. 65, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato e também Prejulgados nº 1.758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que parte do objeto licitado refere-se a prestação de serviços relativos a formação de professores, durante 12 (doze) dias no ano, 8h (oito horas) diárias, proporcionando suporte nas atividades desenvolvidas com os Educandos;

Considerando que os serviços licitados são afetos a área da educação e, por essa condição, configuram dever do Estado e direito do cidadão, de maneira que não podem ser interrompidos ou prejudicados;

Considerando que o objeto contratado preenche todos os requisitos necessários para bom funcionamento dos serviços públicos de educação;

Considerando que os usuários e funcionários públicos da área da educação já estão adaptados ao objeto licitado, a ilustrar que eventual mudança causaria transtornos em todos os sentidos, prejudicando a continuidade da prestação dos serviços, aliado ao fato de que a consequente readequação traria prejuízos em especial aos alunos da rede pública de ensino;

Considerando que a realização de novo procedimento, além de implicar em novas despesas, tomaria tempo significativo dos servidores;

Considerando que o início do ano letivo em 2017 dar-se-á já no princípio do mês de fevereiro, e eventual contratempo no processo licitatório poderia ocasionar problemas ou dificuldades, já que as aulas iniciariam sem o material didático;

Considerando que há 9 (nove) anos a proposta de ensino com esse mesmo material fora estendida a todas as Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, o que resulta num aprendizado parametrizado, não acarretando surpresas e trocas constantes da proposta pedagógica;

Considerando que em virtude do método aplicado, a procura por alunos da rede pública de ensino aumentou significativamente nos últimos anos, em virtude da metodologia aplicada;

Considerando que o consenso entre a sociedade, alunos, professores e pais de alunos que o serviço ofertado é de excelente qualidade, inclusive, sendo referencia nacional;

Considerando que, havendo uma proposta única de ensino, não há empecilhos quando da troca de alunos entre uma escola e outra da rede pública municipal;

Considerando que a realização de nova licitação poderia gerar prejuízos financeiros ao Município, com aumento significativo do valor do material didático, além dos transtornos ao interesse público acima relatados;

Considerando que a administração atual se encerra em 31/12/2016, necessitando a nova administração ter o sistema ora contratado em condições já no início do ano letivo, não demandando tempo para nova licitação e recebimento do material;

Considerando que se trata em verdade de Sistema de Ensino de Apostilamento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais, juntamente com Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Professores e Corpo Técnico para a Secretaria de Educação do Município de Xaxim/SC e não apenas mera entrega de material.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DOS ITENS, VALORES E FORMA DE REAJUSTE

O presente Termo tem por objetivo suprimir a quantidade de 245 unidades de apostilas, do item 1 do contratual original, que atende ao Ensino Infantil 2 e 3, anos iniciais, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VLR. UN.	VLR. TOTAL
01	Educação Infantil	Un	245	183,75	45.018,75

Para o exercício de 2017, o presente contrato terá o valor total de R\$ 615.930,00 (seiscentos e quinze mil e novecentos e trinta reais), conforme especificado a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VLR. UN.	VLR. TOTAL
01	Educação Infantil	Un	750	183,75	137.812,50
02	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Un	1.812	183,75	332.955,00
03	Anos Finais do Ensino Fundamental	Un	790	183,75	145.162,50
					615.930,00

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá por conta do crédito orçamentário de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA CONTRATADA Luciano Gardino Brito Dias Representante Legal
--	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 0096/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 0096/2016

Concedente O MUNICÍPIO DE XAXIM, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, 347, nesta cidade de Xaxim/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 194.821.759-72 e de ora diante denominada simplesmente CONCEDENTE;

Concessionária A MERLOS JR EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob nº 08.933.498/0001-57, com sede na Avenida Itatiaia, nº 570, Jd. Da Boa Vista, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Senhor Valter Merlos Junior, Brasileiro, maior, portador da cédula de identidade sob nº 26.442.334-3, inscrito no CPF sob nº 254.922.798-07, daqui por diante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo Contratual, que se regerá pelas disposições das Leis Federais nº 8.987/95 e nº 9.074/95, bem como pela Lei Municipal nº 4007/2014 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis à matéria, bem como, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, e pelas seguintes cláusulas e condições, resolvem as Partes celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto da presente licitação é a Outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de

implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos do município de Xaxim/SC, conforme Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo maior oferta pela outorga da concessão, nas condições estabelecidas no presente contrato, Edital de Licitação, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2016, Termo de Referência e seus anexos; A execução do objeto da Concessão deverá obedecer às normas, padrões e procedimentos constantes na legislação aplicável, às normas do presente Contrato, do Edital e de seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem fundamentação no inciso II do Artigo 65 e § 1º, inciso II do Art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõe o Edital de Licitação e ainda o respectivo contrato. Ainda tem fundamentação no Prejulgado 1758 do TCE/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA.

Considerando que o Edital da Concorrência previa a possibilidade de implantação de tecnologias outras, com o fim de melhor fiscalizar a execução do objeto contratual, assim como ampliação da "Área verde", de acordo com as necessidades do Município, o que foi deliberado por força do Decreto Municipal nº 455/2016, de 21 de dezembro de 2016, faz-se assim necessário o presente Termo para Aditar o Contrato original.

CLÁUSULA QUARTA - DA AMPLIAÇÃO DA ÁREA VERDE

Fica ampliada a "área verde" do estacionamento rotativo, incluindo as seguintes ruas:

- Rua Avelino Piana, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua 10 de Novembro;
- Rua 10 de Novembro, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Pedro Lunardi;
- Rua Giacomio Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Presidente Getúlio Vargas;
- Avenida Júlio Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Cândido Teston;
- Avenida Nereu Ramos, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Avenida Plínio Arlindo de Nez.

CLÁUSULA QUINTA – DOS EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Fica autorizada a Contratante operar a fiscalização, além daqueles previstos no Edital, com:

- Cartões Raspadinha, e
- Parquímetro fixo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produz seus jurídicos efeitos. .

Xaxim/SC 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM IDACIR ANTONIO ORSO Prefeito Municipal PODER CONCEDENTE		MERLOS JR EMPREENDIMENTOS Valter Merlos Junior Responsável Legal CONCESSIONÁRIA
---	--	--

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

CATIANE GEOVANE CURTARELLI SOCCOL 006.466.089-32 Testemunha		ALINE CHIODI 071.518.119-00 Testemunha
---	--	--

1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0069/2016

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, CBA INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Olso, nº 90, Bairro Passo dos Fortes, na cidade de Chapeco/SC, CEP 89.805-000, inscrita no CNPJ sob nº 80.156.326/0001-41, neste ato representada por NEODIR ANTONIO ARCEGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 670.646.479-15 e portador da cédula de identidade nº 2.163.823, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0090/2016, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b'', artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Prestação de serviço especializado para Administração e Virtualização de Data Center, Segurança da Informação e Rede Local.	Mês	02	800,00	1.600,00

Valor Total do contrato: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	CBA INFORMATICA LTDA CONTRATADA Neodir Antonio Arcego Representante Legal
--	--

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0094/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, inscrita no CNPJ sob nº 09.427.503/0001-12, estabelecida na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada por seu Diretor Executivo, GILSONI LUNARDI ALBINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 3803, de 11/12/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC	7.620,00
3	Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional	3.060,00
5	Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN	6.900,00
		17.580,00

Valor Total do Contrato: R\$ 17.580,00 (dezesete mil, quinhentos e oitenta reais)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente da execução do presente contrato se dará por conta dos créditos orçamentários do exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços será realizada pelo Responsável pela Secretaria da Fazenda.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA CONTRATADA Gilson Lunardi Albino Representante Legal
--	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0001/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.661.088/0001-09, neste ato representado por GLORIA APARECIDA PIERESAN, brasileira, casada, assistente social, portadora da cédula de identidade nº 2.428.688/SC e inscrita no CPF sob nº 743.879.799-68, doravante denominados simplesmente LOCATÁRIO, e do outro lado, ANTONIO MAROCCO, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Andre Lunardi, nº 1990, Bairro Dr. Ari Lunardi, na cidade de Xaxim/SC, inscrito no CPF nº 460.430.479.34 e portador da cédula de identidade nº 4.525.961, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0223/2014, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea "b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

Paragrafo Único: O presente contrato poderá ser rescindido mediante aviso prévio a qualquer tempo, motivado principalmente pela conclusão da obra das novas instalações do CRAS Primavera.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	A locação da sala comercial no lote urbano nº 7 da quadra 132 sob a matrícula 7.317 com medida de área livre aproximadamente de 280m ² situado na Rua Rio Grande esquina com a Rua Justo Eugênio Soccol, Bairro Primavera, Cidade de Xaxim, Estado Santa Catarina. A locação da sala comercial é para atender aos serviços oferecidos pelo CRAS Primavera, Através do Fundo Municipal de Assistência Social.	Mês	03	2.750,13	8.250,39

Valor Total do Contrato: R\$ 8.250,39 (oito mil, duzentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Caberá a fiscalização da execução do objeto do presente ajuste ao Responsável pela Secretaria de Assistência Social e Habitação.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE XAXIM LOCATÁRIO Gloria Aparecida Pieresan Secretária de Assist. Social e Habitação	ANTONIO MAROCCO LOCADOR
--	---	----------------------------

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0133/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e do outro lado, LUIZ ADOLFO PIEREZAN, brasileiro, solteiro, maior, inscrito no CPF sob nº 010.554.749-27 e portador da cédula de identidade nº 4.692.307/SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0108/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 31 de Janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Locação de sala Comercial, localizada na Rua Duque de Caxias, 1123, de alvenaria, com 215 m2, objetivando o funcionamento do Departamento de Merenda Escolar.	Mês	01	2.200,00	2.200,00

Valor Total do Contrato: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Caberá a fiscalização da execução do objeto do presente ajuste ao Responsável pela Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	LUIZ ADOLFO PIEREZAN LOCADOR
--	---------------------------------

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

2º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0194/2015

De um lado, o MUNICÍPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado por MARLI CERUTTI MACHADO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 17R/178.588-8 e inscrita no CPF sob nº 597.528.239-04, residente e domiciliada na Rua Neudy Primo Massolini, nº 770, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e do outro lado VALDIR ANTÔNIO IEISBICK, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 183.307.119-00 e portador da cédula de identidade nº 404.559, residente e domiciliado na Rua Travessa Independência, 137, Centro, na cidade de Xaxim/SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0174/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual, de 01 de janeiro de 2017 até o dia 28 de Fevereiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VLR. UN.	VLR. TOTAL
01	Locação Mensal de Aluguel com área 150m2, com adequações para pessoas especiais, com 2 banheiros, copa, rampa de acesso, localizado na Travessa Independência, nº 137 - Centro - Uso Farmácia Municipal	Mês	2	1.900,00	3.800,00
					3.800,00

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente da execução do presente contrato se dará por conta do crédito orçamentário do exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

A fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado ficará sob responsabilidade do Responsável pela Secretaria de Saúde do Município.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	VALDIR ANTÔNIO IEISBICK LOCADOR
--	------------------------------------

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0031/2014

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, na cidade de Itapema/SC, neste ato representada por CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 181.488.089-53 e portador da cédula de identidade nº 220.562, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0043/2014, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b'', artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 12 (doze) meses, de 01/01/2017 até 31/12/2017, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS VALOR REAJUSTADO

Considera-se como valor para a execução do presente Termo a quantia de R\$ 8.669,04 (oito mil seiscentos e sessenta e nove reais e quatro centavos), o qual corresponde a 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 722,42 (setecentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos).

ITEM	UN.	VALOR 2º ADITIVO	REAJUSTE IGPM 5,27%	VALOR 3º ADITIVO	QTD.	VALOR TOTAL
Serviço técnico especializado no gerenciamento, divulgação e publicação online das leis municipais.	Mês	686,21	36,21	722,42	12	8.669,04

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA CONTRATADA Carlito Mello de Liz Representante Legal
--	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0110/2015

De um lado, o MUNICÍPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado, BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, na cidade de Criciúma/SC, CEP 88.810-020, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e portador da cédula de identidade nº 24.757, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0086/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea "b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que no contrato original nº 0110/2015 e em seus termos aditivos, consta vigência somente até dia 31 de dezembro 2016; conforme solicitação far-se-á necessário a prorrogação de prazo tendo por objeto o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE, bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE;
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos;
- Suporte técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado;

- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
- A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DOS ITENS E VALORES

Os valores contratados serão reajustados a partir de 08 de maio de 2017 pelo índice IGP-M acumulado no período.

Descrição dos itens conforme contrato original:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
3	Sistema de contabilidade pública, com conexão simultânea de seis (06) usuários.	Mês	03	1.770,08	5.310,24
4	Sistema de planejamento, com conexão simultânea de dois (02) usuários.	Mês	03	486,77	1.460,31
6	Sistema de folha de pagamento, com conexão simultânea de quatro (04) usuários.	Mês	03	1.106,30	3.318,90
7	Sistema de tributação, com conexão simultânea de oito (08) usuários.	Mês	03	1.991,34	5.974,02
8	Sistema de controle patrimonial, com conexão simultânea de dois (02) usuários.	Mês	03	354,02	1.062,06
9	Sistema de controle de frotas, com conexão simultânea de dois (02) usuários.	Mês	03	336,32	1.008,96
10	Sistema de recursos humanos, com conexão simultânea de dois (02) usuários.	Mês	03	276,58	829,74
11	Sistema de controle de estoque, com conexão simultânea de dois (02) usuários.	Mês	03	342,95	1.028,85
16	Sistema de atendimento ao cidadão via internet	Mês	03	689,22	2.067,66
17	Sistema de protocolo via internet, com conexão simultânea de doze (12) usuários.	Mês	03	497,84	1.493,52
21	Sistema de emissão de nota fiscal eletrônica de prestação de serviços.	Mês	03	3.097,64	9.292,92
22	Sistema para escrituração fiscal do Imposto Sobre Serviços (ISS)	Mês	03	1.659,45	4.978,35
25	Sistema de compras e licitações, com conexão simultânea de oito (08) usuários.	Mês	03	885,04	2.655,12
26	Sistema de Informações para o Portal da Transparência.	Mês	03	320,83	962,49
					41.443,14

Valor Total do contrato R\$ 41.443,14 (quarenta e um mil quatrocentos e quarenta e três reais com quatorze centavos)

Para os casos de assistência técnica in loco, será cobrado o valor de R\$ 71,91 por hora do técnico, R\$ 0,72 o quilometro rodado e R\$ 138,29 por estadia e alimentação, caso necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM
CONTRATANTE
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA
Ernesto Muniz De Souza Jr
Representante Legal

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI
071.581.119-00
Testemunha

MARCELO LUIZ DUZ
004.432.909-11
Testemunha

3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0111/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.661.088/0001-09, neste ato representado por GLORIA APARECIDA PIERESAN, brasileira, casada, assistente social, portadora da cédula de identidade nº 2.428.688/SC e inscrita no CPF sob nº 743.879.799-68, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, na cidade de Criciúma/SC, CEP 88.810-020, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e portador da cédula de identidade nº 24.757, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0086/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea "b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que no contrato original nº 0110/2015 e em seus termos aditivos, consta vigência somente até dia 31 de dezembro 2016; conforme solicitação far-se-á necessário a prorrogação de prazo tendo por objeto o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE, bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE;
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos;
- Suporte técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
- A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DOS ITENS E VALORES

Os valores contratados serão reajustados a partir de 08 de maio de 2017 pelo índice IGP-M acumulado no período.

Descrição dos itens conforme contrato original:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Sistema de contabilidade pública, com conexão simultânea de seis (03) usuários.	Mês	02	298,70	896,70
2	Sistema de compras e licitações, com conexão simultânea de quatro (03) usuários.	Mês	02	188,07	564,21
					1.457,91

Valor Total do Contrato: R\$ 1.457,91 (um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos)

Para os casos de assistência técnica in loco, será cobrado o valor de R\$ 71,91 por hora do técnico, R\$ 0,72 o quilometro rodado e R\$ 138,29 por estadia e alimentação, caso necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE XAXIM CONTRATANTE Gloria Aparecida Pieresan Secretária de Assist. Social e Habitação	BETHA SISTEMAS LTDA CONTRATADA Ernesto Muniz De Souza Jr Representante Legal
--	---	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0113/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado por MARLI CERUTTI MACHADO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 17R/178.588-8, e inscrita no CPF sob nº 597.528.239-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, na cidade de Criciúma/SC, CEP 88.810-020, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e portador da cédula de identidade nº 24.757, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0086/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b'', artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que no contrato original nº 0110/2015 e em seus termos aditivos, consta vigência somente até dia 31 de dezembro 2016; conforme solicitação far-se-á necessário a prorrogação de prazo tendo por objeto o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE, bem como,

farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE;
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos;
- Suporte técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
- A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DOS ITENS E VALORES

Os valores contratados serão reajustados a partir de 08 de maio de 2017 pelo índice IGP-M acumulado no período.

Descrição dos itens conforme contrato original:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Sistema de contabilidade pública, com conexão simultânea de seis (04) usuários.	Mês	03	398,26	1.194,78
2	Sistema de compras e licitações, com conexão simultânea de quatro (04) usuários.	Mês	03	248,91	746,73
					1.941,51

Valor Total do Contrato: R\$ 1.941,51 (um mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos)

Para os casos de assistência técnica in loco, será cobrado o valor de R\$ 71,91 por hora do técnico, R\$ 0,72 o quilometro rodado e R\$ 138,29 por estadia e alimentação, caso necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE XAXIM CONTRATANTE Marli Cerutti MAchado Secretária de Saúde	BETHA SISTEMAS LTDA CONTRATADA Ernesto Muniz De Souza Jr Representante Legal
--	---	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

3º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0114/2015

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 19.998.909/0001-09, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, na cidade de Criciúma/SC, CEP 88.810-020, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob nº 004.770.259-19 e portador da cédula de identidade nº 24.757, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0086/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea `b`, artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que no contrato original nº 0110/2015 e em seus termos aditivos, consta vigência somente até dia 31 de dezembro 2016; conforme solicitação far-se-á necessário a prorrogação de prazo tendo por objeto o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE, bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE;
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos;
- Suporte técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado;
- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;
- A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Março de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DOS ITENS E VALORES

Os valores contratados serão reajustados a partir de 08 de maio de 2017 pelo índice IGP-M acumulado no período.

Descrição dos itens conforme contrato original:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Sistema de contabilidade pública, com conexão simultânea de seis (03) usuários.	Mês	02	298,70	597,40
2	Sistema de compras e licitações, com conexão simultânea de quatro (03) usuários.	Mês	02	188,07	376,14
					973,54

Valor Total do Contrato: R\$ 973,54 (novecentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)

Para os casos de assistência técnica in loco, será cobrado o valor de R\$ 71,91 por hora do técnico, R\$ 0,72 o quilometro rodado e R\$ 138,29 por estadia e alimentação, caso necessário.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM
CONTRATANTE
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA
Ernesto Muniz De Souza Jr
Representante Legal

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI
071.581.119-00
Testemunha

MARCELO LUIZ DUZ
004.432.909-11
Testemunha

4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0005/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.661.088/0001-09, neste ato representado por GLORIA APARECIDA PIERESAN, brasileira, casada, assistente social, portadora da cédula de identidade nº 2.428.688/SC e inscrita no CPF sob nº 743.879.799-68, doravante denominados simplesmente LOCATÁRIO, e do outro lado, JUARES ANTONIO ZAMPROGNA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 471.847.529/53 e portador da cédula de identidade nº 823.985-1, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0005/2013, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea "b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	Locação de sala comercial em alvenaria de aproximadamente 85 m², localizada na Avenida Luiz Lunardi, 599, no Centro de XaximSC, para o funcionamento do Conselho Tutelar.	Mês	03	781,31	2.343,93

Valor Total do Contrato: R\$ 2.343,93 (dois mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Caberá a fiscalização da execução do objeto do presente ajuste ao Responsável pela Secretaria de Assistência Social e Habitação.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE XAXIM LOCATÁRIO Gloria Aparecida Pieresan Secretária de Assist. Social e Habitação	JUARES ANTONIO ZAMPROGNA LOCADOR
--	---	-------------------------------------

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0006/2014

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julho Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado por MARLI CERUTTI MACHADO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 17R/178.588-8 e inscrita no CPF sob nº 597.528.239-04, residente e domiciliada na Rua Neudy Primo Massolini, nº 770, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e do outro lado DOACIR FRANCISCO BALAN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 501.805.339-91 e portador da cédula de identidade nº 1.386.704-0, residente e domiciliado na cidade de Xaxim/SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0017/2014, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual, a partir de 01 de janeiro de 2017 até o dia 31 de Dezembro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.	VLR. UN.	VLR. TOTAL
01	Locação de um (01) apartamento residencial com 63 m² contendo um dormitório, uma sala, uma cozinha, um banheiro social com balcão completo, área de serviço com tanque incluso, e sacada com churrasqueira, com taxa de condomínio, água, luz e gás. Localizado no Condomínio Residencial Balan Apto 401, Rua Independência nº 1050, Bairro Frei Bruno, na cidade de Xaxim-SC, para acomodar o profissional médico do Programa Mais Médicos do Governo Federal.	Mês	12	810,00	9.720,00
					9.720,00

Pela locação do imóvel, objeto do presente termo aditivo, o Município de Xaxim, através do Fundo Municipal de Saúde, pagará ao LOCADOR a importância de R\$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente da execução do presente contrato se dará por conta dos créditos orçamentários do exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

A fiscalização e o acompanhamento do objeto do presente termo aditivo será realizada pelo Responsável pela Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	DOACIR FRANCISCO BALAN LOCADOR
--	-----------------------------------

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

4º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0088/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado pela Sra. MARLI CERUTTI MACHADO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 17R/178.588-8, e inscrita no CPF sob nº 597.528.239-04, residente e domiciliada na Rua Neudy Primo Massolini, nº 770, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e do outro lado SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 03.392.348/0001-60, estabelecida em Linha São Roque, Zona Rural, na cidade de Chapecó/SC, neste ato representada por JOSÉ DEIVID DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, inscrito no CPF sob nº 724.983.589-00, residente e domiciliado na cidade de Chapecó/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, considerando o processo licitatório nº 0022/2013, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA

Considerando que no contrato original nº 0088/2013 e em seus termos aditivos, consta vigência somente até dia 31 de dezembro 2015, conforme solicitação far-se-á necessário a prorrogação de prazo e reajuste mencionados na cláusula segunda, e cláusula terceira, parágrafo oitavo do contrato, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde de acordo com a RDC 306 da ANVISA e resolução CONSAMA n. 358, com veículos apropriados, licenciados pela FATMA, IAP, FEPAN.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de janeiro de 2017 até o dia 28 de Fevereiro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE

ITEM	UN.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL
Contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviço de saúde de acordo com a RDC 306 da ANVISA e resolução CONSAMA n. 358 com veículos especializados, licenciados pela FATMA, IAP, FEPAN e vigilância sanitária, possuindo em seu quadro de funcionários um engenheiro ambiental, motoristas e operadores treinados com equipamentos dentro das normas da ABNT e legislação em vigor, com seguro ambiental para o transporte dos resíduos.	Mês	2	2.219,35	4.438,70

CLÁUSULA QUINTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente da execução do presente termo aditivo se dará por conta dos créditos orçamentários do exercício de 2017.

CLÁUSULA SEXTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

A fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado ficará sob responsabilidade do Responsável da Secretária de Saúde.

CLÁUSULA SETIMA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE XAXIM CONTRATANTE Marli Cerutti Machado Secretária de Saúde	SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA José Deivid De Oliveira Representante Legal
--	---	---

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

5º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0002/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julho Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.323.985/0001-02, neste ato representado pela Sra. MARLI CERUTTI MACHADO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 17R/178.588-8, e inscrita no CPF sob nº 597.528.239-04, residente e domiciliada na Rua Neudy Primo Massolini, nº 770, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e do outro NEY ROQUE MOCELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 024.075.859-50 e portador da cédula de identidade nº 3.473.863-0, residente e domiciliado na Rua Silvio Lunardi, nº 1805, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0002/2013, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual, de 01 de janeiro de 2017 até o dia 28 de Fevereiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

ITEM	UN.	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
A locação de um espaço físico para funcionamento do almoxarifado da Secretária Municipal da Saúde, com 170 m2 (cento e setenta metros quadrados), sito a Rua Silvio Lunardi nº 1805 Bairro Guarani , Xaxim - SC.	Mês	2	1.086,98	2.173,96

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A despesa decorrente da execução do presente contrato se dará por conta do crédito orçamentário do exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

A fiscalização e o acompanhamento do objeto contratado ficará sob responsabilidade do Responsável pela Secretaria de Saúde do Município.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	NEY ROQUE MOCELIN LOCADOR
--	------------------------------

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

5º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0027/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE XAXIM, inscrito no CNPJ sob nº 11.661.088/0001-09, neste ato representado por GLORIA APARECIDA PIERESAN, brasileira, casada, assistente social, portadora da cédula de identidade nº 2.428.688/SC e inscrita no CPF sob nº 743.879.799-68, doravante denominados simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.954.970/0001-80, estabelecida Rua Minas Gerais, nº 533, Sala 206, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89.801-200, neste ato representada por PAULO ANDRE TESTA, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 3.127.894/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, considerando o processo licitatório nº 0042/2015, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ` `b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Abril de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VL.R. UN.	VL.R TOTAL
1	Licença de uso para utilização do sistema nas unidades de assistência social	Mês	03	217,77	653,77
3	Hospedagem de banco de dados e aplicativos.	Mês	03	995,28	2.985,84
					3.639,61

Valor Total do Contrato: R\$ 3.639,61 (três mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Caberá a fiscalização da execução do objeto do presente ajuste ao Responsável pela Secretaria de Assistência Social e Habitação.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM CONTRATANTE Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE XAXIM CONTRATANTE Gloria Aparecida Pieresan Secretária de Assist. Social e Habitação	PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA CONTRATADO Paulo André Testa Representante Legal
--	---	---

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

5º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 0049/2013

De um lado, o MUNICIPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal IDACIR ANTONIO ORSO, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 194.821.759-72 e portador da cédula de identidade nº 17/R-440.230, residente e domiciliado na Avenida Julio Lunardi, nº 1637, Bairro Guarany, na cidade de Xaxim/SC, CEP 89.825-000, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, e do outro lado, ASSIS FRANCISCO PIAIA, brasileiro, casado, contabilista, inscrito no CPF sob nº 220.432.509-06 e portador da cédula de identidade nº 698.466-5/SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, considerando o processo licitatório nº 0033/2013, em observância ao disposto na Lei nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea "b", artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência contratual a partir do dia 01 de Janeiro de 2017 até o dia 01 de Março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS ITENS E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD	VLR. UN.	VLR TOTAL
1	A locação da quatro (04) salas comerciais, para funcionamento do setor de tributação, engenharia, com 376,72 m2.	Mês	02	5.396,95	10.793,90

Valor Total do Contrato: R\$ 10.793,90 (dez mil, setecentos e noventa e três reais e noventa centavos)

CLÁUSULA QUARTA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta do orçamento vigente p/ o exercício de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

Caberá a fiscalização da execução do objeto do presente ajuste ao Responsável pela Secretaria de Administração.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas a seguir, para que produza seus jurídicos efeitos.

Xaxim/SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICIPIO DE XAXIM LOCATÁRIO Idacir Antonio Orso Prefeito Municipal	ASSIS FRANCISCO PIAIA LOCADOR
--	----------------------------------

LUIZ ANTONIO CIPRIANI
OAB/SC-35.698
Procurador-geral

ALINE CHIODI 071.581.119-00 Testemunha	MARCELO LUIZ DUZ 004.432.909-11 Testemunha
--	--

DECRETO 392/2016

DECRETO Nº. 392/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2015 e Lei Municipal nº 4254 de 19 de Dezembro 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	10.37.00028	6.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar referente ao art. 1º serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação, na Fonte de Recurso 01.37, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 29 de Novembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 456

DECRETO Nº. 456/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4254/2016 de 19 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 409.000,00 (Quatrocentos e nove mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	389.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DA FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	20.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	360.000,00
3.1.90.00.00	01.19	29.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 457

DECRETO Nº. 457/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 262.623,00 (Duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e vinte e três reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.18	96.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	26.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$

3.1.90.00.00	01.00	115.000,00
3.3.71.00.00	01.00	10.623,00
Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DE FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.024 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.19	8.000,00
3.1.91.00.00	01.19	88.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	GABINETE DO PREFEITO	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	26.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
04.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	125.623,00

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	SECRETARIA DE FAZENDA	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 458

DECRETO Nº. 458/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4127/2015 de 27 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 279.800,00 (Duzentos e setenta e nove mil e oitocentos reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.01	33.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	16.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.38.000012	19.600,00
3.1.90.00.00	01.38.000021	6.000,00
3.1.90.00.00	01.38.000011	16.200,00
3.1.90.00.00	01.38.000020	139.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.042 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica.

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.38.00008	50.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
06.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	2.025 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.01	33.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	2.029 – Manutenção do Setor Rodoviário

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	16.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.043 – Manutenção do Bloco Piso de Atenção Básica Variável

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.38.000012	19.600,00
3.3.90.00.00	01.38.000021	38.000,00
3.3.90.00.00	01.38.000011	4.871,06
3.1.90.00.00	01.38.000019	28.328,94
3.1.90.00.00	01.38.000010	27.000,00
3.3.90.00.00	01.38.000010	19.000,00
3.3.90.00.00	01.38.000003	10.000,00
3.3.90.00.00	01.38.000020	34.000,00

Código	Unidade	Projeto atividade
16.01	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	2.042 – Manutenção do Bloco de Atenção Básica.

Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.38.00008	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Dezembro de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra
Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

Decreto 459

DECRETO Nº. 459/2016

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal em Exercício de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4254/2016 de 19 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.354,24 (Trinta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade
02.01	Gabinete do Prefeito	2.020 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	993,19

Código	Unidade	Projeto atividade
05.01	Secretaria da Fazenda	2.023 – Manutenção das Atividades Financeiras
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	5.192,55

Código	Unidade	Projeto atividade
08.01	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	2.030 – Manutenção Funcional da Agricultura
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	13.725,88

Código	Unidade	Projeto atividade
10.01	Secretaria de Assistência Social e Habitação	2.032 – Manutenção das Atividades Assistenciais e Habitacionais
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.1.90.00.00	01.00	10.442,62

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade
07.01	Secretaria da Infraestrutura	2.030 – Manutenção Setor Rodoviária
Modalidade	Fonte	Valor R\$
3.3.90.00.00	01.00	30.354,24

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 21 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

DECRETO 463/2016

DECRETO Nº 463, de 29 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 009/2016/SMEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo nº 009/2016/SMEC, destinado ao preenchimento de vagas para contratação de professores, em caráter temporário, para atuação no Departamento de Cultura, no ano letivo de 2017;

Considerando a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantido o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

Considerando o esgotamento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos, tempestiva e regularmente interpostos;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo nº 009/2016/SMEC, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinado à contratação de professores para atuação no Departamento de Cultura, no ano letivo de 2017, conforme consta na listagem em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim/SC,
em 29 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Gildomar Michelin
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado em data supra.

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

DECRETO 464/2016

DECRETO Nº 464, de 29 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 006/2016/SMEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a conclusão dos serviços previstos em cada uma das etapas do Processo Seletivo nº 006/2016/SMEC, destinado ao preenchimento de vagas para contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial no Ensino Regular e Informática da rede pública municipal para o ano letivo de 2017 e para plantão nos Centros de Educação Infantil Municipais no período de férias escolares;

Considerando a formalidade regulamentar dos procedimentos adotados, garantindo a transparência através de ampla publicidade e garantido o direito de contraditório, através de recursos, em todas as fases da seleção;

Considerando o esgotamento do período destinado a recursos em face dos resultados e da classificação do certame seletivo e resolvidos todos, tempestiva e regularmente interpostos;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final do Processo Seletivo nº 006/2016/SMEC, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, destinado à contratação de professores para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial no Ensino Regular e Informática da rede pública municipal para o ano letivo de 2017 e para plantão nos Centros de Educação Infantil Municipais no período de férias escolares, conforme consta na listagem em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim/SC,
em 29 de dezembro de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Gildomar Michelin
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Registrado e publicado em data supra.

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do Município

DECRETO Nº 455/2016

DECRETO Nº 455/2016

ESTABELECE AMPLIAÇÃO DE ÁREA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO (ÁREA VERDE) DO MUNICÍPIO DE XAXIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições Lei nº 4007/2014 de 23 de setembro de 2014, que dispõe sobre a criação de áreas do sistema de estacionamento rotativo controlado no município de Xaxim/SC, alterada pela Lei nº 4186/2016 e pela Lei nº 4159/2016;

Considerando a necessidade constatada de "ampliação de área verde",

DECRETA:

Art. 1º. Fica ampliada a "área verde" do estacionamento rotativo, incluindo as seguintes ruas:

- a. Rua Avelino Piana, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua 10 de Novembro;
- b. Rua 10 de Novembro, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Pedro Lunardi;
- c. Rua Giacomio Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Presidente Getúlio Vargas;
- d. Avenida Júlio Lunardi, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Cândido Teston;
- e. Avenida Nereu Ramos, na extensão compreendida entre as Ruas Rui Barbosa até a rua Avenida Plínio Arlindo de Nez.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21+ de dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Consórcios

ARIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016 - PREGÃO 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

Pregão Presencial nº 15/2016

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2016, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), pessoa jurídica de direito público interno, qualificada como associação pública e inscrita no CNPJ sob n. 11.400.360/0001-05, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representado por seu Diretor Gera, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n. 295.153.869-34, resolve Registrar Preços da empresa(s) abaixo nominada(s), vencedora(s) do Pregão nº 12/2016, sob regime de contratação pelo Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/02 e do Edital de Pregão nº 12/2016 e das demais normas aplicáveis.

1. A partir desta data, fica registrado na ARIS, observada a ordem de classificação, os preços da empresa fornecedora registrada a seguir relacionada, objetivando o compromisso de fornecimento de combustíveis, nas condições estabelecidas no ato convocatório e conforme o seguinte quadro:

1.1. Posto Galo Ltda, inscrita no CNPJ: 81.326.258/0012-37, situada na Rua: General Eurico Gaspar Dutra, nº 865, Estreito, Florianópolis-SC.

1.2. Preços registrados:

Item	Produto	Marca/Bandeira	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Gasolina Comum	Ipiranga	7.000	3,890	27.230,00
2	Gasolina Aditivada	Ipiranga	1.000	3,990	3.990,00

2. O fornecimento de combustíveis será realizado no posto de abastecimento da licitante contratada, no endereço indicado na proposta, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da contratante.

3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4. A Ata tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

5. Aplica-se subsidiariamente a esta Ata de Registro de Preços as normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n. 8.078/90.

6. As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2016

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2016 ATO DE DISPENSA Nº 76/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2016

ATO DE DISPENSA Nº 76/2016

OBJETO: Aquisição de 1 (uma) vaga dupla de garagem na sede administrativa do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), qual seja, uma área de 55,036m² no prédio comercial "CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ", constituída de 1 (uma) Vaga Dupla de Garagem de n.º 45.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA..

CNPJ: 83.601.534/0001-09.

VALOR: 107.500,00 (cento e sete mil e quinhentos reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/atividade 4.122.0001.2.001, elemento de despesa nº 4.4.90, fonte de recursos 0.300 do orçamento da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIGA**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 138/2013 REUNIDAS TURISMO S.A**

TERMO ADITIVO N.º 04/2016

QUARTO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 138/2013, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A., para a prestação continuada de serviços, quais sejam, reserva, emissão e venda de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais para o CIGA, conforme as disposições do Edital de Pregão Presencial n.º 02/2013/ CIGA e seus anexos.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TURISMO S.A., situada à Rua Herculano Coelho de Souza, nº 555, Bairro Reunidas, na cidade de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.176.082/0001-80, neste ato representada pelo Senhor Rui Caramori, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato n.º 138/2013, celebrado em 07 de maio de 2013, originário do Processo Licitatório n.º 12/2013, Pregão Presencial n.º 02/2013, o que fazem com fundamento na Cláusula Segunda, item 2.2., e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do contrato administrativo n.º 138/2013, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 138/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 14 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

RUI CARAMORI
Reunidas Turismo S.A.

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SICAL
Assistente Administrativo do CIGA

ATO DE DISPENSA 13/2016

ATO DE DISPENSA Nº 13/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 26/2016

OBJETO: Contratação de serviços relacionados à elaboração de laudo técnico-econômico de avaliação de imóvel, segundo a NBR 14653-2, relativo à intenção de aquisição de sede administrativa do CIGA, referente aos espaços (salas e vagas de estacionamento) atualmente ocupados por servidores do CIGA através de contrato de locação, nos termos do Protocolo de Intenções nº 01/2014 – Processo Administrativo CIGA nº 01/2015.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade do CIGA de obter laudo técnico-econômico, a fim de comprovar as condições técnicas e a

compatibilidade do preço a ser contratado com o preço praticado no mercado, faz-se necessária a contratação do serviço acima descrito para esta finalidade.

CONTRATADO: Conseal Construção Engenharia e Avaliações Ltda.

CNPJ: 01.381.956/0001-43

VALOR: R\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais).

Florianópolis, 09 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

ATO DE DISPENSA 15/2016 (MÓVEIS)

ATO DE DISPENSA Nº 15/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27/2016

OBJETO: Aquisição de móveis (gaveteiro, painel divisor, armário) e peças de pequeno valor (espelhos) para o CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A aquisição de móveis se faz necessária devido ao crescimento do consórcio e o número de colaboradores, fornecedores e clientes que circulam no ambiente do CIGA.

Atualmente, com 18 colaboradores, possuímos apenas 10 gaveteiros. Dos 4 banheiros, apenas 1 possui espelho, que foi adquirido pelos colaboradores do CIGA. Os painéis divisores e o armário servirão para criar um ambiente mais organizado, silencioso, aconchegante e produtivo.

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa
1	Espelho: - Largura: 38cm - Altura: 70cm - 4mm de espessura - Lapidado - Com instalação	4	R\$ 65,00	R\$260,00	VIDRACARIA VIDROCENTER LTDA - EPP
2	Gaveteiro - Em MDF - 3 gavetas - 1 gaveta para pastas suspensas - Com chave - Com rodinhas	8	R\$ 426,00	R\$3.408,00	MEGA ESCRITÓRIO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (Escritolândia)
3	Painel Divisor - Em madeira - Largura: 130cm - Altura: 60cm - Espessura: 25cm - Cor de "madeira" ou "branco"	8	R\$ 151,875	R\$ 1.215,00	MEGA ESCRITÓRIO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (Escritolândia)
4	Armário - Madeira - 2 portas - Largura: 80cm - Altura: 160cm - Cor "madeira" ou "branco"	1	R\$835,00	R\$ 835,00	MEGA ESCRITÓRIO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (Escritolândia)

CONTRATADO: VIDRACARIA VIDROCENTER LTDA - EPP

CNPJ: 03.375.792/0001-77

VALOR: R\$ 260,00

CONTRATADO: MEGA ESCRITÓRIO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (Escritolândia)

CNPJ: 01.291.015/0002-08

VALOR: R\$ 5.458,00

Florianópolis, 29 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

COMUNICADO Nº 5-CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO- EDITAL Nº 01/2016-CIGA

EDITAL N.º 01/2016/CIGA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

COMUNICADO N.º 5

CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, tendo em vista a desistência dos alunos candidatos a vaga de estágio e obedecendo a classificação final, convoca o seguinte aluno aprovado no Processo de Seleção de Estagiários do Ensino Superior, em atendimento ao Edital n.º 01/2016/CIGA:

Nome	Instituição de Ensino	Pontuação Final	Classificação Final
Mariana Silva	UDESC	4,5	10º

O aluno acima convocado deverá apresentar os documentos necessários para celebração do contrato de estágio.

Florianópolis, 28 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA 400/2016

Processo Administrativo n.º 22/2016

Dispensa de Licitação n.º 14/2016

CONTRATO N.º 400/2016/CIGA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E A BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, doravante denominado COMPRADOR, estabelecido à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, Senhor Ludovino Labas, brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o n.º 1.335.790.8, e a empresa BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA., doravante denominada VENDEDORA, com sede na Rua Belmira Isabel Martins, n.º 62, Edifício Comercial Osni Regis, 1º andar, Sala 102, Bairro Estreito, CEP 88.075-145, nesta Capital e Estado, e CNPJ/MF sob o n.º 83.601.534/0001-09, com registro do seu Contrato Social na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina n.º 422.003496.5, em 22/08/1978, neste ato representada por seu administrador, Senhor Robson Deschamps, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n.º 2.908.560-8-SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 003.895.259-95, tendo em vista o que dispõe a Lei n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores, no que couber, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo n.º 22/2016/CIGA, referente à Dispensa de Licitação n.º 14/2016/CIGA, com fundamento no inciso X do artigo 24 da Lei n.º 8.666/1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DOS DOCUMENTOS

Cláusula Primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela VENDEDORA e o Memorial Descritivo do Imóvel.

DO OBJETO

Cláusula Segunda. Este contrato tem por objeto a aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, qual seja, duas Salas Comerciais de n.ºs 1304 e 1305, localizadas no 13º Pavimento, e duas Vagas de Garagens de n.ºs 107 e 108, localizadas no Pavimento Pilotis, no prédio comercial "CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ", conforme descrição abaixo do imóvel e das unidades autônomas adquiridas, bem como especificações do Anexo III – Memorial Descritivo do Imóvel:

Imóvel:

"CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ"

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Bairro Canto, Florianópolis/SC

Área total do terreno: 7.268,370m²

Área total construída: 13.799,210m²

Matrícula: n.º 40.671, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC

Projeto: Aprovado pela PMF n.º 54.549.

Unidades autônomas adquiridas:

SALA	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	FRAÇÃO IDEAL %	MATRÍCULA C.3º.O.FÍCIO FPOLIS/SC.	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
1304	45,176	10,112	55,288	0,129244	41.821	51.08.080.0210.651-407
1305	43,326	9,690	53,016	0,123870	41.822	51.08.080.0210.652-217
AREA TOTAL	88,502	19,802	108,304			
VG	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	FRAÇÃO IDEAL %	MATRÍCULA C.3º.O.FÍCIO FPOLIS/SC.	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA
107	12,000	15,516	27,516	0,031068	41.624	51.08.080.0210.459-727
108	12,000	15,516	27,516	0,031068	41.625	51.08.080.0210.460-067
AREA TOTAL	24,000	31,032	55,032			

DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL

Cláusula Terceira. O imóvel será recebido em definitivo pelo COMPRADOR após ampla vistoria para verificar se o imóvel se encontra em perfeitas condições e apresenta as características prometidas pela VENDEDORA, conforme Memorial Descritivo do Imóvel (Anexo III deste Contrato).

Parágrafo Primeiro. As unidades descritas apresentam ar condicionado tipo Splits, rede de cabeamento estruturado categoria 6, luminárias, e outras adequações físicas (aberturas de paredes).

Parágrafo Segundo. O imóvel deverá estar livre e desembaraçado de quaisquer ônus, bem como completamente desocupado pela VENDEDORA no ato da assinatura deste contrato.

DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

Cláusula Quarta. As partes credenciarão, por escrito, responsáveis de seu quadro de empregados, com poderes para representá-las em todos os atos praticados em relação ao contrato, conforme Anexos I e II.

Parágrafo único. O representante do COMPRADOR terá poderes para solicitar, fiscalizar, receber e aceitar o bem imóvel e especialmente para;

I – recusar aspectos que não atendam às boas normas técnicas;

II – questionar todos os problemas técnicos constatados;

III – ajustar com o representante da VENDEDORA, nas hipóteses comprovadas de caso fortuito e força maior, alterações nas programações de entrega do objeto; e

IV – solicitar a substituição do representante credenciado pela VENDEDORA, no prazo máximo de uma semana.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Quinta. Ao COMPRADOR reserva-se o direito de exercer, a qualquer tempo e por qualquer pretexto, da maneira como melhor lhe aprouver e convier, diretamente ou por intermédio de seu Diretor Executivo, completa fiscalização do objeto deste contrato, para o que a VENDEDORA se compromete a permitir o livre acesso dele a todos os locais necessários e a fornecer todas as informações solicitadas.

Parágrafo único. O exercício pelo COMPRADOR do direito de fiscalização não exonera a VENDEDORA de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui sua responsabilidade.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Sexta. São obrigações e responsabilidades do COMPRADOR:

I – prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela VENDEDORA;

II – empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento do imóvel;

III – publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos administrativos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, veiculado em seu site, no endereço www.ciga.sc.gov.br;

IV – responsabilizar-se por todas as despesas com a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, bem como de seu registro, tais como imposto de transmissão, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, etc.

Parágrafo único. O COMPRADOR não responderá por outros ônus, direitos ou obrigações decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá exclusivamente à VENDEDORA.

Cláusula Sétima. São obrigações e responsabilidades da VENDEDORA:

I – entregar, nas condições estabelecidas no Anexo III (Memorial Descritivo do Imóvel), o objeto definido na Cláusula Segunda;

II – entregar as chaves do imóvel na data do recebimento em definitivo do imóvel;

III – comunicar ao COMPRADOR, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a efetivação da compra do imóvel;

IV – responsabilizar-se pelo pagamento dos tributos e despesas que incidirem sobre o imóvel até a transferência da propriedade ao COMPRADOR;

V – apresentar prova de quitação de todos os tributos incidentes sobre o imóvel, conforme disposto no Parágrafo primeiro da Cláusula Nona;

VI – providenciar, com o auxílio do COMPRADOR, a Escritura de Compra e Venda do imóvel descrito na Cláusula Segunda;

VII – praticar todos os atos necessários à transferência do imóvel;

VIII – manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;

IX – responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade, por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos e/ou informações que lhe chegarem ao conhecimento por força deste contrato, não podendo divulgá-los, sob qualquer pretexto;

X – responsabilizar-se pelo pagamento integral de eventual corretagem à empresa envolvida na intermediação, qual seja: Dalton Andrade Imóveis Ltda., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CRECI/SC sob o n.º 1582-J, representada por seu diretor Sr. Dalton João de Andrade, devidamente inscrito no CRECI/SC sob o n.º 431, e demais empresas imobiliárias.

DO CRÉDITO

Cláusula Oitava. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos do orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, de acordo com o Projeto nº 1.001 – Aquisição da Sede Administrativa, no elemento de despesa nº 4.4.90.61.06 (Aquisição de imóveis – Salas e/ou escritórios), para o exercício de 2016.

DO PAGAMENTO

Cláusula Nona. O COMPRADOR pagará à VENDEDORA a importância total de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), pelo imóvel descrito na Cláusula Segunda, respeitadas as condições estabelecidas neste contrato, valor este a ser pago por intermédio do Banco do Brasil, mediante depósito em espécie em favor da VENDEDORA, BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA., CNPJ n.º 83.601.534/0001-09, no Banco do Brasil, Agência n.º 3425-8, Conta Corrente n.º 5601-4, após a assinatura da Escritura Pública de Compra e Venda;

Parágrafo Primeiro. O pagamento somente será efetuado após a apresentação, pela VENDEDORA, de prova de quitação de todos os tributos incidentes sobre o imóvel descrito na Cláusula Segunda deste contrato e a comprovação de todas as condições de habitação e qualificação exigidas por lei.

Parágrafo Segundo. O COMPRADOR compromete-se a efetuar o pagamento na data aprazada no caput desta cláusula.

Parágrafo Terceiro. O COMPRADOR procederá ao pagamento única e exclusivamente por meio de sua Gerência Administrativa.

Parágrafo Quarto. No caso de não pagamento na data aprazada, por culpa exclusiva do COMPRADOR, será efetuada a atualização monetária do 1.º dia útil após o vencimento até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o art. 117 da Constituição Estadual e o art. 40, XIV, c, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Quinto. Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão conter o mesmo CNPJ constante na proposta que originou este contrato.

Parágrafo Sexto. O pagamento será sustado pelo COMPRADOR por inadimplemento de qualquer cláusula deste contrato.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula Décima. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo, que a este contrato aderir-se-á.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula Décima Primeira. No atraso injustificado na execução do contrato por culpa da VENDEDORA, a VENDEDORA estará sujeita ao pagamento de multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

I – multa mensal de 2% do valor total do contrato;

II – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,1% ao dia, calculado sobre o total dos dias em atraso;

III – os valores cobrados, a título de multa moratória, ficam limitados a 20% do valor total do contrato.

a) na hipótese da aplicação de multa atingir ou ultrapassar o limite previsto no inciso III caracterizar-se-á a inexecução contratual, sujeitando a VENDEDORA às demais implicações legais.

Parágrafo Primeiro. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, o COMPRADOR poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais, multas e penalidades previstas neste contrato e em lei, com fulcro no Capítulo IV, Seção II, da Lei n.º 8.666/1993:

I – advertência por escrito, em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades cometidas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao COMPRADOR ou a terceiros;

II – multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o COMPRADOR por prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção sempre será aplicada, ressalvadas outras hipóteses não arroladas neste item, quando a VENDEDORA, convocada dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa; ensejar o retardamento contratual; não manter a proposta; falhar ou fraudar com as obrigações contratuais; comportar-se de modo inidôneo; ou cometer fraude fiscal;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o COMPRADOR.

Parágrafo Segundo. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo Terceiro. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo COMPRADOR, a VENDEDORA ficará isenta das penalidades.

Parágrafo Quinto. Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento do Recibo, após o que será a VENDEDORA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Sexto. Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo. Caso não seja possível a retenção e a dedução do pagamento do Recibo, os valores relativos à multa serão pagos mediante NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA; neste caso, o COMPRADOR encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA à VENDEDORA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos (Agência n.º 31747-7, Conta Corrente n.º 2008-7, de titularidade do COMPRADOR) até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial.

Parágrafo Oitavo. As multas previstas nesta cláusula são cumulativas, ou seja, incidem umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas.

Parágrafo Nono. As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pelo COMPRADOR.

DA RESCISÃO

Cláusula Décima Segunda. A inexecução total ou parcial do contrato pode ensejar a sua rescisão com as consequências contratuais e as

previstas em lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, nos seguintes modos:

- I. por ato unilateral e escrito do COMPRADOR, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;
- II. amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência ao COMPRADOR; ou
- III. judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. A rescisão prevista no inciso I desta cláusula acarretará as consequências previstas no art. 80 da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo. O descumprimento, por parte da VENDEDORA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao COMPRADOR o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

Parágrafo Terceiro. Em caso de rescisão contratual os valores já pagos pelo COMPRADOR à VENDEDORA deverão ser devolvidos integralmente, corrigidos monetariamente desde a data do pagamento até a data da efetiva devolução.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Terceira. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/1993 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DO PRAZO

Cláusula Décima Quarta. Este Contrato terá vigência da data de sua assinatura até a transferência da propriedade do imóvel e o pagamento integral do montante acordado, conforme previsto neste Contrato.

Cláusula Décima Quinta. Declaram as partes neste ato que existe um contrato de locação vigente assinado entre as partes, e que tem como objeto as mesmas unidades autônomas descritas na cláusula segunda deste contrato. Declaram ainda que o referido contrato permanecerá em vigor até o dia da assinatura da escritura pública mencionada na cláusula nona deste contrato. Com a assinatura da escritura pública, o contrato de locação será automaticamente rescindido, independentemente de qualquer aviso e/ou notificação, do qual as partes declaram nada mais tendo a postular, uma da outra, em relação ao referido contrato de locação.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Décima Sexta. O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Décima Sexta. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

Parágrafo único. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Ludovino Labas

Presidente do CIGA

COMPRADOR

BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.

Robson Deschamps

Representante Legal

VENDEDORA

TESTEMUNHAS:

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CPF/MF n.º 912.833.619-49

IRINEU CELSO LUDVIG

CPF/MF n.º 048.069.729-91

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DO COMPRADOR

O COMPRADOR credencia o Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 912.833.619-49, para representar o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, conforme descrito na Cláusula Quarta deste contrato.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Ludovino Labas
Presidente do CIGA
COMPRADOR

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DA VENDEDORA

A VENDEDORA credencia o Senhor Robson Deschamps, brasileiro, casado, Cédula de Identidade n.º 2.908.560-8-SSP/SC e inscrito no CPF sob o n.º 003.895.259-95, para representá-la, conforme descrito na Cláusula Quarta deste contrato.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

BECO CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA.
Robson Deschamps
Representante Legal
VENDEDORA

ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO DO IMÓVEL

Extrato de Contrato n. 452 - Prefeitura Municipal de Lacerdópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 452/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lacerdópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lacerdópolis

CNPJ: 82.939.471/0001-24

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 453 - Município de Porto Alegre

EXTRATO DE CONTRATO Nº 453/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Porto Alegre

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre

CNPJ: 92.963.560/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60665/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 27.840,00 (vinte e sete mil e oitocentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 30 de novembro de 2017.

Florianópolis, 26 de novembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 454 - Prefeitura Municipal de Riqueza

EXTRATO DE CONTRATO Nº 454/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Riqueza

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Riqueza

CNPJ: 95.988.309/0001-48

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.660,00 (três mil e seiscentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 455 - Câmara Municipal de Flor do Sertão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 455/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Flor do Sertão

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 456 - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 456/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.880,00 (cinco mil e oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 457 - Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 457/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1ªº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 458 - Câmara Municipal de Sul Brasil

EXTRATO DE CONTRATO Nº 458/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Sul Brasil
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Sul Brasil
CNPJ: 00.456.865/0009-67
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 459 - Prefeitura Municipal de Sul Brasil

EXTRATO DE CONTRATO Nº 459/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Sul Brasil
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sul Brasil
CNPJ: 95.990.107/0001-30
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 661/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.180,00 (seis mil e cento e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 460 - Prefeitura Municipal de Erval Velho

EXTRATO DE CONTRATO Nº 460/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Erval Velho
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Erval Velho
CNPJ: 82.939.422/0001-91
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 461 - Prefeitura Municipal de Seara

EXTRATO DE CONTRATO Nº 461/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Seara

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Seara

CNPJ: 83.024.505/0001-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 173/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 15.480,00 (quinze mil e quatrocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 462 - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 462/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal,

que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.570,00 (nove mil e quinhentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO DE RESCISÃO DE ESTÁGIO - FLÁVIO W. M. GENTIL

TERMO DE RESCISÃO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

TCE N.º 697238

Pelo presente instrumento, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representado pela Senhora Fernanda Rosa Socal, Supervisora do Estágio; a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.899.526/0001-82, representada neste ato pela Coordenadora de Estágios do Curso, Senhora Michele Romanello, e o estagiário Flávio Welker Merola Gentil, inscrito no CPF sob o n.º 409.064.028-83, aluno da UFSC, regularmente matriculado no Curso de Ciências Econômicas, matrícula n.º 14106359, na forma da Lei n.º 11.788/08, da Resolução 014/CUn/11 e das normas do Curso, resolvem de comum acordo rescindir, de fato e de direito, o Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório (TCE n.º 697238) firmado pelas partes em 10 de novembro de 2016, tornando-o, a partir desta data, sem nenhum efeito jurídico.

A rescisão, com base na cláusula sexta do referido ajuste, a pedido do estagiário, tem como justificativa a oportunidade de exercício de outro estágio mais próximo à área para o desenvolvimento profissional.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta rescisão.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e com o texto do Termo de Rescisão de Compromisso de Estágio, as partes o assinam em 03 (três) vias de igual teor, cabendo a primeira via à UNIDADE CONCEDENTE, a segunda ao ESTAGIÁRIO, a terceira via à UNIVERSIDADE.

Fernanda Rosa Socal Representante da Concedente Supervisora no local de Estágio	Michele Romanello Representante da UFSC Prof.ª Orientadora
Flávio Welker Merola Gentil Estagiário	

Florianópolis, 28 de novembro de 2016.

TERMO DE RESCISÃO DE ESTÁGIO - WESLEY FERNANDES ROSA GONÇALVES

TERMO DE RESCISÃO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

TCE N.º 679839

Pelo presente instrumento, o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, doravante denominada CONCEDENTE, neste ato representado pela Senhora Fernanda Rosa Socal, Supervisora do Estágio; a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.899.526/0001-82, representada pela Professora Marcia Barros de Sales, Coordenadora de estágio do Curso, e o estagiário Wesley Fernandes Rosa Gonçalves,

inscrito no CPF sob o n.º 371.767.418-83, aluno da UFSC, regularmente matriculado no Curso de Administração, matrícula n.º 11101751, na forma da Lei n.º 11.788/08, da Resolução 014/CUn/11 e das normas do Curso, resolvem de comum acordo rescindir, de fato e de direito, o Termo de Compromisso de Estágio Não-Obrigatório (TCE n.º 697238) firmado pelas partes em 22 de JULHO de 2016, tornando-o, a partir desta data, sem nenhum efeito jurídico.

A rescisão, com base na cláusula sexta do referido ajuste, a pedido do estagiário, tem como justificativa a oportunidade de exercício de outro estágio mais próximo à área para o desenvolvimento profissional.

Fica eleito o foro da Comarca da Capital para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta rescisão.

E, por estarem de inteiro e comum acordo com as condições e com o texto do Termo de Rescisão de Compromisso de Estágio, as partes o assinam em 03 (três) vias de igual teor, cabendo a primeira via à UNIDADE CONCEDENTE, a segunda ao ESTAGIÁRIO, a terceira via à UNIVERSIDADE.

Fernanda Rosa Socal Representante da Concedente Supervisora no local de Estágio	Marcia Barros de Sales Coordenadora de Estágio do Curso Prof.ª Orientadora
Wesley Fernandes Rosa Gonçalves Estagiário	

Florianópolis, 15 de novembro de 2016.

CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0014_2016 - CONDUVALE

TERMO ADITIVO N.º 0001/2016/CIMCATARINA

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATADO:	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
CONTRATO:	0007/2012/CINCO
OBJETO:	Execução de serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública, nos municípios consorciados ao CINCO
DATA:	01.02.2012
VIGÊNCIA:	01.02.2012 a 31.01.2016

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a alteração do item 1.2 da Cláusula Primeira, ficando a tabela conforme segue:

ITEM	QTD ACRESCIDA REDUZIDA	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	40	Serviços de Manutenção da Chave Magnética (instalar, retirar ou substituir)	61,85	2.474,00
3	110	Serviços para Conserto e Inspeção de Circuito para localizar falha por ponto de iluminação pública (desmontar e consertar luminárias, refletores, conjunto de pétalas, conjunto de globos, etc;	96,85	10.653,50
4	(500)	Serviços de Manutenção de Lâmpada em Luminária Aberta (instalar, retirar ou substituir)	31,50	(15.750,00)
5	900	Serviços de Manutenção de Lâmpada em Luminária Fechada (instalar, retirar ou substituir)	37,34	33.606,00
6	(67)	Serviços de Manutenção de Lâmpada em Luminária em Poste acima de 11mt com uso de guindauto (instalar, retirar ou substituir)	96,85	(6.488,95)
9	(200)	Serviços de Manutenção de Relê Fotoelétrico Individual (instalar, retirar ou substituir)	32,68	(6.536,00)
17	30	Chave IP 1F 50A 250V	193,50	5.805,00
21	30	Cinta 200mm	22,11	663,30
24	2	Cinta 240mm	24,81	49,62
25	350	Conector Cunha Tipo A	9,40	3.290,00
26	250	Conector Cunha Tipo B	9,40	2.350,00
27	100	Conector de perfuração (piercing) 10x70-1,5x10mm	5,52	552,00
30	(900)	Conector Tipo III	4,40	(3.960,00)
31	470	Fio Cobre Isolado Preto 1,5mm² 750V	0,72	338,40

32	1.270	Fio Cobre Isolado Preto 2,5mm ² 750V	0,98	1.244,60
33	80	Fita isolante adesiva 20mt	5,52	441,60
37	(450)	Lâmpada VM 80W	16,58	(7.461,00)
38	130	Lâmpada VS 150W	28,74	3.736,20
39	165	Lâmpada VS 250W	34,26	5.652,90
40	350	Lâmpada VS 400W	40,90	14.315,00
41	(550)	Lâmpada VS 70W	17,70	(9.735,00)
42	(400)	Luminária fechada E27 70-150W	82,92	(33.168,00)
43	(35)	Luminária fechada 250-400W	116,08	(4.062,80)
44	(150)	Parafuso 16x250mm ²	5,52	(828,00)
45	(110)	Parafuso 16x300mm ²	6,62	(728,20)
51	(150)	Reator lâmpada VM 80W	44,22	(6.633,00)
52	50	Reator lâmpada VS 150W baixa perda IP	66,33	3.316,50
53	20	Reator lâmpada VS 250W baixa perda IP	90,65	1.813,00
55	(149)	Reator lâmpada VS 70W baixa perda IP	44,22	(6.588,78)
Total Global				(11.638,11)

Art. 2º - Fica reduzido o valor de R\$11.638,11 (onze mil, seiscentos e trinta e oito reais e onze centavos), passando a cláusula terceira, item 3.1 para o valor total de R\$ 1.684.688,29 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 22 de janeiro de 2016.

Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo CONTRATANTE	Conduvale Eletrificação Ltda Lauvir Cenci Contratada
---	--

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

RESOLUÇÃO 065/2016

Resolução n. 065/2016

FIXA A DATA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SEDE E DO 1º NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIMCATARINA.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönnau, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

Considerando a ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 25/11/2016 e o Convênio de Cooperação Técnica nº 0001/2016, de 06/12/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a localização e funcionamento da sede do CIMCATARINA, a partir de 01/01/2017, no seguinte endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Sala 1205, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, em Florianópolis-SC, CEP: 88070-800.

Art. 2º Fixar a localização e funcionamento do 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, a partir de 01/01/2017, no seguinte endereço: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo-SC, CEP: 89.580-000.

Art. 3º Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de dezembro de 2016.
Elói Rönnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS-AMAVI

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 0007/2016

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 0007/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, Nº 737, bairro Laranjeiras, município de Rio do Sul/SC, neste ato representada por seu Presidente, Sr. SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, inscrito no CPF/MF sob o nº 180.703.029-68, domiciliado e residente na Rua Nereu Ramos, snº, Bairro Vila Nova, cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIANTE, e, do outro lado, ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 86.185.220/0010-43, sediada na Rua Padre Adalberto Orthman, 197, centro, município de Presidente Getúlio /SC, neste ato representado por seu representante legal, MARIA PAULI (Irmã Aurélia), religiosa, diretora, inscrita no CPF/MF sob o nº 179.196.659-49 doravante chamada simplesmente CREDENCIADA, celebram o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, para prestação de serviços, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento Universal nº 001/2013, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2013, Lei nº 8.666/93, Lei nº 8.080/90, Resolução do CIS-AMAVI nº 035 de 05 de julho de 2013, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Portarias do Ministério da Saúde, bem assim as demais normas e princípios norteadores do Sistema Único de Saúde e da Administração Pública, mediante as cláusulas e condições seguintes, que mutua e reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objetivo o credenciamento da prestação de serviços pela CREDENCIADA concernente aos procedimentos de saúde constantes do Edital de Chamamento Público para Credenciamento Universal nº 001/2013, elencados na cláusula segunda deste contrato, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, referenciados pela rede básica de saúde dos municípios consorciados ao CIS-AMAVI.

1.2. Os serviços credenciados são destinados exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que forem encaminhados pelos gestores municipais de saúde dos municípios consorciados ao CREDENCIANTE, mediante apresentação da Requisição de Exame/Procedimento/Consulta especializada emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e autorizada pelo CREDENCIANTE, com apresentação de documento de identificação do usuário à credenciada.

1.3. Os serviços credenciados por meio deste instrumento deverão ser prestados nas dependências e instalações da CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A remuneração dos serviços credenciados se dará de acordo com a Tabela Unificada de Procedimentos SUS e com as Resoluções do CIS-AMAVI que determinam a complementação para alguns procedimentos, conforme especificações abaixo:

Codigo	Descrição	Valor SUS	Complemento	TOTAL
02.09.01.002-9	Colonoscopia	112,66	37,34	150,00
	Coleta Biopsia Cirurgica		15,00	15,00
	Sedação		20,00	20,00
	Materiais		115,00	115,00
02.09.01.003-7	Esofagogastroduodenoscopia	48,16	39,84	88,00
	Coleta Biopsia Cirurgica		15,00	15,00
	Teste de Urease		15,00	15,00
	Sedação		20,00	20,00
	Materiais		10,00	10,00
02.07.01.003-0	Ressonância Magnética de Coluna Cervical			268,75
02.07.01.004-8	Ressonância Magnética de Coluna Lombo-Sacra			268,75
02.07.01.005-6	Ressonância Magnética de Coluna Torácica			268,75
02.07.01.006-4	Ressonância Magnética de Crânio			268,75
02.07.02.002-7	Ressonância Magnética de membro superior(unilateral)			268,75
02.07.03.003-0	Ressonância Magnética de membro inferior(unilateral)			268,75

2.2. Os valores constantes do item 2.1. especificados como "VALOR SUS", serão automaticamente atualizados nos mesmos índices do reajuste da Tabela Unificada de Procedimentos SUS.

2.3. Os valores constantes do item 2.1. especificados como "COMPLEMENTO", poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades do mercado local e deliberação do Conselho de Administração do CREDENCIANTE.

2.4. Em nenhuma hipótese, para a prestação de serviços decorrentes deste contrato de credenciamento a CREDENCIADA poderá cobrar do usuário qualquer valor adicional.

2.5. Os pagamentos serão feitos, levando-se em consideração o número de procedimentos realizados no mês anterior, através de depósito em conta corrente bancária da CREDENCIADA ou através de cheque nominal, até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao mês da

prestação do serviço, mediante a apresentação de nota fiscal nominal ao CREDENCIANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

2.5.1. Até o dia 5º (quinto) dia útil de cada mês a CREDENCIADA deverá apresentar os documentos correspondentes à prestação dos serviços no mês anterior, acompanhados das respectivas primeiras vias das Requisições de Exames/Procedimentos/Consultas necessariamente assinadas pelos beneficiários ou seu representante, e com o devido relatório de atendimento dos usuários, conforme sequência das requisições.

2.5.2. O CREDENCIANTE não acatará a cobrança através de duplicata ou qualquer outro título, em banco ou em outra instituição do gênero.

2.5.3. Ficando constatado o erro material (erro de cálculo, rasuras, etc.) na documentação de cobrança o CREDENCIANTE providenciará sua imediata devolução, a fim de que seja processada a correção pela CREDENCIADA. Neste caso os preços dos serviços não poderão ser atualizados monetariamente, desde que o pagamento seja efetuado no prazo previsto no item 2.5. desta Cláusula, contado a partir da data da recepção, pelo CREDENCIANTE, do documento reprocessado.

2.5.4. Os valores pagos a maior, pelo CREDENCIANTE, serão devolvidos pela CREDENCIADA ou descontados do pagamento imediatamente posterior à constatação do fato.

2.5.5. Caso o faturamento tenha por base serviços que porventura deixaram de ser cobrados à época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes à data em que a cobrança deveria ter sido realizada.

2.5.6. Serão refaturados, com os valores vigentes na época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas nesta Cláusula.

2.5.7. A entrega dos documentos pela CREDENCIADA, sem a observância das exigências previstas nesta Cláusula, implicará na automática prorrogação do prazo para que o CREDENCIANTE efetue o pagamento, passando o mesmo a contar a partir da data em que a CREDENCIADA houver sanado todas as irregularidades.

2.5.8. No caso de eventual atraso no prazo de pagamento previsto na presente cláusula, desde que não tenha concorrido de alguma forma a CREDENCIADA, o valor devido será atualizado monetariamente pro rata temporis com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, relativo ao período compreendido entre a data em que o pagamento deveria ter ocorrido e a data em que foi efetivamente realizado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GLOSA

3.1. Reserva-se ao CREDENCIANTE, mediante análise técnica e financeira, o direito de glosar, total ou parcialmente, os procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no presente instrumento.

3.1.1. Ocorrendo glosa, esta será deduzida da própria fatura pelas unidades de preço que serviram de base de cálculo para a mesma e será informada à CREDENCIADA.

3.1.2. O CREDENCIANTE poderá solicitar a apresentação de documentos complementares à realização de análises.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

4.1. O CREDENCIANTE se obriga a:

4.1.1. Promover através de preposto seu ou por intermédio de agente público de qualquer dos municípios consorciados, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços objeto do presente termo, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e a notificar a CREDENCIADA sobre as ocorrências de quaisquer fatos que, a critério do CREDENCIANTE, exijam medidas corretivas por parte daquela.

4.1.2. Efetuar a satisfação do crédito da CREDENCIADA nas condições e de acordo com o prazo estabelecido neste contrato.

4.1.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados ao CREDENCIANTE e pertinentes ao objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1. A CREDENCIADA, além das demais obrigações expressamente previstas neste contrato de credenciamento e de outras decorrentes da natureza do ajuste, obriga-se a:

5.1.1. Realizar o serviço para o qual foi contratada sem cobrança de qualquer valor adicional dos usuários habilitados pelo CREDENCIANTE.

5.1.2. Manter, durante toda a vigência do presente contrato e para o seu fiel cumprimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

5.1.3. Quando solicitada, apresentar imediatamente os documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução desse contrato.

5.1.4. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e demais ônus e despesas necessários ao cumprimento deste contrato de credenciamento.

5.1.5. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos ou prejuízos materiais ou pessoais, que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou prepostos ao CREDENCIANTE ou a terceiros, pela inexecução, total ou parcial, ou execução do serviço objeto deste contrato.

5.1.6. Manter cadastro atualizado dos beneficiários do serviço objeto do presente ajuste.

5.1.7. Permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências e/ou dos serviços a qualquer momento, inclusive do grau de satisfação dos usuários, por preposto do CREDENCIANTE ou agente público de qualquer dos municípios consorciados designados especialmente para este fim.

5.1.8. Comunicar imediatamente ao CREDENCIANTE a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento, referente ao serviço credenciado.

5.1.9. Submeter-se a todos os controles de prestação de serviços que forem solicitados pelo CREDENCIANTE, tais como auditoria, controle e avaliação e outros de natureza assemelhada.

5.1.10. Atender aos usuários dos serviços objeto do presente contrato de credenciamento com elevado padrão de eficiência e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e da ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmos padrões de conforto dispensados aos demais pacientes, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação e a exigência de exclusividade contratual. Qualquer tipo de discriminação dará causa ao cancelamento imediato do presente Contrato de Credenciamento e à aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

5.1.11. Após a realização do procedimento, a solicitar ao beneficiário, ou a seu representante legal, que ateste a prestação do serviço na própria requisição.

- 5.1.12. Comunicar com antecedência de 30 (trinta) dias a eventual impossibilidade temporária de prestar serviços ao CREDENCIANTE.
- 5.1.13. Comunicar ao CREDENCIANTE eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto Social, enviando, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, a devida documentação.
- 5.2. A CREDENCIADA autoriza desde já que o CREDENCIANTE divulgue o(s) nome(s) de sua(s) entidade(s), em campanhas internas e outros eventos que o CREDENCIANTE venha a promover.
- 5.3. A CREDENCIADA também autoriza que o CREDENCIANTE divulgue o(s) nome(s) da entidade(s) em Catálogo de Endereços para consulta dos beneficiários, caso seja elaborado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

- 6.1. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato o CREDENCIANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções:
- 6.1.1. Advertência.
- 6.1.2. Multa.
- 6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CREDENCIANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CREDENCIANTE, que será concedida sempre que a CREDENCIADA ressarcir o CREDENCIANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 6.2. O CREDENCIANTE poderá, em se verificando o descumprimento de normas estabelecidas neste contrato, interromper a execução dos serviços prestados, até decisão exarada em processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa, e havendo comprovação de culpa ou dolo por parte da CREDENCIADA, aquela será pelo descredenciamento desta.
- 6.3. Caso a CREDENCIADA esteja em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, não poderá requisitar seu descredenciamento, enquanto não concluído o processo de apuração e houver a decisão transitado em julgado.
- 6.4. A imposição de penalidade(s) dependerá da gravidade do fato que a(s) motivar, avaliando-se tanto a situação como as circunstâncias objetivas em que ele ocorreu.
- 6.5. A partir da notificação dando o conhecimento da aplicação das penalidades, a CREDENCIADA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para interpor defesa prévia, que deverá ser dirigida ao Presidente do Conselho de Administração do CREDENCIANTE.
- 6.6. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito do CREDENCIANTE de exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade lhe acarretar, ou a seus usuários e terceiros, independentemente de responsabilidade administrativa, civil ou criminal.
- 6.7. O CREDENCIANTE poderá aplicar à CREDENCIADA multa de 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total da Nota Fiscal do mês da ocorrência, sobre qualquer infringência contratual.
- 6.7.1. A multa de que trata a presente cláusula poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções elencadas neste instrumento.
- 6.7.2. Não serão aplicadas multas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados.
- 6.7.3. A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos à CREDENCIADA.
- 6.7.4. As multas que venham a ser aplicadas à CREDENCIADA serão recolhidas no local indicado pelo CREDENCIANTE, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação escrita.
- 6.8. A CREDENCIANTE, sem prejuízo das sanções aplicadas, poderá reter crédito, promover cobrança judicial ou extrajudicial, a fim de receber multas aplicadas e resguardar-se das perdas e danos que tiver sofrido por culpa da CREDENCIADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

- 7.1. Constitui motivo para rescisão, por ambas as partes, do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, desde que cabíveis à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas pelo artigo 58 do mesmo diploma legal, mediante notificação, através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com Aviso de Recebimento (AR).
- 7.2. Ao ato de descredenciamento, por decisão do CREDENCIANTE, aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.
- 7.3. Deverão ser concluídos pela CREDENCIADA os tratamentos em curso, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CREDENCIANTE.
- 7.4. Nas hipóteses previstas na presente cláusula não cabe à CREDENCIADA o direito de indenização de qualquer natureza, ressalvando-se a obrigação do CREDENCIANTE em pagar pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

- 8.1. Este instrumento poderá ser alterado nas hipóteses elencadas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. Sem prejuízo do convencionado em outras cláusulas, fica reservado ao CREDENCIANTE o direito de realizar perícias, vistorias, auditoria técnica e administrativa, exames e inspeções nas dependências da CREDENCIADA, por preposto do CREDENCIADO ou agente público de qualquer dos municípios consorciados, com o objetivo de fiscalizar os serviços contratados, inclusive podendo solicitar documentos fiscais para fins de averiguação, o que não exclui ou restringe a responsabilidade da CREDENCIADA na prestação do serviço, objeto desse contrato.
- 9.2. À CREDENCIADA é facultado o direito de apresentar defesa às notificações apresentadas pelo CREDENCIANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação, inclusive manifestando-se quanto às medidas tomadas para sanar as falhas consideradas procedentes, dirigida ao Presidente do Conselho de Administração do CREDENCIANTE.
- 9.3. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização dos serviços prestados não eximirá a CREDENCIADA da total responsabilidade pela má execução dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 10.1. As partes desde já ajustam que é de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADA a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, sendo que os empregados e prepostos seus não terão qualquer vínculo empregatício com o CREDENCIANTE,

correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, tributária e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida, inexistindo no caso obrigações solidária ou subsidiária.

10.2. É assegurado ao CREDENCIANTE a faculdade de exigir a qualquer tempo da CREDENCIADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, tributários e comerciais decorrentes da execução deste contrato, bem como toda a documentação complementar que comprove a quitação dos tributos federais, estaduais e municipais por parte da CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

11.1. A responsabilidade civil das partes, decorrentes da prestação dos serviços, regular-se-á pelo disposto nos artigos 927 a 954 do Código Civil Brasileiro.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar de sua assinatura, podendo, a juízo de conveniência do CREDENCIANTE, ser prorrogado através de Termo Aditivo, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite legal de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Em conformidade com o previsto no art. 61, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, este instrumento será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de acordo com a resolução nº 012 de 03 de julho de 2009, em forma de extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

14.1. Este Contrato de Credenciamento é firmado com inexigibilidade de licitação com fulcro no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul/SC para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, o presente contrato é lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que após lido e achado conforme é firmado pelas partes e por duas testemunhas, a tudo presente, e que no final também subscrevem.

Rio do Sul, 21 de dezembro de 2016.

Assoc. das Irmãs Franciscanas de São José Hospital e Mat. Maria Auxiliadora Maria Pauli (Irmã Aurélia) CREDENCIADA	SILVIO VENTURI Prefeito de Trombudo Central Presidente do Conselho de Administração CREDENCIANTE
---	---

TESTEMUNHAS:

CPF/MF:

CPF/MF:

RESOLUÇÃO 30 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Página 1 de 3
Impresso em: 27/dez/ 2016
As 12:59:43 Horas

Suplementação: 000008													Lei: 00000030/2016													Data Lei: 27/12/2016													Data Lanço.: 27/12/2016													Solicit: 0												
													Decreto: 00000030/2016													Data Decreto: 27/12/2016													Suplementar																									
Res. Conting.			Anul. Dotação			Excesso Arrec			Superávit			Oper. Crédito			Trans. Dotação			Outros			Antec. LDO																																											
0,00			192,60			0,00			0,00			0,00			0,00			0,00			0,00																																											
Reduzido	O. U.	Funcional/Program		Elemento Despesa									Vinc	Vlr Supem/Anulado		Tipo	Histórico			TC																																												
17	06.001	08301.0011. 2001		33190000000000000000 APLICACOES DIRETAS									01640116	192,60		Anul				S																																												
13	06.001	08301.0011. 2001		33390000000000000000 APLICACOES DIRETAS									01640116	192,60		Supl				S																																												

Res. Conting.	Anul. Dotação	Excesso Arrec	Superávit	Oper. Crédito	Trans. Dotação	Outros	Antec. LD
0,00	28.654,44	270.691,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Res. Conting.	Anul. Dotação	Excesso Arrec	Superávit	Oper. Crédito	Trans. Dotação	Outros	Antec. LDO
Adição							
0,00	28.654,44	270.691,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Redução							
0,00	28.654,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Relatório das Suplementações/AnulaçõesPágina 3 de 3
Impresso em: 27/dez/ 2016
As 12:59:43 Horas**Resumo por Vínculo**

Res. Conting.	Anul. Dotação	Excesso Arrec	Superávit	Oper. Crédito	Trans. Dotação	Outros	Antec. LDO
Vínculo: 1003016 - Rec. Ordinários-2016 CIAPS Rateio Aplic							
0,00	0,00	613,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vínculo: 1340116 - Transf.Convênios-União/Outros 2016							
0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vínculo: 1342116 - Transf.Convênios-União Aplicação							
0,00	0,00	78,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vínculo: 1640116 - Transf.Convênio -Estado/Outros 2016							
0,00	(28.654,44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	28.654,44	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CNPJ 21.568.943/0001-95

QUINTINO BOCAIUVA - centro - CEP 89135000 - APIUNA - SC

Fone: (047) 3331-5800 Fax: (047) 3331-5800

RESOLUÇÃO Nº 29, de 23 de dezembro de 2016

DECRETA:

Art. É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a adicionais especial no valor de R\$6.742,21 (seis mil e setecentos e quarenta e dois observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Ativid06.001.0008.0301.0011.20MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3449000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1640116 Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor Suplementado R\$ 860,00

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Ativid06.001.0008.0301.0011.20MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3339000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1640116 Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor SuplementadoR\$ 5.190,2

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Ativid06.001.0008.0301.0011.20MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3319000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1003016 Rec. Ordinários-2016 CIAPS Rateio Aplic

Valor Suplementado R\$ 613,59

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Ativid06.001.0008.0301.0011.20MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3319000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1342116 Transf.Convênios-União Aplicação

Valor Suplementado R\$ 78,38

Total SuplementadoR\$ 6.742,2

Art. Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

CNPJ 21.568.943/0001-95

QUINTINO BOCAIUVA - centro - CEP 89135000 - APIUNA - SC

Fone: (047) 3331-5800 Fax: (047) 3331-5800

Órgão: 06 CIAPS

Unidade: 06.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Projeto/Ativid06.001.0008.0301.0011.20MANUTENÇÃO ATIVIDADES SAUDE MENTAL

Elemento: 3319000000000000 APLICACOES DIRETAS

Vínculo: 1640116 Transf.Convênio -Estado/Outros 2016

Valor Anulado: R\$ 6.050,2

Total Anulado: R\$ 6.742,2

Art. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

APIUNA - SC, 23 de dezembro de 2016.

NICANOR MORRO

PRESIDENTE

CIASS

RESOLUÇÃO 022/2016

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 022/16, de 29 de Dezembro de 2016.
EXONERA CFE. TÉRMINO DO CONTRATO ACT DE SERVIDORES DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar devido ao término do Contrato ACT os Servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR CPF CARGO

Valdineia Macarini 868.810.279-15 Psicologa
Luana Aguiar Sartor 045.630.749-42 Assistente Social
Ana Maria Luiz 016.765.309-16 Monitor/Cuidador Noturno
Rosa Maria Fernandes Lazari 927.589.089-72 Monitor/Cuidador Noturno
Lisandra Ferrari Fernandes 036.221.829-38 Monitor/Cuidador Noturno
Lizete Back 813.953.299-15 Monitor/Cuidador Noturno
Maria Rosa de Oliveira 026.877.339-46 Monitor/Cuidador Noturno
Maria das Graças Della Vechia Bortot 657.066.689-49 Monitor/Cuidador Diurno
Zenir Catarina Ramos Londero 019.158.429-05 Monitor/Cuidador Diurno
Adriana Miguel da Silva Pinheiro 004.556.629-16 Monitor/Cuidador Diurno
Kelen Evangelista Nart 090.924.629-77 Monitor/Cuidador Diurno
Adriana Freitas da Silva 016.760.539-99 Auxiliar Serviços Gerais
Camila Farias 059.402.439-08 Monitor/Cuidador Diurno
Luciana Ferrari Fernandes 039.994.109-65 Monitor/Cuidador Diurno
Mari Nilda Marchesini 690.517.719-91 Monitor/Cuidador Noturno
Maria Luiza Luiz 733.164.669-91 Auxiliar Serviços Gerais
Raquel Padilha Gonçalves 071.607.849-01 Monitor/Cuidador Diurno

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos em 31.12.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 29 de Dezembro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Presidente da CIASS DE TURVO

RESOLUÇÃO 023/2016

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 023/16, de 29 de Dezembro de 2016.
NOMEIA SERVIDORES ACT CONFORME PROCESSO SELETIVO 001/2016 DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

RONALDO CARLESSI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear conforme processo seletivo 001/2016 os Servidores ACTs abaixo relacionados:

SERVIDOR CPF CARGO

Valdineia Macarini 868.810.279-15 Psicologa
Luana Aguiar Sartor 045.630.749-42 Assistente Social
Deumar da Silva 010.563.320-85 Monitor/Cuidador Diurno
Lisandra Ferrari Fernandes 036.221.829-38 Monitor/Cuidador Noturno
Lizete Back 813.953.299-15 Monitor/Cuidador Noturno
Maria Rosa de Oliveira 026.877.339-46 Monitor/Cuidador Noturno
Maria das Graças Della Vechia Bortot 657.066.689-49 Monitor/Cuidador Diurno
Adriana Miguel da Silva Pinheiro 004.556.629-16 Monitor/Cuidador Diurno
Kelen Evangelista Nart 090.924.629-77 Monitor/Cuidador Diurno
Adriana Freitas da Silva 016.760.539-99 Auxiliar Serviços Gerais
Camila Farias 059.402.439-08 Monitor/Cuidador Diurno
Mari Nilda Marchesini 690.517.719-91 Monitor/Cuidador Noturno
Maria Luiza Luiz 733.164.669-91 Auxiliar Serviços Gerais
Raquel Padilha Gonçalves 071.607.849-01 Monitor/Cuidador Diurno

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 02 de Janeiro de 2017 até 30 de Junho de 2017, exceto Valdineia Macarini com prazo até 30/03/2017 e de Deumar da Silva com prazo até 28/02/2017.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 29 de Dezembro de 2016.
RONALDO CARLESSI
Presidente da CIASS DE TURVO